

12

agosto • 2013

História da Historiografia

revista eletrônica quadrimestral



História da Historiografia

issn 1983-9928

Conselho Executivo (2011-2013)

Arthur Alfaix Assis (UnB . Brasília . DF . Brasil)
Julio Bentivoglio (UFES . Vitória . ES . Brasil)
Rebeca Gontijo (UFRRJ . Seropédica . RJ . Brasil)

Conselho Editorial

Arthur Alfaix Assis (UnB . Brasília . DF . Brasil)
Claudia Beltrão (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Durval Muniz de Albuquerque (UFRN . Natal . RN . Brasil)
Helena Mollo (UFOP . Mariana . MG . Brasil)
Julio Bentivoglio (UFES . Vitória . ES . Brasil)
Lucia Maria Paschoal Guimarães (UERJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Pedro Meira Monteiro (Princeton University . Princeton . Estados Unidos)
Pedro Spinola Pereira Caldas (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Raquel Glezer (USP . São Paulo . SP . Brasil)
Rebeca Gontijo (UFRRJ . Seropédica . RJ . Brasil)
Ricardo Salles (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Sérgio da Mata (UFOP . Mariana . MG . Brasil)
Temístocles Cezar (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)
Tiago C. P. dos Reis Miranda (Universidade Nova de Lisboa . Lisboa . Portugal)
Valdei Lopes de Araujo (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

Conselho Consultivo

Astor Diehl (UPF . Passo Fundo . RS . Brasil)
Carlos Fico (UFRJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Carlos Oiti (UFG . Goiás . GO . Brasil)
Cássio Fernandes (UNIFESP . Guarulhos . SP . Brasil)
Chris Lorenz (VU University Amsterdam . Amsterdã . Holanda)
Denis Bernardes - *in memoriam* (UFPE . Recife . PE . Brasil)
Edgar De Decca (UNICAMP . Campinas . SP . Brasil)
Eliana Dutra (UFMG . Belo Horizonte . MG . Brasil)
Estevão de Rezende Martins (UnB . Brasília . DF . Brasil)
Ewa Domanska (Adam Mickiewicz University . Poznań . Polônia)
Fábio Franzini (UNIFESP) . Guarulhos . SP . Brasil)
Fábio Wasserman (UBA . Buenos Aires . Argentina)
Fernando Catroga (Universidade de Coimbra . Coimbra . Portugal)
Fernando Nicolazzi (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)
Francisco Murari Pires (USP . São Paulo . SP . Brasil)
François Hartog (EHESS . Paris . França)
Frederico de Castro Neves (UFC . Fortaleza . CE . Brasil)
Guillermo Zermeño Padilla (Colegio del México . Cidade do México . México)
Hans Ulrich Gumbrecht (Stanford University . Stanford . Estados Unidos)
Hayden White (Stanford University . Stanford . Estados Unidos)
Iris Kantor (USP . São Paulo . SP . Brasil)
José Carlos Reis (UFMG . Belo Horizonte . MG . Brasil)
Jörn Rüsen (KI/ UWH . Witten . Alemanha)
Jurandir Malerba (PUC-RS . Porto Alegre . RS . Brasil)
Keila Grinberg (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Luiz Costa Lima (PUC-Rio/UERJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Manoel Salgado Guimarães - *in memoriam* (UFRJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Marco Morel (UERJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Marlon Salomon (UFG . Goiânia . GO . Brasil)
Pascal Payen (Université de Toulouse II - Le Mirail . Toulouse . França)
Sanjay Seth (University of London . Londres . Reino Unido)
Sérgio Campos Matos (Universidade de Lisboa . Lisboa . Portugal)
Silvia Petersen (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)

Secretaria

Flávia Florentino Varela (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)

Editoração, revisão técnica e capa

João Carlos Furlani (UFES . Vitória . ES . Brasil)

Flávia Florentino Varela (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)

Revisão de Língua Portuguesa

Maria da Glória Oliveira

Adriana Carina Camacho Álvarez “Lectura traduções”

Revisão de Língua Espanhola

Adriana Carina Camacho Álvarez “Lectura traduções”

Revisão de Língua Inglesa

Adriana Carina Camacho Álvarez “Lectura traduções”

Realização

Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH)

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

Contato

Rua Fernandes Vieira, 597/602 • Porto Alegre - RS • 90035-091 • Brasil

www.historiadahistoriografia.com.br • historiadahistoriografia@hotmail.com • (31) 3557-9400

Missão

História da Historiografia publica artigos, resenhas, entrevistas, textos e documentos historiográficos de interesse para os campos da história da historiografia, teoria da história e áreas afins. Tem por missões divulgar textos de teoria da história e história da historiografia, e promover o intercâmbio de ideias e resultados de pesquisas entre investigadores dessas duas áreas correlatas. Num momento em que, no cenário brasileiro, o crescimento do número de periódicos científicos apenas espelha (se bem que de forma algo distorcida) a ampliação dos programas de pós-graduação, é consenso que o próximo passo a ser dado é o da verticalização e especialização do perfil das publicações. *HH* foi fundada em 2008 exatamente a partir desse diagnóstico, e pretende estabelecer-se como uma referência para os estudiosos das áreas de teoria da história e história da historiografia no mundo de língua portuguesa. O periódico é uma publicação da *Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia*, do *Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro* e do *Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto*.

Ficha Catalográfica

História da Historiografia. Ouro Preto / Edufop, 2013, número 12, agosto, 2013, 307 p.

Quadrimestral
ISSN 1983-9928

1. História - Periódicos

CDU 930(05)

EDITORIAL
EDITORIAL

8

DOSSIÊ
DOSSIER

Teoria da história da historiografia
Theorizing the history of historiography

Apresentação
Introduction

Pedro Spinola Pereira Caldas e Felipe Charbel

10

Sobre tradição e inovação na ciência histórica alemã: entrevista com Ulrich Muhlack
On tradition and innovation in the German historical science: interview with Ulrich Muhlack

Renata Maria Pistilli Eberhard

13

História da historiografia como analítica da historicidade
History of historiography as an analysis of historicity

Valdeí Lopes de Araujo

34

Usos da ecfraze no gênero histórico seiscentista
The Use of Ekphrasis in the Historical Genre of seventh-century

Eduardo Sinkevisque

45

A historia magistra vitae e o pós-modernismo
The historia magistra vitae and Postmodernism

Juliana Bastos Marques

63

De prudencia y ocasión: la historia como respuesta a los contrasentidos éticos de la razón moderna
On prudence and occasion: history as an answer to the ethical contradiction of the modern reason

Aaron Grageda Bustamante

79

El fin de la historia en Hegel y Marx
The End of History in Hegel and Marx

Israel Sanmartín Barros

100

Notas sobre o nascimento da historiografia moderna no Japão da Era Meiji
Notes on the birth of modern historiography in Meiji's Japan

Rômulo da Silva Ehalt

119

El modelo figural para una historia de la historiografía de la ciencia
The Figural Model for a History of Science Historiography

María Martini

137

ARTIGOS ARTICLES

- De los detalles al todo: historia cultural y biografías globales
From details to the whole: cultural history and global biographies
Anacleto Pons 156
- Combates na história atlântica: a historiografia de Joseph E. Inikori
Battles in Atlantic History: the Historiography of Joseph E. Inikori
Gustavo Acioli Lopes 176
- Passado histórico, presente historiográfico: considerações sobre “História e Estrutura” de Michel de Certeau
Historical past, historiographical present: notes on Michel de Certeau’ “Histoire et Structure”
João Rodolfo Munhoz Ohara 197
- Olhar o passado onde ele (não) está. Araújo Porto-Alegre e a história do Brasil a partir de Portugal
Looking at the past where it is (not): Araujo Porto-Alegre and the history of Brazil as seen from Portugal
Helena Mollo 213

RESENHAS REVIEW ESSAYS

- Afonso de Taunay e a apropriação do paradigma metódico: entre epistemologia e sociabilidade
Afonso de Taunay and the assimilation of the methodical paradigm: between epistemology and sociability
ANHEZINI, Karina. *Um metódico à brasileira: a história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)*. São Paulo: Editora Unesp, 2011, 259 p.
Danilo José Zioni Ferretti 229
- Caminhos do conhecimento histórico
Ways of historical knowledge
NEVES, Guilherme Pereira das. *História, teoria e variações*. Rio de Janeiro: Contra Capa; Companhia das Índias, 2011, 325 p.
Verena Alberti 235
- Institucionalização acadêmica da História: entre o autodidatismo e a profissionalização
Academic institutionalization of History: between professionalization and self-education
ROIZ, Diogo da Silva. *Os caminhos (da escrita) da história e os descaminhos de seu ensino: a institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1968)*. Curitiba: Appris, 2012, 266 p.
Daiane Machado 242
- O Império do Brasil em revista
The Brazilian Empire revisited
QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Política e cultura no Império brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 2010, 159 p.
Marcello Basile 248
- Reavaliando as ideias políticas: alguns aspectos da análise de Quentin Skinner
Reassessing political ideas: some aspects of Quentin Skinner’s historical perspective
SKINNER, Quentin. *El artista y la filosofía política: el Buen Gobierno de Ambrogio Lorenzetti*. Madrid: Trotta, 2009, 150 p.
Thiago Rodrigo Nappi 255

¿Qué sucede cuando los historiadores pierden su propia historia? Aporte a la discusión sobre el perfil histórico de la Asociación de Historiadores Latinoamericanistas Europeos
What happen when the historians lose their own history? Contribution to the dialog on the Asociación de Historiadores Latinoamericanistas Europeos's Profile
GIRAUDO, Laura (coord.). *Historia de AHILA: perfil de la Asociación de Historiadores Latinoamericanistas Europeos (1969-2008)*. Colección: Estudios de Historia Latinoamericana. Madrid; Frankfurt: Iberoamericana; Vervuert; AHILA, 2008, 210 p.
César Augusto Duque Sánchez 260

A biografia e a busca por uma dimensão individual da história
Biography and the struggle towards an individualist view of history
LORIGA, Sabina. *O pequeno x: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, 231 p.
Luzia Gabriele Maia Silva 265

TEXTO E DOCUMENTO HISTORIOGRÁFICO *HISTORIOGRAPHICAL TEXT AND DOCUMENT*

O relato de um paradoxo: A verdade da ficção e a utilidade da história em um discurso de José da Cunha Brochado na Academia Real da História Portuguesa (1730)
Report on a paradox: the truth of fiction and the usefulness of history in a discourse by José da Cunha Brochado at the Academia Real da História Portuguesa (1730)
Pedro Telles da Silveira 273

Notícias da Conferência, que a Academia Real da História Portuguesa fez em 22 de setembro de 1730
José da Cunha Brochado 288

PARECERISTAS DESTE NÚMERO *REVIEWERS OF THIS ISSUE* 301

NORMAS DE PUBLICAÇÃO *EDITORIAL GUIDELINES* 303

DIRETRIZES PARA AUTORES *GUIDELINES FOR AUTHORS* 307

Editorial

editorial

O que a história tem a dizer sobre si mesma? Algumas respostas possíveis para essa questão o leitor encontrará no dossiê que abre o número 12 da História da Historiografia. E é por caminhos sinuosos, “cheios de curvas e atalhos”, que os historiadores de diferentes épocas escreveram sobre a historiografia, tecendo com muitos fios um rico painel, que não favorece consensos, mas abre perspectivas, como argumentam os organizadores do dossiê, Pedro Caldas e Felipe Charbel Teixeira. Convidados a refletir sobre o que significa historicizar a própria história e dela extrair não apenas tradições – necessárias à formação do historiador –, mas evidências acerca do que há de universal e de particular nessa prática de escrever a história, os autores reunidos enfrentaram o desafio de diferentes maneiras.

Nesse sentido, a revista aceitou o risco de propor uma reflexão sobre o próprio objeto que lhe dá título, colocando em cheque sua própria especialidade e a autonomia de um campo que, de modo específico, contribui para constituir. Cabe ao leitor avaliar sua relevância – a da revista e a do dossiê – se não para a afirmação de uma disciplina autônoma, ao menos como desafio ou provocação aos historiadores interessados em saber o que fazem quando fazem história, lembrando a conhecida questão de Michel de Certeau.

Na seção de artigos livres, o leitor encontrará uma reflexão sobre a variação de escala de análise desenvolvida pelo historiador espanhol Analet Pons. E ainda, exercícios de aproximação sobre as obras de dois historiadores: o pouco conhecido Joseph Inikori, analisado por Gustavo Acioli Lopes; e Michel de Certeau, muito conhecido e citado e, talvez, pouco compreendido, aqui traduzido por João Rodolfo Munhoz Ohara. Por fim, o olhar da historiadora Helena Mollo sobre a visão do pintor Araújo Porto-Alegre acerca da história do Brasil. Entre variações de escala, aproximações e olhares atentos, a historiografia delinea seus objetos e permite pensar a si mesma enquanto produtora de métodos e sentidos.

Na seção de resenhas, além dos livros novos comentados por Danilo Ferretti, Verena Alberti, Daiane Machado, Marcello Basile, Thiago Rodrigo Nappi e Luzia Gabriele Maia Silva, destacamos uma importante reedição: a *Historia de AHILA*, de Laura Giraudo, lançado em 2008, mas cuja relevância para a comunidade internacional de historiadores justifica o exercício de César Augusto Duque Sánchez. Encerrando o número, um documento histórico apresentado por Pedro Telles da Silveira: o discurso de José da Cunha Brochado na Academia Real de História Portuguesa, de 1730, que procura demonstrar a verdade da ficção e a utilidade da história.

Os editores,
Arthur Alfaix Assis (UnB)
Julio Bentivoglio (UFES)
Rebeca Gontijo (UFRRJ)

Dossiê

dossier

Teoria da história da historiografia
Theorizing the history of historiography

Apresentação

Introduction

Pedro Spinola Pereira Caldas

pedro.caldas@gmail.com

Professor adjunto

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Av. Pasteur, 458 - Urca

22290-240 - Rio de Janeiro - RJ

Brasil

Felipe Charbel

fcharbel@uol.com.br

Professor adjunto

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Largo de São Francisco de Paula, nº 1, salas 201 e 203 - Centro

20051-070 - Rio de Janeiro - RJ

Brasil

10

Difícilmente alguém questionaria que a história da historiografia é uma especialidade recente. Podemos dizer que o amadurecimento e a famosa “consolidação” institucional virão com o tempo.

Mas se a tal consolidação significar encastelamento, se se confundir com procedimentos viciados, leituras requentadas, diálogos entre poucos iniciados e tudo o mais que seja sinônimo de incapacidade de enxergar a historiografia de outra forma – bom, este futuro deverá ser evitado e será melhor manter-se cambaleando.

Ora, mas o que fez a história da historiografia ao longo do tempo senão traçar um caminho cheio de curvas e atalhos? Se lermos Ranke e Droysen, diríamos que a história dificilmente diria algo sobre si mesma sem antes se mirar no idealismo, se voltarmos às páginas de Buckle, veremos que namorou firme com o positivismo. No século XX, como acompanhar plenamente a trajetória da historiografia francesa reunida em torno da revista dos *Annales* se deixarmos de lado, em uma ponta, a sociologia de Durkheim, e, em outra, a etnologia de Lévi-Strauss? E como seguir decentemente o debate gerado por Hayden White, há precisos quarenta anos, se não nos familiarizarmos com teorias literárias? Citamos apenas alguns exemplos, para afirmar que, dentro das humanidades, se a história da historiografia tem uma teoria, ela é tecida com vários fios.

A proposta de um dossiê sobre teoria da historiografia, portanto, não pretendeu jamais estabelecer um consenso, mas apresentar perspectivas. Para lembrar o já citado Hayden White, poderíamos fazer da historiografia um canal para pensar a modernidade, na medida em que toda escrita da história comporta não somente uma dimensão metódica, mas também uma estética e outra ideológica: talvez não por mera coincidência, equivalente ao tripé da

arquitetura kantiana. Ele trataria, portanto, de maneira articulada, de nossa capacidade de pensar, de sentir e de agir.

Uma questão importante, porém, estaria em fazer da história da historiografia mais do que um campo de testes. Não que isso seja um mal a ser evitado, mas são claros os limites das pesquisas que pretendem “ver como funcionou na história uma teoria desenvolvida em outro campo do conhecimento, da arte ou da prática”. Mais interessante é ver o que poderíamos dizer para outros pesquisadores, para escritores, para pessoas politicamente engajadas.

O que pode ser melhor pensado a partir da história da historiografia? Se conversarmos entre nós, entre quatro paredes, é uma atividade reflexiva indispensável, por outro lado, devemos vislumbrar uma maior capacidade de provocação. Sim, está aqui envolvida uma responsabilidade formativa, já presente necessariamente em sala de aula, quando se monta e ministra um curso de historiografia nas disciplinas de graduação – afinal, o aluno de história precisa conhecer e apropriar-se de sua tradição. Por outro lado, se o propósito formativo for mais ambicioso, não poderemos nos desviar do pensamento sobre o que há de universal em nossa particularidade, sobre o que é possível falar para os outros e sobre os outros, quando falamos a partir de nossa perspectiva.

Claro que o dossiê apresentado e organizado por nós não cumprirá plenamente esta tarefa, nem fornecerá respostas e, muito menos, programas e palavras de ordem. Contentamo-nos com a abertura de novas portas para conversar. E é exatamente com uma conversa que as discussões se iniciam: a entrevista realizada por Renata Maria Pistilli Eberhard com o historiador alemão Ulrich Muhlack, eminente estudioso da obra de Ranke, e autor de diversos estudos sobre o historicismo.

Na sequência, Valdei Lopes de Araujo discute as condições para que a história da historiografia possa reivindicar o estatuto de uma subdisciplina autônoma. Partindo da concepção heideggeriana de historicidade, o autor sugere atenção especial às modalidades de “transformação do tempo em tempo histórico”: mais que um mero “estar no tempo”, a abertura do “ser para o seu tempo” que a historiografia permite. Como atividade de fronteira, caberia à história da historiografia orientar-se para a compreensão do que Heidegger chamou de “historicidade própria” – a “possibilidade do homem reconhecer a natureza modalizante (enlaçamento de passado/futuro na abertura do agora) do seu acontecer”.

Por um viés distinto, a preocupação com a historicidade da historiografia se revela um dos eixos condutores do artigo de Eduardo Sinkevisque. Mas trata-se, aqui, da reflexão sobre a historicidade das práticas historiográficas seiscentistas, retoricamente regradas. Ao examinar os usos da efrase em anais, vidas e diários das guerras holandesas no Brasil, o autor questiona o “pressuposto mimético” que muitas vezes orienta a leitura de textos históricos anteriores à modernidade, enfatizando os “efeitos de verdade” e a busca da vivacidade narrativa que tais escritos visavam.

Também Juliana Bastos Marques percorre tradições historiográficas anteriores à modernidade. Mas se o artigo de Sinkevisque tem por objetivo

a apresentação da alteridade das práticas letradas seiscentistas, o ensaio de Juliana Bastos Marques se vale de um tom altamente provocador para investigar os usos possíveis que podemos fazer da tradição historiográfica antiga. Para além da ideia demasiado esquemática da dissolução do *topos* da *historia magistra vitae* na modernidade, como seria possível restabelecer nexos de continuidade entre historiografia antiga e moderna? De que maneira critérios como utilidade e exemplaridade podem nos ajudar a compreender e mesmo ultrapassar as aporias da historiografia dita pós-moderna? E em que medida “o estouro dos estudos culturais pós-modernos e pós-coloniais” pode ser tomado como critério balizador para o alargamento da noção de exemplaridade histórica?

Por outro viés analítico, a discussão sobre a utilidade prática do conhecimento histórico é levantada por Aaron Grageda Bustamante. Revisitando o conceito de prudência – a partir da proximidade, no mundo antigo e nos séculos iniciais da época moderna, entre escrita da história e razão prática –, o autor discute como a história da historiografia é rica em chaves analíticas capazes de lançar novas luzes sobre o “dilema ético del solipsismo científico”. Para o autor, “la Historia articuló durante mucho tiempo los elementos básicos de un paradigma de conocimiento social, unificador y pragmático, materializado en el cultivo de la prudencia”.

Já o artigo de Israel Sanmartín trata das reflexões teóricas de Hegel e Marx acerca da noção de “fim da História”. Em uma análise minuciosa, o autor apresenta as diversas variações desta discussão que podem ser encontradas na obra dos dois filósofos alemães. Se Sanmartín revisita um dos debates mais significativos (e ricos em desdobramentos contemporâneos) do pensamento histórico ocidental, Rômulo da Silva Ehalt apresenta aos leitores brasileiros uma reflexão sobre um tema pouquíssimo estudado entre nós: a historiografia japonesa da Era Meiji, e as particularidades da construção da modernidade historiográfica no Japão.

María Martini, por sua vez, se propõe a escrever uma “historia fragmentaria de la historiografía de la ciencia”, valendo-se do procedimento da interpretação figural, como pensado por Erich Auerbach e atualizado por Hayden White. Isto é realizado a partir de uma leitura da obra historiográfica de Steven Shapin, compreendida como “consumación de una serie de mediaciones figura-cumplimiento que se conformaron en torno del origen de la ciencia moderna en la Inglaterra del siglo XVII”.

Como era de esperar, os artigos apontam caminhos diversos de reflexão teórica sobre a historiografia, e demonstram a consolidação do interesse pela história da historiografia no Brasil e na América Latina. Agora – como escreveu Auerbach certa vez – só nos resta esperar que eles encontrem seus leitores.

Sobre tradição e inovação na ciência histórica alemã: entrevista com Ulrich Muhlack

On tradition and innovation in the German historical science: interview
with Ulrich Muhlack

Renata Maria Pistilli Eberhard

renatapistilli@gmail.com

Doutoranda

Johann Wolfgang Goethe-Universität Frankfurt am Main

Rua Cel. Marcondes de Mattos, 140 - Quiririm

12043-280 - Taubaté - SP

Brasil

Palavras-chave

História da historiografia; Historicismo; Escola de Bielefeld.

Keywords

History of historiography; Historicism; Bielefeld School.

Ao leitor brasileiro, Ulrich Muhlack talvez seja conhecido sobretudo como o responsável pela edição das cartas de Leopold von Ranke, ou ainda como estudioso deste autor. Esta é, no entanto, apenas uma parte do amplo espectro de atividades e temas aos quais dedicou-se ao longo de sua carreira. Desde 2006 professor aposentado da Johann Wolfgang Goethe-Universität, ocupou por 34 anos nesta universidade a cadeira de Metodologia e História da Historiografia e dedicou-se em suas aulas e pesquisas a temas como o Renascimento, o Humanismo e as relações entre história política e historiografia. Participou ativamente dos inúmeros debates e colóquios acerca dos temas teoria de história e história da historiografia, desencadeados principalmente pela ascensão no cenário intelectual alemão na década de setenta da ciência social histórica e foi, durante anos, autor de balanços bibliográficos para importantes revistas científicas da área de História. É também autor de uma obra extensa, na qual se destaca sobretudo seu livro sobre a pré-história do historicismo, assim como muitos artigos sobre este tema.

1. Renata Maria Pistilli Eberhard: O senhor nasceu em Königsberg. Esta cidade, enquanto cidade de Kant, chegou a ter alguma influência sobre sua escolha profissional ou houve outros acontecimentos – o senhor nasceu durante a Segunda Guerra Mundial e cresceu no período pós-guerra – que o marcaram e o levaram para as ciências humanas?

14

Ulrich Muhlack: Königsberg sempre teve um grande significado para mim. Ali eu passei minha primeira infância, tendo saído de lá com quatro anos, em setembro de 1944, e desde então, Königsberg sempre foi um tema importante em minha família. Era um lugar do qual meus pais sentiam muita saudade e, por causa disto, eu também sempre me interessei por esta cidade. No entanto, não poderia dizer que minha dedicação à história ou minha escolha profissional estivessem ligadas de alguma forma e este meu interesse. Importantes foram determinadas experiências políticas do pós-guerra; estes assuntos já me interessavam em meu tempo de escola e influenciaram, até um certo ponto, meu interesse por história e meu trabalho posterior.

2. RMPE: O senhor estudou em Göttingen e em Frankfurt am Main. Pode-se dizer de muitas universidades alemãs, que elas estão ligadas a determinadas tradições científicas. Como o senhor caracterizaria estas duas instituições? O senhor as escolheu por um motivo específico?

Ulrich Muhlack: Comecei meus estudos universitários em Frankfurt am Main, na Universidade Johann von Goethe por razões bem práticas: naquela época eu vivia em Frankfurt, ali eu havia frequentado a escola, em um ginásio nesta cidade eu havia feito meu exame de conclusão do segundo grau, e para mim, era a opção mais viável, que eu começasse meus estudos universitários ali. Muito diversa foi a situação quando me mudei pra Göttingen. Estudei por um ano em Göttingen por uma razão muito específica: porque a universidade de

Göttingen naquela época era tida como o grande templo da ciência histórica alemã. Ali lecionavam historiadores famosos como Hermann Heimpel, Alfred Heuss, Reinhard Wittram, Percy Ernst Schramm, os quais já me eram conhecidos desde meus tempos de escola. Por esta razão eu queria muito assistir suas aulas e aprender com eles. No entanto, acabei não permanecendo em Göttingen, embora Heuss me encorajasse a fazê-lo, e sim, voltei para Frankfurt. É que nos meus primeiros semestres ali eu tinha encontrado em Otto Vossler um professor que havia me fascinado e para o qual eu queria voltar de qualquer maneira. Em contato com ele eu continuei e concluí meus estudos de história.

3. RMPE: O senhor acabou de entrar em nosso próximo tema. Como o senhor caracterizaria a influência destas universidades sobre o senhor? Houve professores que o marcaram de forma especial? O senhor já mencionou Vossler, poderia agora contar algo mais sobre esta influência?

Ulrich Muhlack: Então, primeiramente queria fazer uma observação de caráter mais geral: tive a oportunidade de realizar meus estudos em uma época maravilhosa. Na verdade, estudei ainda em estilo humboldtiano, em uma época em que as universidades ainda eram totalmente preenchidas pelo espírito humboldtiano. Nelas predominava um espírito de total liberdade; havia um mínimo de regras, o qual, na verdade, resultava da própria lógica das disciplinas. É claro que havia uma diferença entre seminários introdutórios e seminários, ou ainda, seminários para estudantes em final de curso.¹ Esta sequência era respeitada. Eu, por exemplo, estudei além de História, Latim. Neste curso tínhamos que fazer provas, claro. Mas, de maneira geral, nos era dada total liberdade, cada um podia conduzir seus estudos da maneira que queria. A cada um era dada a chance de compor sua própria grade de atividades. E, quando o aluno tinha a sensação de que já havia aprendido o suficiente, então ele se submetia aos exames finais. Não havia provas de qualificação,² não havia provas no final do semestre, cada um era totalmente responsável por si próprio. Escrevia-se trabalhos, quando se queria, e eles eram naturalmente valorados pelos professores, e isso fazia com que progredíssemos em nossos conhecimentos. No meu caso, eu gostava sobretudo das aulas-conferência. Nestas encontrei meus professores mais importantes. Em Otto Vossler, por exemplo, me impressionava como ele refletia e esgotava os temas de suas aulas. Seu ciclo de conferências, que ia da Reforma até o início do século XX, era constituído por aulas panorâmicas de conteúdo totalmente refletido, repletas de clareza didática. De outro lado também, Alfred

¹ No sistema universitário alemão é feita uma diferença entre a aula ou preleção (*Vorlesung*), no qual o professor detém a palavra na maior parte do tempo, e os seminários, onde os alunos, a partir de determinados temas dados pelo professor, preparam e conduzem os acontecimentos nas salas-de-aula. Também os seminários, por sua vez, são divididos entre Seminários Introdutórios (*Proseminar*), Seminários (*Seminar*) e Seminários para estudantes na fase final dos estudos (*Hauptseminar*). Além destes dois tipos de atividades, existem ainda os Exercícios (*Übungen*), onde são treinadas determinadas habilidades práticas (como por exemplo traduções e gramática, nos cursos de Letras).

² O estudo universitário hoje em dia na Alemanha é dividido em duas etapas: uma etapa introdutória e uma etapa final. Entre as duas o aluno deve fazer uma prova intermediária (*Zwischenprüfung*), a qual denominei acima de "prova de qualificação". Somente quem faz esta prova com sucesso pode passar à etapa seguinte.

Heuss, o qual lecionava uma outra disciplina, História Antiga, e que conseguia expor de uma maneira totalmente nova os temas sobre os quais ele falava, apresentando-os de maneira totalmente inédita, mesmo quando estava falando de dados históricos já conhecidos, os quais ele articulava de maneira inovadora. Essas foram, portanto, as figuras importantes, as personalidades que me marcaram, claro que dentro desta moldura de uma universidade livre em estilo humboldtiano. Eu mesmo tentei utilizar mais tarde, nas minhas atividades enquanto professor, o que havia aprendido com eles.

4. RMPE: Voltando mais uma vez a Vossler. Sobre ele o senhor disse uma vez que em todos os seus escritos, embora ele tivesse se ocupado de temas diversos ao longo de sua vida, podia ser identificada uma linha mestra, que era a "história do pensamento ocidental moderno sobre a liberdade", o qual por sua vez podia ser reconduzido à sua "reflexão sobre a substância histórica da vida política do presente". Também houve uma questão que sempre esteve por trás dos temas com os quais o senhor se ocupou?

16

Ulrich Muhlack: De maneira geral, deve-se evitar estilizar o próprio processo de formação. Eu não posso dizer que eu tenha tido um problema fixo desde o princípio. Também com Vossler não foi assim. Sua questão de fundo foi se constituindo no decorrer de sua vida profissional. No meu caso dá-se o mesmo. Eu sempre tive, desde meus tempos de escola, muito interesse pelo universo da história, ele me atraía. Também a leitura de lendas de todos os tipos acabou por reforçar esse interesse. Todas essas coisas me fascinavam, sem que eu me perguntasse, que significado aquilo tudo tinha. O universo da história, por si mesmo, era fascinante para mim, e, desta fascinação, se deu minha decisão de estudar História. Se se quisesse trazer todas essas experiências para um denominador comum, poder-se-ia dizer que, desde meus tempos de universitário, fui aprendendo cada vez mais a ver com clareza, a compreender o significado da história para o presente, bem como a relação com o presente de qualquer pesquisa histórica. Isso tornou-se, poderia dizer assim, um tema geral, uma linha condutora de meus estudos históricos. Na verdade, ocupei-me com temas diversos, no começo com história política, com história política das ideias, posteriormente com temas de história da cultura como o Humanismo e a Renascença. Também dediquei-me à teoria da história, à história da historiografia, e estes dois temas acabaram tornando-se meu campo principal de trabalho ao longo de décadas. Todos estes são campos temáticos diversos, entre os quais existem diferentes elos de ligação, não preciso entrar aqui em detalhes. Mas todos estes campos eu pratiquei sempre sob o prisma daquela ideia norteadora: sempre tendo em mente o significado de cada pesquisa histórica para o presente, como orientação para o presente.

5. RMPE: Esta temática vem muito ao encontro da próxima questão, a qual gostaria de abordar: o senhor se formou como historiador nos anos sessenta, em um momento em que um grupo de historiadores na Alemanha pleiteava

uma "história além do historicismo". O senhor, ao contrário, entende-se como um herdeiro daquela tradição científica. Como foi trilhar tal caminho naquele momento, ou ainda, como eram as discussões entre essas duas concepções da ciência histórica? O senhor disse há pouco que sempre se interessou pelo presente. Mas trilhou um caminho diverso daquele trilhado por aquele grupo...

Ulrich Muhlack: Houve realmente um grande embate naquele momento. De um lado havia aqueles que queriam ultrapassar o historicismo. Eles queriam ultrapassá-lo naquilo que se referia ao método, queriam deixar para trás a simples narração factual, queriam deixar para trás o ponto de vista das individualidades e, por último, queriam deixar para trás a história política. Eles aspiravam, no lugar disto, a conteúdos e métodos totalmente novos. Importante para eles eram, sobretudo, os campos da história econômica e social; por isso eles se entendiam como representantes de uma ciência social histórica, mais tarde falaremos ainda sobre esse tema. Tudo isso direcionava-se, tanto no que concerne aos temas, como no que concerne aos métodos, contra o historicismo. Para mim ficou claro, desde o início, que um movimento renovador desse tipo, a princípio, tinha sua razão de ser; sempre houve inovações na história da ciência histórica, ocasionadas por novos desafios. Mas, em muitos aspectos, o ataque ao historicismo me parecia injusto. Censurava-se nele coisas pelas quais, a meu ver, não se deveria censurá-lo. Simplificava-se por demais as coisas. Construía-se uma imagem do inimigo para, em seguida, construir a própria em oposição àquela. Surgia, assim, na minha maneira de ver as coisas, uma polaridade desequilibrada, uma oposição não calcada na realidade. Contrariamente a esta posição, a mim era importante exatamente, a partir dos novos desafios do presente, fortalecer o historicismo e mostrar seus potenciais tornando, assim, algumas das críticas a ele desnecessárias. E, pelo fato disto ser tão importante para mim, voltei-me para a sua história. Passei a questionar como ele havia se formado, quem haviam sido seus fundadores, quais eram suas principais vertentes. E, neste processo, tornou-se mais claro ainda para mim que o historicismo era mais do que aquela imagem que se fazia dele naquele momento. Só para citar um exemplo: houve no século XIX uma Escola Histórica da Economia Política, uma vertente do historicismo, a qual se ocupava com temas de história social e econômica. Certamente de maneira diferente daquela do presente, mas, de qualquer forma, de maneira que tais temas estivessem em seu horizonte de preocupações. Esse era meu objetivo naquele momento e eu gostaria de lembrar aqui que, independentemente de minha própria pessoa, o desenvolvimento posterior dessas duas posições, do historicismo de um lado, da ciência social histórica de outro, acabou aproximando-as. Na verdade, não existe mais nos dias de hoje aquele antagonismo, a briga já foi deixada para trás e hoje chegou-se à conclusão de que o mais interessante é ver o desenvolvimento do processo como um todo, no qual sempre surgem novas propostas, sem que o passado tenha que ser descartado. Trata-se de um constante processo de diferenciação, mas sempre dentro daquele contexto maior, que é o de uma ciência histórica única.

6. *RMPE: A crítica que o senhor acabou de fazer aos representantes da ciência social histórica, qual seja, a de que eles teriam simplificado demais as coisas para que pudessem ter uma imagem do inimigo a combater, foi feita, de maneira semelhante, também por Chris Lorenz (LORENZ 2004, p. 131 et se.). Para este autor, residiriam, também neste aspecto, entre outros, as razões da crise em que se encontra atualmente a ciência social histórica.*

Ulrich Muhlack: Você acaba de tocar em um ponto que era muito importante naquele momento. É preciso, no entanto, que se faça uma diferenciação entre aspectos diversos daquela crítica. Até agora eu havia dito que o antagonismo entre os representantes do historicismo de um lado, e da ciência social histórica do outro, era um debate sobre métodos e temas historiográficos. Isto é, no entanto, apenas um lado da questão. O outro lado está relacionado ao fato de que os representantes da ciência social histórica apresentavam um programa político-ideológico específico. Eles eram defensores de uma democratização profunda na Alemanha. Poder-se-ia dizer que o almejado por eles era uma renovação democrática em moldes ocidentais. E eles censuravam no historicismo o fato de que ele teria estado ligado por décadas e décadas com os representantes do Nacionalismo, do Imperialismo, sem falar das ligações estreitas, supostamente estreitas, com o Nacional-Socialismo. Dito de uma outra forma, via-se o historicismo como uma carga política, da qual era preciso livrar-se. Este era um ponto muito importante para eles, e seu objetivo era o de fomentar a democracia na Alemanha através da ciência social histórica. Talvez eu esteja sendo um tanto drástico demais, mas este antagonismo político desempenhava um papel muito importante. E este fato me chamou mais uma vez a reagir, já que aquela crítica não era justa com o historicismo. Não se pode amarrar o historicismo a uma determinada tendência política. Johann Gustav Droysen era liberal-democrata, Leopold von Ranke e Jacob Burckhardt eram conservadores. Os autores historicistas do século XIX eram representantes das mais diversas posições políticas; existiram também autores historicistas de esquerda como Zimmermann, o qual escreveu uma *História das Revoluções Camponesas*. Se se fosse ordenar os historiadores historicistas do século XIX segundo sua posição política, chegar-se-ia a um espectro completo de todas as posições políticas, da direita a esquerda. Nesse sentido, a crítica política a ele era injusta. Se um determinado autor historicista se envolveu com o Nacional-Socialismo, isso não deve depor contra o historicismo, mas deve ser visto, isso sim, como uma questão relativa ao posicionamento político daquele autor. É preciso que se separe essas duas coisas. É claro que nem sempre é possível separá-las, de vez em quando elas acabam se entrelaçando. Mas até por uma questão de clareza conceitual, é preciso que se proceda assim. E isto é válido também, se me for permitido acrescentar aqui, para os representantes da ciência social histórica. Eles eram engajados politicamente, mas ao mesmo tempo eram cientistas corretos. Eles não faziam propaganda partidária, eles apenas realizavam suas pesquisas em moldes científicos, com seus novos métodos, seus novos interesses e suas novas propostas. Isso os diferenciava dos marxistas do Partido Comunista da

República Democrática Alemã, os quais por vezes escreviam história segundo as regras ditadas pelos congressos do partido. Aqui se trata de algo bem diferente. Nesse caso, pode-se falar de história tendenciosa, de visão partidária. Mas, mesmo na República Democrática Alemã, sempre houve historiadores que se esforçaram, na medida do possível, por manter um espaço livre para suas pesquisas históricas genuínas. Trata-se, em todos estes casos, da procura de uma relação equilibrada entre história e política, entre a ciência e vida.

7. RMPE: Apesar de todos estes embates, quão produtiva foi para a ciência histórica alemã a renovação através da Ciência Social Histórica? Ela contribuiu e, em caso positivo, como ela contribuiu para o debate sobre o ofício do historiador? Na verdade o senhor já falou um pouco sobre esse tema, mas talvez possa precisar mais sua resposta...

Ulrich Muhlack: Por um lado, repetindo aqui o que já foi dito anteriormente, é um mérito da história social ou ciência social histórica, o fato dela ter conquistado sistematicamente novos campos para a pesquisa histórica, os quais não eram focados antes, ao mesmo tempo em que utilizava novos métodos e se relacionava interdisciplinarmente com a Economia, a Sociologia e a Ciência Política, de uma maneira que não havia sido feita até então. Isso fez com que a ciência histórica progredisse. A isso soma-se um outro ponto. Eu já mencionei aqui que os defensores do historicismo se sentiram desafiados pelos representantes da ciência social histórica. Em decorrência disso, houve na década de setenta, e eu mesmo participei dele, um grande debate teórico. Talvez esse tenha sido o resultado principal, ou seja, que a teoria da história tenha se tornado importante e tenha sido discutida em todos os seus aspectos. Tornamo-nos mais conscientes do que havíamos sido até então (no período em que nos sentíamos seguros em nossa prática científica) sobre os pressupostos teóricos da ciência histórica. Por exemplo, sobre a questão de como se relacionam ciência histórica e política ou, como a história pode ter relações com o presente e, ao mesmo tempo, evitar tornar-se história tendenciosa. Ou ainda questões de método, tais como a relação entre análise estrutural e análise individualizada, a relação entre política interna e política externa, entre história econômica e história política. Todas essas questões foram discutidas com uma sistematicidade, consequência e exatidão até então desconhecidas. Isso tudo nós devemos, sem dúvida alguma, a esse impulso.

8. RMPE: O senhor acaba de tocar em um ponto que remete a outra questão, que gostaria de abordar. O senhor disse que todas aquelas questões foram muito discutidas. Delas surgiram muitos livros, os quais, até hoje, podem ser lidos com bastante proveito. No entanto, atualmente encontram-se, cada vez mais, defensores do ponto de vista de que está havendo um excesso de teoria e de discussões teóricas.

Ulrich Muhlack: Em primeiro lugar, gostaria de dizer que eu também tenho percebido esse fenômeno, e, em segundo, que partilho dessa crítica. Isso

parece contradizer aquilo que acabei de dizer, mas na verdade, não é uma contradição. É preciso que se tenha bem claro em mente, qual é o sentido de se ocupar com teoria da história. Teoria da história não é um tema que se possa trabalhar separadamente, e que pertença a um mundo abstrato. Teoria de história não é nada mais que teoria da ciência histórica. Isto quer dizer que ela deve ser um instrumento de ajuda para o fazer prático desta ciência. Este é o ponto. Seu objetivo deve ser o de ser um guia para a pesquisa e o ensino de história. E, é por isso que, na prática, as reflexões teóricas são feitas em momentos em que novos problemas historiográficos, novos temas historiográficos, vêm à tona. Estes últimos é que levam à conclusão de que se tem uma necessidade de teoria e de se refletir teoricamente. Assim também ocorreu quando do surgimento da ciência social histórica. Isto pode ser exemplificado com o caso de Hans-Ulrich Wehler. Ele sempre foi um homem da prática. Ele escreveu trabalhos enormes de história, como por exemplo, uma *História Social da Alemanha* em cinco volumes, da Idade Moderna até 1990. Seu interesse teórico sempre esteve a serviço desse empreendimento historiográfico e se esgotou nele. Colocando em termos genéricos: existem épocas em que essa necessidade de teoria existe e, então, são organizadas discussões, são formados grêmios de estudo, são organizados encontros, são editados livros e, em algum momento, o tema se esgota. A partir daí, existe um grande perigo de que esses debates sejam prolongados de uma maneira artificial e se tornem um fim em si mesmo. Ou ainda que sejam protagonizados por profissionais, que não sejam historiadores e que não tenham uma relação próxima com a prática da ciência histórica, dando-se a fazer elocubrações filosóficas abstratas, das quais não é feita nenhuma ponte para a prática. Aqui eu já citei Wehler como exemplo. Mas poderíamos também falar de Droysen. Ele era muito interessado em filosofia, foi um seguidor de Hegel e autor de uma *Historik*, a qual até hoje ainda é considerada um modelo. No entanto, ele era em primeiro lugar um historiador, o qual desenvolvia suas considerações teórico-históricas sempre em relação com seus interesses historiográficos práticos. Isso o diferencia de alguns teóricos da história de hoje em dia, os quais não têm interesses historiográficos práticos, permanecendo apenas no âmbito das abstrações.

9. RMPE: *Gostaria de abordar agora mais especificamente um termo do qual já falamos aqui várias vezes: o historicismo. Um de seus livros, publicado em 1991, chama-se: A ciência histórica no Humanismo e no Iluminismo: a pré-história do historicismo.*³ *Por detrás deste título está implícito um significado específico do termo "historicismo", cujo uso o senhor mesmo põe em questão em textos posteriores, em que diz ser ele por vezes usado de maneira muito redutora, ou então muito ampla, banalizando-o. Como o senhor o definiria?*⁴

Ulrich Muhlack: Esta é uma pergunta bastante justificada, já que se pode fazer um uso abusivo do termo historicismo e isto tem me levado, nos últimos tempos

³ Título original: *Geschichtswissenschaft im Humanismus und in der Aufklärung. Die Vorgeschichte des Historismus.*

⁴ No alemão o termo a que me refiro é o do "Historismus", aqui traduzido como Historicismo.

– isto eu posso afirmar agora –, a questioná-lo. A palavra “historicismo” assume hoje, muitas vezes, um significado hermético. Nesse sentido, ela significa um ensinamento ou edifício teórico fechado em si mesmo, de alguma forma idêntico à concepção de história do século XIX, talvez abrangendo o início do século XX, o qual poderia ser ultrapassado. Daí a expressão, usada na década de 1960, “ciência histórica para além do historicismo”. Isto é uma redução do termo, a qual nada tem que ver com o significado original do mesmo, no momento de seu surgimento por volta de 1900, quando era usado por autores como Ernst Troeltsch ou Friedrich Meinecke. Para eles, o historicismo era muito mais que uma concepção da ciência histórica, a qual estaria naquele momento pronta e acabada, sendo antes uma revolução no pensamento sobre o humano, um fenômeno de dimensões enormes, o qual Troeltsch, com razão, denominou de “historicização”, e que começa com a Revolução Francesa⁵. A historicização do pensamento a respeito das coisas humanas significa a descoberta do fato de que o humano não é explicável por nenhuma instância ou categoria externa a ele, e isto inclui a religião e a filosofia, mas sim que é pura e simplesmente histórico, que ele advém da história, que ele não é nada além da história. Que a única realidade que possuímos é nosso mundo histórico imanente, pelo qual somos responsáveis, pelo qual nenhuma outra instância é responsável e do qual nenhuma outra instância pode nos salvar. Isto é a experiência historizante desde 1800 e este processo não está concluído, como se tivesse estado em voga no século XIX e depois tivesse sido perdido no século XX, mas, sim, continua até hoje e é um processo que nunca chegará ao fim, porque sempre existirão novos campos a serem historizados. Até hoje, por exemplo, os teólogos têm dificuldades com a historicização de sua própria história, com a historicização da história da Igreja. Ainda existem muitas, por assim dizer, zonas tabu, que se fecham para o processo de historicização, mas que serão abrangidos por ela em algum momento. Isto é o que entendo por historicismo. Historicismo é a historicização do pensamento humano e isto levou naturalmente a uma outra concepção de história, ou melhor dizendo, de ciência histórica. Até o advento do historicismo, a história era uma ciência auxiliar de disciplinas normativas, as quais tinham a tarefa de anunciar a verdade eterna: disciplina auxiliar da Teologia, da Filosofia, da Jurisprudência. Estas disciplinas anunciavam verdades gerais, as quais deviam ser exemplificadas através de material histórico concreto. Agora esta disciplina subordinada – a história – torna-se uma ciência independente; ela passa de uma disciplina auxiliar para uma disciplina autônoma, a qual não tem outro compromisso senão com o passado mesmo. Esse foi o nascimento da ciência histórica moderna e, com ele, foram dadas as suas bases, que perduram até hoje. Neste processo pode-se incluir tudo o que foi dito até agora; também a história social é um capítulo neste processo de historicização. Aqui foram conquistados campos para a história, os quais, desta forma, não existiam antes. Também o desenvolvimento mais recente não significa nada mais do que a

⁵ Há uma tradução para o português de um fragmento da obra, na qual Troeltsch tece estas considerações. Ver: TROELTSCH 2010.

conquista de novas áreas para a história, as quais até então estavam excluídas de seu âmbito, que não eram observadas, ou não suficientemente observadas.

10. RMPE: Mas, mesmo assim, não se pode negar que o termo Historicismo tem também um outro significado na história da historiografia: ele está diretamente relacionado com uma determinada vertente metodológica e temática do século XIX...

Ulrich Muhlack: Otto Hintze, um grande historiador da primeira metade do século XX, também via todo o contexto acima descrito da mesma forma que Troeltsch e, na minha opinião, ele tinha razão. Se se entende historicismo como um processo de historicização, todas as vertentes importantes do século XIX pertencem a ele. Há uma certa tendência a limitar o historicismo a Ranke e Droysen e talvez a Heinrich von Treitschke e historiadores pertencentes ao grupo próximo destas figuras, mas isto é incabível. Não se pode fazer isto. Até o marxismo é uma forma de historicismo. Aqui estou dilatando bastante os limites, já que também o materialismo dialético é uma tentativa de explicar o presente através da história. Da história das lutas de classes. Tudo bem, pode-se fazer objeções a esta inclusão, já que o materialismo histórico se tornou muito dogmático e a-histórico. Mas, a princípio, é bastante característico que Karl Marx e Friedrich Engels também argumentem historicamente. *O capital* é uma obra de economia política, mas nela tudo é explicado de maneira bem diversa daquela usada nos trabalhos dos pensadores da economia política do século XVIII. Em outras palavras: nada nem ninguém consegue se manter de fora da correnteza historicizante. Se a tomamos por parâmetro, as diferenças passam para segundo plano. É claro que existem diferenças, se olharmos bem de perto. É óbvio que existem diferenças entre Ranke e Marx, entre Droysen e Henry Thomas Buckle, o representante do positismo inglês na historiografia. Mas é comum a todos eles a valorização da História, sua elevação à instância explicativa mais importante para as coisas humanas.

22

11. RMPE: O senhor acabou de citar o nome de Ranke, por ser ele frequentemente relacionado ao termo Historicismo. Em alusão à obra de Simmel O que significa Kant para nós? (1896), podemos nos perguntar: o que significa Ranke para nós hoje?

Ulrich Muhlack: Aqui eu posso conectar-me àquilo que acabei de dizer. Já tive a oportunidade de dizer que a experiência, nova naquele momento, de historicização, havia dado ensejo ao surgimento de uma nova ciência histórica. A disciplina História, que, até então, não passava de uma ciência auxiliar de outras disciplinas, sai desta relação de dependência e se torna uma disciplina autônoma, a qual só depende de si mesma, a qual cria seu próprio instrumentário e que não depende mais das regras ditadas por elas. Ranke pertence àqueles que personificam esta ciência histórica tornada autônoma. Ranke está entre aqueles que, por primeiro, criam e utilizam este novo conceito de ciência histórica em suas obras e aulas. Ranke não só produziu uma obra historiográfica imensa, como também foi professor universitário em Berlim por

quase cinquenta anos, tendo sido ali o criador de um seminário de História, no sentido moderno do termo. Este seminário tinha a função de ser como um laboratório para o exercício do método histórico,⁶ e acabou por tornar-se uma célula-mãe da moderna ciência histórica na Alemanha e, até mesmo fora dela. Neste seminário, criado por Ranke, chegavam levadas de estudantes, não só alemães, como também estrangeiros. Ranke tinha renome internacional. Um de seus alunos ali é Georg Waitz, o qual montará em Göttingen uma espécie de filial deste seminário rankeano, e que acaba tornando-se muito mais famoso que o do mestre, já que mais profissional, tecnicamente muito mais avançado. Também conhecido internacionalmente e com a mais alta reputação. Tudo isso está ligado ao nome de Ranke, todo este processo de surgimento da ciência histórica moderna. A isso, juntam-se os resultados concretos de sua historiografia. Ele produziu muitas obras sobre a história do sistema dos Estados europeus da Modernidade, ou seja, do Renascimento até a Revolução Francesa, transbordando, na verdade, estes limites temporais, chegando até o século XIX. Ele trabalhou toda esta temática de maneira totalmente nova desde suas bases, de acordo com um programa de pesquisas por ele criado. É claro que teve precursores. Nada surge sem pressupostos na história. Mas ele trabalhou o material de uma maneira tal que acabou por criar uma nova base. E pode-se acrescentar aqui que o que ele descobriu sobre o desenvolvimento dos Estados europeus modernos, sobre a França, sobre a Inglaterra, sobre a Prússia, não está ultrapassado. Está lá, da maneira que ele deixou, como base para pesquisas posteriores. Não se pode reprovar, em Ranke, que ele não tenha vivido no século XX, que não tenha estado consciente dos desafios do século XX. Nós vivemos em um outro momento. Ranke viveu no século XIX. Mas, aquilo que escreveu no século XIX, de acordo com o horizonte vigente em seu tempo, perdurou mais do que o que escreveram outros historiadores. Um último ponto ainda sobre Ranke, o qual nos leva de volta a um tema sobre o qual já conversamos. Ranke foi um historiador excepcionalmente reflexivo. Ele não foi um teórico, no sentido de que teria escrito obras teóricas, ou de ter dado aulas sobre teoria de história. Mas ele leu tudo o que era importante. Ele leu Hegel, ele leu Fichte, ele leu Kant. Ele conhecia todos estes autores. O fato de ele não ter escrito sobre temas semelhantes tem uma razão muito simples. Ele tinha uma certa desconfiança com relação a qualquer tipo de reflexão teórica, a qual fosse feita separadamente da prática historiográfica. Isso ele não aceitava. O que ele fez ao invés disso: ele inseriu todo o seu interesse teórico e seu potencial reflexivo em suas obras históricas. Suas obras não são, de maneira alguma, meras coleções de material, mas sim refletidas da primeira à última página. Elas se constituem em um trabalho magistral de reflexão, um produto de suas reflexões sobre história. Isto é perceptível. Ranke nunca comunica meros fatos, mas sim julgamentos sobre eles. Os fatos são narrados de tal maneira que o seu julgamento se torne claro. Isto, poderíamos assim dizer, é teoria que se tornou imanente à prática da pesquisa histórica. Nesse sentido ele foi teórico. E só para

⁶ Método de análise crítica das fontes.

se fazer uma observação breve aqui: o que é teoria? O que significa teoria, no sentido estrito do termo? Teoria significa observação pensante, na verdade, pensar mesmo. E como o melhor historiador deve ser considerado aquele historiador que consegue expor reflexivamente seus objetos de estudo. É óbvio que é bastante útil, que ocasionalmente se discuta as questões teóricas separadamente. Trata-se aqui, no entanto, de uma separação didática, de uma separação por razões práticas. Mas em última instância, teoria e prática devem andar sempre juntas e serem, sempre, relacionadas uma à outra. Ranke é um bom exemplo desta unidade, deste entrelaçamento entre teoria e prática na historiografia.

12. RMPE: Mais um aspecto relacionado a Ranke, que gostaria ainda de tematizar aqui. Wolfgang Hardtwig e o senhor também relacionam o nome de Ranke com o processo de estetização da escrita da História. O senhor pode tecer algumas considerações sobre este ponto?

24

Ulrich Muhlack: Ranke tinha pretensões literárias, mas pretensões literárias de um tipo novo. Pode-se dizer que, até o final do século XVIII, ou seja, até o advento do historicismo, a História era um gênero literário, que, como qualquer outro, devia ser escrito de acordo com as regras da Retórica. Ranke não pode ser visto em conexão com este tipo de literatura retórica. Na verdade, ele declarou guerra contra este tipo de escrita da história. Mas, também é correto afirmar que ele tinha, por assim dizer, a ambição de apresentar os resultados de sua pesquisa histórica com requinte literário. Só que não mais segundo as regras da Retórica, mas sim de modo que, tudo o que ele havia pesquisado e tudo o que correspondia às suas exigências relativas à verdade histórica, fosse exposto de uma maneira apropriada. Ele postulava uma estética, a qual deveria corresponder à lógica do conhecimento histórico. A lógica do conhecimento histórico deveria ser transposta para a exposição histórica. Droysen conseguiu expressar isto de maneira clara: a escrita da História deveria apresentar-se como uma obra-de-arte lógica. O leitor deveria poder deleitar-se com uma argumentação correta e com uma exposição bem escrita. Neste sentido, Ranke foi um grande advogado da exposição histórica com ambições literárias. Ele sempre teve o desejo de escrever tão bem quanto um autor de romances. Sobre sua primeira obra, as *Histórias dos povos românicos e germânicos*, ele chegou a dizer que teria sido sua ambição escrevê-la de tal maneira que ela pudesse concorrer com um romance de Walter Scott. Porém, sempre tendo como ideia reguladora, como pensamento de fundo, que nada além do conhecimento histórico em si mesmo deveria estar transposto na exposição e que a beleza a ser encontrada nela deveria ser a beleza própria do pensamento histórico.

13. RMPE: Um de seus últimos cursos na Universidade de Frankfurt se chamava "Sobre a utilidade da História para o presente". Nele, o senhor trabalhou com a visão sobre esta questão em autores desde a Antiguidade (Heródoto, Tucídides), passando pela Idade Média (Otto von Freising), pelo Iluminismo (Schiller) até chegar aos séculos XIX e XX (Ranke, Nietzsche, Vossler e Koselleck). Como o senhor se expressaria sobre este tema?

Ulrich Muhlack: Nós já conversamos sobre muitos aspectos desta questão, mas é bom que você a coloque desta forma. Este tema “sobre a utilidade da história para o presente” deveria remeter a Nietzsche, a seu famoso texto “Da utilidade e desvantagem da História para a vida”. A “desvantagem” foi deixada de lado no título do curso, mas eu gostaria aqui de falar primeiramente sobre ela, para deixar claro o que ela significa. Nietzsche via o consumo excessivo de história como prejudicial para a vida. Este era seu pensamento: o excesso de história, nos casos em que as pessoas ocupavam excessivamente suas cabeças com conhecimentos e fatos históricos, tornava-as inaptas para o presente, para a vida. Para ele, a vida dependeria de uma imediatez das decisões e da vontade. Em meu curso tive o objetivo de tornar clara a utilidade da história para o presente. A própria questão colocada no título já dá, de certa forma, a resposta: a história, enquanto passado, não existe por si, mas sim para o presente, e isto pelo simples fato de que, como diz Benedetto Croce, a história é presente. O historiador vive no presente, ele formula suas opiniões sobre o passado no presente. Todo julgamento do historiador, todo livro que escreve é um pedaço do presente, é presente mesmo. É preciso que se esteja ciente disto. Não é que a História tenha relação com o presente, ela é presente. No momento em que penso historicamente, estou me movimentando no presente. Traduzindo para uma linguagem menos abstrata: o presente tem uma relação de dependência com a história, já que ele constituiu-se historicamente, ele tem suas raízes no passado. Isto é válido não apenas para a política, como também para a educação. Isto é válido para tudo: para nossa língua, para nosso vestuário, para a religião, para o campo das artes e assim por diante. Para o historiador resulta, disso tudo, o fato de que ele deve servir ao presente: ele deve instruir o presente sobre suas raízes no passado, sobre seus pressupostos históricos; ele deve mostrar ao presente de qual passado este advém. O historiador nunca poderá dizer às pessoas no presente como devem agir no futuro, ou mesmo o que elas podem fazer no presente para o futuro. Isto continua sendo de sua própria responsabilidade. Este, na verdade, é o ensinamento do Idealismo: que nós somos livres, que nós podemos nos autodeterminar, que nós mesmos somos nossa pré-condição. O historiador pode nos explicar sobre o que ocorreu até ontem, até uma hora atrás. Este é o campo temporal que não pode mais ser modificado, que permanece imutável diante de nossos olhos e que pode ser analisado.

14. RMPE: O “hoje” pertence ao mundo da Ética.

Ulrich Muhlack: Claro. O “hoje” pertence ao âmbito das decisões práticas e éticas. O passado está fora do âmbito de nosso poder ético-político. Eu não posso mais impedir Hitler de agir. Não faz sentido xingar os “malignos” da história, isto não leva a nada. Eu não estou em condições de mudar nada; eu só posso compreender, eu posso explicar, e esta é a grande tarefa do historiador: dizer-nos exatamente, logicamente, de maneira clara, como certas coisas aconteceram e de que circunstâncias elas resultaram. Isto não tem nada a ver com ética ou moral, isto é uma questão pertencente ao âmbito da lógica e do conhecimento. Aqui o historiador deve dar o máximo de si e ele está apto a fazê-lo. Muitas vezes

é dito a ele que ele não estaria em condições de fazê-lo, que ele não estaria em condições de livrar-se de seus preconceitos. Isto é verdade até um certo ponto. Mas sempre houve historiadores que conseguiram se livrar de seus preconceitos em favor de seu trabalho cognitivo. Ranke, por exemplo, conseguiu, apesar de detestar as revoluções, analisar a Revolução Francesa. Ele vivenciou a Revolução de 1848 e se indignou com ela. Mas depois que ela já havia ocorrido, tendo se tornado, assim, objeto de suas investigações, ele procurou explicar logicamente o que ele havia rejeitado no momento anterior. Esta é a tarefa do historiador. No presente, ao contrário, tem-se que tomar decisões práticas.

15. RMPE: Entendo, mas como historiador tem-se mesmo assim a esperança, na medida em que grande parte dos fatos do passado esteja esclarecido ou explicado, de que se possa tomar decisões "mais corretas" no presente...

Ulrich Muhlack: Como historiador você pode expor a queda do muro na Alemanha, em 1989. Mas pode-se tirar consequências totalmente diversas deste fato. Um comunista tirará consequências bastante diferentes daquelas de um liberal-democrata, um nacionalista, outras diversas daquelas, tiradas por um defensor da ideia de Europa. Todas estas são posições ético-políticas. O historiador não deve ter aqui nada para dizer. Aqui a questão é a de nossa liberdade e de nossa consciência. É claro que nós vivemos em ordens normativas, nós temos leis e regras que regulam nossa conduta, correspondentes às ideias vigentes em nosso tempo. Mas tudo isto é apenas o pano de fundo, o qual não livra os indivíduos de tomarem suas decisões. Também os *Dez mandamentos*, um dos documentos mais antigos no qual normas para a convivência humana são expostas, não impediram que se tenha sempre ido contra eles. Dito moralmente: à humanidade pertence o "bom" e o "mau", isto é, sua liberdade. A tarefa do historiador, por sua vez, consiste, em um momento posterior ao ocorrido, em compreender, em contextualizar, enfim, em transformar em conhecimento aquilo que no passado apareceu como "bom" e como "mau". A este movimento de compreensão pertence também a percepção de que, na história, muitas vezes o "bom" e o "mau" se condicionam e que, por isso, na análise, não devem ser vistos separadamente. Na verdade, esses dois termos não devem ser usados pelo historiador, já que eles não correspondem à unidade do acontecido.

16. RMPE: Isso pertence novamente ao universo da Moral.

Ulrich Muhlack: Exatamente, só para deixar mais claro através de um exemplo: lamenta-se constantemente a intolerância horrível da época das guerras religiosas, ocasião em que os católicos e os protestantes se arrancavam as cabeças e praticavam massacres uns contra os outros. Realmente, analisando-se estes fatos do ponto-de-vista atual, não foi uma época agradável. E, exatamente por isso, parece-nos ainda mais formidável a ascensão do Iluminismo, da tolerância. Esta é, no entanto, uma visão dicotômica da história: da escuridão surge a luz. O historiador chegará, do seu ponto-de-vista, à conclusão de que foi o excesso

de intolerância, por exemplo, durante a Guerra dos Trinta Anos, a pré-condição para que a tolerância se tornasse possível no horizonte mental das pessoas. Não existe tolerância sem a necessidade de que ela seja exercitada. Até então não havia a noção da tolerância. Existiam começos. Tolerância, no sentido completo do termo, só se tornará possível, quando não se estiver mais disposto a suportar a intolerância religiosa. Até então, todo mundo havia acreditado na verdade absoluta. Lutero acreditava na verdade absoluta, Calvino acreditava na verdade absoluta, a Igreja Católica acreditava na verdade absoluta. Era-se, na verdade, obrigado a aniquilar o opositor, pois senão estar-se-ia traindo sua própria verdade. Isso era absolutamente lógico e correspondia à mentalidade daqueles tempos. Mas, em algum momento, a intolerância tornou-se excessiva para a maior parte das pessoas. E esse foi o momento do nascimento da tolerância: uma virada na história do pensamento. Muitas vezes percebe-se na história que aquilo que é oposto do ponto-de-vista moral, na verdade, deve ser pensado conjuntamente e se condiciona mutuamente.

17. RMPE: Agora gostaria de voltar-me para um tema bem diferente: na ciência histórica parece estar ocorrendo atualmente um renascimento dos estudos biográficos. O senhor já orienta há muito tempo estudos biográficos sobre historiadores. Como o senhor avalia a importância deles para a História da Historiografia?

Ulrich Muhlack: Esta pergunta me toca bastante de perto mesmo. Um de meus campos de pesquisa há décadas, poderia dizer assim, é a história da ciência histórica na Alemanha no século XIX, ou seja, sob os auspícios do já comentado historicismo. Eu publiquei um livro que trata da Pré-História dele, mas eu gostaria, muito mesmo, de não ficar apenas na Pré-História e, sim, de, no futuro, publicar um segundo volume e, talvez, até um terceiro. Não tê-lo feito até agora deve-se ao fato de ter-se tornado clara para mim, ao longo do tempo, a enorme complexidade desse tema. De qualquer forma, eu aprendi que é preciso que se possa apoiar em trabalhos anteriores para que se possa realizar um trabalho expositivo abrangente. Sobretudo os historiadores mais importantes do período devem já ter sido estudados individualmente, já que cada historiador é uma unidade constitutiva da ciência histórica de seu tempo. Quando se estuda um historiador individualmente, aprende-se não somente sobre ele, sua obra, seus pontos-de-vista, suas atividades, mas sim sobre todo o contexto no qual ele viveu, a escola em que estudou, a universidade em que esteve, a rede de ligações da qual ele mais tarde fez parte, as tradições das quais ele participou. Se ele tinha interesses políticos, junta-se a todo este contexto, ainda, a história política de seu tempo e, então, somos praticamente introduzidos a ela. Em resumo, de cada historiador individual abre-se um olhar concreto sobre o geral. Os estudos individuais sobre historiadores específicos são, portanto, um trabalho imprescindível, que deve ocorrer anteriormente a que se proceda a uma grande síntese sobre a história da historiografia. É claro que, da mesma maneira, é preciso que o historiador-biógrafo tenha um conhecimento bastante amplo da história do período para que possa escrever este tipo de biografia. Trata-se, aqui, de uma relação de condicionamento mútuo.

18. *RMPE: No Brasil os estudos em história da historiografia são um campo relativamente jovem, ou melhor dizendo, pouco explorado. Isto significa, para o interessado neste assunto, que são raras tanto as exposições panorâmicas sobre escolas e tendências historiográficas e seu desenvolvimento no tempo, como também os estudos biográficos sobre historiadores. O que o senhor aconselharia a nós historiadores interessados neste campo? Por onde deveríamos começar?*

Ulrich Muhlack: É bastante difícil para mim responder esta questão, já que o tema não me é familiar. Me parece que seria aconselhável marcar as grandes épocas e questionar as relações com a história política. Na Alemanha estas relações são evidentes. Aqui a Revolução Francesa desempenhou um papel bastante importante, depois também as Revoluções de 1830 e 1848, a unificação dos estados alemães, as consequências da Primeira Guerra Mundial e assim por diante. Sempre foram as experiências marcantes do presente que deram origem a grandes desenvolvimentos na ciência histórica. É de se supor que o mesmo seja válido para o Brasil. É claro que não se pode explicar o desenvolvimento na história da historiografia somente com base na história política ou nos interesses do presente; no entanto, tais impulsos sempre desempenham um papel importante. De qualquer forma, também aqui é válida a máxima de que história é presente, de que as questões historiográficas surgem sempre no presente. Droysen foi marcado pela luta pela unificação alemã. Depois da Primeira Guerra Mundial os historiadores alemães voltaram-se para o tema da “mentira sobre a responsabilidade pela Guerra” do Tratado de Versalhes. Depois da Segunda Guerra Mundial foi importante para muitos historiadores alemães a questão do enfrentamento do passado. Quais foram as experiências do presente que marcaram o desenvolvimento da ciência histórica no Brasil? Qual foi o papel desempenhado, por exemplo, pela Independência? Ela despertou um interesse especial pela História? Pode-se perguntar, neste contexto também, quais os efeitos que um historiador estrangeiro como o alemão Heinrich Handelmann com sua *História do Brasil* veio a desencadear entre os historiadores brasileiros. A ciência histórica alemã, naquela época, era conhecida mundialmente. Handelmann pode ser visto, de certa forma, como um mensageiro dela. Tais influências externas sempre existiram na história da historiografia. Basta pensar no papel desempenhado pelos historiadores italianos na época do Renascimento.

28

19. *RMPE: Já que estávamos falando sobre a historiografia alemã, gostaria de voltar a ela. Enquanto autor de balanços bibliográficos para várias revistas científicas como a Historische Zeitschrift, Geschichte in Wissenschaft und Unterricht e Zeitschrift für historische Forschung, o senhor tem observado atentamente o seu desenvolvimento desde os anos setenta. O último destes balanços, no entanto, já é de catorze anos atrás. Como o senhor vê o desenvolvimento nos últimos anos. Há novas tendências? Como o senhor as avalia?*

Ulrich Muhlack: É claro que existem novas tendências e isto por uma razão muito simples: porque existem novos questionamentos, novos campos temáticos.

A ciência histórica é uma ciência voltada para a pesquisa. O tempo em que ela administrava um arsenal fixo de conhecimentos, o qual era repassado para as gerações seguintes, já ficou para trás. Desde que o Historicismo trouxe à tona a ideia de pesquisa no sentido moderno, tem-se a situação de que, as novas experiências do presente e as novas maneiras de se colocar os problemas sempre trarão consigo novos conhecimentos. As novas tendências, tema de sua pergunta, poderiam, até certo ponto, serem todas subsumidas dentro da expressão "história cultural", a qual está em uma relação de oposição tanto com a história política tradicional, como com a história estruturalizante da ciência social histórica. Seu objeto de estudo é o homem, em todas as suas manifestações. Neste contexto, o indivíduo é redescoberto, mas não no sentido da biografia tradicional, a qual se ocupava normalmente com as "grandes" personalidades, e sim, enquanto pertencente à massa de indivíduos sem nome. Isto é, sem dúvida alguma, um novo campo temático, o qual certamente requer novos métodos de pesquisa. Mas este novo campo temático não foge do contexto de uma ciência da história. Trata-se de um enriquecimento da ciência histórica e não de uma destruição da mesma, ou de uma troca de paradigmas. Hoje em dia fala-se muito em troca de paradigmas, até em trabalhos de doutorado. Isto é um disparate. A última troca de paradigmas na ciência histórica foi a entrada em cena do historicismo, por volta de 1800. Esta foi, de fato, uma troca de paradigmas. Ali foi posta abaixo uma velha tradição historiográfica europeia, a qual havia existido desde a Antiguidade. Mesmo ali foi dada continuidade a muita coisa que havia existido até então, foi retomada muita coisa, só que de uma maneira nova. O que nós estamos presenciando neste momento são apenas novos interesses, novas modas no campo da pesquisa, as quais, por sua vez, darão lugar no futuro a outras novidades e que não chegam a tomar o espaço de ninguém. Até mesmo a velha história política não foi ainda expulsa do horizonte do historiador. Agora mesmo estamos entrando novamente em um contexto de relações multipolares entre os Estados, de reaparecimento de velhos conflitos, aos quais se juntam outros novos. Nesta situação, voltamos a pensar na história das relações internacionais, a qual, por um longo período, tinha sido vista como obsoleta. Nada do que serve para nós hoje é obsoleto. Neste sentido, a situação atual na ciência histórica pode ser caracterizada como a de uma grande pluralidade de propostas, as quais não se excluem mutuamente. Por isso mesmo, não se tem hoje grandes conflitos teóricos. O que se tem hoje é uma coexistência de propostas diversas, e isto corresponde exatamente à lógica do ocorrido nas últimas décadas. Só poderíamos falar de uma troca de paradigmas, hoje, se se impusesse no mundo a visão de que não precisamos mais de história, de que ela não nos interessa mais, já que vivemos em um mundo moderno e tecnicizado, no qual não queremos nos incomodar com coisas velhas. Na verdade, não estamos livres de que isto venha a acontecer. A descoberta de história não significa que a vitória da visão de mundo historicizante vá permanecer para sempre. Pode ser que este nosso mundo, marcado pela cultura histórica, um dia desapareça. Mas, por enquanto, isto ainda não está em nosso horizonte. Nenhuma das novas tendências na ciência histórica tem uma tal proposta.

20. RMPE: Mas entre os representantes da História Cultural e os da História Social na Alemanha houve já alguns conflitos...

Ulrich Muhlack: Sim, é claro. O panorama que acabo de esboçar é, na verdade, uma visão harmonizante, que só se tem quando se olha de cima. Mas é que só assim podemos ver semelhanças, que são perdidas de vista no calor da hora. É claro que faz uma grande diferença se me ocupo com história política ou com história do cotidiano. Também é correto que, sempre que se abre um campo novo de pesquisas, exista a necessidade por parte dos seus representantes de se distanciar polemicamente de propostas existentes anteriormente. Porém, na verdade, trata-se de campos de conhecimentos diversos uns dos outros, que não devem ser vistos em relação de oposição. Treitschke não se interessou, ou não se interessou primordialmente, pela história do cotidiano, porque seu tema era a questão nacional. O interesse atual pela história do cotidiano é o resultado de uma constelação política específica, a qual tem suas raízes no mundo das iniciativas privadas, dos interesses regionais, enfim, de experiências concretas de vida. Não faz sentido censurar nos historiadores da virada do século XIX para o XX, que eles não tenham tratado em seus estudos de campos que só chamaram a atenção para si cem anos depois, em razão de experiências totalmente novas do presente. Foi preciso a questão social, por volta de 1900, para que a escravidão antiga fosse redescoberta como objeto da pesquisa histórica. O próprio caminhar, o tornar-se da história, sempre produz novas questões.

30

Eu gostaria, no entanto, de lembrar aqui uma outra coisa: que as obras de bons historiadores não envelhecem. Tucídides não foi superado até hoje. Pode-se descobrir novos materiais arqueológicos; no entanto, no geral sua obra permanece uma obra-prima, a qual sempre permanecerá. O mesmo vale para Ranke e outros historiadores. Nunca irei me esquecer como Alfred Heuss apresentou a bibliografia em uma aula sobre história da Grécia: veementemente mesmo, ele só aconselhava dois autores mais velhos: Eduard Meyer e Karl Julius Beloch. Eles tinham, independentemente um do outro, trabalhado em suas obras sobre a história da Grécia nos períodos Arcaico e Clássico, exclusivamente com fontes primárias; este desempenho deles parecia a Heuss insuperável. E de fato: não é preciso fazer sempre tudo de novo. Existem trabalhos historiográficos os quais não envelhecem, mesmo que a pesquisa especializada vá além deles.

21. RMPE: Pode-se dizer, então, que a obra clássica permanece e, mesmo assim, pode ser que surja um outro clássico sobre um mesmo tema, no caso de um outro historiador ter descoberto novas fontes ou desenvolvido novos métodos para velhas fontes...

Ulrich Muhlack: Mas eu diria até que, quando se trata de obras de caráter geral, geralmente deve ser dada preferência às obras mais velhas. Pode-se aprender mais de uma obra de Droysen, a qual foi escrita em uma linguagem cuidada e a partir de uma questão claramente delimitada, do que de um trabalho moderno, escrito em uma linguagem confusa. Não faltam exemplos de trabalhos

modernos nos quais a falta de precisão linguística é latente. Trata-se, nesses casos, com frequência, de trabalhos feitos de compilações de textos teóricos ou pseudoteóricos nos quais o tema tratado é obscurecido até o ponto da ininteligibilidade. Autores mais antigos são simplesmente muito melhores neste aspecto. Gostaria de acrescentar a isto apenas uma observação sobre a relação entre linguagem e pensamento. Quem consegue pensar de forma consequente, quem conhece seu objeto realmente e sabe o que quer expressar sobre ele, com certeza escreverá bem, ou pelo menos de maneira inteligível. Uma frase mal formulada revela o fato de que o tema não foi refletido suficientemente. E, suficientemente refletido foi um tema se ele pode ser transposto de maneira clara e compreensível para o papel. Estas duas coisas condicionam-se mutuamente. Este era um tema importante para Ranke. Para ele, era imprescindível que o historiador expusesse seu pensamento de tal maneira, que ele se tornasse claro enquanto pensamento, sem que fosse acrescentada qualquer coisa a ele, fosse um ensinamento moral ou um enfeite retórico. Esta é a estética do texto histórico sob o auspício da moderna ciência histórica. Todo historiador deve perguntar-se como ele pode expressar suas ideias da maneira mais simples possível, sem que seja retirado delas nem um pouquinho de sua exatidão. Uma tarefa passível de ser executada e que só exige esforço. A historiografia inglesa pode figurar aqui como modelo. Ela é pouco carregada de teoria, ela vai muito pragmaticamente ao tema e tende a usar uma linguagem clara. Algumas traduções de textos alemães para o inglês são melhores que o original. Falo isto por experiência própria. Aqui entramos em contato com um velho pensamento humanista: o de que a verdade é, necessariamente, bela, assim como o moralmente bom é belo. Não nos expressaríamos desta forma hoje, mas o pensamento de base permanece correto e isto, principalmente, para nós historiadores. Deve-se, neste aspecto, tentar copiar os poetas e os bons escritores. Os historiadores devem ler muito, ler literatura, ter contato com o mundo das letras, para que possam ter uma noção das possibilidades de sua língua. Ranke o fez, ele foi um conhecedor exímio da literatura de seu tempo. Hoje isto já não é considerado uma obviedade. Não se pode mais partir do princípio de que estudantes, na iminência de se tornar historiadores, sejam grandes conhecedores de literatura ou da literatura clássica.

22. RMPE: Para finalizar nossa conversa, gostaria de perguntar-lhe sobre seus projetos para o futuro. Quando se lê a lista de suas publicações, percebe-se bem depressa que o senhor tem trabalhado bastante depois de sua aposentadoria e até publicado mais que antes dela. O senhor ainda está trabalhando em algum, ou ainda tem em mente, grandes projetos?

Ulrich Muhlack: É próprio da natureza das coisas que o tempo para grandes projetos vá encolhendo; a gente ignora isto e pode ignorar por um tempo, mas tem que dar um jeito de começar a concentrar-se. No momento estou escrevendo um pequeno livro sobre o Renascimento e o Humanismo na Alemanha. Fará parte da série Enciclopédia da História Alemã e está me dando a oportunidade de resumir

estudos feitos no passado e pesquisas realizadas para o preparo de minhas aulas. Além disto, espero realmente chegar a escrever a obra sobre o historicismo e a ciência histórica moderna na Alemanha no século XIX. As pesquisas de base já estão prontas, só falta agora juntar tudo e dar um certo acabamento.

23. RMPE: Se o senhor me permite fazer uma sugestão, talvez fosse bastante proveitoso para todos nós, interessados em história da historiografia, se o senhor, antes de completar esta grande obra, escrevesse um ensaio topográfico sobre a ciência histórica alemã no século XIX...

Ulrich Muhlack: Você quer dizer com ensaio topográfico os lugares e as universidades nas quais as diferentes tendências da ciência histórica alemã se formaram. Na verdade, isto pode e provavelmente será feito juntamente com esta obra que estou planejando, mesmo que o mais desejável fosse que se realizassem estudos individuais sobre cada uma daquelas tendências. Um de meus temas nesta obra é a chamada Escola Política, constituída pelos historiadores que combinaram de uma maneira especial política e história; esta tendência coincide em grande parte com a Escola de Heidelberg. A Escola de Ranke, ou seja, a escola dos "objetivistas", a qual subsume ciência histórica ao uso estrito do método crítico de análise das fontes, tem sede em Berlim. Mas Berlim é, devido à estratégia de recrutamento de pessoal feita por burocratas do Ministério da Cultura, eles mesmos estudados e cultos, mais que isto. Em Berlim está não somente Ranke, mas também Droysen; não somente Hegel, mas também seus opositores. Droysen atuou ao lado de Ranke, apesar dos dois não terem sido grandes amigos. Berlim foi mesmo um centro do historicismo alemão; ali encontraram-se quase todas as principais tendências dele, como por exemplo, os representantes das ciências da Antiguidade, entre eles August Boeckh e Theodor Mommsen, ou também o germanista Jacob Grimm, cujo vínculo era com a Academia de Ciências, mas que tinha também a possibilidade de lecionar na Universidade. Finalmente Savigny, o líder da Escola Histórica do Direito. Poderíamos concentrar a história da Ciência Histórica na Alemanha no século XIX em Berlim, para depois, partindo dali, seguir as principais linhas pelo restante da Alemanha. Da mesma forma que seria possível escrever a história da historiografia iluminista alemã partindo-se de Göttingen, já que tudo acontecia ali. Isto acontece de vez em quando, são lugares excepcionais. É bastante interessante.

24. RMPE: Todos estes são pontos de partida muito interessantes para estudos futuros. Mas talvez falem pessoas que os realizem...

Ulrich Muhlack: Sobre Berlim foram publicadas algumas coisas recentemente. Por ocasião do aniversário de 200 anos da Universidade foram publicados muitos volumes, nos quais foram feitas as honras ao papel desempenhado por Berlim para cada uma das ciências. Ali encontram-se bons artigos também relativos à ciência histórica. No entanto, uma história-problema sobre o historicismo

alemão, que tome Berlim como ponto de partida, seria algo bem diverso de uma obra comemorativa. Mas, como já disse acima, em minha obra acompanharei o desenvolvimento no tempo das principais tendências do historicismo alemão. Vou começar pelas ciências da Antiguidade Clássica, para as quais Friedrich August Wolf e August Boeckh são representativos. A seguir vem a filosofia do idealismo alemão, a qual deu à jovem Ciência Histórica noções filosóficas de valor incalculável. Droysen entendia sua *Historik* como crítica da razão histórica; ele leu, assim como Ranke, toda a obra de Kant. O idealismo alemão está, no entanto, ligado ao historicismo, principalmente pelo fato de ter feito da história o principal objeto de suas reflexões. A terceira linha que acompanharei será a da Nova Escola da História Antiga, de Niebuhr até Mommsen. A ela conecta-se Ranke. Depois vêm as escolas históricas da Economia, de Wilhelm Georg Friedrich Roscher a Karl Knies, os historiadores políticos, os historiadores da cultura, pelo menos os que existiam na época, Jacob Burckhardt por exemplo e, além deles, os historiadores da arte. Por último vêm a historiografia católica e a protestante, ou seja, aqueles historiadores de religiosidade marcada. Sobre quase todas essas tendências tenho já trabalhos ou artigos escritos, os quais só devem agora ser reunidos em uma grande obra sintetizadora. Este é, portanto, meu grande projeto para o futuro.

Referências bibliográficas

- HARDTWIG, Wolfgang. Die Verwissenschaftlichung der Historie und die Ästhetisierung der Darstellung. In: KOSELLECK, Reinhart; LUTZ, Heinrich; RÜSEN, Jörn (Hg.). **Formen der Geschichtsschreibung**. München: DTV 1982 (Theorie der Geschichte. Beiträge zur Historik, Bd. 4)
- LORENZ, Chris. Wozu noch Theorie der Geschichte? Über das ambivalente Verhältnis zwischen Gesellschaftsgeschichte und Modernisierungstheorie. In: DEPKAT, Volker; MÜLLER, Mathias; SOMMER, Andreas Urs. **Wozu Geschichte(n)?** Stuttgart: Steiner Verlag, 2004.
- MUHLACK, Ulrich. **Geschichtswissenschaft im Humanismus und in der Aufklärung**: die Vorgeschichte des Historismus. München: Beck, 1991.
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Da utilidade e desvantagens da História para a vida**. Tradução de Noéli Correia de Melo Sobrinho. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2005.
- SIMMEL, Georg. Was ist uns Kant? In: SIMMEL, Georg; DAHME, Heinz-Jürgen. **Gesamtausgabe**, Bd. 5, Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1992.
- TROELTSCH, Ernst. A crise atual da história. In: MALERBA, Jurandir (org.) **Lições de História**: o caminho da ciência no longo século XIX. Rio de Janeiro; Porto Alegre: FGV; EdPUCRS, 2010, p. 448-457.

História da historiografia como analítica da historicidade*

History of historiography as an analysis of historicity

Valdei Lopes de Araujo

valdei354@gmail.com

Professor adjunto

Universidade Federal de Ouro Preto

Rua do Seminário, s/n - Centro

35420-000 - Mariana - MG

Brasil

Resumo

Neste artigo analiso os contornos teóricos da história da historiografia, desde suas possibilidades como uma subdisciplina acadêmica, sua evolução recente no contexto brasileiro até as vantagens e riscos de sua institucionalização. Tento ainda pensar o campo de fenômenos, a abertura do tempo histórico, que poderia fundamentar uma história da historiografia como analítica da historicidade. Argumento, a partir da definição de historicidade em Heidegger, que tal analítica poderia permitir uma ampliação substancial do escopo de uma história da historiografia como atividade de fronteira, capaz de contribuir para a recuperação de certa experiência da história.

34

Palavras-chave

Historicidade; Historiografia; Clima histórico.

Abstract

This paper analyzes some theoretical foundations of the history of historiography, from its possibilities as an academic sub-discipline, its recent evolution in the Brazilian context and the advantages and risks of its institutionalization. It also tries to think about the field of phenomena – the opening of historical time – which could be taken as the foundation of a History of Historiography as an analysis of historicity. From Heidegger's definition of historicity it argues that an analysis of historicity could substantially enlarge the aims of a history of historiography taken as a border activity capable of contributing to the recovery of some dimensions of historical experience.

Keywords

Historicity; Historiography; Historical atmosphere.

Recebido em: 22/4/2013

Aprovado em: 17/6/2013

* Este pequeno texto tem recebido a atenção generosa de tantos colegas, com os quais tive a possibilidade de dialogar, que corro o risco de esquecer alguém nestes agradecimentos. No entanto, preciso esclarecer que foi escrito para a I Jornada de História da Historiografia, promovida na UFRGS, em 2012, por Temístocles Cezar e Fernando Nicolazzi, aos quais sou imensamente grato pelo convite e a interlocução crítica sempre valiosa. Antes, durante e depois, agradeço a leitura e o incentivo de Mateus Henrique de Faria Pereira, leitor exigente e inquieto. Aos colegas, alunos e docentes do Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade (NEHM) da UFOP pelo convívio incrivelmente rico e estimulante. Entre 2012 e 2013, tive a sorte de ministrar uma disciplina sobre *Ser e tempo* na companhia de Luisa Rauter Pereira e Marcelo Rangel, um momento de grande alegria e aprendizado. Por fim, a pesquisa tem sido conduzida no âmbito do projeto de apoio a grupos emergentes da Fapemig, PRONEM, intitulado: "Historiografia e modernidade: variedades do discurso histórico".

Em busca de definições e limites

Mesmo sendo uma prática em expansão entre os historiadores, a ponto de ser possível usarmos a expressão “virada historiográfica” para fazermos referência a ela, a história da historiografia tem recebido pouca atenção quanto a seus limites teóricos e definição, ao menos se ignorarmos os textos-manifestos que eventualmente relançam o campo, o que, de certa forma, não deixa de ser o caso deste que segue. Ao contrário da Teoria da História, que tem uma identidade construída, a História da Historiografia não raro mal consegue ser separada de seu objeto mais evidente, a escrita da história. Quem já teve de ministrar a disciplina em algum curso de graduação sabe o quanto é difícil estabelecer as fronteiras entre a escrita da história (historiografia) e o seu estudo crítico, a história da historiografia. A indecisão na forma de se referir a essa atividade intelectual (historiografia, história da história, história da historiografia) reflete a carência de problematização teórica sobre o seu estatuto. Não é de se estranhar, portanto, que, mesmo em uma obra abrangente e sistemática como a de Jörn Rüsen, encontremos pouca ajuda para compreender o que fazemos quando nos dedicamos a pesquisar e escrever história da historiografia, pois não é claro o lugar que poderia ocupar na “matriz do pensamento histórico” (RÜSEN 2009, p. 188). Em entrevista recente, François Hartog apenas confirmou o valor ambíguo que a reflexão teórica tem na tradição tardia dos *Annales*, excessivamente confiante em um ofício do historiador que se legitima como pura prática (RODRIGUES; NICOLAZZI 2012). Trata-se de uma espécie de vício de origem e de uma época, os anos 1920 na França, quando e onde se sonhou a história como um tipo de ciência que hoje nem mesmo as ciências acreditam ser, isto é, como uma prática/técnica tão confortável no interior do Estado social moderno que dispensaria pensar suas condições teóricas e institucionais, tarefa que talvez se poderia delegar a outros técnicos como sociólogos e filósofos. No entanto, há muito essas disciplinas abandonaram esse serviço. Uma historiografia que espere delas o fundamento de sua consistência intelectual permanecerá na indigência quanto a sua autocompreensão.

Desde que publiquei em 2006 um artigo na revista *Locus* intitulado “Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma”, tenho tido regularmente de responder pelo fato de ter dado um título ambicioso para um texto modesto (ARAUJO 2006). Embora não tenha usado ali a palavra “campo”, desde então, com o crescimento da quantidade e qualidade das pesquisas em história da historiografia no Brasil, essa palavra adquiriu a qualidade de um rótulo provisório para referir a um conjunto muito complexo de fenômenos. Proponho suspender provisoriamente o uso da expressão “campo” em um exercício de retorno às “coisas mesmas” que esse rótulo encobre. Acredito que seja possível mobilizar categorias mais precisas para pensar o que estamos fazendo quando nos dedicamos à história da historiografia.

Não seria despropositado inicialmente partir da afirmação de que as pesquisas que realizamos podem ser situadas no âmbito da historiografia modernamente constituída, não apenas pelo fato de serem produzidas em um âmbito acadêmico, mas também por reivindicarem em maior ou menor

grau o pertencimento ao campo científico. Independentemente das diferenças de métodos, abordagens ou objetos, todos mobilizamos com maior ou menor intensidade as ferramentas do método crítico, que continuou a ser uma das marcas de distinção da prática historiográfica, mesmo que não goze da mesma relevância e prestígio em todas as subdisciplinas e que tenha ele mesmo sofrido importantes transformações nos últimos duzentos anos.

Como parte da disciplina histórica, a pesquisa em história da historiografia precisa ainda demonstrar suas condições de autonomia para poder reivindicar o estatuto de uma subdisciplina, e chegados a este ponto já avançamos um pouco com relação às formulações anteriores que trabalhavam com as categorias "disciplina" e "campo". No entanto, essa afirmação é ainda vazia de conteúdos. Afinal, não poderia ser a historiografia apenas o objeto de uma história especial que poderia ser pesquisada segundo as perspectivas de diversas outras subdisciplinas? A resposta a essa questão não deveria ser a desqualificação de outras abordagens históricas (ou mesmo literárias, sociológicas, antropológicas etc.) da historiografia, mas a demonstração de uma abordagem ou subdisciplina que pudesse dimensionar melhor o que é próprio do fenômeno historiográfico com relação a outras famílias de fenômenos.

De que fenômenos ou conjunto de fenômenos estamos falando quando pesquisamos e escrevemos sobre a historiografia? É o que tentarei esclarecer na seção seguinte. Antes de avançar, porém, talvez seja prudente fazer alguns apontamentos sobre outra categoria que utilizamos para nos reunir e reunir o que fazemos e que recentemente obteve uma fortuna melhor do que as palavras "campo" ou "disciplina". Trata-se da noção de "comunidade".

36

Que tipo estranho de comunidade formaríamos se, na definição sociológica clássica do termo, as condições para a sua existência parecem estar bem distantes da nossa? Certamente estamos diante de uma aproximação metafórica do fenômeno, mas que, como tal, pode revelar elementos importantes. Mais do que afirmar a existência de alguma estranha comunidade, o que talvez o uso da palavra revele é a emergência de novas condições político-institucionais para a pesquisa em história da historiografia no Brasil.

No contexto em que foi produzido o artigo de 2006, que fazia parte da minha tese, escrita no começo deste século, procurava responder à percepção de que a Teoria da História e a História da Historiografia eram disciplinas que passavam por um processo duplo de esvaziamento acadêmico: apesar da enunciação monumental de sua matriz por José Honório Rodrigues nos anos 1970, o estabelecimento da historiografia em padrões universitários entre os anos 1980 e 1990 não tinha tornado realidade aquele desenho. Dentre os muitos motivos que poderiam ser apontados, mencionarei apenas um: a hegemonização de um padrão historiográfico que priorizou a pesquisa empírica e o método em detrimento da teoria e da autorreflexão. O incentivo crescente à subespecialização levou importantes departamentos a se reorganizarem de forma a priorizar as subdisciplinas mais pragmaticamente ligadas à pesquisa de pós-graduação, em geral concentradas, primeiro, sob a designação de História Social/Econômica e, depois, sob a denominação de História Cultural. Em algum

momento, pareceu que os estudos em história da historiografia poderiam ser diluídos no interior de um grande e impreciso universo chamado história cultural. As consequências institucionais eram visíveis: faltavam linhas de pesquisa e pesquisadores capazes de formar jovens doutores, e as vagas das disciplinas do grande setor de teoria imaginado por José Honório, ou eram ocupadas por não especialistas, ou eram extintas. Mesmo hoje não é raro encontrar cursos de graduação em História cuja matriz disciplinar apresenta apenas uma ou duas disciplinas obrigatórias do setor. Mais recentemente – como resultado do esforço de formação de alguns poucos abnegados dos anos 1980 e 1990 –, uma nova geração de doutores tem permitido a ocupação desses espaços que sobreviveram graças a pesquisadores especialistas que se dedicam a produzir em sintonia com sua atividade didática.¹

Não quero dizer com isso que devemos iniciar uma cruzada para reintroduzir nos currículos essas disciplinas, em especial como obrigatórias, mas, sim, que devemos procurar estratégias de ampliação do diálogo com outros ramos da historiografia, diálogo esse um tanto comprometido nos anos 1980 e 1990 pela crise dos grandes paradigmas e a busca de novas linguagens e referenciais. Como as disciplinas teóricas estiveram no centro desse furacão, foi natural a formação de certo abismo entre suas abordagens e linguagens em comparação com campos mais tradicionais da pesquisa. Hoje, esse cenário parece estar se revertendo, e vemos grandes departamentos com programas de pósgraduação reconhecidos buscando atrair pesquisadores em teoria e história da historiografia por identificarem nesse setor um aporte essencial à formação de recursos humanos e à pesquisa. O futuro dessa relação dependerá de nossa capacidade de assumir e priorizar o diálogo com as demais subdisciplinas históricas.

Portanto, a presença de uma “comunidade” que começamos a sentir é um dos resultados desse processo descontínuo de expansão. Mas esse crescimento por si só não estaria produzindo efeitos se, mais recentemente, não tivesse sido acompanhado pelo surgimento de espaços regulados de convivência e conversação, e aqui me refiro particularmente aos periódicos e eventos especializados, particularmente à criação, em 2009, da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH).

Haveria, então, uma relação de causalidade direta entre o surgimento de uma “comunidade acadêmica” e uma disciplina? A relação certamente existe, mas sua causalidade não é tão simples de se estabelecer. Podem existir comunidades acadêmicas cuja força de reunião não seja um projeto disciplinar, mas interesses de pesquisa de outra natureza, sejam eles temáticos, cronológicos, focados em objetos ou programas comparativos. Um bom exemplo disso são os chamados Programas de Excelência (PRONEX) ou Projetos Temáticos, que agrupam comunidades ou redes de pesquisadores na realização de um projeto com prazo de encerramento e sem a cobertura de uma disciplina. No entanto, como uma disciplina pode existir sem algum vestígio de comunidade acadêmica? A existência

¹ Em outro artigo procurei recuperar com mais detalhe as transformações epistemológicas que acabaram por produzir essa situação (ARAUJO 2012).

de uma comunidade é uma das condições externas de sua autonomia: permite o diálogo e o debate sem o qual a pesquisa científica relevante não avança, cria as condições de recepção, comparação e juízo sobre a excelência dos trabalhos e que permitem avaliar em que medida eles respondem à história dos problemas e/ou criam as condições de memória e permanência tão desejáveis para a pesquisa nas Humanidades. A ausência ou precariedade dessa comunidade acadêmica ou de leitores especializados é uma das fontes da fragilidade da pesquisa em Teoria e História da Historiografia no Brasil em décadas passadas, fenômeno agravado pela exterioridade e efemeridade das agendas de investigação.

Mesmo que não se possa afirmar que a existência de uma comunidade acadêmica seja uma condição para a formação de uma disciplina, sua existência é altamente relevante e potencializadora. A recíproca também poderia ser afirmada, pois, no campo da ciência, uma comunidade é avaliada pela qualidade e relevância do conhecimento que produz. Isso não quer dizer que uma mesma comunidade não possa abrigar diferentes e diversos projetos disciplinares e mesmo margens nas quais uma disciplina não esteja em questão, círculos de maior mobilidade e transitividade. Talvez uma das formas para medir a potencialidade de uma comunidade dependa dessa relação tensa entre centros de identidade e margens ou aglomerados de interesses que gravitam e enriquecem o ambiente disciplinar. Acredito que definir a História da Historiografia como subdisciplina, bem como outras cujos germes já estão lançados no interior de nossa comunidade (Teoria da História; História Intelectual; Metodologia), é um modo decisivo de fortalecer os dois polos dessa equação.

38

Como parte da disciplina histórica, a pesquisa em história da historiografia precisa demonstrar continuamente suas condições de autonomia para que possa reivindicar o estatuto de uma subdisciplina. Essa afirmação não deveria acontecer pela desqualificação de outras abordagens historiográficas ou extra-historiográficas, mas pela demonstração de um enfoque que melhor pudesse dimensionar o que é próprio ao que poderíamos chamar de fenômenos historiográficos. Afinal, de quais fenômenos ou conjunto de fenômenos estamos falando quando pesquisamos e escrevemos sobre a historiografia? É o que tentaremos esclarecer a seguir. Tentarei, ainda que de modo provisório, encaminhar algumas respostas sobre o universo de fenômenos para os quais seria relevante e se poderia justificar teoricamente a existência de uma História da Historiografia como subdisciplina. Essa afirmação deveria nos levar a produzir um controle maior e mais complexo das agendas de investigação que poderíamos abrir, bem como daquelas que já estamos cumprindo.

Um campo de fenômenos: os modos da historicidade

A família de fenômenos com a qual essa disciplina poderia estabelecer uma relação decisiva poderia ser de antemão agrupada sob o rótulo "historicidade". Mas como se aproximar de uma definição razoavelmente operacional dessa categoria? O exercício que proponho desenvolver parte da contribuição de

Heidegger, em *Ser e tempo*,² na qual o autor define a historicidade como a estrutura do acontecer humano, ou a *temporalização de sua temporalidade*.

Não haveria espaço para recuperar todos os movimentos da reflexão de Heidegger sobre a temporalidade como estrutura, apenas lembro que está relacionada com a análise existencial do humano como um ser entre nascimento e morte. Trata-se de um ser que só pode se realizar nesse estar lançado entre um início e um fim. Heidegger denomina acontecimento a atualização desse estar lançado. Procurando desvendar os fundamentos ontológicos de nossa compreensão cotidiana da temporalidade, o pensador busca entender por que, ao falarmos de história, tendemos a reduzi-la ao passado (o ser para o princípio), tomado como sua dimensão mais fundamental. Da mesma forma, ao não compreendermos o caráter temporal do humano, somos levados a imaginá-lo como algo simplesmente dado no tempo, quase como um continente, algo da dimensão do espaço. O homem teria uma história porque está no tempo, sendo essa qualidade algo externo e distinto do que ele mesmo é e que a ele pode ou não ser acrescentada como um acidente. Entende-se assim outro paradoxo da compreensão cotidiana que confunde existência/realidade com o ser-no-presente, levando à conclusão lógica de que o que já não está presente (o passado) e o que ainda não está presente (o futuro) não existiriam. Com isso, a permanência no tempo (identidade) torna-se um grande mistério. Afinal, como algo pode permanecer, ou seja, costurar esses dois pontos de fuga que se tornam passado e futuro?

Heidegger descreve fenomenologicamente a concepção cotidiana de um homem "no tempo" para afirmar a derivação da historicidade da temporalidade como modo de ser do homem, algo, portanto, que lhe é interno. A historicidade deveria ser compreendida como a temporalização da temporalidade humana, ou, em outras palavras, a efetivação dessa condição estrutural do humano, o tempo histórico. No acontecer histórico, o primado do passado é uma espécie de ilusão derivada da concentração metafísica no presente, pois todo acontecer como propriamente humano é sempre uma temporalização, ou seja, "o vigor de ter sido enquanto algo atualizante e por vir" (HEIDEGGER 1996, p. 186).

Heidegger chama de *historicidade própria* a possibilidade de o homem reconhecer a natureza modalizante (enlaçamento de passado/futuro na abertura do agora) do seu acontecer, contrapondo-a à *historicidade imprópria*, em que o homem imagina-se "no tempo", ocultando o seu caráter internamente constitutivo.³ É no ser com os outros que a historicidade própria se realiza mais profundamente, o que Heidegger chama de "envio" comum: "O envio comum dos destinos da pre-sença [homem] em e com a sua 'geração' constitui

² Neste artigo utilizo de forma livre a tradução de Márcia de Sá Cavalcante, simplificando-a em alguns momentos para facilitar a legibilidade para os leitores não familiarizados com o texto e seu vocabulário. Assim, ao tomar "pre-sença" (Dasein) por "homem", não estou desconhecendo os problemas dessa aproximação, muito menos a própria resistência de Heidegger em aceitá-la.

³ Neste sentido, parece impreciso a crítica de Ricoeur (1997, p. 154-155) de que haveria em *Ser e tempo* uma concentração no futuro em substituição à concentração agostiniana no presente. O que a análise pretende demonstrar é que uma compreensão mais original da temporalidade não pode se concentrar em apenas um momento temporal, mas em seu cruzamento, que marca o acontecer, ou, no entre nascimento e morte, esse é o cerne do argumento de Heidegger nesses artigos.

o acontecer pleno e próprio da pre-sença” (HEIDEGGER 1996, p. 190). Mais adiante, a questão fica evidente:

O ente que, em seu ser, é essencialmente porvir, de tal maneira que, livre para a sua morte [fim], nela pode se despedaçar [liberdade] e se deixar relançar para o fato de seu pré [aí, realidade] é um ente que, sendo porvir [futuro], é de modo igualmente originário o vigor de ter sido [passado que ainda vigora]. Somente este ente, transmitindo para si mesmo a possibilidade herdada, pode assumir o seu próprio estar-lançado e, neste instante, ser para o “seu tempo” (HEIDEGGER 1996, p. 191).

Nessa passagem nos interessa a distinção entre um possível “estar no tempo” e um “ser para o seu tempo”. Esse tempo sempre “nosso” é a definição mais ampla que poderíamos dar do campo de fenômenos que pode ser tematizado por uma história da historiografia como analítica da historicidade, de como a “abertura historiográfica da história” (HEIDEGGER 1996, p. 181) está assentada nas condições gerais e formas de produção do “nosso tempo”, seja no envio comum próprio, no qual essa vinculação é revelada, seja no impróprio, que predomina a maior parte das vezes.

Sempre somos a nossa história e é por esta “identidade” que podemos nos relacionar com ela por meio de uma ciência da história. O risco inerente a toda ciência é tomarmos a multiplicação dos objetos históricos como toda a história, e não como apenas um modo de nos relacionarmos com ela. Esse fascínio é irresistível porque cria a sensação, propriamente moderna, de se estar livre do passado e poder simplesmente colecioná-lo como uma espécie de repertório inerte e neutro.

40

Heidegger demonstra como a noção de contexto da moderna ciência histórica está enraizada na historicidade imprópria,⁴ já que pressupõe que o homem precisa ser “recontextualizado”, quando, na realidade, ele é sempre ser com, ou seja, em-um-mundo em “seu tempo”. Concebendo a si mesmo como um ser *no tempo*, o homem imagina-se perdendo tempo, e essa sensação é resolvida na busca de uma “atualização” e de uma compreensão desse passado que se perde a partir do único ponto que imagina sólido, o presente. A historicidade própria, no entanto, deve produzir justamente o contrário, isto é, a desatualização do hoje:

Perdido na atualização do hoje, o impessoal compreende o “passado” a partir do “presente”. A temporalidade da historicidade própria, ao contrário, enquanto instante que antecipa e repete, é uma *desatualização* do hoje e uma desabituação dos hábitos impessoais. Carregada dos despojos do passado que se lhe tornaram estranhos, a existência impropriamente histórica busca, por sua vez, o moderno. A historicidade própria compreende a história como o “retorno” do possível e sabe, por isso, que a possibilidade só retorna caso, num instante do destino, a existência se abra para a possibilidade, numa repetição [transmissão] decidida (HEIDEGGER 1996, p. 198).

⁴ As expressões “próprio” e “impróprio”, ou “autêntico” e “inautêntico”, “existencial” e “existenciário”, “ôntico” e “ontológico” não devem ser tomadas, em *Ser e tempo*, como categorias valorativas, mas como descrição de diferentes níveis de análise da realidade. Aqui, novamente, Ricoeur (1997, p. 107 *et seq*) parece mais obscurecer do que liberar o debate, quando insiste em uma suposta hierarquização estanque dessas categorias.

E ainda:

[...] a historiografia não parte, de forma alguma, do “presente” e de uma “realidade” que só se dá hoje para, tateando, recuperar um passado. A abertura historiográfica também se temporaliza a partir do porvir. A “seleção” do que deve se tornar objeto possível da historiografia já foi feita na escolha existencial e fática da historicidade, onde somente a historiografia surge e unicamente é (HEIDEGGER 1996, p. 202).

A analítica da historiografia teria como objeto próprio pensar as diferentes formas de acesso ao passado e como a experiência histórica revelada nesses momentos pode ser atingida por uma investigação das formas de continuidade e descontinuidade, isto é, de transmissão. Portanto, *a transformação do tempo em tempo histórico*⁵ pode ser pensada como o campo de fenômenos que poderia orientar a construção de agendas de investigação de longo prazo para uma História da Historiografia com relativa autonomia. Voltada para esse amplo campo de fenômenos, a História da Historiografia teria necessariamente de recorrer a uma variedade de objetos de investigação, cada um deles somente operacional a partir de suas teorias regionais.

Ao tornar a produção/emergência do tempo histórico como sua identidade mais ampla, a história da historiografia poderia superar o destino de ser apenas uma atividade auxiliar da historiografia geral e se libertar, assim, do risco de se tornar um discurso legitimador de práticas historiográficas, quando sua possibilidade mais profunda seria justamente a contrária, isto é, a de contribuir para uma destruição, em sentido positivo, do discurso e dos objetos historiográficos com o propósito de nos manter abertos para a experiência e o pensar da história.

A historiografia como ciência é, por definição, uma máquina de impropriedade, de transformação do tempo histórico em objeto pronto para os mais diversos usos sociais. Se aceitamos que uma das causas do “presente lento” (GUMBRECHT 2010)⁶ é uma espécie de efeito colateral do próprio discurso histórico moderno e, nesse sentido, impossível de ser superado em seu âmbito, já que sua função principal é justamente reificar (objetificar) o tempo histórico – daí o primado atual do discurso construtivista de “invenção da história” –, vemos a importância de um olhar não historicizante sobre a historiografia. Dito de outra forma, as condições que prefiguram a escrita da história não são apenas condições historiográficas, mas são também ontológico-existenciais.

Em sua reflexão mais recente, Hans Ulrich Gumbrecht descreve a situação contemporânea de se viver em um mundo entulhado de representações e narrativas sobre o passado, mas, ao mesmo tempo, perceber-se aprisionado em um presente desconectado dos passados e futuros abertos por esse

⁵ A contribuição recente mais decisiva para uma teoria do tempo histórico de uma perspectiva historiográfica foi dada por Reinhart Koselleck a partir da incorporação do debate fenomenológico. Essa abertura teórica tem permitido grandes avanços em termos de pesquisas em história da historiografia ou sobre a experiência geral do tempo histórico.

⁶ O debate em torno da emergência de uma situação temporal nova nas últimas décadas já é bastante antiga, data pelo menos do final da década de 1970. O que François Hartog tem chamado de “presentismo” dialoga com esse contexto, em especial com o trabalho pioneiro de Pierre Nora. É difícil precisar os contornos da categoria nos textos de Hartog, que, às vezes, consiste na simples repetição do tema nostálgico da perda da utopia.

conhecimento. Afirma o autor, assumindo um tom autobiográfico, que a vontade de uma experiência física do passado cresce justamente pela sensação de “[...] existir em um mundo cotidiano que frequentemente falha em nos envolver e acolher fisicamente. O desejo por atmosfera e clima é um desejo por presença – talvez uma variante que pressupõe o prazer em lidar com o passado cultural” (GUMBRECHT 2012a, posição 352).⁷

Essa emergência de interesse por certos climas históricos do passado parece obedecer a mecanismos que relacionam passado, presente e futuro e que, geralmente, escapam à ciência histórica. Assim, em cada presente podem ressoar com diferentes intensidades climas do passado sem que se possa estabelecer um efeito acumulativo ou evolutivo. Para Gumbrecht, certos textos e objetos que vêm do passado podem corporificar climas históricos, no sentido literal da expressão, de modo que, para além de serem tomados como representação, expressão ou documento de um passado morto, são também fonte de efeitos de imediaticidade desses mundos da vida evocados e são constantemente visados pelo presente quando se desloca a modulação entre passados e futuros possíveis: “No melhor dos casos podemos amplificar a impressão de preenchimento/realização que eles produzem – não os efeitos de uma edificação de uma sabedoria semifilosófica, mas a concretude intensa da experiência que essas obras tornam possível” (GUMBRECHT 2012a, posição 1184).⁸ Não é difícil ver que tal procedimento, mesmo não sendo único ou exclusivo, pode ser capturado por uma analítica da historicidade em seu esforço de produzir comentários e intensificar obras, objetos e eventos historiográficos em seus horizontes temporais.

42

Como a historicidade própria não é um privilégio de uma ciência histórica, mas algo inscrito no próprio ser do homem, uma história da historiografia como analítica da historicidade não pode se limitar a uma história da ciência histórica. Uma analítica da historicidade deverá investigar as condições, formas e funções das “aberturas historiográficas da história”, e essas aberturas são sempre produzidas em uma tensão entre suas condições estruturais e os eventos. Assim, tal analítica teria como uma de suas principais funções desobstruir a historiografia de sua impropriedade, ou, dito de outra forma, colaborar para recolocar o historiador frente ao fenômeno da história por meio da desnaturalização das representações e objetos históricos que se acumulam como resultado da própria ciência; lembrar, enfim, ao historiador que nossa relação com o passado, embora necessariamente mediada por representações reificadas, tem outra fonte mais fundamental, a própria experiência da história.

O estudo da formação da historiografia como disciplina científica – uma espécie de história da ciência histórica – é apenas a parte mais recente e visível de uma história da historiografia; sua parte mais profunda e promissora reside

⁷ “The yearning for Stimmung has grown, because many of us – perhaps older people, above all – suffer from existence in an everyday world that often fails to surround and envelop us physically. Yearning for atmosphere and mood is a yearning for presence – perhaps a variant that presupposes a pleasure in dealing with the cultural past” (GUMBRECHT 2012a, location 352).

⁸ “In the best of cases, we can amplify the impression of fullness they produce – not effects of edifying, half-philosophical wisdom, but the intensive concreteness of the experience that the work makes possible” (GUMBRECHT 2012a, location 1184).

justamente no estudo do enraizamento dessas formas de conhecimento do passado no próprio tempo histórico. Um dos desafios da comunidade é não se limitar a uma mera descrição desses fenômenos, mas compreender as suas formas de produção e suas lógicas de transformação. Esse alargamento de seu escopo pode permitir incorporar de modo mais decisivo e coerente a variedade de recortes e fontes necessárias para se aproximar desse amplo e decisivo campo de fenômenos a partir de um viés analítico-historiográfico. Essa ampliação de objetos, que já é visível nas pesquisas, permitiria pensar a historiografia em suas relações com outros fenômenos da historicidade que a emolduram e condicionam os mundos da vida e que hoje se multiplicam rapidamente, como as imagens, o audiovisual e as mais variadas formas de comunicação que emergem da mesma abertura temporal/historicidade que possibilita a historiografia.

Esse projeto, sempre em aberto, de uma disciplina historiográfica (e anti-historiográfica) dedicada ao estudo do tempo histórico só terá sentido ou viabilidade se os seus praticantes estiverem dispostos a construir e reconstruir suas condições teóricas gerais, ou seja, a elaborar uma teoria geral da historicidade. Toda vez que fazemos algo que chamamos de história da historiografia estamos, em maior ou menor grau, pressupondo uma teoria da historicidade. Essa teoria pressuposta responde por perguntas como: de que modo esse fenômeno se transforma a ponto de ser possível e necessário contar a sua história? O que é historiografia? Qual é sua relação com os outros fenômenos históricos que conseguimos identificar? De que modo essa atividade se diferencia de outras? Para escrever essa história basta contar com a resposta que naturalmente temos; mas, para escrevê-la bem, para realizar de forma adequada a fusão de horizontes entre nossas definições atuais e as contidas na própria história que tentamos contar, precisamos retirar dela mesma as condições para um maior esclarecimento conceitual. O trabalho de melhor conhecer a historiografia não pode se encerrar na sua descrição, mas deve avançar hermeneuticamente, ou seja, de modo circular, para atingir as condições que permitem a própria descrição.

Enfrentar o debate e a disputa político-institucional em todos os níveis e complexidade que escapam ao campo da ciência é uma tarefa difícil. Nas condições atuais podemos escolher o caminho da santidade da recusa do mundo, mas não podemos nos retirar dele como faziam os eremitas medievais e antigos, pois Deus está morto e levou consigo a possibilidade desse tipo de santidade. Negar esse enfrentamento hoje não leva à santidade, mas ao consumo; significa desistir de assumir o ônus pela produção do mundo e sua preservação para apenas comprar o que nos é oferecido. Além de pouco complexa, essa nova forma de negação do mundo pelo consumo tem como seu limite o fato de que, como consumidores, os nossos desejos de compra já foram definidos previamente pelo sistema do mercado.

Por isso, por mais complexa e problemática que seja a tarefa de afirmação de uma autonomia disciplinar, para além de seus resultados institucionais, ela só pode se justificar e garantir sua legitimidade se fizer avançar de modo significativo nosso conhecimento sobre a realidade. A autonomia não pode ser apenas uma reivindicação; ela pressupõe a decisão de investir como destino

uma história (passado) que se abre para muitas possibilidades. Um dos seus indicadores fundamentais, para usar de modo pragmático elementos da definição de sistema de Niklas Luhmann, é sua capacidade de descrever o seu ambiente em uma linguagem própria. Para a história da historiografia, esse teste significa perguntar se estamos ou não caminhando para a tradução-redescrição de problemas históricos não historiográficos em uma linguagem historiográfica. Trata-se, enfim, da capacidade de redescrever no interior de nossa cultura disciplinar os grandes embates de nossa história.

Referências bibliográficas

ARAUJO, Valdei Lopes de. Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma. **Locus**, Juiz de Fora, V. 12, p. 79-94, 2006. Disponível em: <http://www.ufjf.br/locus/files/2010/02/42.pdf>.

_____. História dos Conceitos: problemas e desafios para uma releitura da modernidade Ibérica. **Almanack Braziliense** (Online), V. 7, p. 47-55, 2008. Disponível em: http://www.almanack.usp.br/PDFS/7/07_Forum-02.pdf.

_____. O século XIX no contexto da redemocratização brasileira: a escrita da história oitocentista, balanço e desafios. In _____; OLIVEIRA, Maria da Glória de (org.). **Disputas pelo passado**: história e historiadores no Império do Brasil. Ouro Preto: Edufop/PPGHIS, 2012.

44

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Atmosphere, Mood, Stimmung**: on a hidden potential of Literature. Stanford, Ca: Stanford University Press, 2012a.

_____. **Nach 1945**: Latenz als Ursprung der Gegenwart. Berlin: Suhrkamp, 2012b.

_____. **Lento presente**: sintomatología del nuevo tiempo histórico. Madrid: Escolar y Mayo, 2010.

_____. A presença realizada na linguagem: com atenção especial para a presença do passado. **História da Historiografia**. Ouro Preto, nº 03, p. 10-22, setembro 2009. Disponível em: <http://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/68/30>.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. Petrópolis: Vozes, 1996. Parte II.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. São Paulo: Papyrus, 1997. Tomo III.

RODRIGUES, Henrique Estrada; NICOLAZZI, Fernando. Entrevista com François Hartog: história, historiografia e tempo presente. **História da Historiografia**. Ouro Preto, nº 10, p. 351-371, dezembro 2012. Disponível em: <http://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/478/331>.

RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. **História da Historiografia**. Ouro Preto, nº 02, p. 163-209, março, 2009. Disponível em: <http://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/12/12>.

Usos da ecfrase no gênero histórico seiscentista

The Use of Ekphrasis in the Historical Genre of seventh-century

Eduardo Sinkevisque

esinkevisque@hotmail.com

Doutor

Universidade de São Paulo

Rua Pedro Doll, 531/122 - Santana

02404-001 - São Paulo - SP

Brasil

Resumo

O artigo discute alguns usos da *ecfrase* na composição de narrativas históricas do século XVII. Demonstra como letrados seiscentistas atualizam o gênero poético descritivo, entendendo-o como procedimento elocutivo geral. Ao entenderem a *ecfrase* como *descriptio*, utilizam-na na descrição/evidenciação de tópicos como as de lugar, pessoa, físico, ações, caráter etc., prescritas por Quintiliano, por exemplo. A técnica amplifica o discurso, fazendo-se, no uso, ornato instrutivo. Particulariza-se a discussão lendo-se um recorte de *histórias*, de *anais*, de *vidas* e de *diários* das guerras holandesas no Estado do Brasil (1624-1654), cuja visada é retórica. O pressuposto mimético das práticas historiográficas estudadas descarta a leitura realista/naturalista, entendendo-se que a imitação/emulação, no recorte, dá-se, não por meio de realidades empíricas, mas de modelos discursivos/pictóricos. Estudam-se, portanto, gêneros históricos e seus estilos e não os projetos singulares de supostos autores de história.

45

Palavras-chave

Escrita da história; Retórica; Estilo.

Abstract

The article discusses some uses of ekphrasis in the writing of historical narratives of the seventeenth century. It demonstrates how seventeenth-century literati updated the descriptive poetic genre, by perceiving it as general elocutive procedure. By understanding the ekphrasis as *descriptio*, they use it in the description / illustration of topics such as place, person, physic, actions, character, etc. The technique amplifies the discourse and becomes, in the use, instructive ornate. The discussion is particularized by reading clippings of stories, annals, daily lives and diaries of the Dutch Wars in the State of Brazil (1624-1654). The mimetic assumption of the studied Historiographic practices dismisses the realistic / naturalistic reading by understanding that imitation / emulation, in the clipping, is not done by means of empirical realities, but by narrative / pictorial models. It studies, therefore, their genres and historical styles, instead of singular projects of history authors.

Keywords

History writing; Rhetoric; Style.

Recebido em: 18/3/2013

Aprovado em: 24/4/2013

Pressupostos

Ao contrário do que se costuma estudar, ou seja, a *ecfrase* como gênero específico do discurso ou aplicada a gêneros poéticos variados, ou, ainda, em suas relações com a retórica aristotélica em termos de evidência e prova, demonstra-se, neste artigo, como na elocução do gênero histórico seiscentista a *ecfrase* é fundamental para a composição da narrativa, sendo exercitada de modos específicos pelo gênero. Ela é formada a partir de descrições e digressões amplificativas, cujo efeito de verdade, e não sua finalidade, é a vivacidade (*enargeia*) historiográfica, em contrapartida ao que propõem Guinzburg (2010), Strasburger (1978) e Boulay (2012).

Explicar-se-á *ecfrase* pela explicitação de alguns de seus usos no gênero histórico do século XVII. Particulariza-se a discussão lendo-se um recorte de *histórias*, de *anais*, de *vidas* e de *diários* ibéricos e holandeses. O pressuposto mimético das práticas discursivas historiográficas em questão descarta a leitura realista/naturalista dos objetos, entendendo-os não como transposições de realidades empíricas, nem como “inspirações de realidades”, mas como emulações de modelos retóricos. Nesse sentido, não são examinados projetos singulares de supostos autores de história, mas o gênero e os subgêneros da arte que exercitam e a composição de seus estilos.¹

46

A *narração/descrição* maquinada nos discursos históricos das guerras holandesas (1624-1654) é uma narração (diegese) epidítica, portanto, uma narração dividida e distribuída em partes e não confeccionada como uma unidade fabular localizada em um sítio apenas do discurso. Didaticamente, narram-se/descrevem-se matérias ao longo do discurso/imagem, temperando-se as cenas com prescrições e comentários próprios do gênero histórico seiscentista. O narrador dos discursos/telas suspende o fio condutor de sua *história* para justapor digressões argumentativo-exegéticas amplificadoras. Nesse sentido, a descrição é pensada não em oposição à narração, como é hoje, mas como um procedimento que funde fala, visão e audição. Narrar e descrever não se opõem, nem se complementam. Quando se pensa em narrar os feitos construídos como memoráveis e, por isso, exemplares, pensam-se imediatamente esses eventos como *evidentia*. Relatar e retratar são narrar fazendo ver, extrair para demonstrar, por exemplo, excelência e, por definição, beleza, utilidade. Por meio dessa técnica narrativo-descritiva, as matérias narradas se tornam vistas, não apenas lidas ou ouvidas, sendo entendidas como belas.²

Antes de definir “*ecfrase*” e de explicitar alguns de seus usos no gênero histórico seiscentista, é preciso conceituar “*história*”, definindo-a como um dos gêneros discursivos das Belas Letras do século XVII. Discurso epidítico, de variante encomiástica, a *história* seiscentista é uma prosa imitativo-emuladora.

¹ Cf., a respeito de arte histórica, por exemplo, SPINI (1948); VEGAS (1964) e VIDAL (2009).

² Segundo a *Retórica* aristotélica, a *descriptio* pertence à *narratio*. Descrever é ação inclusa na narração, definindo-se como *enargeia*, cujo sentido é fazer ver (ARISTÓTELES, III, XVI).

A *Retórica* aristotélica trata do gênero epidítico como sinônimo de demonstrativo; seu paradigma é o discurso festivo, em honra de pessoa que deve ser celebrada, predominando a exibição de virtuosismo verbal, com funções encomiásticas de louvor e de censura previstas, as quais têm por tema os atos e as circunstâncias, ao contrário da outra variante do epidítico em que se prescreve o vitupério. O gênero epidítico trabalha com a *quaestio finita*, matéria (discurso) que se refere a pessoas individualizadas e a circunstâncias particulares de tempo e espaço, e com a *quaestio infinita*, matéria que se refere a uma classe ou personagens típicos e a circunstâncias típicas de tempo e espaço. No epidítico, realiza-se atribuição de caracteres (*ethos*), a partir de tópicos gerais, *quaestio infinita*, aplicadas no tratamento de um particular, *quaestio finita* (ARISTÓTELES, I, 9).

Os modelos da *história* seiscentista remontam à chamada Idade Média e à Antiguidade greco-romana. Trata-se de um gênero das letras a ser lido por meio da *Poética* e da *Retórica* aristotélicas e da *Arte Poética* de Horácio, pois o discurso se faz *in ordo naturalis* (HORÁCIO, v. 148),³ com elocução na primeira pessoa testemunhal, de um narrador não autor das matérias, mas ponderador, que discorre ou faz arrazoados e juízos a respeito de ações sucedidas a particulares. A testemunha ocular é uma das posições da *persona* historiador. Ela pode ser fabricada pelo testemunho de outros, por meio da recolha da oralidade ou da leitura das *auctoritates* do gênero que, entretanto, não deixa de se fazer com a credibilidade da visão. Nesse sentido, ao autorizar o discurso tomando-o por verdadeiro pela voz de outrem não se está abandonando, nem o critério da testemunha, nem o da visão: eles se repõem em variação de elocução. Nesse sentido, não existe o historiador fora do discurso historiográfico seiscentista. Lá, ele é letrado cortesão. No uso do gênero, é um narrador/espectador falando a um leitor/espectador de personagens/atores e de suas ações exemplares e memoráveis, “re-encenáveis”. A primeira pessoa produz, no gênero histórico seiscentista, a particularização das ações enunciadas, não como suas, mas de outrem, pois o historiador, como preceitua Aristóteles, “não fará um crime em contar os eventos de uma empresa infeliz e mal concertada, tal como eles se passaram; pois ele não é autor dos mesmos; ele não faz mais do que os narrar.” Aristóteles, na *Poética* preceitua, também, que o historiador, para fazer jus à verdade, a todo o momento insiste em afirmar que narra as coisas apenas de um ponto de vista, o seu, particular, mesmo que segundo relatos de outrem, dos quais diz não ser o autor (ARISTÓTELES, IX, 51b31).

As tópicos de invenção e disposição do gênero, assim como sua narração/descrição efrásica, são pensamentos e argumentos ornados segundo seu fim didático e deleitoso, por isso exemplar.

A *ecfrase* é, além de um gênero poético descritivo, anterior a Filóstrato, um procedimento elocutivo geral. Entendida como *descriptio*, é um expediente retórico utilizado na descrição/evidenciação de tópicos como as de lugar, pessoa, físico, ações, caráter. A técnica amplifica o discurso, fazendo-se, no uso, ornato instrutivo. João Adolfo Hansen lembra que

³ Uma vez que a disposição na poesia se faz *in media res*, por inferência, pode-se pensar que a disposição na *história* ocorre *in ordo naturalis*, tendo-se que os gêneros são definidos, principalmente, por esta oposição.

nos *progymnasmata*, exercícios preparatórios de oratória escritos por retores gregos entre os séculos I e IV d.C., *ekphrasis* (de *phrazô*, "fazer entender", e *ek*, "até o fim") significa "exposição" ou "descrição", associando-se às técnicas de amplificação de tópicos narrativas, composição de etopéias e exercícios de qualificação de causas deliberativas, judiciais e epidíticas. Aélion Theon diz que *ekphrasis* é discurso periegético. O termo *diégesis* sugere a ideia de um percurso, sendo empregado para enunciados narrativos. Como a descrição de ações admite a estrutura temporal quando situa as coisas feitas no passado, a *ekphrasis* é necessária à prática do gênero histórico [...] que narra em torno – pondo sob os olhos com *enargeia*, "vividez", o que deve ser mostrado (HANSEN 2007, p. 85, grifos do autor).

A narração do gênero histórico amplifica, na elocução, as tópicos da invenção/disposição por meio de digressões narrativo-descritivo-ecfrásticas. Lembre-se que uma das principais funções elocutivas é a de fornecer, ao texto e à sua recepção, utilidade, prazer e deleite; qualidades, as duas últimas, sem as quais o discurso se torna enfadonho, árido, rasteiro ou pedestre. No decoro adequado ao gênero, à elocução cabe definir o estilo que se mobiliza e, ao mesmo tempo, maravilhar o leitor/ouvinte/espectador com sua fabricação. Portanto, ao estudar as categorias narrativas do gênero histórico no tocante à proferição dos discursos, define-se o estilo do gênero como cosmética epidítica elevada dos lugares.

Escrita para olhos incorpóreos

48

Explicitam-se alguns dos usos ecfrásticos ibéricos e holandeses por meio dos exemplos que se seguem:

a) Mas porque de alguma maneira se faria duvidosa a boa opinião de suas letras [...] e virtudes, consentindo em aquela voz, que então se derramou, e eu agora na pureza da história posso expor, mas não justificar, ainda que com digressão, mostrarei parte da causa que pode mover a estes religiosos a não encontrarem por então a queixa popular (MELO 1931, p. 27);

b) *Era de mastros que rodeava boa parte do surgidouro, fazendo um arco capacíssimo [...] farei descrição da fábrica desta cadeia; poderá por ventura servir a outros, alguma hora, de remédio [...]. Constava de cento e setenta mastros grossos, que [...], sendo atados fortissimamente, uns a outros, com fortes gumenas e bocas de ferro, ficavam em tal maneira unidos que jogavam facilmente, assim como fazem os fuzis em grilhões das correntes, ou, como em nossas mãos próprias, tem seu movimento os ossos, ligados por benefício dos nervos, que os maneiam juntos e distintos. Todo recinto desta fábrica se afirmava em cinquenta âncoras, que no fundo lhe serviam de firmíssimo alicerce; estas eram sustidas de amarras grossas, que se tiraram para esse efeito da frota e armazém, mas principalmente da armada de Dunquerque, que nas prevenções a que os náuticos chamam mestrança, a todas as de Espanha fazia grande vantagem. Dez chalupas bem armadas de falconetes, esmerilhões e berços de bronze, lhe davam contínua guarda de noite; tal era a guarnição de infantaria e diligentes remadores. Destas rondavam cinco por fora, e cinco por dentro do recinto da cadeia, pelo que se fez horrível e defensável ao inimigo. Estava, porém, outra parte sempre despejada, e como porta do muro [...];⁴*

⁴ Os itálicos deste e dos demais exemplos são meus.

b') Por esta causa em fábulas e símbolos misteriosos, *debuxaram os antigos aos olhos do corpo e espírito*, algumas doutrinas de grande utilidade; donde aquela virgem, chamada *Ocasião*, pintaram com a reversa parte da *cabeça* despovoada de formosa melena, que diante *enriquece e adorna sua frente*; mostrando sabiamente como sempre ficará escarnecido, aquele que topando-se com esta varia donzela, se descuida de a prender pelas primeiras tranças que ela oferece, esperando detê-la pelas últimas;

b'') Desta sorte já se via outra que *navios queimados, corpos mortos, mar de sangue e fogo, que a fogo e sangue fazia crua guerra aos homens*. Outros se rendiam a partido dos vencedores, que abusando da felicidade, *tratavam com maior rigor* aos que se entregavam, que aos que se defendiam. A *morte, em diferentes trajos, assaltava* aos tristes combatentes: a uns era *de ferro*, parecendo no fio das espadas e pontas das picas; a outros *de fogo*, vendo-se em vida abrasados; a outros de água, afogando a água grande cópia de gente; não poucos *de fumo* se abrasavam (MELO1931, p. 289-290, 324, 369);

c) Foi El-Rei *D. João IV* de *meia estatura*, muito gentil-homem antes das bexigas, que lhe mudaram o primeiro semblante; o *cabelo* era *louro*, os *olhos azuis, alegres e agradáveis*, a *barba mais clara que o cabelo, o corpo grosso*, mas *tão robusto* que, se a desordem com que o alimentava o não descompusera, prometia muito maior duração. A *pompa dos vestidos* desestimava de sorte que fazia gala de trazer os menos alinhados, aplicando *grande diligência* por que se não alterassem os trajos, nem fossem as outras nações [...] senhoras das vontades de seus vassalos, obrigando-os cada dia com invenções novas a mudarem de opinião. Na *conversação* foi *tão discreto* que, não sendo as *palavras as mais polidas, usava* delas *com tal arte, galantaria e agudeza*, que parecia *fazia estudo do que em outros pudera ser defeito*. O *entendimento* era *proporcionado para os negócios grandes*; porém, algumas vezes, querendo conseguir o impossível de que todos aplaudissem as suas resoluções, dilatava deliberá-las em prejuízo dos negócios. *Compunha-se de tão invencível valor* [...]. Foi *vencedor em Europa, defendeu-se em África, pelejou na Ásia, triunfou na América*. *Amou a justiça* de sorte que se atreveram os delinquentes a o culpar de *severo*; mas em muitas ocasiões *desmentiu esta opinião com a misericórdia*. Nunca passou de liberal a pródigo, e desta virtude tomaram motivo os ambiciosos para divulgarem que fazia tesouro dos cabedais que devia despender, presunção que desvaneceu o pouco dinheiro que deixou. *Estimou a música e amou a caça*, e em um e outro exercício *foi excelente*. *Venerou de sorte a religião* que não perdoou, por estabelecer a Fé e justificar a *obediência à Igreja*, às diligências mais poderosas. *Não teve valido que o governasse, mas deixava-se governar dos Ministros em que reconhecia mais virtuosa direção*. *Logrou com tanta eminência a prevenção dos futuros*, que não houve invasão dos castelhanos, nem invasão dos holandeses, que lhe prejudicasse, e se em algumas ocasiões prevaleceram os Estados contra as suas armas, foi mais culpa dos que governou que do seu governo. *E finalmente professou a mais heróica virtude, que foi antepor as leis divinas aos interesses humanos* (MENEZES 1997, p. 525-526);

d) A *terra, estendendo-se, ora em arvoredos, que parece chegam às nuvens; ora em campinas, que fogem aos olhos, sem a cultivarem, é fértil de fruta, caça, e imensas manadas de vacas, tão sem dono, como os bandos de aves, que por sua diferente espécie, e singular formosura, enobrecem o ar, e alegam a vista. Abunda de vários pescados, regada de muitos rios; e acham-se suficientes portos* (FREIRE 1977, p. 16-17);

e) E saberei que não há cousa como a honra; e se estas razões vos não demovem, a que pelejando, façais vossa obrigação todos, que homem haverá, que não queira pelejar até morrer pela honra de seu Deus? [...]. Já vejo que com tão alentados soldados vencerei o inimigo; pelejando,

ganharam vossos passados o que hoje possuem e logram: na guerra não há lugar seguro, nem o terá na paz quem hoje for cobarde! E não vos atemorize o não haver chegado o Camarão e Henrique Dias, que Deus sabe o que faz, porque mais gloriosa ficará vossa ação! Estais muito certos que, quando nos faltam as armas da terra, então nos hão de sobrar as do céu, e os que morrerem por tão justa causa gozarão da bem-aventurança, que assim confio em Deus, pois é a causa sua e vós soldados seus, e os que viverem, ficarão com a glória de haver dado princípio a tal empresa, qual valorosos romanos não intentaram; e lembro-vos ultimamente que para trás não há retirada, logo para diante se há de abrir o caminho a ferro e fogo; e sabeis que aquele lugar haveis de ter na paz conforme vos houverdes na guerra (SANTIAGO 1984, II, X);

f) Averiguada coisa é na opinião dos que bem consideram as coisas, que maiores proezas obra para a salvação das almas a pobreza, e desapego dos bens transitórios, em uns Santos, do que em outros a multidão de milagres, e prodígios, e que Deus estime mais a um coração desapegado dos bens da terra, do que a um milagroso. Provo-o com o milagre de Naaman Siro;

f') Sigamos por diante este discurso dos males que consigo traz a ambição, e cobiça, que faz muito ao nosso intento, e mostraremos como a ambição não tem respeito a pai, nem a mãe, nem a parentes, nem a amigos;

f'') No ano de mil e seiscentos e trinta e cinco chegou à costa do Brasil Dom Fernando Mascarenhas Conde da Torre por Governador, e General de uma *grossa armada*, para a restauração de Pernambuco, e passando à vista da terra, de sorte que as sentinelas que o inimigo Holandês trazia no mar tiveram vista dela; foi passando para a Bahia, sendo que logo investira com o porto de Olinda, tinha a terra ganhada com pouco trabalho, porquanto os Holandeses estavam descuidados, sem provisão de mantimentos, com pouca gente, e essa espalhada por toda a Capitania, as Fortalezas desmanteladas com as paliçadas por terra, poucas munições, e menos aparelho de guerra, e somente com cinco naus no porto do Arrecife, e essas postas à carga, em véspera de se partirem para a Holanda (CALADO 1987, III, I).

Os exemplos de **a)** a **f')** podem ser lidos como descrições eufrásticas e amplificativas do discurso que particularizam pessoas [exs. **a)** e **c)**]; fábrica ou máquina [ex. **b)**]; emblema [ex. **b')**]; a morte em batalha terrestre [ex. **b'')**]; e lugar [ex. **d)**], sendo que **e)**, **f)** e **f')** são digressões patéticas pelo uso de figuras como interrogação e exclamação, em enumeração e acúmulo, e pelo uso de exemplificação bíblica, caso dos enunciados **e)** e **f)**.

No exemplo **b)**, a fábrica ou máquina é a figura que o discurso faz ver na descrição pela mobilização da metáfora do corpo, pelos ossos e nervos, mas também pela metáfora arquitetônica do alicerce, mediadas por epítetos e comparações, conforme os itálicos acima. Esse tipo de descrição pode ser entendido, como o prescreve Quintiliano, como uma hipotipose, um dos tipos de pintura, primeiro grau do ornato, por ser descrição de objeto. É assim, com efeito, que pode ser lida a descrição do enunciado **b')** (QUINTILIANO, VIII, CIII).

O enunciado **b')** descreve eufrasticamente o emblema da ocasião como virgem, como donzela, cuja personificação em comparação com a pintura da figura tem funções morais epidíticas. Inicia a descrição de cima para baixo, pelo eixo ocular que vê primeiro a cabeça calva na parte traseira e povoada de cabelos na dianteira; depois, vê a frente, o rosto, indicando dois tipos de visão: um corpóreo e outro incorpóreo, ou seja do físico e do espírito. A descrição,

como pintura, ensina que a ocasião se deve pegar de frente, assim que surgir, pois, uma vez passada, não haverá tranças para segurá-la, como no emblema CXXI de Alciato.

A descrição de morte em guerra do enunciado **b'')** faz-se por meio de metáforas como "mar de sangue", da personificação da morte como figura feminina de diferentes trajes, como ferro, fogo e fumo, que são sinédoques ou metonímias das causas instrumentais que levam ao óbito. A disposição desses tropos, por sua vez, propõe anáforas pela repetição simétrica dos enunciados na frase, enumerados "de ferro", "de fogo" e "de fumo". Além desses componentes elocutivos há, ainda, a mobilização de epítetos caracterizadores, como "crua" e "rigor". Observa-se que esse último é substancializado e não adjetivado.

A descrição de pessoa, prosopografia, do trecho **c)** pinta D. João IV pelo eixo vertical, em que o olho passeia do geral da figura para o particular e minucioso do tipo, indo das qualidades físicas às morais, passando por costumes, hábitos e ações. Nesse sentido, desenha a cabeça, os cabelos, os olhos e a barba e, depois, descendo, o corpo, seus vestidos e modos de alimentação. Na sequência, o modo de conversação do príncipe, sua discrição, polidez e inteligência. Enumera ações bélicas a cargo do governante, passando a elogiar costumes cortesãos, discretos e de prestígio encarnados na figura, finalizando o retrato com a observação de que D. João IV é cumpridor do dever de submeter as leis positivas à lei natural. Embora o narrador mobilize epítetos caracterizadores, como esperado nesse tipo de retrato em prosa, muitas vezes substancializa a adjetivação, com o fim, talvez, de reforçar a substância excelente da alma do príncipe, conforme os *itálicos*. Ocorre que nessa descrição se pinta o tipo também como etopeia e como antropografia, ou seja, como descrição de caráter e como descrição da figura exterior e o caráter interior do tipo, pois se refere às disposições de ânimo de D. João IV (QUINTILIANO, VIII, CIII).

O enunciado **d)** é parte de uma descrição da terra do Brasil e, portanto, trata-se de topografia em senso estrito. Mesmo parcial, permite entender modos de exercício da prática. Nele, fica patente que se descreve do geral do lugar para o particular, à semelhança das descrições de pessoa, com o eixo visual de cima para baixo. Nesse sentido, a vista topográfica que se fabrica faz passear o olhar pela figuração do mais amplo para o mais restrito ou minucioso, do terreno a seus habitantes, passando por acidentes geográficos, seus reinos vegetais e animais. Há marcadores discursivos, como conjunções [ora, ora; e, e], que, além de fazerem ligação entre as frases, indicam simetria ou proporcionalidade da variedade e copiosidade que se descrevem ou se pintam. Esses elementos são acompanhados, ainda, de comparações e de epítetos caracterizadores para permitir a eficácia visual, retendo o aprendizado e provocando o deleite pretendidos e esperados.

Vejam-se os exemplos, à semelhança desse uso da narração amplificada por digressões narrativo-descritivo-ecfrásticas, em alguns trechos da prosa de gênero histórico de Barléu, quando a serviço da Companhia das Índias Ocidentais e ao construir o encômio do Conde Maurício de Nassau:

a) *Negue-se a Nassau o seu prêmio – a memória da posteridade – , e esta se entibiará, sucumbindo por causa do silêncio guardado pela inércia dos escritores. Onde tem ela ante os olhos os exemplos dos maiores, cresce com singular emulação e procura imitar com ardor as ações gloriosas que lê. Nada concederei à adulação, cujas causas desprezo, nem tão pouco, por desafeição a ninguém, nada tirarei à verdade, para não ser tachado de inverídico por ódio igual. Quem pretender versar este mesmo assunto para granjear renome [...] e fama [...], ostente a sua eloquência. A mim bastará uma *narração singela* [...]. Escrevem-se mais livremente os feitos praticados séculos atrás, quando já desapareceram seus autores e testemunhas. Eu, porém, vivo entre aqueles mesmos que *obram os atos por mim referidos ou neles intervieram*, e eu escrevo *para os seus olhos*. Aos documentos públicos dou o crédito que lhes dão os amigos da verdade, e não desejo para mim crédito maior: relato aqui, não o que viram vagamente os olhos, mas o que escreveram, durante a paz, espíritos serenos e acalmados. Farei uma seleção no enorme acervo dos fatos e nos numerosos maços de documentos para evitar aos curiosos destes assuntos a fadiga de uma longa indagação [...]. Antes de entrar no meu assunto, devo recordar o que é e como é o Brasil, qual foi, nessa época, o estado da nossa República e do nosso exército, quais as vantagens e desvantagens nossas e do inimigo, quais os intentos da Companhia e do espanhol;*

a') *Recife é a principal sede do governo, do comércio e da guerra, e também rica despenseiro de armas, abastecimento e mercadorias. Da banda que entesta com Olinda, tem diante de si dois baluartes em forma de obras cornutas, um de pedra, olhando para o mar e para o porto, outro de terra, pondo para o rio. Une-os uma cortina que corre entre os dois, defendida por uma paliçada. No meio dela abre-se uma porta para dar passagem aos que saem de Recife ou nele entram. O baluarte de pedra protege-se com sete peças de bronze; o de terra, provido de cinco peças de bronze e duas de ferro, serve para segurança do interior da costa e do exterior do porto;*

a'') *O palácio por ele [Nassau] construído (chama-se 'Friburgo', isto é, cidadela da liberdade) tem duas torres elevadas, surgindo do meio do parque, visíveis desde o mar, a uma distância de seis a sete milhas, e servem de faróis aos navegantes. Uma delas, tendo no topo uma lanterna e jorrando sua luz nos olhos dos nautas, atrai-lhes a vista para si e para o forte da costa, indicando-lhes a entrada segura e certa do porto. De cima delas descortinam-se, de um lado, as planícies do continente e, de outro, a vastidão dos mares, com os navios aparecendo desde longe. Idôneas para atalaia e para se vigiarem de dia os salteadores, ainda por esta serventia merecem o gabar-se-lhes a beleza e necessidade;*

a''') *Houve então a primeira caça de um animal bravo chamado pelos índios tatu e por nós armadilha. Mais atrás fiz menção dele. Descreve-o minuciosamente Francisco Ximenes. É, diz ele, animal extraordinário, do tamanho de um cãozinho de Malta, mas de cauda maior, com as patas como as do ouriço: as dianteiras com quatro dedos e as traseiras com cinco. O focinho tem o mesmo feitio, porém é mais comprido e mais fino. As orelhas são cartilaginosas e sem pelos. Apresenta o corpo inteiro, menos no ventre, e em redor do pescoço, coberto de escamas, como as de um cavalo revestido de armadura. Elas se reúnem por meio de certos tendões, de modo que ele se pode mover facilmente em todas as partes. Essas escamas são inteiramente ósseas [...];*

a'''') *Além disso, o Conde [Nassau] enriqueceu e ornou com edifícios vilas e cidades. Construiu pontes e palácios para utilidade e beleza. Erigiu, em parte por sua munificência, um templo para a piedade e para o serviço divino. Teve consigo e favoreceu, na paz e na guerra, os mais eminentes artistas: arquitetos, geógrafos, pintores, escultores para que eles mostrassem, vencidos, aos holandeses de além-mar os lugares, as*

terras e as cidades que ele próprio vencesse. Julgava legítimo que o cultivo do engenho deveria acompanhar o império aonde ele fosse. *Mandou desenhar cartas geográficas* com grande cuidado e a sua custa, nas quais se *representavam as cidades, vilas, povoações, fortalezas, currais, lagoas, fontes, cabos, estâncias navais, portos, rios, escolhos, engenhos, igrejas, conventos, plantações, posição das regiões, suas longitudes e latitudes e outras cousas*, sendo autor delas Jorge Marcgrave, exímio geógrafo e astrônomo, o qual, incumbido de fazer o mesmo na África, lá morreu. Para agradar-lhe mandou o Conde construir numa eminência um observatório, onde se estudassem os movimentos, o nascer, o ocaso, a grandeza, a distância e outras cousas referentes aos astros. A estes estudos juntou ainda aquela diligência com que *fez desenhar e pintar* artisticamente os *animais* de várias espécies, as maravilhosas formas dos quadrúpedes, assim como das *aves, peixes, plantas, serpentes e insetos, os trajes exóticos e as armas dos povos* (BARLÉU 1974, p. 20-21, 141-142, 151-152, 228, 346-347).

Há, nos enunciados acima, quatro tipos de descrição: uma de cidade, outra de palácio, uma terceira de animal e uma quarta de pessoa [exs. **a'**), **a''**), **a'''**) e **a''''**)]. A cidade do Recife é vista pelo elogio de suas riquezas, funções e utilidades, em primeiro lugar. Depois, pelo seu poderio defensivo bélico, também como passeio panorâmico, do mais geral para o particular, como em muitos casos discursivos ibéricos. O palácio Friburgo, ou Das Torres, nomeado por antonomásia e por sinédoque, é descrito como figura em meio à topografia que o ladeia, inclusive seu jardim. A narrativa convida o leitor a passear, primeiro pela visão de longe, do mar, depois, aproximando-se mais. Caracterizam-na epítetos que são adjetivos substancializados em beleza e utilidade. Por sua vez, o tatu descrito por Barléu é visto em seu aspecto geral para, somente depois, ser apresentado em seus aspectos particularizantes, mais minuciosos. O principal procedimento, nessa descrição, pode ser pensado, no entanto, como o uso de elementos comparativos com o repertório de conhecimento já adquirido pelos interlocutores do discurso. Assim, compara-se o animal referido com outros do conhecimento partilhado e de suas características, sendo apresentado como um "cãozinho de malta", por exemplo, ou um "cavalo revestido de armadura".

O último tipo de descrição aqui selecionado refere-se às ações do Conde Maurício de Nassau [ex. **a''''**)]. Pensa-se que a pintura discursiva que mais chama a atenção, no enunciado, é a que se faz por meio de dois tipos de enumerações: primeiro, de artífices privilegiados do conde e, segundo, dos objetos de estudo dos trabalhos desses artífices e de suas utilidades.

Essas descrições, tanto as do mundo católico ibérico quanto as do mundo calvinista holandês, podem ser pensadas como *enargeia* ou *evidentia*, ou representações que visam à clareza do discurso, representando as coisas da invenção como se fossem vistas. Objetos, pessoas, figuras exteriores e caracteres de pessoas são vistos e não apenas lidos ou ouvidos. São colocados aos olhos do intelecto e, portanto, aos olhos incorpóreos da recepção. São vivacidades, figuras e não tropos, que funcionam também, ao lado das semelhanças, comparações, bosquejos e ênfases, como provas. São vivacidades pintadas por meio das palavras, como se fossem quadros (QUINTILIANO VIII, CIII).

Em relação às afinidades elocutivas entre os discursos de gênero histórico de variante *anais* quanto ao uso de ampliações e digressões eufrásticas, incluem-se, aqui, dois exemplos:

a) Começaram as baterias da nossa artilharia, dos quartéis do Carmo, São Bento, Palmeiras, e praia, com tanta fúria, e continuação, quanto era nos nossos o desejo de resolver a empresa em breves dias. Era notável o dano que o inimigo recebia, de tão continuadas tormentas de fogo, e chuviscos de balas, sobre a cidade, e navios do inimigo (GUERREIRO 1966, p. 69);

b) antes de continuarmos a narração dos feitos no Brasil, começaremos dando uma descrição da [...] Paraíba (LAET 199?, p. 83).

O enunciado **a)** é parte de uma descrição de batalha, descrição de ações e, portanto, é uma hipotipose. O **b)** indica que o narrador fará uma descrição de lugar, portanto uma topografia, que não se transcreveu por brevidade.

Escolheram-se cinco exemplos em que se explicitam os modos narrativo-descriptivos amplificados e ornados em extratos de *vidas*. Os exemplos funcionam como descrição amplificadora ornada por epítetos, enumerações, figuras patéticas etc.:

a) *Há neste sujeito [João Fernandes Vieira] grandes cousas para o governo de uma república: na guerra é muito previsto, grande disposição e valor liberal de sua fazenda, e bem se tem experimentado isto nas guerras de Pernambuco [...] ciência na milícia, esforço e valentia, autoridade para mandar e governar, felicidade e ventura para alcançar vitórias, e empreender grandiosos feitos nas armas. É muito visto em razões de Estado; na política é geral e judicial, e sobretudo é dotado de todas as particularidades que são necessárias a um homem para viver no mundo. De outras muitas outras cousas deste varão insigne pudera fazer largo, difuso e encomiástico panegírico, que por brevidade deixo, e somente escrevo o mais essencial, para que se veja, que estando em meio de todas estas bonanças e prosperidades, sendo senhor absoluto [...] arriscando sua vida e estando grandioso somente por zelo da honra de Deus [...] e em segundo lugar, por livrar o miserável povo de tantas tiranias, injustiças, roubos, homicídios, ignomínias e insolências, quantas têm usado os holandeses;*

a') *Quem vira o mestre de campo João Fernandes Vieira naquele conflito e pendência, assim a pé como a cavalo, posto em frente e diantera de todos os seus soldados, animando-os, exortando-os a romper os sete esquadrões do inimigo, que com tanta mosquetaria e chuçaria defendia aquele boqueirão e com peças de artilharia lhe davam cargas, sem reparar no grande perigo que sua vida corria, posto na parte mais arriscada, fazendo maravilhas com sua espada, como leão forte, a uns vai ferindo, a outros na fuga lhes dá caça, os que alcança, fere, percorrendo por entre a multidão da gente holandesa, com seus valentes capitães e soldados, partindo, destroçando, cortando, ficando o campo tinto em sangue, quão admirado ficaria? [...]. Que um sujeito sem reparar em tão grande e manifesto risco e empenho de sua vida, de que dependíamos tantos, investisse como leão sem consideração de tanto perigo diante de seus soldados, contra sete esquadrões tão fortes do inimigo, cercados de chuçaria, tão perto de sua mosquetaria e artilharia, indo sempre para diante até lhe ganhar o posto e destruir os esquadrões holandeses, não se lhe dando das imensas balas que choviam? Se não fora este sucesso tão patente e manifesto, e sucedera nas últimas e remotas partes do*

mundo, pudera rechar o *cronista* de escrevê-lo [...]. Se Quinto Cúrsio louva e engrandece tanto Alexandre Magno, porque em uma batalha com os persas posto em frente de seus soldados, pelejando com a espada e rodela embaçada, na qual recebeu as setas que os inimigos contra ele disparavam, ficando crivada e cheia delas, veja-se que diferença, há, e que comparação de Alexandre em aguardar as setas e quão superior ficou o mestre de campo João Fernandes Vieira, porque a peito descoberto não aguardou nem esperou setas senão balas de artilharia e mosquetaria, e sem rodela nem outras armas defensivas mais que seu valoroso peito e animoso coração, que tanta superioridade tem a todos os demais? E é para admirar que no meio da pendência, quando mais furiosa e sanguinolenta estava no boqueirão, chegando perto do inimigo, disse em voz alta: "Ah! Flamengos, rendei-vos que aqui está João Fernandes Vieira, que é vosso açoite!" (SANTIAGO 1984, p. 179-180, 548-549).

No trecho **a)**, descreve-se e constrói-se o *ethos* de João Fernandes Vieira, mobilizando-se uma etopeia feita por meio de pares de qualidades coordenadas e proporcionais. Usam-se também epítetos substancializados e enumerações de ações do militar, indicando, então, que, além da etopeia, o discurso se fabrica por hipotipose. Os dois tipos de descrição, como *pinturas de história*, de subgênero retrato, vivificam o herói, propondo-o aos olhos e aos ouvidos do receptor. Nesse exemplo, a descrição não se faz por elementos corporais, de traços ou linhas físicas da *persona*, como no caso da descrição acima de D. João IV, que, inclusive, mescla, como antropografia, aspectos físicos e ético-morais. No trecho **a')** têm-se a etopeia e a hipotipose, por se descrever e constituir o *ethos* e as ações da *persona* João Fernandes Vieira. Chamam a atenção, ainda, usos de enumerações, comparações, metáforas e de figuras patéticas interrogativas e exclamativas. Nota-se que o primeiro fragmento da vida do herói está disposto em um capítulo intitulado "Breve discurso da vida...", enquanto que o segundo fragmento respeita o decoro narrativo-descritivo de batalhas e, por isso, privilegia as ações. Além disso, fica patente que o encômio se aloca em sítios diversos ao longo do discurso, como convém a uma prosa de gênero didático, demonstrativo-deliberativa.

Os dois exemplos de fragmentos de *vidas* explicitados acima podem ser contrastados com outros três, relativos a usos holandeses do gênero, como pode ser observado:

b) desejoso de comunicar ao público esta parte da história do nosso século, que me pareceu considerável e bastante pouco conhecida, *acreditei* ser esta obra, fruto principal de minhas viagens, um tributo legitimamente devido a V. Alteza, não devendo ser publicada antes de lhe ter sido oferecida. Mas não é unicamente ao cargo de almirante que eu quero prestar esta homenagem, pois a situação eminente que V. Alteza ocupa no Estado, o *brilho de seu ilustre nascimento*, devido às *virtudes heróicas do maior dos nossos monarcas*, as quais revivem tão *gloriosamente* na sua pessoa, *tornando-a tão cara e tão admirável a toda a França*, exigem de todos os franceses os testemunhos honoríficos imagináveis. Sou de uma província que, além desta estima e afeição universais, deve a V. Alteza culto especial e reconhecimento extraordinário, possuindo particular conhecimento destas virtudes pela feliz prova enfrentada quando mereceu a honra de tê-lo por governador (MOREAU 1979, p. 15);

c) Mas um *general vigilante, moderado e prudente*, assim como pode

tolerar os paroleiros batavos, assim também sabe precitar-se de empreender ações superiores às suas forças, onde faltam abastecimento, reforços, dinheiro. A expectativa pública é em verdade impaciente dos resultados, se bem seja a dos particulares loquaz mais entre os imperitos de tais assuntos. *Maurício*, sem importar-se com esses, seguindo seu próprio parecer ou o dos seus, firmado em grandes exemplos e não na opinião do vulgo ou nas vacilantes e levianas considerações dos que estavam de longe, *praticou*, num mundo bárbaro, durante a paz e a guerra, entre inimigos ocultos ou declarados, na terra e no mar, *feitos digníssimos do seu século, gloriosos às Províncias-Unidas, aos Nassaus e a ele próprio e úteis à Companhia*. Portanto, se quisermos emitir juízo verdadeiro, afirmaremos que *não foi dado ao Conde o governo do Brasil, mas sim o Conde àquele governo*, e a ninguém, senão aos inimigos, pode pesar de haver sido o Brasil administrado por ele (BARLÉU 1974, p. 350); **d)** Aqui também estava outro *capitão chamado Arciszewski*, um *polaco*, que igualmente, no primeiro desembarque dos holandeses, era capitão, & havendo sido repatriado uma vez para a Holanda, aprouve aos senhores da Companhia das Índias Ocidentais, constatando *suas habilidades*, empregá-lo aqui novamente como coronel. Ele posteriormente *demonstrou ser uma coluna-mestra de seu Conselho, sendo um homem de experiência tanto em anos quanto como uma pessoa própria em todas as ocasiões*. Era um *prudente* comissário da Companhia, *muito político e providente*. *Cuidadoso*, homem *apropriado* para os serviços do exército. Também *muito temperado e estrito* na execução das ordens. Apesar de *punir com mão pesada as transgressões*, sem respeitar a qualidade dos ofensores, tanto oficiais como soldados, era igualmente, pelo contrário, afeito a recompensar os merecimentos dos homens por inteiro. Desse modo *sua palavra era lei para nós*. Em resumo, *o que ele tentava conseguia*, sempre pretendendo *fazer algo com bom aconselhamento, pesando tanto as conveniências como as inconveniências*. *Alguém como ele não mais existiu nem antes nem depois da conquista desta terra*. Era um *homem religioso*, nunca deixando de levar o exército à batalha sem orações, não importando a pressa, nem o socorro que tinha que levar, isto devia ser feito, para que Deus desse bênção a todos seus esforços e ações. É verdade que o governador era um bravo soldado, e muito *próspero*, mas era ainda um homem *jovem*, muito *apressado & sangrento* nas execuções. Entretanto, sua sabedoria ensinava-o a ser aconselhado por Arciszewski em todos os assuntos do exército, esperando que os frutos disso se refletissem sobre sua própria honra, sendo ele chefe (PUDSEY 2000, p. 73).

Dos enunciados acima, extrai-se o entendimento de três tipos de *pinturas de história*, isto é, três tipos de ornatos de primeiro grau: em **b)**, tem-se uma hipotipose; em **c)**, uma etopeia; e em **d)**, uma antropografia, conforme os itálicos de epítetos substantivados ou substancializados ou de substâncias adjetivadas. Na antropografia do último exemplo, o letrado enumera qualidades em tríade, depois em dístico, substancializando os epítetos de pessoa, conforme os itálicos.

Nos *diários*, a narração se faz também amplificada por meio de digressões descritivas e ecfrásicas como nos outros subgêneros discursivos históricos, como se vê nos dois exemplos do recorte ibérico e nos cinco do recorte holandês:

a) Resolveu o general enviar logo em seu socorro o mesmo que de lá trouxera Matias de Albuquerque Maranhão, e ordem para que de caminho (pois ficava nele) soubessem se o inimigo tentava tomar a ilha de

Itamaracá, e que, no caso afirmativo, passassem a socorrê-la. Assim aconteceu. Está aquela ilha em 7º e 2/3 da linha equinocial para o sul, e a 7 léguas ao norte da vila de Olinda; forma-a um braço de mar que a cerca, tendo ele de largo um tiro de mosquete, e fazendo duas barras; uma serve para entrar e é a principal, outra para sair, a qual chamam Catuama; esta suporta barcos, e a outra navios de 200 toneladas. Aqui desembarcou o inimigo pela parte do norte, porque a do sul era já terra de Pernambuco, de que este braço de mar a separa, recebendo ai o rio de Santa Cruz. Havia uma légua acima a vila de Igaracú, uma das de Pernambuco. Tem a ilha dez léguas de circunferência;

a') Desejando Matias de Albuquerque ir nelas embarcado, por evitar as fadigas de uma viagem por terra de mais de cem léguas, não o pode conseguir pela precipitação com que saíram. Com isto houve de partir a 16 de dezembro; e a julgar pelas gerais demonstrações de sentimentos que neste dia apareceram, podia ele com razão dar por bem empregados tantos trabalhos e privações que nesta guerra suportou pelo decurso de seis anos, nos quais procedeu do modo que se pode inferir nesta leitura destas Memórias e conforme se vê de vários documentos, que de certo merecem mais fé que os êmulos e inimigos, os quais nisto o foram mais capitais do serviço del-rei que os próprios Holandeses; porque negando aqueles a verdade, estas a confessavam dizendo constantemente que enquanto Matias de Albuquerque lhes fez a guerra com esses poucos meios que possuía, lhes fizera perder mais de dezesseis mil homens, sem poupar sua pessoa aos maiores perigos nas ocasiões em que o conde de Bagnuolo e outros lhe faziam protestos sobre o risco a que expunha tudo expondo-se tanto a si; julgando dificultoso achar quem o suprisse, se ele chegasse a faltar [...]. São tantos os motivos de louvor e inveja, que por muitos os omito, certo de que não deixarão de publicá-los os que os presenciaram. De seu desinteresse e probidade dou por testemunhas os seus próprios inimigos [...]. *Se houver quem culpe esta digressão, responderei que se tivesse assistido e visto o que eu vi, de certo que arguiria de abreviador, mas, seja como for, entendo que a verdade e a minha modéstia bastarão a desculpar.* Acabou finalmente Matias de Albuquerque o seu governo e sigamos a *falar no que depois aconteceu* [...]. O mestre de campo general D. Luiz de Roxas e Borjas começou a trabalhar com grandíssimo zelo e cuidado (COELHO 1944, p. 53, 221);

b) No dia 4, ao raiar do dia, com tempo claríssimo, avistamos a *ilha de Penedo ou São Paulo, como é chamada pelos portugueses. Vista à distância, dá a impressão de uma grande vela, para depois, à medida que a gente se aproxima, ir se transformando em cinco altos rochedos;*

b') Entretanto, para *dar ao leitor uma impressão mais exata* tanto do Recife como da situação da Cidade Maurícia, é preciso que se diga que toda a costa do Brasil, de um extremo a outro, é guarnecida por uma longa e *espessa franja de rochedos rasos* que, n'alguns pontos, chegam a ter 10 a 20 e, n'alguns lugares, 30 passos de *largura;*

b'') Na parte da ilha, que fica entre os rios Capibaribe e Beberibe e entre o forte Ernesto e o forte triangular de Waerdenburgh, encontravam-se os já citados *jardins* do Conde Maurício, *providos de todas as variedades de plantas, frutas, flores e verduras que a Europa, a África ou ambas as Índias poderiam proporcionar.* Havia lá cerca de 700 coqueiros de todos os tamanhos; alguns deles com 30, 40 e 50 pés de altura, que estavam a cerca de 3 e 4 milhas, deram frutos já no primeiro ano. Viam-se ainda nesses jardins, cerca de 50 limoeiros, 18 cidreiras, 80 romeiras e 66 figueiras. [...] No *centro do Jardim* erguia-se a *residência* do Conde, chamada *Friburgo*. *Edifício de aspecto nobre* que, ao que se diz, custou 600.000 florins. Oferecia uma *perspectiva admirável*, tanto do mar como de terra e suas duas *torres* eram *tão altas* que podiam ser vistas do mar a 5 ou 6 milhas de distância, *servindo de baliza* aos marinheiros. Em frente à casa havia uma *bateria de mármore* que se elevava do rio, em degraus

e sobre a qual estavam montados *10 canhões para a defesa do estuário*. A 2 ou 3 pés da corrente, viam-se grandes *tanques d'água doce* no jardim, não obstante a do rio, em toda a redondeza, ser inteiramente salgada. Além desses, havia *viveiros repletos de todas as qualidades de peixe*. [...] Bem ao pé da ponte que franqueia o rio Capibaribe da Cidade Maurícia ao continente, o Conde *Maurício mandou construir* uma *agradabilíssima residência de verão* a que os portugueses denominaram "*Boa Vista*". Era rodeada de *aprazíveis jardins e lagos de peixes* que também *serviam de baluarte* para a defesa da ilha de Antônio Vaz e da Cidade Maurícia (NIEUHOF 1981, p. 26, 40, 45-46);

c) Este país está situado 8 graus além da Linha Equinocial. Um país habitado desde o início por *selvagens*. Quão longa foi sua permanência é impossível dizer, pois nada há nas tradições dos selvagens, em razão de sua ignorância [...]. Os *tapuias* são *imensos* de estatura, e uma *gente extraordinariamente ativa e forte*;

c') E dentro de um *porto seguro e espaçoso* onde se encontra com um *agradável riozinho*, vai-se para uma cidade chamada Olinda. Uma cidade famosa por sua *curiosa situação*, de uma *prazerosa perspectiva*, com *edifícios suntuosos*, acompanhados por *raros jardins com frutas e prazeres*, fontes de uma *água pura maravilhosa*. Esta cidade está colocada sobre a encosta de uma *colina, inclinando-se* com todo seu *brilho* para o mar, e do outro lado o *seletíssimo lugar* do resto da região. Ao pé da colina em direção ao mar foi construído um *reduto de pedra* com artilharia e na subida da colina, em duas diferentes passagens foram postos dois fortes com artilharia e como os *conventos* estão postos na parte mais alta da cidade foram feitas baterias para secundar os fortes inferiores. Estes conventos, sendo *edifícios bastante espaçosos*, *embelezaram muitíssimo* a cidade. Este lugar dista do *recife* cerca de uma légua, ficando em direção ao norte. Neste lugar houve a *afluência dos mais galantes homens e mulheres*, cada qual esforçando-se por ultrapassar os outros em orgulho e grandeza, tanto quanto as mulheres, por sua parte, podiam fazer. Elas não economizaram tesouro algum para enfeitar-se, para enfeitiçar o coração de seus amantes com suas belezas, tendo à mão a ajuda de *perfumes odoríferos*. Neste lugar eram comuns todos os cuidados com as *mais raras coisas* que mesmo *na Europa* são *difíceis* de obter. Nesta cidade as classes de *mulheres* mais elegantes *usavam*, em lugar de sapatos, *chapins*, de meio pé de comprido, de prata. Tampouco saíam de portas afora para a rua, mesmo que fosse pelo espaço de meia pedrada, sem serem *carregadas* entre dois escravos numa *rede de grande valor*. E sobre ela, para guardá-la do sol, um pano de rico bordado engastado de pérolas. E à *noitinha* era *moda banhar-se*, quando já estava escuro, numa fonte feita para esse propósito, perto da qual havia passeio em seus *jardins sombreados por laranjeiras e cidreiras*; de modo que ela, vindo de refrescar-se, encontrava então, sob essas sombras, onde o próprio *ar perfumado* com o *odor de frutas e flores*, seu *bem amado*, que ali a *esperava*. A [dama], com um toque de sua viola ou de algum outro instrumento dava alarme ao peregrino, que com toda a diligência buscava essa *emboscada*. E achando-a, desafiava a outra facção que respondendo "*amigo*", *descarregava-lhe* uma *saraivada de abraços*, ficando *ela* mesma *prisioneira* de sua *mercê*, cujo tenro coração *lhe dá bom quartel* e por razão de *piedade* a ela *propicia* tantos *favores* quantos pode fornecer suas *forças*. Até que a *lua*, ficando *descoberta*, começa a *desalojar* esses *lugares* e eles fogem para buscar algum outro *refúgio* seguro mais *privado* (NIEUHOF 1981, p. 15, 43-44).

Nos trechos alocados em **a), b), b'), b''), c)** e **c')**, têm-se topografias, pelas descrições de ilha, de "país", de cidade, sendo que, no **c')**, mobiliza-se também uma etopeia pela descrição de hábitos e costumes de pessoa, indicando caráter

e disposição de ânimo. No **a'**), tem-se uma hipotipose, pela pintura de ações do herói Matias de Albuquerque. Esse exemplo, como *ecfrase* possivelmente deleita e agrada a recepção em virtude do lugar ameno que descreve, como pausa em meio à narração de ações bélicas, conforme fica visível na parte em que descreve e mostra os banhos no jardim, no colóquio entre amantes cuja relação é de vassalagem, como no amor cortês.

Pintura do engenho e do juízo

Da demonstração acima recolhe-se que a elocução do gênero histórico narrativo-discursivo de variantes *história, anais, vidas, diários* fabrica realidades narrativas por meio de descrições topográficas, prosopográficas, etopeicas, antropográficas; *ecfrásicas*, que amplificam e hipervalorizam o discurso patético em suas matérias graves, elevadas. As *pinturas de história* do primeiro grau do ornato não são idênticas nos subgêneros trabalhados. Nas *histórias* e nos *anais*, parecem variar mais e serem mobilizadas todas as espécies, enquanto que, nos *diários*, parecem ser dominantes as topografias. As *vidas*, por sua vez, demandam e empenham prosopografias, antropografias, etopeias e hipotiposes, sendo que as antropografias parecem ser mais abundantes quando se fabrica o encômio da vida dos heróis. As comparações, analogias, os epítetos substancializados, principalmente, e adjetivados, as metáforas, sinédoques, metonímias, alegorizadas ou não, as figuras patéticas, as enumerações, são ornatos que, em estilo historiográfico agudo, deleitam e instruem, apresentando as coisas com vivacidade aos olhos do receptor; como pintura, o estilo desses tipos de prosa constrói-se como juízo engenhoso, ou como engenhosidade judiciosa, em conveniente quiasma seiscentista, já que prosa didática. Lembro que, no século XVII, a analogia é conceitual, porque, como a pensam Gracián e Tesouro, funciona como base do pensamento agudo, veiculado por metáforas de semelhança, ou de proporção, ou de atribuição, possibilitando formar conceitos. Penso que no *corpus* discutido funcionem para permitir o encontro do humano com o divino de sua criação na *história*, seja católica, seja calvinista, guardadas suas diferenças salvíficas/remissoras, providencialistas/predestinadas, misericordiosas/piedosas, uma vez que "análogo" ou "analogia" têm, no caso católico, sentidos tomistas de participação e, no caso calvinista, de eleição e predestinação para que se encenem as verdades dos discursos. Com esse conceito, letrados, de um modo geral, provam ou atestam de modos críveis e prestigiados seus discursos, fazendo do procedimento figura ou elocução que mimetiza raciocínios historiográficos, entre outros, uma vez que a analogia fundamenta e regula as representações.

Tanto a Igreja Católica quanto a Reformada calvinista não determinam os modos de fazer, nem os de fazer ver e crer, mas eles são mediados por moralizações. Pertencem a sistemas de hábitos, leis, políticas, éticas, costumes próprios do mundo em que são pensados e exercitados. Os discursos católicos, ibéricos, estudados fazem interpretações proféticas, enquanto os discursos calvinistas holandeses figuram uma história natural que é sombra, realização temporal sustentada via trabalho humano oferecido ao seu Criador.

Para finalizar, é preciso dizer que, no destinatário ibérico das narrativas de gênero histórico, as interpretações do sentido do representado são, além disso, mediadas providencialmente pela metafísica da Luz Natural da Graça, pelo pacto de sujeição e eleição próprios da racionalidade de corte católica do Antigo Regime, que não se dispõe de tempo para examinar aqui, mas que pode ser definida como mediação teológico-político-retórica que visa ao aperfeiçoamento de excelências e à salvação. Por outro lado, o destinatário holandês interpreta as narrativas pelas doutrinas reformadas calvinistas, como a da predestinação.⁵

A *história* seiscentista se faz como pintura doutrinada pelo engenho e pelo juízo, porque respeita as prescrições epidíticas de variantes encomiásticas, cujas funções didáticas e deleitadoras são desempenhadas pelas técnicas demonstrativo-deliberativas de tirar ou extrair do natural (do testemunho) e pôr às vistas (aos olhos do espectador). Sua finalidade é a de fazer ver para saber fazer, ensinar a fazer para comover e mover o leitor/ouvinte/espectador e não apenas fornecer informações factuais.

Referências bibliográficas

ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto, Abel do Nascimento Pena. Introdução de Manuel Alexandre Júnior. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1998.

60

_____. **Aristotelos peri Poietikes. Aristotelis Ars Poetica. Poética de Aristóteles**. Ed. trilingue por Valentín García Yebra. Madrid: Gredos, 1974.

BARLÉU, Gaspar. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício Conde de Nassau etc., ora Governador de Wesel, Tenente-General de Cavalaria das Províncias-Unidas sob o Príncipe de Orange**. Tradução e anotação de Cláudio Brandão. Prefácio e notas de Mário G. Ferri. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; EDUSP, 1974.

BOULAY, Bérenger. Effets de présence et effets de vérité dans l'historiographie. **Littérature**, nº 159 (Écrire l'histoire), 2012. Disponível em: http://www.fabula.org/atelier.php?Effets_de_presence#_ftnref. Acessado em 17/11/2012.

CALADO, Frei Manuel. **O Valeroso Lucideno**. Belo Horizonte, São Paulo: Itatiaia, Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

COELHO, Duarte de Albuquerque. **Memórias Diárias da Guerra do Brasil**. Recife: Secretaria do Interior, 1944.

CUMMINS, Tom. De Bry and Herrera. Aguas Negras or the Hundred Years War over an Image of America. In: CURIÉL Méndez, Gustavo; GONZÁLEZ Mello, Renato; GUTIÉRREZ Haces, Juana (Coord.) **Arte, historia e identidad**

⁵ Cf., a propósito das diferenças entre historiografia católica e reformada, CUMMINS (1994).

- en América:** visiones comparativas: XVII coloquio internacional de historia del arte. 1994. p. 17-32. Vol. 1.
- FREIRE, Brito. **Nova Lusitânia:** História da Guerra Brasília (1675). Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1977.
- GUINZGURG, Carlo. **El Hilo y las Huellas.** Buenos Aires: FCE, 2010.
- GRACIÁN, Baltasar. **Agudeza y Arte de Ingenio.** Madri: Clássicos Castalia, 1987.
- GUERREIRO, Bartolomeu. **Jornada para se recuperar a cidade de Salvador (1625).** Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1966. (Coleção Rodolfo Garcia).
- HANSEN, João Adolfo. Categorias epidíticas da ekphrasis. **Revista USP**, Vol. 71, p. 85, 2007.
- HORACIO. Art Poétique. In: _____. **Oeuvres Complètes.** Paris: Garnier, 1944.
- LAET, Johannes. História ou anais dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais (1644). Tradução de José Higinio e Pedro Souto Maior. **Anais da Biblioteca Nacional**, vols. 30, 33, 38 e 41-42, 1912-1919/20.
- MELO, Francisco Manuel de. **Epanaphoras de Varia Historia Portvgveza.** 3ª ed. revista e anotada por Edgar Prestage. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.
- MENESES, Luís de (3º Conde da Ericeira). **História de Portugal Restaurado.** Ed. anotada e prefaciada por Antônio Álvaro Dória. Rio de Janeiro: Civilização, 199? (2 Vols.).
- MOREAU, Pierre. **História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses.** Tradução e notas de Leda Boechat Rodrigues. São Paulo: EDUSP; Itatiaia, 1979.
- NIEUHOF, Joan. **Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil.** Tradução de Moacir N. Vasconcelos. São Paulo: EDUSP/Itatiaia, 1981.
- PUDSEY, Cuthbert. **Diário de uma Estada no Brasil (1629-1640).** Tradução de Nelson Papavero e Dante Martins Teixeira. Petrópolis: Index, 2000.
- QUINTILIANO. Instituição Oratória. In: _____. **Oeuvres complètes de Quintilien.** Paris: Garnier, 199?. (3 T.)
- SANTIAGO, Diogo Lopes. **História da guerra de Pernambuco.** Recife: FUNDARPE, 1984.
- SPINI, Giorgio. I trattatisti dell'arte storica nella Contrariforma italiana. Firenze: **Quaderni di Belfagor**, I, p. 109-137, 1948.
- STRASBURGER, H. **Die Wesensbestimmung der Geschichte durch die antike Geschichtsschreibung.** Wiesbaden, 1978.
- TESAURO, Emanuele. **Il Cannocchiale Aristotelico ossia idea delle argutezze heroiche volgarmente chiamata impresse examine in fonte co' rettorici precetti del divino Aristotele, che comprendono tutta la Retorica e la Poética Elocuzione.** Torino: Sinibaldo, 1670.

VEGAS, Ferdinando. La concezione della storia dall'Umanesimo alla Contrariforma. **Grande antologia filosofica**. Milano: Marzorati, 1964. p. 1-59. (Vol. IX).

VIDAL, Silvina. El arte histórica en la España del siglo XVII: San José y el Genio de la Historia (1651). In: CASAZZA, Roberto et al. (ed.), **Ciencias y letras en la América Colonial**. Buenos Aires: Teseo, 2009. p. 137-147.

A *historia magistra vitae* e o pós-modernismo

The *historia magistra vitae* and Postmodernism

Juliana Bastos Marques

leirunirio@gmail.com

Professora adjunta

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Av. Pasteur, 296 - Urca

22290-240 - Rio de Janeiro - RJ

Brasil

Resumo

Pretendo neste artigo fazer uma proposta de crítica às abordagens mais recentes da Teoria da História, mormente de Reinhart Koselleck e Jörn Rüsen, mas também dos pós-modernos, que identificam uma ruptura radical entre modelos de historiografia da Antiguidade clássica e da modernidade. Partindo das reflexões preliminares de Arnaldo Momigliano sobre a questão, proponho identificar tanto as abordagens dos autores citados quanto as dos pós-modernistas como parte de um *Zeitgeist* que desconsiderou algumas premissas antigas da relação entre história, utilidade, verdade e exemplo, oferecendo uma resignificação de tais relações nos tempos atuais.

Palavras-chave

Historia magistra vitae; Pós-modernismo; Historiografia antiga.

63

Abstract

This paper proposes a critique of some current views in Theory of History, mainly by Reinhart Koselleck and Jörn Rüsen, but also by the Post-Moderns, who identify a radical break between historiographical models of classical antiquity and modernity. Starting from the preliminary analysis of Arnaldo Momigliano on the issue, I propose to identify the different approaches of these modern authors as part of a *Zeitgeist* that has discarded some ancient assumptions of the relationship between history, truth, utility and example, offering a reframe of such relationships for our contemporary times.

Keywords

Historia magistra vitae; Postmodernism; Ancient historiography.

Recebido em: 20/4/2013

Aprovado em: 14/6/2013

Gostaria de convidar o leitor a acompanhar um raciocínio em construção.¹ As reflexões que pretendo apresentar aqui são o fruto de questionamentos advindos de duas circunstâncias diferentes, mas que ocorreram em momentos próximos entre si. Ministrei recentemente um curso de Teoria da História na pós-graduação da Unirio e tive assim a grata oportunidade de retomar o contato com diversos textos fundamentais sobre a história da historiografia e os modelos teóricos que já há tempos eu havia esquadrinhado, mas que depois deixei de lado, em meio ao trabalho e às pesquisas pontuais da especialização que a carreira muitas vezes nos impõe. Porém, antes mesmo do curso eu já havia me deparado com uma provocação que muito me incomodou – no bom sentido. Jörn Rüsen esteve na Unirio em 2010, apresentando em uma palestra seu modelo teórico em formato de círculo, que denomina matriz disciplinar da historiografia (RÜSEN 2009; 2011). Aberta a sessão para as perguntas, inquiri a respeito da relação dos estudiosos atuais com a historiografia antiga, haja vista que muitas das categorias da divisão dessa matriz disciplinar me remetiam a pressupostos da escrita da história tal como a historiografia antiga os delimita. De fato, caro leitor, esclareço de antemão que minha especialidade não é a historiografia contemporânea, mas sim a antiga. O que me moveu a inquirir Rüsen e seus pares, como farei adiante, era tão somente a constatação, para mim muito intrigante, de como os mundos de ambas as especialidades dialogam tão pouco entre si.

64

Embora o círculo da matriz disciplinar de Rüsen não seja estritamente hermenêutico (MEGILL 1994, p. 52), há nele sinais bastante claros dos padrões clássicos quanto à relação entre a escrita e a compreensão do texto. A resposta seca e objetiva do palestrante à minha pergunta me deixou perplexa: “a historiografia antiga hoje é inútil, pois a ruptura moderna é total e irreversível”. Minha reação de discordância, embora contida, foi – admito – instintiva. No entanto, a provocação funcionou como um excelente motor de questionamento. Procurei a partir de então me colocar a pergunta: por que a historiografia antiga ainda seria, sim, relevante como referência para a historiografia contemporânea? Os argumentos que apresento a seguir são a minha resposta.

Rüsen, Koselleck e os pós-modernos, ou o que Momigliano gostaria de saber

Acredito que, na verdade, a resposta de Rüsen provavelmente se referia mais à autonomia científica do discurso histórico na modernidade do que às questões que me preocupavam – assim, em última instância, sua resposta partiria de uma proposição do tipo, “a historiografia antiga é inútil simplesmente porque não é a nossa”. No entanto, a ideia da ruptura entre esses dois mundos de especialização ainda é parte de uma abordagem recorrente nos teóricos atuais da historiografia. Outro nome que advoga a mesma posição é o de Reinhart Koselleck, por sinal antecessor de Rüsen na cadeira de Teoria da História na Universidade de Bielefeld. No capítulo intitulado “*Historia magistra vitae* –

¹ Agradeço aos colegas Pedro Spinola Pereira Caldas, Miriam Cabral Coser, Inês da Conceição Inácio e aos avaliadores pelas frutíferas discussões e observações sobre o texto.

Sobre a dissolução do *topos* na história moderna em movimento” de seu livro *Futuro passado*, o próprio título já adianta o argumento central: o *topos* só era possível enquanto o mundo andava em passos lentos, com as transformações sociais ocorrendo durante um longo período de tempo – dado que havia “uma constância efetiva das premissas e pressupostos” (KOSELLECK 2006, p. 43). Porém, segundo ele, o fim do século XVIII introduziu a emergência do novo, do progresso e da revolução, assim como havia percebido Tocqueville, entre diversos outros autores oitocentistas. Pela primeira vez, a modernidade, em constante conflito de identidade perante o antigo, assumia-se como triunfante, em um superior rumo em direção ao futuro.² Para isso, Koselleck destaca o papel da Revolução Francesa, mas há de se ressaltar em seu argumento também o triunfo da burguesia e o advento da era industrial, motores econômicos, para além do plano político, na valorização do novo.

No entanto, o principal argumento de Koselleck é relativo à própria história do conceito de história: ele aponta a substituição do termo “*Historie*” por “*Geschichte*” como ponto fulcral da distinção entre a validade da *historia magistra vitae* e a da concepção contemporânea (juntarei esta última com “pós-moderna” adiante, *data venia*) de história. Segundo Koselleck, foi por volta de 1750 que os autores alemães passaram a usar o termo “*Geschichte*”, antes relativo apenas ao acontecimento em si (*das Geschehen*), para definir a história como conhecimento de si mesma – tal como formula Droysen (*apud* KOSELLECK 2006, p. 49). Como disciplina acadêmica autônoma, a *Geschichte* removia o sentido didático dos exemplos do passado nos quais a *Historie* se constituía – e o historicismo surge também nesse contexto para caracterizar de maneira única e inequívoca as diferentes realidades históricas, fazendo com que a história não tivesse mais uma utilidade didática exterior a si mesma, na aplicação cotidiana de pressupostos de conduta moral (KOSELLECK 2006, p. 55). Além disso, se a *Historie* explicava tudo e julgava a todos – como em sua última grande manifestação, as histórias conjecturais e filosóficas iluministas –, o novo sentido de *Geschichte* criava como consequência lógica a filosofia da história e os sistemas racionais tais como os de Herder e Kant, que propunham o novo valor didático de uma unicidade da história, em que o exemplo particular não mais teria importância.

O uso dizer que a primeira coisa que me vem à cabeça em face dessas propostas é quão inelutavelmente local é esse conjunto de conceitos e desenvolvimentos.³ Para as línguas que continuam se utilizando do termo original “*historêin*” para definir o foco de seus estudos, acaba parecendo até mesmo impróprio mergulhar no universo das filosofias da história alemãs sem ter em conta essa distinção linguística que reflete também em boa medida a própria construção da identidade nacional alemã entre o fim do século XVIII e

² É a mesma visão de François Hartog, que identifica a historiografia hoje como voltada para o presente, em contraposição às historiografias antiga e moderna. No entanto, sua concepção é inadvertidamente circunscrita a uma determinada realidade, a da crise atual europeia: “A autoridade do futuro se desintegrou, principalmente na velha Europa” (HARTOG 2011, p. 45).

³ Assim como o caso do contexto local do próprio Rügen, analisado em MEGILL 1994, p. 44 e WIKLUND 2008. Cf. SAWILLA 2011.

o século XIX. É válida a morte total da *historia magistra vitae* fora das filosofias da história e dessa distinção tipicamente alemã? A parte explica o todo da modernidade pós-revolução?

Quem procurou responder essas perguntas foi não menos do que Arnaldo Momigliano (CHRIST 1991), em um famoso artigo de 1975. Koselleck parece algo relutante em reconhecer o problema que Momigliano aponta: “o paradoxo de que a historiografia clássica não foi desacreditada ou considerada inútil quando os propósitos da escrita da história se tornaram diferentes” (MOMIGLIANO 1979, p. 140). O formato da narrativa histórica sobre guerra e diplomacia no século XIX ainda derivava dos modelos antigos, como em Tucídides e sua metodologia precursora da história científica em Ranke. A erudição acadêmica ainda continuava solidamente plantada em raízes clássicas, pois, desde os primórdios da educação escolar até o cume da formação intelectual das elites europeias, voltada para a política (portanto, para a guerra e a diplomacia), Cícero, César e Tito Lívio continuavam incólumes como bases didáticas (SCHEIN 2008). Os modelos políticos de Esparta, Atenas e da Roma republicana serviram também como referenciais para os movimentos liberais e nacionalistas na esteira da queda de Napoleão.

66

Para Momigliano, o ponto de virada teria sido outro, por volta de 1860, com a valorização da história medieval como fundadora das histórias nacionais europeias, o surgimento da dialética, da história cultural e de novas disciplinas como a Sociologia e a Antropologia Social, sustentadas pela nova base das teorias evolucionistas (MOMIGLIANO 1979, p. 144-145). Sendo assim, os estudiosos do mundo antigo teriam passado a estudá-lo a partir não das próprias referências clássicas, mas sim de novas perguntas relacionadas a novas preocupações e abordagens – o que teve o interessante efeito colateral de multiplicar os estudos sobre a Antiguidade. Para Momigliano, a historiografia nunca deixaria de remeter ao mundo clássico, já que “será sempre considerada uma criação típica ou ao menos uma formalização da cultura grega, que é assim interessante para se estudar no seu próprio contexto grego” (MOMIGLIANO 1979, p. 148). Parece evidente que Momigliano não estava focado na questão da *historia magistra vitae* da mesma maneira que Koselleck, até porque muito de sua obra se concentra nas diferenças entre os tipos de historiografia existentes no mundo antigo (MOMIGLIANO 1990; Cf. FORNARA 1983). A esta altura, espero que o leitor já tenha percebido que, quando menciono o termo de Cícero, *historia magistra vitae*, estou usando uma metonímia para a – bem mais diversificada – historiografia antiga como um todo, dado que é muitas vezes com esse *topos* que a historiografia moderna menciona a sua equivalente antiga, pensando em especial nos humanistas do Renascimento e nos iluministas.⁴ De fato, há um componente de exemplaridade já em Heródoto e Tucídides (GRETHLEIN 2011), ainda que ela tenha sido mais sistematicamente utilizada apenas a partir do período helenístico, como vemos em Políbio, e se

⁴ Até mesmo pelo fato de que uma grande parcela deles tinha maior familiaridade com a língua latina do que com a grega.

realizado plenamente dentro do pensamento romano, com a importância do *mos maiorum* (ROLLER 2009).⁵

Neste ponto, é interessante observar como praticamente não há diálogo entre os dois mundos do estudo da historiografia antiga e da moderna:⁶ Koselleck não dialoga com Sir Ronald Syme, Keith Hopkins ou Rostovtzeff, para ficar apenas entre alguns autores citados por Momigliano. Este, por sua vez, malgrado sua imensa erudição, não se aventura nos campos de Droysen, Hegel ou Kant.⁷ O artigo de George Nadel (1964), bastante conhecido entre os estudos sobre historiografia moderna e contemporânea, é praticamente ignorado pelos antiquistas, se não por Finley⁸ e alguma bibliografia mais recente (ROLLER 2009). Assim, o fim da *historia magistra vitae* não é um problema claramente delimitado por Momigliano, porque para ele é evidente que o referencial clássico permanece – aliás, vemos a importância que o autor lhe atribui na parte final de seu texto, onde encontramos uma virulenta condenação do pós-modernismo. Ele diz:

O que é novo em nosso tempo é que existem importantes correntes de pensamento que relativizam todos os historiadores – seja os do mundo clássico ou os de outras eras – e os consideram meros expoentes de ideologias, ou mesmo mais restritamente, de centros de poder. Portanto, a historiografia fica destituída de qualquer valor na busca pela verdade. Pode-se suspeitar que os autores de tais afirmações sobre os historiadores, sendo eles próprios historiadores, abrem uma exceção secreta para eles mesmos. Mas isso seria um consolo pobre, pois a autocontradição não é uma saída. Acredito que seja a combinação do declínio na autoridade dos historiadores clássicos como guias do mundo clássico com o declínio da autoridade de qualquer historiador como transmissor potencial da verdade, que realmente caracteriza nossa situação (MOMIGLIANO 1979, p. 148).

67

A versão que tenho desse texto é de uma edição da Fondation Hardt que contém uma discussão com outros historiadores – também especialistas no mundo clássico – sobre os pontos levantados no artigo. Walter Burkert faz uma pergunta direta sobre as consequências dessa guinada pós-moderna que deixa Momigliano totalmente desarmado: “O que pode ser dito sobre as causas desse desenvolvimento aqui constatado, dessa perda da realidade na historiografia?” Momigliano responde: “Eu gostaria de saber. Meu artigo teria sido diferente, e nossa discussão também” (MOMIGLIANO 1979, p. 156).

O leitor especialista em historiografia contemporânea pode estar pensando a essa altura: “mas Rüsen não é pós-moderno!” Ora, Momigliano nasceu em 1908, Koselleck, em 1923, Rüsen, em 1938, e eu, em 1977. O que quero dizer com

⁵ O texto de Roller complementa meus argumentos na medida em que se contrapõe a Koselleck e Nadel para identificar também na historiografia antiga não só exemplos abundantes da operacionalização narrativa dos *exempla*, como também um eventual “proto-historicismo” nos historiadores antigos.

⁶ Há de se notar uma importante e recente tendência em contrário, a partir dos estudos sobre a recepção do mundo antigo no mundo moderno. Cf. LIANERI 2011.

⁷ É fato que Momigliano faz uma crítica à obra *Geschichte des Hellenismus*, de Droysen, em artigo publicado na década de 1970. No entanto, o debate em seu texto gira em torno de questões específicas sobre a adequação do termo “helenismo” e do período helenístico, e não sobre questões de método, ainda que, como é de seu estilo, apareçam algumas considerações incidentais sobre o tema. Cf. HÜBSCHER 2010.

⁸ Citado como nota de rodapé em “Mito, memória e história”, primeiro capítulo de *Uso e Abuso da História*. São Paulo: Martins Fontes, 1989, p. 3, cuja versão original foi publicada em *History and Theory*, Vol. 4, p. 281-382, 1965.

isso é que existem diferenças imensas na percepção de mundo dessas diferentes gerações. Enquanto Momigliano não entende como se pode resolver o paradoxo pós-moderno, os alemães ainda parecem menos familiares com ele do que com o seu próprio presente da modernidade em crise – ambos viveram o nazismo, a culpa do pós-guerra, a ascensão e a queda do comunismo na Alemanha. Eu – e quiçá também o leitor – já nasci em um mundo cujo sentido não pode ser mais desligado da desconstrução pós-moderna, malgrado tantas críticas a esta; cabe a nós, portanto, entender os rumos nos quais se desdobra esse problema de identidade na historiografia. Assim, as críticas de Rüsen e de Koselleck, embora não sejam evidentemente críticas pós-modernas *per se*,⁹ estão inegavelmente inseridas em um ambiente de ruptura dos paradigmas da modernidade.

Sigo, até por uma questão geracional, na esteira do que Momigliano gostaria de saber e que Koselleck e Rüsen criticaram, na negação da importância do referencial antigo da historiografia para os pós-modernos. O pós-moderno é o resultado estridente das consequências do novo na modernidade: definido a partir dos anos 1970 e consolidado definitivamente com os novos paradigmas sociais e tecnológicos do mundo da virada do milênio,¹⁰ consiste temporalmente – parto de Perry Anderson (1999) – na derrocada final do antigo mundo aristocrático, mas também no fim do triunfante mundo burguês modernista, no arranjo político “sem nuances” submetido ao capitalismo especulativo e, em especial, no triunfo do progresso aceleradíssimo da tecnologia e de seu alcance global. Os teóricos pós-modernistas, referenciados pela vivência no próprio fim do modernismo, ainda tateiam em busca de definições teóricas abrangentes que não sejam contraditórias entre si. Afinal, uma das principais críticas ao pós-modernismo é que duas das suas principais características, a fragmentação e o pastiche, acabaram levando a uma situação paradoxal em que a desconstrução dos paradigmas anteriores levou, em última instância, ao vazio (THOLFSEN 1999).

68

Esse problema também tem se apresentado no caso da historiografia a partir das seguintes características defendidas pelo pós-modernismo (VEUREN 1995): 1) existe uma quebra ontológica entre a história e o passado, ou seja, não se pode de maneira alguma conhecer o passado objetivamente, “wie es eigentlich gewesen ist”. Assim, o estudo do passado se refere não ao próprio, mas a um circuito fechado de relatos e narrativas que tem um fim em si mesmo; 2) como um corolário da primeira, o foco primordial da história deve ser a interpretação e não o fato em si. Qualquer evidência do passado apenas faz sentido em relação à sua interpretação e não existe fora dela; sendo assim, a verdade está relacionada, não ao fato, mas sim ao discurso; 3) as interpretações são necessariamente circunstanciadas pelos contextos de quem as produz, e, portanto, não são intercambiáveis – postura que, aliás, revela de forma inequívoca o caráter historicista do pós-modernismo; 4) se não há abstração universal possível entre essas interpretações, ou esses discursos, a grande teoria não tem qualquer posição superior – aliás, sequer faz sentido. Surgem

⁹ Dada a maior afinidade, ao menos no caso de Rüsen, com a ideia – vinda dos antigos – de que a historiografia deveria cumprir uma função orientadora na vida (RÜSEN 2007).

¹⁰ Ou, talvez, estes anunciem a própria derrocada do pós-modernismo, inaugurando outra era – assim defendem Lipovetsky (2005) e Kirby (2009).

assim as microteorias, que explicam apenas relações locais, no espaço e no tempo, reflexo último da retórica das relações de poder em uma determinada sociedade.

Um conhecido exemplo de análise da relação entre pós-modernismo e historiografia é o artigo de Frank Ankersmit, "Historiography and Postmodernism", publicado em 1989 no *History and Theory*, ao qual se seguiu um acalorado debate com Perez Zagorin na mesma revista, no ano seguinte.¹¹ Não pretendo aqui esmiuçar os detalhes da discussão, nem todos os pontos propostos por Ankersmit, mas gostaria de destacar um dos principais pontos defendidos por ele. Seu texto começa com uma constatação que acredito bastante verdadeira da situação da produção acadêmica desde a década dos anos 1970, que é o aumento exponencial do número de historiadores e, portanto, de discursos sobre o passado, nas últimas décadas. Esse aumento, que espelha o aumento geral da produção de informação e conhecimento no mundo, também acaba por significar que as fontes secundárias tomam cada vez mais a primazia sobre as fontes primárias, tornando-se elas próprias fontes primárias e assim sucessivamente (ANKERSMIT 1989, p. 137). Tal como acabamos de ver sobre as características do pós-moderno quanto à primazia da interpretação, diz Ankersmit:

As interpretações históricas do passado primeiro se tornam reconhecíveis e adquirem suas identidades através do contraste com outras interpretações; elas são o que são apenas a partir do que não são. Qualquer um que conheça apenas uma interpretação, por exemplo, da Guerra Fria, não conhece absolutamente nenhuma interpretação deste fenômeno (ANKERSMIT 1989, p. 142).¹²

69

É natural, dessa forma, que Ankersmit se conecte a Hayden White e a Paul Ricoeur, especialmente ao primeiro, pela valorização da linguagem, da primazia do estilo, da forma do texto, sobre a realidade e o conteúdo da narrativa histórica.

A consequência de tudo isso é que a verdade, ou melhor, as múltiplas verdades, dado que advêm da interpretação dos discursos, estariam fora da história – do parâmetro moderno tradicional, científico, de história. Se a história não contém a objetividade nem a verdade, então seria inútil buscar essas últimas duas. A propósito, é até divertido ver como os pós-modernistas caem em contradição quando advogam tais posturas radicais: Keith Jenkins, ao mostrar argumentos de como é inútil buscar a verdade, acaba apresentando neles o que quer tomar como verdades (VEUREN 1995). E é aqui também que vemos um dos grandes problemas causados pela intuição lógica desse argumento de que não há verdade passível de observação na história, exemplificado pela famosa polêmica do revisionismo do Holocausto (SPIEGEL 2007).

Se para os pós-modernistas a história não contém a verdade e seria, portanto, inútil, temos aqui, enfim, o ápice da negação da *historia magistra vitae*. A teoria pós-moderna é mais radical do que a discussão de Koselleck ou mesmo de Rüsen sobre esse ponto. É fato que Koselleck nunca tratou diretamente do pós-modernismo em seus estudos, preferindo se concentrar na modernidade –

¹¹ Publicados em português pela revista *Topoi* em 2001.

¹² Antecipando meu argumento: um problema tão antigo quanto Heródoto; ver LATEINER 1989, p. 76-90.

especialmente alemã – a partir do século XVIII. Sua rejeição do termo “pós-moderno” se dá por razões semânticas, apontando o autor que o termo “moderno” abarca de maneira suficiente o novo perante o antigo, no que dizer “pós-moderno” soaria como uma tautologia (BRORSON 2004). Admito que, quanto a essa questão, o termo “pós-moderno” também me incomoda profundamente – presumo que a minha geração eventualmente precisará cortar o nó górdio. Já Rüsen também não pode ser colocado como pós-moderno – aliás, como vimos, muito pelo contrário: seu pensamento defende uma volta à análise racional da história e à definição dos princípios normativos do conhecimento histórico.

Os pressupostos da historiografia antiga e o mundo (pós-)moderno

Sendo assim, para onde vamos, se os pós-modernos nos dizem que a historiografia antiga é inútil hoje? Retomemos então os elementos básicos da historiografia antiga, para depois confrontá-los com esse problema da abordagem pós-moderna. Destacarei neles principalmente a verdade, mas também a autoridade do autor, a utilidade da obra e o estilo empregado (MARINCOLA 1997). Quanto à verdade, tratarei de sua relação com a função do *exemplum* na narrativa histórica, discutindo seu pressuposto lógico da imutabilidade do caráter humano. Nesse sentido, a discussão toma um rumo bastante diferente do usual entre os estudiosos, que desde a filologia clássica do século XIX têm se concentrado nas questões do método para se estabelecer a verdade pelo testemunho. Para tanto, vamos exemplificar a questão fazendo uma breve análise do proêmio de Heródoto.¹³ A tradução, baseada na divisão analítica de Krischer (1965), é de Tatiana Oliveira Ribeiro (2010):

70

1. Esta é a *apódexis* (exposição) da investigação de Heródoto de Halicarnasso (Ἡροδότου Ἀλικαρνησσοῦς ἱστορίας ἀπόδειξις ἦδε,)
2. para que a) nem (α) os feitos (β) dos homens (γ) se tornem evanescentes por ação do tempo,
b) nem (α) as grandes e admiráveis obras, (β) realizadas tanto pelos gregos quanto pelos bárbaros, (γ) fiquem sem glória,
3. e em particular, por que motivo entraram em guerra uns com os outros.

Vejamos: se as musas inspiram Homero e são a garantia de verdade da narrativa, Heródoto logo de cara se anuncia, em terceira pessoa, como ele mesmo o autor e único responsável pelo que será apresentado, sua *apódexis*. A narrativa é verdadeira e legítima porque ele a pesquisou (*historêin*), usando todos os testemunhos possíveis que encontrou em sua busca. Do que fala Heródoto? Dos feitos dos homens. Qualquer feito? Não, os feitos grandiosos dos gregos e dos persas, e “em particular por que motivo entraram em guerra uns com os outros”. Por que Heródoto expõe esses feitos? Para que não “se tornem evanescentes por ação do tempo”, para que não se esqueça de sua glória (ainda um eco de Homero), ou seja, para preservar sua memória. E qual é a razão pela qual se

¹³ Não seria incorrer em anacronismo usar Heródoto como parte da *historia magistra vitae* definida por Cícero, pois parto de um sentido que a define como “historiografia antiga” em oposição à “moderna”. Não pretendo entrar aqui em detalhes sobre a ruptura ciceroneana com a tradição anterior do gênero historiográfico; para tanto, ver FELDHERR 2003.

deve preservar a memória desses grandes feitos? A história em Heródoto tem a si mesma como objetivo, tal como o texto pós-moderno? Claro que não: o objetivo primordial de Heródoto é que a preservação da memória dos grandes feitos sirva como exemplo de conduta para o leitor. Se o termo ainda não é tão explícito como na historiografia latina, a preocupação transparece sem dúvida por todo o texto de Heródoto, seja, por exemplo, na história de Cresos, no livro I, seja no fracasso anunciado pela *hybris* de Xerxes, no livro VII. Por sinal, o exemplo negativo pode ser tão importante como o positivo, haja vista os motivos principais da própria obra de Tucídides, ao mostrar como também a *hybris* dos atenienses foi responsável por sua ruína (FORDE 1986; MAGALHÃES 2012).

Podemos dizer, então, que o propósito último da historiografia e de suas variantes (a biografia, os comentários, etc.) no mundo grego e latino é ensinar pelos exemplos – positivos e negativos. Como já mencionado, é fato que a historiografia grega clássica não sistematiza tão claramente essa necessidade quanto os helenísticos e em especial os latinos posteriormente o fazem, e aqui penso na diferença entre instâncias quase incidentais de exemplos desde Homero (GRETHLEIN 2010) *versus* os objetivos explícitos de Políbio, Tito Lívio e Tácito, ou mesmo do não historiador Cícero e a famosa frase que compõe o título deste artigo (NADEL 1964), para mencionar apenas os principais (MOMIGLIANO 1972). Logo, a consequência lógica de tal objetivo, que definiria um pressuposto básico da reflexão histórica antiga, é que a natureza humana seria imutável – insistirei na singularidade desse ponto. Sendo assim, um exemplo muito anterior à vida e ao contexto social e político do leitor poderia ser automaticamente utilizado como guia de referência para a conduta moral e cívica, na medida em que o erro moral seria inerente à natureza humana.

Não há uma ruptura com essa ideia durante o período medieval, no que Isidoro de Sevilha, Beda (KOSELLECK 2006, p. 44) ou Gregório de Tours narram os fatos da história pagã no consciente propósito de mostrá-los como exemplo, ainda que isso oferecesse um risco incidental de privilegiar os modelos do mundo pagão em detrimento dos modelos cristãos.¹⁴ Não há também ruptura nos modelos renascentistas de Leonardo Bruni (IANZITI 1998) e Maquiavel, ainda que ambos ressaltem as especificidades da história das cidades italianas. Não há ruptura nas histórias conjecturais do século XVII e começo do século XVIII, que procuraram interpretar as sociedades avançadas do Novo Mundo pelos modelos políticos greco-romanos (CAÑIZARES-ESGUERRA 2001). Voltaire, no verbete *Histoire* da *Encyclopédie*, já descarta muito do fantástico de Heródoto ou de Gregório de Tours, diferenciando com maior rigor a crítica interna da crítica externa, e já distingue importantes diferenças na natureza do mundo moderno em relação ao mundo antigo. No entanto, ainda ele insiste na utilidade da história para aprender com os acertos e erros do passado, com base implícita em premissas morais.¹⁵

¹⁴ “O quanto se permanecia cristão ao se remeter a Tito Lívio, Tácito ou Tucídides como guias era algo em aberto. Na prática, o que mais impressionou o observador externo foi a propensão dos historiadores, e dos eruditos em geral, a preferir assuntos não cristãos a cristãos” (MOMIGLIANO 1979, p. 135).

¹⁵ A discussão de Voltaire no artigo é eminentemente metodológica. No entanto, são frequentes as alusões a um senso comum de valorização moral nas épocas do passado: “Com o desmembramento do Império Romano no Ocidente, começa uma nova ordem das coisas, que é chamada de Idade Média – história bárbara dos povos bárbaros, que se tornaram cristãos, mas não se tornaram melhores” (VOLTARE 1765, p. 223).

De fato, continuaremos por todo o século XIX, mesmo dentro da tal ruptura anunciada por Koselleck, encontrando diversos autores que ainda farão paralelos diretos com elementos do mundo antigo. Só será o distinto e único século XX, que presencia coisas nunca antes vistas no mundo, como a guerra total e a bomba atômica, que verá o abandono total do referencial clássico.

Se a existência do exemplo na narrativa histórica está naturalmente ligada à sua aplicabilidade, é possível deduzir, como seu corolário, a presença implícita ou direta da questão da (i)mutabilidade do caráter humano, aspecto que dialoga profundamente com a filosofia. Assim, a ruptura apontada acima desenvolve um caráter específico no mundo da razão iluminista, em que Kant e Hegel defendem a mutabilidade do caráter humano ao longo da história, como demonstram seus modelos racionais de explicação. Para Kant, na *Ideia de uma história universal sob o ponto de vista cosmopolita*, o caráter humano seria mutável, porque é historicamente mudado, dado que se constitui na percepção humana da razão na sua natureza e na realização dessa razão pela autoconsciência e minimização do antagonismo entre o caráter sociável e o egoísta do homem, no plano pessoal, e entre as nações, no plano da sociedade civil. Esse antagonismo implícito na "sociabilidade insociável dos homens"¹⁶ tenderia a zero, mas não poderia se realizar totalmente, pois, se acabasse, isso seria uma contradição em termos com o sentido oculto da natureza no homem, dado que "os atos humanos, bem como qualquer outro fenômeno da natureza, são determinados por leis naturais de caráter universal".¹⁷

72

Podemos dizer que também para Hegel o caráter humano seria mutável, na medida em que a sua historicidade é a consciência humana progressiva da liberdade do Espírito. E é interessante notar que, nas últimas páginas da *Filosofia da história*, Hegel aponta, diferentemente de Kant, para o fim da realização da razão na história, localizando a Reforma protestante na Alemanha como o ponto chave. Condenando o catolicismo francês e sua incompatibilidade com a busca da liberdade depois da Revolução Francesa, para Hegel é na Alemanha protestante que se conciliam definitivamente a liberdade, o direito e a religião. Eis que chega a consciência humana à sua realização, e assim conclui Hegel: "A história universal é o processo desse desenvolvimento e do devir real do espírito no palco mutável de seus acontecimentos – eis aí a verdadeira teodiceia, a justificação de Deus na história".¹⁸

Dessa forma, eu gostaria de propor que talvez a questão da (i)mutabilidade da natureza humana seja uma chave para entendermos as diferenças entre a historiografia antiga e os modelos modernos que a ela se seguiram. Porém, aqui precisaríamos enveredar para o campo filosófico, o que carrega um problema, já que o conhecimento histórico tem um eminente caráter empírico, o *historêin*, e o conhecimento filosófico é por natureza abstrato. E não é necessário ir tão longe para nossos propósitos aqui; se confrontarmos os pressupostos antigos da

¹⁶ 4ª. Proposição: "die ungesellige Geselligkeit der Menschen".

¹⁷ GARDINER 1974, p. 28. No original, "die menschlichen Handlungen, eben so wohl als jede andere Naturbegebenheit nach allgemeinen Naturgesetzen bestimmt".

¹⁸ Tradução da edição brasileira de 1995. No original, "Daß die Weltgeschichte dieser Entwicklungsgang und das wirkliche Werden des Geistes ist, unter dem wechselnden Schauspiele ihrer Geschichten, – dies ist die wahrhafte Theodicee, die Rechtfertigung Gottes in der Geschichte".

historiografia que levantamos agora com a filosofia da história de Kant e Hegel, eles ainda assim continuam pertinentes: a verdade não mais está no fato, mas subsiste enquanto validade e pertinência da razão, ou do Espírito. Assim, conclui-se que há e deve haver para esses filósofos um relato verdadeiro: aquele de como a razão/Espírito se manifesta ou se revela na história. Um exemplo disso está no que acabei de dizer sobre Hegel em relação à Reforma, que ele aponta ser o momento em que a consciência de si em Deus se torna finalmente pessoal – daí ser a Bíblia luterana, para Hegel, o livro nacional alemão.

Um segundo elemento constituidor da historiografia antiga é a autoridade, que, se para os antigos é vinculada à posição social do autor e a seu domínio da tradição que o precede (MARQUES 2008), já em Kant estaria na capacidade de conhecer, dominar e apresentar os mecanismos da progressão humana na história em direção à realização da razão na natureza do homem. Sendo assim, sua utilidade estaria exatamente na explicação e exemplificação desse processo. Dessa forma, tanto a história tradicional, *magistra vitae*, quanto as filosofias da história se apresentam como lógica e necessariamente verdadeiras, dado que escritas por uma autoridade autorreconhecida (e posteriormente também reconhecida nas respectivas tradições em que se encaixa), e que, pelo próprio caráter da verdade, mostram-se como úteis – tanto ao revelar a imutabilidade do caráter humano quanto para o entendimento em contrário.

A questão do estilo, que vem a complementar os pressupostos fundamentais da historiografia antiga, pode também ser analisada porque nos remete precisamente de volta ao debate de Hayden White e Ankersmit. Em poucas instâncias da história da historiografia o estilo deixou de ser importante e, por longo tempo, seguiu os preceitos da retórica clássica (RICOEUR 1994; LAIRD 2009), a *inventio*, a *dispositio* e a *elocutio* (descartando aqui os ligados à apresentação oral, *memoria* e *pronuntiatio*). A *inventio* em particular está relacionada à verdade na medida em que se subordina à investigação e/ou ao relato dos testemunhos, mas também se liga à verossimilhança. Há inúmeros exemplos na historiografia antiga que eu poderia citar para exemplificar essa questão, como nas diferentes versões que Tito Lívio apresenta, em especial na primeira década, ou como nos rumores palacianos típicos de Tácito, mas citarei novamente Heródoto, com a anedota do faraó Psamético, que ordenou a um pastor que criasse dois bebês em completo isolamento e sem que ouvissem qualquer palavra para que, quando crescessem e falassem pela primeira vez, essa primeira palavra revelasse se os egípcios ou os frígios seriam os povos mais antigos: “Que isso foi o que realmente aconteceu, foi o que eu mesmo aprendi com os sacerdotes de Hefesto em Mênfis, embora os gregos tenham várias versões improváveis da história, tal como a que Psamético ordenara que as crianças fossem criadas por mulheres cujas línguas haviam sido cortadas. Porém, a versão dos sacerdotes é essa que eu apresentei” (II, 1, 3).¹⁹

Os autores renascentistas ainda seguem essas regras à risca, e também as histórias conjecturais e filosóficas do século XVIII usam o artifício da verossimilhança

¹⁹ A passagem é bastante analisada. Cf. GROTEN 1963; SULEK 1989; LATEINER 1989.

como determinador da verdade nos seus relatos. As estritas regras filológicas da história científica já mudam o quadro, mas, mesmo assim, os autores ainda se preocupam com a questão do estilo – como mostra o próprio Hayden White quando analisa, por exemplo, os casos de Michelet, Ranke, Burckhardt e Tocqueville (WHITE 2008). Nesse sentido, surpreende que os pós-modernistas alcem o estilo à proeminência atribuindo a ele certo caráter de ineditismo.²⁰

Ankersmit propõe que o estilo prevalece sobre o conteúdo, quando afirma:

[...] graças ao fato dos pontos de vista historiográficos serem incomensuráveis – isto é, que a natureza das diferenças de opinião em história não pode ser satisfatoriamente definida em termos de objetos de estudo – nada podemos fazer além de concentrarmo-nos no estilo incorporado a cada ponto de vista histórico ou olhar sobre o passado, se quisermos garantir um progresso significativo do debate na História. O estilo, se não o conteúdo, é o tema de tais debates. O conteúdo é derivado do estilo (ANKERSMIT 1989, p. 144).

Evidentemente, não podemos fazer um paralelo absoluto com o mundo antigo, mas proponho um exercício que nos fará chegar mais perto de Heródoto. Trocando os termos “ponto de vista histórico” por “testemunho”, teríamos:

graças ao fato dos *testemunhos* serem incomensuráveis – isto é, que a natureza das diferenças de opinião *quanto aos fatos* não pode ser satisfatoriamente definida em termos de objetos de estudo – nada podemos fazer além de concentrarmo-nos no estilo incorporado a cada *testemunho*, se quisermos garantir um progresso significativo do debate na História.

74

Em outras palavras, dada a dificuldade de se estabelecer a verdade por causa dos diferentes testemunhos, a *inventio* e todas as demais regras que delimitam a história enquanto gênero literário se tornam as ferramentas fundamentais para a escrita da história no mundo antigo.

Conclusão

O breve e subversivo laboratório de comparação acima tem um propósito específico definido: apontar que, em certo sentido, não podemos afirmar uma ruptura completa e total entre os pressupostos da historiografia antiga e as tateantes características da historiografia pós-moderna. E isso acontece por causa de um motivo elementar: romper completamente com a definição de um objeto significa negá-lo; no caso que nos ocupa, isso significa que a escrita da história deixa de fazer sentido. A história é sempre discurso porque é recorte, e isso se aplica ao discurso/recorte pós-moderno ou ao antigo, independentemente das outras características que os diferenciam. Esse recorte nunca é arbitrário: ele tem determinados objetivos, é deliberado e consciente. Assim, se a história, por definição, contém alguma verdade – ou melhor, não é deliberadamente ficcional –, é necessariamente útil na medida em que responde a determinados anseios

²⁰ Ankersmit, mas não Hayden White.

e à vida do leitor, identificando-se ou não este com uma narrativa induzida.²¹ Advogo, portanto, que nem no mundo do historicismo pós-modernista é possível uma exclusão total da ideia de exemplo,²² pois seu aspecto de utilidade é condição lógica da verdade que compõe a escrita da história. Permita-me, caro leitor, ousar tal definição, já que aqui estou pensando na diferença entre “a” história e “uma” história, ou seja, “um” discurso. Além disso, tenho plena consciência de que podem existir utilidades não ligadas estritamente aos exemplos de conduta moral – enfim, acredito, na verdade, que Rösen e eu não discordaríamos tanto. Portanto, para o próximo passo, é crucial perguntar: útil *para quem*? Os exemplos da *historia magistra vitae* tradicional eram claramente direcionados para uma pequena parte da sociedade: a elite aristocrática, os grandes políticos e generais.²³ Porém, o alargamento do campo de pesquisa do historiador que se dá a partir do século XIX, com a interdisciplinaridade e especialmente após o estouro dos estudos culturais pós-modernos e pós-coloniais, expandiu de maneira exponencial o sentido de “exemplo”. Também nessa possibilidade de alargamento de sentido, “exemplo” não significa apenas conduta moral, mas qualquer referencial que possa, de maneira direta ou indireta, fazer com que tenhamos consciência de nosso próprio mundo – uma urgência tão pós-moderna e, ao mesmo tempo, tão perene.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, Perry. **As origens da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- ANKERSMIT, Frank. R. Historiography and Postmodernism. **History and Theory**, Vol. 28, nº 2, p. 137-153, 1989.
- BRORSON, Kristine. **Koselleck and postmodernism**. Oslo, 2004. Disponível em: http://www.historiologicalnotes.org/2004/03/koselleck_and_p.html. Acesso em: 13 de abril de 2013.
- BURKE, Peter. Exemplarity and anti-exemplarity in early modern Europe. In: LIANERI, Alexandra. (ed.) **The Western Time of Ancient History. Historiographical Encounters with the Greek and Roman Pasts**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011, p. 48-59.
- CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. **How to Write the History of the New World: Histories, Epistemologies, and Identities in the Eighteenth-Century Atlantic World**. Stanford: Stanford University Press, 2001.
- CHRIST, Karl. Arnaldo Momigliano and the History of Historiography. **History and Theory**, Vol. 30, nº 4, p. 5-12, 1991.

²¹ Røller (2009, p. 216) sintetiza, por outro caminho, em termos precisos: “[...] there can plainly be no “pure” historicism in which a past is known to the present exclusively on its own terms, without any imposition of present frameworks or concerns. For no historian can avoid posing and answering questions from within her or his own horizons of possibility and value, which *ex hypothesi* differ from those of the past in question. Nor, probably, has ‘pure’ exemplarity ever been attained. Even before the advent of historicism as an articulated philosophy of history, certain changes over time, or differences between past and present, could always be perceived”.

²² É curioso notar, como adendo à questão, a permanência mesmo hoje do *topos* ciceroneano na percepção da utilidade da história fora do círculo de especialistas acadêmicos. Cf. BURKE 2011.

²³ E suas virtuosas esposas; ver a popularidade de Plutarco até o século XVIII.

- FELDHERR, Andrew. Cicero and the invention of "literary" history. In: EIGLER, Ulrich (ed.). **Formen römischer Geschichtsschreibung von den Anfängen bis Livius: Gattungen, Autoren, Kontexte.** Wiss: Buchges, 2003, p. 196-212.
- FORDE, Steven. Thucydides on the Causes of Athenian Imperialism. **The American Political Science Review**, Vol. 80, nº 2, p. 433-448, jun. 1986.
- FORNARA, Charles W. **The Nature of History in Ancient Greece and Rome.** Berkeley: University of California Press, 1983.
- GRETHLEIN, Jonas. **The Greeks and their past: poetry, oratory and history in the fifth century BCE.** Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- _____. *Historia magistra vitae* in Herodotus and Thucydides? The exemplar use of the past and ancient and modern temporalities. In: LIANERI, Alexandra. (ed.) **The Western Time of Ancient History: Historiographical Encounters with the Greek and Roman Pasts.** Cambridge: Cambridge University Press, 2011. p. 247-263.
- GROTE, Jr., F. J. Herodotus' Use of Variant Versions. **Phoenix**, Vol. 17, nº 2, p. 79-87, Summer 1963.
- HARTOG, François. Time's authority. In: LIANERI, Alexandra. (ed.) **The Western Time of Ancient History: Historiographical Encounters with the Greek and Roman Pasts.** Cambridge: Cambridge University Press, 2011. p. 33-47.
- HEGEL, Georg W. F. **Filosofia da História.** 2ª edição. Brasília: Editora UnB, 1995. Disponível em: <http://gutenberg.spiegel.de/buch/1657/1>. Acesso em: 13 de abril de 2013.
- HÜBSCHER, Bruno. **Arnaldo Momigliano: história da historiografia e do mundo antigo.** Dissertação (Mestrado em História Social). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-12112010-164136/>. Acesso em: 31 de maio de 2013.
- IANZITI, Gary. Bruni on writing history. **Renaissance Quarterly**, Vol. 51, nº 2, p. 367-391, 1998.
- KANT, Immanuel. Ideia de uma História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita. In: GARDINER, Patrick. **Teorias da História.** 2ª. edição. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1974, p. 28-41. Disponível em: <http://www.korpora.org/Kant/aa08/015.html>. Acesso em: 13 de abril de 2013.
- KIRBY, Alan. **Digimodernism: How new technologies dismantle the postmodern and reconfigure our culture.** London: Continuum, 2009.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.** Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006.

- KRISCHER, Tilman. Herodots Prooimion. **Hermes**, Vol. 93, p. 159-167, 1965.
- LAIRD, Andrew. The rhetoric of Roman historiography. In: FELDHERR, Andrew (ed.). **The Cambridge Companion to the Roman Historians**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. p. 197-213.
- LATEINER, Donald. **The Historical Method of Herodotus**. Toronto: University of Toronto Press, 1989.
- LIANERI, Alexandra. (ed.) **The Western Time of Ancient History: Historiographical Encounters with the Greek and Roman Pasts**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- LIPOVETSKY, Gilles; CHARLES, Sébastien. **Hypermodern times**. Cambridge: Polity, 2005.
- MAGALHÃES, Luiz Otávio de. Tucídides (460 a.C.-404 a.C.). In: PARADA, Maurício (org.). **Os Historiadores: Clássicos da História**. Rio de Janeiro/Petrópolis: PUC-Rio/Vozes, 2012, p. 32-50.
- MARINCOLA, John. **Authority and Tradition in Ancient Historiography**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- MARQUES, Juliana Bastos. Mecanismos de legitimidade e tradição na historiografia latina. Goiânia: **História Revista (UFG)**, Vol. 13, p. 139-156, 2008.
- MEGILL, Allan. Jorn Rusen's Theory of Historiography between Modernism and Rhetoric of Inquiry. **History and Theory**, Vol. 33, nº 1, p. 39-60, 1994.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. Tradition and the classical historian. **History and Theory**, Vol. 11, nº 3, p. 279-293, 1972.
- _____. The place of ancient historiography in modern historiography. In: den BOER, W. (ed.) **Les Études Classiques aux XIXe. et XXe. siècles : leur place dans l'histoire des idées**. Genève: Vandoeuvres/Fondation Hardt, p. 1979. (Entretiens sur l'Antiquité Classique, tome XXVI)
- _____. **The Classical Foundations of Modern Historiography**. Berkeley: University of California Press, 1990.
- NADEL, George H. Philosophy of history before historicism. **History and Theory**, Vol. 3, nº 3, p. 291-315, 1964.
- RIBEIRO, Tatiana O. **A apódexis herodotiana: um modo de dizer o passado**. 2010. 206 f. Tese (Doutorado em Letras Clássicas). Faculdade de Letras. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.
- RICOEUR, Paul. History and Rhetoric. **Diogenes**, Vol. 42, nº 168, p. 7-24, December 1994.
- ROLLER, Matthew. The Exemplary Past in Roman Historiography and Culture. In: FELDHERR, Andrew (ed.) **The Cambridge Companion to Roman Historians**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 214-230.
- RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica**. Brasília: Editora UnB, 2001.

- _____. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. **História da historiografia**, Vol. 2, 2009. Disponível em: <http://www.ichs.ufop.br/rhh/index.php/revista/article/view/12>. Acesso em: 13 de abril de 2013.
- SAWILLA, Jan Marco. On Histories, Revolutions, and the Masses. In: JUNGE, Kay; POSTOUTENKO, Kirill (eds.). **Asymmetrical Concepts After Reinhart Koselleck: Historical Semantics and Beyond**. Bielefeld: Transcript Verlag, Vol. 20, 2011. p. 165-196.
- SCHEIN, Seth L. 'Our Debt to Greece and Rome': Canon, Class and Ideology. In: HARDWICK, Lorna; STRAY, Christopher. (eds.). **A Companion to Classical Receptions**. Malden, Mass./Oxford: Blackwell, 2008, p. 75-85.
- SPIEGEL, Gabrielle M. Revising the Past Revisiting the Present – How Change Happens in Historiography. **History and Theory**, Theme Issue 46, p. 1-19, 2007.
- SULEK, Antoni. The Experiment of Psammetichus: Fact, Fiction, and Model to Follow. **Journal of the History of Ideas**, Vol. 50, nº 4, p. 645-651, Oct. - Dec., 1989
- THOLFSEN, Trygve R. Postmodern Theory of History: A Critique. **Memoria y civilización: anuario de historia de la Universidad de Navarra**. nº 2, p. 203-222, 1999. Disponível em: http://dspace.unav.es/dspace/bitstream/10171/8985/1/MC_2_09.pdf. Acesso em: 13 de abril de 2013.
- VEUREN, Pieter van. Does it Make Sense to Teach History Through Thinking Skills? **Inquiry: Critical Thinking Across the Disciplines**, Vol. 14, nº 3, p. 72-81, 1995.
- VOLTAIRE. Histoire. In: DIDEROT, Denis; D'ALEMBERT, Jean. **Encyclopédie, Ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers**. Paris, 1765. p. 220-224. Vol. 8. Disponível em: http://fr.wikisource.org/wiki/L'Encyclopédie/Volume_8#HISTOIRE. Acesso em: 13 de abril de 2013.
- WHITE, Hayden. **Meta-História: a imaginação histórica do século XIX**. São Paulo: Edusp, 2008.
- WIKLUND, Martin. Além da racionalidade instrumental: sentido histórico e racionalidade na teoria da história de Jörn Rüsen. **História da Historiografia**, nº 1, p. 19-44, 2008. Disponível em: <http://www.ichs.ufop.br/rhh/index.php/revista/article/view/24>. Acesso em: 13 de abril de 2013.
- ZAGORIN, Perez. Historiography and Postmodernism: Reconsiderations. **History and Theory**, Vol. 29, p. 263-274, 1990.

De prudencia y ocasión: la historia como respuesta a los contrasentidos éticos de la razón moderna

On prudence and occasion: history as an answer to the ethical contradiction of the modern reason

Aaron Grageda Bustamante

agrageda@sociales.uson.mx

Profesor titular

Universidad de Sonora

Blvd. Luis Encinas y Rosales, s.n. - Edificio 101 - Tercer Piso - Col. Centro

83000 - Sonora

México

Resumen

El presente artículo tiene como punto de partida la crítica contemporánea al conocimiento histórico, sobre todo en cuanto al hecho de que el mismo posee una especialización y fragmentación tales que lo despojan de toda utilidad práctica. Lo anterior está asociado con la crítica heideggeriana al pensamiento de Kant, realizada durante sus años de trabajo en la Universidad de Marburgo. La tesis fundamental que sustenta esta contribución es que tal condición del conocimiento histórico es manifestación de la racionalidad moderna y que la historia, en el pasado, como lo demuestra el culto antiguo de la prudencia, pudo reconciliar el pragmatismo con el saber experto. El enfoque con que se aborda este artículo se mueve de la historia intelectual a la cultural y se fundamenta lo mismo en la tradición pictórica europea que en la escritura literaria e histórica.

79

Palabras clave

Conocimiento histórico; Sentido; Modernidad.

Abstract

This essay takes as its starting point the contemporary criticism of historical knowledge, specially the fact that it has a specialized and fragmented character which deprives it of any practical usefulness. This is associated with Heidegger's criticism of Kant's theory, developed at the University of Marburg. The main assumption underlying this contribution is that this condition of historical knowledge is a manifestation of modern rationality. Yet history in the past was able to conciliate pragmatism with specialized knowledge, as evidenced by the ancient cult of prudence. Regarding methodology, this article thus, combines approaches from intellectual history with cultural history bringing in elements from European pictorial and literary traditions.

Keywords

Historical knowledge; Meaning; Modernity.

Recibido el: 15/1/2013

Aprobado el: 20/5/2013

Es imposible en nuestros días hacer oídos sordos a la crítica surgida al interior de las ciencias humanas, según la cual el grado de especialización, fragmentación y sofisticación que dichas ciencias han adquirido las últimas décadas no se corresponde con su capacidad de elaborar soluciones instrumentales a problemas socialmente relevantes (BREWER 1999, p. 327). Aunque existe el convencimiento de que "el actual fundamento racional de las disciplinas ya no tiene mucho sentido" (WALLERSTEIN 1996, p. 5), los esfuerzos realizados hasta ahora para contrarrestarlo no han dejado satisfechos a todos (HIRSCH 2008, p. 20).

A pesar de que se conocen innumerables intentos de integración disciplinaria (KARLQVIST 1999, p. 379), se ha extendido cada vez más en el pensamiento social un sentimiento de vértigo, de un vacío creado por una institución científica superespecializada que existe para sí misma y para la reproducción de sus intereses, independientemente de (e indiferente a) las necesidades humanas que deberían ser la razón de su existencia (GIBBONS 1997).

Se tratará de mostrar, en la presente contribución, cómo en una de las primeras críticas a la Modernidad (y sobre todo en torno a su modo dominante de conocimiento), fue vislumbrado ese contrasentido básico del racionalismo contemporáneo. Se pondrá énfasis, especialmente, en el funcionamiento de la historia como disciplina que una vez fue capaz de brindar una solución al dilema ético del solipsismo científico, ese mismo que empaña hoy el resplandor que otrora caracterizara a muchas disciplinas sociales.

80

Por sorprendente que parezca – y ello representa la tesis fundamental de este trabajo –, la historia articuló durante mucho tiempo los elementos básicos de un paradigma de conocimiento social, unificador y pragmático, materializado en el cultivo de la prudencia, que, funcionando como forma práctica de orientación para la vida, fue rebasado paulatinamente por el predominio del cartesianismo, teniendo sin embargo la virtud de poner al hombre, en su actuar y padecer en el mundo, como la finalidad última y preponderante de la reflexión científica.

Funcionando de forma secular y sistemática, ese modelo de construcción de conocimiento social, logró gozar hasta el siglo XVIII de un reconocimiento tal que popularizó ampliamente a la historia, consolidándola en distintas épocas y culturas como saber fundamental en los más diversos campos de la creación intelectual y artística de Europa. Aunque hasta hoy se ha teorizado poco en torno a ello, la tradición y presupuestos operativos que por entonces dieron vida a esa forma de conocimiento fue tal que, como se mostrará, poco faltó para que con ella se reescribiera la filosofía de la ciencia del siglo XX.

A la vera del Lahn

Algo debió de existir en la Universidad de Marburgo que capturó fuertemente la atención de Martin Heidegger. Quizá fue la atmósfera romántica de una pequeña ciudad, el cauce de su río, o el bosque de los alrededores, por donde frecuentemente se veía a Heidegger hacer sus paseos al caer la tarde. Pero también pudo haber sido el ambiente de una universidad que, en ese entonces, contaba con no más de tres mil estudiantes, que, en pleno auge de la República

de Weimar, preferían entregarse más a los concursos de esgrima que a recordar los amargos días de la Primera Guerra Mundial.

Los años de 1923 a 1928 en Marburgo fueron, en palabras del propio filósofo, los que más disfrutó de toda su carrera docente (HIRSCH 1979, p. 336). Heidegger fue llevado por entonces a la Universidad por su colega Paul Natorp (BIEMEL 1973, p. 33). En esa época, la institución gozaba de reputación nacional por el prestigio de su escuela neokantiana y por el reconocimiento del departamento de Religión, que contaba con algunos de los más importantes teólogos del país.

La estancia de Heidegger en Marburgo es tan importante para la crítica de la Modernidad como desconocida es para la historiografía. De esa época data su productiva relación intelectual con Eduard Spranger, un connotado psicólogo de la misma universidad, a quien el filósofo llegó a citar años más tarde en su más famosa obra, al abordar lo concerniente a la "constitución del entendimiento histórico" (BIEMEL 1973, p. 394). Por entonces, como se mostrará, Heidegger había repasado ya durante varios años algunos aspectos de la teoría de la historia que posteriormente le serían de utilidad para fundamentar su propia orientación fenomenológica.

En 1926, Heidegger, interesado en la comprensión histórica, ofreció un seminario en el que expuso la obra de Johan Gustav Droysen, *Historik*, al escrutinio de su crítica filosófica. En un ensayo elaborado años antes, el filósofo había reflexionado sobre ese mismo tema y llegado a la conclusión de que

tal vez, el mérito más grande de la escuela crítica en las ciencias históricas, por lo menos el más significativo en relación con los métodos, es haber hecho claro finalmente que la fundación de nuestros estudios es la investigación de las fuentes desde las cuales aprendemos; y con ello la relación de la historia con el pasado ha alcanzado el punto en que es científicamente importante (KLOSTERMANN 1972, p. 370).

Droysen fue de importancia para Heidegger, porque dicho historiador elaboró también una biografía de Yorck von Wartenburg, cuya correspondencia con Dilthey fue discutida ampliamente por el filósofo en *El ser y el tiempo*, obra aparecida un año después de impartido dicho seminario. El distanciamiento de Heidegger con respecto a Droysen se deberá, no obstante, como ha sido propuesto, a que el historiador define la historia como una extensión del dominio ético, "suposición que Heidegger no compartió y la cual carece para él de toda prueba" (HIRSCH 1979, p. 341).

Fue, sin embargo, otra vertiente de la reflexión historiográfica la que causará en Heidegger mayor entusiasmo, una que coincidió con el momento mismo de su llegada a la vera del Lahn y de su incorporación a la Universidad de Marburgo. Precisamente en el verano de 1923, Martin Heidegger impartió un seminario que llamó "Sobre la frónesis", el cual tuvo como objetivo discutir "otros tipos de conocimiento".

La concepción misma del seminario puede entenderse, más que como provocación, como una de las primeras críticas a uno de los conceptos

fundamentales de la Modernidad. Representa particularmente una toma de posición en ciernes, contra el pensamiento guiado por la idea de una razón fría y abstracta, producto de la Ilustración y esencia de la conciencia moderna. La "frónesis", es decir, la razón práctica (que Aristóteles diferencia en la *Ética a Nicómano* de "episteme", la razón científica, y de "techné", vinculada con la creación), será celebrada a lo largo de su crítica como la vía de la acción, propiciadora de un cambio exhaustivo, pragmático, fundamentado en experiencias (Arist. *Nich. Eth.*).

Heidegger percibió en la frónesis una forma de racionalidad que no involucraba nada de lo que la razón, en su sentido contemporáneo, implicaba. La frónesis es práctica, orientada a la acción, y no de naturaleza teórico-especulativa; se basaba también, de acuerdo a Aristóteles, en la experiencia, no surgía (solamente) de las deducciones abstractas. La frónesis podía considerarse una virtud común al género humano y no solamente de aquellos preocupados en cultivar la razón científica.

Visto desde esa perspectiva, el seminario de Heidegger representó una crítica al corazón mismo de la tradición kantiana, a saber, a la "aporía de la razón". Kant, como se sabe, realizó la distinción entre dos tipos de razón. La primera es pura, perteneciente a la ciencia y la lógica; la otra es "pura razón práctica", característica de campos como los de la moral y las leyes, y es condición de posibilidad de la acción moral (2003, p. 41).

82

La pregunta que surge a partir de ese orden de ideas es: ¿qué vínculo material pudo haber existido entre la frónesis aristotélica, la historia y la aplicabilidad del conocimiento humano? Sobre todo, ¿qué llevó a Heidegger –como lo sugiere su seminario sobre la frónesis– a buscar formas de conocimiento alternativos que sortearan los contrasentidos de una razón pura que se distancia de los intereses del sujeto?

Hoy se conocen los alcances de una tradición filosófica que, iniciando en el Imperio Romano y floreciendo en la etapa final de la Edad Media, resolvió la contradicción entre frónesis y episteme y fue incluso capaz de derivar la primera de la última sin necesidad de poner a ambas en un plano de igualdad. Esa tradición epistemológica se hace manifiesta sobre todo en la recepción clásica y medieval de los textos platónicos y aristotélicos. Sus fundamentos no se basan en la ética, sino en un concepto diferente de la función y esencia primaria de la razón, de la cual la razón práctica llegó a ser solo una expresión entre otras. Esta tradición conduce a la razón (o la racionalidad) por un camino distinto al que popularizaron los ilustrados y sus precursores (es decir, el de un proceso fundamentalmente abstracto-estructural) e incorpora incluso los criterios contenidos en cada forma de conocimiento como parte del objeto mismo.

Una forma práctica de conocimiento

En estricto sentido cronológico, es en *Fedón*, uno de los diálogos platónicos, donde por primera vez se hace uso del concepto "frónesis" (φρόνησις), entendido en la doble acepción de "sabiduría", aunque (dependiendo de las traducciones) también de "inteligencia". "La sabiduría es", declara Sócrates, "la única moneda

de buena ley, y por ella es preciso cambiar todas las demás cosas. Con ella se compra todo y se tiene todo: fortaleza, templanza, justicia" (PLATO 1861, p. 69a).

Sin embargo, la definición básica de "frónesis", así como la reflexión clásica que la hizo visible en la tradición filosófica, fue desarrollada posteriormente por Aristóteles, quien en sus lecciones de ética la emplea en profundidad, diferenciándola, tanto de "ciencia" (que se caracterizaría por la demostración), como de "arte" (fundamentado en la creación) (HANEY 1999, p. 32). La "prudencia", término elegido para traducir el concepto de frónesis, lo mismo en latín que en las principales lenguas europeas (EBERT 2006, p. 165), "no es ciencia porque las materias de conducta admiten variación; y no es arte, porque hacer y realizar son genéricamente distintos. Queda por lo tanto", afirma Aristóteles (Arist. *Nich.Eth.* 6.5.1140b), que la misma es "una verdad sujeta a cualidades racionales, que se ocupa de la acción respecto a las cosas que son buenas o malas para los seres humanos". De esa manera, en Aristóteles, se definió a la prudencia, no solo como virtud superior, sino como "capacidad de juicio práctico moral" (HÖFFE 1998, p. 42), orientado a lograr "una buena vida en lo general".

Si bien la prudencia tuvo en la frónesis aristotélica su lugar central, también lo tuvo en la primera etapa de la filosofía cristiana, la misma que hubo de desarrollarse independientemente de la influencia aristotélica (PAYER 1979, p. 55). El tratamiento de la frónesis, elaborado en el sexto libro de la *Ética a Nicómaco*, no fue asequible como traducción en Occidente sino hasta mediados del siglo XIII; sin embargo, una rica herencia de especulación filosófica comenzó a difundirla como tema en una época muy temprana (GAUTHIER; JOLIF 1970, p. 111).

Ha sido sugerido que fueron dos períodos los que contribuyeron en la Edad Media al desarrollo sistemático de la prudencia. El primero queda definido por los debates gestados en el marco de la rivalidad con su par conceptual: la *discretio*, en función de los cuales, de forma gradual hasta el siglo XII, se realiza la entronización de la prudencia como virtud cardinal central (DINGJAN 1967). Un segundo período, sin embargo, rechaza la naturaleza de la prudencia como virtud. Como se hace explícito en las reflexiones de Abelardo, toda vez que a la misma se le restituye como forma de conocimiento, no se le otorgó un carácter moral ni, por lo tanto, una dimensión virtuosa (PAYER 1979, p. 57). La interpretación clásica al respecto afirma que la disyuntiva entre moral y conocimiento que caracterizó a dicho período se resolvió al asociar la prudencia con el uso responsable de la voluntad, un proceso en el que sí se le confería un carácter moral (LOTTIN 1932, p. 280). De esa forma, la prudencia continuaba siendo conocimiento, pero uno de tal naturaleza que le permitía volverse virtud si se asociaba con la voluntad.

Ambos procesos se suceden de forma previa a la recepción del sexto libro de la *Ética* de Aristóteles, momento a partir del cual se establecerá en definitiva la definición básica del concepto. Desde entonces, la prudencia aristotélica será adoptada de forma unánime e influirá en las discusiones posteriores (PAYER 1979, p. 56). Su presencia es visible en los trabajos de una amplia gama de filósofos del pensamiento cristiano previos a Tomás de Aquino.

Guillermo de Auxerre es quien inaugura con su obra *Summa aurea* esa reflexión. Es el primer autor del siglo XIII que incorpora la discusión de la virtud de la prudencia en un trabajo teológico más amplio, centrándose predominantemente en la cuestión de su cientificidad y, sobre todo, vinculándola por primera vez con los postulados de la ley natural. Aunque sus escritos no hayan alcanzado la constitución de un tratado estructural sobre la prudencia y su forma de adquisición, echó las semillas de la crítica en un campo fértil (PAYER 1979, p. 59), como se mostrará a continuación.

Es Felipe el Canciller, teólogo y lírico francés, quien realizará un tratado estructural sobre la prudencia a lo largo de *Summa bono*, su libro más influyente. En su proposición introduce el concepto de recto juicio, que se materializa en la razón humana; de ahí que, siguiendo a Harlardus, obispo de Dorchester, proceda a definir: "Ad illam autem qua est: 'prudencia est divinae et positivae iustitiae'" (CHANCELLOR 1985, p. 135vb). Sin embargo, solo posteriormente, con Albertus Magnus, la prudencia llegará a obtener una definición y fundamentación sin precedentes en la práctica filosófica de Occidente.

En *De bono*, Albertus Magnus desarrolla un extenso tratado de las virtudes cardinales en lo general, dedicando especial interés a la prudencia. Poco después, al darse a conocer en la época la primera traducción de la *Ética* de Aristóteles (PAYER 1979, p. 62), dicho teólogo complementará la definición original. La contribución de ese personaje consistió en establecer una relación estrecha entre la prudencia y los principios fundamentales del derecho natural. Éstos últimos son de hecho derivaciones, tanto de la prudencia como de la inteligencia práctica, ambas sintetizadas en un almacén interior de valores morales de corte universal al género humano, denominado "síndéresis" (MCQUADE 2000, p. 234). De esa manera, para el obispo de Colonia, "prudencia est habitus cum ratione vera circa humana bona activus" (MAGNUS 1968-1972, p. 1140b20).

En un orden semejante de ideas, Tomás de Aquino señala que los principios fundamentales de la acción humana son los preceptos del derecho natural, que son conocidos a su vez de forma natural por todos los hombres. El concepto clave en el análisis tomista de la prudencia fue la noción de *applicatio* (PAYER 1979, p. 67). Una de las funciones básicas de la prudencia en la filosofía de Aquino es, por lo tanto, aplicar los principios prácticos del intelecto a circunstancias concretas de la acción humana, porque, como llegó a consignar, "Prudencia est recta ratio agibilium" (AQUIN 2013, p. 47).

De esa manera, en la recepción medieval son definidos dos aspectos centrales de la prudencia y su enseñanza; a saber: "la importancia central de la razón y el conocimiento como sus atributos fundamentales, vinculados a la vida moral responsable de la persona"; así como buscar "respuesta a la necesidad de establecer criterios y estándares para el juicio prudente" (PAYER 1979, p. 70).

Más allá de la elocuencia

Una tendencia intelectual igualmente rica que la aristotélica, solo que de extracción latina, brindó, en lo referente al estudio de la prudencia, los elementos que a la postre condicionarían el desarrollo del Humanismo y el

prolífico uso y divulgación del concepto. En esa línea, la centralidad de la herencia ciceroniana es evidente.

Investigaciones relativas a este tema apuntan a que “los escritos de Cicerón sustentaron las primeras definiciones de prudencia en Occidente, antes de la recuperación de los textos aristotélicos en el siglo XII” (CAPE JR. 2003, p. 36). Esto último es particularmente visible en el tratamiento de la prudencia como virtud cardinal. Aunque existen dudas al respecto (WESTBERG 1994), se ha llegado a afirmar que, de las tres obras ciceronianas fundamentales, “Tomás de Aquino desarrolló su concepto de prudencia, añadiendo solamente poco de Aristóteles” (RAND 1946).

El texto clave en el que Cicerón explica su entendimiento de la prudencia es *De oratore*, que desarrolla en su etapa de madurez personal. Se ha informado que la Edad Media conoció, citó y divulgó la lectura de dicho libro solo en una versión mutilada, hasta que llegó a descubrirse en Lodi, en 1422, un ejemplar íntegro del mismo (WINTERBOTTOM 1983, p. 102-109). Ese acontecimiento fue fundamental para el desarrollo intelectual del *Quattrocento* e influyó de manera determinante el posterior movimiento renacentista.

La prudencia como concepto no estaba claramente definida en la tradición romana en la época de Cicerón (CAPE JR. 2003, p. 37). No obstante, el uso de la voz “*prudentia*” es documentable desde la época clásica en obras como las de Catón el Viejo, Enodio y Livio. No existe sin embargo, antes de que Cicerón la estableciera, una relación de igualdad entre frónesis y prudencia, lo cual surgió, al parecer, durante el proceso cultural de helenización que vivió Roma en la etapa tardía de la República, impulsado por la recepción de los escritos ciceronianos.

Es en *De officiis* donde Cicerón iguala la prudencia al concepto de sapiencia, que poseía estricta naturaleza epistemológica. Sin embargo, como ha sido sugerido, el objetivo de su obra “no es articular una teoría comprensiva de la prudencia”, tal como lo hizo Aristóteles, sino “proveer ejemplos de *virii prudentes* para el debate intelectual, asociando en consecuencia la prudencia con la retórica y la política” (CAPE JR. 2003, p. 39). De esa manera, como escéptico, Cicerón elaboró diálogos que tuvieron como escritura una manifiesta dimensión literaria, procurando así una forma de acción política y “proveyendo un modelo de la práctica de la prudencia”.

Respecto a los escritos platónicos, Cicerón toma distancia, pues define la prudencia como una de las cuatro virtudes cardinales, ubicándola en relación de superioridad respecto a la fortaleza, la templanza y la justicia. El *dictum* clásico ciceroniano define la prudencia humana como “el conocimiento de las cosas que son buenas, malas, o ni lo uno ni lo otro”. “Sus partes son”, afirma (Cic. *De inv.* 53-160), “la memoria, la inteligencia y la previsión”. De esa manera, como factor de diferenciación, se ha destacado que “Cicerón vierte la filosofía griega en la enseñanza de la retórica” (CAPE JR. 2003, p. 40).

Precisamente, ese fue el aspecto que otorgó al concepto ciceroniano de prudencia sus rasgos más significativos y duraderos. Así: 1) La prudencia se convierte en factor fundamental de la educación del *doctus orator*; 2) Se reconoce en ella la influencia determinante de los filósofos griegos Sócrates, Platón y Aristóteles; 3) Se consolida la supremacía de la vida activa frente a la vida contemplativa; y 4) La escritura se acredita como forma de actividad

política e intelectual que tiene como fin el bien del estado. Sentadas esas bases, la prudencia estuvo en condiciones de difundirse y ser productiva en la recepción europea posterior. Con Séneca y Tácito, por ejemplo, se convirtió en “el medio para acomodarse en las condiciones del régimen político imperante” (CAPE JR. 2003, p. 61), así como influyó posteriormente en el movimiento estoico que le precedió (LUCKNER 2005, p. 103).

En esas circunstancias, los verdaderos beneficiarios de los aportes ciceronianos no fueron los romanos contemporáneos, sino los precursores del Renacimiento y, particularmente, los humanistas. La riqueza de su herencia intelectual fue visible en la recepción de las cuatro virtudes cardinales, de la cual la prudencia fue eje articulador hasta bien entrado el siglo XVIII. El conocimiento procurado por ella se volvió atributo del hombre ideal: pragmático, decoroso, responsable y con amplia participación en la vida cívica; capaz, tanto de escribir, como de actuar ante la ocasión. En pocas palabras, nutrió el ideal de un hombre guiado por un entendimiento de la razón, que reconciliaba el saber con los fines de su humanidad misma.

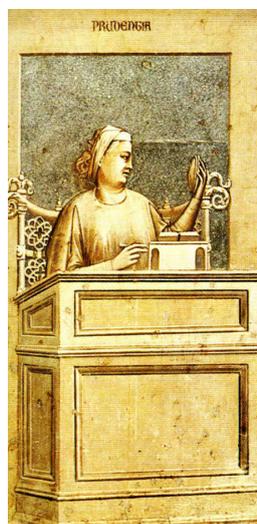
Con el transcurso del tiempo, la prudencia logró ser más que reflexión filosófica abstracta. La misma se materializó en múltiples expresiones, a lo largo y ancho de las diferentes regiones del continente, de forma casi simultánea a la crítica filosófica. A continuación, sin un ánimo comprensivo, se muestra ese hecho, describiéndose brevemente su influencia, tanto en la pintura, como en la plástica.

La prudencia y el dominio pictórico europeo

86

Una de las primeras representaciones de la prudencia en la tradición pictórica de Europa se encuentra en la capilla degli Scrovegni en Padua. Reconocida como obra original de Giotto de Bordone, elaborada hacia 1306 (GUILLAUD 1988), la imagen muestra los atributos básicos de la imagen de la prudencia, mismos que se mantendrán a la postre invariables; a saber: la asociación del concepto con la imagen de la mujer y el uso del espejo como representación del autoconocimiento.

Imagen 1:



Giotto de Bordone. *Prudentia* (ca. 1306). Alegorías de las virtudes y los vicios. Frescos de la capilla degli Scrovegni, Padua, Italia.

La mujer como personificación de la prudencia deviene natural, no solo por el hecho de que se trata de simbolizar una virtud o una cualidad, sino también porque es femenino el género de la raíz latina de la que deriva “prudencia” como expresión, a saber, de la palabra *providentia*, entendida en su sentido básico como la capacidad de prever. Por su parte, el espejo aparece como el instrumento de reflexión por excelencia.

Giotto, no solamente es celebrado como el máximo innovador del sentido del espacio en su época, sino también como artista precursor del Renacimiento en el campo de la pintura (EDGERTON 2003, p. 8). Sin embargo, después de él vendrán una serie de artistas que otorgarán a la representación de la prudencia una serie de atributos que la acercarán de forma definitiva, tanto a la historia, como al culto del conocimiento práctico. Entre ellos, se destaca Piero del Pollaiuolo.

Nacido hacia 1443 en Florencia, ese pintor, procedente de una familia de grabadores, colaboró con su hermano durante su etapa juvenil, empleándose por ejemplo en las tareas de ilustración del Hércules del Palazzo de Medici. Posteriormente, hacia 1489, pasó a ocuparse en Roma del cultivo de la pintura, dejando en su ciudad natal testimonio pictórico de las siete virtudes.

Imagen 2:



87

Piero de Pollaiuolo, *Prudentia* (ca. 1469-1470). Retablo de las siete virtudes. Galleria degli Uffizi, Florencia, Italia.

En la representación que llevó a cabo, como se muestra anteriormente, está presente la imagen de la serpiente como alegoría de los atributos contrarios a la previsión, sujetos por la prudencia. Esa adición, dicho sea de paso, tuvo como antecedente una imagen de la prudencia en la que Apollonio di Giovanni, pintor y miniaturista contemporáneo a Pollaiuolo (CALLMANN 1974), hacia 1465, introdujo en un panel que remata el extremo de un cofre, un cuerno en vez de una serpiente, empleado en alegoría a “La templanza de Escipión”.

Diez años después, en un altorrelieve elaborado en terracota por Andrea della Robbia, se introduce una tercera característica decisiva y duradera: la imagen bifronte de la representación de la prudencia. Este hecho, en pleno Renacimiento, remite a un entendimiento más ciceroniano que aristotélico de la prudencia y adjudica al conocimiento del pasado la función de ser la operación fundamental para procurar el saber. El rostro joven de la prudencia mira, en la representación de della Robbia, hacia el pasado, a lo sucedido, a la historia, con cuyo conocimiento puede anticiparse el porvenir, como lo hace el anciano, capaz de advertir lo venidero. Tres de los más célebres pintores de la época reproducirán a su manera ese mismo rasgo.

El primero de ellos es el pintor, teórico y matemático alemán Albrecht Dürer, representante del Renacimiento en la Europa del norte, quien hacia 1494 realiza una serie de dibujos y bocetos, de los cuales se destacan representaciones de pecados, virtudes y temores. Entre ellos, la prudencia, portando un compás graduado en la mano (lo que rememora la medida), fue confeccionada con el espejo y el rostro bifronte, pero, que en vez de con la serpiente, la intemperancia es representada como quimera a sus pies.

Imagen 3:



Albrecht Dürer. *Prudentia* (ca. 1494). Pluma y tinta en papel.
París, Museo del Louvre, Cabinet des Dessins.

Poco tiempo después, como segundo caso emblemático, en los frescos confeccionados en el Vaticano, particularmente en uno que compone la *Stanza della segnatura*, realizado entre 1508 y 1511, Raffaello Sanzio dejó testimonio de la importancia del pasado en el conocimiento de lo contingente y lo venidero. El rostro juvenil de la prudencia que confeccionó se reconoce en el espejo al mirar el pasado, en tanto que la experiencia, como rostro en la nuca, dirige su mirada hacia el futuro.

Imagen 4:

Raffaello Sanzio. *Le Virtù*. (ca. 1511).

Stanza della segnatura. Museo del Vaticano, Italia.

También Tiziano fue contagiado del entusiasmo por celebrar el conocimiento práctico. En la plasticidad de su interpretación de la prudencia, otorgó al pasado un lugar preponderante. Entre 1565 y 1570 concluyó un autorretrato, realizado en una etapa de su vida marcado visiblemente por la edad y en el que se representa junto a la figura adulta de su hijo que corona el centro de la pintura. A la derecha posa el rostro juvenil de un joven pariente suyo (ZIRPOLO 2005, p. 69). Esta pintura llegó a conocerse como "Alegoría del tiempo guiado por la prudencia", temática relacionada con las tres épocas del hombre. En la inscripción latina que a manera de fondo remata la obra, se consigna que el presente actúa prudente al informarse del pasado, desde donde se escudriña la acción del futuro.

89

Imagen 5:



Tiziano Vecellio (ca. 1565-1570). Alegoría de la prudencia.

Galería Nacional de Londres, Inglaterra.

Se ha sugerido que dicha ilustración de Tiziano da cuenta de un sistema de conocimiento en el que la prudencia operó teniendo a la historia como eje articulador de tres elementos: “la memoria, que recuerda y aprende del pasado; la inteligencia, que juzga en y actúa para el presente; y la previsión, que anticipa y previene para o contra lo futuro” (PANOSFKY 1955, p. 149-150).

En una referencia clásica de los estudios iconográficos de la pintura europea, se afirma que, hacia 1559, Pieter Brueghel el Viejo, había concluido ya “Las siete virtudes del mundo” (STRIDBECK 1956, p. 126). En dicho grabado, el artista dejó testimonio de la prudencia como modelo de conocimiento, capaz de articular, para beneficio humano, las tres dimensiones temporales. Si bien añadió a su representación otros elementos emblemáticos a los definidos hasta entonces (un colador y un sarcófago como símbolos del discernimiento y de la finitud, respectivamente), tales adiciones fueron subordinadas al mismo fin de la posesión práctica del conocimiento, es decir, celebrar un saber práctico orientado a la actuación y a la anticipación de las acciones en el mundo de la experiencia.

La representación de la prudencia se volvió, así, entre pintores y grabadores de la talla de Hans Baldung, Cesare Ripa, Hans Collaert y muchos otros, un factor de identificación común capaz de trascender barreras geográficas, artísticas y lingüísticas al interior de Europa. Su presencia generalizada da cuenta de la popularidad que alcanzó ese modelo de construcción de conocimiento fundamentado en el raciocinio y que otorgaba a la experiencia (y, por lo tanto, a la historia) un sentido de utilidad práctica respecto a las circunstancias del presente y del futuro.

90

Cuando, hacia 1593, el pintor holandés Hendrik Goltzius realiza su representación de la prudencia, reafirma ese hecho, pues consigna que el viento del pasado es fundamento del cauto y de la sagacidad en el presente. En la “Alegoría de la prudencia” de Simón Vouet, confeccionada hacia 1645, el viejo Cronos, con su reloj de arena y su hoz, se encuentra postrado a sus pies. Sin embargo, nadie mejor que su contemporáneo Alessandro Turchi supo otorgar a la historia la centralidad que poseyó como engrane del esquema cognoscitivo antes descrito. Turchi coloca a la historia en el centro, flanqueada por la filosofía y la prudencia, encargadas de despertar en la mente el deseo de conocimiento.

A la ocasión la pintan calva

La efervescencia que trajo consigo esa forma práctica de raciocinio y su representación visual no excluyó las reflexiones sistemáticas del pensamiento filosófico y literario. Intelectuales de la primera etapa del Renacimiento, como Coluccio Salutati, discurrieron ampliamente acerca de la relación entre la memoria y prudencia, lo mismo que en torno a las ventajas de la vida activa frente a la contemplativa.

En el capítulo veintitrés de su obra *De nobilitate legum et medicinae*, escrita hacia 1399, Salutati señala incluso que la memoria, más que la prudencia, es la que gobierna la acción, siendo la voluntad el motor de las demás facultades de la mente (ZIRPOLO 2005, p. 70). Con *De prudentia*, Giovanni Pontano continuará esa misma crítica hacia finales del siglo XV. Sin embargo, la popularidad de

la prudencia como sistema de comprensión fundamentado en la experiencia adquirida del pasado y dirigido al conocimiento para actuar y prever tenía hondas raíces, visibles en las primeras expresiones de la literatura popular surgida en el interior de Europa.

En el *Decir de las siete virtudes*, obra literaria aparecida hacia 1407 y de autoría de Francisco Imperial, las cuatro virtudes cardinales (justicia, fortaleza, prudencia y templanza), así como las tres teologales (caridad, fe y esperanza), se vuelven tema de la poesía vernácula.

Como literato, Imperial fue admirador de Dante (GIMENO 1987, p. 211) y no solo siguió la tendencia racionalista abierta en la época por Tomás de Aquino, sino que renovó los simbolismos: incluyó pecados representados en forma de bestias que se contraponían a las virtudes. A la prudencia contrapuso Asyssyna, sierpe "que nunca cata donde pone sus pisadas, ni quiere ver donde dan las pasadas". "Esta bestia representa", se ha afirmado, "la inconsideración; es decir, la falta de recto juicio" (WOODFORD 1954, p. 288).

Posteriormente, durante el auge de la Contrarreforma, con su condena a toda heterodoxia, no se vio en ella, ni siquiera en España, forma alguna de herejía. En la ciudad de Huesca, España, en 1647, es impresa la obra de Baltasar Gracián que llevó por título *Oráculo manual y arte de prudencia*. En palabras de su censor, al dar cuenta de ella a la autoridad real, no dudó en recomendarla como "epítome de aciertos del vivir, pues lo es en lo sentencioso y en lo conciso" (GRACIÁN 1725, Censura).

Alonso Muñoz de Otalora, de la orden de los clérigos menores, en la aprobación que otorgó a la obra, señaló que la misma era útil en "el modo de gobernarse un político prudente, no solo para conservarse en el puesto, y asegurar los aciertos en él, sino para evitar los riesgos, y caso de aver sucedido los daños, el reparo dellos (sic)". Respecto al orden y armonía entre piedad cristiana y racionalismo, declaró que, a pesar de ser oráculo, era "enseñanza que no disuena a nuestra fe, antes bien, por tan conforme a razón, anivelada a sus verdades, con que no hay donde peligre el lector, sí donde halle seguro puerto el discreto" (GRACIÁN 1725, Censura).

En el apartado intitulado "Vivir a la ocasión", Baltasar Gracián dio muestra de su conocimiento de *Emblemata*, la obra de Andrea Alciato, publicada en 1534 en París, en la que la prudencia fue representada con cabeza de Jano bifronte, en tanto que ocasión y agudeza son descritas calva la primera y con escamas la segunda (SELIG 1956, p. 4-6). En su obra, Gracián consignó una expresión que puede tomarse como objetivo central de su esfuerzo literario y pedagógico: "Ai algunos tan paradóximamente impertinentes", indica, "que pretenden que todas las circunstancias del acierto se ajusten a su manía, y no al contrario. Mas el sabio sabe", concluye, "que el norte de la prudencia consiste en portarse a la ocasión" (GRACIÁN 1725, p. 294). Esta afirmación encaja perfectamente con las pretensiones didácticas reconocidas en la prudencia y plasmadas a manera de emblema por otro intelectual de la época: Johann Amos Comenius.

En su obra, *Orbis sensualium pictus*, ese teólogo, filósofo y pedagogo moravo, incluye, hacia 1643, grabados en madera en calidad de lecciones,

aunque de autoría aún indeterminada (FIJAŁKOWSKY 2010, p. 15). Entre la variedad de artes, industrias, plantas, animales, materias y cosas que ilustra (y emplea como medio didáctico para la enseñanza), la prudencia encontrará, como se muestra en la imagen siguiente, su lugar como emblema.

Imagen 6:



Johann Amos Comenius. *Prudentia*. CX de *Orbis sensualium pictus*. Versión latín-alemán, Nuremberg, Alemania, 1669.

92

Comenius explica puntualmente cada uno de los elementos de la representación, los mismos que enumera, logrando con ello una dimensión didáctica, así como sinóptica, fácil a la memorización y útil a la retención por los sentidos. La prudencia “contempla todas las cosas a su alrededor como una serpiente”, en tanto que “mira hacia atrás como con un espejo a lo pasado, viendo ante sí como con telescopio a lo venidero”. En la imagen, la prudencia “ve también lo que ha hecho, y lo que todavía está por hacer” en tanto que utiliza “los medios dispuestos para alcanzar sus fines” y, con ello, aprovechar la “ocasión, que tiene frente hirsuta y nuca calva, y que con sus alas fácilmente escapa” (COMENIUS 1669, p. 228-229).

La historia es entonces donde se realiza la operación por cuyo efecto “la prudencia mira hacia atrás como un espejo a lo pasado”; es ella quien conserva y almacena las experiencias y, por consiguiente, es a ella que se recurre para traerlas al presente, actualizarlas y ponerlas al servicio del prudente. Esa visión a un tiempo retrospectiva y prospectiva es lo que asemeja la prudencia con el Jano bifronte, quien conociendo lo pasado puede atisbar el futuro. De ahí que las experiencias inmortalizadas por la historia en los libros latinos se entendieran aplicables a contextos culturales tan distantes, geográfica y culturalmente, como, por ejemplo, la España del siglo XVII. Precisamente de ahí se retomará a continuación un caso significativo, que permitirá mostrar en todo su esplendor el funcionamiento de la prudencia en la historiografía en su calidad de sistema de comprensión racional, pragmático, consciente de su ingénita dimensión ética y fundamentado en la solidez de la experiencia.

Nihil novum sub sole

El 15 de mayo de 1596, Antonio de Herrera y Tordesillas fue nombrado por Felipe II Cronista Mayor de Indias. La intención real fue la de que, "habiendo sido tan grandes y dignas de consideración en la memoria de las gentes, las cosas sucedidas en el descubrimiento de las Indias, pacificación y población de ellas", se debía tener memoria de los hechos de los conquistadores, así como de "las costumbres, ritos y antigüedades que por tradición, desde los tiempos de la gentilidad de los indios, se pudiesen saber" (Archivo General de Indias [AGI] 1595, f. 508). El monarca ordenó a Herrera que "bien y fielmente haréis la dicha historia, procurando averiguar la verdad en todo lo que esta hubiere, de modo que salga muy cierta y guardaréis secreto en las cosas que se encargaren y debas guardar".

Entre las cosas que se le encargaron y debió guardar, consta la elaboración de un texto, en el que, a manera de ensayo, el Cronista Mayor elaboró una reflexión que intituló "Discurso y tratado sobre que el medio de la historia es suficiente para adquirir la prudencia". Este escrito, junto con otros discursos, fue otorgado en custodia al procurador del convento de los Carmelitas Descalzos de Madrid, hacia 1631, después de la muerte de Herrera (HERRERA 1804, p. V). A continuación se describirán sus argumentos, poniendo especial énfasis en los lineamientos, tanto historiográficos como epistemológicos, que definió, ejemplificando finalmente el carácter utilitario del conocimiento y la razón pragmática que empleó para operar sus propios razonamientos históricos.

Al inicio de su disertación, afirma el cronista real, que "de poco sirven los trabajos de los historiadores sino van encaminados a fin que se pueda conseguir de ellos el principal provecho de su lectura, que es la prudencia, virtud que da siempre a los hombres materia para ejercitarse y forma a la felicidad" (HERRERA 1804, p. 21). Para Antonio de Herrera, la prudencia asemeja al arte, sin dejar de ser "hija de la razón, virtud intelectual y dada al hombre para su defensa".

Herrera sentencia que para constituirla se necesitan tres partes: "la primera, la memoria de las cosas pasadas; la segunda, el conocimiento de las presentes; la última el echar de ver las venideras; en lo cual muestra principalmente la prudencia su fuerza y en ella da su verdadero fruto" (HERRERA 1804, p. 22). La previsión del futuro "en ninguna manera se puede conseguir", afirma el cronista, "sin que derive de las dos primeras".

Quien desee entonces alcanzar este genio "deberá considerar con mucho cuidado todo lo sucedido en los tiempos pasados, y comparándolo con lo presente, y conociendo en que parte corresponde a sus obras, y en que son diferentes de ello, aprenderá", apunta, "el verdadero arte de entrever el fin de las acciones humanas". La historia es fundamento de la prudencia porque "son muchas y muy varias las cosas particulares que se han de conocer". Por ello, no basta solo la experiencia del individuo, "con solas las cosas que él mismo ve y trata, y por esto podrá adquirir con dificultad esta ciencia de bien vivir tan necesaria en todo tiempo y a todos estados" (HERRERA 1804, p. 23).

Según el cronista real, se consigue tanto fruto de la historia, "porque de los muchos y varios acontecimientos que en ella se hallan, se saca con la

experiencia el verdadero gusto del bien y el mal". Y a partir de este preciso punto, tributa Antonio de Herrera en su tratado reverencia a los emblemas característicos de la prudencia, al afirmar: "Y si no fuera mucha prolijidad traer varios ejemplos, mostrara en la historia como en un espejo el retrato de cada virtud" (HERRERA 1804, p. 24).

Las lecciones de historia permiten, siguiendo esa lógica, "que a un hombre ningún caso le parezca nuevo, ni le perturbe ningún accidente, sino que se muestre tal, que con el conocimiento de los sucesos humanos haya aprendido a proveer a todas las cosas que haya antevisto". Por ello conviene, según el cronista, que "vaya el hombre formando en sí mismo una cierta regla general de las acciones particulares, que no es otra cosa sino la prudencia, mediante la cual, podamos gobernar a nosotros mismos y a la república" (HERRERA 1804, p. 32).

Es importante destacar que en el español del Siglo de Oro, "accidente" y "ocasión" pueden utilizarse casi como sinónimos. "Accidente" denota en la época "un caso no proveído ni pensado, un suceso inopinado y casual" (REAL ACADEMIA ESPAÑOLA 1726, p. 41). La argumentación vertida permite finalmente a Herrera concluir que "[...] en suma, como la prudencia es principio de toda buena operación, así se puede decir que es la historia casi un principio de donde deriva la misma prudencia" (HERRERA 1804, p. 25).

Más allá de lo vertido en su tratado, resulta relevante conocer el dominio material y pragmático donde la prudencia pudo servir a Antonio de Herrera como "principio de toda buena operación". En los documentos resguardados en el registro archivístico, existe evidencia de los procedimientos historiográficos seguidos por el Cronista Mayor de Indias: siguiendo la lógica interpretativa dictada por la prudencia, aplicó las experiencias transmitidas por la historia para significar comportamientos de agentes históricos que él mismo indagó.

En cumplimiento del encargo real, al iniciar la primavera de 1601, Antonio de Herrera vio terminada su historia general del descubrimiento y población del Nuevo Mundo por los súbditos de la corona de España (HERRERA 1601). Sin embargo, por disposiciones de un miembro de la corte, los ejemplares fueron retenidos en la imprenta, con lo que se impidió su venta y circulación. Un apretado escrito de ocho fojas, firmado por Francisco Arias Dávila y Bobadilla, conde de Puñonrostro, hizo saber a la autoridad real las razones de dicha medida: divergencias del suscriptor con respecto a las afirmaciones plasmadas por el Cronista Mayor en su historia. El quejoso, miembro del Consejo de Guerra del rey, expresó que "habiendo visto las décadas de la historia de las Indias, que Antonio de Herrera, cronista de vuestra Majestad tiene escritas, en lo que trata de Pedrarias Dávila, mi abuelo", fueron escritas "cosas indignas de historia tan grave y de lo que merecen sus servicios, hechos en España y en las Indias" (AGI s.f.(a), f. 1).

Al llegar a la parte medular de la denuncia, donde se narra lo más destacado del año de 1516 en Tierra Firme, el conde recrimina una expresión del cronista, quien al dar cuenta de una presunta reconciliación planeada por su abuelo, el conquistador Pedrarias Dávila, con su archirrival, Basco Núñez de Balboa, consigna que el primero, "fiel o fingidamente, para más conformación de amistad, trató de casarle con su hija mayor doña María", quien vivía en España.

La expresión “fiel o fingidamente” resultó insultante al conde, que afirma en su escrito que “todos los que le trataron en las Indias, que sin pasión hablan de este casamiento, han dicho la llaneza y verdad con que le trató Pedrarias, y lo que deseó favorecer y socorrer a Basco Núñez en todas las formas que pudo” (AGI s.f. (a), f. 3r. párrafo 28). Herrera tuvo acceso al escrito y anotó al margen, para su defensa, lo siguiente: “El cronista anduvo bien en decir fiel o fingidamente porque no se pudo saber el ánimo de Pedrarias y más viendo lo que después sucedió, de cortarle la cabeza” (AGI s.f. (a), f. 3r. parr. 28).

Herrera publicó posteriormente la respuesta a tal acusación, señalando la lógica prudente que había guiado su interpretación, pues en todo tiempo “el cronista imitó a Tito Livio, que dice estas mismas palabras en el casamiento de Julia con Pompeyo, por medio del cual se confederaron” (AGI s.f. (b), f. 10). En pocas palabras, al calificar como “fiel o fingidamente” el matrimonio procurado por el abuelo del conde, Herrera procedió volviendo (como Jano) su rostro hacia las experiencias comunicadas por la historiografía antigua, reconoció como ante el espejo el carácter universal de la ambición humana, actualizando la forma en que Pompeyo, mucho tiempo antes que Pedrarias, había dispuesto los mismos medios para acometer semejante fin.

En ese sentido, “no hay nada nuevo bajo el sol”. Por diferente que sea la circunstancia, siendo los hombres hechos iguales por Dios, sus anhelos y pasiones son los mismos: los casos que transmite la historia, el conocimiento de la naturaleza humana y el reconocimiento de los medios disponibles advierten del presente y ayudan a prever el futuro. “Para hacer esto conviene que la historia nos presente, cualquier suceso”, señaló Herrera, “vestido de sus causas y de todos aquellos accidentes que le acompañan, porque sin la causa de tales particulares no se puede llegar a la universal conclusión, que es el verdadero principio de obrar con razón cierta” (HERRERA 1804, p. 31).

Camino a la Selva Negra

La popularidad de la prudencia se propagó por toda Europa más allá de la filosofía y la literatura, abarcando ámbitos como la plástica. Pintores de la talla de Luca Jordanus o grabadores como Nicolás Vani mantuvieron su cultivo hasta bien entrado el siglo XVIII. En este último campo, la prudencia se reprodujo no sólo en la obra de los grandes maestros, sino, como dan cuenta las múltiples representaciones anónimas existentes, también en objetos domésticos que caracterizaron al Renacimiento e incluso en el tarot.

Si se acepta que el concepto renacentista de prudencia fue predominantemente ciceroniano (CAPE JR. 2003, p. 61), se puede ver en el virtuosismo discursivo de la retórica una razón de su decadencia como sistema de conocimiento. Si hacia 1669 Baltazar Gracián recordaba con entusiasmo: “las serpientes son maestras de toda sagacidad; ellas nos muestran el camino de la prudencia” (GRACIÁN 1725, p. 325); Thomas Hobbes rechazará “la prudencia como epistemológicamente insuficiente y percibirá su eficacia práctica como quimérica” (ALTMAN 1986, p. 316). De esa manera, con el paso de los años, intelectuales como Edmund Burke se verán decepcionados, señalando que, así

como "hay una sabiduría valiente; hay una prudencia falsa, reptil; el resultado, no de la cautela sino del miedo" (BURKE 1804, p. 53).

El predominio paulatino del cartesianismo y la difusión del movimiento ilustrado propiciaron una etapa de repliegue de la prudencia como sistema de conocimiento práctico que, por cuestiones de espacio, será imposible describir detalladamente. De hecho, la prudencia se vio asociada al mero "proceso sin fin de la elaboración de ensayos, que en la tarea de percibir los objetos más claramente, argumentó continuamente evidencia inadmisibles y creció con ello indistinta a su objeto original" (ALTMAN 1986, p. 316). La historia no quedará exenta del contagio racionalista que sobrevendrá a la postre, volviéndose en casos positivos una disciplina plural (en cuanto a la recepción de técnicas y metodologías), pero afectándose seriamente por una especialización tal que no le permitirá ser apta para solucionar problemas individuales de orientación, de carácter cotidiano o socialmente relevantes.

Muchos científicos sociales han vuelto a considerar la historia como un saber capaz de restituir el vínculo que una vez se tuvo con los problemas prácticos. Las posiciones más conservadoras han propuesto que "quizá la mejor manera de crear una ciencia social unitaria con un lenguaje común sería que todos los científicos sociales tuvieran un fundamento en historia" (ELSTER 2010, p. 202). Otros sugieren "favorecer la emergencia de una ciencia social unificada, en la que la historia sería una sociología histórica del pasado y la sociología una historia social del presente" (CHARLE; ROCHE 2002, p. 16). Cualesquiera de las dos tendencias demanda resolver los contrasentidos de la razón moderna y "en lugar de construir los valores humanos simplemente como un problema de ética individual o moral en la creación de conocimientos confiables acerca del mundo social, es más útil concebirlos", afirma Lee, "como parte integral de una ciencia social histórica, cuya misión fundamental en nuestro tiempo debería ser imaginar y evaluar futuros posibles y formas de lograrlos" (LEE 2005, p. 18).

Es tarea aún pendiente determinar hasta qué grado pudo Heidegger intuir la estrecha relación que alguna vez, bajo la égida de la prudencia, unió a la historia con la razón pragmática. En 1928, inició el filósofo una nueva cátedra en la Universidad de Friburgo y con ella quizá la etapa más sobresaliente de la tradición filosófica del siglo XX. Si bien la semilla plantada en su seminario "Sobre la frónesis" no fue cultivada posteriormente como respuesta a los contrasentidos éticos de la razón moderna, germinó después, dando origen a otros campos temáticos. Hans-Georg Gadamer se refiere a dicho seminario "como uno de los acontecimientos decisivos en su desarrollo intelectual" (BERNSTEIN 1991, p. 230), al grado de señalar, respecto a la frónesis, que "la principal labor de la filosofía es justificar esa forma de razón contra el dominio de la tecnología basado en la ciencia" (GADAMER 1975, p. 316).

Hoy queda muy poco espacio para reflexionar sobre esa forma de conocimiento, pues "vivimos en una época donde las condiciones requeridas para el ejercicio de la frónesis, la aceptación compartida de principios universales y leyes, han caído por su propio peso" (BERNSTEIN 1985, p. 286). Sin embargo, también hay quien reconozca en ella "una contribución potencialmente

valiosa" para el entendimiento de la nueva función de la ciencia y para lograr "el fortalecimiento de un sentido más significativo de la frónesis en la era posmoderna" (TAYLOR 1996, p. 102).

Referencias bibliográficas

- ARCHIVO GENERAL DE INDIAS. **Nombramiento de Antonio de Herrera como cronista mayor de Indias**. Indiferente, nº 425, e. 28. Aceca: 1596
- _____. **Argumentos del conde de Puñonrostro contra la Historia General de Herrera**. Patronato, nº 172, e. 19, b. 18. Madrid: s. f. (a).
- _____. **Pro defensione veritatis**. Patronato, e. 19, b. 7. Valladolid: s.f (b).
- ARISTOTLE. **Nichomachean Ethics**. Indianapolis: Hacklett, 1985.
- ALTMAN, B. Joel. Rhetoric, Prudence, and Skepticism in the Renaissance by Victoria Kahn. **Renaissance Quaterly**, V. 2, nº 39, p. 314-317, 1986.
- AQUIN, Thomas. **Summae theologiae**. II-II, Disponible en: <http://www.corpusthomisticum.org/sth3047.html#40981>. Consultado el: 20 mar. 2012.
- BERNSTEIN, Richard J. From Hermeneutics to Praxis. In: HOLLINGER, Robert (ed.). **Hermeneutics and Praxis**. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1985. p. 272-296.
- _____. **Perfiles filosóficos**. México: Siglo XXI Editores, 1991.
- BIEMEL, Walter. **Heidegger**. Reinbek bei Hamburg: Rowohlt Taschenbuch, 1973.
- BREWER, Gary. The challenges of interdisciplinarity. **Policy Sciences**, nº 32, p. 327-337, 1999.
- BURKE, Edmund. **Maxims and opinions**. London: C. Whittingham, 1803. V. 1.
- CAPE JR., Robert W. Cicero and the Development of Prudential Reasoning at Rom. In: HARIMANN, Robert. **Prudence: Classical Virtue, Postmodern Practice**. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 2003.
- CICERO, Marco Tulio. **De inventione**, Paris: Les Belles Lettres, 1994.
- CHANCELLOR, Philippe de. **Summa de bono**. Berna: Franke, 1985.
- CHARLE, Christophe; ROCHE, Daniel. Pierre Bourdieu et l'histoire. **Le Monde**, Paris, 06 de fev. 2002, p. 16.
- DINGJAN, Fr. **Discretio**: Les Origens patristiques et monastiques de la doctrine sur la prudence chez saint Thomas d'Aquin. Assen: Van Gorcum, 1967.
- EDGERTON, Samuel Y. **Giotto und die Erfindung der dritten Dimension**. München: Wilhelm Fink, 2003.
- ELSTER, Jan. One Social Science or Many? In: UNESCO-International Social Science Council. **World Social Science Report. 2010**. Paris: UNESCO, 2010, p. 199-200.

- FIJAŁKOWSKY, Adam. Vortrag zur Eröffnung der Ausstellung "Orbis Pictus". In: RITZI, Christian (org.). **Mitteilungsblatt des Förderkreises Bibliothek für Bildungsgeschichtliche Forschung**. nº 21, Berlin, p. 15-21, 1 Mai 2010.
- GADAMER, Hans-Georg. Hermeneutics and Social Science. **Cultural Hermeneutics**, nº 2, p. 307-316, 1975.
- GAUTHIER, R. A.; JOLIF, J. **L'Ethique à Nicomaque**, Louvain: Publications Universitaires, 1970. T. 1.
- GIBBONS, Michael. **La nueva producción del conocimiento**. Barcelona: Pomares-Corredor, 1997.
- GRACIÁN, Baltazar. **Obras de Lorenzo Gracián**, Amberes: Casa de Gerónimo y Juan Bautista Verdussen, 1669. T. I.
- _____. **Oráculo manual y arte de prudencia**. Amberes: Casa de Juan Bautista Verdussen, 1725.
- GUILLAUD, Jacqueline. **Giotto**. Architekt der Farben und Formen. Freskenzyklus der Arena-Kapelle in Padua. Stuttgart: Klett Cotta, 1988.
- HANET, David P. Aesthetics and Ethics in Gadamer, Levinas, and Romanticism: Problems of Phronesis and Thecne. **PMLA**, V.1, nº 114, p. 32-45, enero 1999.
- HERRERA, Antonio de. **Historia general de los hechos de los castellanos en las islas i Tierra Firme del mar océano**. Madrid: Imprenta Real, 1601.
- _____. **Discursos morales, políticos e históricos inéditos de don Antonio de Herrera**, Madrid: Imprenta de Ruiz, 1804. T. 1.
- HIRSCH HADORN, Gertrude. The Emergence of Transdisciplinarity as a Form of Research. In: HADORN, Gertrude Hirsch (org.). **Handbook of Transdisciplinary Research**. Berlin: Springer, 2008.
- KANT, Immanuel. **Kritik der praktischen Vernunft**. Hamburg: Meiner, 2003.
- KARLQVIST, Anders. Going beyond disciplines. The meaning of interdisciplinarity. **Policy Sciences**, nº 32, p. 379-383, 1999.
- LEE, Richard E. **Ciencias Sociales y políticas sociales: de los dilemas nacionales a las oportunidades mundiales**. La Plata / Montevideo: UNESCO, 2005.
- LOTTIN, Odon. **Les debuts du traité de la prudence au moyen âge**. Louvain: Abbaye du Mont César, 1932.
- LUCKNER, Andreas. **Klugheit**. Berlin: De Gruyter, 2005.
- MACKITTERICK, David. **Print, Manuscript and the Search for Order, 1450-1830**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- MAGNUS, Albertus. **Opera Omnia**. Münster: Aschendorff, 1968-1972.

- MCQUADE, Paula. "A Labyrinth of Sin": Marriage and Moral Capacity in Thomas Heywood's "A Woman Killed with Kindness". **Modern Philology**, V. 98, nº 2, p. 231-250, noviembre 2000.
- OTFRIED, Höffe. Aristoteles' universalistische Tugendethik. In: RIPPE, Klaus-Peter; SCHABER, Peter (orgs.). **Tugendethik**. Stuttgart: Reclam, 1998. p. 42-68
- PANOFSKY, Erwin. **Meaning in the visual arts**. Doubleday: Anchor Press, 1955.
- PAYER, Pierre J. Prudence and the Principles of Natural Law: A Medieval Development. **Speculum**, V. 1, nº 54, p. 55-70, enero 1979.
- PLATO. **Platons Werke**. Berlin: Friedrich D. E. Schleiermacher Editor, 1861.
- RAND, E. K. **Cicero in the Courtroom of St. Thomas Aquinas**. Milwaukee: Marquette University Press, 1946.
- REAL ACADEMIA ESPAÑOLA, **Diccionario de la lengua castellana**, T. 1. Madrid: Imprenta de la Real Academia, 1726.
- STRIDBECK, CarlGustaf. **Bruegelstudien**. Untersuchungen zu den ikonologischen Problemen bei Pieter Bruegel. Stokholm: Almquist & Winksell, 1956.
- TAYLOR, Chales Alan. **Defining Science: A Rhetoric of Demarcation**. Madison: University of Wisconsin Press, 1996.
- THEODOR, Ebert. Phronêsis. Anmerkungen zu einem Begriff in der Nikomachischen Ethik (VI 5, 8-13). In: HÖFFE, Otfried (Org.): **Aristoteles**. Nikomachische Ethik. Berlin: Akademie Verlag, 2006.
- WALLERSTEIN, Immanuel. Summary of Open the Social Sciences. **Social Science Research Council**, n. 50, v. 1, p. 1-7.
- WESTBERG, Daniel. **Right Practical Reason: Aristotle, Action, and Prudence in Aquinas**. Oxford: Clarendon Press, 1994.
- WINTERBOTTOM, Michael. De Oratore, Orator, Brutus. In: REYNOLDS, L. D. **Texts and Transmissions: A Survey of the Latin Classics**. Oxford: Clarendon Press, 1983. p. 102-109
- WOODFORD, Archer. Edición crítica de Dezir de las cuatro virtudes de Francisco Imperial. **Nueva Revista de Filología Hispánica**, nº 8, p. 268-294, 1954.
- ZIRPOLO, Lilian H. **Ave Papa, Ave Papabile**. The Sacchetti Family, Their Art Patronage, and Political Aspirations. Toronto: CRRS, 2005.

El fin de la historia en Hegel y Marx*

The End of History in Hegel and Marx

Israel Sanmartín Barros

israel.sanmartin.barros@gmail.com

Investigador contratado Programa Isidro Parga Pondal

Universidad de Santiago de Compostela

Plaza de la Universidad, s/n

15782 - Santiago de Compostela - La Coruña

España

Resumen

En este trabajo nos centraremos en las construcciones teóricas de Hegel y Marx alrededor de la idea de "fin de la historia" y también en la opinión que han suscitado en los diferentes autores sus ideas finalistas. Juguemos, así, con las ideas de fin en Hegel y Marx, pero también con las de toda una serie de estudiosos que han polemizado sobre el tema en los últimos años. Partiendo de esas premisas teóricas, el objetivo fundamental de esta investigación es mostrar qué fines de la historia presentan Hegel y Marx y cómo se imbrican el uno en el otro. La idea es mostrar la tradición teórica del término y su genealogía en esos dos autores. Para ello recurriremos a una matriz de análisis descriptiva a fin de localizar cómo y dónde expresan los dos autores la idea de fin de la historia. Tras presentar sus ideas, buscaremos similitudes y diferencias en la arquitectura histórica y teórica de los conceptos de fin de la historia, todo ello partiendo de la idea de que Hegel es el iniciador de dicho concepto y Marx, su continuador. Analizaremos dichas ideas desde una perspectiva teórica.

100

Palabras clave

Georg W. F. Hegel; Karl Marx; Libertad.

Abstract

In this work, focus will be on Hegel's and Marx's theoretical constructions on the notion of "the end of History" and also on the opinions that have emerged among a variety of authors from such ideas of finality. We will be thus using the notions of end in Hegel and Marx but also those of a number of scholars that have controversially discussed the issue in recent years. Building on these theoretical premises, the fundamental purpose of this work is to show what ends of history Hegel and Marx postulate and how one is interwoven in the other. The idea is to bring out the historical tradition of the term and its genealogy back to these two authors. To this end, we will resort to a descriptive analysis approach to locate how and where these two authors expound the notion of the end of History. Once we have elaborated on the two authors, we will look for similarities and differences in the theoretical and historical architecture of the ends of history, all of which on the principle that Hegel is the initiator of the notion of end of History and Marx his follower. These notions will be analyzed from a theoretical perspective on the basis of their development of ideas.

Keywords

Georg W. F. Hegel; Karl Marx; Liberty.

Recebido em: 29/4/2013

Aprovado em: 28/6/2013

* Este trabajo está insertado en el marco del proyecto de investigación "Milenarismo plenomedieval (siglos XI-XIII): historia, historiografía e imagen" (EM 2012/046), financiado por la Xunta de Galicia.

El fin de la historia no es un concepto nuevo, pese a que en los años 90 del siglo XX se haya puesto de moda gracias a los escritos del politólogo Francis Fukuyama. De alguna forma San Agustín ya establece la idea de fin al hablar de un Juicio Final y al hacer girar toda la semántica medieval alrededor de la idea de salvación. Hegel y Marx serán otros de los grandes develadores de la idea de fin de la historia, entendido como fin ideológico de la humanidad y no como fin de los acontecimientos o como fin del mundo. En este trabajo nos centraremos, por tanto, en las construcciones teóricas de Hegel y Marx alrededor de la idea de "fin de la historia" y también en la opinión que han suscitado en los diferentes autores sus ideas finalistas. Jugaremos, así, con las ideas de fin de Hegel y Marx, pero también con las de toda una serie de estudiosos que han polemizado sobre el tema en los últimos años. Conectar la escatología y la ciencia de las últimas cosas con la política no es nada novedoso en la historia. Como hemos avanzado, ya lo habían hecho tanto San Agustín en la *Ciudad de Dios* como todas las ideologías milenaristas de la Edad Media. En los siglos XVIII y XIX el debate de "el fin de la historia" resurgió de nuevo con los escritos de Hegel (*Fenomenología del espíritu* y *Filosofía de la historia*) y Marx, quien rechazó el idealismo filosófico de Hegel y construyó su propia filosofía de la historia como la dialéctica del conflicto de clases. Para él, el partido comunista representaba la resolución final del conflicto de clases, porque rompía la antítesis entre capital y trabajo. Marx fue el primero de los sucesores de Hegel que precisaron que estaba confundido con que el fin de la historia representaba la emergencia del estado prusiano. Mientras Hegel creía que todo lo real era racional, Marx intentó hacer un mundo ideal. Partiendo de esas premisas teóricas, el objetivo fundamental de esta investigación es mostrar qué fines de la historia presentan Hegel y Marx y cómo se imbrican el uno en el otro. La idea es mostrar la tradición teórica del término y su genealogía en esos dos autores. Para ello recurriremos a una matriz de análisis descriptiva para localizar cómo y dónde expresan los dos autores la idea de fin de la historia. Tras presentar sus ideas, buscaremos similitudes y diferencias en la arquitectura histórica y teórica de los conceptos de fin de la historia, todo ello partiendo de la idea de que Hegel es el iniciador de dicho concepto y Marx, su continuador. Analizaremos estas ideas desde una perspectiva teórica.

¿Cómo enunció Hegel el fin de la historia?

¿Sostuvo Hegel alguna vez que la historia había llegado a su fin? ¿De qué fin se trataba? No hay mucho acuerdo al respecto. Para unos era difícil encontrar en los textos de Hegel la frase "el fin de la historia", pero otros sí que la identificaban. Sea como fuere, el sistema filosófico de Hegel exige el fin de la historia como conclusión y no hay duda de que hay suficientes evidencias para pensar que la asume en varios apartes de su obra (ANDERSON 1999, p. 17-31; MICHÉA 1992, p. 58-60). Veamos cuales son esos fragmentos.

1) En *La fenomenología*, Hegel califica la historia como la evolución consciente del espíritu en la sucesión de sus formas temporales hasta la meta del saber absoluto de sí mismo. A pesar de la contundencia de esa afirmación,

el conocimiento absoluto no trae el fin de la historia, como se entiende tradicionalmente, sino que para llegar al fin se necesitan conocer los componentes de la historia universal de acuerdo con las demandas de una nueva necesidad moral. Según ese razonamiento, es un error basarse en el capítulo VIII de *La fenomenología del espíritu* para entender como Hegel interpreta filosóficamente la historia: a) como la historia actual entendida como “el ser en el tiempo”, desbordando la vida y la muerte del ser social; b) como el nivel de abstracción de la anterior, es decir, como la filosofía de la historia; y c) como un intento de encontrar las causas profundas de la historia y envolver la creación en modelos históricos y elegir entre ellos (ESPOSITO 1982, p. 355-365).

2) En *La filosofía del derecho*, Hegel declara que el presente se había liberado de su barbarismo en el examen de las instituciones y que la verdad había dejado de ser “extramundana”. Esto facilitaría que se hiciera objetiva una verdadera reconciliación que revelase al Estado como la imagen y realidad de la razón. Hegel, en *La filosofía del derecho*, describe el estado prusiano como el fin de la evolución política (BEDFORD 1994, p. 371-376). Hegel creyó en el fin de la historia porque creía en el derecho, puesto que sabía que el Estado moderno requería de un sistema jurídico basado en la verdad y que debía evitar el relativismo (PÉREZ 1993-1994, p. 171-172).

102

3) En las *Lecciones para la filosofía de la historia*, para Hegel, la meta a la que tiende el proceso histórico mundial es la libertad, que una vez lograda permanece invariable a pesar de eventos y condiciones. Uno de los primeros pensadores que concibe la historia como un proceso racional desde la política económica es Hegel, especialmente en *Lecciones sobre la filosofía de la historia universal*, donde expresa que la historia sería entendida como un proceso de autorrealización del espíritu a través de diferentes fases en las que superaría su alineación. Por esa razón Hegel decía que “buscaremos en la historia un fin universal, el último fin del mundo; no un fin privado de un espíritu subjetivo” y defendía que aprenderíamos por medio de la razón que no podemos estar interesados en ningún fin privado y finito, “sino tan solo en el fin absoluto” (HEGEL 1974, p. 205), es decir, no sería una cuestión de la razón individual, sino de la razón como algo absoluto. Desde esa idea central, Hegel emplea las categorías de variación, rejuvenecimiento, razón, idea (con relación a la libertad), espíritu de la gente, etnicidad y Estado (el fin del espíritu es el autoconocimiento). Hegel entiende la explicación de la historia como un proceso dialéctico y la reflexión sobre el Estado como un todo que implica una estructura tripartita formada por la familia, la sociedad civil y el Estado (VARGAS 1997).

4) En *Lecciones sobre la historia de la filosofía*, Hegel anuncia que estaría surgiendo una nueva época en el mundo, cuando reseña que el espíritu del mundo ha logrado eliminar a toda existencia objetiva extraña y captarse finalmente a sí mismo como absoluto. Esos son los cuatro argumentos de los que podemos partir para justificar el fin de la historia en Hegel (MICHÉA 1992, p. 58-60). Para muchos autores, como Perry Anderson, Hegel nunca planteó el fin de la historia, pero resulta fácil describirlo como un concepto que fue deducido a partir de él. Anderson considera que Hegel no enunció la frase ni la noción por dos razones:

a) La última instancia de su filosofía no era la historia sino el espíritu, y la historia se presentaba, junto a la naturaleza, tan solo como una de sus facetas (PÉREZ 1993-1994, p. 177-178). La superación de la escisión entre ambas se concibe como un resultado más que como un final. Hay que entender que Hegel vio la Revolución francesa como la máxima expresión del espíritu moderno y que pensó en la totalidad del objeto-sujeto, ya que el sujeto y el objeto son una unidad y no existen por separado (cuestión que es clave en Hegel). Para Hegel, el espíritu es una matriz común al sujeto y al objeto y con la noción de espíritu trata de explicar por qué sujeto y objeto son inseparables. El espíritu se identifica con el sujeto porque es pensamiento de sí mismo y con el objeto porque puede pensarse como otro negándose a sí mismo. Para Hegel, la historia es la realidad sin más y también el proceso de toma de conciencia de sí mismo y del espíritu (BOBURG 1989, p. 235-242).

b) Hegel casi nunca habla de "ende" (final) o "schluB" (conclusión), sino que se refiere a "ziel" (meta), "zweck" (finalidad) o "resultat" (resultado). La razón es muy sencilla: en alemán no existe una palabra que combine los dos sentidos de la palabra "fin" en inglés (o en español), por un lado el de "final" y por otro el de "propósito" (a Hegel le interesaba sobre todo la segunda de esas acepciones) (ANDERSON 1999, p. 121-129).

De la síntesis hegeliana se desprende un fin de la historia más como una consumación filosófica que como un estado social definitivo y no deja de ser admisible que aquella implique en principio una variante de esta. Hegel no fue considerado un teórico del fin de la historia en el siglo XIX, cuando su reputación se identificó más con sus doctrinas sobre la naturaleza, la lógica y la política. Fueron estas las que provocaron controversia incluso para un historiador tan profundo como Marx. El concepto del fin de la historia, con toda su ambigüedad contemporánea, debió aguardar a "el fin de l'histoire" de Kojève para significar algo nuevo y distinto.

Todas estas argumentaciones fueron rebatidas por muchos otros autores que mostraban que el Hegel maduro sí explicitaba el fin de la historia. De tal forma, Hegel, en *La filosofía de la historia* y en *La filosofía del espíritu*, constata la reivindicación dialéctica del fin de la historia como un inevitable "todo" del dinamismo interno de la razón (DASILVA; KANJIRANTHINKAL 1993, p. 3-8). Para Hegel, el fin de la historia no es una mera posibilidad, sino que es algo que está ocurriendo tanto en el mundo como en la filosofía, lo que, además, expresa claramente: "it is not the end of History that the World becomes rational" (HEGEL 1956, p. 328). Y, en otro pasaje, señala: "at the end of History, the full realization of the total humanity – the product of the totality of humanity in history – is freedom itself. Universal History is the progression in the consciousness of freedom – a progress that we must recognize as necessary" (HEGEL 1956, p. 30). Con esto queda rebatida la tesis de Anderson.

Otros autores argumentan que hay dos significados para describir el fin en Hegel, uno absolutista y otro de época, que no es absolutista. La mayoría de los comentaristas insisten en la visión absolutista, pero hay una síntesis de la dos, aunque no es plausible (BERTHOLD-BOND 1988, p. 14-29). Para otros, tampoco

habría duda de que Hegel habla del fin de la historia, aunque dudan sobre el significado del concepto (ANKERSMIT 1989, p. 137-153).

Para entender mejor lo que se ha explicado hasta este momento, es necesario profundizar un poco más en el concepto de fin de la historia de Hegel. Con tal motivo, nos detendremos a examinar los elementos históricos, políticos y filosóficos que ayudan a articular dicho concepto en Hegel.

La construcción del concepto de fin de la historia en Hegel

Sea como fuere con relación a las diferentes interpretaciones, en la configuración del concepto de fin de la historia de Hegel intervienen conceptos y elementos histórico-políticos y filosóficos que abordaremos a continuación. Ahondando en los primeros, especialmente en la cuestión del estado social definitivo, la consecuencia del análisis hegeliano fue la justificación de la sociedad burguesa que surge con la Revolución Industrial y que llega al poder político con la Revolución Francesa. En realidad, quiera o no, Hegel planteó el carácter necesario y permanente de esa sociedad, y sus interpretaciones políticas posteriores fueron una consecuencia de esas reflexiones filosóficas.

Los fundamentos histórico-políticos

La desilusión de Hegel con la Revolución Francesa, que debía asegurar el desarrollo constante del proceso dialéctico por medio del cual se producían los cambios históricos, se da a partir de la amputación del territorio alemán por parte del Gobierno revolucionario francés. A partir de ese momento se confirma para Hegel el valor histórico universal del capitalismo y la resignación ante lo que él juzga su carácter inevitable. Hegel, ante la desembocadura de la Revolución en el capitalismo, asume que es inútil tratar de destruirlo, sobre todo en el momento de plenitud y expansión de las conquistas napoleónicas. Decepcionado, pues, con la Revolución Francesa como ideal, se decide a considerarla realidad y así operó en Hegel la transposición teológica del problema histórico en todas sus connotaciones económicas, políticas y sociales.

Otros conceptos fundamentales histórico-políticos son los referentes al Estado y a la sociedad civil (BAHTI 1992, p. 76-79). Hay que matizar que Hegel nunca vio con interés el concepto de "mano invisible" y siempre concibió la sociedad civil desde la ética. Creía que había tres clases en la sociedad civil: la clase inmediata, la clase de los negocios y la clase universal (Hegel no distingue entre empleados y empleadores). Ese sistema de clases juega un rol significativo en el concepto de libertad en Hegel, puesto que el filósofo piensa que la sociedad civil moderna proporciona un contexto para la libertad humana, aunque sea una libertad que no es la misma para todos. Hay que tener en cuenta que, para Hegel, las instituciones también forman parte del desarrollo de la libertad (WILLIAMS; SULLIVAN; MATTHEWS 1999, p. 31-37).

El Estado, por tanto, emerge a partir de la realización de la libertad humana y de la sociedad civil, pero Hegel no ve la forma final del Estado como algo que se impone, sino como un proceso diario que va creciendo día a día en relación con los individuos. Así, la sociedad civil surge desde la familia y el Estado, desde

las limitaciones de la sociedad civil, pero la sociedad civil no es suficiente en sí misma desde el punto de vista de Hegel, que no acepta el *laissez-faire* de la sociedad comercial. Para él, la mano invisible no trabaja con perfección y tiene que estar ayudada por el Estado, sobre todo en los periodos de crisis. Para Hegel, el Estado se edifica al fin del proceso histórico como la monarquía constitucional, con lo que es difícil negar un tinte autoritario en el Estado ideal de Hegel. Esta afirmación es contraria a la que sostienen las lecturas liberales de Hegel, como la de Shlomo Avineri, quien, contrariando tanto la crítica marxista como de la de ciertos liberales como Popper y su escuela, defiende que la teoría del Estado de Hegel es compatible con el liberalismo (AVINERI 1972). Las lecturas liberales de Hegel identifican el Estado capitalista con la última evolución del Espíritu absoluto, es decir, con el fin de la historia (WALSH 1994, p. 182-190).

Marx, en la *Crítica de la filosofía del Derecho Público*, niega que el Estado sea la síntesis de toda la vida humana, institucional, económica, jurídica y política. El Estado, para Marx, es una superestructura, una emanación de la base económica y social en la cual las contradicciones que se producen en la economía, en las relaciones sociales de producción y en la sociedad civil se expresan magnificadas. La crítica de Marx es el primer debate sobre el fin de la historia. Para Marx, las contradicciones de clase son las contradicciones entre dos estratos sociales de naturaleza diferente que tienen elementos diferenciables y contrapuestos (SERRANO CALDERA 1991, p. 53-66).

Los principios filosóficos

Pasando a los conceptos filosóficos del fin de la historia, es importante reseñar la importancia de la filosofía de Hegel en el debate teórico-político del mundo contemporáneo. Según esta línea de pensamiento, Hegel fue desde su posición idealista mucho más revolucionario que los que proclaman constantemente la revolución de palabra y la negación de los hechos (el marxismo oficial devino profundamente reaccionario y antidualético al congelar el desarrollo de la sociedad en un dogma, que, en términos políticos, significó la consagración del poder absoluto y de la autocracia). Retornar a Hegel, pues, significa, para algunos autores, volver a las raíces del pensamiento revolucionario, a una de las fuentes más importantes del cambio y del pensamiento dialéctico, ya que en la obra de Hegel están las claves del mundo contemporáneo, en especial en sus tesis sobre el valor histórico y la universalidad (SERRANO CALDERA 1991, p. 53-66). Siguiendo con la cuestión filosófica, otra cuestión fundamental de Hegel es la del espíritu. Hegel entiende la historia como una manifestación de un proceso metafísico que se refiere al desarrollo del espíritu. De hecho, para entender a Hegel, hay que comprender que su filosofía se basa en la realización del espíritu. La filosofía de Hegel es una mezcla de filosofía y religión (cristiana) para entender la idea de *geist* (aunque en cuanto al aspecto de la religión algunos difieren y afirman que solo lo utiliza en su provecho).

Para algunos, el concepto de espíritu en Hegel es similar al concepto de Dios, un Dios panteísta, material y espiritual; pero no es así. Hegel se refiere al espíritu como razón y no como a la fuerza sobrenatural de las religiones

antiguas y modernas; es el espíritu como fuerza que crea el hombre, la materia y la historia; es la racionalidad total y el desarrollo absoluto y es la perspectiva integral de lo humano y la sustancia de la historia (SERRANO CALDERA 1998).

Hegel, a comienzos del siglo XIX, deja intuir por primera vez el fin de la historia como un sistema en el que se consolida la propiedad privada, en un tiempo en que ha culminado todo el recorrido de la historia superando todas las contradicciones. De esa forma, entiende que se ha producido la unificación del espíritu consigo mismo en el capitalismo, en el liberalismo y en la organización jurídico-política que sucede al inicio del siglo XIX. Hegel entiende que con esa situación se ha pasado de la dialéctica del espíritu objetivo a la dialéctica del espíritu absoluto y, en consecuencia, se ha llegado al fin de la historia. En resumen, el espíritu se aliena y se desarrolla mediante un proceso dialéctico de contradicciones, contradicciones del mismo espíritu en sus diferentes manifestaciones y formas de expresión, en un marco en el que todas las expresiones tienen la misma naturaleza y la dialéctica es única, universal, homogénea, simple y apriorística. La historia termina cuando recorre su espíritu circular históricamente con la aparición del capitalismo económico y del liberalismo político.

El significado del fin de la historia

106

La idea del fin de la historia en Hegel descansa sobre la historia de la filosofía. En esa idea, la filosofía de la historia está subordinada a la filosofía general, con lo que Hegel sigue el proceso que ha sido observado en la filosofía misma. Como consecuencia, la historia mundial es el espíritu que se muestra gradualmente de varias formas en el mundo hasta alcanzar la libertad al precio que sea (esto ha sido interpretado por muchos como una puerta abierta al totalitarismo y una constatación del pensamiento reaccionario de Hegel). El proceso de la historia mundial es teleológico (ver el Hegel de *La filosofía de la historia*), de tal forma que el desarrollo del espíritu empieza en Oriente y se completa en Occidente hasta terminar en un estado al estilo europeo protestante (la lógica interna de la historia lleva a la forma completa de la libertad) (WILLIAMS; SULLIVAN; MATTHEWS 1999, p. 24-31). Hegel ve cada uno de los períodos de la historia como las etapas de ese proceso y abre sus ojos a cada período que asume la forma de *volksgeist* o espíritu nacional (TERRAY 1990, p. 37-41).

En definitiva, el fin de la historia de Hegel representa el agotamiento de las posibilidades del desarrollo del espíritu y representa el momento en que la sociedad civil y el Estado alcanzan la plena realización racional y, por consiguiente, cuando se logra la identidad entre la realidad y la racionalidad. "Todo lo real es racional y todo lo racional es real" es la esencia de *La fenomenología del espíritu*. Para algunos autores, el fin de la historia de Hegel aparece en sus trabajos de madurez, sobre todo en *La filosofía de la historia* y *La filosofía del espíritu*, obras en las que Hegel ve la reivindicación dialéctica del fin de la historia como un inevitable "todo" del dinamismo interno de la razón (DASILVA; KANJIRANTHINKAL 1993, p. 3-8).

La manipulación más profunda de Hegel es convertir el inmovilismo en el fin de la historia. Hasta Hegel, cualquier movimiento conservador había sido

platónico. Había postulado la existencia de una edad de oro pretérita desde la que se había producido una degeneración. Para salir de tal decadencia era, pues, imprescindible regresar al pasado. Hegel dota a la reacción de un finalismo aristotélico: la historia es un proceso de etapas de lo imperfecto a lo perfecto hacia un fin. La caverna deja de ser el principio de la historia para ser su culmen. La manipulación es completa. Y mientras al conservadurismo clásico se le podían exigir explicaciones sobre los perfiles del ideal pretérito, aquí se han borrado sus huellas: la edad de oro se presenta como una conquista; toda recriminación práctica es ociosa. La dialéctica de la historia somete el juicio sobre los hechos presentes a la consecución del fin necesario, determinista, de la parusía o final de los tiempos, que toma corporeidad en una intensificación completa del estado absoluto, el estado total. Hegel quiere legitimar como intelectual-orgánico el estado de la monarquía absoluta prusiana y su voluntad expansionista (DE DIEGO 2005). Hegel subvierte todo el arsenal teológico de lo escolástico vaciando sus términos de contenido, haciendo una transferencia de sacralidad hacia el Estado (HEGEL 1999, p. 65).

Hemos visto como se configura el fin de la historia en Hegel y como lleva a una justificación de la modernidad para crear una falsa idea de progreso, que es en realidad una congelación de la historia, del Estado y de todo (HELLER 1996, p. 95-110). Esto nos lleva a afirmar que Hegel no es un idealista de todos los días en el sentido moral, sino en el sentido profundo filosófico, un idealista que piensa que la realidad es conducida y pensada por las ideas. Podemos decir que, para una buena parte de académicos, Hegel es el autor que más importancia le da a las ideas y para quien el fin de la historia debe ser entendido como el triunfo del pensamiento racional y sus instituciones (CROPSEY 1995, p. 97-116).

107

El fin de la historia en Marx

Marx fue un gran promotor de la idea del fin de la historia entendido como un proceso dialéctico con un principio, un desarrollo y un fin extraído de Hegel (BARBERO ALZAMORA 1993). Pese a todo, hay que matizar que Marx se refería fundamentalmente al "fin de la prehistoria", como veremos a continuación. Según muchos autores, Marx fue uno de los propagandistas de la idea del fin de la historia, ya que creía que las contradicciones de las sociedades serían superadas con la llegada de la utopía comunista. Incluso, se podría afirmar que la polémica del fin de la historia se dio hace más de un siglo, cuando Marx arremetió contra Hegel provocando una discusión unilateral. Sin embargo, aunque el fin de la historia esté identificado con Hegel y Marx, algunos autores precisan que Marx y Engels, como en el caso de Hegel, nunca usaron la frase "el fin de la historia". "Marx no dejó nada escrito sobre el fin de la historia sino que creyó que la creación de un orden armónico basado en sus enseñanzas significaría el inicio de la historia de la humanidad; pero no el fin de ella" (TROFINENKO 1999, p. 21-30). Así, los marxistas entienden el fin del capitalismo como el fin de la prehistoria de la humanidad y el comunismo, como la gran culminación de la historia. En otro sentido, los neomarxistas creen que la revolución anticapitalista es definida como el fin de la historia y como la negación del fracaso de la

civilización (RACHKOV 1994, p. 9-14). Esas opiniones no eran unánimes y otros críticos apreciaban en el Marx de *Economic and Philosophic Manuscripts of 1844* la constatación de que habría un fin de la historia y que ese sería el comunismo (WILLIAMS 1997, p. 557-566).

El Marx joven y los socialistas de su tiempo no eran lo suficientemente lúcidos para ser utópicos y aceptaron el mito *smithiano* creyendo que bastaba con negar que el sistema establecido por el capitalismo representase “el fin de la historia” hegeliano y propugnar la continuidad del mismo desarrollo económico dentro de un marco de relaciones distinto. Y aunque Marx matizase posteriormente sus primeros esquemas, no los reemplazó con formulaciones simples y claras, de modo que el marxismo catequístico acabó basándose en las certezas del Marx joven y desconociendo las dudas del maduro (FONTANA 1992, p. 131). Profundizando en lo mismo, Marx habló de prehistoria refiriéndose a que estábamos en la prehistoria de la humanidad y que la historia comenzaría con el comunismo. Marx tuvo la suficiente fuerza crítica para constatar que no se podía hablar de “fin de la historia”, sino del “fin de la prehistoria”. Con eso certificaba que es con la modernidad cuando comienza la historia, puesto que lo anterior era la prehistoria. Para Marx, con la modernidad, el hombre llega a ser un sujeto histórico y con el socialismo se completaría ese proceso, pues el hombre pasaría de ser sujeto histórico a ser sujeto de la historia (LEGUINA 1990, p. 57-69).

108

Su explicación era muy clara. La división entre la fuerza trabajo, que es la energía del obrero, y los medios de producción, que son propiedad del empresario, divide a la sociedad en clases, con lo que los propietarios de la fuerza de trabajo y los propietarios de los medios de producción obligan al obrero a sobrevivir en el sistema y a vender su trabajo. Para Marx, el capitalismo es la etapa más elevada, y la última, en la historia de la explotación humana, de la alienación y de la lucha de clases. La reunificación de los medios de producción, de la fuerza de trabajo, la supresión de la explotación y de la división de la sociedad en clases, lograría en su estadio más alto superar la alienación del trabajador con respecto al producto y al proceso de trabajo y, sobre todo, con respecto al sistema, restituyendo al hombre a su condición humana y a su plenitud universal (SERRANO CALDERA 1991, p. 11-13). Esa conceptualización se basa sobre todo en los escritos del joven Marx y tiene como fin la *desalienación* del hombre y la recuperación de su condición humana usurpada, así como la transformación económica, social y política del sistema que se funda sobre la explotación del hombre, el capitalismo, en el sistema que permite su liberación, el socialismo. La realización de la sociedad socialista mediante la revolución sería también la constatación de la universalidad del sistema político y del fin de la historia. Para Hegel, el fin de la historia es el fin de las posibilidades de desarrollo del espíritu. Ese el momento en el que se alcanza la plena realización racional de la sociedad civil y del Estado, en el que se logra la identidad entre la realidad y la racionalidad. Para Hegel, la historia de la humanidad se resuelve en el proceso dialéctico cuya meta es la libertad o la conciencia de libertad; lo particular y lo individual son sacrificados para que el espíritu realice su fin último. Por contra,

Marx afirma que ha invertido los términos de la dialéctica hegeliana, poniendo la praxis en lugar de las ideas y, aunque criticaba abiertamente lo que llamamos izquierda hegeliana, es el más claro representante de la misma. Los escritos juveniles de Marx no fueron publicados hasta 1930 y, a pesar de que muchos marxistas se jactan de haber invertido los términos de la dialéctica hegeliana, han conservado de ella el método y la seguridad de que el suceder histórico obedece a una sola ley y a un único argumento basado en las relaciones de producción, y en los modos en que dichos medios son utilizados.

Cuando Marx argumenta que ha invertido los términos de Hegel no quiere decir otra cosa sino que el proceso dialéctico no tiene lugar en el nivel de las ideas sino en el de la realidad. Marx cree que el motor de la Historia son las clases. Negaba que la meta de la Historia se hubiera alcanzado en 1806 pero estaba próxima, y estaba convencido que bajo la dictadura del proletariado se lograría la sociedad sin clases (SUÁREZ 1996, p. 181-202).

Marx, en *La crítica de la filosofía del derecho de Hegel* y otros escritos, señaló que el análisis de Hegel era incompleto, pues percibía solo la primera fase de la enajenación, la positiva, pero no la fase subsiguiente, la negativa, en la que la enajenación se convierte en la expoliación que llevará a la revelación del obrero. La historia no termina, según Marx, con el capitalismo y, como pensaba Hegel, en la teoría de la enajenación, sino con la superación de la enajenación, es decir, con el fin del capitalismo y el advenimiento del socialismo.

El aporte fundamental del marxismo no es tanto el materialismo (lo que no se niega), sino su afirmación de que la realidad es una actividad sensible del hombre. La realidad asumida como práctica y como acción rompe con todo determinismo y con toda metafísica. Entre el hombre y la historia hay una acción recíproca y una relación dialéctica. El hombre con su acción construye la historia y se hace a sí mismo. Para Marx, la conciencia no es una realidad predeterminada del ser humano y no es algo que le haya sido dado de una vez por todas, sino algo que se hace en cada momento con nuestras acciones buenas y malas. La teoría de Marx es una ciencia de la historia y una filosofía de la praxis. El propósito del socialismo, sobre todo el esbozado en los textos del joven Marx, es el de lograr la realización plena del individuo, para lo que resulta imprescindible la transformación de los mecanismos del sistema capitalista basados en la explotación, la plusvalía, la acumulación indefinida y la cosificación y la separación de los factores de producción, en otros tantos fundamentos cuales sean la solidaridad, la distribución equitativa de los bienes, la remuneración conforme a las necesidades de la persona y la *desalienación* del trabajador mediante la reunificación de la fuerza de trabajo con los medios de producción. Como en el caso de Hegel, no es unívoca la idea de que Marx se refirió al fin de la historia. Así, para algunos autores, Marx piensa que la expresión "fin de la historia" se debía cambiar por "historia de los fines". Para Marx, quien hace la historia no son los pueblos, sino las clases y el concepto suyo de ideología se da como algo revolucionario. "La ideología es la praxis revolucionaria global: la construcción por la clase obrera del nuevo mundo.

Y la historia acabaría con la revolución total” (LEFEBVRE 1973). Frente a ese razonamiento, otros argumentan que siempre había habido corrientes críticas dentro del marxismo (como el *trotskysmo* ortodoxo) que siempre dudaron del sistema y que creían en una “democracia obrera” (PALMER 1994, p. 168).

Distinciones y coincidencias entre el fin de la historia de Hegel y el de Marx

Una vez vistas las posturas de Hegel y Marx, es el momento de entresacar las diferencias y similitudes entre los conceptos de fin de la historia de Marx y de Hegel (CLAUSSEN 1999, p. 63-71). El punto de partida es el de que Marx es hegeliano en lo que se refiere a la descripción del desarrollo de la realidad más que en la meta que quiere alcanzar (BERKI 1990, p. 654-671). Hegel proporcionó a Marx una teoría de la historia dinámica y evolutiva basada en el conflicto, pero, para Marx, el rechazo del capitalismo no está basado en consideraciones morales o humanitarias, sino que deriva de la realidad empírica de la economía capitalista: a) solo el trabajo crea valor; la maquinaria, la tierra y el resto de los factores de producción no lo crean; b) el capitalista solo paga al trabajador un saldo de subsistencia y el trabajador produce un valor dos veces mayor al que obtiene como jornal; eso conlleva una plusvalía para el capitalista. Por último, la noción de revolución de Marx es el punto culminante de su filosofía especulativa e incluye una filosofía de la historia, una teoría de la lucha de clases, una teoría del Estado, el hecho histórico de la revolución y el mundo utópico (la sociedad comunista) (MACRIDIS; HULLIUNG 1996, p. 97-109).

110

La fama de Marx como padre del materialismo histórico se propagó a partir de *El Capital* y *El manifiesto comunista*. Marx aceptó de Hegel la dialéctica, pero con un uso distinto: no eran las ideas las que generaban las realidades, sino a la inversa. Donde Hegel hablaba de marcha de la humanidad hacia un grado mayor de conciencia de libertad, Marx constataba una meta distinta: la abolición de las clases sociales. Marx explicaba que los filósofos no se habían limitado a interpretar el mundo, sino que también lo habían cambiado. Para él, las realidades económicas eran el fundamento de todas las demás: políticas, culturales, religiosas, etc. Marx y Engels insistieron en sus aceradas críticas al hegelianismo en cuanto a que este descendía del cielo a la tierra cuando lo procedente era hacer el camino contrario. Para ellos, la historia era la historia de la lucha de clases, que tendría como resultado que el proletariado acabaría por quitarle la vida a la burguesía. La lucha por su liberación exigiría al proletario elevarse a clase dominante y ganar la batalla de la democracia. Para Marx, había una larguísima prehistoria en la que la burguesía había escrito su capítulo final y una historia futura que se abriría cuando se suprimieran los antagonismos entre capital y trabajo. Sería el triunfo de la necesidad (*Manifiesto del partido comunista*).

Eso todo se puede sintetizar en que Marx varió de manera radical la concepción hegeliana de la historia. Ambos idearon dos concepciones del final de la historia estrechamente vinculadas entre sí pero diferentes, que, a su vez, han tenido una gran influencia durante los últimos cuarenta años (RYAN 1994, p. 9-11). Cada crisis marxista tiende a producir relecturas de Hegel que abarcan las de Lenin, Lukács y Gramsci hasta Marcuse. El marxismo aceptó la idea hegeliana

de totalidad social con la idea del destino de la sociedad global como un todo (WISTRICH 1999, p. 3-7). Pasando a cuestiones más concretas, pasemos a enumerar las diferencias entre Hegel y Marx en relación con sus concepciones del fin de la historia:

a) Una diferencia fundamental entre Hegel y Marx son los agentes que intervienen en el devenir histórico. Para Hegel, los sujetos de la historia serían el espíritu y los seres individuales y, para Marx, las clases sociales y las fuerzas de producción, especialmente el proletariado. Para Marx, el proletariado, mediante la lucha de clases, daría los pasos para completar la tarea de la historia mundial. Por contra, para Hegel, la historia es el resultado de un proceso profundo del desarrollo del espíritu que, a su vez, reuniría las lecciones más importantes de la religión cristiana. El concepto clave de Hegel en la filosofía es el concepto de espíritu. En él descansa todo el idealismo hegeliano (WILLIAMS 2002, p. 557-566).

Por otro lado, para Marx, la historia la hacen las clases y, de ellas, en primer término la burguesía y, después, la obrera. Para Marx, solo hay historia en la medida que interviene la clase obrera, que es el agente que puede unir en sí el conocimiento, la voluntad y la utilización de las contingencias como determinismos. La clase obrera rechaza todo lo que ha tenido porque no tiene nada y porque no es nada; no tiene nada más que perder que sus cadenas. Para Marx, lo que llamamos historia no es más que la prehistoria de la humanidad, puesto que el autor conjetura que con la revolución proletaria se termina la prehistoria y empieza la historia (Marx abandonó su tesis de la primacía de la historia por la economía en *El capital*), que a su vez concluiría con una revolución total (LEFEBVRE 1973, p. 56-57). b) Como consecuencia de lo anterior, Hegel es un idealista en el sentido de que la realidad está pensada por una idea (los idealistas creen que las realidades intelectuales maquetan el mundo); por contra, Marx y los materialistas piensan que la materia es la raíz de todo (PARAMIO 1990, p. 59-64). Marx invirtió la prioridad de lo real y lo ideal construyendo todo el ámbito del conocimiento, religión, arte, cultura y filosofía en base a una superestructura totalmente determinada por el modo material imperante de producción. c) Marx sostuvo, en la *Crítica a la filosofía del derecho*, que el análisis de Hegel es incompleto, pues percibe solo la primera fase de la enajenación, pero no la subsiguiente, cuando la negación se convierte en explotación, en el momento en que los objetos producidos se vuelven contra su creador al transformarse en el núcleo del sistema de explotación (PALMER 1994, p. 168). Así, según Marx, la historia no termina en el capitalismo, como pensaba Hegel, sino en la superación del capitalismo y el advenimiento del socialismo. Por lo tanto, tanto para Hegel como para Marx, la realización de la condición de universalidad en sus respectivos sistemas conducirá al fin de la historia en su doble acepción (CALDERA 1991, p. 13-19).

d) Marx y Hegel ofrecen dos concepciones del proceso histórico y del fin de la historia diferentes. Para Hegel, el fin de la historia se produce en el sentido en que se produce el fin de la filosofía (el fin de las ideas). La idea del fin de la historia de Hegel descansa en la idea de la visión acumulativa de la historia de la filosofía; le gustaría que su sistema filosófico fuera la culminación lógica de

toda la filosofía previa y de todos los debates de la filosofía de su tiempo. Hegel intenta una filosofía de la totalidad, pero es una totalidad que no se reduce a recoger todos los puntos de vista sino solo algunos (los que considera él importantes). Con esa metodología, entiende el desarrollo de la filosofía hacia unas metas concretas (su discurso es triunfalista) y, en función de eso, historia, filosofía, escuelas de pensamiento, instituciones y líderes políticos son vistos como parte de una evolución hacia el presente. La historia mundial es la forma en la que se manifiesta el espíritu en el mundo y la historia del mundo es el proceso que resulta de desarrollarse y realizarse ese espíritu.

Paralelamente, para Hegel, el fin de la historia es el agotamiento de las posibilidades del desarrollo del espíritu, que evoluciona merced a sus propias contradicciones, que se van resolviendo hasta agotarse. Además, el fin de la historia es el momento en el que se alcanza la plena realización racional de la sociedad civil y del Estado y en el que se logra la identidad entre la realidad y la racionalidad (todo lo racional es real y viceversa). Esa es la esencia de la *Fenomenología del espíritu*.

En cambio, para Marx, la historia es el desarrollo de la humanidad hacia un ideal, el comunismo. Marx se refiere al fin de la historia en *Economic and Philosophic Manuscripts of 1844*, obra en la que defiende que el fin de la historia está implícito dentro de la historia misma. Igualmente, Marx presenta su relato de la historia en el *Manuscripts de 1844* apolíticamente, como un conjunto de hechos. Marx explica que el comunismo representa la diversidad de todos los desarrollos históricos humanos y que la filosofía de la historia tiene la capacidad de dar significado y sentido a las actividades sociales e individuales (eso lo diferencia de Hegel y Kant). Marx considera que ese proceso no solo consistiría en un proceso intelectual, sino también en un proceso de desarrollo económico, ya que para él lo individual y lo social están estructurados por necesidades económicas. Marx cree que Hegel está incluido dentro del grupo de filósofos que fracasan en ver los "intereses reales" de la historia. Para Marx, Hegel es el modelo representativo de la visión de la historia guiada por un sujeto "extrasuperterrestre" (WILLIAMS 2002, p. 557-566). En ese punto de la argumentación, Marx no entiende a Hegel, ya que para este el espíritu tiene cualidades trascendentes y emerge en el trabajo de los procesos sociales y políticos. "Un hegeliano diría que su concepción está tan apegada a la realidad como la explicación del comunismo de Marx, pero Marx entiende la historia como la creación del hombre a través de su trabajo y no como la emergencia de la naturaleza del hombre" (MARX 1970, p. 145). En sus visiones de la historia, Marx y Engels son monistas y dogmáticos. Marx es tan arrogante como Hegel y ambos nunca están preparados para ver su punto de vista como una de las visiones posibles del mundo; se apropian de todas las visiones y las confunden con la suya (WILLIAMS 2002, p. 557-566).

Para Marx, el fin del capitalismo es el fin de la prehistoria de la sociedad humana, puesto que, según él, la labor de la historia es transformar al individuo humano de objeto a sujeto de la historia (MARX 1971, p. 21).

e) Marx pone el acento en la finitud de la historia y Hegel, en la finalidad. Hegel habla de la finalidad a través de la historia y de las luchas históricas,

cuando la filosofía ha devenido práctica, es decir, política. Marx quiere mostrar que la historia continúa y que el Estado hegeliano inagotable y heraclíteo se hundirá. Para Marx, la historia existe como obra de una práctica política, la revolución, que es una realidad producida por la acción, que, a su vez, produce un conocimiento (la historia es activa y reemplaza a la filosofía). Marx habla de una revolución total con el final de todas las alienaciones y la creación de un mundo que somete la necesidad y se libera de las constricciones (LEFEBVRE 1973, p. 43-44).

f) El marxismo representa, según algunos autores, una ruptura epistemológica con relación al hegelianismo y no una simple inversión de las posturas hegelianas. Según algunos exégetas, más asociados a posturas conservadoras, sería una simple inversión que conserva del hegelianismo la seguridad de que el acontecer histórico obedece a una sola ley y a un único argumento basado en las relaciones de producción, que dependen de los medios para lograrla y de los modos en que dichos medios son utilizados.

g) Hegel solo habla de la lucha de clases y esta alcanzaría su plenitud con el período industrial. En Marx, es muy diferente la perspectiva: la clase obrera asumiría la misión de continuar la historia y conducir su destino (LEFEBVRE 1973, p. 46-47).

Además de diferencias, también existen similitudes entre las visiones de la historia de Marx y la de Hegel. Pasemos a ver en detalle las similitudes.

a) El desarrollo de la historia humana abarca diferentes épocas y etapas; b) Esas etapas representan una diferenciación entre los desarrollos de Oriente y Occidente; c) La historia mundial es progresiva; hay una evolución desde lo más primitivo hasta lo más moderno; d) La libertad humana representa una de las metas principales del desarrollo progresivo; e) Hay diferentes puntos de culminación respecto a la sociedad, pero los hay. Para Hegel, el punto culminante es el mundo protestante alemán y, para Marx, la sociedad comunista; f) El punto final es dinámico, está en continuo proceso; g) Hegel y Marx tienen un punto de vista teleológico. Piensan que hay un esencialismo en la historia; subestiman los eventos en la historia mundial y creen en la historia mundial como algo necesario; h) Para ellos, no hay solo una mejora material, sino también cultural y moral; i) En su visión de la historia, Marx y Hegel son dogmáticos y monistas. Son monistas porque creen que el único principio que puede mover la humanidad es la producción material y son dogmáticos porque no creen que haya otro principio rector de la historia que el que ellos consideran. El genio de Marx le permite una arrogancia intelectual que estaría mostrada en Hegel; j) Las teorías de la historia de Hegel y Marx tienen un injustificable optimismo; para Hegel y Marx las cosas tienden a ir a mejor (WILLIAMS 1997, p. 557-566); k) Hegel y Marx se refieren a la "Historia" y, para ambos, el fin de la historia es el momento en que se alcanza la plena realización racional de la sociedad; l) Hay otros futuros para la humanidad, pero Hegel y Marx parecen mantenerse ajenos a ellos. Marx y Hegel presentan la historia a partir de sus nociones de espíritu y proletariado revolucionario y sobre ambos conceptos ponen la responsabilidad para el futuro lejos de los individuos y de las entidades que parecen ir más allá de su control; m) Marx solo es entendible frente a Hegel;

quien no trabaje a Hegel no puede comprender a Marx, cuya obra es un diálogo con aquel. Toda la obra de Marx está concebida como una contradicción filosófica a los planteamientos de Hegel: la fuerza del trabajo que se trasfiere a la materia prima y la enajenación negativa de Marx, el Estado como superación de todas las contradicciones en Hegel y como magnificación de todas las contradicciones en Marx, las situaciones económicas como producto del desarrollo del espíritu en Hegel y la concepción racional o ideológica de una sociedad como producto de las contradicciones en Marx.

En definitiva, Hegel privilegia el tiempo y el espacio, la intuición y el concepto, el sujeto y el Estado; Marx, la naturaleza, la revolución total, y la clase obrera, que le sirven como alternativa o como referencia privilegiada. Los fines para Marx existen, no en la razón de la historia como conocimiento, sino como racionalidad inmanente, superior a la irracionalidad religiosa y a la incierta racionalidad. Lo que Marx altera de Hegel es el motor que propulsa el proceso. El motor, para Marx, son la aspiración y el deseo de los grupos específicos (familias, naciones y clases) que constituyen la raza humana. Por tanto, Marx se opone a Hegel en la concepción de que no es la conciencia del hombre la que determina su existencia, sino la existencia social la que determina su conciencia. Así, Marx crea su materialismo en oposición al hegelianismo. En la filosofía de la historia, ese materialismo está expresado en el importante rol que se le da al trabajo y a la economía (DESMOND 1989, p. 39-40).

114 **Conclusión**

El concepto de final de la historia no es nuevo, ya que se trata de una expresión clásica que remite directamente a la interpretación de la filosofía de la historia propuesta por Hegel y Marx. Para ambos teóricos germanos, la historia se entiende en términos de proceso dialéctico: un curso del tiempo impulsado por leyes deterministas que atraviesa unos estadios perfectamente comprensibles, incluso previsibles, que se consuman en uno postrero (determinación del ciclo que conduciría a su terminación) y cuya culminación otorga pleno sentido y realidad al desarrollo mismo de los acontecimientos. La historia, a través de sus fases o estadios, sucede y se sucede, pues, según una lógica de progreso, que, siguiendo el viejo patrón de la teleología aristotélica (los conceptos se asemejan solo en esto) y una vez alcanzado su fin, cesa en su movimiento de perfección para disfrutar del reposo. Ese es el fin y la meta de la historia: que su objetivo se resuelva en la norma, que la historia se normalice, lo cual no implica su paralización ni su muerte o defunción, es decir, su término o su finalización. El fin es el *telos*, el resultado, la salida. Por decirlo aun de otro modo: la historia sigue el rumbo, pero ya ha encontrado su rumbo (RODRÍGUEZ 2002).

El historicismo de Hegel se ha convertido, "para bien o para mal", en parte de nuestro bagaje intelectual contemporáneo: es habitual encontrarse con razonamientos como que la humanidad ha avanzado a través de una serie de estados de conciencia desde la época primitiva hasta el presente y que a esos estados corresponden formas concretas de organización social (tribal, esclavista, teocrática o sociedades igualitarias democráticas). Hegel fue el primer filósofo en

hablar el lenguaje de la sociedad moderna al afirmar que el hombre era producto de un ambiente histórico y social concreto, en contraposición a las teorías del derecho natural que conciben al hombre como un conjunto permanente de atributos naturales (Hegel detallaba que el hombre había cambiado su ambiente natural mediante la aplicación de la ciencia y de la tecnología).

Por su parte, Marx ha sido el mejor propagandista de la idea de fin de la historia al sostener que la meta de la historia sería la sociedad comunista. Marx se apropió para sus propios fines de amplios segmentos del sistema de Hegel. Marx aceptaba de Hegel el concepto de historicismo fundamental de los asuntos humanos y la noción de que la sociedad humana ha evolucionado en el tiempo desde estructuras sociales primitivas a otras más complejas y altamente desarrolladas. Hegel y Marx están de acuerdo en que el proceso histórico era fundamentalmente dialéctico y que las formas primitivas de organización social y política contenían contradicciones internas que se hicieron evidentes con el tiempo y que llevarían a su destitución. Marx compartía con Hegel la posibilidad de un fin de la historia, pero Marx difería de Hegel acerca de qué clase de sociedad habría cuando la historia llegara a su fin. Marx creía que el Estado liberal no lograba resolver una contradicción fundamental, la del conflicto de clases, la lucha entre la burguesía y el proletariado y, por eso, concluía que la universalización de la libertad y del Estado liberal era solo la victoria de la libertad para la burguesía. Hegel creía que la realización del espíritu se había resuelto adecuadamente al llegar al fin de la historia mediante el reconocimiento filosófico de la libertad en el Estado liberal; por contra, Marx estimaba que, para las sociedades liberales, el hombre seguía alienado, porque, en ellas, el capital se había convertido en amo y señor del hombre y lo controlaba. El fin marxista de la historia llegaría solo con la victoria de la verdadera clase universal, el proletariado, y la realización de una utopía comunista global que pondría término a la lucha de clases de una vez por todas. Así, el fin de la historia, para Hegel, era el Estado liberal y, para Marx, la sociedad comunista. Y Marx volvió el historicismo de Hegel contra este.

115

Referencias bibliográficas

- ANDERSON, P. **Los fines de la historia**. Barcelona: Anagrama, 1999.
- ANKERSMIT, F.R. Historiography and postmodernism. **History and Theory**, Middletown, Vol. XXVIII, nº 2, p. 137-153, 1989.
- AVINERI, Shlomo. **Hegel and the Modern State**. London: Cambridge University Press, 1972.
- BAHTI, Timothy. **Allegories of History**. Literary historiography after Hegel. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1992.
- BARBERO ALZAMORA, Miguel. **¿El fin de la tontería?** Uruguay: Ediciones de Juan Darién, 1993.
- BEDFORD, David. God, nature and the end of History. **History of European Ideas**, London, Vol. 19, nº 1-3, p. 371-376, 1994.

- BERKI, R.N. Through and through Hegel: Marx's road to communism. **Political Studies**, New Jersey, Vol. XXXVIII, nº 1, p. 654-671, March 1990.
- BERTHOLD-BOND, Daniel. Hegel's eschatological vision: does history have a future?. **History and Theory**, Middletown, Vol. XVII, nº 1, p. 14-29, 1988.
- BOBURG, Felipe. Hegel y la revolución francesa. **Revista de Filosofía**, Madrid, Año XXII, nº 65, p. 235-242, Mayo-Agosto 1989.
- CLAUSSEN, Detlev. Els intel·lectuals, entre la "crisi de la raó" i la "fin de la historia, **L'espill**, Barcelona, nº 1, p. 63-71, 1999.
- CROPSEY, J. The End of History in the Open-ended Age? The Life Expectancy of Self-evident Truth. In: MELZER, Arthur M.; WEINBERGER, Jerry; ZINMAN, Richard M. (eds.) **History and the idea of Progress**. Ithaca and London: Cornell University Press, 1995. p. 97-116.
- DASILVA, Fabio B.; KANJIRANTHINKAL, Mathew J. **Politics at the end of History: essays in post-modernist thought (major concepts in politics and political theory**. New York: Peter Lang Publishing, 1993. Vol. 3.
- DE DIEGO, Enrique. Hegel o el Estado totalitario. **La ilustración liberal**, nº 13 y 14. Disponible en: http://www.libertaddigital.com/ilustracion_liberal/articulo.php/341. Consultado el: 4 de julio de 2005.
- DESMOND, William. **Hegel and his critics: philosophy in the aftermath of Hegel**. New York: State University of New York Press, 1989.
- ESPOSITO, Joseph L. Hegel, absolute knowledge, and the end of History. **Clio**, Indiana, Vol. 12, nº 4, p. 355-365, Summer 1983.
- FONTANA, Josep. **La historia después del fin de la historia**. Reflexiones acerca de la situación actual de la ciencia histórica. Barcelona: Crítica, 1992.
- GADAMER, H. G., Los fundamentos filosóficos del siglo XX. In: VATTIMO, G. (comp.), **La secularización de la filosofía**. Hermenéutica y postmodernidad. Barcelona: Gedisa, 1992. p. 92-101.
- HEGEL, G. W. F. **Lecciones sobre la filosofía de la historia universal**. Madrid: Revista de Occidente, 1974.
- _____. **Lecciones de Filosofía de la Historia**. Madrid: Alianza Editorial, 1999.
- _____. **Lectures on the Philosophy of History**. New York: Dover, 1956.
- HELLER, Agnes, El último estado de la Historia (memoria, rememoración y *bildung*: sobre la teoría de la modernidad en Hegel). **Isegoría**, nº 14, Madrid, p. 95-110, octubre 1996.
- LEFEBVRE, Henri. **La violencia y el fin de la historia**. Buenos Aires: Ediciones Siglo Veinte, 1973.
- LEGUINA, Joaquín. El final de una historia. **Sistema**, Madrid, nº 98, p. 57-69, Septiembre 1990.

- MACRIDIS, Roy; HULLIUNG, Mark. **Contemporary political ideologies: movements and regimes**. New York, Harper Collins Colleague Publishers, 1996.
- MARX, Karl. **Contribution to the Critique of Political Economy**. London: Lawrence & Wishart, 1971.
- _____. **Economic and philosophic manuscripts**. London: Lawrence & Wihart, 1970.
- MICHÉA, Jean-Claude. Introduction. In: LEFORT, Bernard (coord.). **De la fin de l'histoire**. Paris: Éditions du Félin, 1992. p. 53-60.
- PALMER, B. ¿Existe, si es que alguna vez existió, la clase obrera?. In: AA.VV. **A Propósito del fin de la historia**. Valencia: Edicions Alfons el Magnànim, 1994. p. 164-171.
- PARAMIO, Ludolfo. Marxismo analítico. **Claves**, Madrid, nº 7, p. 59-64, noviembre 1990.
- PÉREZ HERRANZ, Fernando M. Historia e historia; en torno al propuesto fin de la historia. **Anales de la Universidad de Alicante: historia contemporánea**, Alicante, nº 10-11, p. 158-179, 1993-94,.
- RACHKOV, P. A. The End of History as a sociosophical problem. **Russian Studies in Philosophy**, Vol. 33, North Carolina nº 2, p. 9-14, 1994.
- RODRÍGUEZ GENOVÉS, Fernando. Fukuyama y Huntington, en la picota. **El Catoblepas**, nº 9, p. 7, noviembre 2002.
- RUIZ S., Carlos. Heidegger y Hegel. **Revista de Filosofía**, Madrid Vol. XLI-XLII, p. 131-148, Nov. 1993.
- RYAN, A. Introducción. In: AA.VV. **A propósito del fin de la historia**, Valencia: Edicions Alfons el Magnànim, 1994. p. 3-11.
- SERRANO CALDERA, A. Hegel y Zubiri o el filósofo ante el desafío de una nueva ética. Disponible en: <http://www.una.ni/ellacuria/hegel.htm>. Consultado el 6 de abril de 1998.
- _____. **El fin de la historia**: reaparición del mito. La Habana: Editorial 13 de marzo, 1991.
- SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis. **Corrientes del pensamiento histórico**. Pamplona: Universidad de Navarra, 1996.
- SUÁREZ, Alfonso G. ¿Réquiem por la historia? **Claves**, Madrid nº 32, p. 56-57, mayo 1993.
- TERRAY, Emmanuel. From Hegel to Marx. The saga of the dialectic. **Encounter**, London, p. 37-41, April 1990.
- TROFINENKO. The end of the cold war, not History. **Washington Quarterly**, Washington, Vol. 13, nº 2, p. 21-30, 1999.

- VARGAS, Gabriel. The Debate About the End of History and Global Democracy. In: LIGHT, Andrew; NAGEL, Mechthild (eds.). **Race, Class, and Community Identity**. New York: Humanity Books, 1997, p. 222-231.
- WALSH, David. The Ambiguity of the Hegelian End of History. In: BURNS, Timothy (ed.). **After History?** Francis Fukuyama and his critics. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 1994, p. 182-190.
- WILLIAMS, Howard. The End of History in Hegel and Marx. **The European Legacy**, London, Vol. 2, nº 3, p. 557-566, 1997.
- _____; SULLIVAN, David; MATTHEWS, Gwynn. **Francis Fukuyama and the end of history**. Cardiff: University of Wales Press, 1999.
- WISTRICH, Robert. Reflections on The End of History. **Midstream**, New York, Vol. 3, nº 1, p. 3-7, 1999.

Notas sobre o nascimento da historiografia moderna no Japão da Era Meiji*

Notes on the birth of modern historiography in Meiji's Japan

Rômulo da Silva Ehalt

romuloehalt@gmail.com

Doutorando

Universidade de Estudos Estrangeiros de Tóquio

Tokyo-to Fuchu-shi Asahicho 3-11-1

183-8534

Japão

Resumo

Este trabalho oferece um panorama sobre o processo de formação e desenvolvimento das ciências históricas no Japão durante o processo de abertura ao Ocidente na Era Meiji. O objetivo é refletir sobre processos específicos do caso japonês, como a "história das civilizações" de Fukuzawa Yukichi, a divisão da área em História Nacional (*Kokushi*), Oriental (*Tōyōshi*) e Ocidental (*Seiyōshi*) etc., a partir da história institucional dos locais de produção de história no país e de movimentos historiográficos japoneses oitocentistas. Para esta pesquisa foram levantadas fontes da época e consultada literatura secundária. O trabalho conclui chamando a atenção para a originalidade das interpretações da metodologia ocidental feitas no país durante o século XIX e a autocrítica entre historiadores japoneses em relação às ideologias do país existentes desde antes de sua abertura ao Ocidente.

119

Palavras-chave

História da Historiografia; Japão; Cultura histórica.

Abstract

This paper gives an overview on the Japanese historical sciences' formation and development process during the process of opening to the West, in the Meiji Era. Approaching institutional history of places where history was written and 19th-century Japanese historiographical movements, this work aims to reflect on specific processes of the Japanese experience, like Fukuzawa Yukichi's "history of civilization", the division into National (*Kokushi*), Eastern (*Tōyōshi*) and Western Histories (*Seiyōshi*) etc. This research analyses primary sources and secondary literatures. The paper concludes by drawing attention to the originality of Japanese interpretation of Western methods during the 1800's and the self-criticism present among Japanese historians in relation to the ideologies of the country since before its opening to the West.

Keywords

History of Historiography; Japan; Historical culture.

Recebido em: 15/2/2013

Aprovado em: 31/5/2013

* Pesquisador financiado pela Japan Society for the Promotion of Science (Research Fellow DC-1).

Como se deu o processo de formação da historiografia moderna no Japão? Este artigo explora questões envolvendo o início da disciplina histórica no país durante sua modernização na segunda metade do século XIX.

Para entender melhor a formação das ciências históricas no Japão, faz-se necessária uma introdução ao contexto sociopolítico do país no período. Em 1868, a Restauração Meiji pôs fim ao governo Tokugawa e à ordem feudal. O processo iniciou-se em 1866 com a aliança entre Saigō Takamori, samurai do governo da província de Satsuma, e Kido Takayoshi, samurai da província de Chōshū ligado a movimentos radicais, e a restauração devolveu o poder central às mãos do Imperador em finais de 1867, com a renúncia do último *shogun*, Tokugawa Yoshinobu. A mudança de governo foi oficializada por meio de um édito imperial em 3 de janeiro de 1868.

As reformas que se seguiram causaram profundas mudanças estruturais no país. Entre elas, destacam-se a aceleração da industrialização, a criação de um exército nacional, a abolição do sistema de classes (*Shinōkōshō*),¹ a promulgação da primeira Constituição japonesa e a reorganização do território em províncias.

Tendências da historiografia na Era Meiji

120

Em meio a tantas mudanças, a escrita da história não passou incólume. A modernização das instituições sociais e a introdução do pensamento ocidental causaram choque e grandes mudanças na historiografia e no modo de se pensar a história durante a Era Meiji. Schneider e Tanaka classificam o período, *grosso modo*, como um tempo de conflito, quando intelectuais se dividiram em grupos influenciados por dois paradigmas filosóficos distintos: a tradição historiográfica chinesa e a nova historiografia europeia (SCHNEIDER; TANAKA 2011, p. 491).

Neste contexto, é difícil determinar qual foi o pensamento hegemônico nas ciências históricas. O historiador japonês Nagahara Keiji divide os historiadores da época em quatro grupos. O primeiro representava uma continuidade do pensamento confucionista da Era Edo, reproduzindo uma visão de mundo hierarquizada; essa tendência vai afetar diretamente a política educacional do governo Meiji (NAGAHARA 2003, p. 8). Como exemplo, podemos citar Motoda Nagazane,² oriundo da província de Higo e especialista no pensamento confucionista, que teve muita influência sobre o jovem Imperador Meiji e o processo de reestruturação do sistema educacional japonês (NUMATA; MOTODA 1985, p. 3).

O segundo grupo era composto por estudiosos da escola de filologia Han chinesa, que defendiam um revisionismo baseado em preceitos da dinastia Qīng, negando origens míticas da história e superstições do confucionismo clássico,

¹ Este modelo é oriundo do sistema meritocrático de classes sociais da China, descrito pela primeira vez no clássico confucionista *Chūnqū*, ou *Anais de primavera e outono*. Este texto influenciou sociedades posteriores, e essa influência resultou, no Japão, na divisão da sociedade nas seguintes classes: guerreiros, agricultores, artesãos e mercadores; na China, Coreia e Vietnã, as quatro classes correspondiam aos burocratas (incluindo aristocracia hereditária), agricultores, artesãos e mercadores. É interessante notar a diferença desse sistema com respeito ao sistema de castas indiano, de base religiosa: no Japão, as classes são fundamentadas nas relações oriundas da divisão do trabalho. Ver capítulo 4 de WATANABE 2010.

² Também conhecido como Motoda Eifu.

e visavam ultrapassar a ordem e a filosofia feudais (NAGAHARA 2003, p. 9). Desse grupo podem-se destacar Shigeno Yasutsugu, da província de Satsuma, Kume Kunitake, de Saga, e Hoshino Hisashi, de Echigo. Eles serão os principais responsáveis dentro do governo Meiji pela compilação da história oficial, além de formarem o núcleo que, pelo estudo de métodos da historiografia ocidental, darão início à faculdade de Literatura da então Universidade Imperial (atual Universidade de Tóquio).

O terceiro grupo é o da linha xintoísta, que se posiciona nessa época na direita do mundo acadêmico e político. Esse grupo era formado por estudiosos oriundos de fora da estrutura de governo do antigo xogunato Tokugawa, indivíduos que, em sua maioria, não eram membros das antigas famílias samurai (NAGAHARA 2003, p. 9). Falecido em 1843, antes do início da Restauração Meiji, seu principal representante foi Hirata Atsutane, que teve mais de 500 discípulos, em sua maioria sacerdotes xintoístas e membros de famílias abastadas de agricultores. Com a Restauração, esses acadêmicos aderem ao movimento de defesa do xintoísmo como ideologia de Estado, promovendo a destruição de templos budistas e uma retomada de uma visão tradicional e religiosa da história.

Por último, o quarto grupo é o da história civilizatória ou história de abertura, tendo como expoente máximo Fukuzawa Yukichi. Estudioso de artes e idiomas ocidentais, viajou três vezes à Europa e aos Estados Unidos antes do fim do xogunato, publicando em 1866 o primeiro volume de sua obra *Condições do Ocidente (Seiyō Jijō)*. Em 1875, publica sua *Descrição da teoria da civilização (Bunmeiron no Gairyaku)*, com ideias sobre civilização influenciadas pela obra de François Guizot *Histoire de la civilisation en Europe*, de 1828, e por autores como Alexis de Tocqueville, Herbert Spencer e Henry Buckle (KADOWAKI 1961, p. 171). Além de Fukuzawa, o jovem Taguchi Ukichi publica, entre 1877 e 1882, sua *Pequena história da civilização do Japão (Nihon Kaika Shōshi)*, tornando-se uma das figuras centrais do grupo da história civilizatória. Estes intelectuais serão alguns dos responsáveis pela modernização da ciência historiográfica no Japão (NAGAHARA 2003, p. 9).

Schneider e Tanaka chamam a atenção para a natureza do conflito entre esses grupos. Fukuzawa, Taguchi e outros defendiam uma história universal, com novas ideias ocidentais reinterpretadas pelos japoneses, enquanto grupos conservadores carregavam consigo uma tradição empiricista confucionista que os prendia ao registro de datas e fatos. Essas duas vertentes atuavam em meio a um dilema em função do qual a necessidade de se distanciar do passado para tornar-se moderno e narrar o passado para transformá-lo em parte do moderno requeria de uma configuração mais complexa do que a simples transição do velho para o novo (SCHNEIDER; TANAKA 2011, p. 495). Podemos dizer que, enquanto a tradição historiográfica chinesa demandava a escrita de uma história do passado para legimitar a passagem de poder a uma nova dinastia, os historiadores japoneses viviam um momento de separação do seu presente com o passado. A história foi congelada e rotulada como tradição a fim de libertar o tempo presente das amarras do passado e dar maior abertura às profundas mudanças do país. Dentro desse novo contexto, a história assume, como

afirma Margaret Mehl, um papel político no recém-formado Estado moderno japonês, sendo responsável pela formação de uma identidade nacional e pelo entendimento da elevação do Japão ao seleto grupo de potências do fim do século XIX (MEHL 2003, p. 183).

Disputas ideológicas

Um dos principais palcos do conflito entre essas linhas de pensamento foi a chamada "história oficial" (*Seishi*). Seguindo a tradição chinesa de legitimação do governo por meio de uma história reconhecida pelo Estado, o governo Meiji cria em 1869 o Escritório de Registros Históricos (*Shūshikyoku*). O texto da ordem imperial de criação desse departamento é marcadamente confucionista, declarando como função do Escritório "a correção das relações hierárquicas e o esclarecimento dos limites entre civilização e barbárie".³ Margaret Mehl considera que a opção pela tradição chinesa mostra que o Estado Meiji considerava como seu dever a escrita da história para legitimação do regime, e, enquanto o modelo burocratizado de Estado imperial era tido como ideal para o novo governo, a história oficial era vista como ideal para a historiografia (MEHL 2003, p. 184). Parece-nos que essa opção revela uma necessidade muito maior do Japão de ser visto como legítimo também pelos seus vizinhos para a manutenção das relações exteriores. E são justamente as relações com a China, a Coreia, etc. que vão determinar a opção pela tradição chinesa, reconhecida e legitimada internacionalmente pelo regime imperial chinês, em detrimento de uma total adoção de novos modelos ocidentais, oriundos de países com os quais as relações ainda eram novas e pouco amadurecidas.

122

Em 1870, iniciam-se as atividades do Departamento de Edição de Registros Históricos (*Kiroku Henshū Gakari*),⁴ responsável pela coleção e edição de documentos históricos, seguindo uma cronologia chinesa; esse trabalhou distou muito do que poderia ser caracterizado como historiografia moderna (SCHNEIDER; TANAKA 2011, p. 496). Contudo, durante seus primeiros anos de atividade, o departamento dedica-se à edição dos chamados "Registros da Restauração" (*Fukkoki*), o que demonstra a preocupação e urgência do governo em buscar legitimidade histórica para a predominância novo do regime imperial sobre as antigas formas de organização e soberania do período do xogunato (NAGAHARA 2003, p. 12). Já Margaret Mehl aponta que essa atividade de coleta de documentação teria muito mais a ver com o cenário político daquele momento do que com uma preocupação histórica (MEHL 2003, p. 185). Se analisarmos as primeiras grandes mudanças estruturais da Restauração Meiji, deparamo-nos com a grande reorganização do território japonês de 1871, que acabou com as antigas províncias do período Edo (chamadas de "*han*") e reorganizou a divisão em novas províncias, *ken* e *fu*, subordinadas ao governo central e com menos autonomia do que no modelo anterior. A partir dessa reorganização,

³ Édito Imperial de 3 de maio de 1869, no arquivo do Instituto Historiográfico da Universidade de Tóquio, fundo Documentos Essenciais da Restauração, Vol. 10, fólho 78.

⁴ Este departamento, assim como o Escritório de Registros Históricos, passou por diversas mudanças de nomenclatura e posição dentro da estrutura organizacional do governo Meiji.

cada província dedicou-se a contribuir para a edição de um relatório topográfico sobre seu território, muito mais voltado à edição de informações administrativas do que à compilação histórica. Esse relatório, chamado *Kōkoku Chishi* (Relatório Topográfico do Império), nunca foi publicado, e mais da metade dos cerca de 6.400 volumes de documentos foi perdida durante o terremoto de Tóquio de 1923 (ISHIDA 1966, p. 1-61).

Cinco anos após sua criação, Shigeno Yasutsugu assume o departamento e contrata novos profissionais, chegando a coordenar 80 pessoas na edição de fontes históricas. Nagahara considera esse o ponto de partida para a moderna historiografia japonesa (NAGAHARA 2003, p. 12). Mas, como alertam Schneider e Tanaka, não podemos esquecer que esse processo levou décadas para ser concluído, e considerar esses primeiros anos depois da Restauração Meiji como início da historiografia moderna no Japão seria incorrer em erro (SCHNEIDER; TANAKA 2011, p. 494).

É claro que essas conclusões surgem de noções diferentes do que poderia ser declarado historiografia moderna: algo terminado, a ser reconhecido somente no momento em que reúne um certo grupo de características de método e conceitos, ou como processo no qual a presença dessas características lentamente se faz perceber e fatores mais antigos, herdados da tradição chinesa, podem ser reconhecidos ainda em momentos mais tardios.

Ao analisarmos os participantes desses primeiros passos da formação da historiografia moderna no Japão, podemos averiguar que eles vinham de linhas de pensamento diferentes e até então antagônicas, como visto acima. Mas é a partir das atividades exercidas por esse departamento que o governo escolheria sua visão oficial de história. Por reunir diferentes experiências e carregar a marca da mudança conferida pelo regime Meiji, podemos chamar essa visão de história de “moderna”, especialmente pelo fato de tais historiadores considerarem seu ofício diferente dos métodos e concepções moralistas que a tradição historiográfica chinesa da era do regime Tokugawa defendia.

O trabalho dos historiadores oficiais do governo Meiji enfrentou questões metodológicas desde seu princípio. Nagahara Keiji chama a atenção para quatro problemas básicos. Em primeiro lugar, a função desses profissionais: coletar e editar documentos históricos, como defendido na época por Kawada Tsuyoshi, ou analisar fontes para a escrita da história oficial, tal como defendido por Shigeno Yasutsugu? Em seguida, qual período deveria servir de ponto de partida para o trabalho? Em terceiro lugar, o modelo a ser adotado: edição de crônicas históricas no modelo chinês, ou escrita da história com base no modelo historiográfico europeu? Por fim, a história oficial deveria ser escrita em *kanbun* ou *wabun*, isto é, em chinês clássico ou no idioma japonês? (NAGAHARA 2003, p. 13-14). É importante frisar que o chinês clássico não era visto como um idioma estrangeiro, mas sim como a língua de estudos clássicos, com função semelhante ao latim dentro do mundo intelectual europeu desse período.

Por trás dessa disputa, iniciada com a convivência de Shigeno e Kawada dentro do governo, estava a questão do uso e dos limites da história. Para Kawada, a história não deveria se preocupar em investigar detalhes e trazer

à tona eventos que poderiam ser prejudiciais ao governo ou à hierarquia predominante, submetendo a pesquisa a ideais confucionistas. Shigeno, por outro lado, ia de encontro a essa posição, defendendo um positivismo racional (NAGAHARA 2001, p. 14), ou seja, uma organização do conhecimento histórico com ênfase em fatos e datas do modo como são descritos na documentação histórica. Podemos dizer que a rixa entre os dois representava o debate sobre o abandono de uma visão feudal japonesa da escrita da história em prol de uma historiografia moderna.

Em 1877, ingressa ao departamento Kume Kunitake, historiador da mesma linha de pensamento de Shigeno Yasutsugu que havia acompanhado a embaixada oficial de Iwakura Tomomi aos Estados Unidos e à Europa entre 1871 e 1873⁵ e editado o registro oficial da embaixada (*Beiō Kairan Jikki, Relatórios das visitas à Europa e aos Estados Unidos*). Com a entrada de Kume Kunitake, o grupo de estudiosos revisionistas da filologia Han chinesa torna-se hegemônico na escrita da história oficial. Finalmente, com a saída de Kawada Tsuyoshi, Shigeno dá início aos trabalhos de elaboração da história oficial em 1882.

É definido então que a história oficial (*Seishi*) do governo Meiji seria escrita em chinês clássico e deveria começar, por ordem do imperador, onde terminam as chamadas *Rikkokushi*, ou “Seis histórias nacionais”, que abrangem o começo da história japonesa até o ano de 887. Essas escolhas podem ser entendidas dentro da necessidade de legitimação do novo regime imperial frente a outras nações asiáticas, resultando em um relato com fins oficiais, em detrimento da adoção de métodos modernos de escrita da história. Além disso, elas representam uma continuação dos métodos confucionistas tradicionais de escrita da história, considerando esse trabalho herdeiro das antigas crônicas do estado japonês.

124

Problemas da história oficial

O processo de formação da historiografia moderna começa no Japão com a história oficial, isto é, uma história editada de acordo com os interesses do regime. A decisão de escrever a história a partir das escolhas de seus burocratas logicamente não tem sua origem em um pensamento moderno de historiografia, mas sim na tradição chinesa de escrita da história, voltada à legitimação do novo regime. Apesar disso, Shigeno tem desde o princípio a preocupação em eliminar quaisquer juízos de valor ligados a linhas de pensamento confucionistas clássicos, feudais e hierarquizantes da sociedade (NAGAHARA 2003, p. 16). Neste ponto podemos identificar uma preocupação moderna com a escrita da história por uma tomada de posição crítica em relação ao objeto. Em conferência proferida em 1879, Shigeno reconhece o risco existente de se escrever uma história conveniente ao poder quando se está tão próximo dele (SHIGENO 1991b, p. 213-221).

⁵ O governo Meiji enviou à Europa e aos Estados Unidos uma missão diplomática de mais de 100 membros, incluindo Iwakura Tomomi como embaixador e Ōkubo Toshimichi, Kido Takayoshi, Itō Hirobumi e Yamaguchi Masuka como vice-embaixadores. O grupo partiu de Yokohama e visitou os EUA, a Inglaterra, a França, a Bélgica, a Holanda, a Rússia, a Alemanha, a Prússia, a Dinamarca, a Suécia, a Áustria, a Itália, o Egito, o Ceilão, Cingapura, Saigon, Hong Kong e Xangai, entre outros. O objetivo era renegociar tratados considerados prejudiciais ao Japão firmados com países como os EUA e a Inglaterra e reunir informações sobre tecnologia, cultura, organização militar, etc., para acelerar a modernização do Japão.

Na mesma conferência, Shigeno reconhece na historiografia ocidental uma maior liberdade e franqueza, visto não estar presa a uma escrita cronológica da história e não se preocupar em ocultar fatos incômodos ao governo, além de uma maior capacidade de análise (SHIGENO 1991b, p. 213-221). Entretanto, essa historiografia ocidental a que ele se refere não é exatamente a história das civilizações apreciada por Fukuzawa Yukichi, mas sim obras como *The Satsuma Rebellion: An Episode of Modern Japanese History*, do diplomata inglês Augustus Henry Mounsey, ou, ainda, a *Histoire de l'Église du Japon*, do jesuíta francês Jean Crasset. Enquanto Mounsey pode ser citado como um historiador moderno, tendo sua obra publicada em inglês em 1879, Crasset publicou sua obra em 1689, o que, para nós, mostra que, mesmo para um pesquisador de altíssimo nível como Shigeno, o acesso a obras de história ocidentais era escasso e arbitrário, e mesmo trabalhos como o de Crasset só puderam ser recebidos depois da reabertura do país.

A fim de se aprofundar no método historiográfico ocidental, Shigeno pede o envio de um representante para a Europa (NAGAHARA 2003, p. 17-18). É escolhido então Suematsu Kenchō, que parte para a Inglaterra e a França, onde fica de 1878 a 1886. Sob orientação do húngaro Gustav Zerffi, Suematsu estuda e colige dados sobre a metodologia ocidental. Zerffi escreve então em inglês a obra *História (Shigaku)*, que é traduzida por Suematsu (ZERFFI 1991, p. 260-272; TANAKA et al. 1991, p. 493-494), enviada ao Japão e recebida por Shigeno.⁶ Contudo, o trabalho de Zerffi é mantido inédito e acaba não tendo influência na metodologia historiográfica no Japão. Margaret Mehl cogita que isso teria distanciado métodos ocidentais e reiterado a tradição historiográfica na história japonesa (MEHL 2003, p. 186). De qualquer modo, a pouca influência de Zerffi não precisa ser entendida necessariamente como renovação de valores da tradição historiográfica japonesa. Shigeno foi grande crítico dos métodos tradicionais, chamando-os de "limitados aos indivíduos e ao particular", sem se preocupar com a análise do contexto político, social ou econômico (SHIGENO 1991b, p. 217). Schneider e Tanaka chamam a atenção para o fato de que, durante sua carreira, Shigeno passou a criticar a própria veracidade das fontes, chegando a classificar crônicas históricas como mitos e a duvidar da existência de personagens como Kusunoki Masashige e Kojima Takanori (SCHNEIDER; TANAKA 2011, p. 497).

A história da civilização

Enquanto o grupo liderado por Shigeno Yasutsugu se ocupava da escrita da história oficial, forma-se em 1873 o grupo Meirokusha,⁷ composto por Fukuzawa Yukichi, Mori Arinori, Katō Hiroyuki e outros estudiosos com grande conhecimento de línguas estrangeiras. Incluindo especialistas de vários campos, o objetivo era traduzir e publicar obras acadêmicas do exterior a fim de edificar e divulgar conhecimento no Japão (NAGAHARA 2003, p. 20). Mas é importante

⁶ A tradução original de Suematsu encontra-se no fundo documental "Shigeno Yasutsugu" do Instituto Historiográfico da Universidade de Tóquio.

⁷ O nome do grupo deriva do fato de ter sido fundado no ano 6 da Era Meiji.

ressaltar que, como diz Tanaka, esse interesse por ideais ocidentais não significa que suas ideias fossem liberais, mas sim que esse novo conjunto de paradigmas universais substituíram a China clássica como modelo ideal (TANAKA 1993, p. 36). Enquanto, para outros grupos, a China permanecia como modelo moral idealizado, para Fukuzawa e seu grupo, a história universal seria o modelo de progresso e modernidade, e reler o Japão dentro desse formato era essencial para mudar o país.

Em 1874 é publicada a *Histoire Générale de la Civilisation en Europe*, de Guizot, obra muito influente no pensamento de Fukuzawa e traduzida para o japonês por Nagamine Hideki. Inspirado por Guizot, Mitsuku Rinshō escreve, com base em autores ingleses e franceses, a obra *Nova história do mundo (Bankoku Shinshi)*, publicada entre 1871 e 1876 (NAGAHARA 2003, p. 20).

Obras como *Descrição da teoria da civilização e Condições do Ocidente*, de Fukuzawa Yukichi, ganhavam espaço e mentes. O impressionante número de vendas de *Condições...* (publicado entre 1866 e 1870), calculado em algo entre 150 a 250 mil exemplares, mostra que, antes mesmo do governo iniciar sua política de abertura ao Ocidente, o interesse da população pela cultura ocidental era muito grande.

Esse elevado interesse pelo exterior certamente foi influenciado por fatos marcantes do século XIX, como a Guerra do Ópio, a chegada de navios estrangeiros, a abertura do país, o firmamento de tratados injustos com nações estrangeiras, etc. (TANAKA et al. 1991, p. 510-514). Tudo isso contribuiu para um clima de ameaça que se reverteu, através das elites literárias, em uma visão fechada de história para grupos conservadores e em estímulo para a incorporação do Japão à história universal, para Fukuzawa, Taguchi e outros.

126

Alguns estrangeiros no Japão na época registraram esse “fervor pelo Ocidente” como um aparente “desinteresse” dos japoneses pelo seu próprio passado. O médico alemão Erwin von Bälz registrou em seu diário em 25 de outubro de 1876 que “os japoneses de hoje em dia não querem mais saber de seu passado. [...] Me dizem ‘nós não temos história, nossa história vai começar agora!’” (SATŌ et al. 2008, p. 391). Esse pensamento representa aquilo que podemos chamar de “congelamento” do passado como tradição, visando libertar o presente do peso de sua história e permitir mudanças estruturais profundas na sociedade, como, por exemplo, a da promulgação da constituição Meiji em 1889.

Para os historiadores da civilização, a questão era mais do que desinteresse pelo que fosse japonês e absorção cega do que fosse estrangeiro. O objetivo desses intelectuais era rever a história do Japão como nação dentro do mundo e avaliar as possibilidades dessa mesma nação de estudar e se aproximar de países considerados mais avançados como os Estados Unidos e os países europeus. Podemos dizer que essa questão fez com que a visão de história na primeira metade da Era Meiji fosse ao mesmo tempo universalista e progressivista.

Fukuzawa Yukichi define em sua *Descrição da teoria da civilização* a evolução da civilização como concretização do eixo motor da história. Para ele, a libertação psicológica dos homens das travas sociais, a liberdade de ofício

para os indivíduos e a ampliação das liberdades pessoais possibilitam o processo civilizatório. Analisando a história, Fukuzawa vê a sociedade como parte de um processo em três estágios: barbárie, semicivilização e civilização (TANAKA et al. 1991, p. 494; FUKUZAWA 1875, Seção 1 cap. 2 e Seção 3 cap. 6). Na sua visão, a Era Edo representa o período de semicivilização, e as sociedades avançadas do Ocidente, o estágio da civilização. A história da civilização defendida por Fukuzawa não é a história de apenas um país, mas sim uma teoria geral de características e leis universais da evolução que ultrapassam fronteiras. Segundo Tanaka, muitos, incluindo Fukuzawa, acreditavam no fim das guerras como ponto máximo a ser buscado pelas civilizações. A evolução histórica por meio de revoluções resultaria no fim de todos os conflitos e na libertação intelectual do espírito humano. E o Japão teria papel fundamental nesse processo civilizatório na Ásia (TANAKA et al. 1991, p. 489-490). O cenário de desmonte da estrutura do xogunato Tokugawa e a construção do Estado moderno Meiji parecem ter facilitado a aceitação pelos intelectuais da época dessa proposta de evolução histórica e universalidade da civilização.

Apesar de não ser considerado um historiador, Fukuzawa Yukichi é responsável por formular no Japão a análise da história por esse viés evolutivo. Como alertam Schneider e Tanaka, sua obra *Descrição da teoria da civilização* trata-se muito mais de um argumento que incorpora o arquipélago japonês à marcha do progresso da civilização do que de um livro de história propriamente dito (SCHNEIDER; TANAKA 2011, p. 495). A Fukuzawa se deve ainda a visão que atribuiu características feudais à Era Edo e igualou a Era Meiji à modernidade, além da qualificação no Japão da evolução da história da civilização como algo geral da história humana, universal e regular (NAGAHARA 2003, p. 22).

Como mencionado anteriormente, tão importante quanto Fukuzawa Yukichi nesse período é a obra de Taguchi Ukichi. Taguchi começa sua carreira de historiador do movimento de história da civilização com sua *Pequena história da civilização do Japão*, publicada em 1877, e seguida no ano seguinte por sua obra mais conhecida, *Estudo de comércio livre e economia do Japão (Jiyū Kōeki Nihon Keizai Ron)*. Além de suas teses, Taguchi funda duas revistas, a *Revista de economia de Tóquio (Tōkyō Keizai Zasshi)* e a *Oceano de história (Shikai)*, ambas ainda editadas hoje. Por fim, ele também foi o responsável no fim de sua vida pela edição e publicação da coleção *Panorama de história nacional (Kokushi Taikei)*, que apresenta documentos fundamentais ao estudo da história japonesa, acrescidos de comentários e explicações.

O grande mérito da obra de Taguchi é que, baseado nos exemplos de Guizot e de outros autores estrangeiros, ele conseguiu estabelecer um fio condutor da história japonesa desde a Antiguidade até a Era Meiji. Os métodos de pesquisa histórica, iniciados na Era Edo, resumiam-se a reinterpretações de textos clássicos e catalogação precisa de eventos e personalidades. Taguchi supera essa visão e identifica no desenvolvimento econômico o grau de civilização de cada época. Como diz Nagahara, nesse ponto ele difere grandemente de Fukuzawa, que considerava o nível de conhecimento humano o parâmetro do grau de civilização (NAGAHARA 2003, p. 24-25).

Chamado de “o Adam Smith japonês”, Taguchi define a história como a evolução da habilidade do homem em obter riquezas, redefinindo assim a visão que se tinha de épocas consideradas sombrias da história japonesa, como o período das duas Cortes Norte e Sul no século XIV e o período de guerra civil do século XV ao final do XVI. Para Taguchi, a força motriz da história encontra-se no desejo de autopreservação humana, na luta por “proteger a vida e evitar a morte” (*Sei wo tamochi Shi wo saken*) (TAGUCHI 1877-1882, cap. 11). Para vencer, as pessoas põem em prática o conhecimento e, como resultado, as mudanças registradas na forma de acumulação de riquezas se refletem no estado psicológico pessoal. Logo, a história é a história da evolução da sociedade, e esta pode ser compreendida por uma visão e uma teoria, ambas regulares e universais. Entre as linhas de pensamento historiográfico que podem ser identificadas neste período, podemos destacar o campo inaugurado por Taguchi pela capacidade analítica e universalizante de conceitos para toda a história do Japão.

As propostas de Taguchi influenciam, junto com as ideias de Fukuzawa, o ramo hegemônico das ciências históricas no Japão. Desde então, perde força a escola positivista academicista de Shigeno Yasutsugu, e, ao se analisar todo o período de formação das ciências históricas no Japão, é possível perceber que as propostas de Taguchi e Fukuzawa tiveram um profundo e permanente impacto na teoria e na metodologia histórica do país.

128 Ludwig Riess e Kume Kunitake

Shigeno Yasutsugu e seu grupo de historiadores do governo enfrentavam dificuldades cada vez maiores (NAGAHARA 2003, p. 32-33). O regime Meiji passou a ver como retrógradas as escolhas feitas pelo grupo, refletindo modelos chineses que não condiziam com o projeto de aproximação do Japão às nações desenvolvidas e iam na contramão da objetificação da China e do Oriente como um passado idílico a ser superado. Em 1885, o departamento de registros históricos é fechado, e suas incumbências são repassadas à recém-criada Universidade Imperial (atual Universidade de Tóquio).

Herdeira da Escola Kaisei de Tóquio, a universidade era composta por cinco faculdades: Direito, Medicina, Engenharia, Literatura e Ciências. Para completar os quadros de professores e atualizar o ensino superior no país, o governo convida estrangeiros para lecionar na universidade. Entre eles está Ludwig Riess, alemão formado pela Universidade de Berlim e discípulo de Leopold von Ranke.

Riess chega ao Japão em 1887 incumbido de ensinar na Universidade Imperial métodos ocidentais de historiografia, como o uso de fontes primárias, a ênfase na história narrativa e a busca por uma história neutra, isenta de juízos de valor. Durante seus 15 anos no país, ele ensinou ainda na Universidade Keiō disciplinas como História de Taiwan, História da Europa moderna, História alemã, Revolução Francesa, etc. Riess também foi um dos primeiros a apresentar à academia japonesa fontes ocidentais relacionadas à história do Japão, existentes em arquivos de Haia, Londres e Roma (NAGAHARA 2003, p. 33; KANAI 1976, p. 149-163).

Ainda em 1887, é fundado na Universidade Imperial o Departamento de Ciências Históricas (*Shigakuka*), focado no estudo da história ocidental. No ano seguinte, a universidade assume as funções do departamento oficial de história, trazendo para o quadro de professores da universidade os profissionais que trabalhavam na elaboração da história oficial junto com Shigeno Yasutsugu. Como resultado, em 1889 é inaugurado, dentro da faculdade de Literatura, o primeiro Departamento de História Nacional (*Kokushika*), sendo esse um dos marcos na história da historiografia japonesa (NAGAHARA 2003, p. 33). Podemos considerar esse o momento a partir do qual métodos de historiografia ocidental são aplicados diretamente às fontes da história japonesa, da mesma forma que eram aplicados a países do Ocidente. Para Schneider e Tanaka, o trabalho do historiador no Japão passou a ser cuidadoso; de metodologia mecânica, análise e conexão de dados do passado, para a construção de uma narrativa geral (SCHNEIDER; TANAKA 2011, p. 499).

Contudo, Mehl argumenta que essa aplicação de métodos ocidentais era aparente. Questionando a influência de Riess e da historiografia alemã, ela chama a atenção para o perigo da supervalorização de tal influência, o que levaria o leitor a ignorar a tradição historiográfica japonesa, que já contava com elementos de crítica textual e escrita de narrativas muito antes da chegada de Riess (MEHL 2003, p. 183). Podemos dizer que a tradição historiográfica chinesa, por sua vez, teve uma influência muito maior e que a modernização dos métodos de escrita da história do Japão, ainda que impulsionada e influenciada pela chegada dos métodos ocidentais, deu-se a partir da modificação da metodologia já em prática no país.

No mesmo ano da inauguração do Departamento de História Nacional, Riess orienta o grupo fundador da primeira Associação de História do Japão (*Shigakkai*), e Shigeno Yasutsugu é escolhido como primeiro presidente. Tal associação apressa-se a lançar, ainda em 1889, a *Revista da Associação de História (Shigakkai Zasshi)* (NAGAHARA 2003, p. 34).

Na primeira reunião da Associação, Shigeno palestra para cerca de 200 novos membros. Ciente de como a pesquisa histórica pode sofrer com a política, a preocupação principal do discurso de Shigeno é a imparcialidade na escrita da história: "O historiador deve ter a mais imparcial das mentes, deve sempre se preocupar com seus preconceitos e opiniões" (SHIGENO 1991a, p. 273-274).⁸ Podemos dizer que a formação de Shigeno no confucionismo revisado, de forte crítica textual dos clássicos chineses, levou-o a uma aproximação por semelhança com a historiografia ocidental ao longo de sua carreira.

Outra figura central do período é Kume Kunitake. Desde os primeiros números da *Revista da Associação de História*, Kume publica textos provocadores, com o objetivo de forçar definitivamente o fim de uma ideologia feudal-confucionista a favor da modernidade.

Entre seus textos, o mais polêmico certamente foi "O xintoísmo é um rito antigo" (*Shintō ha saiten no kozoku*), publicado em 1891. Esta tese foi

⁸ No original: Rekishika ha mottomo kokoro wo kōhei ni shite, henken shii wo kaisezaru wo tsutomubeshi.

a primeira a apresentar o xintoísmo em uma visão objetiva, como objeto histórico, retratando-o como religião e criticando a atuação da extrema direita da academia e do governo que o defendiam como ideologia de Estado. Ao classificar o xintoísmo como culto antigo, comum a todos os povos, Kume exime o caso japonês de qualquer característica que o torne especial em relação a outras nações, atacando o núcleo sobre o qual se fundamentava todo o ideário estatal do regime (KUME 1991, p. 445-466).

O objetivo de Kume era compreender a religião japonesa como fenômeno dentro do contexto histórico do Leste Asiático, contextualizando o xintoísmo, esvaziando-o de sentido mítico. Seu impacto na época foi tão grande que atraiu a atenção de Taguchi Ukichi, que fez questão de republicar o texto em sua revista, *Oceano de história*, em janeiro de 1892 (KUME 1991, p. 445-446). O governo não pode se manter calado e afasta Kume Kunitake da Universidade Imperial, ordena o recolhimento das revistas e, em 1893, afasta da universidade Shigeno Yasutsugu e outros do mesmo grupo. O episódio colocou em questão a ligação das ciências históricas com a ideia japonesa de nação (Kokutai) e pôs em dúvida a liberdade acadêmica no Japão em um período de acirramento da ideologia xintoísta e repressão por parte do governo Meiji a vozes contrárias (TANAKA et al. 1991, p. 550-554; NAGAHARA 2003, p. 36-38).

Reorganização do campo da história

130

Toma então força uma vertente xintoísta nacionalista, justo no momento em que se estrutura o ensino escolar de história. Quanto aos ex-membros da Universidade Imperial, Shigeno Yasutsugu se aposenta, enquanto Kume Kunitake acaba sendo integrado ao quadro de professores da então Escola Profissionalizante de Tóquio (atual Universidade Waseda).

A vertente positivista da história japonesa acaba enfraquecida e, posteriormente, une-se aos historiadores da civilização do grupo de Fukuzawa Yukichi. Passam a defender a liberdade acadêmica em relação ao poder político, e, apesar de terem representado a principal escola historiográfica do século XIX no Japão, o incidente com o texto de Kume enfraquece politicamente o grupo. Assume então o comando da Universidade Imperial e do renovado Instituto Historiográfico (*Shiryō Hensan Gakari*, atual *Shiryō Hensan-jo*) um grupo de historiadores ligados ao Ministério da Educação e de forte tendência xintoísta nacionalista (NAGAHARA 2003, p. 40-42). Esse grupo está muito mais ligado à corrente da literatura nacional (*kokubungaku*) que, segundo Schneider e Tanaka, apostava na exatidão dos fatos e na relação causal entre eles a fim de lançar luz sobre o curso da nação (SCHNEIDER; TANAKA 2011, p. 500).

O governo encarrega esse novo grupo de coletar e editar fontes históricas, deixando a descrição e a narrativa histórica ao trabalho individual. Segundo Nagahara, o projeto consiste na publicação de todos os cerca de 130 mil documentos coligidos desde o início das atividades do Departamento de Registros Históricos do governo Meiji (NAGAHARA 2003, p. 40-41). Começa então em 1901 a publicação das coleções *Documentos do Japão* (*Dai Nihon Shiryō*), com foco em fontes ligadas à administração pública, e *Documentos paleográficos*

do Japão (*Dai Nihon Komonjo*), ambas compostas por séries de acordo com seu período histórico. As duas coleções continuam sendo publicadas até hoje. A coleção *Documentos do Japão*, apesar de centrada em assuntos políticos e diplomáticos, inclui ao final de cada ano publicado uma série de documentos avulsos, verdadeira miscelânea documental relativa à economia, sociedade e vida cotidiana.

A publicação de fontes editadas certamente foi inspirada pela série alemã *Monumenta Germaniae Historica*. Mas a iniciativa de publicar documentos históricos não era novidade no Japão. Durante o período Edo séries semelhantes foram editadas, como as coleções *Gunsho Ruijū* (*Compilação de escritos*) e *Shoku Gunsho Ruijū* (*Segunda compilação de escritos*). As novas publicações do século XIX e começo do século XX possuem vários pontos em comum com os métodos de edição utilizados nessas séries mais antigas. Por exemplo, o tema (história política) e documentos que possuem falas do imperador têm seu sujeito abreviado. Margaret Mehl afirma que os motivos por trás da iniciativa podem ser os mesmos da MGH (legitimação de um Estado recém-formado), mas os métodos aplicados são fortemente tradicionais (MEHL 2003, p. 192).

Nas últimas décadas do século XIX, o Japão passa por uma mudança ideológica, abandonando o clima de aprendizado de métodos e aspectos da cultura ocidental em prol do nacionalismo. A guerra sino-japonesa, de 1894 a 1895, e mais tarde a guerra russo-japonesa, de 1904 a 1905, aceleram o crescimento econômico, e as vitórias nos conflitos alimentam ideias de superioridade racial. Podemos dizer que, em meio a esse contexto, o Japão se separa ideologicamente da Ásia e, por consequência, da China, seu grande modelo ideal. Nagahara nos conta que o historiador Naka Michiyo defende nesse momento a criação de um campo específico para a história oriental (*Tōyōshi*). Em 1904, é criado na Universidade Imperial de Tóquio⁹ o Departamento de História Chinesa (*Shina Shigaku*), renomeado em 1910 Departamento de História Oriental (*Tōyō Shigaku*), abarcando não apenas a história da China mas também de toda a Ásia (NAGAHARA 2003, p. 43). Segundo Tanaka, outro influente pensador do começo da história oriental foi Shiratori Kurakichi, um dos responsáveis pela passagem da crítica de textos clássicos chineses para a formulação de uma narrativa histórica (SCHNEIDER; TANAKA 2011, p. 502; TANAKA 1993, p. 24-26). Nesse momento, a cultura e a história da Ásia são vistas como uma continuação do Japão, e é a partir desse ponto de vista que se constrói um pan-asianismo dentro da academia japonesa.

É interessante notar que essa ideia de Oriente não inclui o Japão. Formam-se neste período dois "outros": a Europa, que representa o outro com o qual o país se compara, e o Oriente, personificado pela figura da China clássica e transformado em um tempo e um espaço idealizados dos quais o Japão teria se originado. Essa China se separa ainda da China real, especialmente depois da derrota da dinastia Qing na guerra sino-japonesa. Para Stefan Tanaka, alguns historiadores japoneses desse período, como Okakura Tenshin e Shiratori Kurakichi, usaram

⁹ Assim renomeada em 1897 com a criação da Universidade Imperial de Kyoto (Kyōto Teikoku Daigaku).

a história para criar uma “supraclasse, um caráter eterno” tipicamente asiático ou oriental ao qual se deveria retornar em contraposição à cultura ocidental. Tal passado “gentil, de moral ética, harmonia e comunalismo” lembra em muitos aspectos a historiografia romântica europeia dos séculos XVIII e XIX, ao mesmo tempo em que serve de medida para avaliar o desenvolvimento da sociedade japonesa (TANAKA 1993, p. 11-13, 23). É possível traçar um paralelo entre esse Oriente construído pelos japoneses do fim do século XIX e o Oriente dos orientistas europeus descrito por Edward Said, no sentido de que tanto o Japão quanto a Europa estavam conectados por razões históricas a esse passado, mas, como lembram Schneider e Tanaka, sempre à frente no desenvolvimento civilizacional (SCHNEIDER; TANAKA 2011, p. 502).

O surgimento da história oriental faz com que temas antes ignorados pelos pesquisadores japoneses, como a história chinesa ou a história coreana, sejam pela primeira vez abordados segundo métodos modernos de historiografia (NAGAHARA 2003, p. 43-45). Não se pode negar, entretanto, que tal divisão entre história japonesa e história oriental contribuiu para a ideia de afastamento do Japão em relação à Ásia, o que dificulta ainda hoje a melhor compreensão de temas de história japonesa dentro de um contexto mais amplo.

A especialização da história

Com a crescente militarização do Japão, o país tornou-se uma potência imperialista. O ideal de Fukuzawa Yukichi, de abertura e civilização, foi gradualmente abandonado em prol do objetivo do governo de tornar o país uma das grandes potências mundiais da época. E a história não podia mais se limitar à política, sendo necessário abarcar outros ramos como economia, sociedade e cultura para compreender essa nova posição do Japão no mundo. Esta nova geração de historiadores, composta por jovens nascidos sob o regime imperial, sentia necessidade de investigar da ótica da história social, econômica e do direito temas como a revolução industrial japonesa e o acelerado crescimento econômico do país.

Em 1902, Riess deixa o Japão. Para Nagahara Keiji, sua partida marca o fim do período de hegemonia do pensamento positivista academicista e abre espaço para críticas pela nova geração de historiadores. As novas pesquisas partem para uma comparação da sociedade e do sistema legal com os países europeus e os Estados Unidos, buscando definir assim as características que permitiriam ao Japão se desenvolver dentro do modelo apresentado por esses países. Podem ser citados como representantes dessa geração Hara Katsurō, Uchida Ginzō, Fukuda Tokuzō, entre outros (NAGAHARA 2003, p. 43-45).

Uma das marcas dessa nova geração, não somente na história oriental, mas nas ciências históricas em geral, é a mudança de posição em relação à China. Enquanto pensadores do começo da Era Meiji viam a China como a cultura-mãe do Japão, influenciados pelo confucionismo, a nova geração, identificada com ideais imperialistas ocidentais, abordava a China dentro da história oriental como o próximo passo da expansão territorial. Para Nagahara, a pesquisa histórica assume como meta preparar e abastecer a classe intelectual

de conhecimentos sobre a história chinesa e criar espaço para a anexação (NAGAHARA 2003, p. 53-54).

Outros historiadores seguiam o ideal de Fukuzawa Yukichi de “distanciamento da Ásia e aproximação com a Europa” (*Datsua Nyūō*). Para eles, a China encontrava-se presa a um modelo asiático que impediria qualquer evolução histórica, o que colocava o Japão em uma posição essencialmente antagônica e mais próxima da Europa (TANAKA 1993, p. 37-38). Tal interpretação alimentou e se alimentava do nacionalismo e da visão da Coreia e da China como inferiores, aprofundando uma visão nacionalista, farisaica e autoindulgente da história, presente na historiografia japonesa do começo do século XX.

Destacou-se nesse período o historiador Hara Katsurō. Formado no Departamento de História Ocidental da Universidade Imperial de Tóquio, após dois anos de intercâmbio nos Estados Unidos, na Inglaterra e na França, volta ao Japão e torna-se professor na Universidade Imperial de Kyoto. Autor de obras de história ocidental, é sua pesquisa sobre o período Kamakura, representada pela obra *História do Japão medieval (Nihon Chūsei Shi)* que causa maior impacto. Nagahara conta que, para Hara, a contribuição chinesa para a cultura japonesa era superestimada, e foi na Era Kamakura que os japoneses obtiveram autoconsciência de sua cultura, sendo um período de revolução cultural no país e o primeiro grande passo evolutivo da história do Japão (NAGAHARA 2003, p. 48-49).

Essa visão era baseada na história alemã, herdeira do Império Romano e que se descobriu verdadeiramente alemã durante a Idade Média. Retirando daí leis universais de evolução histórica, Hara transplanta para a história japonesa esse processo, descobrindo na Era Kamakura o momento de surgimento de uma cultura verdadeiramente japonesa. Ao contrário da visão da história da civilização de Fukuzawa Yukichi, que ansiava por absorver o que havia de benéfico na Europa e nos Estados Unidos para se concretizar o processo civilizatório japonês, Hara Katsurō reinterpreta a história do Japão para colocar o país no mesmo nível das outras potências (NAGAHARA 2003, p. 47-51).

Conclusão

A historiografia moderna do Japão nasceu em meio às mudanças da Restauração Meiji. Com disputas ideológicas entre aqueles que formariam o futuro mundo acadêmico japonês, a moderna escrita da história deu seus primeiros passos como história oficial sob o mecenato do regime. Paralelamente, temos pensadores como Fukuzawa Yukichi e Taguchi Ukichi formulando a história japonesa das civilizações, fundada na evolução do espírito humano como objetivo final da história e símbolo de libertação absoluta de todos os povos, e o surgimento da história oriental, que aproximava o Japão de um passado idealizado pan-asiático ao mesmo tempo em que defendia a superioridade do país em relação ao resto do continente.

Apesar da influência da metodologia ocidental, essa recepção teve como pano de fundo as tradições historiográficas chinesas, presentes desde o período Edo. As releituras japonesas formularam linhas fortemente marcadas especialmente pelo confucionismo, fosse por defesa ou negação dessa tradição.

É interessante notar que obras de pesquisadores como Shigeno Yasutsugu e Kume Kunitake carregam um elevado nível de autocrítica e insatisfação diante das limitações impostas por tal pensamento.

A formação das ciências históricas no Japão coincide com o seu desenvolvimento no Ocidente, assim como o Japão se transforma em Estado moderno ao mesmo tempo que a Alemanha e a Itália. E, tal como em outras áreas do conhecimento, o intercâmbio de especialistas, tanto estrangeiros atuantes no Japão, como japoneses estudando no exterior, parece ter sido fundamental para a transmissão de métodos e ideias.

É inegável que, nesse processo de introdução de métodos científicos europeus, as leituras da história surgidas no Japão carregam em si um alto nível de originalidade. A releitura de historiadores ocidentais foi muito além da simples adaptação de autores estrangeiros por estudiosos japoneses. Essas reflexões podem ser percebidas nas obras de Fukuzawa Yukichi, Taguchi Ukichi, Shigeno Yasutsugu, Kume Kunitake, Naka Michiyo, etc. A presença de linhas de pensamento diferentes das existentes na Europa durante o século XIX parece ter levado a um conflito de ideias e a uma reflexão aprofundada, e a comparação de autores desse momento oferece um rico campo para futuras pesquisas e reflexões no campo da história da historiografia.

Referências bibliográficas

134

- CHAN, Wing-tsit. **A Sourcebook of Chinese Philosophy**. Princeton: Princeton University Press, 1963.
- FUKUZAWA, Yukichi. **Bunmeiron no Gairyaku** (Descrição da teoria da civilização). Tóquio: [s. ed.], 1875. 6v.
- GORDON, Andrew. **A modern history of Japan: from Tokugawa times to the present**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2003.
- HYŌDŌ, Hiromi. Rekishi ni okeru "Kindai" no Seiritsu: Bungaku to Rekishi no Aida (A formação do "moderno" na pesquisa histórica: entre a Literatura e a História). **Seijō Kokubungaku Ronshū** (Revista de Teses de Literatura Nacional Seijō), Tóquio, Vol. 25, p. 255-280, 1997. Disponível em: <http://www.seijo.ac.jp/graduate/gslit/orig/journal/Japanese/pdf/sbun-25-08.pdf>. Acesso em: 13 de junho de 2011.
- ISHIDA, Ryūjirō. Kōkoku Chishi no Hensan: sono keii to shisō (A edição do Relatório Topográfico do Império: seu processo e pensamento). **Hitotsubashi Daigaku Kenkyū Nenpō, Shakaigaku Kenkyū**, Tóquio, Vol. 8, p. 1-61, 1966.
- KADOWAKI, Teiji. Kangaku Akademizumu no Seiritsu (A formação do academismo governamental). In: REKISHIGAKU Kenkyūkai; NIHONSHI Kenkyūkai (eds.). **Nihon Rekishi Kōza 8** (História do Japão volume 8). Tóquio: Tóquio Daigaku Shuppankai, 1961.

- KANAI, Madoka. **Oyatoi Gaikokujin 17**: Jinbungaku (Estrangeiros contratados Vol. 17 - Ciências humanas). Tóquio: Kashima Shuppankai, 1976.
- KUME, Kunitake. Shintō ha Saiten no Kozoku ("O xintoísmo é um rito antigo"). In: TANAKA, Akira; MIYACHI, Masato (eds.). **Rekishi Ninshiki** (A consciência histórica). Tóquio: Iwanami Shoten, 1991.
- MEHL, Margaret. **History and the State in Nineteenth-Century Japan**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 1998.
- _____. Meiji Shigaku ni okeru Doitsu no Eikyō: Dore hodo Igi aru Eikyō datta no ka? (A influência alemã na historiografia da era Meiji: quão importante foi esta influência?). In: TŌKYŌ, Daigaku Shiryō Hensan Jo (ed.). **Rekishigaku to Shiryō Kenkyū** (A pesquisa histórica e de fontes). Tóquio: Yamakawa Shuppansha, 2003.
- NAGAHARA, Keiji. **20 Seiki Nihon no Rekishigaku** (A historiografia do Japão no século XX). Tóquio: Yoshikawa Kōbunkan, 2003.
- NIHON REKISHI GAKKAI (ed.). **Nihonshi Kenkyūsha Jiten** (Dicionário de historiadores Japoneses). Tóquio: Yoshikawa Kōbunkan, 1999.
- NUMATA, Satoshi; MOTODA, Takehiko. **Motoda Nagazane Kankei Monjo** (Documentos sobre Motoda Nagazane). Tóquio: Yamakawa Shuppansha, 1985.
- SATŌ, Shinobu et al. **Shōsetsu Nihonshi Kenkyū** (Estudos detalhados de pesquisa em história japonesa). Tóquio: Yamakawa Shuppansha, 2008.
- SCHNEIDER, Axel; TANAKA, Stefan. The Transformation of History in China and Japan. In: MACINTYRE, Stuart et al. **The Oxford History of Historical Writing**. Volume 4 (1800-1945). Londres: Oxford University Press, 2011.
- SHIGENO, Yasutsugu (aut.); SAPPAN, Shi Kenkyūkai (ed.). **Shigeno Hakase Shigaku Ronbunshū** (Coletânea de teses de história do doutor Shigeno). Tóquio: Yūzankaku, 1938-1939.
- SHIGENO, Yasutsugu. Shigaku ni Jūji suru mono ha shikōshihei narazarubekarazu (Aquele que segue a ciência histórica deve ser justo). In: TANAKA, Akira; MIYACHI, Masato (eds.). **Rekishi Ninshiki** (A consciência histórica). Tóquio: Iwanami Shoten, 1991a . Discurso proferido em 1º de novembro de 1889.
- _____. Kokushi Hensan no Hōhō wo Ronzu (Tese sobre métodos de edição da história nacional). In: TANAKA, Akira; MIYACHI, Masato (eds.). **Rekishi Ninshiki** (A consciência histórica). Tóquio: Iwanami Shoten, 1991b.
- TAGUCHI Ukichi. **Nihon Kaika Shōshi** (Pequena história da civilização do Japão). Tóquio: Kōdansha Gakujutsu Bunko, 1981.
- TANAKA, Akira; MIYACHI, Masato (eds.). **Rekishi Ninshiki** (A consciência histórica). Tóquio: Iwanami Shoten, 1991.
- TANAKA, Stefan. **Japan's Orient – Rendering Pasts into History**. Berkeley, Los Angeles e Londres: University of California Press, 1993.

WATANABE, Hiroshi. **Nihon Seishi Shisō Shi** (História do pensamento político no Japão). Tóquio: University of Tóquio Press, 2010.

ZERFFI, Gustav. Shigaku (História). In: TANAKA, Akira; MIYACHI, Masato (eds.). **Rekishi Ninshiki** (A consciência histórica). Tóquio: Iwanami Shoten, 1991.

El modelo figural para una historia de la historiografía de la ciencia

The Figural Model for a History of Science Historiography

María Martini

mariadelosangelesmartini@gmail.com

Profesora asociada

Universidad de Buenos Aires

Calle Pasteur, 784, 2°- C - CABA

1028 - Buenos Aires

Argentina

Resumen

El análisis de los vínculos entre diferentes textos de historia de la ciencia supone construir o asumir un concepto de historia de la historiografía de la ciencia. Hayden White ha señalado que el modelo figural propuesto por Erich Auerbach para la historia literaria constituye un paradigma de conexiones entre sucesivos intentos de representación. Ese esquema despliega una estructura de trama en la que se crean vínculos por medio de actos performativos de señalamiento desde el presente hacia el pasado, constituyendo a un mismo tiempo los acontecimientos anteriores como figuras y los presentes, como su consumación. El propósito de este artículo es construir una historia fragmentaria de la historiografía de la ciencia a partir del modelo figural. En ese sentido, interpreto un conjunto de escritos historiográficos de Steven Shapin como consumación de una serie de mediaciones figura-cumplimiento que se conformaron en torno al origen de la ciencia moderna en la Inglaterra del siglo XVII.

137

Palabras clave

Historia de la historiografía; Historia de la ciencia; Tradición.

Abstract

The analysis of the linkages between different texts on history of science entails formulating, or employing, a concept of history of science historiography. Hayden White holds that the figural model for literary history, proposed by Erich Auerbach, constitutes a paradigm of relationships between successive attempts of representation. This scheme displays a plot structure in which linkages are created through performative acts that point from the present to the past, and, at the same time, establish the earlier events as figures and the present events as their fulfillment. The purpose of this article is to elaborate a fragmentary history of science historiography by making use of the figural model. In this sense, I examine a set of historiographic writings by Steven Shapin as the fulfillment of a series of figure-fulfillment mediations shaped around the origin of modern science in seventeenth-century England.

Keywords

History of historiography; History of science; Tradition.

Recibido el: 15/2/2013

Aprobado el: 15/7/2013

Los trabajos historiográficos de Steven Shapin exhiben un reordenamiento y una reelaboración de los límites diseñados por los enfoques disciplinares en el marco del debate historiográfico internismo/externismo así como también en las distintas perspectivas de la sociología del conocimiento científico. Shapin crea movimientos de rupturas en busca de los recursos metodológicos que le permitan disolver los compromisos cristalizados en los diferentes espacios disciplinares. Toma aspectos parciales de las tesis de otros autores y los “desengancha” para emplearlos de una manera inesperada en la resolución de problemas, los resignifica en un proceso que pone en marcha la aprehensión distintivamente histórica de los eventos. De ahí que considerar la obra de Shapin tomando como presupuesto que constituye la base de puesta a prueba de los principios teóricos del Programa Fuerte de la sociología del conocimiento científico obstaculiza, no solo la comprensión de su obra, sino que obliga a comprometerse con un concepto de historia de la ciencia que parece reducirla a un mero auxiliar de las otras disciplinas metacientíficas: la filosofía y la sociología de la ciencia.

En el presente trabajo abordo la obra de Shapin dedicada a la ciencia en la Inglaterra del siglo XVII para examinarla en relación con un conjunto de trabajos históricos consagrados a tender los vínculos entre los orígenes de la ciencia moderna inglesa y la religión. El problema del que parto es el de cómo conceptualizar la relación que un texto histórico específico establece con otros proclamando la pertenencia a un estilo o perspectiva historiográfica, bajo qué criterio enlazar esas producciones historiográficas sucesivas y diferentes. Si bien la tarea que me propongo es construir un fragmento de la historia de la historiografía de la ciencia y no una historia completa, ella envuelve, no obstante, la producción o apropiación de un concepto de historia de la historiografía de la ciencia. El esquema que me propongo aplicar es el modelo figural, que Hayden White (2010) retoma de la propuesta realizada por Erich Auerbach en su intento de producir un concepto de historia literaria. De acuerdo con la interpretación de White, Auerbach construye un modelo explicativo para dar cuenta de la constitución de una tradición literaria como una relación genealógica de sucesivas expropiaciones. Me propongo resaltar el valor cognitivo del señalamiento de las relaciones genealógicas diseñadas desde la misma obra shapiniana para la comprensión de la novedad y la continuidad que exhibe.

138

La causalidad figural y la formación del canon historiográfico

Una parte importante de los historiadores y sociólogos de la ciencia a los que se aproxima Shapin examinaron las relaciones entre ciencia y religión en la Inglaterra del siglo XVII. Sus obras constituyen un conjunto de trabajos que van moldeando distintas formas de configurar un estilo contextualista.

Si asumimos la tesis whiteana de la naturaleza figurativa de los modos diferentes de construir los campos históricos y de las maneras diversas en que pueden ser conceptualizadas las relaciones entre los fenómenos de tales campos y sus contextos, podemos admitir que esas nuevas construcciones contextualistas conquistaron sus efectos explicativos específicos, al igual que las explicaciones contextualistas del siglo XIX, por medio del modo figurativo de la ironía. La

estrategia contextualista presentó descripciones de los campos históricos de tal modo que un evento, agente o institución es representado como opuesto a su entorno inmediato. El trabajo contextualista opera sobre la entidad en cuestión inicialmente descrita como aparentemente extraña y, en consecuencia, incomprensible como típica de su entorno. El análisis asume una redescrición simultánea del entorno y de la entidad que se explicará. Lo que es originalmente descrito en un metalenguaje es progresivamente redescrito en otro para crear un cambio de cualidades y texturas entre la entidad que se explica y el entorno. El entorno se transforma en un contexto identificable y lo mismo ocurre con la entidad, que es diferenciada de otras entidades similares, convirtiéndosela en una expresión del contexto compartido por todas ellas (WHITE 1999, p. 53).

Las versiones históricas que abordo comparten muchos de los rasgos de esa caracterización de la estrategia contextualista; sin embargo, no parece suficiente tomar en consideración el modo de tramar y el modo de argumentación de esas obras para interpretar cómo se constituye por medio del relato shapiniano el armado de su ascendencia. Diversas obras historiográficas podrían analizarse formalmente de acuerdo con las categorías analíticas de White y ser declaradas como contextualistas, pero no constituirían por ello un precedente o referente para Shapin.

Considero que el concepto de causalidad figural¹ propuesto por Hayden White constituye una herramienta de análisis fructífera para clarificar el proceso de constitución de una perspectiva, tradición o, de modo más general, de líneas interpretativas historiográficas. Sostengo además que la interpretación whiteana de la causalidad figural es compatible con la concepción de los actos de habla de John Austin, de modo que es posible comprender el establecimiento de un vínculo figural entre distintos textos historiográficos como un acto performativo realizado en el relato mismo de quien se asume como "descendiente" o de quien pretende historiar posiciones historiográficas diversas.

Como es bien sabido, John Austin llama "performativas" a ciertas expresiones para indicar "que emitir la expresión es realizar una acción y que esta no se concibe normalmente como el mero decir algo" (AUSTIN 2008, p. 47). Eso equivale a decir que hay casos en los que *decir* algo es *hacer* algo. Y, más, el autor deja traslucir su inquietud acerca del carácter performativo de toda expresión (AUSTIN 2008, p. 147, n. 2). Según el análisis austiniano, el uso del lenguaje puede comprenderse en tres sentidos o dimensiones diferentes: el acto locucionario, que equivale a "expresar cierta oración con cierto sentido y referencia, lo que a su vez es aproximadamente equivalente al 'significado' en el sentido tradicional" (AUSTIN 2008, p. 153). Los actos ilocucionarios, que poseen una cierta fuerza convencional y son actos que hacemos *a/* decir algo. Y,

¹ White interpreta el concepto de causalidad figural a partir del modelo figura-cumplimiento que Auerbach emplea en *Mímesis* para concebir una historia de la literatura occidental. White considera que ese modelo puede hacerse extensible a la constitución de cualquier historia, ya que constituye una noción de lo que es historiar sucesivas formas de representar. En ese sentido considero que el modelo figura-cumplimiento puede ser fértil para el análisis y constitución de una historia de la historiografía de la ciencia. Excede al objetivo de este trabajo realizar un análisis crítico de la obra de Auerbach y de las apropiaciones transformadoras que realiza White de dicha obra. Tomamos el modelo figura-cumplimiento desde la interpretación whiteana.

por último, los actos perlocucionarios, “los que producimos o logramos *porque* decimos algo” (AUSTIN 2008, p. 153). De esos usos del lenguaje, considero que la constitución de una tradición o una perspectiva por medio del señalamiento retrospectivo de textos sucesivos debe verse como un acto ilocucionario.

Así, para establecer la pertenencia de un conjunto de textos a una tradición, estilo o perspectiva no es suficiente determinar una vinculación mediante la identificación de similitudes como efectos determinados por causas previas. La diversidad de semejanzas que puede instituirse parece no tener límites de tal manera que habilita la proliferación de un sinnúmero de historias alternativas. En cambio, podemos tomar como criterio de la constitución del vínculo de una tradición o perspectiva el acto ilocucionario que instaura retrospectivamente una relación de descendencia entre un texto posterior y uno anterior. Interpretamos las expresiones de las “decisiones tomadas por una cantidad de agentes históricos” como los actos ilocucionarios “de considerarse a sí mismos y a su dotación cultural *como* si hubieran descendido realmente a partir del prototipo anterior” (WHITE 2010, p. 36).

La realización de esos actos de descendencia opera en la institución de relaciones figura-cumplimiento. La noción de cumplimiento, señala White, no debe considerarse como parte de una relación causal determinista ni como la realización gobernada teleológicamente por un potencial inherente: “[p]ropongo denominar a este modo distintivamente histórico de causación con el término de *causalidad figural*” (WHITE 2010, p. 35). Ahora bien, White destaca que nos hallamos aquí en presencia de una concepción estética de la relación figura-cumplimiento:

140

[D]ecir [...] que un acontecimiento histórico es el cumplimiento o consumación de otro anterior [...] supone decir que los acontecimientos históricos pueden relacionarse con otros de la misma manera en que una figura se relaciona con su consumación en una narrativa o poema [...] en la forma en que la premisa de una broma se consuma en su remate o en que los conflictos en una escena introductoria de una pieza se cumplen en su desenlace. La figura posterior consuma a la anterior repitiendo los elementos presentes, pero con una diferencia (WHITE 2010, p. 35-38).

Esa interpretación figural se proyecta como modelo para conceptualizar tanto las relaciones entre acontecimientos específicamente históricos en la trama de las representaciones históricas como la relación entre sucesivas representaciones historiográficas. En cualquiera de esos casos, los elementos vinculados deben ser presentados con una articulación doble: los términos anteriores deben ser expuestos como consumaciones de las figuras que los precedieron y los términos posteriores como prefiguraciones de elementos posteriores.

Dado que nuestro interés se centra en la relación entre sucesivas representaciones historiográficas, podemos preguntar: ¿Qué está *haciendo* un historiador *a*/ expresar la relevancia para con su obra de un texto o un conjunto de textos que lo preceden? Realiza el acto ilocucionario de constituir un canon como promesa a seguir y, con él, inaugura una línea interpretativa historiográfica. El sentido de las conexiones sucesivas en una línea historiográfica se emplaza en el acto retrospectivo de apropiación de un texto previo por medio

del procedimiento de considerarlo una figura relativa a un texto posterior. El acto de expropiación señala más lo nuevo y original del presente que su mera continuidad con el pasado señalado. A la vez, un texto histórico prefigurado “permanece abierto a apropiaciones retrospectivas por parte de cualquier grupo que en adelante opte por el mismo como prototipo legitimador de su propio proyecto de auto-creación y por lo tanto como elemento de su genealogía” (WHITE 2010, p. 46).

Podemos aproximar el modelo figura-cumplimiento al género *Geistesgeschichte*, que Richard Rorty postula como el género, por excelencia, formador del canon de la historiografía de la filosofía. La *Geistesgeschichte* es una reinterpretación que funda un elenco de personajes históricos por medio de “un relato dramático” que señala la manera en que llegamos a plantearnos problemas que hoy resultan ineludibles. El resultado es una historia con moraleja y “la moraleja por extraer es la de que hemos mantenido – o no hemos mantenido – el rumbo correcto al plantear las cuestiones filosóficas que últimamente hemos planteado, y que el *Geisteshistoriker* está justificado al adoptar determinada problemática” (RORTY 1990, p. 81). Así, el *Geisteshistoriker* conforma un relato de autojustificación, que, a la vez, está impulsado por la búsqueda de una mayor conciencia, porque, como lo expresa Rorty:

[...] se propone mantenernos conscientes del hecho de que aún estamos en camino, de que el dramático relato que nos ofrece ha de ser continuado por nuestros descendientes. Cuando es plenamente consciente, se pregunta si acaso *todas* las cuestiones discutidas hasta ahora no han sido parte de “convenciones contingentes” de épocas pasadas. Insiste en el hecho de que aun cuando algunas de ellas *hayan sido* necesarias e ineludibles, no sabemos con certeza cuáles fueron (RORTY 1990, p. 83).

141

El modelo figura-cumplimiento le otorga a esta “conversación autojustificatoria” con textos del pasado el sentido de una promesa siempre renovada e incumplida en la medida en que el establecimiento de todo nuevo canon innovador es un acto en el que se produce la expropiación de textos del pasado por un texto presente sin que este último llegue nunca a ser “completo” en el cumplimiento de la promesa en que fueron constituidas las representaciones previas. Siempre “permanecerá abierto” a futuras expropiaciones que construirán nuevos cánones que desafiarán los ya cristalizados.

Vínculos y expropiaciones

Las marcas historiográficas que destaco en esta presentación incorporan señalamientos medulares extraídos de distintos escritos shapinianos: un esbozo de historia de la historiografía de la ciencia internista/externista (1992), el análisis de lo que dio en llamar tradición “neocontextualista” de la historia de la ciencia (1980), su interpretación crítica de la tesis de Merton (1988), la deconstrucción de los límites de la práctica científica experimental del siglo XVII inglés (1985) y la configuración del vocero de la verdad (1994). Reconstruiré la historia shapiniana de la historiografía internista/externista y propondré una

historia de la historiografía de la ciencia inglesa del siglo XVII que señala a Merton en un extremo y las producciones historiográficas de Shapin en el otro. Ambas historias tienen como objetivo mostrar la manera en que Shapin transita a través de un conjunto de tópicos comunes a ciertas realizaciones historiográficas de la ciencia a la vez que efectúa una apropiación no prevista de distintos elementos conceptuales a la mano. En esos desplazamientos se imbrican lo que podemos llamar una "causalidad figural positiva" y una "causalidad figural negativa" por medio de las cuales se señalan textos previos como anuncios de otros posteriores en la promesa siempre renovada de consumir una figura, así como también textos previos que anuncian una promesa incumplida cuyo cumplimiento es una empresa no sólo imposible sino estéril.

La historia de la historiografía de la ciencia internista/externista que Shapin crea es un prototipo legitimador de su propio proyecto: la consumación de la representación de la contingencia y la naturaleza de final abierto del conocimiento científico.

En la historia de la historiografía de la ciencia inglesa del siglo XVII pretendo señalar un conjunto de tópicos – la Revolución científica, los orígenes de la ciencia moderna en Inglaterra, la legitimación de la filosofía experimental, la relación de la filosofía experimental y el puritanismo – en los que Merton se vio involucrado por sus adversarios o sus intérpretes y a través de los cuales Shapin transita cambiando radicalmente el sentido de lo propuesto.

142 Una historia de la historiografía de la ciencia internista/externista

La institucionalización del discurso interno/externo en el campo de la historia y la sociología de la ciencia se consolidó en la segunda mitad del siglo XX en torno a los problemas de la naturaleza de la ciencia y de la determinación de las causas del cambio científico. Shapin considera que el problema sustantivo que intentaron resolver las producciones historiográficas internista y externista es el de la delimitación de la práctica científica. Que un elemento causal del cambio científico sea considerado propio-interno o ajeno-externo a la ciencia del pasado es el resultado del modo en que se configuran los límites de la ciencia en un relato histórico.

En ese sentido, la historia shapiniana del debate historiográfico, al mismo tiempo que bosqueja el camino hacia una conciencia de la contingencia del trazado de los límites de la práctica científica, señala el carácter contingente de las representaciones históricas de los límites de la ciencia e incluso de la representación de la historia de la historiografía en tanto construcciones retrospectivas del canon.

Si bien Shapin (1992) propone llevar adelante "una arqueología muy breve y esquemática" del discurso interno/externo, su propuesta puede elevarse al rango de genealogía en la medida en que la historia que configura construye un canon de la historia y la sociología de la ciencia internista/externista.

El relato shapiniano comienza señalando la relevancia y la centralidad de la sociología de la ciencia como acto inaugural del debate internista/externista. No obstante la familiaridad del discurso interno/externo en el campo de la filosofía

de la ciencia, Shapin traza límites: “no creo que la filosofía haya sido nunca un jugador importante en la contienda interno/externo” (SHAPIN 2005, p. 72). Es Robert Merton quien abre la trama: “Un linaje más pertinente para los usos actuales se remonta a los orígenes de la sociología de la ciencia desarrollada en el ámbito académico y, especialmente, al escenario del cual surgió la primera obra de Robert Merton en los años treinta” (SHAPIN 2005, p. 73). En *Ciencia, tecnología y sociedad en la Inglaterra del siglo XVII* (1938) se invoca por primera vez lo interno y lo externo como “aproximaciones a las teorías (si bien es cierto que informales) del cambio social y cultural en la ciencia” (SHAPIN 2005, p. 74).

Es el acto mismo de ese señalamiento como inicio de la trama lo que le da presencia a Merton como promesa a seguir. Esa visibilización se refuerza al exhibir la extrañeza que ese discurso provocó en el contexto académico de los años treinta. A pesar de que la relación entre el protestantismo y la ciencia estaba siendo estudiada en esos años por historiadores como Dorothy Stimson y R. F. Jones, Shapin destaca el desconcierto que provocó el vocabulario interno/externo.

Mediante esa presentación, el autor eleva, en primera instancia, las categorías mertonianas de lo interno/externo como figura de la delimitación de la práctica científica en general y de la práctica disciplinar de la sociología de la ciencia. La figura mertoniana de la delimitación científica separa la dimensión social de la ciencia del elemento conceptual: por un lado, la ciencia como producto racional autónomo y, por otro lado, en tanto institución social, como el resultado no previsto de acciones sociales no racionales. Consecuentemente, prefigura el cambio científico distanciando la dinámica de legitimación y expansión de la práctica científica de los cambios conceptuales al excluir la pertinencia de los factores políticos, económicos, sociales o religiosos para la explicación del cambio conceptual. Y en ese mismo movimiento, el vocabulario interno/externo opera una delimitación disciplinar instalando la explicación sociológica externa en un papel complementario en relación con la historia de la ciencia interna.

La apropiación por parte de los historiadores y sociólogos de la ciencia del vocabulario interno/externo consumó la figura de la delimitación en términos de una dicotomía omnipresente capaz de dar respuesta a la mayoría de los problemas historiográficos de la ciencia, a la vez que fundó un abismo ontológico entre la ciencia y lo social. Se exhibió cada uno de los lados de la dicotomía como una clase natural cuyos miembros compartirían las características esenciales con características esenciales cuyos miembros compartirían. Se impulsó, además, una relectura desde esas categorías de los trabajos historiográficos que no habían sido escritos en esos términos. Así, se calificó de externista, sin que hubiera lugar a dudas, el artículo de Boris Hessen, “The Social and Economic Roots of the Newton’ *Principia*” (1931), a pesar de que, de acuerdo con las categorías marxistas, careciera de sentido considerar la base económica y la superestructura como factores que influirían desde el exterior en la producción del conocimiento científico. Más aún, tanto Boris Hessen como la perspectiva marxista de los historiadores británicos de la ciencia fueron elevados a la categoría de externistas extremos.

Si bien Merton no parece ajeno a ese proceso por el cual lo interno y lo externo fueron modelados como categorías metafísicas, Shapin ve en la representación mertoniana de la ciencia en tanto institución social un anuncio del carácter contingente de la constitución y legitimación de la práctica científica. La determinación de la figura de la acción no racional de Wilfredo Pareto como vínculo precedente que la tesis de Merton consuma permite avanzar el relato de Shapin más allá de las dicotomías cristalizadas a partir del par interno-externo, incluso más allá de la dicotomía racional-no racional que la referencia paretiana introduce. Subyace a la explicación de Merton de la conexión entre las formas de puritanismo inglés y la legitimación de la ciencia en el siglo XVII una teoría de la acción de influencia paretiana. Entre las prácticas racionales, completamente comprensibles, y las prácticas irracionales incomprensibles, Merton acepta la categoría paretiana de conducta no racional, que puede ser comprendida desde el punto de vista sociológico. Dado que los sentimientos (no racionales e inconscientes) y el lenguaje religioso en el que se expresaban eran los recursos culturales predominantes en el siglo XVII inglés, toda forma nueva de acción social debía buscar legitimidad exhibiendo públicamente su compatibilidad con aquellos sentimientos y con sus expresiones (SHAPIN 1988, p. 595; 598-601). Así, afirma Merton:

144

[n]o presentamos el movimiento históricamente concreto del puritanismo como un requisito para el sustancial impulso de la ciencia inglesa por aquel entonces; otros movimientos ideológicos funcionalmente equivalentes podrían haber servido para suministrar a la ciencia en ascenso derechos ampliamente reconocidos a la legitimidad. [...] *Ocurrió* que el puritanismo brindó un importante apoyo (pero no exclusivo) en aquel tiempo y lugar históricos. Pero esto no lo hace indispensable [...] [aunque] tampoco convierte al puritanismo en algo epifenoménico y sin importancia (MERTON 1984, p. 20).

El elemento no racional sobre el cual modela el proceso de legitimación de la ciencia inglesa lleva a Merton al reconocimiento de la contingencia de los recursos culturales a la mano y de la inestabilidad de la legitimación misma. De allí, la necesidad de codificar el *ethos* científico para recordar a la sociedad y a los científicos qué debía ser defendido si se pretendía continuar con el desarrollo de la ciencia.

La reconstrucción genealógica de la historia internista/externista le permite a Shapin no solo señalar el carácter contingente de la delimitación científica sino también de las historias de la historiografías de la ciencia. En esa tarea señala al historiador internista de la ciencia A. Rapert Hall para exhibir una historia de la historiografía internista/externista contrapuesta a la propia. La historia que Hall escribe es la consumación de la promesa singular de la figura de la ciencia esencialmente teórica sin contaminación.

Hall destaca que la construcción historiográfica de Merton apela a la historia de la sociedad pasada para extraer los principios explicativos del cambio científico revolucionario del siglo XVII en vez de abreviar en la historia conceptual de la ciencia.

El señalamiento de Hall de los vínculos historiográficos del trabajo de Merton indica el enlace con una corriente historiográfica que operó en el siglo XIX y fue retomada en los años treinta del siglo XX, la cual deriva su fuerza de "dos majestuosas concepciones victorianas: la observación de Marx de que el carácter de la sociedad está determinado por su economía, junto con el descubrimiento compatible aunque distinto de los antropólogos de que la 'cultura' es una unidad" (HALL 1968, p. 90). La conjunción de esas tesis da por resultado que:

[...] los pensamientos de los hombres sobre cualquier tópico [...] no son independientes de sus pensamientos sobre otros tópicos ni del estado económico de la sociedad en el que viven. Así, si concedemos que "no independiente de" es equivalente a "causalmente determinado por", tenemos una noción historiográfica que está hoy fuertemente abierta a la discusión" (HALL 1968, p. 90).

La monografía de Merton es para Hall la consumación de esa conjunción, aunque a través de un vínculo intermedio en el esquema prefiguración-figura-cumplimiento constituido por la obra de Boris Hessen sobre los *Principia* de Newton. Desde esa perspectiva, Hall le atribuye a Merton un nexo con un pasado historiográfico que no dirige la atención hacia lo nuevo y original de la sociología de la ciencia, sino que la emplaza como la finalización de una tradición decadente.

Treinta años después de la revisión de Hall, Shapin escribe su versión de la historia cuando se había pasado del triunfo de la historia internista de la ciencia a la disolución del poder de las categorías de lo interno/externo como herramientas de análisis. La genealogía negativa que realiza Hall en su reconstrucción historiográfica de la disputa internismo/externismo, lejos de fijar de modo concluyente el triunfo de la historia interna de la ciencia, acentúa el carácter contingente de toda apropiación retrospectiva. La representación de la historia de la historiografía internista/externista de Hall está también abierta a expropiaciones y, como tal, Shapin la señala como una promesa estéril toda vez que construye sus genealogías sobre las consumaciones de una representación esencialista de la ciencia.

De acuerdo con nuestro recorrido, la reconstrucción de Shapin efectúa apropiaciones de la monografía de Merton en dos sentidos: en primer lugar, como la representación modelada por el vocabulario interno/externo de los límites de la práctica científica, incluso los límites disciplinares de la historia internista y la sociología externista de la ciencia. Esa figura trasciende en la conciencia de la relevancia del problema de la delimitación de la práctica científica y del carácter contingente de esa delimitación, aunque en el cumplimiento de la promesa de marcar los límites científicos, Shapin deba unir lo que Merton desunió: el orden social y el orden del conocimiento.

En segundo lugar, la tesis de Merton es señalada como figura del cambio social y cultural de la ciencia: para que la actividad científica se institucionalizara y se aceptara en su propio derecho, los científicos se vieron obligados a legitimar

su práctica en términos de los recursos culturales disponibles. Shapin eleva la interpelación a los recursos culturales a un programa de investigación y esa expropiación indica el camino de la indagación de la "infraestructura cultural" de la ciencia, que su propia obra consuma.

Una historia de la historiografía de la ciencia inglesa del siglo XVII

En "Social Uses of Science" (1980), Shapin presenta un cuerpo de escritos historiográficos que pretende romper con el vocabulario interno/externo y con los compromisos asumidos en la historiografía respectiva. Exhibe dichas obras como formando parte de un enfoque "neocontextualista". Esta categoría de ninguna manera refiere a un cuerpo de trabajos homogéneos. Más bien constituye una construcción de Shapin que enfatiza una serie de convergencias entre un conjunto de producciones provenientes de la antropología y de la historia de la ciencia a las que llama "implícitamente antropológicas" e "implícitamente marxistas".

El acto shapiniano de creación de esa tradición neocontextualista señala la figura del carácter social del conocimiento científico modelada en los trabajos de Mary Douglas. Su tesis principal acerca del conocimiento como constitutivamente social permitiría avanzar en una epistemología social que proporcione a los historiadores de la ciencia "lo que los marxistas han tenido siempre – un programa para interpretar la actividad intelectual en un contexto social" (SHAPIN; BARNES 1977, p. 63).

146

A partir de los trabajos de Douglas, sostiene Shapin, se pueden concebir las afirmaciones científicas como estrategias modeladas por grupos sociales para construir y sostener un orden social. Los actores sociales participantes – los grupos de científicos contrapuestos – harán valer sus recursos culturales en pos de producir actos de habla en los que se establece una estructura clasificatoria o su reconfiguración, se erige una ontología y se procura la legitimación, el quebrantamiento, la defensa o la deslegitimación de un orden social. Desde la mirada de Shapin, los trabajos "implícitamente marxistas" como los de Margaret y James Jacob y los de Christopher Hill llevan las marcas de la consumación de las tesis de Douglas. Ellos jugaron un papel de importancia a la hora de construir un enlace entre epistemología, ontología, historia de la ciencia e historia política. La historia de la ciencia de Shapin también lleva las marcas de esa consumación:

Nos movemos más allá de preguntar qué creen los científicos para preguntar qué están tratando de hacer; significa que entendemos las creencias en términos del repertorio de conocimiento heredado y transmitido socialmente que está a disposición de los científicos para sus propósitos; implica comprender el significado de las proposiciones científicas haciendo referencia a su contexto de uso; y nos permite tratar de explicar las creencias científicas, sean "verdaderas" o "falsas", utilizando toda la gama de recursos disponibles para el historiador (SHAPIN 1985, p. 50).

Lejos parecen estar los trabajos de Merton. Sin embargo, considero que parte de los historiadores sumidos en este neocontextualismo pueden ser reunidos en una trama diacrónica en la que cada texto se apropia de la tesis

de Merton como la figura de la relación estrecha e indubitable entre ciencia y religión en “los orígenes de la ciencia moderna” que deberá ser consumada por medio de nuevas representaciones que asuman plenamente la imbricación entre orden social y orden del conocimiento.

Parte significativa de la historiografía de la ciencia de la década de los años 1960 centra su producción en el empeño por clarificar el cambio científico. Pero ahora el cambio científico se restringe al concepto de Revolución científica, tal como fue acuñado por Koyré y Butterfield para dar unidad a una gama de fenómenos constituidos en el origen de la ciencia moderna. La cristalización de la discusión en torno a la Revolución científica involucró una nueva apropiación de la tesis de Merton. Ella es retrospectivamente señalada como la respuesta procedente de la historia sociológica de la ciencia a la pregunta por las causas que dieron origen a la ciencia moderna. Sin embargo, en ninguna parte de *Science, Technology and Society in Seventeenth-Century England*, Merton afirma que va a explicar el origen de la ciencia moderna y ello está plenamente justificado porque, en el momento en que fue escrita la monografía, el concepto de Revolución científica no había sido acuñado en el sentido en que se va a difundir posteriormente en la historiografía de la ciencia.

De los historiadores que siguieron a Alexandre Koyré, A. Rupert Hall parece ser el responsable de señalar la obra de Merton como un intento de explicación de la Revolución científica. En “Merton Revisited, or Science and Society in the Seventeenth Century” (HALL 1963), sostiene que el trabajo de Merton, una de “las formas más crudas” de la interpretación socioeconómica de la Revolución científica, “ha muerto sin comentarios”.

No obstante, lejos de darse por muerta, entre 1964 y 1965 es vista como parte de la polémica suscitada alrededor de la obra de Christopher Hill *Intellectual Origins of English Revolution*, publicada en las páginas de *Past and Present*. Todos los contendientes tenían en claro que lo que se estaba tratando de explicar eran las causas de la Revolución científica. Al ser considerada la Revolución científica un cambio fundamentalmente conceptual, algunos historiadores se embarcaron en demostrar críticamente que la tesis mertoniana no podía dar cuenta del mismo. Otros, en cambio, se apropiaron de dicha tesis para mostrar que la cuestión perenne de la relación entre religión y ciencia en los orígenes de la ciencia moderna solo podía resolverse asumiendo su dimensión política.

H. F. Kearny (1964) comienza la sucesión de críticas y contraargumentos. No duda en ubicar el trabajo de Hill formando parte de una línea interpretativa sociológica de la Revolución científica que reúne a Merton y a Zilsel con la generación de historiadores de la ciencia británicos que desarrollaron una visión marxista en los años cincuenta. La innovación de Hill radicaría en dar una respuesta desde el campo de la historia general inglesa más que desde el ámbito de los estudios especializados de historia de la ciencia. En la visión de Kearny, Hill busca “las causas” del surgimiento de la ciencia moderna en el estado de la sociedad inglesa correspondiente a la década de los años 1640 sin lograr alcanzar su objetivo.

Theodore Rabb entra en la contienda afirmando en relación con el trabajo de Hill que, si el tópico en discusión es el “origen” de la ciencia moderna, la cuestión es mostrar qué papel jugó la religión para estimular los grandes avances en anatomía, física y astronomía, “los cuales son conocidos como la Revolución científica”. En 1962, Rabb ya había criticado el trabajo de Merton, señalando que no había podido demostrar el origen puritano de la ciencia. Aunque el puritanismo no puede ser considerado el factor principal o su causa, afirma, indudablemente ayudó a expandir más rápidamente el interés creciente en la ciencia (RABB 1990, p. 214-215). Sin embargo, con ese argumento, Rabb suscribe la tesis mertoniana al demostrar que Merton no pudo realizar lo que en realidad nunca se había propuesto hacer.

En respuesta a sus críticos, Hill destaca que, si bien la Revolución científica fue un movimiento europeo, su análisis en términos nacionales podría contribuir a la comprensión de la relación de la ciencia con la sociedad. No cabe duda de que la relación entre el protestantismo y el origen de la ciencia moderna haya quedado suficientemente fundamentada en la historiografía de la ciencia previa. Sin embargo, su historia muestra que el cambio científico no es el producto del protestantismo o del puritanismo, sino que ciencia y puritanismo surgieron del cambio por el cual “los valores urbanos e industriales reemplazaron a los valores propios de una sociedad principalmente agraria” (HILL 1964, p. 89). A principios de la década de los años 1640,

148

[l]os burgueses londinenses y la “clase media” que formaba la columna vertebral de los ejércitos parlamentarios habían discutido durante casi un siglo las nuevas ideas científicas y habían reivindicado el derecho de elegir a los pastores. Habían aprendido a rechazar la autoridad de Aristóteles y la de los obispos, a basarse en la experimentación tanto en el terreno religioso como en el científico, a confiar en la prueba de su propio sentido crítico independiente (HILL 1980, p. 142-143).

De ese modo, el vínculo entre ciencia y puritanismo que en la figura mertoniana mostraba la interdependencia de dos esferas institucionales en una sociedad, en la consumación de Hill se sume bajo la lógica de la guerra revolucionaria.

Barbara Shapiro (1968) vuelve a convocar desde las páginas de *Past and Present* “una escuela de sociólogos orientados históricamente y de historiadores de orientación marxista, que comienza con Max Weber y culmina con Robert Merton y Christopher Hill” que ha sostenido una íntima relación entre el puritanismo y “la innovación científica” en la Inglaterra del siglo XVII (SHAPIRO 1968, p. 16-17; 1983, p. 74). La genealogía de Shapiro comienza con la figura modelada ahora por Merton-Stimson-Hill, que sienta como clave de la relación indisoluble entre ciencia y religión la “lógica del protestantismo —la disidencia del disidente— siempre presente en los países protestantes” (HILL 1964, p. 89). La consumación de Shapiro de la figura de la perennidad de la relación ciencia-religión resalta la moderación *qua* moderación más que el puritanismo de los puritanos moderados, como lo sostenía Hill. En la visión de Shapiro, la distinción entre puritanos y anglicanos asumida en la tesis Merton-Stimson-Hill

oscureció el hecho de que había existido una amplia categoría intermedia a la que habían pertenecido hombres de la iglesia, políticos y académicos que querían la reforma de la iglesia aunque buscaban medios moderados para llevarla a cabo: los latitudinarios. Los religiosos moderados o latitudinarios estarían más íntimamente conectados con el movimiento científico inglés que los puritanos.

Sin embargo, el cumplimiento que consume Shapiro porta una transformación de mayor importancia aún, pues avanza sobre terreno epistémico. El punto del vínculo entre ciencia y religión no radica en una ética social y religiosa única, sino en el interés común por el método para alcanzar el conocimiento. Algunos científicos llegaron a considerar que era la investigación científica misma la que proveía la solución para el disenso religioso:

[...] si los métodos de la ciencia fueran inculcados en la mente del público, podrían contribuir a mejorar el clima religioso. Los *virtuosi* esperaban que eventualmente la ciencia y una religión natural latitudinaria y moderada pudieran servir como los pilares para sostener una vida intelectual en la que la búsqueda tranquila, amistosa y práctica de la verdad y el bien pudieran remplazar el debate abstracto y la guerra civil motivada ideológicamente (SHAPIRO 1968, p. 41).

El método científico enlaza ahora ciencia, religión y orden social.

En torno a la interpretación de la Restauración latitudinaria de Bárbara Shapiro, Margaret y James Jacob provocan un nuevo debate en la década de los años 1970. Realizan la consumación de la representación de las relaciones entre la ciencia y la religión avanzando en el solapamiento de lo político y epistémico.

James Jacob (1975), en diálogo con Shapiro, advierte que los historiadores (incluida Shapiro) asumieron acriticamente las declaraciones de los primeros cronistas de la *Royal Society* enfatizando la manera en que los miembros de esa institución lograron separar sus obras de la controversia política y religiosa en los años 1640-1650. Así, Shapiro presenta las posturas religiosa y política de la *Royal Society* emergiendo del deseo generalizado de moderación religiosa, comprensión eclesiástica y orden civil.

Jacob ve cómo las prácticas de cortesía, paciencia y respeto mutuo, que la *Royal Society* presentaba como dispositivos de protección contra la contaminación política y religiosa, cumplían una misión específicamente política y religiosa. El método científico, que para Shapiro proveía la solución a las disputas religiosas, es para Jacob un instrumento de lucha, aplicado a la política y a la religión con un claro sentido ideológico: limitar la tolerancia religiosa. Operaba excluyendo a dogmáticos y escépticos, lo que conducía a un moderado disenso en el que solo los disidentes inicuos ganaban voz pública. La medida se configura para Jacob en un mecanismo para establecer una línea de demarcación entre quienes pueden participar y quienes quedan excluidos de la investigación científica y del ámbito social.

Así, la expropiación por parte del "nuevo contextualismo" de la figura mertoniana de la relación entre ciencia y religión consumó la práctica científica como una construcción epistémico-política.

Ahora bien, en sus trabajos sobre la ciencia inglesa del siglo XVII, Shapin separa por medio de las expropiaciones que consuman las distintas figuras delineadas en las sucesivas controversias dos líneas definidas y complementarias: por un lado, la figura de la delimitación contingente de la práctica científica que parte de la disputa internismo/externismo y se incrusta en la disputa historiográfica acerca del método experimental como dispositivo social y, por otro lado, la figura de la legitimación cultural de la práctica científica que fue consumada como la representación del origen puritano de la ciencia moderna en tanto apropiación de la tesis mertoniana, realizada en los años sesenta.

Si, como lo considera Shapiro, los latitudinarios creían la ciencia misma el *locus* en el que se creaba la medida necesaria para remediar el conflicto religioso, entonces esa autora deja abierto un espacio historiográfico para interrogar por qué las reglas metodológicas experimentales podían instituir un orden social. Y si, como James Jacob responde, la organización de la práctica científica constituyó un dispositivo ideológico para luchar por un determinado orden político-religioso, cabe preguntar sobre el despliegue de ese proceso de construcción social. Ambos interrogantes señalan el problema de los límites de la práctica científica que Shapin y Schaffer (1984) asumen plenamente en el intento de diluir la exterioridad de lo social en relación con la ciencia.

Si aceptamos la pregunta: "¿Qué hace el filósofo natural por el mero hecho de expresar las reglas del método?" como central en *El Leviathan y la bomba de vacío*, vemos en la respuesta de los autores el despliegue de la significación de ese "hacer". Según lo expresan Shapin y Schaffer:

150

[...] intentamos exhibir el método científico como forma cristalizada de organización social y como un medio de regular la interacción social dentro de la comunidad científica [...]; trataremos las controversias sobre el método científico como disputas sobre distintos patrones de hacer las cosas y de organizar a los hombres para fines prácticos (SHAPIN; SCHAFFER 2005, p. 44).

El acto performativo de dictar y sostener las reglas del método experimental conlleva la creación de un espacio intelectual constituido por las prácticas discursivas-sociales y un espacio físico donde se disciplinan esas prácticas por medio del control que ejercen los miembros competentes. Al mismo tiempo se construyen los límites para conformar un colectivo social organizado políticamente por quienes pretenden legitimar una forma de vida filosófica propuesta. Esta organización institucional se postula como posible organización política de la sociedad. Así, *El Leviathan y la bomba de vacío* avanza sobre el objeto privilegiado de la concepción epistemológica clásica, el método científico, y une lo que Merton desunió a través de su vocabulario interno-externo: el orden social y el orden del conocimiento.

Ahora bien, dar cuenta del método como un elemento central en la delimitación de la práctica científica del siglo XVII inglés no resuelve al mismo tiempo el problema de su legitimidad:

Incluso en la *Royal Society*, [...] el programa experimental estaba lejos de estar sólidamente institucionalizado [...] para que la filosofía experimental se estableciera como una práctica legítima varias cosas debían hacerse. Primero, requería reclutas [...]. Segundo, el papel del filósofo experimental y las prácticas lingüísticas apropiadas a una comunidad experimental debían ser definidas y debían ser públicas (SHAPIN; SCHAFFER 2005, p. 113-114).

Shapin realiza un desplazamiento historiográfico desde la figura de la legitimación de la ciencia inglesa del siglo XVII por medio de los valores protestantes hasta poner en cuestión no solo los valores religiosos como punto central del proceso, sino también la legitimación misma de la filosofía experimental en la cultura de la Restauración.

En *A Social History of Truth*, afirma que va a presentar una historia que podría ser definida como una de las "historias de los orígenes", la historia acerca de los orígenes *gentlemanly* de la filosofía natural experimental y observacional inglesa en el siglo XVII (SHAPIN 1994, p. XVIII). Sin embargo, la referencia a las "historias de los orígenes" es un acto de apropiación de los avatares historiográficos señalados anteriormente. Al igual que Merton, Shapin no se interesa por dar respuesta al origen sino a la legitimación de la ciencia del siglo XVII inglés. En "A Scholar and a Gentleman": The Problematic Identity of the Scientific Practitioner in Early Modern England", postula su pretensión de contribuir y extender un cuerpo de teorías sociológicas que se ocuparon de las relaciones entre la cultura y el cambio institucional. Justamente, resalta la relación entre Weber, Merton y Skinner en el intento de explicar los procesos de institucionalización de una práctica social innovadora. La continuidad que Shapin ve entre su obra y ese cuerpo teórico se halla en la tesis según la cual las prácticas sociales logran su institucionalización uniendo su actividad con los principales reservorios de legitimación asentados en la cultura local. Ese señalamiento resalta su propio interés por el carácter contingente de los valores culturales que fueron activamente seleccionados para dar legitimidad a la ciencia.

Si bien acepta que la religión puritana proporcionó recursos de legitimación para dar sustento a la nueva forma de vida de la filosofía experimental, se propone, no obstante, mostrar que la cultura tradicional del *gentleman* habría sido la fuente de legitimación más importante de la nueva práctica científica. La práctica cultural conocida como "la filosofía experimental inglesa" constituyó una nueva cultura que emergió en parte mediante una útil reubicación de las convenciones, códigos y valores de conversación *gentlemanly* en el dominio de la filosofía natural (SHAPIN 1994, p. XVII). Pero la historia de la legitimación que Merton consideró finalizada con un rápido triunfo recién comenzaba: la institucionalización de la filosofía experimental en Inglaterra aún no había sido lograda en el siglo XVII.

Si resumimos los señalamientos genealógicos diseñados desde la misma obra shapiniana, podemos considerar el artículo "Understanding the Merton Thesis" (1988) como un nuevo y central punto de partida de la apropiación que realiza de Merton. En ese artículo, muestra cómo la tesis de Merton ha sido mal interpretada tanto por los seguidores como por sus críticos y a partir

de esa demostración comienza a desarmar los límites establecidos dentro del terreno de la sociología del conocimiento científico. Así, en los años noventa, enfrenta el lugar común del repudio contra Merton. Se asume como consumación del programa Weber-Merton-Skinner en el interés por los valores culturales en la comprensión del cambio científico. Sin embargo, construye esa síntesis genealógica en pos de mostrar que en la legitimación de la ciencia inglesa del siglo XVII no operaron fundamentalmente los valores puritanos sino los de la cultura *gentlemanly*.

Desempolva la disputa internismo/externismo y la instituye en una obra mertoniana. Sin embargo, su objetivo apunta a mostrar la manera en que el Programa Fuerte llevó adelante el proceso más fructífero de “desinflar” la dicotomía entre factores internos y factores externos. Mientras Merton, como figura canónica de la disputa, coadyuvó a erigir lo interno/externo en un dualismo metafísico, el Programa Fuerte, por medio de un proceso de debilitar la dicotomía, condujo a romper con los compromisos epistemológicos y metafísicos gestados a la luz de la disputa, que habían quedado, parafraseando a Koyré, en la inconsciencia de las cosas en las que ya no se piensa.

La construcción shapiniana de la línea interpretativa “neocontextualista” que asumió el solapamiento de la historia política con la historia de la ciencia parecía llevarnos lejos de la tesis de Merton. Shapin la enlaza con la línea neodurkhemiana de Mary Douglas y con un compromiso implícito con un enfoque marxista. No obstante, tal como lo he mostrado, los distintos textos señalados por Shapin (1980) e incluso parte de su obra realizan sucesivas consumaciones de la representación de la relación de la ciencia y la religión en el siglo XVII inglés provocando mutaciones que acentuaron el carácter contingente de los límites de la práctica científica y de los valores culturales, recursos indispensables en la construcción de esos límites convencionales como en la cristalización de esa práctica en un contexto social determinado.

152

Referencias bibliográficas

AUERBACH, Erich. **Mimesis. La representación de la realidad en la literatura occidental.** Mexico: FCE, 1996 [1942].

_____. **Figura.** Madrid: Trotta, 1998 [1944].

AUSTIN, John L. **Cómo hacer cosas con palabras. Palabras y Acciones.** Buenos Aires: Paidós, 2008 [1962].

DOUGLAS, Mary. **Símbolos Naturales.** Madrid: Alianza, 1988 [1970].

_____. **Implicit Meaning:** Essays in anthropology. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1975.

HALL, A. Rupert. Merton Revisited, or Science and Society in the Seventeenth Century. In: BASALLA, George (ed.). **The Rise of Modern Science: Internal and External Factors?** Lexington, Mass.: D. C. Heath, 1968, p. 89-96 [1963].

HILL, Christopher. Puritanism, Capitalism and the Scientific Revolution. **Past and Present**, nº 29, Oxford: Oxford University Press, 1964, p. 88-97.

_____. **Los orígenes intelectuales de la Revolución Inglesa**. Barcelona: Crítica, 1980 [1965].

JACOB, James. Restoration, Reformation and the Origins of the Royal Society. **History of Science**, nº 13, Cambridge: Science History Publications, 1975, p. 155-176.

_____. **Robert Boyle and the English Revolution. A Study in Social and Intellectual Change**. New York: Burt Franklin, 1977.

JACOB, Margaret. **The Newtonians and the English Revolution 1689-1720**. New York: Gordon and Breach Science Publishers, 1990 [1976].

_____. Newtonianism and the Origins of the Enlightenment: A Reassessment. **Eighteenth-Century Studies**, nº 11, Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1977, p. 1-25.

_____; JACOB, James. Seventeenth century science and religion: the state of the argument. **History of Science**, nº 14, Cambridge: Science History Publications, 1976, p. 196-207.

_____. The Anglican Origins of the Modern Science: The Methaphysical Foundations of the Whig Constitution. **Isis**, nº 71: 2, Chicago: The University of Chicago Press, 1980, p. 251-267.

MERTON, Robert. **Ciencia, tecnología, sociedad en la Inglaterra del siglo XVII**. Madrid: Alianza, 1984 [1938/1970].

SHAPIN, Steven. Social Uses of Science. In: ROUSSEAU, George S.; PORTER, Roy (eds). **The Ferment of Knowledge**: Studies in the Historiography of Eighteenth-Century Science. Cambridge: Cambridge University, 1980, p. 93-139.

_____. What is the History of Science? **History Today**, nº 35, Londres, 1985, p. 50-51.

_____. Understanding the Merton Thesis. **Isis**, nº 79, Chicago: The University of Chicago Press, 1988, p. 594-605.

_____. 'A Scholar and a Gentleman': The Problematic Identity of the Scientific Practitioner in Early Modern England. **History of Science**, nº 29, Cambridge: Science History Publications, 1994, p. 279-327.

_____. Disciplina y delimitación: la historia y la sociología de la ciencia a la luz del debate externismo-internismo. In: MARTÍNEZ, Sergio; GUILLAUMIN, Godfrey (comp.). **Historia, Filosofía y Enseñanza de la Ciencia**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2005, p. 67-119 [1992].

_____. **A Social History of Truth**. Chicago: Chicago University Press, 1994.

- SHAPIN, Steven; BARNES, Barry. Where is the Edge of Objectivity? [Douglas, Implicit Meanings]. **The British Journal for the History of Science**, nº 10, Cambridge: Science History Publications, 1977, p. 61-66.
- _____; SCHAFFER, Simon. **El Leviathan y la bomba de vacío**: Hobbes, Boyle y la vida experimental. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2005 [1985].
- SHAPIRO, Barbara. Latitudinarism and Science in Seventeenth-Century England. **Past and Present**, nº 40, Oxford: Oxford University Press, 1968, p. 16-41.
- _____. **Probability and Certainty in Seventeenth-Century England**: a Study of the Relationships between Natural Science, Religion, History, Law and Literature. Princeton: Princeton University Press, 1983.
- WHITE, Hayden. **Figural Realism. Studies in the Mimesis Effect**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1999.
- _____. **Ficción histórica, historia ficcional y realidad histórica**. Buenos Aires: Prometeo, 2010.

Artigos

articles

De los detalles al todo: historia cultural y biografías globales*

From details to the whole: cultural history and global biographies

Anacleto Pons

apons@uv.es

Profesor

Universitat de València

Avda. Blasco Ibáñez, 28

46010 - Valencia

España

Resumen

Este artículo aborda algunas de las nuevas direcciones de la historia cultural. En particular, los trabajos de algunos estudiosos que emplean una perspectiva global. Esa elección plantea algunos problemas, sobre todo los relativos a las aparentes contradicciones entre la tradicional mirada micro, que ha sido característica de la historia cultural más significativa, y la macro, en la que acostumbraba a primar el análisis económico o político. ¿Cómo analizar un individuo desde una perspectiva global? Utilizando principalmente las reflexiones de Peter Burke o Natalie Zemon Davis, el artículo expone que esa preocupación es un asunto actual, propio de una época de interconexión acelerada, que responde a nuestras necesidades culturales e intelectuales, permitiendo enriquecer y relativizar nuestras perspectivas. Asimismo, muestra que se trata de un campo emergente que se puede trabajar de distintos modos, incluso desde una perspectiva micro, con las llamadas biografías globales o la microhistoria global. Esos estudios, en realidad, ofrecen ejemplos de intensos encuentros culturales en el pasado, centrándose en los diferentes tipos de intermediarios individuales que los hicieron posibles, experimentando con vidas individuales en contextos globales, conectando las comunidades y el mundo exterior, yuxtaponiendo las perspectivas macro y micro.

156

Palabras clave

Historia cultural; Historia global; Microhistoria.

Abstract

This article discusses some of the new directions taken by cultural history nowadays, with particular focus on the works by scholars using a global perspective. It argues that this choice of a global perspective raises several problems, especially the apparent contradictions between the traditional micro-approaches, typical of cultural history, and the macro ones often used in economic or political analyses. The question is how to deal with individuals from a global perspective. Based on reflections by Peter Burke and Natalie Zemon Davis, among others, the essay shows that this concern is an important issue today, in an increasingly interconnected era, and that it responds to our cultural and intellectual needs, enriching and relativizing our perspectives. Moreover, the text also considers that global history is an emerging field that can be practiced in several ways that include micro- perspectives, as in the so called global biographies or the global microhistory. In fact, these studies present examples of intense cultural encounters in the past, focusing on the different types of individual intermediaries that made it possible, experimenting with stories of individual lives in global contexts, connecting communities and the outside world, juxtaposing micro and macro perspectives. In other words, the life of a single individual may serve to understand the connections across cultures and groups from the perspective of the actors involved.

Keywords

Cultural history; Global history; Microhistory.

Recebido em: 20/10/2012

Aprovado em: 19/1/2013

* Este artículo es parte de la Red Europea sobre Teoría y Práctica de la Biografía/European Network on Theory and Practice of Biography (RETPB/ENTPB. HAR2008-03428-E; 2009-2013. MICINN del Gobierno de España).

En texto breve, rotulado con el curioso título de “Entre monos y centauros”, Serge Gruzinski se preguntaba por la relación que pudiera existir entre Ovidio, Tiziano y unos *tlacuilo* de la sierra otomí, en el noreste del valle de México (GRUZINSKI 1997). ¿Qué tienen en común – conjeturaba – el pintor veneciano del siglo XVI, el poeta latino del primer siglo de nuestra era y unos artistas indígenas anónimos del último tercio del quinientos? La pregunta puede parecer irrelevante u osada, pero en ningún caso deja indiferente al lector. Es más, hay un aire de familia en tal planteamiento: esa cuestión guarda ciertos parentescos con aquellas que durante años se han planteado determinados historiadores culturales, al menos en algunos de sus libros (SERNA; PONS 2013). A la postre, quizá resuenen los enigmas que tantea Carlo Ginzburg cuando relaciona las ideas de un molinero friulano con mitos antiquísimos y remotos, propios de la tradición védica, o cuando aborda sistemáticamente fenómenos muy heterogéneos a partir de sus afinidades formales. De hecho, esa frase, la de ¿qué tienen en común?, es casi un sello característico en el quehacer del italiano, pero no solo en el suyo. Podemos aventurar que eso no es muy distinto de lo que subyace en la comparación entre esas formas de vida que componen Marie de l’Incarnation, una religiosa católica, Glikl bas Judah Leib, una judía acomodada, y Maria Sibylla Merian, una naturalista protestante, las tres mujeres en los márgenes que investigó Natalie Zemon Davis.

Pero hay algo que nos desconcierta, porque mancomunado a Gruzinski con Ginzburg o con Davis puede parecer a simple vista contradictorio. Al primero lo tenemos por representante de cierta forma de la historia global, mientras a los segundos los entendemos como estudiosos centrados en lo local, en casos concretos; por tanto, nos cuesta eliminar esas fronteras y conectarlos, relacionar una cosa con la otra, las prácticas o las vidas que analizan de cerca con una perspectiva macro. Sin embargo, esa es una impresión en buena medida errónea. Para comprenderlo, para entender algunos de los caminos que ha seguido la historia cultural no hay mejor paliativo que acudir a quien se ha empeñado en definir la corriente que aquí tratamos y aclarar su significado.

157

Una historia cultural híbrida

Desde finales de los años noventa, Peter Burke ha venido insistiendo una y otra vez sobre la relación que existe entre la historia cultural y la mirada global. En 1997, en el volumen *Formas de historia cultural*, el historiador británico señala el interés cada vez mayor por los encuentros culturales, sean en forma de choques, de conflictos, de competencia o de invasión, tengan resultados destructivos o enriquecedores. Lo entiende como algo lógico, derivado de las demandas del presente, de una época marcada por “unos contactos culturales cada vez más frecuentes e intensos”. Es más, ya en aquellas fechas propone integrar esos estudios sobre el encuentro y la interacción “en las prácticas y representaciones que Chartier ha descrito como los principales objetos de la nueva historia cultural”. Por supuesto, y dados sus referentes habituales, sobre todo Bajtin, tal perspectiva habrá de ser plural, polifónica, para reconfigurar ese objeto. La historia cultural, añade, tiene ante sí una ambiciosa empresa:

el estudio del “proceso de interacción entre diversas culturas, entre hombre y mujer, la ciudad y el campo, católico y protestante, musulmán e hindú”, etcétera, en el cual “cada grupo se define en contraste con los demás, pero crea su propio estilo cultural [...] apropiándose de formas de un fondo común y reuniéndolas en un sistema con un nuevo significado” (BURKE 2000, p. 252, 257, 260, 264).

La misma idea es retomada en 2004, en *¿Qué es la historia cultural?*, con algunos añadidos que la refuerzan. De nuevo asoma el término “encuentro”, cuya aparición Burke sitúa en 1992, con motivo de las celebraciones del quinto centenario de la llegada de Colón a tierras americanas, afirmando que los historiadores culturales muestran una preocupación cada vez mayor por esa idea, presentada ahora en términos de traducción, criollización o hibridismo. Pero ese interés no es una simple ampliación del campo de estudio, sino que obedece a unas razones concretas. La historia cultural, dice entonces el autor, lleva dos décadas en danza y ya no produce las obras innovadoras de los primeros tiempos. Si a ello se añaden las críticas recibidas, se comprenderá la necesidad de cierta renovación, la exigencia de expandirse por nuevos territorios. De hecho, es precisamente eso lo que garantiza un futuro despejado a sus practicantes, porque los “encuentros culturales” son un campo que suscita enorme interés y porque en él se han ofrecido algunas de las soluciones a las dificultades suscitadas. Y así, “un motivo por el que es poco probable que desaparezca la historia cultural, pese a las posibles reacciones en su contra, es la importancia de los encuentros culturales en nuestra época, lo cual provoca una necesidad cada vez más apremiante de comprenderlos en el pasado” (BURKE 2006a, p. 146).

158

Por supuesto, Burke lo señala y lo practica, como se puede ver en su libro de ese mismo año sobre *Lenguas y comunidades en la Europa Moderna*, en el que estudia las lenguas como ejemplo del cambio cultural, subrayando los préstamos lingüísticos y haciendo una historia comparada. Pero es en las obras teóricas donde no se cansa de defenderlo. Lo hará una vez más en 2005 y, de forma significativa, cuando reedite un trabajo antiguo, *Sociología e historia*, ahora con el título de *Historia y teoría social*. Es significativo porque, para la ocasión, añade nuevos capítulos, uno de los cuales lleva precisamente por título “poscolonialismo e hibridez cultural”. Para Burke, en la senda abierta por Edward Said, el poscolonialismo aborda dos grandes temas: la identidad y la hibridez. Esta última remite a la mezcla y a la adaptación, a la traducción, etcétera. Y la conclusión es idéntica: “la concentración en el intercambio y la mezcla significa una renovación del estudio de la historia cultural” (BURKE 2008, p. 158). Asimismo, hay otro capítulo inédito que el autor dedica a “posmodernidad y posmodernismo”, una de cuyas manifestaciones es la crisis de los grandes relatos en torno al ascenso de Occidente y la voluntad de descentrar la historia del mundo, de “provincializar Europa”. En suma, una nueva “historia del mundo”, cada vez más abundante porque responde a la propia “globalización”, a una mayor conciencia del conjunto en el que vivimos, a la creciente intensidad de las comunicaciones intercontinentales.

Además, todo ello se repite y se condensa en el volumen *Hibridismo cultural*. Las ideas son las mismas, las que viene defendiendo desde finales de

los noventa: "es normal que en una época como la nuestra, caracterizada por frecuentes e intensos encuentros culturales de todo tipo, nos preocupe este tema. La globalización cultural más que homogeneizar ha hibridado". Todo es híbrido, los textos son híbridos, las prácticas son híbridas y los pueblos son híbridos. Por tanto, los académicos se enfrentan a la necesidad de estudiar "las situaciones, contextos y escenarios en los que tienen lugar los encuentros culturales" y a la necesidad de encontrar los términos adecuados para describir ese proceso: sea "hibridismo", "crisol", "traducción" o "criollización" (BURKE 2010, p. 64).

Es decir, no solamente la historia cultural ha encontrado un camino que le asegura su pervivencia y desarrollo, sino que viene a solucionar parte de sus problemas, incluso su mismo agotamiento como corriente. Lo cultural, dice Burke, está hoy en lo global, en el estudio de los encuentros, en la hibridación presente y pasada. Pero si, como él mismo reconoce, los mejores y más claros ejemplos de interacción cultural los encontramos en la historia de los imperios, en los momentos de contacto entre distintos pueblos y civilizaciones, la pregunta es cómo compaginar esa mirada macro con la perspectiva micro, cómo armonizar a Gruzinski con Ginzburg o Davis.

Problemas de perspectiva

Retomemos la pregunta inicial o uno de sus aspectos. Los calificuemos o no de historiadores culturales, Ginzburg y Davis utilizan la escala microhistórica para reconstruir las vidas que estudian, mientras que la mirada que caracteriza la obra de Gruzinski es mucho más amplia, macrohistórica en buena medida. Así pues, si nos atenemos a las fronteras académicas, o a la imagen que de ellas solemos transmitir, diríamos que entre una y otra perspectiva no puede haber puntos de contacto, más bien se oponen. Francesca Trivellato, examinando este asunto en un volumen de homenaje a Giovanni Levi, nos lo ha recordado: quienes emplean el microanálisis hacen un uso intenso de las fuentes primarias, mientras un trabajo de signo contrario se basará en las secundarias; asimismo, una mirada macro preferirá cubrir siglos, cuando no milenios, con un repaso veloz a hechos y procesos, lo que se opone a la aproximación sincrónica, atenta a la interconexión entre diversos fenómenos; de ese modo, si el microhistoriador se interesa por los hombres de carne y hueso, buscando la complejidad en lo simple, su contraparte se preocupa por situar a Europa en una perspectiva comparada, simplificando para generalizar (TRIVELLATO 2011a). Levi lo expresa de otro modo en esa misma obra: los historiadores no deberían generalizar sus respuestas, pues la historia es la disciplina que generaliza sus preguntas, es decir, plantea cuestiones que tienen un significado general y reconoce que las posibles respuestas son infinitas, según el contexto local. Eso no significa que los microhistoriadores no hayan introducido una perspectiva más general en sus trabajos; lo que ocurre es que lo hacen a su modo: bien con una amplia recopilación y lectura de los documentos, que les permite situar lo que estudian en un contexto amplio, conectando acciones y creencias de un individuo con las de otros coetáneos; bien distanciándose de la fuente, lo cual les facilita identificar ecos y filiaciones en otros textos más o menos alejados (LANARO 2011).

Entonces, ¿son compatibles esas dos propuestas? Por extraño que pueda parecer, así es, aunque solo sea porque en los últimos tiempos ha habido intentos en tal sentido. Si hablamos de encuentros, como sugiere Peter Burke, hemos de convenir en que ha habido una pequeña explosión de estudios sobre personas, conocidas y desconocidas, que vivieron a caballo de distintos mundos y que los mezclaron o que, sin haber experimentado ese viaje ni mantenido tales encuentros, sirven igualmente para establecer esa suerte de microhistoria global. En realidad, el propio historiador británico lo había adivinado o advertido años atrás. A principios del nuevo siglo, con motivo de una nueva edición de su *Formas de hacer historia*, introducía un breve prefacio para informar de los añadidos ahora incorporados, para incluir la investigación reciente en la historia de la lectura, historia intelectual y la microhistoria. A esta última, además, le dedicaba un apartado específico, un apéndice titulado "El debate de la microhistoria". Puede que los historiadores, como los médicos, decía en aquel colofón, tengan que aprender a convivir con conceptos alternativos y en apariencia incompatibles, es decir, puede que las partículas de microhistoria tengan que coexistir con las ondas amplias de la macrohistoria, vincular lo microsocioal con lo macrosocioal, las experiencias con las estructuras, las relaciones personales con el sistema social o, en suma, lo local con lo global. Así pues, si no queremos que la microhistoria se convierta en escapismo, hemos de perseguir ese tipo de conexión en apariencia contradictoria y, para ello, quizá haya que prestar más atención a los diferentes tipos de intermediarios entre comunidades y mundo exterior o quizá tengamos que retroceder y avanzar entre los dos niveles (BURKE 2003).

Pero que se defiendan esas propuestas o que haya ejemplos que las concreten no evita los problemas; en cierto modo, los enfatiza. Burke citaba entonces algunos casos, pero podemos tomar uno más reciente, el estudio sobre *Three Ways to Be Alien* que nos ofrece Sanjay Subrahmanyam, un historiador que comparte perspectiva con Gruzinski y sobre el que volveremos más adelante. Introduciéndonos en la vida de un aventurero y notable bereber del quinientos, Subrahmanyam se pregunta lo mismo que los microhistoriadores y se cuestiona por las posibilidades de la biografía dentro de esa empresa. Abordar las vicisitudes de un individuo reproduce, cuando no agudiza, las mismas dudas: cuán típicas o inusuales son las peripecias de determinados individuos, hasta qué punto son significativas, cuáles son los procesos en los que las podemos situar y que definen su trayectoria. La respuesta no es sencilla, pero el intento más satisfactorio es abordar cada una de esas biografías como un puente que nos conecte con otras, una pasarela que haga las veces de enlace entre microhistoria e historia mundial o global y que nos permita salvar la brecha que separa ambas perspectivas. En su caso, tres individuos, tres vidas que transcurren entre 1530 y 1720 y que discurren en un amplio espacio, desde la India hasta el Mediterráneo (SUBRAHMANYAM 2011).

Algo semejante se pregunta Tonio Andrade, por ejemplo, cuando se plantea si podemos escribir a escala individual desde una perspectiva global, a lo que responde con mucho más entusiasmo: esos precedentes han sido exitosos y los han ofrecido académicos que en principio no solemos asociar con

la perspectiva macro. Son trabajos que adoptan una aproximación biográfica a la que inyectan asuntos que son globales: el chino Hu de Jonathan Spence, la Elizabeth Marsh de Linda Colley y el León el Africano de Natalie Zemon Davis serían a su juicio los mejores ejemplos de tal orientación. En esos casos, la persona y la vicisitud reconstruidas servirían para comprender las múltiples y yuxtapuestas conexiones entre culturas y grupos, vistas desde los actores y no tanto desde los contextos y las instituciones que los hacen posibles, que generan incluso los documentos que nos permiten rescatarlos. El resultado es un trabajo que, al centrarse en individuos, al proporcionar perspectivas concretas sobre problemas generales, produce obras fáciles de leer, excitantes incluso, capaces de conquistar a un amplio público (ANDRADE 2010). En fin, se trata de una microhistoria global que busca analogías, conexiones, encuentros entre mundos no fácilmente conciliables.

Pero las dudas permanecen. Para Trivellato, esos trabajos no tienen mucho que ver con la microhistoria en sentido estricto, con aquella corriente que asumía una voluntad crítica con determinadas ciencias sociales, o con algunos de sus modelos, sino que diluye todo eso en aras de conseguir ese público del que habla Andrade y que tiene como único enemigo, como único referente teórico al que oponerse, el modelo del choque de civilizaciones o el eurocentrismo. Los protagonistas de esas microhistorias globales son personas que encarnan la dislocación geográfica y cultural, de modo que no sorprende que a menudo provengan de grupos minoritarios obligados a desplazarse y que, así, jugaron un papel como intérpretes lingüísticos y culturales, no solo en el contexto meramente europeo, sino más allá de esas fronteras, como si ello fuera algo habitual en aquellos tiempos. Y así, aunque sus vicisitudes nacen en contextos de violencia, generada en nombre de una religión dogmática, por razones de Estado o por el contacto entre colonizadores y colonizados, el asunto central son los canales de comunicación y la negociación entre culturas. En lugar de hablar realmente de violencias e incompatibilidad, hablan de encuentros. Ejemplo de ello sería León el Africano, que, por medio de la pluma de Zemon Davis, se convierte en un héroe de nuestro tiempo que sobrepasa fronteras y religiones, alguien que busca un mundo pacífico e iluminado, una figura que trasciende al propio personaje y que, en suma, nada tiene de ejercicio microhistórico, pues el contexto se emplea para rellenar las múltiples lagunas de su vida, pero nada nos aporta para iluminar ese mismo contexto. Más afortunado o más sofisticado sería Spence, que consigue transmitir las desgracias y el suplicio del converso chino que es llevado a Francia. Ese historiador también presenta la negociación entre dos individuos, entre dos personas, pero sin olvidar jamás el poder asimétrico que representan, lo que los separa, asimetría que está en las fuentes y en la realidad de la que hablan.

Digámoslo de otro modo: para Francesca Trivellato, el potencial del enfoque microhistórico para la historia global está poco explotado, pues su conexión se ha limitado principalmente a adoptar una determinada forma narrativa, centrada en la biografía, para conectar los niveles micro y macro. Son estudios de individuos cuyas vidas atraviesan fronteras lingüísticas, políticas y religiosas, vidas que retratan el

entrelazamiento de tradiciones culturales distintas. Se trata de libros, en fin, más atentos a narrar que a la tensión teórica, volúmenes de éxito entre todo tipo de públicos, obras cómodas. Sin embargo, carecen de las ambiciones metodológicas que estaban en el origen de la microhistoria italiana. De ese modo, mientras estos últimos pretenden hacer del pasado un territorio distante y desconocido del que podemos extraer nuevos significados situándolo bajo un microscopio, aquellos destacan por su habilidad narrativa para hacer del pasado algo más cercano, para hacer que los lectores se sientan parte de ese mundo perdido. En esa variación tendría mucho que ver el momento en el que esas investigaciones italianas son traducidas al inglés y cruzan el Atlántico, cosa que ocurre a partir de mediados de los años ochenta, en el momento en el que aparece la "nueva historia cultural", lo que contribuye a esa apropiación selectiva (TRIVELLATO 2011b).

Una excepción sería el trabajo de Emma Rothschild en la medida en que los encuentros interculturales no son la única preocupación de la autora, como sí lo sería en la mayoría de las microhistorias globales aparecidas hasta el momento. Para Rothschild, en efecto, un nuevo tipo de microhistoria es aquel que conecta lo micro y lo macro por medio de la historia de las propias conexiones de los individuos en el espacio y en el tiempo. Su trabajo, afirma, es un nuevo tipo de microhistoria: la familia que estudia, la de los hermanos Johnstone, se mueve mucho, se traslada, es una "*large history*" con relación al espacio; reúne a individuos de diversa condición legal y distintas clases sociales con amantes, criados y esclavos; el análisis cruza fronteras disciplinarias, mezclando vida privada, ideas, familia e historia de la esclavitud; es un modelo distinto, en suma, porque explora nuevas forma de conectar las microhistorias de individuos y familias con los contextos mucho más amplios de los que forman parte, desde una mirada macrohistórica (ROTHSCHILD 2011); una posibilidad nueva porque, hoy, a diferencia de lo que les ocurría a Ginzburg y Poni cuando buscaban el nombre (GINZBURG; PONI 1991), las nuevas tecnologías nos permiten encontrarlo de una manera sorprendente. Así, viene a decirnos, de encuentro a encuentro, se puede pasar de la historia de una familia a la de toda una sociedad, a la de un imperio como el británico en el siglo XVIII.

En todo caso, dividamos o no ese tipo de trabajos a la manera que nos propone Trivellato, unos y otros no están muy alejados de lo que podemos leer en los textos más recientes de Carlo Ginzburg, que, a su vez, sirven de inspiración para algunas de esas microhistorias globales. Eso ocurre con el reciente estudio de Roquinaldo Ferreira sobre el mundo atlántico, sobre las conexiones entre Angola y Brasil en tiempos de la esclavitud, quien, además, cita numerosos ejemplos de investigaciones semejantes a la suya. Su propuesta es la de Ginzburg y la de quienes como él definen la aproximación micro diciendo ofrecer descripciones densas de los individuos que estudian sobre la base de un análisis detallado de una vasta y ecléctica recopilación de fuentes primarias, sin olvidar que ese esfuerzo no alcanzaría su máximo potencial si no se conectaran esos casos con los procesos globales (FERREIRA 2012).

¿Pero qué dice ese célebre historiador italiano que pueda servir para esos fines? En uno de sus artículos, un experimento a propósito de la latitud, los

esclavos y la Biblia, nos expone que su acercamiento a la microhistoria ha estado muy influido por el filólogo románico Eric Auerbach. Y se pregunta: ¿cómo se las compone un filólogo, habituado a trabajar con una tradición cultural concreta, para acercarse a un mundo en el que interactúan tantas lenguas, tantas tradiciones culturales distintas? La respuesta sugerida por Auerbach era buscar los “puntos de anclaje”, algo desde lo que reconstruir inductivamente el proceso global. En su caso, el punto de anclaje es un tal Jean-Pierre Purry, al que Ginzburg observa de cerca, pero no para contarnos su peripecia ni para recrearse en ella, sino para responder a otras preguntas, generales, para demostrar que un caso singular, analizado en profundidad, es relevante desde un punto de vista teórico. De haber hecho lo primero, nos dice, de haberse conformado con rescatar del olvido las vidas de individuos o de grupos marginados, entonces la microhistoria sería algo periférico, sin nada que aportar a las teorías dominantes. Esta es su conclusión: una existencia elegida al azar, como la de Jean-Pierre Purry, profeta precoz de la conquista europea del orbe, puede hacer bien visible el intento de unificar el mundo, que es de lo que se trata. Se comprenderá ahora la lectura que de ese caso han hecho aquellos que hemos llamado microhistoriadores globales (GINZBURG 2005).

Conexiones insospechadas

Volvamos a Serge Gruzinski, a su pregunta sobre la posible relación entre Ovidio, Tiziano y unos *tlacuilo* y a su respuesta: puede que la reunión de tres nombres tan distintos la juzguemos extraña y sorprendente, pero los hilos que los unen no lo son. Y no lo son porque juntarlos nos permite comprender mejor la manera en que la cultura del Renacimiento europeo sirvió de enlace, de lenguaje común y hasta cierto punto compartido, entre los invasores europeos y los pueblos indígenas de la Nueva España. Aquí tenemos, resumido en pocas palabras, lo que propone cierta historia global y no parece haber ninguna contradicción, más bien al contrario, entre esa perspectiva y la que hemos visto desarrollar a los denominados historiadores culturales. De hecho, diríamos que en el fondo se preocupan por lo mismo, por los encuentros, los de las gentes del pasado y los del historiador con aquello que estudia. Pero eso no lo aclara todo, porque no toda la historia global es de ese tipo y, por tanto, necesitamos concretar un poco más.

Sabemos que hay un sinfín de etiquetas para catalogar estas obras: *world, global, transnacional, connected, entangled, croisée*, incluso *big o deep*, etcétera. Pero, además, advertimos que muchos de los trabajos más celebrados, como pudieran ser los de Kenneth Pomeranz o Jürgen Osterhammel, no son precisamente estudios de historia cultural, sino que más bien predomina en ellos un cariz económico, propio de quien pretende estudiar el capitalismo, el comercio, la industrialización, etcétera, aunque también se incluyan otros aspectos que podemos calificar de culturales. Entonces, ¿qué es realmente la historia global o como la queremos llamar?

No hay duda de que la idea de una historia general, universal o comparada es algo muy antiguo, aunque también es fruto de ciertas exigencias del

presente: cambios en las capacidades y las fuerzas de los Estados nacionales; las tendencias de la globalización; una nueva comprensión del espacio y el tiempo; la demanda de nuevos relatos, de grandes relatos, etcétera. Es decir, responde a determinadas reivindicaciones, incluyendo las de los estudios poscoloniales, y a nuevas preocupaciones cognoscitivas. Ante tales solicitudes, esa historia mundial aborda relaciones, conexiones de largo alcance, en el espacio y en el tiempo, procesos de intercambio y transferencia como la colonización o las migraciones. Tal área de estudio, más allá de su larga y diversa tradición, empezó a asumir el rótulo de *World History* a partir de los años sesenta, con la obra de William Hardy McNeill. En los años ochenta se crearía la *World History Association*, de la que surgiría en 1990 la *Journal of World History*. Sus principales representantes, como Patrick Manning (MANNING 2003), entienden que se trata de una historia que aborda las conexiones en el seno de la comunidad humana global, que privilegia la dimensión transcultural y que, por tanto, cuestiona el marco de los Estados nacionales. Su objeto preferente suelen ser los descubrimientos y el posterior proceso de modernización a partir de la discusión sobre la superioridad europea y la aplicación de una mirada policéntrica sobre el mundo.

164

Algo semejante se puede decir, aunque con ligeras diferencias, de la denominada *Global History*, que desde 2006 cuenta con la *Journal of Global History*. Patrick O'Brien, su principal impulsor, se decanta más hacia el presente, hacia una historia de la globalización. Se trataría de ofrecer una nueva narración global que pudiera superar siglos de tradiciones eurocéntricas, sinocéntricas e islamocéntricas trazadas por las distintas historiografías. Para ello, es necesario comparar Oriente y Occidente, analizando cómo ambos mundos se condicionan, cómo tal conexión explica su diferente desarrollo; comprender la diferencia y la diversidad, valorando los logros de cada pueblo, comunidad o cultura; en fin, entender esas tendencias aceleradas hacia la interdependencia y la integración a escala mundial que hoy sentimos. Eso, en suma, solo es posible si nos desligamos de las tradiciones nacionales, regionales, étnicas y religiosas, si construimos metanarrativas que puedan profundizar en todo ello, que nos hagan conscientes de que la condición humana siempre ha incorporado influencias globales, que se ha mezclado con elementos locales en todas sus dimensiones esenciales (O'BRIEN 2006).

Más allá de las etiquetas, la cuestión aquí es que tanto una como otra subrayan, como hemos apuntado, la perspectiva económica. La segunda de las mencionadas, además, responde a determinado giro espacial, remite al mundo como espacio; se ha dicho incluso que su práctica sería semejante a la que resultaría de observar nuestro planeta desde un satélite o una nave espacial, señalando así el tipo de procesos a estudiar. A eso debe añadirse una especie de mirada según la cual la historia empieza en el presente, con la actual era de la globalización, a la que se pueden añadir otras eras anteriores dentro de esa nueva larga duración. Así pues, si bien hay muchos historiadores culturales que se han sentido atraídos por una mirada macro, conviene señalar que no ha sido tanto por tales propuestas como por otra cercana, pero no coincidente, que se ha dado en llamar *entangled* o *connected* o *croisée*, según los casos y gustos.

Desarrollada sobre todo en Francia y Alemania, pero no ausente en el mundo anglosajón, nos hallaríamos ante una perspectiva que algunos han calificado de menos radical, más elástica. Se trataría, como ha dicho François Hartog (HARTOG 2009), de revisar o reemplazar unas historias demasiado unívocas, asimétricas, desiguales, escapando asimismo de las cadenas de la historia colonial y nacional. Para ello, el autor no recurre necesariamente a las fuentes secundarias, sino a las primarias, que estudia de otro modo, ampliando la noción de documento y preguntándoles otras cosas. Pero la búsqueda de conexiones, en última instancia, no presupone que exista necesariamente una historia del mundo y una posible perspectiva única de lo posible en ella. Son las conexiones lo que importan y, en ese sentido, lo local se incrusta en lo global y la cultura predomina. Es decir, mientras otros comparan desde un punto de vista externo los objetos analizados, aquí se prefiere la sincronía y la interacción: individuos o grupos no son considerados solo a partir de la relación que mantienen, sino que también son vistos unos a través de los otros, en una intersección o reciprocidad que no los deja intactos ni idénticos tras los contactos experimentados, sino mestizos.

En efecto, esa es la conexión entre los historiadores culturales que hemos analizado; y es asimismo una determinada forma de historia global la que representarían, entre otros, Gruzinski y Subrahmanyam, autores ambos que, además, han mantenido contactos personales o académicos con la mayoría de los estudiosos del tema. ¿Pero qué dicen exactamente? Quizá el que más se haya manifestado sobre el particular haya sido Sanjay Subrahmanyam, para quien son dos los ejes fundamentales que guían su trabajo: se trata de una propuesta contra la historia nacional y, en segundo término, contra el enfoque comparativo, al menos en tanto ese se realice partiendo del elemento anterior. Hablando de historias conectadas (ETTER; GRILLOT 2012), el estudioso indio sitúa su origen en un artículo fechado en 1997. En efecto, esas ideas aparecen en aquel año de forma muy clara, cuando el autor aborda los objetos que son propios de su periodo preferido, lo que denominamos la temprana edad moderna. Sus reflexiones allí van en un doble sentido (SUBRAHMANYAM 1997). En primer lugar, la dinámica de esa época viene determinada, nos dice, por la conexión entre, por un lado, lo local y regional (el nivel "micro") y, por otro, lo suprarregional e incluso global (el nivel "macro"). Para el historiador que está dispuesto a rascar debajo de la superficie de sus fuentes, nada resulta ser lo que parece en términos de fijación y arraigo locales. Metodológicamente, eso plantea un problema no sólo al patriotismo local, sino a la fragmentación metodológica proclamada a los cuatro vientos por algunos de los posmodernos como única alternativa a la Gran Narrativa de la Modernidad. A partir de esa premisa, Subrahmanyam se pregunta cómo interactúan esas dos esferas, a lo que responde de forma no muy distinta a la que ya estamos acostumbrados en los historiadores culturales, con ejemplos de casos concretos. Para mostrarlo, utiliza incluso un incidente trivial, una discusión religiosa sobre el inminente fin del mundo entre el emperador mogol Akbar y el jesuita Antonio Monserrate, un suceso a través del cual vemos que lo local, lo específico, adquiere significado cuando lo situamos en un contexto más amplio,

regional y suprarregional. O, dicho en sus propios términos: sea cual sea el asunto abordado, no se puede intentar su "macrohistoria" sin ensuciarse las botas en los pantanos de la "microhistoria".

En segundo lugar, cuando indicamos que vamos a estudiar las conexiones supralocales en el mundo moderno, tendemos a centrarnos en fenómenos tales como los flujos de metales preciosos y su impacto, las armas de fuego, la llamada "revolución militar" o la circulación de renegados y mercenarios. Pero no es solo eso lo que fluye: las ideas y los constructos mentales también lo hacen, atravesando las fronteras políticas de aquel mundo y dejándonos ver que aquello con lo que estamos tratando no son historias separadas y comparables, sino conectadas. El hecho de que Akbar y Monserrate pudieran conversar sobre el inminente fin del mundo refleja obviamente esos hechos.

Subrahmanyam ha ido incluso más lejos, señalando la falsedad de la idea según la cual solo Europa poseyó formas reconocibles de historia y que la expansión permitió exportar esa forma de conocimiento a las colonias (NARAYANA RAO; SHULMAN; SUBRAHMANYAM 2003). Frente a esa aserción, él entiende que la historia no es un único género, sino muchos, y que ha habido distintas formas de escribir sobre el pasado, de modo que la única división posible es la que separa a las sociedades que veían el pasado históricamente de las que no lo hacían así; algo que, en todo caso, cambió a lo largo del siglo XVI, pero no solamente en Europa, sino también en Asia. Desde entonces, la historia universal simétrica y ordenada dejó paso a su contrario, a una mirada mundial acumulativa, incluso desordenada.

166

No obstante, las cosas no son tan simples como a primera vista parece. Si bien Subrahmanyam se preocupa por los tráficos culturales y valora la reducción de la escala, hay algunos aspectos de sus colegas que discute. Ante todo, al combinar las dos perspectivas, al no partir de una de ellas, ve en la modernidad un fenómeno a la vez global y localizado, en el sentido de que se refiere a procesos históricos concretos que ponen en contacto a sociedades que hasta ese momento estaban desligadas unas de otras, fenómenos como la exploración, el comercio o la expansión de las monarquías europeas o del imperio mogol. Ahora bien, eso no significa uniformidad y prosperidad, sino que tales relaciones fueron desiguales y, bajo tal asunción, no es tan entusiasta como Natalie Zemon Davis o Carlo Ginzburg sobre la posibilidad de que la microhistoria pueda capturar el macrocosmos por sí misma; y, sobre todo, es menos optimista que sus colegas sobre la forma de presentar las vidas que estudian: en ocasiones, se da una imagen de esos sujetos excesivamente blanda, mientras que Subrahmanyam prefiere recordar que en el contexto de las historias conectadas suele predominar el conflicto, aunque esté "contenido".

Recordemos que este último historiador remite el origen de su propuesta a un artículo aparecido en 1997, un aspecto que no es menor, como no lo es su biografía y sus relaciones personales. En sus inicios en la Delhi School of Economics se había preocupado por la economía comparada, hasta que, en 1995, se traslada a París como "*directeur d'études*" de la EHESS. En 2002, pasará a ocupar en Oxford la recién creada cátedra de Indian History and

Culture, lugar que abandonará en 2005 para dirigir el nuevo Center for India and South Asia de la UCLA, donde, durante unos meses, coincidirá con Ginzburg, hasta que este regrese a Italia. Esta biografía es importante por diversas razones, una de las cuales es que su llegada a París le permitirá contactar con el grupo de Serge Gruzinski. En efecto, en 1994, Nathan Wachtel y este último habían creado en l'Ecole un centro sobre América Latina, antecedente del actual Centre de Recherches sur les Mondes Américains, donde, en 1997, organizaron un seminario sobre las relaciones entre América y Asia. En palabras de Subrahmanyam, desde aquella coincidencia cada uno tiró del hilo a su manera: él centrándose en el mundo euroasiático y Gruzinski por medio de la Monarquía católica, con la diferencia de que el francés analiza la circulación de textos e imágenes dentro de ese imperio y sus periferias, mientras el indio no tiene al imperio como preocupación dominante en su trabajo. Más allá de los distintos espacios u objetos, la perspectiva es concordante.

Por tanto, aunque por diversas razones no siempre se le reconozca su prelación, aunque él mismo suela remitir a su colega indio, fue Gruzinski uno de los primeros en ir más allá de lo comparativo y privilegiar el estudio de los cruces entre culturas, en proponer lo que se ha llamado también una "*histoire croisée*", una manera de trabajar que rompiera los marcos cronológicos y geográficos habituales y desechara el etnocentrismo. Lo que ocurre es que parte de sus textos sobre el asunto, aquellos de mayor consistencia teórica, son posteriores a los de Subrahmanyam y reiteran sus ideas. Por ejemplo, rechaza también la historia comparada, por engañosa, porque acabaría ofreciendo visiones dualistas, con análisis sistemáticamente concebidos en términos de alteridad, cuando las fuentes que él estudia revelarían otra cosa: el fenómeno de la aculturación en la América colonial muestra paisajes mezclados, a menudo sorprendentes y siempre imprevisibles. En eso consistirían las "*connected histories*" que promueve su colega, historias ligadas, conectadas, que se comunican entre sí. Además, se plantea las mismas dudas respecto de la escala de observación. El ejercicio, nos dice, puede privilegiar lo microscópico, realizándose desde una base local, siempre y cuando lo cercano no nos haga olvidar lo lejano, pero puede abarcar también horizontes mucho más vastos, al compás de las ambiciones planetarias aparecidas en distintos momentos de la historia (GRUZINSKI 2001).

Curiosamente, Gruzinski utiliza como Ginzburg el término "puntos de anclaje", para referirse a lo local, a la patria, ese lugar al que uno siempre regresa, para, desde allí, conectarlo con lo global, con ese mundo que Magallanes y Elcano han convertido en un globo que es posible circunvalar, estudiando cómo la expansión ibérica hace emerger ese segundo aspecto y cómo, a su vez, ello redefine lo local, cobrando ambos espacios un nuevo sentido en un proceso paralelo e indisociable. De ahí, finalmente, una de sus más recurrentes propuestas, la de explorar la proliferación de mestizajes en las sociedades sometidas a una dominación de dimensiones planetarias, la de analizar el pensamiento mestizo y todas las otras experiencias que pueden calificarse así. Para eso, toma de nuevo un referente muy querido por los historiadores culturales, la obra de Aby Warburg. Así empieza precisamente el volumen que dedica a *El pensamiento*

mestizo, recordando cómo aquel historiador vinculó la cultura “primitiva” de los indios con la del Renacimiento, cómo mostró que la modernidad había alumbrado unos “destructores fatídicos de la noción de distancia” y cómo se podía retomar su impulso a partir de los indicios que involuntariamente había dejado, detalles y pistas que le conducen a esas “culturas mestizas” (GRUZINSKI 2000, p. 14).

Intercambios culturales

¿Por qué decimos que esas ideas están en Gruzinski mucho antes y, en todo caso, cómo las desarrolla? Si observamos sus textos, veremos que, en los años ochenta, cuando estudia las respuestas indígenas a la dominación española, habla de las nuevas y complejas síntesis que se habían ido conformando, la cristiana y la nativa (GRUZINSKI 1988; 1989). Ambas, viene a decir, se influían mutuamente por medio de un “intercambio cultural cruzado”. Lo más curioso del asunto es que ese término es prestado, pues se toma de Natalie Zemon Davis, que, a su vez, lo remite a Elizabeth L. Eisenstein (DAVIS 1993). Esta última lo aplica al efecto de la imprenta en las élites cultas y en las poblaciones urbanas en la Europa de la Edad Moderna y eso le sirve a Davis para hablar del “intercambio cruzado” entre sistemas que antes “estaban divididos en compartimentos” (EISENSTEIN 2005).

No podemos decir que haya una conexión entre Gruzinski y Davis, más allá de referencias como la mencionada. Sí la hay del primero con Peter Burke, con quien ha coincidido en diversas ocasiones, y existe entre Subrahmanyam y Davis, aunque empieza en época posterior, justo cuando el primero se traslada a los Estados Unidos: de hecho, una de sus primeras actividades será precisamente presentar en 2006 el entonces recién aparecido *Trickster Travels*, acto que tuvo lugar en septiembre de aquel año en el Heyman Center for the Humanities, de la Columbia University y contó con presencia de la autora.

Puede que a algunos les resulte extraña la conexión entre ese tipo de mirada global y la obra de esta historiadora norteamericana, pero en esta ocasión no es ninguna sorpresa. Digamos de entrada que tanto Carlo Ginzburg como ella han reiterado en numerosas ocasiones que su propuesta microhistórica es un proyecto ligado a la generalización. Por ejemplo, en un texto aparecido a principios de los años noventa, Davis indica que la perspectiva micro es uno de los terrenos donde puede saciarse el hambre de conocimiento que acucia a la historia social y cultural o a la antropología (DAVIS 2006a). Pero ha de practicarse correctamente, no como mera encarnación de una imagen más amplia, sino como caso ricamente analizado y disponible para compararlo con otros; de hacerlo así, concluye la autora, dice mucho de la macrohistoria, al mostrar cómo lo local recibe influencias de otros lugares al tiempo que también las remite. A partir de esa idea, y a diferencia de su colega italiano, la estudiosa norteamericana no cesa de referirse a las bondades y los beneficios de una mirada global, insistiendo desde el principio en que al analizar otras culturas era preferible hablar de “encuentros” más que compararlas.

Esa preocupación queda confirmada cuando interviene en el decimonoveno Congreso de Ciencias Históricas (OSLO 2000), dedicado a las perspectivas

de la historia global. Zemon Davis será una de las principales participantes. Su comentario versó sobre si sigue siendo provechoso un único gran relato, si era un objetivo apropiado para la historia global. No lo era, a su juicio, porque ese tipo de narraciones le parecían especialmente vulnerables a los patrones característicos del tiempo y el lugar del historiador, por muy útiles que pudieran ser en determinados casos. De todos modos, añadía, si la nueva historia global y descentralizada descubre trayectorias históricas alternativas, entonces haríamos bien en dejar que nuestras propias historias fueran asimismo alternadas o múltiples. Esa misma idea la reiteró unas semanas después, en septiembre, en el congreso de los historiadores alemanes celebrado en Aquisgrán (DAVIS 2008a).

Para Davis, los practicantes de ese tipo historia tienen una sola cosa en común: reniegan del Estado nacional como marco para sus narrativas, pues se trata de una creación reciente y ya discutible, por lo que se prefiere hablar de regiones o de imperios, de economías, religiones u organizaciones políticas de tipo "*cross-national*". Al margen de ello, manifiestan muchos más desacuerdos entre sí, en sus contenidos y objetivos, que los que en su día expusieron Voltaire o Ibn Jaldún. Unos trabajan con una voluntad comparativa intentando deducir unas determinadas leyes del cambio. Otros conciben lo "global" como un área cuyo objeto son las épocas recientes, desde el siglo XVIII, cuando la gente puede moverse, migrar y viajar, cuando economías y comunicaciones son efectivamente globales y cuando los peligros militares y del entorno proporcionan esa conciencia de globalidad. Finalmente, están quienes lo entienden como milenario y como un campo que, además de personas, trata de ideas, bienes, animales, plantas o microbios. Todos, más allá de diferenciarse por el corto o largo plazo, se centran en las conexiones, los movimientos y la comunicación, pero no aceptan el valor de la microhistoria, porque, a pesar de reconocer su interés, entienden que es perdidamente local e idiosincrásica.

Ahora bien, Natalie Davis afirma que la realidad matiza esas propuestas, ante todo porque el Estado nacional continúa siendo un marco utilizado para pensar la historia política o la social, la de hombres, mujeres, campesinos y burgueses. Y no solo es una opción plenamente justificable, sino, en ocasiones, una necesidad política, apremiante incluso. Dicho de otro modo, ella entiende que los estudios de caso continúan siendo relevantes y que los situamos en un marco concreto, dentro de los límites de un Estado, no por mero capricho, sino porque hemos de tener en cuenta las diferentes variables que pueden afectar los acontecimientos analizados. Sin olvidar que el objetivo no es nunca estudiar lo francés, lo español o lo inglés ni compararlos, por lo que cuando se trascienden las fronteras se hace tomando como base una cuestión temática, como la clase obrera o los patrones religiosos, y no una historia nacional. Tampoco se puede olvidar la dificultad de una auténtica historia global, pues exige unas habilidades y unos conocimientos que solo muy pocos atesoran (como el dominio de distintas lenguas). Añádase a ello que sus resultados suenan a veces muy familiares, conocidos. Así pues, más que amparar ese tipo de historia, Davis prefiere defender la conciencia de lo global y aplicarla a cualquier clase de escritura que vayamos a emprender dentro de la disciplina. ¿Cómo hacerlo? Ante todo,

familiarizando al lector con las muy diferentes formas en las que los pueblos han vivido en el pasado, así como sus distintos “encuentros”, sean violentos o pacíficos, y los variados caminos por los que discurre el cambio.

En su caso, esa conciencia de globalidad le lleva a estudiar “encuentros” históricos entre culturas que se percibían a sí mismas como radicalmente diferentes, sean las relaciones entre cristianos y musulmanes o los contactos entre europeos y africanos (DAVIS 2011a). Nada de eso lo remite a lo que ya hemos visto, sino a los debates suscitados en Princeton por aquellos años, debates que identifica en la figura de su colega Robert Tignor y en su grupo de trabajo sobre el particular (TIGNOR 2002). Aunque en los dos casos haya un difícil equilibrio entre conexión y coerción, entre intercambio y poder, hay diferencias importantes: mientras ella interpreta “episodios individuales”, aquellos desean construir grandes narraciones de la historia del globo. Esa sería su debilidad: infravaloran la importancia de lo local, ignoran historias simultáneas de resistencia y de intercambios culturales, tienden a reproducir la misma narración occidental que pretendían impugnar. La solución que ella propone es sustituir esta última, sea cual sea, por otras variadas y plurales, en diálogo, que tengan en cuenta la persistencia de la historia local en todas sus formas.

170

De ese modo fue desarrollando Natalie Davis sus ideas sobre el particular, adquiriendo cierto renombre dentro del campo. Como tal, fue invitada de nuevo al vigésimo Congreso de Ciencias Históricas (SYDNEY 2005) para intervenir sobre el asunto. Aunque no pudo acudir, su texto fue publicado de inmediato en Alemania, en un volumen que se ocupaba de la historia “transnacional”, una obra en la que se incluían sendos capítulos dedicados a la historia cultural y a la microhistoria, aunque con planteamientos disímiles y no siempre relacionando ambas corrientes con la perspectiva global. Pero vayamos a su ensayo (DAVIS 2006b). En primer lugar, declaraba que es esencial describir e interpretar las relaciones entre los diversos pueblos atendiendo tanto al intercambio, la comunicación, el comercio y las alianzas, como al poder, la dominación y la resistencia resultante. Ambas cosas, insistía, pueden estar imbricadas, si se entiende el intercambio como coercitivo y la dominación como comunicativa, algo que ella misma había aprendido de sus propias investigaciones, estudiando por ejemplo los contratos matrimoniales, las ceremonias de boda o la vida marital, analizando sobre todo la historia de las mujeres y del género. Así, pasar de esos objetos a las relaciones entre europeos y pueblos indígenas o entre cristianos, judíos y musulmanes no exigía más que aplicar la misma dialéctica del intercambio a la nueva polaridad, la resultante de la dominación y la resistencia. En segundo término, es necesario cuidar nuestra postura interpretativa, dado que abandonar los rígidos esquemas de la modernización, esquemas que privilegian la mirada occidental y que es necesario corregir, no significa quedarnos sin modelos ni ritmos en los que circunscribir lo analizado. Seguramente tendremos que referirnos a las “múltiples modernidades” o a “camino alternativos”, pero eso hace mucho más rico el conocimiento histórico. Finalmente, debemos pensar en el trabajo del historiador de un modo que haga posible establecer una auténtica comunidad global.

Pero quizá el texto en el que Natalie Zemon Davis resume toda su posición sea posterior. En 2010 es galardonada con el premio Holberg y se organiza un simposio en torno a su persona sobre "Doing Decentered History: The Global in the Local", título también de su conferencia (DAVIS 2011a). El ensayo comienza de un modo habitual, semejante al que hemos mostrado para Serge Gruzinski o para el que nos es familiar en Carlo Ginzburg. En El Cairo de 1403, Ibn Jaldún comienza las correcciones finales de su *Muqaddima (Prolegómenos a la Historia Universal)*, el gran estudio en árabe del carácter y la historia de todas las civilizaciones. Dos años más tarde, en París, la poetisa Christine de Pizan hace lo propio con *Le Livre de la Cité des Dames (La ciudad de las damas)*, una innovadora defensa en francés de las cualidades y la amplia gama de logros de las mujeres. A pesar de la coincidencia cronológica, uno y otra estaban separados por sus referencias, por sus círculos y lectores respectivos. Entonces, se pregunta la autora: ¿por qué contraponer ambas figuras? La respuesta, concluye, está relacionada con la atracción aparentemente contradictoria entre lo local y lo global, entre esa historia "descentrada" pero unida en un "mundo globalizado".

Advierte Davis que el descentramiento remite tanto a la posición como al objeto del historiador, de modo que una historia descentrada no aborda el pasado desde el punto de vista de una única parte del mundo ni desde la óptica de los poderosos, sino que amplía su enfoque, social y geográficamente, y presenta un relato a partir de una pluralidad de voces. Entiende, además, que ese cambio de foco tiene claros antecedentes. Si el primer impulso consistió en escribir una historia donde los actores principales fueran el pueblo, las clases bajas, las oprimidas o las subalternas; el segundo redondeó el esfuerzo rescatando a las mujeres y al género. Todo ello según un modelo relacional: hablar de las mujeres es hacerlo de los hombres, los campesinos remiten a los terratenientes, los trabajadores a los patronos. Ahora bien, el descentramiento consiste en que, si bien se tienen en cuenta las diversas partes del conjunto, el historiador intenta que los subalternos, sus prácticas y sus creencias protagonicen el relato.

A esas primeras olas, de carácter social, le siguió otra de índole geográfica, surgida a partir de las preguntas que la primera había planteado, reformuladas ahora en el marco de los movimientos poscoloniales de finales del siglo XX, con un añadido: se estaba trastocando, invirtiendo más bien, la historia de las expansiones y de los imperios. Hubo, por supuesto, reticencias o advertencias. Por un lado, las de aquellos que, como el antropólogo Johannes Fabian (FABIAN 1983), anunciaban el peligro de que, al describir los encuentros con las culturas no europeas, se vieran simplemente como una versión anterior a la propia, una fase previa, cuando tales culturas, subraya Davis, deben ser tomadas como "absolutamente simultáneas y radicalmente contemporáneas". La segunda advertencia proviene de Dipesh Chakrabarty (CHAKRABARTY 2008), que alerta sobre que el pensamiento histórico ha tomado a Europa como modelo exclusivo de modernización, de modo que el resto del mundo estaría siempre en situación de tener que alcanzarla o ponerse al día, cuando Occidente solo representa un camino hasta el presente.

Ese impulso de tipo geográfico conduciría, pues, a esa nueva historia mundial o global, cuyos antecedentes se remontarían incluso al siglo XVII. Ahora bien, lo que se pregunta Davis es si esa es la única forma, la más adecuada, para relatar el pasado en un mundo globalizado. Y su respuesta, como suele ser habitual entre historiadores culturales, es remitirnos a un ejemplo, ilustrar el asunto con esas dos “*local storytelling*” con las que empieza su ensayo, las de Christine de Pizan e Ibn Jaldún, aunque no en sí mismas, sino mostrando cómo llegó a ellas y cómo las investigó. Es decir, es su propia trayectoria personal, su cambiante manera de leer las fuentes, la que va a servir para mostrarnos esos recorridos.

¿Cómo llegó desde sus primeros análisis locales a otros más globales? Por medio de las comparaciones, realizadas inicialmente dentro de Europa. A medida que consideraba la relación de las mujeres con la Reforma protestante y la católica, comprendió las posibilidades y limitaciones de ambas, lo cual le condujo a explorarlas en su *Mujeres en los márgenes* (DAVIS 1999), que era una reflexión sobre las potencialidades creativas de la vida más allá de los centros de autoridad y de conocimiento. Fue esa experiencia la que la cambió como historiadora, porque ya no pensaba en sí misma como “europeísta”, sino como alguien que podía cambiar de lugar. Desde aquel momento, escribir sobre Europa suponía siempre un intento de mirar sus objetos con los ojos de quienes habían vivido o vivían en otras partes del mundo. El primer lugar escogido en esta nueva etapa fue el norte de África, el hogar de Ibn Jaldún, donde la autora se propuso fijarse en aquel personaje al que los europeos llaman “León el Africano”, lo que significaba restaurar lo que subyacía, un musulmán de habla árabe llamado Hasan al-Wazzan. Es decir, no se trata tanto de hacer historia global, sino de hacer historia en un mundo globalizado. Eso es algo que advirtió con agudeza Clifford Geertz al evaluar una de sus obras, la dedicada a León el Africano (GEERTZ 2006). Para el antropólogo, el libro le recordaba el presente, por su conciencia de diferencia religioso-cultural y, a la vez, de contactos, de interacción, de pureza e hibridez, de resistencia y adaptación. La misma mezcla de civilizaciones se da en las vidas de las personas desplazadas y peripatéticas, nacidas en una tradición y llevadas hacia otra.

Ahora, pues, Ibn Jaldún y Christine de Pizan, a los que durante muchos años había puesto en compartimentos separados, podían aparecer como figuras de un mismo discurso, lo cual es una forma de ampliar las fronteras de la disciplina. Para Davis, tomar un momento singular y dos vidas innovadoras a ambos lados del Mediterráneo permite ampliar el marco geográfico y cultural en que los historiadores suelen presentar la producción y circulación del conocimiento. Pero hay una segunda manera de intensificar la conciencia global de los historiadores, sin renunciar al interés por lo concreto o lo local, que es la de centrarse en los casos de cruce cultural. En ese sentido, ella presenta una nueva investigación, centrada entre el Atlántico y el Caribe, en el mundo esclavista del siglo XVIII, en la que analiza cómo las prácticas africanas de adivinación, detección y curación cruzaron el Océano y se utilizaron o se transformaron en las comunidades mixtas de esclavos en las Américas, especialmente en la colonia holandesa de Surinam (DAVIS 2009; 2011b).

Espero, concluye ella y concluimos, que esto pueda mostrar algo nuevo, sea sobre la vida literaria y la composición de libros, sobre la esclavitud, la sanidad y la justicia o sobre la resistencia humana y la improvisación. O, como expone Joan Scott en el citado simposio (SCOTT 2011), la historia no se descentra simplemente porque se otorgue visibilidad a los que hasta ahora han estado ocultos o en sus márgenes. Los relatos, a veces incluso los de los poderosos, revelan la complejidad de la experiencia humana, hasta el punto de que impugnan las categorías con las que estamos acostumbrados a pensar el mundo. Los textos de Davis revelan de muchas maneras esa aseveración al exponer esos fluidos intercambios entre jueces y campesinos o entre protestantes, católicos, judíos y musulmanes. Esa es, diríamos, la manera en la que lo local se conecta inexorablemente con lo global, esa es la historia conectada o cruzada de la que hemos venido hablando. O al menos una de ellas.

Referencias bibliográficas

- ANDRADE, Tonio. A Chinese Farmer, Two Black Boys, and a Warlord: Towards a Global Microhistory. **The Journal of World History**, Hawai, Vol. 21, nº 4, p. 573-591, dic. 2010.
- BURKE, Peter. **Formas de historia cultural**. Madrid: Alianza, 2000.
- _____. (Ed.). **Formas de hacer historia**. Madrid: Alianza, 2003.
- _____. **¿Qué es la historia cultural?** Barcelona: Paidós, 2006a.
- _____. **Lenguas y comunidades en la Europa Moderna**: Madrid: Akal, 2006b.
- _____. **Historia y teoría social**: Buenos Aires, Amorrortu, 2008.
- _____. **Hibridismo cultural**: Madrid, Akal, 2010.
- _____. Cultural History and its Neighbours. **Culture & History Digital Journal**, Madrid, Vol. 1, nº 1, 2012. Disponible en: [dx.doi.org/10.3989/chdj.2012.006](https://doi.org/10.3989/chdj.2012.006). Acceso: octubre de 2012.
- CHAKRABARTY, Dipesh. **Al margen de Europa**. Barcelona: Tusquets, 2008.
- COLLEY, Linda. **The Ordeal of Elizabeth Marsh: A Woman in World History**. Nueva Cork: Pantheon Books, 2007.
- DAVIS, Natalie Zemon. **Sociedad y cultura en la Francia moderna**. Barcelona: Crítica, 1993.
- _____. Beyond Evolution: Comparative History and its Goals. In: WRZOSKA, W. (Ed.). **Swiat historii**. Poznan: Instytut Historii, 1998, p. 149-158.
- _____. **Mujeres de los márgenes**: tres vidas del siglo XVI. Madrid: Cátedra-Universitat de València-Instituto de la Mujer, 1999.
- _____. Stories and the Hunger to Know (In Lieu of Introduction). In: PROCHÁZKA, Martin (Ed.). **After History**. Praga: Litteraria Pragensia, 2006a. p. 5-8.

- _____. What is Universal about History. In: BUDDE, Gunilla; CONRAD, Sebastian; JANZ, Oliver (Ed.). **Transnationale Geschichte: Themen, Tendenzen und Theorien**. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2006b. p. 15-20.
- _____. Global History, Many Stories. In: OSTERHAMMEL, Jürgen (Ed.). **Weltgeschichte**. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2008a. p. 91-100.
- _____. **León el Africano: un viajero entre dos mundos**. València: PUV, 2008b.
- _____. Creole languages and their uses: the example of colonial Suriname. **Historical Research**, Londres, Vol. 86, nº 218, p. 268-284, mar. 2009.
- _____. Decentering History: Local Stories and Cultural Crossings in a Global World. **History and Theory**, Middletown, Vol. 50, nº 2, p. 188-202, may. 2011a.
- _____. Judges, Masters, Diviners: Slaves' Experience of Criminal Justice in Colonial Suriname. **Law and History Review**, Cambridge, Vol. 29, nº 4, p. 925-984, nov. 2011b.
- EISENSTEIN, Elizabeth L. **The Printing Revolution in Early Modern Europe**. Cambridge: CUP, 2005 (1983).
- ETTER, Anne-Julie; GRILLOT, Thomas. Le goût de l'archive est polyglotte. Entretien avec Sanjay Subrahmanyam. **La Vie des idées**, 27 de enero de 2012. Disponible en: <http://www.laviedesidees.fr/Le-gout-de-l-archive-est.html>. Acceso: octubre de 2012.
- 174 FABIAN, Johannes. **Time and the Other: How Anthropology Makes Its Object**. Nueva York, Columbia University Press, 1983.
- FERREIRA, Roquinaldo. **Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World Angola and Brazil during the Era of the Slave Trade**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- GEERTZ, Clifford. Among the Infidels. **New York Review of Books**, Nueva York, Vol. 53, nº 5, p.23-24, 2006.
- GINZBURG, Carlo. Latitude, Slaves, and the Bible: An Experiment in Microhistory. **Critical Inquiry**, Chicago, Vol. 31, nº 3, p. 665-683, prim. 2005.
- _____; PONI, Carlo. El nombre y el cómo: intercambio desigual y mercado historiográfico. **Historia Social**, Valencia, nº 10, p. 63-70, verano 1991.
- GRUZINSKI, Serge. **El poder sin límites: cuatro respuestas indígenas a la dominación española**. México: Instituto Nacional de Antropología e Historia, 1988.
- _____. **Man-Gods in the Mexican Highlands: Indian Power and Colonial Society, 1520-1800**. Stanford: Stanford University Press, 1989.
- _____. Entre monos y centauros. Los indios pintores y la cultura del Renacimiento. In: ARÉS, Berta; GRUZINSKI, Serge (Ed.). **Entre dos mundos: fronteras culturales y agentes mediadores**. Sevilla: Escuela de Estudios Hispanoamericanos, 1997. p. 349-372.

- _____. **El pensamiento mestizo**. Buenos Aires: Paidós, 2000.
- _____. Les mondes mêlés de la Monarchie catholique et autres «connected histories». **Annales. Histoire, Sciences Sociales**, París, Vol. 56, nº 1, p. 85-117, ene./feb. 2001.
- _____. **Las cuatro partes del mundo. Historia de una mundialización**. México: FCE, 2010.
- HARTOG, François. De l'histoire universelle à l'histoire globale? Expériences du temps. **Le Débat**, París, nº 154, p. 53-66, mar./abr. 2009.
- LANARO, Paola. Entrevista a Giovanni Levi. In: LANARO, Paola (Ed.). **Microstoria: a vent'anni da L'eredità immateriale; Saggi in onore di Giovanni Levi**. Milan: Franco Angeli, 2011. p. 169-177.
- MANNING, Patrick. **Navigating World History: Historians Create a Global Past**. Nueva York: Palgrave MacMillan, 2003.
- NARAYANA RAO, Velcheru; SHULMAN, David; SUBRAHMANYAM, Sanjay. **Textures of Time: Writing History in South India 1600-1800**. Nueva York: Other Press, 2003 (2001).
- O'BRIEN, Patrick. Historiographical Traditions and Modern Imperatives for the Restoration of Global History. **Journal of Global History**, Cambridge, nº 1, p. 3-39, mar. 2006.
- ROTHSCHILD, Emma. **The Inner Life of Empires: An Eighteenth-Century History**. Princeton: Princeton University Press, 2011.
- SCOTT, Joan W. Storytelling. **History and Theory**, Middletown, Vol. 50, nº 2, p. 203-209, may. 2011.
- SERNA, Justo; PONS, Anacleto. **La historia cultural**. Madrid: Akal, 2013.
- SPENCE, Jonathan D. **La pregunta de Hu**. València: PUV, 2009.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay. Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia. **Modern Asian Studies**, Cambridge, Vol. 31, nº 3, p. 735-762, jul. 1997.
- _____. **Three Ways to Be Alien: Travails and Encounters in the Early Modern World**. Waltham: Brandeis University Press, 2011.
- TIGNOR, Robert et al. **Worlds Together, Worlds Apart: A History of the Modern World from the Mongol Empire to the Present**. Nueva York: W.W. Norton, 2002.
- TRIVELLATO, Francesca. Microstoria, storia del mondo e storia globale. In: LANARO, Paola (Ed.). **Microstoria: a vent'anni da L'eredità immateriale; Saggi in onore di Giovanni Levi**. Milan: Franco Angeli, 2011a, p. 119-31.
- _____. Is There a Future for Italian Microhistory in the Age of Global History? **California Italian Studies**, California, Vol. 2, nº 1, 2011b. Disponible en: escholarship.org/uc/item/0z94n9hq. Acceso: octubre de 2012.

Combates na história atlântica: a historiografia de Joseph E. Inikori*

Battles in Atlantic History: the Historiography of Joseph E. Inikori

Gustavo Acioli Lopes

aciolilopes@yahoo.com.br

Professor adjunto

Universidade Federal da Paraíba

Av. Júlia Freire, 1555/2102 - Expedicionários

58041-000 - João Pessoa - PB

Brasil

Resumo

O presente artigo aborda a historiografia do nigeriano Joseph E. Inikori, destacando sua análise de três temas clássicos da história atlântica moderna: o aspecto quantitativo do tráfico transatlântico de escravos, o impacto do tráfico de escravos na África e a relação entre o capitalismo e a escravidão moderna. Apresentam-se os seus argumentos em contraposição a outras abordagens que aqui denominamos "revisionistas", de forma a ressaltar os principais pontos de discordância que têm marcado os debates no campo referido e a posição de Inikori nele. Argumenta-se, enfim, que suas análises constituem uma tese mais ampla sobre a formação do mundo atlântico desde o séc. XVI até o advento da Revolução Industrial.

176

Palavras-chave

Joseph E. Inikori; Historiografia; História atlântica.

Abstract

This article investigates Joseph E. Inikori's historical writings, highlighting his approach to three classical subjects of modern Atlantic history: the quantitative features of the transatlantic slave trade, its consequences on African societies, and the relation between capitalism and modern slavery. It introduces Inikori's approaches as opposed to other perspectives, here identified as "revisionist", in order to underscore the major points of disagreement that have been pervasive in this field of scholarly debates, as well as Inikori's standpoint in them. Finally, the article argues that Inikori's analyses comprise an encompassing thesis on the making of Atlantic world from the sixteenth century to the Industrial Revolution.

Keywords

Joseph E. Inikori; Historiography; Atlantic history.

Recebido em: 5/8/2012

Aprovado em: 13/10/2012

* Gostaria de agradecer ao prof. Maximiliano M. Menz (UNIFESP), que leu a primeira versão do artigo e fez sugestões importantes; e ao mestrando Diego Cambraia (FFLCH/USP), pela ajuda na obtenção de material bibliográfico. Devo mencionar os pareceristas anônimos, cujas observações me permitiram tornar mais precisos alguns trechos do texto e corrigir informações.

Joseph E. Inikori se formou na Universidade de Ibadan, na Nigéria, onde concluiu o seu doutoramento nos anos 1970.¹ Em seguida, ele passou a lecionar em outra destacada universidade nigeriana, a Ahmadu Bello, onde foi professor por 15 anos (1974-1988). Ele fez parte do que se tornou conhecido como a "Escola de História de Ibadan", ou seja, um conjunto de historiadores africanos que renovaram os estudos sobre a África, em particular das sociedades que compuseram a Nigéria quando de sua independência, desde os anos 1950, a partir da fundação da Universidade de Ibadan (FALOLA 2006; LOVEJOY 1985, p. 203). Esse grupo ligado à Universidade de Ibadan privilegiou a pesquisa e a narrativa de eventos políticos do período anterior à conquista europeia no séc. XIX, pois visava alicerçar a unidade nacional numa narrativa do passado que apontasse para uma unidade prévia e para uma continuidade política. No entanto, desde o princípio de sua trajetória acadêmica, Inikori foi bem além do foco temático do grupo, ao tratar de questões socioeconômicas que transcendiam a história da Nigéria (LOVEJOY 1985, p. 198-199). Posteriormente, Inikori tornou-se professor da Universidade de Rochester (Nova Iorque), na qual permanece ainda hoje.

A obra do autor nigeriano é pouco divulgada entre os pesquisadores brasileiros, não sendo muito citada, mesmo entre os especialistas dos temas afins a sua produção. No entanto, Inikori tem produzido textos relevantes, com repercussões entre os pares, desde os anos 1970, dando uma contribuição importante aos debates acerca da história econômica moderna e contemporânea do mundo atlântico.² Da variedade de artigos, capítulos e livros em que apresentou suas pesquisas e argumentos, pode-se estabelecer uma linha de abordagem que marca boa parte de sua produção: a crítica às teses revisionistas.³

Os argumentos do autor são apresentados, aqui, de acordo com três temas que ele vem pesquisando e debatendo ao longo das últimas quatro décadas: a) o aspecto quantitativo do tráfico transatlântico de escravos (pelos ingleses e por todas as carreiras escravistas); b) o impacto do tráfico de escravos na África, incluindo aqui o papel dos africanos e dos europeus como "agentes" do tráfico; c) a relação entre capitalismo e escravidão, ou seja, entre a gênese da economia industrial britânica e o escravismo colonial. Por último, argumento que esses três temas estão conectados por uma tese mais ampla de Inikori sobre a economia atlântica moderna.

177

¹ A tese chamou-se *English Trade to Guinea: a Study in the Impact of Foreign Trade on English Economy, 1750-1807* e foi defendida na University of Ibadan, em 1973.

² Sobre os sentidos e abordagens da história do Atlântico, Cf. GAMES 2006. A autora, inclusive, considera os estudos sobre o tráfico transatlântico de escravos como o ponto de partida desse campo de pesquisas: "First and foremost, historians of the transatlantic slave trade have been especially insistent about putting an Atlantic perspective at the center of their work, starting with Philip D. Curtin's painstaking efforts to calculate the size of the trade, and continuing with the innovative and extensive research on the African diaspora. [...] No other field has been so aggressively engaged for so many decades in pursuing an Atlantic vision and in framing the field as a whole" (GAMES 2006, p. 743).

³ "Revisionismo", aqui, não deve ser entendido no seu sentido estrito, ou seja, de contestação das principais teses marxistas, o que passou a se dar desde a virada do séc. XIX, mas num sentido lato, isto é, de crítica a teses historiográficas consagradas, mesmo que, no presente caso, algumas das teses sejam oriundas do campo marxista ou marxizante da historiografia. Veja-se, por ex., LOVEJOY 1997. O revisionismo, nesse caso, contesta os argumentos que apontam para a fragmentação cultural e, portanto, a impossibilidade de correlacionar as culturas negras na América com grupos étnicos da África específicos.

O tráfico atlântico de escravos africanos: o primeiro embate

Desde os seus primeiros artigos, Inikori aliou a pesquisa documental ao debate metodológico e teórico para se contrapor às teses revisionistas sobre o tráfico transatlântico de escravos, incluindo o lugar do comércio e produção escravistas na formação da economia ocidental moderna e seu impacto sobre as sociedades envolvidas. Percebe-se tal relação em suas críticas às conclusões de Philip Curtin e de outros pesquisadores, cujos argumentos outro autor denominou como “escola minimalista” (M’BOKOLO 2003, p. 323),⁴ sobre o volume de escravos africanos transportados pelo Atlântico.

O livro de Philip Curtin, *The Trans-Atlantic Slave Trade: a Census* (1969), foi um marco nos estudos quantitativos do tráfico escravista no Atlântico.⁵ Insatisfeito com as estimativas amplamente divulgadas sobre o tráfico transatlântico, – que variavam entre 13 milhões e 25 milhões de escravos – Curtin sintetizou todos os cálculos efetuados e os dados até então publicados acerca do tráfico transatlântico e dos desembarques na América, corrigindo as estimativas e acrescentando outras próprias. Assim, reduziu pela metade a estimativa total, até então difundida, de escravos desembarcados nos portos do Atlântico, de 20 milhões para cerca de 9,5 milhões, admitindo que esse número poderia chegar, no máximo, a 11 milhões (CURTIN 1969, p. 268-269, Tabela 77).

178

Não é necessário retomar aqui todos os trabalhos que se seguiram a esse, a maioria dos quais revisou, aumentando, parte dos números de Curtin (ANSTEY 1975; ELTIS; RICHARDSON 1989; LOVEJOY 1982, p. 474-475). Interessam-nos as críticas que Inikori fez às conclusões do *Census* e o debate que se seguiu com o seu autor. Os autores discordam, principalmente, sobre os testemunhos contemporâneos da quantidade de escravos desembarcados em certo período numa determinada colônia. Curtin tendeu a rejeitar a representatividade desses números como média de períodos maiores. O argumento do autor é o de que os desembarques flutuavam muito para que um ano (ou mesmo alguns anos) pudesse ser tomado como média (CURTIN 1969, p. 147-149).

Inikori afirmou que Curtin tendia a exagerar as flutuações anuais do volume do tráfico e escolher sempre os dados e testemunhos que apontassem para volumes menores de escravos desembarcados. Assim, submeteu vários dos cálculos e estimativas de Curtin a revisões sistemáticas, sempre concluindo por uma elevação dos resultados de suas estimativas (INIKORI 1976c, p. 613-614). Por sua vez, Curtin argumentou que as críticas de Inikori tinham cunho político, daí sua preferência pelos “grandes números”, pois, segundo o autor, para Inikori “[...] lower numbers carried by the slave trade decrease European guilt while high numbers will increase it” (CURTIN 1976, p. 596). Inikori considerou ingênua a imputação de enviesamento político, concluindo que “[...] whether Curtin/Inikori has a political motive or not is immaterial to the issue in hand” (INIKORI 1976c, p. 610).⁶

⁴ Como afirma M’Bokolo: “O *Census* continua a ser a certidão de nascimento ‘científico’ da escola minimalista”, que ele considera uma vertente revisionista.

⁵ Sobre a importância desta obra para os estudos ulteriores, Cf. GEMERY; HOGENDORN 1979, p. 3.

⁶ Apesar da afirmação de isenção pelos pesquisadores dos aspectos quantitativos do tráfico, uma autora

O caso do tráfico de escravos para o Brasil ilustra com clareza a posição de cada um dos autores. Curtin valeu-se, sobretudo, dos estudos de Frédéric Mauro, David Birmingham (sobre as exportações de Angola) e Maurício Goulart (particularmente, sobre as importações da Costa da Mina) para estabelecer os números de importação pelo Brasil. Os dados estimados por Maurício Goulart (1950)⁷ já reduziram em muito as estimativas correntes até os anos 1940. Ainda assim, Curtin preferiu reduzi-las ainda mais; após fazer alguns reparos quanto à confiabilidade de algumas estimativas de Goulart, julgando-as sobre-estimadas, concluiu que o Brasil tinha importado 3.648.800 ou pouco mais de 38% do total dos desembarques na América (CURTIN 1969, p. 112-9, 206-10, 268, Tabela 77). Inikori questionou o argumento de Curtin de que os cálculos de Goulart fossem menos confiáveis do que os relativos a outras carreiras do tráfico atlântico (CURTIN 1969, p. 89, 210). Assim, a estimativa de 3.648.000 escravos importados pelo Brasil entre 1451 e 1870 foi considerada por Inikori “a serious underestimate” (INIKORI 1976a, p. 205).

Inikori continuou a insistir em que os números aceitos pelos “minimalistas” estavam abaixo do volume efetivo, sugerindo como limites entre 15 milhões e 20 milhões de indivíduos deportados pelo tráfico atlântico (INIKORI; ENGERMAN 1992, p. 5-6). Mesmo com a publicação dos dados e análises do *Trans-Atlantic Slave Trade Database* - TSTD (1999; 2010; ELTIS; BEHRENDT 2000; ELTIS; RICHARDSON 2008; ELTIS; LACHANCE 2007),⁸ estimando um teto aproximado de 12,5 milhões de escravos exportados da África via Atlântico (ELTIS; RICHARDSON 2010, p. 37, 43),⁹ Inikori continuou cético, como transparece em seu comentário sobre os dados apresentados no mais recente livro de Herbert Klein sobre o tema (1999), no qual utiliza os dados do TSTD, quando afirma:

Other difficulties worth mentioning include the volume of slave exports. Here figures are paraded with unwarranted certainty without telling the reader the quality of evidence upon which they are based. And when the authority of “most scholars” is invoked it is not clear whether the “most” refers to just a group of friends or it includes all scholars from Africa, the Caribbean, and the rest of the World (INIKORI 2002, p. 134).

Não por acaso, em seu livro mais recente (2005), Inikori simplesmente não menciona ou cita o *The Trans-Atlantic Slave Trade*, embora o volume do tráfico inglês, assim como o total atlântico, seja abordado na obra (Cf. MORGAN 2003, p. 875). A omissão explica-se pelas severas reservas que o autor manifestou sobre os resultados gerais delineados por D. Eltis e D. Richardson (2008). Embora Inikori tenha elogiado as contribuições específicas no volume que aqueles autores editaram, continuou a discordar da quantificação do

afirma, num balanço dos debates: “Correct calculation of the number of Africans taken from Africa and transported across the Atlantic continues to generate debate among scholars, contention having arisen on account of the difficulty of separating issues relating to the moral and emotional aspects of the transatlantic trade from its quantitative dimensions” (BECKLES 2000, p. 92).

⁷ Um *senso* do tráfico para o Brasil, similar ao de Curtin.

⁸ Disponível em <http://slavevoyages.org/downloads/2010estimates-method.pdf>. Acessado em 1/6/2012.

⁹ O total informado na base de dados on-line é 12.521.336: <http://slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces>. Acessado em 22/9/2012.

volume total do tráfico: "Much of this otherwise excellent work of historical scholarship, however, is tainted by the unfathomable attempt by the editors, Eltis and Richardson, to mislead the reader on the issue of the overall number of captives shipped from Africa and landed in the Americas" (INIKORI 2011, p. 250). A principal queixa do autor refere-se ao fato de que os novos números totais apontados pelos organizadores do *Trans-Atlantic Slave Trade Database* são superiores aos apresentados em 1999 em mais de 13% e, assim, muito próximos dos que Inikori havia proposto, o que o fez concluir: "Need it be said the weaknesses noted here are damaging to the credibility of the estimates of the overall size of the Atlantic slave trade presented in this volume by Eltis and Richardson" (INIKORI 2011, p. 251). Mesmo com a elevação significativa da estimativa total pelos organizadores do TSTD (bem superior, inclusive, à de Curtin), ela fica abaixo do total apontado por Inikori e Stanley Engerman: de 15 a 20 milhões de africanos traficados pelo Atlântico (INIKORI; ENGERMAN 1992, p. 5-6).¹⁰

O "*numbers game*", ou seja, o debate sobre o volume do tráfico de escravos não teria sentido algum se ele se cingisse ao aspecto quantitativo *per se* (M'BOKOLO 2003, p. 325). No entanto, a insistência de Inikori em que Curtin subestimou o volume total do tráfico de escravos prende-se a considerações mais amplas. Dentre elas, uma de não menor importância entre os pesquisadores do tráfico e da economia atlântica na modernidade refere-se ao nível de lucratividade do tráfico britânico de escravos. A estimativa do volume maior ou menor de escravos transportados pelos ingleses influi diretamente no cálculo do nível de lucratividade do tráfico inglês (DARITY 1985, p. 697-8). Aqui, estamos às voltas, mais uma vez, com uma posição revisionista e sua contestação, pois a tese dos "superlucros" foi difundida por Eric Williams e passou a ser contestada nos anos 1960 em diante.

Inikori abordou os dois temas de forma relacionada em outros artigos. Num primeiro, colocou em questão os pressupostos de dois outros autores acerca da natureza do tráfico escravista britânico.¹¹ Ao mesmo tempo, afirmou que os cálculos da lucratividade do tráfico escravista inglês realizados por Roger Anstey (1975, p. 46-50) estavam equivocados por subestimarem o número de escravos transportados pelos britânicos num determinado período do séc. XVIII, embora considerasse que a preocupação com os lucros em relação ao impacto do comércio atlântico sobre a economia pré-industrial britânica não fosse a mais relevante, dado que "[t]he contribution of the slave trade and slavery to the expansion of world trade between the fifteenth and nineteenth centuries constituted a more important role than that of profits" (INIKORI 1981, p. 746).

No entanto, o autor contestou fortemente as conclusões de Thomas e Bean baseadas na concepção dos autores de que o tráfico escravista britânico constituía uma estrutura de mercado competitiva e que, portanto, não dava lugar a lucros "anormais" (THOMAS; BEAN 1974, p. 886). Que Thomas e Bean

¹⁰ Os autores consideram serem estes os limites mínimos e máximos.

¹¹ O artigo em questão é THOMAS; BEAN 1974.

tinham como um de seus objetivos (se não o principal) contestar a tese dos superlucros e sua contribuição ao desenvolvimento industrial britânico fica claro nos primeiros parágrafos do seu artigo:

Historians of slavery and the slave trade have often left us with the impression that the slave trade was fantastically profitable. The view that it was the profits from the slave trade which financed the British Industrial Revolution and the first industrialization of the United States appears to be gaining adherents (THOMAS; BEAN 1974, p. 885).

Inikori procurou demonstrar que os autores estavam enganados quanto ao seu principal pressuposto (a estrutura de mercado do tráfico atlântico de escravos), bem como em relação a outros pontos correlatos,¹² apontando evidências do caráter monopolístico do tráfico inglês de escravos e a tendência a lucros altos no desempenho das grandes firmas dos portos escravistas, concluindo, enfim, que “[t]he profits were no normal profits of an easy trade” (INIKORI 1981, p. 776).

A resposta ao autor veio num artigo de B. L. Anderson e David Richardson (1983), no qual, como vimos também no tema acima, os autores contestam a metodologia, a interpretação das fontes e os pressupostos utilizados por Inikori, ou que atribuem a ele (ANDERSON; RICHARDSON 1983, p. 714-715). Os autores afirmam que a revisão para mais dos lucros do tráfico feita por Inikori é uma “reminiscência” das sugestões de Eric Williams, mas que as conclusões do autor se baseiam num número muito limitado de evidências para serem validamente generalizadas. Quanto à estrutura do mercado escravista transatlântico, concluem que “[t]he evidence points to a fiercely competitive environment in the British slave trade” entre os mercadores e os portos, (ANDERSON; RICHARDSON 1983, p. 716-720).

Inikori respondeu às críticas dos autores, reafirmando, como era de se esperar, suas conclusões anteriores. Note-se, porém, que aqui fica mais claro que a questão da lucratividade e, sobretudo, da estrutura do mercado escravista são elementos no argumento mais amplo sobre o papel do tráfico escravista inglês na Revolução Industrial. Um dos argumentos do autor para os lucros anormais das grandes firmas refere-se à inelasticidade da oferta de bens para o tráfico (têxteis e armas, principalmente), que gerava vantagens para os grandes traficantes, que, com maior liquidez, obtinham mais facilmente os produtos necessários. Da constatação da oferta inelástica de manufaturados, em particular nos momentos de alta demanda, segue-se que “[i]n general, it was the supply bottlenecks that manufacturing under handicraft technology ran against during such periods in the eighteenth century that created the environment for the inventions and compelled their adoption in the industries” (INIKORI 1983, p. 726). Portanto, mais relevante que a questão dos lucros do tráfico é o ambiente econômico favorável ao desenvolvimento industrial que a expansão mercantil ligada ao escravismo atlântico propiciou.

181

¹² É afirmada pelos autores e contestada por Inikori a elasticidade da oferta inglesa dos bens utilizados na compra de escravos na África e, ainda, do crédito necessário aos traficantes ingleses.

Quanto à questão do volume do tráfico, a polêmica continua, havendo apoiadores dos “minimalistas” e dos antirrevisionistas. Não obstante, apesar do debate, não houve uma só revisão das conclusões, parciais ou totais, da obra de Curtin, que não apontasse números superiores aos que ele calculou. Portanto, ainda que Curtin alegue que as suas estimativas foram computadas para serem revisadas, indicando uma expectativa de variação de 20% (para mais e para menos), Inikori alega que ele supunha que essas divergências se dariam nos casos das carreiras individuais, mas não no total estimado para todo o tráfico atlântico de escravos (INIKORI 1994, p. 46-47).

Já no caso da lucratividade, o debate parece ter se aproximado de um consenso. Kenneth Morgan considera que Richardson e Behrendt estão corretos em vista do tipo e da quantidade de fontes sobre as quais Inikori baseou o seu argumento. Por sua vez, William Darity Jr. considera que o debate sobre o caráter monopolístico ou não do tráfico escravista é uma falsa questão, pois “[t]he actual profitability of the slave trade cannot be determined by examining the industry’s structure”, ou seja, se era ou não monopolista (DARITY JR. 1985, p. 694). Este último autor também questiona as conclusões de outros pesquisadores quanto à relação entre os capitais provenientes dos lucros do tráfico escravista e o desenvolvimento industrial inglês.¹³ Não bastariam tais conclusões para lançar por terra os argumentos de Eric Williams, uma vez que “William’s theory is more complex than the argument that profits from the slave trade were important source of funds for individual investment [na indústria britânica]” (DARITY JR. 1985, p. 702), ponto sobre o qual Inikori me parece estar de pleno acordo. Em suma, a discordância entre Inikori, de um lado, e Anderson e Richardson (e Thomas e Bean), de outro, é tanto de método quanto de análise, pois, ao fim, reflete a aceitação e a rejeição, de cada parte, respectivamente, das teses de Eric Williams.

182

O impacto do tráfico de escravos nas sociedades da África

Num trabalho bastante influente, Walter Rodney (1982) procurou demonstrar o papel da Europa nas origens do subdesenvolvimento contemporâneo do continente africano. Um dos elementos ressaltados por Rodney concerne ao caráter deletério do tráfico de escravos sobre a economia das sociedades africanas atingidas pela escravização e o comércio de pessoas. Assim, ao argumento de que a África obteve “riquezas” em troca dos indivíduos que deportava, o autor responde: “This suggestion fails in take into account the fact that several European imports were competing with and strangling African products” (RODNEY 1982, p. 101). O setor mais importante a ser negativamente afetado foi o da produção têxtil, de forma que, diz Rodney, de produtoras e exportadoras de têxteis, as regiões envolvidas no tráfico com os europeus tornaram-se dependentes de importação: “[...] by the time that Africa entered the colonial era, it was concentrating almost entirely on the export of raw cotton and the import of manufactured cloth” (RODNEY 1982, p. 103-104).

¹³ Ainda que eles estejam corretos quanto à baixa ou “normal” lucratividade do tráfico escravista.

Essa tese seria contestada por alguns autores, que buscaram demonstrar que o comércio que envolvia a venda de escravos africanos para os europeus não afetara significativamente a economia africana e, portanto, não pode ser responsabilizada pelo seu subdesenvolvimento posterior. Pelo contrário, alguns pesquisadores argumentam que ao menos parte das sociedades envolvidas no comércio de pessoas escravizadas colheu benefícios do tráfico.

A controvérsia teve início com as críticas feitas por John Fage aos argumentos de Rodney acima citados. É significativo o ponto de partida dos argumentos daquele autor em relação aos avançados por este (e por outros): segundo Fage, as conclusões revisionistas¹⁴ foram criticadas devido ao fato de que o tema “must be highly emotive” (FAGE 1989, p. 97); ainda, especificamente em relação às teses de Rodney (no que concerne ao impacto socioeconômico do tráfico sobre a África), o autor as considera equivocadas, “perhaps by his ideological alignment” (FAGE 1989, p. 125). Portanto, de saída, os adversários das teses que atribuem importância fundamental ao tráfico escravista no ulterior evoluir das sociedades africanas têm seus argumentos vinculados a reações emotivas e ideológicas. Veremos, à frente, a resposta de Inikori a essa posição.

Vejamos quais os argumentos de Fage: ele contesta que o comércio euro-africano tenha prejudicado as sociedades africanas, primeiramente porque “[t] here is a plenty of evidence to show that bargaining whites and blacks was conducted more or less on equal terms” (FAGE 1989, p. 103); segundo, porque um comércio desvantajoso e com consequências negativas para as sociedades africanas não teria se prolongado entre as duas partes. Como explica o autor:

183

In view of the considerable commercial experience available in West Africa by about the fifteenth century, it seems unlikely that African rulers and merchants would have provided slaves for sale to Europeans, and on the scale that they did, if they have thought that this would lead to demographic catastrophe, to a dramatic reduction in number of a ruler's subjects and of a society's productive workers. It must rather be supposed that they must commonly have had some underlying idea that it was more rewarding to exchange a proportion of the available labour force for the goods brought to them by the Europeans than it was to retain this labor and to use it to manufacture equivalent goods at home in Africa (FAGE 1989, p. 106).

Mesmo a importação de armas, que se relacionou ao aumento da violência na geração de escravos, é vista de forma positiva: “It is probably fair to say that in the circumstances of the slave trade, firearms could serve as a sort of economic multiplier. A society which used labour to purchase firearms could acquire the means to secure more labour than it had lost in the purchase” (FAGE 1989, p. 107).

Os efeitos do comércio escravista atlântico sobre a África não poderiam ser tão negativos quanto Rodney argumentou, ainda segundo Fage, pois, esse ramo mercantil era, por um lado, um elo secundário no conjunto do sistema

¹⁴ Incluindo as de Philipp Curtin sobre o volume total do tráfico, pois Fage defendeu de seus críticos a acuidade das estimativas de Curtin: FAGE 1989, p. 100.

de trocas “intra-africano” e, por outro, fornecia aos africanos bens que eles, ou não poderiam produzir, ou o fariam com custos mais altos (FAGE 1989, p. 115). Enfim, mesmo tendo exportado, pelo menos, onze milhões de pessoas, não foram os mais hábeis nem os mais produtivos que os europeus carregaram para fora da África, mas “[...] it was more likely that it would be rejects from the African system, the less productive or more recalcitrant slaves [...]” (FAGE 1989, p. 115).

Os argumentos revisionistas foram ainda mais elaborados. Contestando o que qualificou de “posição pessimista” sobre os efeitos do comércio euro-atlântico relacionado ao tráfico escravista sobre as economias da África, John Thornton (2004, p. 48-88) apresenta elementos que se propõem a invalidar aquela abordagem. Segundo o autor, o fato de que os bens importados pela África em troca dos escravos eram não essenciais, que eram apenas suplementares à oferta doméstica e constituíam uma cesta de bens de consumo suntuário, permite-lhe concluir que

[...] o comércio da Europa com a África não pode ser visto como algo destrutivo, pois ele não espoliou nenhuma linha de produção africana nem impediu o desenvolvimento fornecendo produtos que poderiam ser manufaturados na África, mesmo quando se faz a diferença entre tecidos ou aço de boa ou má qualidade (THORNTON 2004, p. 99).

184

Nesse mesmo sentido concluíram David Eltis e Lawrence Jennings após a exposição e análise de dados quantitativos sobre as importações africanas de manufaturas: “[...] despite the rapid growth of Atlantic trade and the steady shift in the terms of trade in Africa’s favor, the rough quantitative evidence suggests that European products were only beginning to make an impact on Africa by the 1860s” (ELTIS; JENNINGS 1988, p. 957).

Inikori contestou a maior parte de tais argumentos, a começar pela pecha de que os argumentos antirrevisionistas são ideológicos. O autor assinala o caráter particularmente controverso da historiografia do tráfico atlântico de escravos, em parte pelo receio das sociedades envolvidas de verem-se, atualmente, como responsáveis ou beneficiárias do tráfico, resultando disso que “it is extraordinarily easy for some participants in the debate to invoke ideology. Hence, charges of ideology are sometimes substituted for serious scholarly investigation” (INIKORI 1994, p. 37).

No entanto, afirma Inikori, o que normalmente se verifica é uma má compreensão, por parte dos revisionistas, dos pressupostos teóricos que embasam os argumentos daqueles que afirmam que o tráfico atlântico de escravos está nas origens do subdesenvolvimento africano.¹⁵ Dessa forma, ele começa por esclarecer os conceitos fundamentais hauridos da teoria da dependência e do subdesenvolvimento e que subjazem à análise do desenvolvimento africano no longo prazo.¹⁶ Nesse sentido, argumenta ainda, as conclusões tiradas pelos

¹⁵ Não obstante, ele considera que Walter Rodney foi o primeiro a alegar que os revisionistas padeciam de um viés ideológico.

¹⁶ Inikori atribui a Paul Baran e Ander Gunder Frank as origens da teoria da dependência e a análise do subdesenvolvimento; ele assinala que a ênfase sobre os efeitos unilaterais de influências externas sobre as sociedades “dependentes” foi modificada, como reação a críticas “construtivas e destrutivas”, levando

revisionistas pecam justamente por aplicarem ao objeto em questão (os efeitos do tráfico atlântico sobre a economia africana) um arsenal teórico inadequado (INIKORI 1994, p. 37-44).

É o caso dos argumentos que apontam para os ganhos dos grupos africanos diretamente envolvidos na venda de escravos, como os de Fage na passagem citada anteriormente. Inikori contesta-os, apontando que os equívocos da análise se devem ao que chama de "tirania do paradigma" (no caso, a abordagem neoclássica): "Fage's paradigm did not allow him to distinguish between the selfinterest of ruling classes and social interest; [...]; between the collective interests of stronger communities and those of weaker ones" (INIKORI 1994, p. 48). Ou seja, o argumento revisionista confundiria ganhos privados com os benefícios coletivos, quando aqueles se deram em detrimento dos últimos. Mais ainda, Fage e, da mesma forma, Thornton não distinguem os ganhos de curto prazo dos efeitos de longo prazo. Ao enfatizarem a participação voluntária de lideranças políticas africanas no tráfico escravista com os europeus, julgam os autores que invalidam os argumentos de que tal mercancia fosse prejudicial à África, ao que responde Inikori: "Thornton is conceptually misled into believing that those who argue for a serious negative impact of the trade on Africa economies and societies must be arguing at the same time that individual African participants were forced against their will by the European traders". Tais autores não negam tal participação, nem que ela tenha gerado ganhos privados; porém: "long term development of socially efficient institutional arrangements and production relations was sacrificed for the short-term private benefit of a few individuals and ruling classes" (INIKORI 1994, p. 53).

O autor questiona, igualmente, os argumentos sobre o papel do tráfico de escravos para a economia africana.¹⁷ As questões colocadas por Eltis e Jennings, de acordo com ele, são inadequadas, mais uma vez por derivarem do paradigma neoclássico. Quando concluem, baseados em estimativas de valores de renda *per capita* em relação aos valores do comércio externo, que o valor dos bens recebidos em troca dos escravos correspondia a uma fração irrelevante do mercado doméstico de certas regiões africanas, Inikori considera que se trata de uma medida enganosa, dado que, provavelmente, mais de 95% do produto interno bruto da África Ocidental era composto por bens e serviços não comercializados. Portanto, "[t]he role of the Atlantic slave trade in the dynamic process of socioeconomic change can be accurately gauged only when it is related to the size of the market sector of the region's domestic economy at the time" (INIKORI 1994, p. 51). Um argumento semelhante é apresentado por Paul Lovejoy, que aponta para o impacto desproporcional do comércio escravista sobre as sociedades africanas. Ele também considera que a "ratio of the value of

à ênfase na evolução da estrutura de classes interna como resposta a influências externas prolongadas (INIKORI 1994, p. 38-39). Curiosamente, no entanto, o autor omite completamente a contribuição de F. H. Cardoso e E. Faletto para essa versão da teoria da dependência, cujos argumentos tiveram forte influência fora do Brasil, inclusive nos EUA (Cf. MANTEGA 1997, p. 38-50).

¹⁷ O autor também contraria os argumentos de John Fage e Joseph Miller quanto ao impacto demográfico, mas iremos nos concentrar nas questões econômicas. Outros autores também afirmam o impacto demográfico negativo do tráfico de escravos sobre as sociedades africanas envolvidas, como MANNING; LOVEJOY 1989, p. 387-388.

the external trade to per capita income is not an accurate indicator of the impact of the slave trade in Africa”, pois, dado o caráter das economias locais, “[a]lmost any incremental increase over subsistence would have had a disproportionate impact on the economy” (LOVEJOY 1989, p. 387).

Uma vez que na Europa da Idade Moderna, especialmente na Inglaterra, desenvolvia-se uma protoindústria cujo principal produto eram os têxteis e que eles (tecidos de algodão oriundos da Índia e da Europa) constituíam o principal bem comercializado em troca dos escravos no litoral da África atlântica, Inikori procura demonstrar que a exportação de cativos em troca das manufaturas europeias e asiáticas se constituiu num sério obstáculo ao desenvolvimento do setor têxtil na África ocidental.¹⁸ A demonstração dessa tese dá-se de forma indireta, uma vez que há poucos dados quantitativos concernentes à economia interna da África no período. Primeiro, pela análise do grau de protoindustrialização atingido pelo setor de manufaturas:

This level of industrial development is characterized, in the main, by the transformation of previously independent, small-scale producers of manufactures into semi-wage workers by Merchant capitalists who take over the supply of raw materials (and also tools in many instances), the organization of production, and the marketing of the final product in distant markets (including overseas markets) (INIKORI 2009, p. 88).

186

O autor ressalta, porém, que o escopo da análise deve ir além dessa relação tráfico de escravos/manufaturas africanas: “It must probe into in addition the impact on overall growth of production, local and interregional specialization, and the development of domestic markets for manufactured and other goods” (INIKORI 2009, p. 88). Em seguida, analisa os dados de importação de bens em troca da exportação de escravos, que revelam as tendências das transformações da economia interna da África Ocidental.

A análise combinada dessas informações conta a seguinte história, de acordo com Inikori: até o séc. XV, desenvolveu-se um comércio dentro das regiões da África Ocidental (entre o litoral e o interior das regiões que viriam a ser conhecidas pelos europeus por Costa do Ouro e Golfo de Benin), o qual levou a uma divisão inter-regional da produção, com áreas produzindo têxteis (e outras manufaturas artesanais) em troca de alimentos, noz de cola e ouro. Quando os comerciantes europeus chegaram ao litoral atlântico, eles se tornaram intermediários no comércio de cabotagem que ligava a Baía de Benin à Costa do Ouro, já modificando as relações entre as sociedades africanas.¹⁹ Todavia, nos dois primeiros séculos das relações euro-africanas na África Ocidental, a intensificação das exportações, não apenas de escravos, mas também de manufaturas (os têxteis do Benin), levou ao estabelecimento de um *quasi putting-out system* (INIKORI 2009, p. 100) nas áreas produtoras de têxteis,

¹⁸ O autor faz questão de assinalar, porém, que dizer “that industrial development or general economic development was retarded by the import of manufactures in exchange for captives does not imply that West Africa would have achieved an industrial revolution during the period in absence of the Atlantic slave trade” (INIKORI 2009, p. 87).

¹⁹ Este argumento foi defendido originalmente por Walter Rodney (1982, p. 103-104, 110).

indicativo de um efetivo desenvolvimento das forças produtivas; igualmente, propiciou a expansão da economia de mercado, condição necessária para o incremento das manufaturas acima do nível doméstico e artesanal (INIKORI 2009, p. 89-100).

No entanto, a partir do final do séc. XVII, *all this changed* (INIKORI 2009, p. 103). Até então, as áreas envolvidas no comércio com os europeus estavam importando, sobretudo, moedas²⁰ (cauris, manilhas, varões de cobre) ou ferro como matéria-prima, o que indica que as importações supriam liquidez a um comércio interno em expansão e abasteciam os produtores de manufaturas. Com o rápido aumento da demanda da América por escravos,²¹ os europeus mudaram da demanda por manufaturas africanas para os escravos a serem vendidos no outro lado do Atlântico; assim, cresceu continuamente a oferta de têxteis da Índia e europeus em troca dos escravos, o que alterou completamente a pauta de importações da África Ocidental. Ao longo do séc. XVIII, a participação das “moedas” e das matérias-primas reduziu-se continuamente, enquanto crescia a dos têxteis e a de armas de fogo, chegando esses produtos a compor $\frac{3}{4}$ das importações cerca de 1790 (INIKORI 2009, p. 101-104, Tabelas 3.2 e 3.3).

O aumento da importação de armas de fogo também revela o impacto político-econômico do comércio escravista com os europeus. À medida que os governantes locais foram se tornando incapazes de atender à demanda europeia por escravos pelos meios tradicionais, a captura (por meio de guerras, razias, rapto) tornou-se uma fonte importante de cativos, disseminando o conflito político entre as unidades territoriais já bastante fragmentadas, as quais encontraram na utilização de armas de fogo um acréscimo do potencial militar e, conseqüentemente, de produção de escravos (INIKORI 1977, p. 351; 2009, p. 103).²² A fragmentação política das sociedades africanas, exacerbada pelo tráfico de escravos, pode ser considerada um elemento a mais para o estabelecimento de relações pouco equilibradas entre os europeus (oriundos de Estados territoriais mais amplos) e os africanos, a despeito do tão enfatizado caráter voluntário dessas relações (BAILEY 2005, p. 62).²³ Por fim, se a maioria dos têxteis ofertados aos governantes e mercadores africanos em troca de escravos era de origem indiana até fins do séc. XVIII, isso mudou daí em diante, com as transformações operadas na produção inglesa, que suplantou rapidamente os têxteis da Índia no mercado atlântico (INIKORI 2009, p. 106-111).

187

Capitalismo e escravidão: a retomada de Eric Williams

O trabalho de maior dimensão de Inikori é, até certo ponto, uma síntese do que ele vinha apresentando e debatendo desde os anos 1970, mas com um foco mais preciso. Pode-se remontar a um capítulo que escreveu para uma

²⁰ O mais correto, talvez, seja falar de “mercadorias-moeda”, de acordo com o termo cunhado por BRAUDEL 1970, p. 365-366.

²¹ Isto deve ser atribuído à demanda combinada do Brasil, das Antilhas e das colônias fumageiras da América inglesa.

²² Em Inikori (1977) encontram-se amplos dados quantitativos sobre a importação de armas pela África Ocidental na segunda metade do séc. XVIII.

²³ Tal ênfase também tornou-se moeda corrente em parte da historiografia brasileira; Cf. FERREIRA 2010, p. 489 et seq., onde se fala da “supremacia africana” no comércio escravista em solo africano.

publicação promovida pela UNESCO sobre o tráfico transatlântico de escravos em 1978.²⁴ Nele, já vários dos argumentos que o autor sustentou em outros escritos posteriores estão formulados sinteticamente,²⁵ como a distinção conceitual entre crescimento e desenvolvimento econômico, que considera fundamental para aquilatar o impacto do tráfico atlântico de escravizados na sociedade e economia africanas.²⁶

Após um quarto de século debatendo sobre a história atlântica, o autor voltou à clássica tese de Eric Williams acerca da contribuição do tráfico atlântico escravista (de pessoas e bens) para o desenvolvimento econômico da Inglaterra em *Africans and the Industrial Revolution in England* (2002). O próprio autor constata que os argumentos históricos que apontam para a importância do comércio exterior nas origens da Revolução Industrial inglesa²⁷ foram alvo de duras críticas e estiveram em baixa durante as décadas de 1970 e 1980, depois de terem predominado nas duas décadas anteriores, o que Inikori atribui à conjuntura crítica na economia mundial do período, em que o comércio exterior não pareceu relevante para o dinamismo das economias internacionais (INIKORI 2002, p. 91-140).

Na obra clássica de Williams (1975) destacam-se duas teses: a de que o comércio atlântico, em particular o tráfico de escravos, deu uma contribuição incontestável ao desenvolvimento industrial da Inglaterra; e a de que, quando a importância econômica das Antilhas inglesas declinou, depois da independência das colônias inglesas continentais, as elites econômicas e o governo da Grã-Bretanha voltaram-se contra o tráfico escravista. As principais críticas à primeira dessas teses consistem na contestação de que o tráfico escravista fosse anormalmente lucrativo e de que os lucros oriundos do tráfico tivessem contribuído significativamente para a economia inglesa (Cf. ANSTEY 1975).

Como indicou Inikori, após os severos ataques às teses de Williams, esses argumentos revisionistas foram, por sua vez, contestados por outros autores. Sobre a relação entre os lucros do comércio colonial – incluindo o tráfico de escravos – e a economia inglesa, alguns autores consideraram sua contribuição como pouco expressiva devido a que o volume dos recursos gerados pelo tráfico era pequeno quando comparado ao produto nacional britânico (O'BRIEN 1982).²⁸ Outros autores criticaram tal raciocínio, que passou a ser chamado de "argumento das pequenas proporções", arguindo que a comparação válida não devia ser entre o produto nacional e os lucros (ou recursos) do tráfico, mas entre

188

²⁴ De fato, tratava-se de comunicações apresentadas numa reunião no Haiti: "La traite négrière du xv au xix siècle: documents de travail et compte rendu de la réunion d'experts organisée par l'Unesco à Port-au-Prince, Haïti, 31 janvier - 4 février 1978" e, posteriormente, publicadas.

²⁵ Por se tratar, provavelmente, de síntese de sua tese de doutorado: INIKORI 1973.

²⁶ Cito pela tradução portuguesa; até onde sei, este é o único trabalho de Inikori traduzido para o português. O autor aborda, ainda, sem aprofundá-la, a questão do desenvolvimento desigual das economias atlânticas. Nesse ponto, o elemento central de seu argumento é o papel da divisão internacional do trabalho, que, na forma apresentada, constitui-se numa divisão atlântica do trabalho na qual as sociedades da Europa Ocidental e, em parte, a Nova Inglaterra exerceram o comércio, transporte, finanças e produção de manufaturas, enquanto o restante da América colonial (em particular a América Latina e o Caribe) concentrou-se na produção de bens primários (metais preciosos e bens agrícolas). A África, por sua vez, não teve uma função produtiva, limitando-se à "compra e venda de mão-de-obra servil" (INIKORI 1979, p. 74-75; citação nesta última).

²⁷ Que é o foco central do livro, cujo subtítulo é *A study in international trade and economic development*.

²⁸ Um dos primeiros a argumentar nesta linha foi Roger Anstey (1975, p. 22-24).

eles e o montante investido no setor manufatureiro, ao qual, sabidamente, o tráfico escravista estava ligado (SOLOW 1987; DARITY JR. 1994, p. 250-256).²⁹

Das ideias fundamentais de Williams, Inikori reafirmou a que considera o tráfico de escravos e a economia escravista atlântica fatores fundamentais para o advento da Revolução Industrial na Inglaterra, ou, como ele resume, “the book focuses on the contribution of Africans to the successful completion of the industrialization process in England from the mid-Seventeenth to the mid-Nineteenth century” (INIKORI 2002, p. XVI). Tal contribuição, obviamente, não é apresentada de forma simples e direta; pelo contrário, ela enquadra a relação entre a economia escravista moderna e as transformações socioeconômicas na Inglaterra num escopo cronológico e espacial bem mais amplo. Numa outra passagem do texto citado, o argumento é claramente colocado:

The growth of England’s international trade in 1650-1850 is shown as a function of the growth of Atlantic commerce that linked together the main regions of the Atlantic basin. In turn, the growth of Atlantic commerce during the period is explained in terms of the employment of Africans as forced, specialized producers of commodities for Atlantic commerce at a time when the prevailing conditions encouraged small-scale subsistence production by legally free producers (INIKORI 2002, p. XVII).

O autor retoma, portanto, o argumento de que uma revolução comercial – alicerçada na escravidão mercantil moderna – precedeu e impulsionou a revolução fabril (DAVIS 1967; INIKORI 2000, p. 51). Nesse sentido, Inikori analisa as transformações econômicas na Inglaterra na perspectiva de longuíssima duração, indo bem além do recorte cronológico adotado por outros autores anteriormente,³⁰ pois aborda o tema desde o séc. XI, lançando mão de estudos sobre a economia inglesa medieval e moderna. O intento é demonstrar que as modificações na estrutura agrária ao longo de oito séculos (a “revolução agrícola” que se “acelera”, particularmente, a partir do séc. XVI) não é o fator preponderante por trás da Revolução Industrial, pois não foram as regiões ou condados mais avançados no processo de *enclosure* e mercantilização do campo os que experimentaram as transformações manufatureiras que desembocaram na revolução industrial. As regiões que o fizeram, indica, foram as diretamente ligadas à ascensão do comércio atlântico (ligado, também, à rota do Índico) nos séculos XVII e XVIII, ou seja, o West Riding e o Lancashire (INIKORI 2002, p. 72-81, 475-476).

Ele já havia sustentado a tese de que o comércio atlântico teria atuado como um multiplicador, estimulando diversos setores de serviços e produtivos na Inglaterra (INIKORI 1979, p. 78-83); porém, na versão mais recente, o viés dependentista, claramente presente naquele trabalho, praticamente desapareceu, dando lugar a uma abordagem baseada em teorias desenvolvimentistas,

²⁹ De forma análoga, Javier Cuenca Esteban demonstrou a importância das exportações para o crescimento marginal da indústria têxtil britânica na última década do séc. XVIII e primeira metade do séc. XIX (CUENCA ESTEBAN, 1997).

³⁰ Veja-se, como um dos melhores exemplos da abordagem que enfatiza o papel da revolução agrícola inglesa nos séculos XVII e XVIII, DEANE; COLE 1962. Para uma abordagem marxista que também enfatiza as transformações agrárias, Cf. WOOD 2000.

fundamentando-se, inclusive, em Adam Smith, particularmente em sua definição do comércio exterior como uma *vent for surplus*, responsável pelo aprofundamento da divisão social do trabalho (INIKORI 2002, p. 126-129; SMITH 2003, p. 7-28).

O aspecto mais renovador da abordagem adotada pelo autor consiste na interpretação da Revolução Industrial inglesa como o primeiro processo bem-sucedido de industrialização por substituição de importações e de re-exportações (INIKORI 2002, p. 10). Primeiro, ele demonstra que havia uma demanda interna inglesa pelos têxteis de algodão asiáticos, a qual, após a proibição de sua importação no início do século XVIII, passou a ser suprida pela indústria têxtil inglesa emergente. No entanto, por si só, essa substituição de importações não seria suficiente para levar à “decolagem” do processo industrial. Foi necessário que a indústria inglesa competisse no Atlântico (em particular na África Ocidental) com produtores de outras nacionalidades para suprir o tráfico de escravos, substituindo, paulatinamente, a oferta asiática e da Europa continental de manufaturas (têxteis, armas e utensílios domésticos) (INIKORI 1979, p. 78-79; 2002, p. 10, 405-406 et seq.).³¹ Certamente que a abordagem teórica do autor suscitará debates entre os especialistas, como já salientou Pat Hudson:

More questionable is whether, as Inikori argues, England was the first successful case of import substitution industrialization (ISI) and reexport substitution industrialization (RSI). ISI and RSI theories have been developed to explain differential patterns of industrial growth in the twentieth century. Applying these to England two centuries earlier runs the risk of neglecting major differences in the context of international relations, in capital supply, and in technologies of production (HUDSON 2004, p. 434).

190

Para embasar a relação do tráfico atlântico e da produção escravista na América com o desenvolvimento de setores chave da economia inglesa (navegação, finanças, manufaturas) no século XVIII, o autor fundamenta-se em extensas pesquisas de arquivo.³² Esse conjunto de dados confere bastante força aos argumentos do autor, uma vez que qualquer contestação de suas teses terá de apontar erros metodológicos e/ou de interpretação, ou, então, elaborar novos dados. Parece-me impossível simplesmente ignorá-los, ainda que, talvez, esse seja um flanco vulnerável do livro, como observou um comentador, afirmando que a ênfase no caráter quantitativo dos argumentos do livro “makes Inikori less critical of his data and their provenance than he should be. Some of his attempts to quantify at each step of his argument are

³¹ Apesar de mencionar a importância do desenvolvimento interno do Ocidente europeu até o séc. XVI, favorável ao estabelecimento de um mercado mais amplo, o autor afirma a proeminência do comércio atlântico para o ulterior desenvolvimento industrial da Grã-Bretanha, com o mesmo argumento acima mencionado: “No início, foi na costa ocidental da África que a indústria algodoeira inglesa teve que enfrentar a concorrência muito cerrada dos tecidos de algodão de todas as regiões do mundo, em particular dos [têxteis de algodão da Índia]. A reação desta indústria perante uma tal concorrência contribuiu bastante para a tornar competitiva a partir do fim do século XVIII” (INIKORI 1979, p. 79).

³² Os dados destas pesquisas são apresentados ao longo de seis capítulos, em 40 tabelas, além de num apêndice estatístico.

questionable, as with the estimate of investment in shipping where choice of multiplier is crucial” (HUDSON 2004, p. 435).

Não obstante, a importância do trabalho tem sido afirmada por alguns historiadores que não o consideram questionável *a priori* apenas por remeter às teses de Eric Williams:

In evaluating the role of Africans in the widest sense, Inikori transcends the earlier contested argument of Eric Williams while rehabilitating its intentions and providing a detailed set of new propositions. These will engage and provoke a wide range of historians for some time to come, particularly at a time when supply-side theories of the causes of the Industrial Revolution are on the wane (HUDSON 2004, p. 435).

A contribuição fundamental de Joseph E. Inikori consiste, enfim, em trazer de volta um debate, não apenas historiográfico, mas de imensa atualidade e de interesse amplo, que muitos consideravam superado,³³ combinando com maestria uma abordagem teórica renovada com densas pesquisas de arquivo.

Considerações finais

A década de 1990 testemunhou uma crise das “metanarrativas” e, com elas, houve uma ampla desconfiança (nas Ciências Sociais, mas para além delas) em relação ao marxismo e a qualquer teoria estrutural (PALMER 1999, p. 75 et seq.), o que, finalmente, promoveu um relativo abandono das análises de longa duração, tão caras à história econômica até então. Análises que privilegiassem a relação entre centro e periferia e vinculassem o subdesenvolvimento (palavra, ainda hoje, fora de moda) de boa parte das economias do mundo à emergência de algumas economias ricas no Ocidente passaram por obsoletas (SCHWARZ 1999, p. 86; BEINSTEIN 2009, p. 42-43).

Não obstante essas transformações nas ciências sociais, que relegaram a um segundo plano temas clássicos da historiografia (no Brasil e alhures), alguns autores não deixaram de manter os seus interesses e pesquisas vinculados à história econômica (que cedeu amplo espaço à história cultural) e de privilegiar uma abordagem de longa duração dos fenômenos históricos. Parece-me que a trajetória da historiografia de Joseph Inikori representa bem um desses casos, pois o autor continuou a contestar as teses revisionistas quando elas encontraram boa acolhida entre os pesquisadores. Mais ainda, o autor não se aferrou simplesmente a argumentos consagrados, mas ampliou e aprofundou as pesquisas documentais sobre temas clássicos da história econômica e adensou a abordagem teórico-metodológica dos objetos em questão.

Quando observamos que os embates entre Inikori e outros autores sobre o tráfico transatlântico de escravos (e sobre a história atlântica de forma geral) envolvem a metodologia e a interpretação das fontes, isso nos permite salientar que nenhuma opção metodológica é isenta de pressupostos teóricos. Portanto, não faz sentido contestar a interpretação de qualquer pesquisador

³³ Veja-se, a este respeito, como se dá de barato que houve a “queda” das teses que relacionam a emergência da economia industrial inglesa à colonização europeia no Novo Mundo; FRAGOSO 2002, p. 7.

simplesmente apontando seus pressupostos teóricos e atribuindo-lhe, por isso, um enviesamento.³⁴ Formulou-o de forma exemplar Barbara Solow: “Every census is simultaneously a social construct and an empirical statement about the real world, objective and subjective at the same time. [...] [and] reflects the conceptual framework of its constructors” (SOLOW 2001, p. 10).

É preciso ressaltar, no entanto, que não se pode concluir por uma clivagem nítida entre os revisionistas e os antirrevisionistas em todos os temas abordados pelo autor. Um autor pode estar de acordo com os argumentos clássicos sobre uma certa questão, mas em discordância no que concerne a uma outra. Pode-se ilustrar esse ponto a partir da questão do volume do tráfico atlântico de escravos e o seu impacto sobre as sociedades africanas: quanto ao primeiro termo, Paul Lovejoy reafirmou a validade das estimativas gerais de Philip Curtin; porém, ele tem defendido que houve consequências deletérias do tráfico sobre as estruturas das sociedades africanas (LOVEJOY 1982, p. 499; LOVEJOY 1989). Portanto, ser revisionista num tema não implica sê-lo em outro correlato.

As teses e os contra-argumentos elaborados por Joseph Inikori se coadunam num conjunto que constitui uma tese ampla sobre a história do Atlântico na Idade Moderna, a saber, que o evoluir das sociedades relacionadas pelo comércio transatlântico escravista nos três continentes foi interligado de forma que a prosperidade econômica crescente da Europa ocidental (a começar pela Grã-Bretanha) se deu às custas da estagnação (mesmo que relativa) no desenvolvimento de outras áreas do Atlântico, em particular da África. Igualmente, o autor afirma que os africanos deram um aporte essencial àquele desenvolvimento pelos efeitos positivos do tráfico de escravizados e da produção escravista de exportação nas Américas para a economia britânica. Enfim, que:

[...] it is thus clear that western [sic] Europe and North America were gainers in the Atlantic slave trade. Tropical Africa was a loser. [...] On the whole, nevertheless, the greatest losers of all were, without question, the enslaved peoples of Africa and the Americas (INIKORI; ENGERMAN 1994, p. 17).³⁵

Os temas analisados pelo autor nas últimas quatro décadas são de profunda importância para a compreensão do passado e do presente das sociedades ocidentais, tal como afirma um historiador: “Economic history faces no more important question, whether asked by economists or by historians, than why industrialization and the reduction of mass poverty first started, and especially why it continued” (MCCLOSKEY 2010, p. 23). Inikori tem tido o mérito de contribuir substancialmente para esse debate e insistir em contestar supostos consensos. A sua obra proporciona um contraponto à historiografia sobre a formação do Brasil que tem tomado como pressuposto a desvinculação e, ainda mais, a não subordinação da economia colonial ao sistema econômico atlântico,

³⁴ Isto pode parecer uma obviedade, mas, como indicado no artigo, não é incomum que autores que se filiam às interpretações clássicas da historiografia da economia moderna sejam criticados por seus pressupostos, sem que se entre no mérito da análise e dos dados apresentados.

³⁵ Apesar de creditada aos dois autores, fica claro, nesta introdução, que se trata de uma síntese dos diversos argumentos até então apresentados por Inikori.

com suas hierarquias e injunções (FRAGOSO; FLORENTINO 2001; FRAGOSO 2002; FRAGOSO; GOUVEIA; BICALHO 2000). Tal vertente teria muito a ganhar, hoje em dia, se, não digo adotasse as teses clássicas e antirrevisionistas, mas se não as ignorasse e, muito menos, as desse por mortas e enterradas, sugerindo um consenso que está longe de existir.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, B. L.; RICHARDSON, David. Market Structure and Profits of the British African Trade in the Late Eighteenth Century: A Comment. **The Journal of Economic History**, Vol. 43, nº 3, p. 713-721, set. 1983.
- ANSTEY, Roger. **The Atlantic Slave Trade and British Abolition, 1760-1840**. Londres: Cambridge University Press, 1975.
- BEINSTEIN, Jorge. **Capitalismo senil: a grande crise da economia global**. Traduzido por Rita Vinagre. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- BITTENCOURT, Marcelo; FERREIRA, Roquinaldo. A trajetória de um intelectual africano: entrevista com Toyin Falola. **Tempo**, Rio de Janeiro, nº 20, p. 177-186, 2012.
- BRAUDEL, Fernand. **Civilização material e capitalismo: séculos XV-XVIII**. Lisboa: Cosmos, 1970.
- CUENCA ESTEBAN, Javier. The Rising Share of British Industrial Exports in Industrial Output, 1700-1851. **The Journal of Economic History**, Vol. 57, nº 4, p. 879-906, dec. 1997.
- CURTIN, Philip D. **The Atlantic Slave Trade: a Census**. Madison, Wisconsin: University of Wisconsin, 1969.
- DARITY JR., William. The Numbers Game and the Profitability of the British Trade in Slaves. **The Journal of Economic History**, Vol. 45, nº 3, p. 693-703, sep. 1985.
- _____. British Industry and the West Indies Plantations. In: ENGERMAN, Stanley L. (ed.). **The Atlantic slave trade: effects on economies, societies, and peoples in Africa, the Americas, and Europe**. Durham: Duke University Press, 1998, p. 247-279.
- DAVIS, Ralph. **A Commercial Revolution: English overseas trade in the seventeenth and eighteenth centuries**. London: Historical Association, 1967.
- DEANE, Phyllis; COLE, W.A. **British economic growth, 1688-1959**. Cambridge: Cambridge University Press, 1962.
- ELTIS, David; JENNINGS, Lawrence C. Trade between Western Africa and the Atlantic World in the Pre-Colonial Era. **The American Historical Review**, Vol. 93, nº 4, p. 936-959, Out. 1988.
- _____; RICHARDSON, David (org.). **Extending the Frontiers: Essays on the New Transatlantic Slave Trade Database**. New Haven, CT and London: Yale University Press, 2008.

- _____; BEHRENDT, S.; RICHARDSON, D. A participação dos países da Europa e das Américas no tráfico transatlântico de escravos: novas evidências. **Afro-Ásia**, 24, p. 27-29, 2000.
- _____; LACHANCE, Paul F. **Estimates of the Size and Direction of Transatlantic Slave Trade**. Disponível em: <http://www.slavevoyages.org/downloads/estimates-method.pdf> Acesso em: 26 de julho de 2012.
- FAGE, John D. African societies and the Atlantic slave trade. **Past and Present**, Vol. 125, 1, p. 97-115, 1989.
- FERREIRA, Roquinaldo. A primeira partilha da África decadência e ressurgência do comércio português na Costa do Ouro (ca. 1637 - ca. 1700). **Varia Historia**, Belo Horizonte, Vol. 26, nº 44, p. 479-498, jul/dez 2010.
- FRAGOSO, J.; FLORENTINO, M. **O Arcaísmo como Projeto**: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1840. 4ª ed. revista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. Para que serve a história econômica? Notas sobre a história da exclusão social no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 29, p. 3-28, 2002.
- _____; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade no Império. **Penélope**, nº 23, p. 67-88, 2000.
- 194 GAMES, Alison. Atlantic History: Definitions, Challenges, and Opportunities. **The American Historical Review**, Vol. 111, nº. 3, p. 741-757, jun. 2006.
- GOULART, Maurício, **A Escravidão Africana no Brasil**: das origens à extinção do tráfico. São Paulo: Martins Fontes, 1950.
- HUDSON, Pat. [Resenha de:] INIKORI, Joseph E. Africans and the Industrial Revolution in England: A Study in International Trade and Economic Development. **The Journal of Modern History**, Vol. 76, nº 2, p. 434-435, jun. 2004.
- INIKORI, Joseph E. Measuring the Atlantic Slave Trade: An Assessment of Curtin and Anstey. **The Journal of African History**, Cambridge University Press, Vol. 17, nº 2, p. 197-223, 1976a.
- _____. **Slave Trade and the Atlantic Economy, 1451-1870**. Working Paper. Paris: UNESCO, 1976b. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0002/000213/021379Eb.pdf> Acesso em: 12 de março de 2012.
- _____. Measuring the Atlantic Slave Trade: a Rejoinder. **The Journal of African History**, Cambridge University Press, Vol. 17, nº 4, p. 607-627, 1976c.
- _____. The Import of Firearms into West Africa, 1750-1807: A Quantitative Analysis. **The Journal of African History**, Cambridge University Press, Vol. 18, nº 3, p. 339-368, 1977.

- _____. Ideology versus the Tyranny of Paradigm: Historians and the impact of the Atlantic Slave Trade on African Societies. **African Economic History**, nº 22, p. 37-58, 1994.
- _____. Market Structure and the Profits of the British African Trade in the Late Eighteenth Century. **The Journal of Economic History**, Vol. 41, nº. 4, p. 745-776, dec. 1981.
- _____; ENGERMAN, Stanley L. (ed.). **The Atlantic slave trade: effects on economies, societies, and peoples in Africa, the Americas, and Europe**. Durham: Duke University Press, 1998.
- _____. **Africans and the Industrial Revolution in England: A study in the international trade and economic development**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2002.
- _____. Review of David Eltis and David Richardson "Extending the Frontiers: Essays on the New Transatlantic Slave Trade Database". **The Journal of Economic History**, 71, p. 249-251, 2011.
- _____. English Versus Indian Cotton Textiles: The Impact of Imports on Cotton Textile Production in West Africa. In: RIELLO, Giorgio; TIRTHANKAR, Roy (orgs.). **How clothed the world: the world of South Asian textiles, 1500-1850**. Boston, MA: Brill Academic Publishers, 2009, p. 85-114.
- _____; ENGERMAN, Stanley L. Introduction: Gainers and Losers in the Atlantic Slave Trade. In: _____. **The Atlantic Slave Trade: Effects on Economies, Societies, and Peoples in Africa, the Americas, and Europe**. Durham; Londres: Duke University Press, 1992.
- LOVEJOY, Paul E. The Volume of the Atlantic Slave Trade: a Synthesis. **The Journal of African History**, vol. 23, nº 4, p. 473-501, 1982.
- _____. The Ibadan School and Its Critics. In: JEWSIEWICKI, Bogumil; NEWBURY, David (orgs.). **African Historiographies: What History for which Africa**. Beverly Hills: Sage, 1983, p. 197-205.
- _____. The African Diaspora: Revisionist Interpretations of Ethnicity, Culture and Religion under Slavery. **Studies in the World History of Slavery, Abolition and Emancipation, II**, 1. Disponível em: http://www.yorku.ca/nhp/publications/Lovejoy_Studies%20in%20the%20World%20History%20of%20Slavery.pdf Acesso em: 24 de julho de 2012.
- KLEIN, Herbert S. **The Atlantic Slave Trade**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- MANTEGA, Guido. Teoria da Dependência Revisitada: um Balanço Crítico. **Relatório de Pesquisa**, nº 27, Rio de Janeiro: FGV, 1997. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/3003>. Acesso em: 16 de janeiro de 2013.

- M'BOKOLO, Elikia. **África negra**: história e civilizações. Vol. 1: O Séc. XVIII. Lisboa: Colibri, 2007.
- MCCLOSKEY, Deirdre N. One More Step: an agreeable reply to Whaples. **Historically Speaking**, Vol. 11, nº 2, p. 22-23, April 2010.
- MORGAN, Kenneth. [Resenha de:] INIKORI, Joseph E. Africans and the Industrial Revolution in England: A Study in International Trade and Economic Development. **The Journal of Economic History**, Vol. 63, nº 3, p. 875-876, sep. 2003.
- O'BRIEN, Patrick. European Economic Development: The Contribution of the Periphery. **The Economic History Review**, 35(1), p. 1-18, 1982.
- PALMER, Brian D. Velhas posições/Novas necessidades: história, classe e metanarrativa marxista. In: WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy (orgs.). **Em defesa da História**: marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999, p. 74-83.
- RICHARDSON, David; BEHRENDT, Stephen D. Inikori's Odyssey: Measuring the British Slave Trade, 1655-1807. **Cahiers d'Études Africaines**, Vol. 35, nº 138/139, p. 599-615, 1995.
- RODNEY, Walter. **How Europe Underdeveloped Africa**. London: Bogle L'ouverture, 1972.
- SCHWARZ, Roberto. Um seminário de Marx. In: _____. **Seqüências brasileiras**. Ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 86-105.
- SOLOW, Barbara L. Capitalism and Slavery in the Exceedingly Long Run. In: SOLOW, B; ENGERMAN, Stanley L. (orgs.). **British capitalism and Caribbean Slavery**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987, p. 51-77.
- _____. The Transatlantic Slave Trade: a New Census. **The William and Mary Quarterly Review**. Third Series, Vol. 58, nº 1, p. 9-16, jan. 2001.
- THOMAS, Robert Paul; BEAN, Richard Nelson. The Fishers of Men: The Profits of the Slave Trade, **The Journal of Economic History**, Vol. 34, .nº 4, p. 885-914, dez. 1974.
- THORNTON, John. **A África e os africanos na formação do Mundo Atlântico**: 1400-1800. Rio de Janeiro: Campus, 2004.
- WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. Traduzido por Carlos Nayfeld. Rio de Janeiro: Americana, 1975.
- WOOD, Ellen Meiksins. As origens agrárias do capitalismo. **Crítica marxista**, nº 10, p. 12-29, 2000.

Passado histórico, presente historiográfico: considerações sobre “História e Estrutura” de Michel de Certeau*

Historical past, historiographical present: notes on Michel de Certeau’
“Histoire et Structure”

João Rodolfo Munhoz Ohara

ohara.hal@gmail.com

Doutorando

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Assis

R. Delaine Negro, 50/105-C

86055-680 - Londrina - PR

Brasil

Resumo

No ensaio “História e Estrutura”, Michel de Certeau pensa o ofício do historiador como um problema, um conjunto de procedimentos que merece uma análise cuidadosa. Nesse texto, Certeau discute a tensão colocada no enfrentamento com o Outro, no instante em que o historiador encontra a alteridade do que passou, e mais especificamente os efeitos do pensamento dito “estruturalista” sobre tal tensão. Pensamos que muitas das considerações de Certeau ainda são relevantes para refletir sobre a escrita da história e a relação dos homens com o tempo neste período que se diz de crise epistemológica. Assim, nosso trabalho busca explorar os apontamentos de Certeau e articulá-los ao que consideramos ser um projeto maior do autor, a saber, a crítica do fazer historiográfico enquanto prática, desenvolvida alhures.

197

Palavras-chave

Michel de Certeau; Historiografia; Escrita da história.

Abstract

Michel de Certeau’s essay “Histoire et Structure” develops a reflection on the historian’s practice, something that he takes as a problem that deserves a careful analysis. In this text, Certeau discusses the tension generated by the historian’s confrontation with the otherness of past events. More specifically, he explores the effects of “structuralist” thought on such tension. This article takes Certeau’s considerations on the issue as a still relevant base from which to think on both historical writing and the human experience of time. It will explore Certeau’s insights and place them in relation a broader project of his, namely the criticism of historiographical practice.

Keywords

Michel de Certeau; Historiography; Writing of history.

Enviado em: 16/7/2012

Aprovado em: 16/11/2012

* Este artigo contou com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Michel de Certeau faz parte de uma geração de historiadores, principalmente franceses, que, em determinado momento, voltou-se para a própria prática do historiador de maneira crítica: o ofício não seria, para eles, um dado acabado, mas uma série de disposições e operações histórica e socialmente localizáveis, a partir das quais se constituiria a disciplina tal como a conhecemos. É conhecida a fórmula tripartite que Certeau elaborou em *A escrita da história*: a historiografia seria a articulação entre um *lugar*, uma *prática* e uma *escrita*. A partir de tal concepção é possível pensar a nossa prática como uma atividade a ser problematizada, ao invés de ocultada pelas linhas escritas pelo pesquisador. Mas para ele a reflexão teórica em história tem um lugar preciso: ela

[...] é pertinente quando a prática histórica torna-se o lugar de um questionamento; caso contrário, teríamos uma problemática do tipo ideológico, uma forma de sonho desvinculado das questões que, efetivamente, se formulam no decorrer de um procedimento científico na área de história (CERTEAU 2011, p. 163).

198

Deter-me-ei por um instante nesta citação. Tomar a prática histórica como lugar de um questionamento, como já disse, implica em desnaturalizar aquilo que nós, historiadores, fazemos. Trata-se de tirar desses procedimentos o estatuto meramente técnico e de reintroduzi-los na lógica da historicidade, e assim pensá-los como produtos de um campo profissional delimitado. Para Certeau, então, as questões levantadas por esse tipo de epistemologia da história deve, necessariamente, ter como fundamento e referência a prática efetiva da história¹. Isso responde principalmente à objeção – ainda muito comum – de grandes historiadores aos mares nebulosos e abstratos da epistemologia filosófica: mesmo quando trabalha com abstrações, o historiador que se dedica a pensar a sua prática deveria então ter sempre como objetivo pensar as suas situações reais de trabalho, e não os problemas clássicos da filosofia. Distanciar-se por demais do lugar social demarcado para os historiadores seria arriscar-se a se perder no “sonho ideológico”.

O procedimento científico citado se refere ao conceito bastante particular de ciência que encontramos em Certeau: o científico trata da “[...] possibilidade de estabelecer um conjunto de regras que permitam “controlar” operações destinadas à *produção* de objetos determinados” (CERTEAU 2008, p. 109, grifo do autor). Esse é um conceito que traz em si, mas apenas implicitamente, algumas questões que são bem claras para Certeau, como o problema da referência ao real ou das condições da verdade em história. Sem ceder ao ceticismo pós-moderno – se é que se pode falar de *um* pós-modernismo – ele traça o problema da referencialidade a partir de um flerte com a psicanálise freudiana e lacaniana, fundamentando seu conceito de ciência sobre noções bem claras de historicidade do saber e do problema das relações entre o discurso e seu outro, o real. Assim, tais regras estão sempre colocadas na tensão tripartite da

¹ Frank Ankersmit também declara que a reflexão filosófica sobre a escrita da história deve tomar por referência aquilo que o historiador efetivamente faz, e “[...] evitar tentar conduzir a escrita da história em uma direção ou outra” (ANKERSMIT 2012, p. 325).

operação historiográfica, e não pretendem funcionar como leis universais.² Eis que Certeau propõe, então, pensar tais procedimentos a partir da sua própria prática: a história religiosa do século XVII. Deter-me-ei, portanto, no texto “História e Estrutura”, parte do livro *História e psicanálise: entre ciência e ficção* (2011 [1987; 2002]), para uma análise precisa e cuidadosa dos elementos pertinentes; eventuais diálogos desse texto com *A escrita da história* (2008 [1975]) serão inevitáveis, mas não estão no foco principal do presente texto.³

No início, um mundo imaginado

Para Certeau, todo trabalho historiográfico começa a partir de uma ideia bastante particular acerca do passado e daqueles sobre os quais o pesquisador direcionará sua atenção. O início da prática é análogo ao trabalho do *crocheteur*:⁴ “[...] ele transforma essas coisas [os objetos descartados], dependurados na ponta de seu gancho, no sonho da casa que ele nunca chegará a entrar; ou no sonho de refeições e de intimidades que ele nunca chegará a conhecer” (CERTEAU 2011, p. 164). Lembremos aqui que em “A Operação Historiográfica” Certeau diz que todo trabalho histórico “[...] começa com o gesto de *separar*, de reunir, de transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outra maneira” (CERTEAU 2008, p. 81, grifo do autor). Essa *catanção*, gesto constitutivo da historiografia, procede pinçando elementos dispersos no plano da experiência e organizando-os segundo um critério imaginado pelo historiador: trata-se de ordenar o heterogêneo⁵ e, mais efetivamente, encontrar o Outro apenas no plano da imaginação – portanto, sem sair do território do Mesmo. Mas o historiador não pode parar aí: após a separação dos materiais é preciso investigá-los, questioná-los, problematizá-los. A historiografia francesa do século XX formulou essa questão muito habilmente: as fontes, eternos ancoradouros do historiador, não falam por si; é preciso que o historiador as questione, as interroge, formule problemas para que possa retirar dali o material efetivo de sua narrativa.

Nesse processo de avaliação das fontes, aos poucos o historiador percebe o processo sem volta do afastamento desse Outro: “Desse momento, escalonado incessantemente no tempo, é que data o nascimento do historiador; essa *ausência é que constitui o discurso histórico*” (CERTEAU 2011, p. 164, grifo do autor). Ora, o passado vai se mostrando irreduzível à imaginação do historiador;

² Neste sentido, discordo da interpretação de Roger Chartier, segundo quem “tais critérios de validação não são ligados a uma instituição específica. Eles não são nem etnicamente fundados nem orientados pelo gênero” (CHARTIER 1998, p. 256). Penso que o mérito da perspectiva de Certeau reside justamente no oposto, isto é, na historicidade dos critérios de validação do saber e das relações de poder intrínsecas ao lugar social de produção. Portanto, compartilho da leitura de TERDIMAN 1992, TERDIMAN 2001 e WANDEL 2000.

³ Elaborei em outro texto a leitura comparativa de textos publicados em mais de uma versão por Certeau (como a “Operação Histórica” e a “Operação Historiográfica”, por exemplo, entre outros textos das coletâneas *História e psicanálise* e *Heterologies*). Recuso, portanto, considerar o pensamento de Certeau como um todo fechado; é preciso pensar também nos caminhos abandonados, nas noções tornadas mais precisas, na emergência de novas temáticas.

⁴ Tipo de catador de rua que usa um gancho (*crochet*) para separar e pegar os objetos das lixeiras.

⁵ Embora Paul Ricoeur argumente habilidosamente que a experiência não é totalmente heterogênea, penso que a ideia em questão – tanto no ordenamento inicial dos materiais quanto na captura final da alteridade na produção do texto historiográfico – diz respeito a uma *vontade de homogeneizar o heterogêneo*. Foge de nosso escopo, no entanto, discutir a hermenêutica dessa vontade. Para mais, cf. RICOEUR 2010.

aquele mundo sonhado encontra a resistência de vozes dispersas e heterogêneas – e perceber esse afastamento despedaça a ilusão de homogeneidade de que se munia o olhar sonhador. A alteridade postulada socialmente pelo corte entre presente e passado se impõe ao historiador por essa diferença irreduzível:

A “ressurreição” do passado consiste em elaborá-lo de acordo com nosso desejo. Ora, tal operação revelava-se impossível. De fato, esses cristãos do século XVII *tornavam-se*, para mim, estrangeiros: não graças ao que eu conhecia a seu respeito, mas ao que eu me apercebia de minha própria ignorância e da sua resistência (CERTEAU 2011, p. 165, grifo do autor).

O passado não se curva à vontade imperiosa e colonizadora do historiador. A diferença antes postulada agora se apresenta de fato: encontramos aquilo que *não somos*, aquilo que *foi*, e é nesse instante que cruzamos a fronteira entre o Mesmo e o Outro. À diferença postulada, o historiador responde imaginando; à diferença de fato, ele responde avançando sobre esse espaço desconhecido, que resiste à vontade de compreendê-lo.⁶ Essa vontade colonizadora e imperiosa é sempre colocada em analogia com o avanço colonialista europeu no período moderno: a linguagem do presente avança sobre o material – ele também presente, mas que traz valores que remetem ao passado – e lhe impõe uma lógica determinada. E para explicar essa diferença Certeau encontra pela primeira vez no texto o conceito de estrutura:

200

Tal operação me ensinava, e nos ensina – a nós, historiadores – que existe, *oculto em tal* passado, certa estruturação que nos oferece resistência; e, por outro lado, *oculto em meus* preconceitos ou nas nossas intenções presentes, um tipo de estruturação que determinava o primeiro olhar da curiosidade focalizada neles (CERTEAU 2011, p. 165-166, grifo do autor).

Podemos perceber que a *estruturação* evocada é dupla: não é exclusividade de um passado retomado, estranho, sobre o qual a luz da racionalidade presente atuaria iluminando suas ignorâncias. Certeau percebe que também nós estamos *estruturados*, e é só em função dessa estruturação que nossa curiosidade – o olhar sonhador – se volta para esse passado. É esse choque de estruturas que indica a falha no lugar que o historiador imaginava uma continuidade: o choque da singularidade daquilo que foi e não é mais.

Tal colocação nos permite uma pausa: há quem objete a tal perspectiva o fato de que hoje é possível pensar uma história do presente, ou história imediata, operacionalizando a crítica do historiador a acontecimentos presentes, e, portanto, as colocações de Certeau estariam superadas. Essa objeção pode ser atacada por duas frentes: em primeiro lugar, remeter-me-ei à concepção de tempo como “triplo presente” de Agostinho tal como analisada por Paul Ricoeur para argumentar que tal objeção dá ao presente uma extensão que não resiste à prova; em segundo lugar, retomarei François Hartog e seu conceito de

⁶ A *compreensão* em Certeau remete sempre a um jogo entre dois sentidos: *entender* o Outro (o papel da empatia na compreensão, *Verstehen*) e também *cercá-lo* no esforço para reconduzir essa alteridade à mesmidade, homogeneizando a experiência tão diversa ao inscrevê-la na estrutura do texto.

regime de historicidade para lembrar que a capacidade de historiar e historicizar determinado período em determinado sentido é também histórica – ou seja, capaz de se reconfigurar ao longo dos tempos e das sociedades.

Condições de possibilidade de uma história do presente

Primeiramente, o tempo “triplo”: Agostinho dedica parte de suas *Confissões* ao problema do tempo em dimensão distinta do tempo físico de Aristóteles; trata de pensar o tempo humano a partir do enfrentamento do argumento cético do tempo como não-ser:⁷ o passado não é mais, o futuro não é ainda e o presente não permanece. Para Agostinho, após depurar o problema, pode-se pensar o tempo em relação à *intentio* e à *distentio animi*; tal concepção presume a ideia do triplo presente. Que seria isso? Para ele, o passado e o futuro só se apresentam ao homem como memória e expectativa, respectivamente; isso significa dizer que pode-se falar de um presente do passado (a memória e os vestígios), um presente do presente (a *attentio*, ou a “visão”) e um presente do futuro (a expectativa). Essa ideia, no entanto, aponta para a percepção de que, embora futuro e passado só existam de maneira presente, esse próprio presente é efeito da passagem do futuro para o passado: o presente, “[...] na medida em que passa, reduz-se a um ponto (*in puncto praeterit*): é a expressão mais extrema da ausência de extensão do presente. [...]” (RICOEUR 2010, p. 36-37, grifo do autor). O presente como aquilo que passa: eis que a “história do presente” é apenas a história de um passado mais próximo. Se esse passado próximo pode fugir, mesmo que apenas parcialmente, à alteridade intransponível de que fala Certeau, ao mesmo tempo o historiador pode se valer da diferença de que se mune o etnólogo: a relação com o Outro continua partindo de uma falha entre ele e o Mesmo, apenas objetivando um grupo mais ou menos relativamente contemporâneo.

201

Em segundo lugar, a reflexão de Hartog a respeito dos regimes de historicidade nos permite perceber a historicidade própria às modalidades de história atentas ao passado mais próximo (tomado como presente). Assim define Hartog:

“Regime de historicidade”, escrevíamos então, podia se compreender de duas formas. Em uma acepção restrita, é como uma sociedade trata seu passado. Em uma acepção ampla, regime de historicidade serviria para designar “a modalidade de consciência de si de uma comunidade humana”. [...] Mais precisamente, a noção devia poder fornecer um instrumento para comparar tipos de histórias diferentes, mas também e mesmo antes, eu acrescentaria agora, para iluminar modos de relação ao tempo: *formas de experiência do tempo*, aqui e lá, ontem e hoje. *Maneiras de ser no tempo* (HARTOG 2006, p. 263, grifo do autor).

A ideia trata então de como cada sociedade se compreende e compreende os outros como dotadas de historicidade. Citá-la me serve aqui para dizer: a

⁷ Não tomarei a discussão em sua totalidade para evitar fugir por demais do tema principal deste trabalho. Para acompanhá-la na íntegra, ver RICOEUR 2010, p. 13-55.

“história do presente” se trata apenas de um sintoma de um novo regime de historicidade (chamado por Hartog de *presentista*) configurado atualmente que permite que uma sociedade se enxergue historicamente em sua experiência presente. Ora, os mecanismos de produção da história não escapam, dessa maneira, à lógica pensada por Certeau: o corte imposto entre passado e presente e a produção da alteridade apenas passam a operar em uma margem mais próxima do presente-passagem, retomando Agostinho e Ricoeur. Outros sintomas podem ser listados, ainda segundo Hartog: a febre de patrimonialização, as políticas da memória, a força crescente de movimentos sociais buscando direitos de minorias historicamente marginalizadas, por exemplo.

Fazer história, produzir a diferença

Retorno, então, ao texto de Certeau. Eis que perceber a falha entre o presente e o passado e se dar conta de que essa alteridade escapa aos juízos e aos sonhos do historiador não se trata de uma percepção dada, objetiva: ela é a própria instituição da historiografia na medida em que percebe que até mesmo as continuidades estão trespasadas por rupturas de significação das práticas.

[...] em vez de corresponder ao objetivo fixado no começo de minha pesquisa, o passado é bem mais diferente do que eu havia julgado, ao empreender a busca de estrangeiros semelhantes a mim. [...] “Faço história” no sentido em que não só produzo textos historiográficos, mas tenho acesso, por meu trabalho, à consciência de que algo *se passou*, atualmente morto, inacessível como vivo. A estrutura defende e exprime esta aquisição da experiência histórica; ela diz que *houve* algo diferente (CERTEAU 2011, p. 166-167, grifo do autor).

202

Esta citação nos coloca alguns problemas: de que trata a “consciência” evocada por Certeau? E como a estrutura, conceito tão usado para indicar as grandes continuidades históricas, pode dizer algo sobre as rupturas entre passado e presente? Em primeiro lugar, a consciência acessada pelo historiador não coincide com a consciência do passado em si: trata-se de uma consciência de que há um passado, e de que ele está morto. Não significa dizer que o historiador consegue operar como era a ambição de Michelet e “dar voz” aos mortos; essas vozes emanando dos túmulos do passado podem, sim, falar ao historiador, mas é sempre este quem as reintroduzirá no pensável do presente. Afirma Richard Terdiman:

A heterologia busca dar crédito total à *diversidade* [otherness] da alteridade [alterity] – à sua capacidade de *não* ser simplesmente um efeito mistificado do sistema e do discurso próprios do observador. O problema, tanto para nossa teoria quanto para nossa prática, é ver como imaginar um circuito de comunicação entre entidades autenticamente diferentes, um circuito verdadeiramente bilateral e bidirecional (TERDIMAN 1992, p. 7, grifo do autor).

Penso que o problema talvez não seja tratável para a historiografia na estrutura narrativa convencional contemporânea, ou, mesmo que seja, não

estou certo que o resultado seria um texto inteligível. Como Certeau sempre enfatizou, o Outro de que o historiador fala está *morto* – não no sentido de que não tem qualquer relevância para o mundo dos vivos, mas precisamente que já não pode se pronunciar por si próprio. Em um flerte claro com a psicanálise, ele diz que a historiografia trata dos mortos para dar lugar aos vivos; o objetivo é claro: trata-se de sepultar o morto a fim de evitar que seu fantasma tenha efeitos destrutivos sobre os vivos (CERTEAU 2008, p. 57, 95, 107, 108). Assim, ainda que informado e impressionado pela experiência da alteridade, quem fala é sempre o historiador.

Em seguida, a estrutura nos informa sobre rupturas na medida em que aponta que os núcleos significativos que atravessam os tempos, as ditas continuidades, são continuamente refigurados pelas sociedades. Historicizando o exemplo clássico de Lévi-Strauss, se o incesto é um tabu perene, não significa dizer que ele é tratado da mesma maneira durante todo o tempo; mesmo os tabus sociais são tratados de acordo com lógicas particulares em cada grupo e em cada época. Essa busca pelas unidades atômicas da significação humana (os *mitemas*) com certeza apontam para certas perenidades; mas o que mais importa ao historiador é observar como essas unidades mínimas perenes são combinadas de maneiras diferentes, sempre históricas, ao longo dos tempos – neste sentido, retomando a ideia de que a continuidade é sempre atravessada pela ruptura. Assim é que Certeau pode dizer de uma estrutura que ela expõe a diferença. Mas uma distinção se faz necessária:

No entanto, o essencial é, aqui, a articulação entre estes dois pontos: a ausência é, para o discurso histórico, a condição de possibilidade que ele desvela ao desdobrar-se; e a “estrutura” é a ferramenta conceitual que permite “compreender” e manifestar essa ausência (CERTEAU 2011, p. 167).

203

A ausência, portanto, não se confunde diretamente com a estrutura. Se a ausência é um fenômeno *a priori*, a condição de um discurso histórico, a estrutura só surge como ferramenta explicativa no presente historiográfico. Para Certeau, se a alteridade é a base sobre a qual se produzirá a compreensão pelo presente do passado, cada presente historiográfico será responsável pelo uso de um determinado conceito operacional para tratar dessa alteridade desvelada. Trata-se de produzir uma ideia a partir da qual se possa recortar no Outro determinada característica que possa ser usada como parâmetro comparativo – o que não significa em absoluto a produção de um discurso simplesmente comparativo. Essa “comparação” está sempre a serviço da compreensão, da reinscrição dessa alteridade no presente: o presente historiográfico pensa as estruturas do passado histórico porque pressupõe a existência de estruturas atuantes tanto em uma quanto em outra dimensão.

Quanto ao presente historiográfico, Philippe Carrard lembra bem: “O que eles [os historiadores] deveriam fazer concretamente para estabelecer sua ciência [awareness] de suas próprias retórica, política, ética, visão de história, e filiação social/institucional?” (CARRARD 2001, p. 478). Certeau não oferece a resposta a essa pergunta. Como coloquei anteriormente, é preciso, como

o próprio Carrard se pergunta, pensar se uma narrativa que explicita tanto quanto necessárias suas condições de possibilidade seria de fato possível ou, se possível, se seria inteligível. É possível conjecturar se o trabalho reflexivo deveria acompanhar materialmente a narrativa, ou se ele é responsabilidade de um trabalho à parte; de qualquer forma, essa reflexividade que levou à formulação da tríade “lugar social/procedimentos de análise/escrita” permanece uma abordagem poderosa quanto à história da historiografia.⁸

Neste ponto devemos lembrar que, no período de produção desse texto – segunda metade do século XX – o estruturalismo praticamente impunha-se como horizonte de diálogo e de enfrentamento no pensamento francês. As considerações críticas de Lévi-Strauss acerca da história seriam rebatidas por Braudel e os *Annales*, pela filosofia de Michel Foucault e por tantos outros pensadores que buscavam repensar a história à luz das colocações da antropologia estruturalista. Trata-se aqui de uma disputa clara de campos do conhecimento: à ideia de uma estrutura colocada fora do tempo (as tais unidades mínimas da significação humana buscadas pela antropologia estruturalista), responsável por explicar a perenidade de determinados temas ao longo do tempo e em sociedades tão apartadas quanto possível, a história responde dizendo que as estruturas são, apesar de tudo, históricas, e portanto suscetíveis aos efeitos do tempo e das reconfigurações operadas mais ou menos lentamente pelos homens em sociedade. A resposta mais clara e mais disseminada seria a das durações de Braudel, mas podemos ver que Certeau tem sua abordagem própria – fruto de seu diálogo peculiar com a obra de Freud e de Lacan. Para ele, o corte estrutural é mais uma das fundações do saber historiográfico do que o fim almejado por ele, baseando-se na ideia da pesquisa como uma experiência de limites, do contato com uma alteridade irreduzível.⁹

204

Eis então que o historiador se vê tensionado entre duas forças do presente historiográfico:

Paradoxalmente, ao desvelar uma descontinuidade, ele tem, ao mesmo tempo, o objetivo de dizê-la, relatá-la, analisá-la, explicá-la e, portanto, introduzi-la no texto homogêneo de uma cultura presente, no interior de uma literatura, com os instrumentos intelectuais da época em que se situa a narrativa historiográfica. Trabalho curioso: *ele parece negar, pela obra realizada, a ruptura que ele faz aparecer* (CERTEAU 2011, p. 168, grifo do autor).

Essa tensão, própria da atmosfera de luta entre um estruturalismo a-histórico e a posição do campo historiográfico daqueles anos, ainda perdura. De um extremo a outro, vemos a discussão em torno da ferramenta que seria

⁸ Por isso, quando, explicando o “lugar social”, Jacques Revel diz que “O historiador se submete aos imperativos de uma profissão pela qual deve se fazer conhecer e com a qual ele se encontra em negociação constante por tudo que toca suas maneiras de fazer e de dizer” (REVEL 2010, p. 145). Pode-se ver aqui não apenas o fundamento para historicizar a historiografia passada, mas a nossa própria historiografia presente. O jogo entre o Outro e o Mesmo, quando da história da historiografia, sugere a possibilidade de pensar os limites de nossa própria prática.

⁹ Em texto de 2002, Peter Burke sugere que o tema da alteridade surge em Certeau a partir de suas leituras teológicas. Parece-me uma hipótese plausível. No entanto penso que é preciso atentar para o papel importante da alteridade na psicanálise, principalmente em sua vertente lacaniana, disciplina com a qual Certeau dialoga abundantemente.

supostamente mais adequada para lidar com a Outro. Com efeito, o trabalho mais incisivo na dimensão de ruptura entre passado e presente ainda só pode se tornar pensável operando a partir de concepções presentes – uma estrutura textual e narrativa, uma concepção da história e um corpo delimitado de procedimentos, para listar apenas alguns aspectos. A tensão da compreensão se impõe absorvendo a diferença que desvelou, produziu e busca comunicar. Trata-se, como diz Certeau, de consequências da “experiência do limite”: se já não podemos nos pensar como o todo, como podemos pensar, então, essa alteridade que se nos apresenta? É preciso avançar um passo e também se perguntar: é possível expressar essa alteridade na escrita de maneira que lhe faça justiça? O que seria essa justiça? E qual seria a forma dessa expressão?¹⁰

Momentos das ferramentas conceituais: cronologia (séculos XVI e XVII) e estrutura

Certeau problematiza então a questão das ferramentas do historiador: aponta para como nos séculos XVI e XVII a necessidade de compreender o Novo Mundo e as viagens ao extremo oriente impôs ao pensamento europeu a criação de um parâmetro que permitisse tal tarefa. Fruto dessa experiência dos limites, essa compreensão da alteridade através de uma referência conceitual comum foi a resposta ao esfacelamento das certezas apoiadas sobre o conhecimento do mundo pelos antigos.

Um trabalho que tendia a restaurar o homogêneo, graças ao discurso de uma compreensão, organizou-se (estruturou-se) em função dessa ameaça de dissuasão interna; aliás, ele se operou segundo diversas modalidades. [...] Vou mencionar apenas um caso que se situa, também, no setor religioso: a *cronologia*. Para superar a distância que se criava entre o universo americano ou chinês e o mundo ocidental, foram recuadas a períodos mais antigos, as datas dos livros ou fatos do Antigo Testamento suscetíveis de oferecerem pontos iniciais comuns a filiações diferentes [...] (CERTEAU 2011, p. 169-170, grifo do autor).

205

Eis que no período em que as potências europeias saíram em viagens pelo mundo, tornou-se necessário pensar essas tradições que careciam de qualquer referência ao pensamento cristão. A partir do esforço de referir as Escrituras a uma cronologia mundana – ainda hoje uma questão que mobiliza certos grupos – a datação de uma maior antiguidade desses eventos se tornou a base comum a partir da qual se pôde pensar essa alteridade irreduzível. Esses pensadores franceses cristãos dos séculos XVI e XVII constroem, então, suas reflexões ao redor desse aparato conceitual construído. Trata-se aqui do estabelecimento de certo modelo determinado a partir do qual um grupo é capaz de pensar aquilo que está além de suas fronteiras.

De maneira semelhante, o modelo estruturalista oferece, segundo Certeau, “um estatuto científico e um rigor ao que *veio a ser*, para nós, uma condição de

¹⁰ Jörn Rüsen tem enfrentado esse problema, embora partindo de outras perspectivas analíticas. Ver RÜSEN 2004; 2008. Ver também: MAIBOM 2010; BEVERNAGE 2008; MARCOS 2011.

possibilidade para o pensamento ou para o discurso [...]” (CERTEAU 2011, p. 171, grifo do autor). Esse “rigor científico” se referiria à possibilidade de encontrar nas estruturas sociais o fenômeno objetivo por excelência da experiência humana: o universal, o transcendente, aquilo que comporia ao menos parte da essência da vida social humana. Ele continua:

Talvez, no futuro, essa forma presente, estrutural, oferecida à possibilidade de pensar, venha a aparecer tão frágil quanto havia sido o recurso da historiografia “clássica” a um ponto de partida original e a uma cronologia que tinham permitido constituir, em uma série, as relações do Ocidente cristão com outras civilizações. De qualquer forma, subsiste o problema suscitado, aqui e lá, em termos diferentes [...] (CERTEAU 2011, p. 171-172).

Ora, explicita-se aqui a consciência de historicidade da prática historiográfica. Penso que é aqui que Certeau mostra mais claramente a peculiaridade do seu conceito de ciência: já não se trata do estabelecimento d’O Método, a partir do qual seria possível apreender e compreender o mundo, a alteridade, e instituir um saber tão objetivo quanto real. Para Certeau, a atenção para com a historicidade do discurso e as condições de possibilidade do estabelecimento de um saber são inseparáveis. É a atenção aos limites do contemporâneo que permitem estabelecer as “[...] regras que permitam “controlar” operações destinadas à produção de objetos determinados” (CERTEAU 2008, p. 109, grifo do autor): perceber que as regras, as operações e a produção de objetos são, como ele diz, *determinadas* – portanto, históricas – é se permitir pensar o saber histórico como um saber legítimo dentro de uma possibilidade da experiência.¹¹ Assim, ao argumento cético da impossibilidade do saber, coloca-se a objeção clara de que mesmo que todo discurso seja histórico, ainda é possível elaborar um saber significativo para uma determinada sociedade em determinado tempo. Tal perspectiva é reforçada no fechamento de sua apresentação:

206

Para terminar, voltarei, de preferência, aos “espirituais” da época clássica, selvagens do século XVII, limitando-me a dizer que sua *ausência*, talvez, me ensinou a tornar-me um *historiador*, que o estudo desse tema obriga a avaliar, no desenvolvimento de uma prática científica, a aventura e os riscos implicados pela ingênua ambição de “compreender” e que, por último, a modalidade “estruturalista” dessa compreensão abre, sob uma forma particular (presente), o problema constante da relação entre uma inteligibilidade e o que a torna possível. “História e estrutura”: esse título questiona a relação de qualquer discurso historiográfico com suas condições de possibilidade ou, de forma mais ampla, a relação de qualquer ciência com seus postulados epistemológicos (CERTEAU 2011, p. 172, grifo do autor).

A longa citação não é despropositada. Ela explicita aquilo que me parece mais particular na abordagem de Certeau quanto à prática historiográfica como prática científica. Primeiro, é preciso que lembremos, mesmo que ao risco do cansaço, da particularidade do conceito de ciência do autor, sua atenção

¹¹ Para uma análise bastante sensata dessa atenção de Certeau quanto aos limites, feita a partir de “A Possessão de Loudun”, ver WEYMANS 2004.

para a historicidade e para a diferença constitutiva da possibilidade de pensar em cada época.¹² Em seguida, convém notar que a figura do Outro, tão cara à sua concepção de história, deve muito à etnologia, mas principalmente à psicanálise de Freud e Lacan. Com efeito, retomá-la na teoria da história significa considerar que todo processo cognitivo parte de uma constituição particular da separação entre Mesmo e Outro; todo saber seria então construído sobre essa base identitária postulada e, depois, posta em questão. Essa crítica profunda ao recalque das condições de possibilidade do pensamento, sua naturalização, mais precisamente, é fundamento para esse conceito de história que estabelecerá na explicitação e no questionamento dessas condições sua possibilidade de saber, sua capacidade de construir um conhecimento ao mesmo tempo rigoroso, crítico e atento à própria historicidade. Sem oferecer saídas fáceis, Certeau cobra de nós que não tomemos a historicidade de nosso saber como um dado, mas sim como um problema.

Estamos, é claro, falando da formulação de um *regime de historicidade* localizável: não vem de longa data a possibilidade de pensar o presente como radicalmente histórico e dissociado de uma concepção progressista e teleológica (hegeliana, talvez) do tempo. Assim, convém sempre ter em mente a tensão que nos permite passar a experiência pela nossa grade fundamental do pensamento.

A tensão da historicidade do pensamento

A particularidade do texto que analiso aqui é a de que ele resulta de uma apresentação em um evento. As considerações complementares permitem então aprofundar determinados pontos da fala em relação a perguntas da audiência; não se poderia ignorá-las. Penso que o drama do pensável e do impensável – tema principal da fala de Certeau – atravessa também essas considerações complementares. Tomemos o primeiro ponto de atenção:

207

Atualmente, qualquer história é social. Compreender as condições de vida no século XVII [...] é estabelecer sua relação com a organização global da sociedade. Finalmente, é pensável apenas o que se refere a essa "razão" que é a organização de uma sociedade (CERTEAU 2011, p. 172).

Aqui Certeau toma de partida a *nossa* razão fundamental – ou um aspecto dela. Tratam-se das formas de referência absoluta a determinada dimensão da experiência: naquele período, o imperativo da história social; posteriormente, surgirá também a máxima "toda história é história cultural". Coloca então como problema o que nos é apresentado como dado. O social (ou o cultural) não é, a partir dessa perspectiva, uma característica que ontologicamente define uma organização ou um modo de viver na experiência; é, antes, um recorte produzido por uma racionalidade particular e determinada, uma tomada de posição que permite pensar a alteridade do passado ausente. Certeau reforça aqui a diferença inescapável desvelada por quem se debruça sobre esse Outro postulado. Ele continua:

¹² Penso que tal necessidade decorre de leituras como a de Roger Chartier, que parece procurar em Certeau um defensor do que chamou de saber universal. Ver CHARTIER 1998, p. 257.

Ainda resta saber o que, atualmente, nos permite compreender. [...] Lucien Febvre diz-nos que, finalmente, as feiticeiras e os feiticeiros manifestam-nos, também, algo do homem do século XVII, mas – acrescenta ele – “no homem, acredito apenas no que é humano”. Esta fórmula [...] supõe que Lucien Febvre sabe, por sua vez, o que do homem é crível ou o que é humano; ou, dito por outras palavras, ele dispõe de uma grade filosófica, de uma concepção de homem que lhe permite escolher, nas narrativas do século XVII, o que é “humano” ou não, o que é crível ou não. Pessoalmente, creio que esse tipo de divisão é problemático: *nos é proibido, sem deixar de ser inevitável*. Trata-se de um postulado que adotamos, uma posição que assumimos em relação a todo esse passado, para sermos capazes de pensá-lo (CERTEAU 2011, p. 173, grifo do autor).

“Proibido mas inevitável”, o processo de apreensão da alteridade a partir de categorias presentes passa facilmente despercebido a quem é formado no interior de determinada tradição intelectual. Neste sentido, pode-se pensar o trabalho do intelectual como o trabalho de explicitar essas concepções naturalizadas: em particular o historiador, por seu trabalho privilegiado de investigação da alteridade, seria então responsável por lembrar o presente de sua historicidade. Não significa dizer que esse discurso é exclusividade dos intelectuais; como diz Terdiman, “Nossa compreensão da marginalidade deve integrar, tão profundamente quanto puder, o papel das bordas e das diferenças em criar as condições de possibilidade para qualquer compreensão” (TERDIMAN 2001, p. 404), ou seja, é preciso pensar nas capacidades criadoras do estabelecimento das diferenças. E, além disso, a relação dos homens com o tempo é muito mais ampla, como bem mostram autores como Koselleck e Hartog (KOSELLECK 2006; HARTOG 2011). Pode-se perceber as diferentes experiências temporais, por exemplo, através das políticas dedicadas à memória e ao patrimônio. Mas a relativização do presente em relação ao passado e o reconhecimento da alteridade para além da vulgata do progresso passa também pelo processo efetivo de reflexão sobre essa experiência temporal – e é aí que podemos encontrar uma das facetas de relevância social do trabalho historiográfico.

Se para Febvre estava claro aquilo que era efetivamente “humano” no homem, se para nós e nossos contemporâneos pode haver um determinado consenso sobre o que seja “cultura” – consenso, como sabemos, inexistente – apontar para as significações singulares e históricas de cada categoria é tornar problemático, transformar em questão, aquilo que fundamenta todo o processo de pensamento de determinados grupos em determinadas épocas. É essencial seguir perguntando “Por quê?” e “Como?” para que não percamos de vista a provisoriade de nosso pensamento e de nosso saber.

Certeau prossegue seu raciocínio elaborando uma crítica ao uso instrumental da psicanálise pela história:

Aliás, certo número de trabalhos, na área tanto da etnologia quanto da história, mostra que o uso os conceitos psicanalíticos torna-se uma espécie de retórica: é uma “maneira de falar”. [...] Infelizmente, trata-se de conceitos vazios pelo fato de que, precisamente, seu único objeto consiste em designar ou cobrir pudicamente as regiões da história ainda incompreensíveis; *elas circunscrevem o inexplicado, sem conseguirem explicá-lo*; confessam sua ignorância (CERTEAU 2011, p. 174, grifo do autor).

Trata-se de um uso bastante redutor segundo o qual o intelectual busca dar nome àquilo que não compreende a fim de mascarar a impossibilidade ou a falta de esforço de entender o fenômeno. Aos mistérios da fenomenologia da ação dos supostos sujeitos históricos, aos desvios inexplicáveis, o intelectual responde usando vulgarmente o “inconsciente” ou “a morte do pai” – ou outros conceitos emprestados sem rigor.¹³

Esse uso pobre e superficial não é exclusividade da psicanálise: no contexto de diálogos privilegiados com outras disciplinas, em especial as ciências sociais, é relativamente fácil encontrar exemplos de conceitos ou noções emprestados sem qualquer rigor para servir de designação daquilo que não se compreende – algo como “usar um conceito que não entendo para designar um fenômeno que não entendo”. O conceito de “representações sociais”, emprestado da psicologia social, consiste em um desses exemplos (cf. CHARTIER 1990; GINZBURG 2001).¹⁴

Um conceito eurocêntrico de história

Em meio ao esforço de historicizar os fundamentos do nosso pensamento, Certeau questiona-se a respeito de sua concepção de história – mais particularmente se sua concepção não seria demasiado eurocêntrica. Concordando com o problema, ele diz: “Devemos, portanto, localizar, relativizar, finalmente, “historicizar” nossa concepção da história, pelo fato de que se constituem ou aparecem, atualmente, outras concepções culturais sobre a relação com o tempo” (CERTEAU 2011, p. 176). Quais as consequências dessa historicização? É preciso então pensar no processo cognitivo que é colocado em movimento pela história.

209

[...] por um lado, ela ocupa-se de um presente que pretende ser diferente; ela confirma uma inovação fundadora, um novo começo. Por outro, em um discurso, ela exprime a necessidade de situar-se em relação ao que, no presente, ainda dá testemunho de algo mais antigo, rebelde e resistente ao presente (CERTEAU 2011, p. 177).

Em que medida essa articulação se impõe com relação ao eurocentrismo de um determinado pensamento? Ora, aqui o esforço é o de encontrar um processo que, embora não universal, seja capaz de abarcar a historiografia profissional produzida em outras regiões. Pode-se objetar, justamente, que tal processo ainda se fundamenta na concepção europeia de erudição, de historiografia e de intelectualidade. Embora seja uma afirmação com a qual se possa concordar a princípio, precisamos nos dar um segundo momento para refletir: se por um lado essa concepção europeia de história serviu por muito tempo – e às vezes ainda serve – como instrumento de dominação cultural, de desprezo pelo Outro, de colonização e imperialismo, por outro lado a historiografia inspirada no pós-

¹³ Joan Scott recentemente colocou em questão o relacionamento entre psicanálise e historiografia, não apenas nos usos “teatrais”, mas também nas tentativas efetivas de diálogo entre essas duas matrizes disciplinares. Ver SCOTT 2012.

¹⁴ É interessante notar que o próprio Chartier mantém em tensão seu uso dos conceitos de “prática” e “representação”, sempre buscando aprimorar sua aplicação conceitual. Tal atenção parece minoritária no conjunto de trabalhos que tomam emprestado o conceito de “representação”.

-colonialismo floresceu, e ainda floresce, nas antigas colônias. Tratou-se, com efeito, de fazer surgir uma historiografia que por muitas vezes questionou e denunciou os abusos europeus a partir dessa apropriação da forma de fazer a história.

José Carlos Reis, em um livro recente, lembra-nos de passagem do ceticismo europeu sobre a capacidade de compreensão de seus autores célebres pelos *estrangeiros* (REIS 2011). Mas mesmo à revelia dos mais conservadores, campos historiográficos mais ou menos independentes florescem em outras partes do mundo, apropriando-se daquilo que dizem pensadores europeus, e também pensadores locais, para produzir suas próprias narrativas. Rompe-se assim o monopólio do sentido caro a quem ainda deseja saber “exatamente o que se passou”, mas incapaz de dar conta da significação plural a que um texto pode proporcionar: basta lembrarmos de *A invenção do cotidiano*, obra na qual Certeau argumenta fortemente contra a ideia de uma “significação ortodoxa” ou do “sentido literal”. Penso que esse movimento não pode ser desconsiderado, tratado como simples desvio. Em fidelidade crítica ao pensamento de Certeau, é preciso considerar essas apropriações como uma tomada de posição política e uma mudança nos termos da relação de poder entre a intelectualidade europeia e os pensadores “marginais”. Em analogia à apropriação no cotidiano, penso que esse florescimento às margens da celebridade intelectual tão caras à França, Alemanha ou Inglaterra indica o fim, ou ao menos o enfraquecimento de um monopólio (ou de uma bipolaridade entre Europa e América do Norte) sobre o capital simbólico do pensamento.

210

Assim, retomando o processo delineado por Certeau para definir os procedimentos historiográficos, é preciso reconhecer essa dupla dimensão do mesmo: por um lado, fundado em um conceito determinado de história e de intelectualidade; por outro, apropriado e reconfigurado pelos centros nascentes e crescentes do pensamento pós-colonial em diversas partes do mundo.

Para finalizar a historicização do conceito de história, Certeau trata da questão inescapável do real e do papel do real na historiografia:

Outrora, o conceito de causalidade podia fornecer um respaldo ontológico ao discurso historiográfico; atualmente, através do que afirmamos até aqui a respeito da história, talvez seja possível aprofundar a via aberta por Dilthey: ele situava o real do lado de uma *resistência* encontrada pela investigação. [...] Talvez, também, deveria proceder-se a uma pesquisa, ainda mais aprofundada, das “condições de possibilidade” de qualquer história, considerando que o real é o irracionalizável que permite cada racionalização, em suma, o ausente que torna possível a história e lhe escapa (CERTEAU 2011, p. 178, grifo do autor).

Eis então em resumo toda a discussão elaborada ao longo do texto e a resposta, especulativa, é claro, ao problema levantado. Aqui, para Certeau, trata-se de pensar a capacidade de saber da história independentemente de um apoio ontológico: se não se pode apreender o real no discurso historiográfico, ao mesmo tempo é sempre em relação a esse ausente que se formula seu pensamento. O passado, o real, essa alteridade absoluta em relação ao qual se formula o texto do historiador permanecerá ausente; mas justamente pelo

trabalho do historiador esse ausente é capaz de operar *a partir* e *em direção* dos fundamentos do pensamento. *A partir* porque é a partir de nossa concepção presente – o olhar sonhador que cria mundos que jamais conhecerá, citado no começo – que podemos nos debruçar sobre esse material que evoca a ausência; *em direção* a porque quando se apercebe da diferença o historiador é capaz de desnaturalizar o presente, relativizando-o em relação ao passado. Esse processo dialético *constitutivo* da e ao mesmo tempo *constituído* pela historiografia foi uma das grandes contribuições de Certeau à historiografia contemporânea. Se se pode dizer que tal concepção já está bastante difundida, respondo afirmando que essa fórmula, certamente parcial e histórica, apresenta-se como algo a ser lembrado constantemente – uma chamada de atenção importante. Trata-se, sim, de percebê-la também em sua historicidade: como foi formulada, em relação a quais problemas e com vistas a quais expectativas. Mas acima de tudo, é importante a manutenção de uma atitude crítica em relação aos postulados e aos fundamentos sobre os quais construímos nosso pensamento.

Referências bibliográficas

- ANKERSMIT, F. **A Escrita da História**: a natureza da representação histórica. Londrina: EdUEL, 2012.
- BEVERNAGE, B. Time, Presence, and Historical Injustice. **History & Theory**, v. 47, n. 2, p. 149-167, 2008.
- CARRARD, P. History as a Kind of Writing: Michel de Certeau and the poetics of historiography. **The South Atlantic Quarterly**, v. 100, n. 2, p. 465-482, 2001.
- CERTEAU, M. **A Escrita da História**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- _____. **História e Psicanálise**: entre ciência e ficção. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- CHARTIER, R. Writing the Practices. **French Historical Studies**, v. 21, n. 2, p. 255-264, 1998.
- _____. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990.
- GINZBURG, C. **Olhos de Madeira**: nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- HARTOG, F. **Evidências em História**: o que veem os historiadores. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- _____. Tempo e Patrimônio. **Varia História**, v. 22, n. 36, p. 261-273, 2006.
- KOSELLECK, R. **Futuro Passado**: contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-RJ, 2006.
- MARCOS, M. L. Identidade Narrativa e Ética do Reconhecimento. **Études Ricoeuriennes/Ricoeur Studies**, v. 2, n. 2, p. 63-74, 2011.

- REIS, J. C. **História da "Consciência Histórica" Ocidental Contemporânea:** Hegel, Nietzsche, Ricoeur. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- REVEL, J. **História e Historiografia:** exercícios críticos. Curitiba: Editora UFPR, 2010.
- RICOEUR, P. **Tempo e Narrativa:** 1. A intriga e a narrativa histórica. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- _____. **A Memória, a História, o Esquecimento.** Campinas: Editora Unicamp, 2007.
- RÜSEN, J. How to overcome ethnocentrism: approaches to a culture of recognition by history in the twenty-first century. **History & Theory**, v. 43, n. 4, p. 118-129, 2004.
- _____. The horror of ethnocentrism: westernization, cultural difference, and strife in understanding non-western pasts in historical studies. **History & Theory**, v. 47, n. 2, p. 261-269, 2008.
- SCOTT, J. The incommensurability of psychoanalysis and history. **History & Theory**, v. 51, n. 1, p. 63-83, 2012.
- TERDIMAN, R. The Marginality of Michel de Certeau. **The South Atlantic Quarterly**, v. 100, n. 2, p. 399-421, 2001.
- _____. The Response of the Other. **Diacritics**, v. 22, n. 2, p. 2-10, 1992.
- 212 WANDEL, T. Michel de Certeau's Place in History. **Rethinking History**, v. 4, n. 1, p. 55-76, 2000.
- WEYMANS, W. Michel de Certeau and the Limits of Historical Representation. **History & Theory**, v. 43, n. 2, p. 161-178, 2004.

Olhar o passado onde ele (não) está: Araújo Porto-Alegre e a história do Brasil a partir de Portugal

Looking at the past where it is (not): Araujo Porto-Alegre and the history of Brazil as seen from Portugal

Helena Mollo

hmollo@bol.com.br

Professora adjunta

Universidade Federal de Ouro Preto

Rua do Seminário, s/n - Centro

35420-000 - Mariana - MG

Brasil

Resumo

O presente artigo visa contribuir com as discussões sobre a historiografia da segunda metade do oitocentos no Brasil, e como as descobertas de campos do conhecimento, como a geologia e arqueologia, dinamizam a escrita da história. A chamada primeira geração romântica teve como desafio a organização de um novo espaço, e, diante da reorganização de vários campos de saber que tocavam o passado, viu-se a trabalhar com a história ombreando outros campos. No manuscrito intitulado *História do Brasil*, Manoel de Araújo Porto-Alegre anuncia uma 'tradição partida' que significava escrever sobre momentos mais distantes do que à primeira vista pareciam ser. Neste texto, objetiva-se compreender como a noção de passado longínquo utilizada por Porto-Alegre passa a ser uma noção válida para a constituição dos fatos históricos.

213

Palavras-chaves

Historiografia brasileira; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB); Temporalidades.

Abstract

This article aims to contribute to the scholarship on Brazilian historiography in the second half of 19th Century, more specifically to the issue of how discoveries in fields such as geology and archeology influenced historical writing in the period. The so-called first generation of Romanticism took as its challenge the organization of a new notion of space and the reorganization of various fields of knowledge related to the past. In a manuscript entitled *History of Brazil*, Manoel de Araújo Porto-Alegre speaks of a 'broken tradition', in order to point to the possibility of writing about moments that remain farther in time as appear to be at first. My aim is to understand how Porto-Alegre's notion of a distant past can turn into a valid notion for the constitution of historical facts.

Keywords

Brazilian historiography; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB); Temporalities.

Recebido em: 8/10/2012

Aprovado em: 5/4/2013

O historiador do Brasil que ancorar-se nos fatos oficiais, nas lutas materiais, será o escritor da crosta efêmera de um ramo da humanidade europeia, e deixará no escuro o cerne, a verdadeira história, a de colônia, do reino e do império.

Sem um estudo sério sobre Portugal e os portugueses, não é possível alcançar-se este fim, tanto mais que o passado é um abismo tão intrincado que por mais luz que lhe introduza, ficarão sempre nele algumas trevas (PORTO-ALEGRE s/d).

Manoel de Araújo Porto-Alegre anuncia o desafio do historiador no oitocentos: olhar o tempo e distinguir nele os espaços onde possam ser pensadas as ações humanas e assim reconstruir espaços e personagens, colocando-os à vista, em uma espécie de subversão, para que a verdade dos fatos seja a condução para novos momentos. As escolhas feitas e as opções em vista para tratar o tempo e sua experiência através da história são o objetivo desse trabalho. Não é objeto deste artigo analisar as obras pictóricas ou a produção literária do autor, mas nos concentrar na análise de um escrito seu, intitulado *História do Brasil*.

Não se sabe ao certo quando ou onde Manoel de Araujo Porto-Alegre escreveu esse apontamento especificamente. Sabe-se, porém, que não é o único dedicado às questões entre Brasil e Portugal e seus caminhos após 1822. Porto-Alegre, nas últimas décadas de sua vida, atuou como diplomata, tendo falecido em Portugal, palco de sua mais longa atuação, como cônsul geral do Brasil em Lisboa.

214

Vários artigos e outros escritos refletem sobre o tema, direta ou indiretamente, a partir de pontos como a história da arte ou a economia do Brasil e o fim da escravidão, substituída pelo trabalho livre dos imigrantes. A nação que necessitava ser construída demandava mais que novos espaços institucionais, e o começo a ser organizado transbordava para a narrativa da experiência no tempo. A cronologia proposta por Porto-Alegre – colônia, reino e império – anuncia elementos de um programa a ser seguido, que teria de lidar com a organização de uma quebra e afastamento em relação a um passado único e traduzir inúmeros pontos para um vocabulário pátrio, indicando suas possibilidades futuras.

Em *O Brasil nas letras de um pintor*, Letícia Squeff vê Araújo Porto-Alegre como um personagem da Ilustração, mas com laivos da sensibilidade romântica (SQUEFF 2004). Contudo, quando se olham as formas que a história assume no oitocentos, os aspectos da ilustração e do romantismo não se revelam necessariamente antagônicos, formando uma realidade singular, o que Temístocles Cezar denominou de “uma rede de noções difusas que precisam ser regradas, incorporadas ou negadas pelo discurso sobre a história” (CEZAR 2004, p. 45). No manuscrito *História do Brasil* estão presentes preocupações que vão de questões epistemológicas, como o que vem a ser o historiador e como ele deve realizar a construção de um conhecimento sobre as ações humanas no tempo, a uma proposta para o passado da nova nação. A forma de escrever essas ações tomou vários caminhos que se entrecruzaram e tomaram rumos que foram da pintura histórica à escrita de dramas e poemas épicos.

Percebe-se, na historiografia recente, quando a complexa identidade do Brasil no oitocentos é objeto da investigação historiográfica e a geração de Porto-Alegre é tematizada, que as discussões se encaminham para a construção de novos espaços: o primeiro, o da comunidade que se forma, e o segundo, concomitante, um passado que até há pouco a englobava. Os espaços se partem; da mesma forma a identidade. Dois textos, um da historiografia portuguesa e outro da brasileira ilustram de forma bastante rica o problema das “novas espacializações políticas e sentimentais”. Para Fernando Catroga:

Será a partir da idéia e do sentimento de pátria que comunidades e grupos narram a história que os identifica (e os constrói) como famílias alargadas e como comunidades étnico-culturais. Compreende-se. É que, se estas implicam a partilha de características comuns (os mesmos mitos de origem, a mesma língua, um mesmo território, a mesma memória coletiva), é indiscutível que sua pedra de toque se situa na ancestralidade [...] Se a narrativa que liga essas características pontualiza a temporalização da idéia de pátria, surge como lógico que ela igualmente organize as apropriações afetivas do *espaço*, trabalho projetivo através do qual o *território*, ou, como se dirá a partir de Montesquieu, o *meio*, será reconhecido como paisagem [...] Neste horizonte, entende-se que a geografia dos afetos pátrios não seja tanto a traçada pelo determinismo físico, ou pelo império das fronteiras gizadas pelo poder político, mas a cartografada pela interiorização dos sentimentos de pertença (CATROGA 2011, p. 14).

Maria Odila da Silva Dias, em “Aspectos da Ilustração no Brasil”, texto já clássico da historiografia brasileira, mapeia brasileiros formados nos centros europeus e que realizaram, em sua terra natal, uma série de trabalhos voltados para o estabelecimento de uma ‘cultura brasileira’ (DIAS 1968). A autora destaca uma parte “empírica e objetiva” na formação dos brasileiros na Europa, em detrimento do cosmopolitismo e do universalismo, temas mais frequentes na historiografia. As escolhas quanto à formação feitas por esse grupo de brasileiros são um importante dado para a autora, por levar a um outro: o momento de organização da ciência e seu objetivo. Estava nas mãos dos cientistas, a partir do século 18, a construção da “felicidade dos homens, com inventos e descobertas úteis ao bem-estar e à saúde e proveito da sociedade” (DIAS 1968, p. 106). A partir dos dados apresentados, dos 568 estudantes de Direito em um universo de 866 brasileiros que se formaram em Coimbra, cerca da metade voltou-se para a prática científica. A volta dos brasileiros à terra natal deflagrou, então, um processo lento mas contínuo de construção de um novo território, muitas vezes simbolizado contrariamente a Portugal, como cita a própria autora, a respeito da prática do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira. Quanto à preferência dos brasileiros em Coimbra pelas ciências:

Diversos fatores de condicionamento histórico, próprios de seu tempo, explicam essa preferência e, muito em particular, a tendência pragmática de suas mentalidades. “O grau de aplicação de uma ciência,” – escrevia o brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira, em 1783, – “mede-se pela sua utilidade”. Voltava nessa época o conhecido zoólogo, mineralogista e etnógrafo, que comandou a primeira expedição científica a vir explorar o

sertão brasileiro, de 1786 a 1792, [...] retornando [...] com uma coleção enorme e preciosa de *specimens* da flora e da fauna brasileiras – contra o amadorismo antieconômico e a moda então corrente em Lisboa, de colecionar conchas (DIAS 1968, p. 107-108).

Apesar do artigo de Maria Odila Dias ter se tornado um clássico, a historiografia vem recolocando o problema do papel da ciência e da administração colonial, relativizando o caráter antieconômico e amador que Portugal possuiria. O quadro da ciência iluminista e seu aspecto prático é bastante amplo e o império português, desde o século XVI, ocupou um papel importante no que tange à aclimação de espécies, e, a partir do século XVIII, esteve engajado em um processo de transformação do próprio Iluminismo, que lançou as viagens de inquérito, com o intuito de qualificar a exploração da natureza das colônias (KURY 2004).

A longa tradição de viagens para formação, contudo, não deixou de existir e o fluxo para Coimbra continuou após a Independência. Gonçalves Dias, por exemplo, membro do Instituto Histórico a partir de 1847, amigo de Porto-Alegre, formara-se na renomada universidade. Andréa Camila de Faria, em seu trabalho sobre o literato maranhense, apresenta um panorama interessante de interpretações que a historiografia brasileira das últimas décadas vem produzindo quanto à possibilidade de ver o Brasil, mesmo em situação de colônia, em uma pálida unidade. A condição de Reino traria, a partir da descentralização, unida a essa pálida unidade, uma nova configuração do espaço político e administrativo, em que os projetos de emancipação tomaram vigor (FARIA 2009). A complexa relação com o passado que se identifica na produção historiográfica do Instituto torna a aparentemente simples cronologia proposta por Porto-Alegre um intrincado jogo da expressão do tempo. Cabe ao historiador do oitocentos constituir, a partir da crítica, os fatos e garantir sua veracidade.

216

As memórias que tecem os espaços

Nas duas últimas décadas, a história da historiografia no Brasil vem construindo um repertório de questões norteadoras para a análise das noções de história manejadas no oitocentos. Destaco, entre a crescente bibliografia produzida para avaliar como Porto-Alegre trata o tempo passado do Brasil em relação a Portugal após a Independência, a princípio, duas importantes contribuições: a de Lucia Maria Paschoal Guimarães e a de Temístocles Cezar, em trabalhos publicados com espaço de cerca de uma década de diferença entre eles. Os dois autores tratam da relação entre passado e presente nas narrativas históricas produzidas pelo IHGB e veem como o distanciamento no tempo apresenta-se como escolha política e também teórico-metodológica.

Em sua já clássica tese, Lucia Maria Paschoal Guimarães afirma que, para os membros do IHGB, o passado era mais acentuadamente definido pela construção de uma memória do que, propriamente, de uma história, devido às escolhas sobre os assuntos relativos à colônia em detrimento de uma aproximação maior em relação ao presente (GUIMARÃES 1995). A publicação de documentos era

muito mais significativa que a apresentação de dissertações, apesar de todo incentivo, inclusive do Imperador, a essa prática. Nos dados apresentados em sua tese, os documentos – contemporâneos e não contemporâneos¹ – somavam 346, na primeira década do Instituto (1839-1849), enquanto os trabalhos de cunho historiográfico, 31.²

Temístocles Cezar, em artigo publicado em 2004 no livro *Linguagem, escrita, objetos*, vê essa característica da agremiação como escolhas políticas e teórico-metodológicas (CEZAR 2004, p. 55). Apesar de difícil a aproximação com o presente, devido aos acontecimentos da Independência, havia aí a escolha de narrar o passado pela falta de objetividade que o presente necessariamente provocaria. Na leitura que faz das contribuições dos sócios à *Revista*, o autor se contrapõe à afirmação de Guimarães sobre a relação entre a produção de memória e história no Instituto. Para ele:

[...] de acordo com esta historiadora, o fato de os membros do IHGB dedicarem-se, em princípio, somente à história colonial do Brasil, e quase nada à história do tempo presente, significaria que eles teriam fechado as portas da instituição à história, para, em contrapartida, privilegiarem a construção de uma certa memória do império (CEZAR 2004, p. 55).

E acrescenta:

[...] não há nenhuma dúvida que o IHGB produziu uma memória nacional, mas eu não estou certo que esta opção implique necessariamente o *abandono da história*. Ao contrário, parece-me que fazer história quase que exclusivamente colonial e, inversamente, não fazer a história contemporânea é uma escolha certamente política mas também epistemológica (CEZAR 2004, p. 55, grifos no original).

217

O autor propõe que se indague “quando a idéia moderna de história se funda no Brasil, e como ela se constituiu em conhecimento sobre si própria, depois sobre a nação, seu objeto principal ao longo do século 19” (CEZAR 2004, p. 55). Diante do exposto na citação com que se inicia esse artigo, pode-se inferir que o manuscrito *História do Brasil* esteja entre as contribuições de uma historiografia já descolada de um tempo contínuo e inserida em um amplo processo de temporalização, por isso identificada com a necessidade do estudo das transformações, de civilizações e instituições (KOSELLECK 2006). Deve-se, contudo, seguir para a próxima indagação, a partir do manuscrito de Porto-Alegre: como a experiência do tempo, nessa narrativa historiográfica, passa a dar conta de um passado tão longínquo que seu conhecimento transborda das fronteiras históricas traçadas até então?

¹ Segundo a autora, “entre 1839 e 1889, o Instituto publicou um total de 1053 documentos, sendo 528 contemporâneos e 525 não contemporâneos. Números equilibrados”. E “para efeito de classificação, denominamos de *contemporâneos* os documentos produzidos no espaço de tempo que se estendeu desde a criação do Instituto Histórico até 1889. Os demais, com data anterior a 1838, apesar da redundância de nomenclatura, foram arrolados, a princípio, com rubrica de *não contemporâneos*” (GUIMARÃES 1995, p. 509-508, grifos no original).

² Entre as contribuições historiográficas, Lucia Paschoal Guimarães propõe as seguintes: “críticas de textos, juízos e pareceres, memórias históricas, miscelâneas, programas históricos” (GUIMARÃES 1995, p. 513, 517).

Na segunda metade do oitocentos, a transformação da narrativa historiográfica passa por mobilizar elementos de diferentes programas de investigação, oscilando entre as formas do que Lucia Guimarães chamou de produção de memória e o que Temístocles Cezar apontou como as escolhas teórico-metodológicas no afastamento do presente e aproximação de inúmeros objetos relativos ao passado. A memória, por vezes, subtrai a força da narrativa historiográfica, produzindo uma extensa rede de fatos.

No Instituto Histórico, a escrita das experiências do passado passava pela eleição de determinados temas, refletidos nos programas históricos. Fabiana Dias de Lima, em sua dissertação de mestrado, analisa os temas desenvolvidos pelos sócios da agremiação – os *programas históricos* – ao longo de quase duas décadas. Nas primeiras sessões do Instituto, segundo a autora, fazia parte do expediente a proposição de questões que seriam submetidas aos sócios e “destinadas a formar um arcabouço documental, para a escrita da história do Brasil, como dispunham os estatutos da casa” (DIAS 2009, p. 39). Após aprovação, os programas iriam para uma urna, e, posteriormente, sorteados. Esperava-se que um dos sócios escolhesse o ponto sorteado e se apresentasse para desenvolvê-lo em uma dissertação, que, finalizada, passaria pelo crivo de outros sócios antes de sua leitura pública. Esses trabalhos poderiam ser enviados para publicação na *Revista* do Instituto, caso aprovados pelas comissões de História e Geografia.

A prática da proposição de pontos revelou-se, de certa forma, frágil e a inconstância de desenvolvimento de dissertações preocupava os presidentes, sucessivamente. A autora atribui essa inconstância, entre outros motivos, à consolidação do método historiográfico. Contudo, deve-se salientar um ponto específico, que entendemos como um fator que contribuiu para uma importante transformação no que tange à construção do campo da história no oitocentos brasileiro. Em 1847, a expansão do Instituto, a partir da formação das comissões de arqueologia e etnografia agitou um pouco mais a prática acadêmica, e, de acordo com Fabiana Dias de Lima, Araújo Porto-Alegre, Manoel Ferreira Lagos e Joaquim Norberto de Souza e Silva defendiam a seção de Arqueologia e Etnografia pela urgência e conformidade com a “civilização atual”, além de acreditarem que o Instituto se alçaria ao lugar de “referência científica no panorama americano” (DIAS 2009, p. 43). Mais ao fim da década, o próprio Imperador tentava incentivar a prática, mas, o que parecia uma tendência, revelou-se realidade.

É interessante a análise realizada pela autora dos dezoito anos em que vigorou, com altos e baixos, a proposição de programas históricos. Ao fim desse período:

Os programas históricos deixaram de ser uma rotina a partir do instante em que foram substituídos pela apresentação de trabalhos escolhidos pelos respectivos autores. O esvaziamento progressivo dessa prática, na década de 1850, de um modo geral, principia com o desaparecimento da geração ilustrada que fundou o IHGB, e coincide com o momento em que o Estado monárquico já se mostrava consolidado, sobretudo, após o advento do ministério da Conciliação, presidido pelo Marquês de Paraná. A par disso, nessa mesma época, o campo disciplinar da História já se mostrava consistente, com critérios metodológicos bem fixados. Tais constatações sugerem que os *programas históricos* teriam deixado

de existir porque perderam o sentido e a utilidade de elucubrar sobre os problemas que afligiam o Estado em construção (DIAS 2009, p. 50, grifos no original).

A criação da seção de arqueologia e etnografia informa mais que um desdobramento ou uma adição de temas ao programa mais amplo da agremiação carioca, ou mesmo uma solução para a falta de dissertações. Trata-se sobretudo de uma transformação no que tange à ideia de tempo. O passado que se torna extremamente longínquo transborda, a princípio, dos mecanismos explicativos em voga e dá lugar a uma transformação epistemológica no horizonte historiográfico. Torna-se terreno de questionamentos mais incisivos da parte dos letrados do Instituto. A genealogia torna-se uma tessitura mais complexa com os novos elementos que a compõem.

O passado cada vez mais distante

Talvez Porto-Alegre tenha sido um dos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro mais afeito às palavras do cônego Januário da Cunha Barbosa: “será pouco arrancar do esquecimento, em que jazem sepultados, os nomes e feitos de tantos ilustres brasileiros que honraram a pátria” (BARBOSA 1838, p. 14). Para além de sua trajetória na Academia Imperial de Belas Artes, a Aiba, assumiu vários projetos de reforma urbanística, preparou, juntamente com Paulo Barbosa da Silva, a coroação de Pedro II, além de serem seus o projeto e a execução da varanda em que se deu o ritual. No mundo das letras, o autor foi também bastante prolífico, tendo, inclusive, escrito um poema épico, o *Colombo*. Durante catorze anos, foi o orador do Instituto Histórico e, além dos discursos nas sessões aniversárias da agremiação, fazia o elogio fúnebre dos sócios falecidos. Uma das seções mais fortes da *Revista*, a biográfica, mostra-se um manancial de expressões de tempo, onde se tece relações entre a memória, o passado, o presente e a construção da tradição. Os critérios que a história começa a manejar permitem que se pense nos subterrâneos, inclusive, das biografias (MEDEIROS 2007; OLIVEIRA 2009).

Maria da Glória de Oliveira lembra que, na metade do oitocentos, a biografia deixava de ser “gênero nobre” da escrita da história e faz um registro interessante dessa mudança, a partir das seguintes palavras do inglês Henry Buckle: “que a história não deveria ser escrita por ‘biógrafos, genealogistas e colecionadores de anedotas, cronistas de corte, esses bons divulgadores de mundanidades’” (OLIVEIRA 2009, p. 11). A história mestra da vida, que aparece nas biografias, é uma forma incidental, segundo a autora da tese *Escrever vidas, narrar a história* (OLIVEIRA 2009, p. 11). Alguns programas, segundo Oliveira, vão em sentido contrário às histórias de vida, e apresenta dois exemplos. O primeiro é a proposta de programa apresentada por Rodrigo de Souza Pontes, em 1840. O sócio acreditava que, entre os objetivos da instituição, estaria o de organizar expedições científicas para reunir materiais que interessassem à história e geografia do Brasil. O segundo seria a monografia de Von Martius, que também se afastava de um projeto de fixação de nomes e feitos, para dar lugar

à organização da unidade em seus mais variados caracteres, entre eles – e o mais forte – a criação de um laço orgânico dos habitantes do território à nação.

Conhecer as ações dos brasileiros no momento em que os espaços se confundiam para dar sentido ao porvir era, para a geração de Porto-Alegre, sobretudo uma vigorosa ação sobre o tempo, visto que “as verdades que foram para a sepultura no coração dos mortos, e os segredos que estes levaram são como que coisas perdidas e difíceis de achar-lhes a pista, e quando se acha, será ainda de difícil reconstrução” (PORTO-ALEGRE s/d). Salvar essas ações do esquecimento, tal qual o preceito herodotiano, era a tarefa da qual os membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro se incumbiram. Contudo, esse resgate deveria ser feito através da

[...] crítica severa e conscienciosa, a que treme de caluniar um morto tanto quanto um vivo, pode, pelos processos da análise de todos os fatos conjuntos e do caráter moral dos homens de uma época, fazer aquilo a que tem chegado os arqueólogos, e nada mais; porém da verdade à reconstrução irá sempre aquela diferença que encontraríamos entre as pinturas dos paleontologistas e os verdadeiros e animados seres do mundo primitivo. Se delimitarmos o caráter de um vulto histórico pelos seus atos exteriores, é pintarmos uma nação pelos do seu governo (PORTO-ALEGRE s/d).

220

Assim, a arqueologia como emblema das ações perdidas em tempo longuíssimo é uma realidade investigativa que será absorvida pelos membros do Instituto. Pode-se dizer que, nos programas de investigação da história em vigor no oitocentos, o passado difícil de ser perscrutado pela quase inexistência de vestígios ou, quando existentes, no estranhamento de seu exotismo, entra para a agenda de registro do tempo e imprime novas tintas à narrativa historiográfica, passando a exercer um forte papel de metaforização para a história.

A impressionante semelhança entre as ideias e textos de Porto-Alegre, citados acima, e do primeiro secretário, José Ribeiro Souza Pontes, em 1879, revela uma dinâmica bastante complexa de cruzamento de discursos, citações e interpretações sobre a história e o tempo. Sobre a importância da etnografia e da arqueologia para a construção da história, o secretário afirma que “o encontro de restos de um ser desconhecido, aparentemente insignificantes, achados somente depois de longo tempo e muito trabalho despendidos, justifica os resultados a que se chega” (OLIVEIRA 2009, p. 20). A pluralidade de passados passará a invadir as noções de história do Instituto.

Porto-Alegre indica no *História do Brasil* que o tempo profundo, como ferramenta para pensar a forma mais radical de genealogia, é o que talvez permitirá o conhecimento da história em suas várias camadas. Em especial, para o autor, esses fatos superficiais se referem à narrativa oficial das ações políticas. Afirma:

A antítese que se observa no caráter do governo e povo da França e da Inglaterra inspira dificuldades, pois é sabido e patente que a nação francesa é mais generosa que o francês, assim como o inglês menos egoísta do que seu governo.

Os que estudarem com atenção desprevenida o passado de Portugal, verão que mui poucas modificações há operado o tempo naquele país. Os provérbios aí estão assim como as máximas para atestarem que a casaca não mudou o homem do pelote,³ e muito menos o chapéu a cabeça do descendente daquele que trouxe o gorro da Idade Média ou o barrete da Renascença. Felizmente para o historiador brasileiro, Portugal oferece alguma vantagem na sua idade como nação e no seu tamanho como território. Sete séculos e noventa léguas (PORTO-ALEGRE s/d).

Reinhart Koselleck, ao tratar da desnaturalização que caracteriza os tempos históricos e a formação de uma história absoluta, assevera que os acontecimentos anteriores ao processo de aceleração do tempo do setecentos não poderiam, logicamente, “empalidecer em pré-história” e propõe que se pense em estruturas temporais que “possam eventualmente ser próprias tanto à história no singular como às histórias no plural” (KOSELLECK 2006, p. 119). A importância da proposição das estruturas temporais, para o autor, é a possibilidade de “formulação de questões especificamente históricas [...] sem que tenha necessariamente como limite a experiência semântica da história absoluta, instituída por volta de 1780” (KOSELLECK 2006, p. 120-121).

O minucioso exame que Koselleck faz da experiência do tempo e sua compreensão fora do processo de modernização é interessante como forma de leitura de algumas características presentes no jogo de tempo percebido na escrita de Porto-Alegre e partilhado por grande parte do Instituto Histórico, na elaboração de uma “temporalidade nacional” (TURIN 2011, p. 186). Para esses letrados, os acontecimentos se encontram enredados no passado e a construção do historiador será imprimir-lhes sentido, a partir da “crítica conscienciosa”, mais do que simplesmente colocá-los em sequência. O mosaico que se apresenta parte de dois momentos emblemáticos: Portugal e o (novo) Brasil, a partir de 1822, e um outro, o do Reino, anterior a 22, em que os feitos de brasileiros não têm relevo devido à estrutura de dominação, mas reaparecem no futuro e dão sentido à separação, formando, ainda, uma tradição para o Brasil antes mesmo dele existir. A comunidade imaginada, para usar a expressão de Benedict Anderson (ANDERSON 2008), teve, em retrospectiva, uma longuíssima gestação. A simultaneidade da não-simultaneidade, proposta por Koselleck, auxilia a leitura e compreensão de como Porto-Alegre maneja a dinâmica do tempo: a partir de todas as relações entre o tempo imemorial, o processo da vida política e a criação da autonomia entre os dois espaços, Brasil e Portugal, passo fundamental para o futuro.

221

Dada uma mesma cronologia do tempo natural, pode-se falar de diferentes níveis de transcurso históricos. Nessa fissura temporal podem estar contidas diferentes camadas de tempo, as quais, dependendo do agente histórico ou das situações investigadas, são dotadas de diferentes períodos de duração e poderiam ser medidas umas em relação às outras. Da mesma forma, o conceito de simultaneidade da não-simultaneidade contém diferentes extensões temporais que aludem à estrutura prognóstica

³ Pelote: segundo o dicionário Houaiss, pelote é uma “antiga espécie de casaco masculino sem mangas, usado por baixo do tabardo” (Verbete pelote, *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa* 2009).

do tempo histórico, pois cada prognóstico antecipa acontecimentos que lá se encontram dispostos no presente mas ainda não se realizaram (KOSELLECK 2006, p. 121-122).

O historiador alemão, quando discute a diferença entre categorias temporais e categorias históricas, indica uma característica fundamental de instrumentalização do tempo que nos auxilia na compreensão do tempo profundo manejado por parte da historiografia oitocentista no Brasil. Afirma o autor: “existem lapsos de tempo durante o qual o sol parece ‘ficar parado’ [...] isto é, períodos que cobrem decursos de ação intersubjetiva, quando o tempo natural parece estar desativado” (KOSELLECK 2006, p. 122).

Na mobilização que se percebe no Instituto Histórico e entre seus sócios, como aqui se exemplificou, e principalmente no manuscrito de Porto-Alegre, vê-se uma acentuada ativação do tempo natural interferindo, mas não se percebe um apagamento do tempo histórico; ao contrário, constitui-se uma ferramenta importante para o surgimento de categorias históricas que dessem conta de processos em um tempo acentuadamente mais recuado, o imemorial.

O interessante estudo de Paulo H. Martinez sobre as coleções de paleontologia no Brasil traz uma leitura das *Memórias científicas* do naturalista dinamarquês Peter Wilhelm Lund. No artigo, é analisado o papel que os objetos naturais possuem como um “posto de observação” para olhar o passado e também como podem ser colocados em “processo político mais amplo e dilatado no tempo e no espaço” (MARTINEZ 2012). Na perscrutação do passado cada vez mais longínquo, os objetos naturais movimentaram homens de ciência em direção a lugares desconhecidos, como as altas montanhas, exploradas partir do século XVIII. Segundo o autor, os objetos naturais tratados por Peter Lund, além de evocarem épocas perdidas, determinavam uma nova linguagem para apreender o totalmente extinto. As rupturas e continuidades seriam o que uniria a paleontologia ao mundo da política. Para P. H. Martinez:

As distintas eras geológicas que abrigaram homens e animais, assemelhados aos seus contemporâneos, permitiram um canal de comunicação entre o passado e o futuro. Assim como Herder [...], no século XVIII, Lund chegou ao homem pelo interesse na natureza. Sociedade e natureza passarão a caminhar juntas, enfeixadas em um mesmo processo de desenvolvimento, o de um mundo em mutação (MARTINEZ 2012, p. 1160).

Finalmente, trazendo de volta a cronologia proposta por Porto-Alegre no início do manuscrito, bem como a relação entre o passado do Brasil em relação a Portugal, a colônia, o reino e o império não podem ser vistos alheios à concepção moderna de história, mas como uma espécie de desenho do tempo, em todas as suas possibilidades. A ferramenta do tempo profundo realiza uma espécie de reorganização das origens da nação, e, de certa forma, reinventa Portugal como passado para o Brasil. Definindo – ou redefinindo – sua trajetória no tempo, a partir do Infante d. Henrique, “autor das primeiras conquistas” (PORTO-ALEGRE s/d), Porto-Alegre evoca Alexandre Herculano, que viu um período extenso da história portuguesa como “um cemitério de podridão e lantejoulas” (PORTO-

-ALEGRE s/d), referindo-se à união da conquista com a religião, ou, como sintetiza Porto-Alegre, “o consórcio da cruz e do balcão” (PORTO-ALEGRE s/d).

Nessa aproximação com Alexandre Herculano, pode-se pensar em uma ‘forma romântica’ de olhar presente e passado e o lugar de cada um deles na experiência de tempo no oitocentos. Para Fernando Catroga, “o romantismo, e, neste particular, o romantismo português, pôs em ação uma espécie de hermenêutica espontânea, ao sublinhar que a valorização do passado só seria socialmente útil se fosse mediada pelas preocupações do presente” (CATROGA 1996, p. 40). Herculano, segundo F. Catroga, a partir da leitura das *Cartas sobre a História de Portugal*, vê o presente como um momento vazio de sentido. O passado de Portugal, redefinido e reorganizado através de seus monumentos, teria um duplo papel: uma fuga em relação ao “tumulto e ruído da sociedade atual” e um novo lugar de experiência (CATROGA 1996, p. 40). Contudo, sem que se confunda com uma atitude passadista, alerta F. Catroga, o presente, mesmo “ruidoso”, é o “instrumento crítico do passado”, e destaca dois momentos: *Monumentos Pátrios*, de 1838, e *Aristocracias hereditárias*, de 1843 (CATROGA 1996, p. 40).

Esse tempo – ou esse jogo de tempo – desenhado através dos olhos de Herculano oferecia a Porto-Alegre a crítica ao passado recente do Brasil, realçando a ruptura política e a necessidade de preencher o passado, em suas várias camadas. O tempo profundo oferecia a Porto-Alegre um manejo do passado que pudesse transpassar Portugal, indo mais e mais longe, em direção a um tempo que fosse comum a todos.

Vê-se insinuada no manuscrito *História do Brasil* uma idéia de passado que parece comprometer o futuro e promover uma fuga em relação ao presente, e Porto-Alegre não deixa de mostrar um certo desolamento, ao ver, em sua cronologia baseada em Herculano, um certo tempo a se perder. Uma espécie de refundação era necessária, já que o passado totalmente alojado em Portugal não representava em sua totalidade a origem que o autor pretendia eleger para o Brasil.

Diferentemente de alguns de seus contemporâneos, como Abreu e Lima e Caetano Lopes de Moura, que, em suas obras de cunho historiográfico estabeleceram o orgulho do Brasil em relação à sua ancestralidade portuguesa (PEREIRA DAS NEVES 2007), Porto-Alegre parecia estar povoado de dúvidas quanto ao elogio desta origem, pois o passado de Portugal, a partir de Herculano, não estimularia o patriotismo, necessário àquele momento de constituição de uma linhagem no tempo. A maior semelhança que o autor do *História do Brasil* guardava com seus contemporâneos era a defesa de d. Pedro I como herói pátrio.

Segundo Lúcia Bastos Pereira das Neves, as ideias que circulavam nas obras *Sinopses ou Dedução cronológica dos fatos mais notáveis da História do Brasil*, de José Inácio de Abreu e Lima, e *Epítome cronológico da História do Brasil*, de Caetano Lopes de Moura, são sobretudo referências elogiosas à herança portuguesa do Brasil:

De fato, para Caetano e, talvez, mais ainda para Abreu e Lima, era a *herança portuguesa* que, apesar de tudo, servia de base para a construção do novo país, o qual, por sua vez, tinha em d. Pedro I o maior herói. Caetano de Moura destacava o papel dos portugueses que não fizeram pouco, ao fundar “em uma região tão remota, uma colônia, uma colônia tão adiantada em civilização, população e riqueza”. Além disso, destacava que “a maior parte das instituições tão aperfeiçoadas”, de que hoje os brasileiros gozavam, era obra da cultura portuguesa, oriunda, sobretudo, do governo de d. João VI. Da mesma maneira, apontou que nossa independência em parte foi propiciada por esse monarca, “que sem o saber e talvez sem o querer havia de descativar-nos da escravidão colonial” (PEREIRA DAS NEVES 2007, p. 55).

Lúcia Bastos salienta ainda o papel que a tradição portuguesa tinha para Caetano de Moura: “é inegável que a língua que falamos, a religião que professamos, os usos e costumes que observamos e os próprios nomes e apelidos pelos quais nos damos a conhecer nada nos veio dos indígenas, mas sim de nossos antepassados, os portugueses” (PEREIRA DAS NEVES 2007, p. 55).

As formas de organização do passado manejadas nos escritos de cunho historiográfico no oitocentos oferecem um desenho do tempo ao qual vale a pena voltar mais uma vez, para a melhor compreensão da escrita de Porto-Alegre. Jacques Rancière, em artigo de 1996 e recentemente traduzido no Brasil (SALOMON 2011), provoca uma discussão sobre o anacronismo que interessa à interpretação da operação historiográfica de Porto-Alegre, principalmente em relação à sua escolha mais próxima a Alexandre Herculano e mais distante de seus contemporâneos no Brasil. J. Rancière decompõe o problema, indo além da sua superfície, ou seja, do “simples recuo de uma data para outra data” (RANCIÈRE 2011, p. 23). Para o autor, a discussão sobre o anacronismo concerne, em primeiro lugar, à ficção e ciência; desta diferença, os historiadores herdarão o tratamento que a poesia dá ao tempo, pois nela os regimes de verdade não se misturam, ensina a longa tradição que data da Antiguidade.⁴ Existir, propõe Rancière, é pertencer ao tempo, ao seu próprio tempo, é compartilhar um sistema de crença. Encontra-se, então, o princípio de ancorar a história na verdade: “ela consiste em subsumir o tempo numa intriga de encadeamento necessário” (RANCIÈRE 2011, p. 28). Esse movimento da história em direção à verdade possui um desdobramento, para o autor, que é o do “tempo como princípio de imanência subsumindo todos os fenômenos numa lei de interioridade” (RANCIÈRE 2011, p. 28).

224

⁴ Jacques Rancière no artigo intitulado “O conceito de anacronismo e a verdade do historiador”, publicado em *História, verdade e tempo*, faz uma interessante análise sobre o conceito de anacronismo. O autor trata o conceito através de três interrogações: “por que, para o historiador, o anacronismo é o pecado entre todos irremissível? Segundo, que deve ser o anacronismo para ser esse pecado? Terceiro, que deve ser o historiador para dar ao anacronismo esse estatuto de pecado mortal contra seu espírito?” (RANCIÈRE 2011, p. 21) E direciona sua discussão para além: o problema da verdade, do tempo e da palavra. A história resolveria, através da técnica da literatura, questões filosóficas que concernem à verdade no discurso historiográfico. Segundo Rancière, “o anacronismo não se relaciona apenas com o simples recuo de uma data para outra data. Ele está ligado ao remontar do tempo das datas para o que não é o tempo das datas” (RANCIÈRE 2011, p. 23). O anacronismo esteve ligado a uma superposição dos tempos lendários com a “cronologia atestada” e o exemplo tratado pelo autor é o amor de Dido por Enéas, em Virgílio e: “a razão dessa aparente estranheza é simples: o anacronismo antes de definir os deveres do historiador, define os direitos da poesia ou da ficção. O erro de Virgílio não foi o de ter posto o depois (Cartago) antes (na época da Guerra de Tróia). Seu erro foi ter posto juntas duas épocas ligadas a regimes de verdade diferentes e que definem direitos diferentes para a ficção” (RANCIÈRE 2011, p. 24).

Pode-se inferir, mais uma vez, quanto à cronologia de Porto-Alegre, que a construção do Brasil deveria se encontrar com o tempo que lhe é próprio, como o programa proposto por Michelet, segundo Rancière: “o historiador é o personagem que cruza o rio dos mortos para resgatar ao mesmo tempo o passado, o não saber e a morte” (RANCIÈRE 2011, p. 44). A luta contra o esquecimento era um dos *topoi* mais importantes para a cultura histórica oitocentista, e estava presente entre as preocupações de Porto-Alegre em relação ao passado de Portugal como fundação para o Brasil. A antiga metrópole não seria o modelo ideal de passado para a recente nação, devido não só a um passado, segundo Herculano, que unia comércio e fé, mas ao tratamento que os monumentos e vestígios do passado recebiam do presente: o abandono e o esquecimento. Mas não se fala em descarte de Portugal, pois para o autor “sem um estudo sério sobre Portugal e os portugueses não é possível alcançar este fim” (PORTO-ALEGRE s/d). Este fim a que se refere Porto-Alegre é a compreensão de uma certa temporalidade do Brasil.

O passado ligado a Portugal, contudo, não era necessariamente, em Porto-Alegre, uma anacronia. A importância da análise de Rancière é a força que o tempo profundo, na segunda metade do oitocentos, proporcionava como ferramenta para o manejo da multiplicidade de tempos. Uma das questões centrais em *História do Brasil* era não opacificar a recente nação, como, de certa forma, faziam outros autores, como Abreu e Lima e Caetano Moura, aqui trazidos apenas como breves exemplos. Tomando a ideia de Rancière sobre a multiplicidade das linhas de temporalidade, pode-se pensar, nesse manuscrito, um manejo das continuidades e rupturas da história como processo. Portugal é uma dessas linhas de temporalidade na qual está também o Brasil, mas a ruptura traz uma outra, em que a antiga metrópole não pode ser vista mais como o centro, ou, nessa nova linha para a recente nação, Portugal e Brasil não partilhariam mais um mesmo tempo.

225

Referências bibliográficas

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BARBOSA, Januário Da Cunha. Discurso. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Tomo I, Vol 1, 1839.
- CATROGA, Fernando. Pátria e Nação. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/P%C3%A1tria-e-Na%C3%A7%C3%A3o-Fernando-Catoga.pdf>. Acesso em: 13 de março de 2012.
- CEZAR, Temístocles. Presentismo, memória e poesia. Noções de escrita da História no Brasil oitocentista. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org). **Linguagem, escrita, objetos**: leituras de história cultural. Bauru: Edusc, 2004.
- DÍAS, Fabiana Rodrigues. **Por entre legados e demandas**: um estudo sobre os *programas históricos* apresentados no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1856). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

- DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Vol. 278, janeiro-março, 1968.
- FARIA, Andréa Camila de. **O santo comércio da amizade**: política, literatura e sociabilidades na trajetória de Gonçalves Dias. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009.
- GUIMARÃES Lucia Maria Paschoal. Debaixo de Imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto e Geográfico Brasileiro (1838-1889). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, nº 388, p. 459-613, jul/set, 1995.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Apresentação. In: HARTOG, François. **O século XIX e a História**: o caso Fustel de Coulanges. Tradução de Roberto Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.
- HARTOG, François. **O século XIX e a História**: o caso Fustel de Coulanges. Tradução de Roberto Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2006.
- KURY, Lorelai. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, vol. 11 (suplemento 1), p. 109-29, 2004.
- LISBOA, K. M. **A Nova Atlântida de Spix e Martius**: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820). São Paulo:HUCITEC; Fapesp, 1997.
- LIVINGSTONE, David N. **Putting Science in its place**: Geographies of Scientific Knowledge. Chicago; London: The University of Chicago Press, 2003.
- _____; WHITHERS, Charles W. J. (edit.). **Geography and Enlightenment**. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1999.
- LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica**: os museus e as ciências naturais no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1997.
- _____. As ciências no século XIX: já não tão novas visões historiográficas. In: ARAUJO, Valdei Lopes de... [et. al.] (orgs). **A dinâmica do Historicismo**: revisitando a historiografia moderna. Belo Horizonte: Argumentvm, 2008.
- MARTINEZ, Paulo Henrique. A nação pela pedra: coleções de paleontologia no Brasil, 1836-1844. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, vol. 19, nº 4, out-dez., 2012, p.1155-1170.
- MEDEIROS, Bruno Franco. **Nota sobre uma tradição subterrânea**: a historiografia sobre Minas Gerais no século XIX (1854-1913). Monografia de Bacharelado em História. Universidade Federal de Ouro Preto, 2007.
- OLIVEIRA, Maria da Glória. **Escrever vidas, narrar a história**: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Tese de Doutorado. IFCS, UFRJ, 2009.

- PEREIRA DAS NEVES, Lúcia Maria Bastos. A história para uso da mocidade brasileira. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). **Nação e cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- PINHEIRO, Rachel. **A História da Comissão Científica de Exploração (1856) na correspondência de Guilherme Schüch de Capanema**. Tese (mestrado), Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.
- SMITH, Anthony D. Autenticity, antiquity and Archeology. **Nations and nationalism**, 7(4), 2001, p. 441-449.
- RANCIÈRE, Jacques. O conceito de anacronismo e a verdade do historiador. In: SALOMON, Marlon (org.). **História, verdade e tempo**. Chapecó: Argos, 2011.
- ROSSI, Paolo. **Os sinais do tempo: história da Terra e história das nações de Hooke a Vico**. Tradução de Julia Mainardi. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
- SHAPIN, Steven. **The Scientific Life: a moral history of a late modern vocation**. Chicago; London: The University of Chicago Press, 2008.
- SQUEFF, Letícia. **O Brasil nas letras de um pintor: Manoel de Araujo Porto-Alegre (1806-1879)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- TURIN, Rodrigo. "Tipos", "primitivos", "decadentes". In: PEREIRA DAS NEVES, Lúcia Maria Bastos; GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; GONÇALVES, Marcia de Almeida; GONTIJO, Rebeca. **Estudos de Historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

Manuscrito

- PORTO-ALEGRE, Manoel de Araujo. História do Brasil. Coleção Manoel de Araújo Porto-Alegre, PLPi 59. Museu Histórico Nacional.

Resenhas

review essays

Afonso de Taunay e a apropriação do paradigma metódico: entre epistemologia e sociabilidade

Afonso de Taunay and the assimilation of the methodical paradigm: between epistemology and sociability

ANHEZINI, Karina. *Um metódico à brasileira: a história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)*. São Paulo: Editora Unesp, 2011, 259 p.

Danilo José Zioni Ferretti

daniiozfi@ufsj.edu.br

Professor adjunto

Universidade Federal de São João del-Rei

Rua Santa Teresa, 106 - Centro

36300-114 - São João Del Rei - MG

Brasil

Palavras-chave

Afonso de Taunay; Escrita da história; Historicismo.

Keywords

Afonso de Taunay; Writing of history; Historicism.

229

Recebido em: 14/11/2012

Aprovado em: 7/12/2012

A República trouxe alguns deslocamentos importantes na produção do conhecimento histórico no Brasil. Dentre outros, sem que houvesse a anulação da importância do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), parece ter ocorrido uma significativa tendência à regionalização da produção historiográfica, amparada pela proliferação inédita dos Arquivos e Institutos Históricos e Geográficos estaduais. São Paulo, esse novo-rico com pretensões a liderança também no campo da cultura, apareceu como foco de intensa produção sobre o passado. Desse movimento coletivo se destacou, como figura chave, Afonso d'Escragnoille Taunay (1876-1958), autor que, até a publicação do livro de Karina Anhezini, não havia recebido a atenção da historiografia condizente com a importância que teve para a escrita da história em sua época.

Difícilmente algum contemporâneo desenvolveu atividades tão diversas, nas mais variadas linguagens e gêneros, nem produziu um volume tão grande de escritos, abarcando áreas do saber e, na área da história, temas tão diferentes quanto ele, sem mencionar a farta epistolografia vazada na pior caligrafia já vista. Estudar a produção de Afonso de Taunay não deixa de ser um grande desafio. Talvez por isso os estudos acadêmicos que, nos últimos anos, sobre ele versaram tenham adotado certa cautela e evitado um olhar sobre o conjunto de sua obra. Um grupo tendeu a abordar a obra de Taunay de viés, como parte de um movimento mais amplo de construção de uma historiografia sobre o bandeirante e sobre o passado regional, que acabava por dar suporte a certa visão da identidade paulista e legitimar projetos políticos e sociais da elite estadual (ABUD 1985; FERREIRA 2002; FERRETTI 2004). Por sua vez, outros estudos deram mais destaque ao autor, mas tenderam a se concentrar sobre um aspecto específico de sua atuação, seja a sua prática museológica, seja seu investimento no universo iconográfico (BREFE 2005; MAKINO 2003; MORETIN 2000). Diante dessas duas formas predominantes de se abordar a obra de Taunay, a de viés e a focada, o livro de Karina Anhezini inova ao aceitar o desafio de buscar uma análise a mais ampla possível de sua escrita da história, sem prejuízo da precisão, uma vez que delimita sua análise a reconhecer, nos procedimentos metodológicos adotados por Taunay, uma importante chave de explicação do conjunto de sua obra.

Para compreender esse novo olhar, considere-se que Anhezini já havia estudado Taunay em seu mestrado, quando privilegiou o mapeamento dos laços de sociabilidade do autor por meio da análise de sua correspondência, aplicando um enfoque característico dos estudos de história dos intelectuais de François Sirinelli. A obra aqui resenhada, por sua vez, é fruto do doutorado defendido em 2006, na UNESP de Franca, sob a orientação da prof^a. Teresa Malatian, de reconhecido empenho nos estudos de história da historiografia. Em sua elaboração, Anhezini declara incorporar elementos da pauta de autores como Manoel Salgado Guimarães e Temístocles Cezar, que há alguns anos vêm redefinindo os estudos no campo da história da historiografia no sentido de uma leitura que valorize os elementos internos ao texto histórico e que parta de problemas de natureza epistemológica.

Sem negar o diálogo com a produção historiográfica anterior, Anhezini acaba por lançar outro olhar sobre a obra de Taunay, conferindo um peso inédito

aos procedimentos de natureza epistemológica de sua escrita da história, sem, contudo, desconsiderar as relações com dimensões extratextuais, caracterizadas pelo estudo dos laços de sociabilidade e dos lugares institucionais em que Taunay se inseriu. Não por acaso, a autora tem uma referência teórica privilegiada em Michel de Certeau, autor que parece desempenhar cada vez mais o papel de alternativa para a elaboração de uma história da historiografia que considere a dimensão discursiva (o estudo do “texto” histórico, de que fala o autor) e epistemológica (o estudo dos “procedimentos de análise”) do saber sobre o passado, sem prejuízo dos vínculos que estabelece com o universo social (o “lugar social”) (DE CERTEAU 2000). Um dos pontos fortes do trabalho estaria nesse esforço de incorporação da nova abordagem, sem desconsideração da dimensão societária que marca a produção anterior, mas igualmente sem que essa adquira um papel simplificador e exclusivo, conforme por vezes ocorria.

Os desdobramentos dessa escolha marcam todo o conjunto do estudo, conferindo coerência à organização dos capítulos. O coração, por assim dizer, do livro parece estar no primeiro capítulo, em que Anhezini estuda os procedimentos epistemológicos que marcaram o projeto intelectual de Taunay e que acabarão por orientar sua escrita da história e as iniciativas intelectuais em que se envolveu ao longo dos anos. Em conferência seminal realizada em 1911 sobre “Os princípios gerais da moderna crítica histórica”, antes de direcionar sua vida profissional para o estudo da história, Taunay definiu um modo próprio de conceber a prática historiográfica que permite à autora considera-lo como um “metódico à brasileira”.

Taunay seria um “metódico” porque construíra toda sua prática a partir da afirmação textual de que “a história se faz com documentos”, fórmula retirada do manual de estudos históricos, lançado, em 1898, pelos dois expoentes da chamada “escola metódica francesa”, Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos, autores não diretamente citados, mas que teriam servido de referência maior a todo o texto de Taunay. O diálogo com esses autores teria levado o autor brasileiro a preconizar a busca da “verdade moderna”, por meio de uma série de procedimentos a serem aplicados sobre o documento, fonte de onde brotaria a própria realidade do passado e sua obsessão constante. Lá estariam o apelo ao cultivo da heurística como prática de coleta, pesquisa e cotejo documental; aos métodos de “crítica externa”, como a crítica de inspeção da autenticidade documental por meio do cotejo entre original e cópia, a crítica de procedência que fixa a autoria do documento; aos “métodos de crítica interna”, mais voltados à interpretação do documento pela distinção dos sentidos literal e real das afirmações e pela aplicação sobre elas da “dúvida metódica”.

Contudo, seria um metódico “à brasileira” por ter realizado uma leitura aberta de Langlois e Seignobos, recusando alguns princípios e alterando outros do paradigma metódico, a partir da originalidade de sua própria trajetória e dos laços de sociabilidade intelectual que teceu no ambiente brasileiro. A principal divergência estaria na aceitação, por Taunay, da “História da Civilização”, entendida como história dos hábitos cotidianos e costumes. Para o autor brasileiro, ela seria a forma mais moderna de história e aquela a ser incentivada, em claro

distanciamento dos metódicos franceses, que a consideravam já ultrapassada por uma “história científica” de temática política, militar e administrativa. Quanto a esse ponto, Anhezini salienta a importância do diálogo que Taunay teve com Capistrano de Abreu, seu mestre pela vida inteira. Capistrano o teria levado a identificar essa “história da civilização” com seu próprio programa de estudos sobre a ocupação do interior do território, incentivando seu discípulo a definir, por volta de 1902, o estudo da história das bandeiras paulistas como seu principal projeto intelectual. Junte-se a esse ponto da “história da civilização”, o reconhecimento, por Taunay, da validade das formas romanceadas de escrita da história como acesso à verdade dos fatos – o autor estreara com um romance histórico, assim como conferiria certo “tom épico” à sua narrativa das bandeiras paulistas – e a presença de traços de providencialismo cristão oriundos de sua formação católica, e teremos o quadro de adições originais ao paradigma metódico que orientou a produção do autor.

Os capítulos seguintes acabam mostrando os desdobramentos dessa peculiar compreensão da escrita da história em momentos diferentes da trajetória de Taunay, cada qual caracterizado pela inserção em específico contexto institucional. O capítulo 2 trata dos primeiros passos de Taunay em direção ao estudo da história, mediante o seu ingresso, no ano de 1912, no IHGB e no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP). Sua entrada no IHGB é reputada não somente ao fato de sua perspectiva epistemológica, centrada na coleta e crítica documental, estar afinada com a da instituição, mas também ao peso da linhagem paterna, algo reivindicado pelo próprio Afonso, filho do famoso visconde Alfredo de Taunay, por décadas sócio de destaque do instituto, só rompido com o advento da República. A autora aproveita para explorar o papel desempenhado pelo pai, tanto na tumultuada trajetória de perda de prestígio social e econômico, que leva o jovem Afonso a se mudar, em 1899, do Rio de Janeiro para São Paulo, a fim de trabalhar, por mais de uma década, como lente de química na Escola Politécnica e no ginásio de São Bento, quanto na definição da temática de seus estudos sobre o sertão e a ocupação territorial do Brasil. Temas esses que, segundo Capistrano, o visconde teria sido o primeiro a conhecer “por autópsia”, por seu próprio olhar de viajante. Por sua vez, a admissão no IHGSP teria reforçado essa propensão de Taunay ao estudo da expansão territorial, conferindo-lhe um tom épico, comum nos trabalhos dessa instituição. A veia metódica de Taunay aí se faria presente na coleta documental e no tom comemorativo dos estudos reabilitadores que realiza sobre os dois historiadores coloniais que serviram de base para uma história laudatória de São Paulo: Pedro Taques de Almeida Paes Leme e Frei Gaspar da Madre de Deus, espécie de preâmbulo de sua atividade como historiador profissional.

Essa atividade se consolida com sua admissão como diretor do Museu Paulista (MP), em 1917, tema que marca o capítulo 3. Além de apresentar todo o trâmite para a designação de Taunay como diretor, que envolveu negociação política e familiar, Anhezini estuda a reformulação de orientação museológica que empreendeu, à luz, mais uma vez, da relação com o referencial epistemológico que definiu no texto seminal de 1911. A transformação do MP em um museu predominantemente

histórico trazia as marcas, na montagem das salas de exposição, da centralidade que conferia ao documento na reconstituição da “verdade moderna”. Ela se constituiu no mesmo movimento de coleta de fontes que marcou a elaboração de suas primeiras obras referentes à vida na cidade de São Paulo, durante os séculos XVI (3 volumes) e XVII (6 volumes). Essas obras, normalmente desprezadas nos estudos sobre Taunay, recebem a atenção de Anhezini, uma vez que representariam a concretização da história dos costumes que preconizava. Junto a elas, aborda o diálogo com Paulo Prado, as iniciativas de cópia e publicação de documentos orientadas por Taunay, além do início da publicação, em 1924, daquela que se tornou a sua obra mais representativa: a *História Geral das Bandeiras Paulistas* (HGBP). Até os anos 1950, ela chegaria a 11 volumes, conciliando minúcia documental com narrativa épica, em completa divergência em relação à tendência à síntese e ao ensaio, que então despontavam no ambiente historiográfico brasileiro, tema que, no entanto, não recebe maior atenção.

O capítulo 4, por sua vez, tem a inserção de Taunay na Academia Brasileira de Letras (ABL) como contexto institucional privilegiado, tema normalmente desconsiderado nos estudos sobre o autor. Além de apresentar toda a emaranhada negociação que leva à sua eleição, em 1929, a autora mostra como ele participa do jogo político da instituição. Indica-se que o processo de cabala e alianças que estabeleceu não estava dissociado de seus valores epistemológicos, uma vez que Taunay apoiou a admissão de candidatos que tivessem uma visão da história semelhante à sua, como foram os casos de Paulo Setúbal, Basílio de Magalhães e Pedro Calmon. Além de explorar as críticas que recebeu de Roquette Pinto, pela condescendência com que acatou elementos do racismo arianista de Oliveira Vianna, a autora também explora um novo e original filão temático desenvolvido por Taunay. Trata-se do estudo dos monstros e da fauna fantástica da época dos descobrimentos, original incursão pelo terreno da cultura que já tangenciava a questão do imaginário edênico do período colonial, que viria a ser desenvolvida, no futuro, por Sergio Buarque de Holanda, ex-aluno de Taunay. O estudo termina no ano de 1939, de consagração no universo institucional, quando Taunay é eleito presidente do IHGSP e se despede da rápida experiência de docência no curso de história da Universidade de São Paulo, em discurso que, quase 30 anos depois, reafirma a concepção metódica de seu texto de 1911.

A produção historiográfica de Taunay é um continente vasto como o sertão que tanto o fascinava e, em muitos aspectos, como ele, árido e com riquezas ainda por explorar. Talvez pela minúcia das descrições, que nem sempre permitem identificar um fio condutor, e pelo volume de material que compõe sua obra, a autora não tenha dado uma atenção especial à análise das representações do passado elaboradas por Taunay, ainda que ela esteja presente. Do tripé certeano – composto pelo estudo do texto, dos procedimentos de análise e do lugar social –, compreende-se que o texto histórico é o que menor atenção aqui receba. Um estudo mais atento, por exemplo, da narrativa do primeiro volume do HGBP, em que Taunay dialoga diretamente com os principais autores então empenhados na escrita da história das bandeiras, talvez ajudasse a compreender melhor sua forma própria de representar esse momento do

passado que tanta importância teve no conjunto de sua obra e na consciência de seus contemporâneos. Alguns temas e obras, como a monumental *História do café no Brasil* (em 15 volumes!) ou suas incursões pela Bahia, Minas e por Santa Catarina coloniais, além de várias outras, ficaram de fora do trabalho de Anhezini, o que é justificável e não constitui demérito, uma vez que o livro que aqui é resenhado certamente fornece a compreensão da base comum dos estudos de Taunay e uma orientação segura para posteriores explorações de sua vasta obra. A própria autora sugere, na conclusão, que o estudo do regime temporal da historiografia do autor constitui dimensão ainda a ser explorada, o que esperamos venha a ocorrer.

Mas seria redutor considerar que o trabalho de Anhezini somente auxilia na compreensão da produção de Taunay ou da historiografia paulista do início do séc. XX, resgatando do esquecimento e realizando um esforço de compreensão de um autor de grande importância para a época em que escreveu, mas hoje quase banido do cânone dos fundadores de nossa historiografia e de nossa memória disciplinar. Mais do que isso, o livro de Karina Anhezini contribui para a compreensão das condições para a escrita da história no Brasil do início do século XX, com destaque para a peculiar apropriação, entre nós, do historicismo, por sua mediação metódica francesa.

Referências bibliográficas

234

- ABUB, Kátia. **O Sangue intemorato e as nobilíssimas tradições**. Tese (doutorado em História). FFLCH- USP, São Paulo, 1985.
- BREFE, A.C.F. **Museu Paulista: Afonso de Taunay e a memória nacional (1917-1945)**. São Paulo: Ed. Unesp; Museu Paulista, 2005.
- DE CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- FERREIRA, Antonio Celso. **A Epopeia Bandeirante: letrados, instituições e invenção histórica (1870-1940)**. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.
- FERRETTI, Danilo J. Zioni. **A Construção da paulistanidade: identidade, historiografia e política em São Paulo (1856-1930)**. Tese (doutorado em História). FFLCH-USP, São Paulo, 2004.
- MAKINO, M. **A construção da identidade nacional: Afonso de E. Taunay e a decoração do Museu Paulista (1917-1937)**. Tese (doutorado em História) FFLCH-USP, São Paulo; 2003.
- MORETIN, E. V. O tema do descobrimento do Brasil no cinema dos anos 30: uma análise de *Descobrimento do Brasil (1937)* de Humberto Mauro. **História: questões e debates**, nº 32, 2000.

Caminhos do conhecimento histórico

Ways of historical knowledge

NEVES, Guilherme Pereira das. *História, teoria e variações*. Rio de Janeiro: Contra Capa; Companhia das Índias, 2011, 325 p.

Verena Alberti

verena.alberti@fgv.br

Coordenadora de Documentação

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

Praia de Botafogo, 190 - 14º andar

22250-900 - Rio de Janeiro - RJ

Brasil

Palavras-chave

Teoria da história; Iluminismo Católico; Conhecimento histórico.

Keywords

Theory of history; Catholic Enlightenment; Historical knowledge.

235

Recebido em: 22/11/2012

Aprovado em: 15/2/2013

A leitura do livro de Guilherme Pereira das Neves é muito apropriada num momento em que se discutem a regulamentação da profissão do historiador no Brasil e o lugar da disciplina história no currículo da educação básica.¹ Pois o livro é de um professor de história, produzido em diálogo com, e dedicado a seus alunos, os quais, segundo o autor, lhe proporcionaram “algumas das experiências profissionais mais enriquecedoras” que teve (NEVES 2011, p. 16). A proposta é que saíamos dele diferente do que entramos (NEVES 2011, p. 16), como deveria acontecer diariamente com “cada cidadão da universidade”, de acordo com o cientista da computação Joseph Weizenbaum, autor da epígrafe que introduz a Abertura do livro (NEVES 2011, p. 11).

Aliás, as epígrafes e dedicatórias dos capítulos têm um papel importante aqui. Entre as últimas há nomes como o de Manoel Maurício de Albuquerque, professor por excelência, cujo *Atlas histórico* passou por muitas mãos nos bancos de escola, e o do professor de piano Evandro Ribeiro Rosa, “que me fez professor”, segundo Guilherme Pereira das Neves. As epígrafes também informam sobre o livro e cada um de seus capítulos. A que abre o volume é de autoria do sempre presente Marcel Proust, e dá conta da complexidade do que está por vir: o que historiadores procuram num livro, diz Proust em 1905, não é a verdade ela mesma, mas seu indício, sua prova, que torna possível outra verdade, decorrente da criação do historiador. A criação, aqui, não é menos verdade por ser criação. Ela é “produto da atividade teórica do historiador”, construída intelectualmente (NEVES 2011, p. 34, 38). O livro de Guilherme Pereira das Neves é um livro sobre o conhecimento histórico. Mas não só. Também é um livro que se pergunta sobre o que é o Brasil.

236

Aviso aos navegantes: ele não é fácil de ler. Mas esse é justamente um de seus ensinamentos: a história-problema (ao contrário da história-narração) não deve temer, entre outras coisas, tornar-se inacessível para leigos (NEVES 2011, p. 39). Essa questão é o cerne do primeiro capítulo, cuja primeira versão data dos anos 1980, mas que continua atualíssimo e muito útil para ser adotado nas cadeiras de introdução aos estudos históricos. Se, na história-narração (seja sobre vencedores, seja sobre vencidos, não importa), o objeto é real e o leitor tem a sensação de ter ampliado suas vivências, ainda mais porque baseado em fatos e personagens autênticos, na história-problema – evidentemente a que é preconizada por Guilherme Pereira das Neves –, o objeto deixa de ser real “e torna-se um objeto pensado”, resultado, como já foi dito, da atividade intelectual do historiador, que distingue, no objeto, “características que o tornam teoricamente relevante” (NEVES 2011, p. 38). Esse é um dos principais desafios do professor (e penso aqui também no professor de ensino básico): frente à história-narração, que cativa os alunos, como ensinar a pensar historicamente?

¹ Ambas as questões vêm sendo acompanhadas de perto pela Associação Nacional de História (Anpuh). O projeto de regulamentação da profissão de historiador foi aprovado no Senado no início de novembro de 2012, devendo ser avaliado pela Câmara em seguida. Já o debate sobre o ensino de história nas escolas do país foi objeto de reuniões recentes de representantes da Anpuh com a Capes, o MEC e o CNE. Ver Informe ANPUH - edição 26, ano 3, 15/11/2012, em <http://www.anpuh.org>.

Essa questão pode ser reconhecida no primeiro capítulo da parte prática, em que Guilherme Pereira das Neves reconstrói o percurso de sua tese de doutorado. (Como aprendemos na Abertura, o livro, composto de uma parte teórica e de uma parte prática, de temas e variações – daí seu título –, assemelha-se às variações duplas de Joseph Haydn, pois trata de um conjunto de reflexões que vão se tornando mais concretas e nítidas nos percursos da aplicação). O primeiro capítulo da parte prática revela como, do espanto provocado pela riqueza da documentação da Mesa da Consciência e Ordens entre 1808 e 1828 – documentação que, podemos supor, poderia se prestar a objeto de uma história-narração –, Guilherme Pereira das Neves chegou a uma história-problema, despertado pelo exemplo dos ex-votos com que se deparou, por acaso, no Museu da Arquidiocese de Olinda. A “poeira de detalhes disponíveis” na documentação da Mesa ganhou um sentido em virtude da criação intelectual do historiador. E como despertar para o exemplo dos ex-votos? Conhecendo outras produções historiográficas e reflexões teóricas, que permitem entender o passado não como uma sucessão de fatos reais, escolhidos e ordenados num sentido teleológico (NEVES 2011, p. 36), mas como campo de reflexão. Nesse caso, leituras que opunham a modernidade à tradição, como livros e artigos de Peter Burke, François Furet e Jacques Ozouf, Jack Goody e Ian Watt, mas especialmente, nesse momento, *O desencantamento do mundo* do historiador Marcel Gauchet. Em vez de um mundo desencantado, os ex-votos e as práticas mágicas do catolicismo tradicional levaram Guilherme Pereira das Neves à percepção de que, na virada do século XVIII para o XIX, a cristianização no mundo luso-brasileiro, e em especial na América Portuguesa, era superficial e incompleta, levando ao predomínio da “mentalidade litúrgica” (NEVES 2011, p. 146-147), um dos temas mais recorrentes no livro.

237

E assim chegamos ao segundo eixo central: a pergunta sobre o que é o Brasil. O capítulo que dá o tom, nesse caso, é o segundo da parte teórica, “Nação, cultura e história: um ensaio desencantado”. O desencantamento do título nada tem a ver com o do mundo, que dá título ao livro de Gauchet. Trata-se do desencantamento do próprio autor – e possivelmente de seus alunos e leitores –, da sensação de estarmos desenraizados e ressentidos, pois, parafraseando o senador Saldanha Marinho, que se referia à República em 1891, não era esse o Brasil, não era essa a universidade, não era essa a escola e não era esse o espaço público dos nossos sonhos. O cerne do capítulo não é esse ressentimento, com certeza, mas a inexistência de uma esfera pública do poder no Brasil, o patrimonialismo. Ele dialoga intensamente com os capítulos da parte prática, suas variações, nos quais essa ideia vai se combinando e sofisticando com outros conceitos e ideias-chave.

A principal preocupação de Guilherme Pereira das Neves nos capítulos da parte prática é entender o que ele chama de “campo de forças das correntes de pensamento” na virada dos séculos XVIII e XIX, ou os “instrumentos mentais” de que as elites luso-brasileiras dispunham nesse período (NEVES 2011, p. 177, 215). Ao contrário da interpretação da historiografia de cunho nacionalista segundo a qual os movimentos rebeldes desde 1789 até 1817 seriam precursores

da independência (NEVES 2011, p. 218-219), as pesquisas de Guilherme Pereira das Neves chamam atenção para o fato de que é preciso sair do dualismo simplista que distingue, nesse momento, entre os partidários da mudança e aqueles que a rejeitavam (NEVES 2011, p. 176). O Seminário de Olinda, inaugurado em 1800, não foi um foco de contestação ao domínio português; seus mentores, professores e alunos tinham forte elo com a ideia de um império luso-brasileiro. Padre Miguelinho, professor de retórica, e Frei Caneca, aluno da cadeira de filosofia e professor de geometria, foram ambos implicados na Revolução de 1817, e, no caso do último, na Confederação do Equador, vindo a ser fuzilados, respectivamente em 1817 e 1825. A análise de seus escritos, contudo, mostra que comungavam de ideias mais próximas do Antigo Regime do que do ideal iluminista (NEVES 2011, p. 152-170). O futuro marquês de Maricá, acusado de participar da Conjuração do Rio de Janeiro de 1794 e encarcerado por dois anos, situa-se, na verdade, “na mesma esfera mental [do visconde] de Cairu” (NEVES 2011, p. 241), que não conseguia pensar na sociedade como associação voluntária de seus membros (NEVES 2011, p. 229) e entendia a “mão invisível do mercado” de Adam Smith como a mão de Deus (NEVES 2011, p. 227-229). O resultado é que, em 1822, continuamos uma nação “presa de um mundo encantado, assentada sobre a base de trabalho escravo e regida por uma elite econômica ignorante e tradicionalista até a medula” (NEVES 2011, p. 174). Uma nação em que, sem dúvida, o emprego da palavra “independência” se generalizou, sem que isso significasse, contudo, “uma nova perspectiva do mundo, pressuposta pelo ingresso na modernidade” (NEVES 2011, p. 311), pois o importante, antes de mais nada, era “restabelecer a ordem rompida” (NEVES 2011, p. 264).²

Mais uma vez cabe lembrar a importância do percurso do historiador. O que fazer com nossos objetos? – nesse caso, o universo mental luso-brasileiro da virada dos séculos XVIII e XIX? Precisamos de teorias, de produções de outros historiadores, precisamos conhecer formas de abordagem pertinentes e estudos que permitam compreender o período e o contexto. Fica claro, nos capítulos da parte prática, que a história cultural, a hermenêutica, a nova história política e a história dos conceitos podem ajudar (NEVES 2011, p. 177-178). O mesmo vale para alguns conjuntos de ideias: as “linguagens políticas”, de John Pocock (NEVES 2011, p. 250); os “idiomas”, de Michael Oakeshott (NEVES 2011, p. 224-226); a “tradição” de Hans-Georg Gadamer (NEVES 2011, p. 178, 209-210, 252), e as dimensões “moral” e “política” que Reinhart Koselleck identifica no período 1750-1850 (NEVES 2011, p. 272-273).

Todas essas abordagens e ideias fornecem instrumentos para lidar com as fontes e ouvir o que elas têm a dizer. O historiador escolhe seus objetos e descobre suas fontes – isso é parte de seu trabalho intelectual e de sua criação. Os estudos de Guilherme Pereira das Neves mostram que é fundamental deixar-se surpreender, ouvir o que não se imagina ouvir. E aqui talvez esteja

² O último capítulo, “Independência e liberdade sem liberalismo: Brasil, c. 1777-1870” (NEVES 2011, p. 281-311), foi escrito em coautoria com Lúcia M. Bastos P. Neves.

um exercício dos mais difíceis: deixar de pensar no nosso universo mental como o único possível e reconhecer a possibilidade de outros mundos. Como ensinar isso aos nossos alunos, nas escolas e universidades?

Para entender o pano de fundo luso-brasileiro da virada dos séculos XVIII para o XIX, foi preciso estar alerta para o “mundo que perdemos”, como o historiador inglês Peter Laslett chama o Antigo Regime (NEVES 2011, p. 262). Entre as práticas que perdemos, ou das quais nos separamos, Guilherme Pereira das Neves cita as “intrigas” e “conversas” na península itálica no fim da Idade Média, estudadas por Christopher Wickham; as “murmurações” do dia a dia dos habitantes da América portuguesa, estudadas por David Higgs e Donald Ramos; os espaços públicos de sociabilidade, em contraposição à esfera privada de poder, na corte absolutista, de que falam Habermas e Koselleck, e o caráter tradicional de movimentos rebeldes estudados por autores como Georges Lefebvre e E. P. Thompson, movimentos que buscavam o retorno a uma ordem única e eterna (NEVES 2011, p. 262-263). Tudo isso para lembrar que, no Antigo Regime, a política não se regia pelos mesmos princípios que se implantaram a partir da Revolução Francesa e que, para os habitantes da cidade colonial, “a vida transcorria como uma liturgia” (NEVES 2011, p. 263-264).

É sobre esse pano de fundo que Guilherme Pereira das Neves analisa suas fontes. Muitas são privilegiadas, como as duas que analisa no terceiro capítulo da parte prática: a “Análise sobre a justiça do comércio do resgate dos escravos da costa da África”, de Azeredo Coutinho, publicada pela primeira vez em 1798, e o parecer contrário à mesma “Análise”, dado pelo também clérigo Antônio Ribeiro dos Santos à Real Mesa Censória, em 1806. Trata-se, como observa Guilherme Pereira das Neves, de episódio da dimensão do “encontro” de que fala Peter Burke, como ocasião favorável para que o historiador verifique tensões e diferenças entre culturas – nesse caso, entre possíveis linguagens políticas distintas (NEVES 2011, p. 181). A complexidade do período exige, segundo o autor, “um esforço redobrado para traçar o campo de força das correntes de pensamento presentes naquele momento” (NEVES 2011, p. 177). Depois de identificar as diferentes “tradições” em que ambos estavam inseridos – Azeredo, sob influência dos autores jesuíticos da segunda escolástica (NEVES 2011, p. 209), repelia os novos filósofos (NEVES 2011, p. 200), e Ribeiro dos Santos caminhava em direção à defesa do “bem comum” (NEVES 2011, p. 198) e estava mais próximo da escola do “direito natural” (NEVES 2011, p. 209) –, Guilherme Pereira das Neves deixa claro que nenhum dos dois abraçava as ideias liberais e que, no fundo, ainda que com perspectivas diferentes, ambos toleravam a escravidão. A análise dos textos permite identificar “o lugar ainda central ocupado pela religião, a dificuldade de projetar o futuro e o manejo [das] variadas linguagens políticas [...] à maneira de uma espécie de *bricolage*”, limites que os dois autores legaram para as gerações futuras (NEVES 2011, p. 215).

Estar aberto para ouvir o “mundo que perdemos” é fundamental nesse processo. É preciso usar estratégias de investigação para lidar com o pensamento de um agente ou grupo em dado momento, diz Guilherme Pereira das Neves. Entre elas estão, como já foi dito, as linguagens políticas (Pocock e Quentin

Skinner) e a história dos conceitos (Koselleck). O importante é lidar com esse objeto histórico (o pensamento) “sem escorregar no terreno estéril das influências e oposições”, “sem criar um vetor que aponte etnocentricamente para o presente” e sem cair na armadilha de atribuir-lhe “uma identidade *a priori*, frequentemente escondida pelo nome de ideologia” (NEVES 2011, p. 251). Como é esse o objeto escolhido por Guilherme Pereira das Neves, podemos dizer que seu livro é também sobre como estudar historicamente o(s) pensamento(s).

As escolhas dos historiadores são, como não poderia deixar de ser, políticas; elas são tomadas em função do presente, da necessidade de interlocução com seus contemporâneos, sejam eles seus pares ou não. Como diz Gadamer, na epígrafe escolhida para abrir o capítulo sobre as máximas do marquês de Maricá, o quarto da parte prática: “For what is historical reflection other than the continual self-correction of the present consciousness?” (NEVES 2011, p. 217). O procedimento hermenêutico, diz Guilherme Pereira das Neves mais para o meio desse capítulo, “não está voltado para o conhecimento do passado – embora fundamentado no impulso para buscá-lo – mas, sim, para o exame dos pré-conceitos que formam a tradição que define o historiador, em função da interpelação que as vozes de outras tradições, presentes em suas fontes, lhe trazem” (NEVES 2011, p. 252). Talvez seja essa complexidade da posição do historiador que Guilherme Pereira das Neves procura fixar ao escolher o quadro “Gilles” de Antoine Watteau para a capa de seu livro, contrapondo-o à perspectiva sobre a história que Walter Benjamin enxerga no “Angelus Novus” de Paul Klee. “Gilles” assinala, não a história, diz Guilherme Pereira das Neves, mas “a nossa consciência histórica” (NEVES 2011, p. 122-123, 103-104).

240

A regulamentação da profissão de historiador não implica, de forma alguma, como algumas vozes críticas têm levantado, uma “reserva de mercado” do passado para os historiadores. Todos podem e devem continuar podendo falar sobre o passado. Ocorre que a perspectiva do historiador pressupõe uma série de procedimentos e requisitos que nem todos os que falam sobre o passado estão dispostos a percorrer. O processo de aprendizado do historiador com suas fontes, diz Guilherme Pereira das Neves, “implica num esforço sem fim de aprofundamento e em resultados que não podem ser definidos como propriamente *científicos* através de um método cartesiano, mas sim, como uma atualização da consciência que se tinha do problema ao partir” (NEVES 2011, p. 252). Isso significa, como já foi dito, saber escolher e usar estratégias de investigação. Significa também, como exaustivamente debatido no primeiro capítulo, abrir-se para as ciências sociais, tomando-lhes hipóteses de empréstimo, sem evidentemente perder de vista que a “duração”, “categoria na qual o historiador naturalmente respira”, é o específico da história (NEVES 2011, p. 26, 37-39). Como é específico não só da história, mas das “disciplinas do espírito” como um todo, a busca da diversidade (e menos do consenso, que é o que buscam as ciências naturais) (NEVES 2011, p. 63). As ciências do espírito também lidam, direta ou indiretamente, “com o próprio poder”, “que só faz sentido e só pode exercer-se por meio desse mundo social que são elas que criam e têm a possibilidade de criticar” (NEVES 2011, p. 64). Daí a importância

de termos consciência de que tomamos parte dos, representamos e somos representados pelos “eventos e desencontros à nossa volta”, do mesmo modo que o pierrô Gilles no proscênio do quadro de Watteau, que nos fita e, com seu olhar, nos torna implicados na cena (NEVES 2011, p. 123).

O livro de Guilherme Pereira das Neves é uma excelente oportunidade de verificarmos, na prática, que o campo da história não é para amadores. Mas também não está reservado a eruditos em suas torres de marfim. O caminho está na partilha dialógica com alunos e pares. “A educação é educar-se”, diz Gadamer, como citado por Guilherme Pereira das Neves (NEVES 2011, p. 13). O diabo é conseguirmos tempo e condições de aprendizado e partilha nas nossas escolas e universidades!

Institucionalização acadêmica da História: entre o autodidatismo e a profissionalização*

Academic institutionalization of History: between professionalization and self-education

ROIZ, Diogo da Silva. *Os caminhos (da escrita) da história e os descaminhos de seu ensino: a institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1968)*. Curitiba: Appris, 2012, 266 p.

Daiane Machado

daiane_vm@yahoo.com.br
Doutoranda
Universidade Estadual Paulista
Av. Dom Antonio, 2100 - Parque Universitário
19806-900 - Assis - SP
Brasil

242 Palavras-chave

Ensino de história; Práticas científicas; Escrita da história.

Keywords

History education; Scientific practices; History writing.

Recebido em: 15/11/2012

Aprovado em: 21/2/2013

* Esta pesquisa contou com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Os cursos de graduação em História ainda são pouco explorados nas pesquisas que se dedicam à história do ensino superior brasileiro (SILVA; FERREIRA 2011). O estudo de espaços institucionais, entre eles os Departamentos de História, são observatórios do processo de constituição da história acadêmica. Escolhendo como objeto de investigação o primeiro curso nacional de História e Geografia, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP), o livro *Os caminhos (da escrita) da história e os descaminhos de seu ensino*, publicado em 2012, está inserido, como afirma a apresentadora Marieta de Moraes Ferreira, nesse emergente, porém fecundo, campo de estudos.

Neste trabalho - fruto da revisitação de seu mestrado, defendido em 2004 - Diogo da Silva Roiz problematiza, entre 1934 e 1968, o processo de institucionalização do ensino de História e Geografia na FFCL/USP.

Na primeira parte da obra, o autor mapeia o funcionamento, os experimentos e as mudanças na estrutura curricular sob o regime de cátedras (que permaneceu vigente até 1968), entrecruzando aspectos políticos e ideológicos. Seu marco inicial foi 1934, com a instauração do Curso de História e Geografia, e o final foi em 1956, com o desmembramento dos cursos. Ou seja, trata-se de um momento chave para a organização estrutural do curso, compreendendo, mais enfaticamente, a montagem da grade curricular e a posse dos professores nas cadeiras.

Professores universitários em uma conjuntura histórico-cultural em que este tipo de ensino ainda engatinhava, pois o desenvolvimento do sistema de Ensino Superior brasileiro ocorreu, sobretudo, após a Revolução de 1930, no governo Getúlio Vargas. Vivia-se a tentativa de modernização da sociedade, paralelamente ao enfraquecimento político de São Paulo com a Revolução Constitucionalista de 1932. Foi em meio a esse cenário político conturbado que se fundou a Universidade de São Paulo (USP), a primeira universidade criada sob o regime direcionado pelo Decreto 1931 de Francisco Campos.

A meta principal do primeiro curso nacional de História e Geografia era formar professores para atender a demanda do ensino "primário" e "secundário". Questão que ficou evidente quando o autor tratou das mudanças da grade curricular implantadas por meio do decreto nº 9.092, de 1946. O curso passava de 3 para 4 anos de duração com a obrigatoriedade de formação didática (teórica e prática) para os interessados em obter o diploma de licenciados. Ou seja,

[...] verifica-se que naquele período não houve margem para uma iniciação à pesquisa propriamente dita, mas as primeiras tentativas, por meio de seminários e trabalhos práticos e teóricos, de se formar, senão um 'ofício de historiador (e de geógrafo)' a partir do curso de graduação, pelo menos a iniciativa de se produzir os primeiros profissionais na área (ROIZ 2012, p. 76-77).

A formação do profissional pesquisador ainda deveria aguardar uma melhor estruturação do quadro docente. Pois bem, se havia problema com a falta de pessoal capacitado para Educação Básica, as dificuldades não foram menores para o incipiente ensino universitário. Diante dessa conjuntura nacional, quem comporia o quadro de professores? A solução foi importar profissionais, alguns,

é necessário frisar, ainda em início de carreira, ou seja, sem tanta experiência com esse tipo de ensino. Todavia, eram sujeitos versados no mundo acadêmico e com maiores possibilidades de contato com bibliografias atualizadas da área. Com isso privilegiou-se, conseqüentemente, determinadas matrizes de pensamento, sobressaindo-se, devido à circulação docente, a tradição cultural francesa. Entre os pioneiros destacaram-se:

Émile Coornaert (em 1934 na cadeira de *História das Civilizações*, e, em 1949, como professor visitante), Fernand Paul Braudel (entre 1935 e 1937, na mesma cadeira, e, em 1948, como professor visitante), Jean Gajé (de 1938 a 1946, substituindo Braudel na cadeira, onde também orientou teses de doutoramento), Émile G. Leonard (em 1948, substituindo Gajé, mas como professor visitante) e Jean Glénisson (entre 1957 e 1958, na recém-criada cadeira de *Metodologia e teoria da história*) (ROIZ 2012, p. 43).

Exceção foi a cadeira de *História da Civilização Brasileira*. Por deliberação, ela deveria ser ocupada por um professor brasileiro, o primeiro foi Afonso de Taunay, profissional de “notório saber” entre os pares. Abordando, então, o planejamento do ensino, a perspectiva teórico-metodológica, as teses que foram orientadas e os discípulos desses professores em suas cadeiras, Roiz chama atenção para o corpo docente, composto por brasileiros e franceses, que lançaram as bases do ensino e da pesquisa histórica acadêmica no Brasil.

244

Nessa perspectiva, mostrou-se muito pertinente mapear o perfil e a circulação dos discentes, que, em muitos casos, tornaram-se professores do curso, dando um novo redimensionamento ao ensino e à pesquisa. Aliás, a forma de ascensão da carreira docente no período acontecia, sobretudo, pelas alianças estabelecidas durante o curso, pela aceitação no grupo. Os degraus para elevação na carreira eram a graduação, o auxílio, a assistência de ensino, o doutoramento, e, por fim, para se atingir o topo, a aprovação pela banca do concurso de cátedra. Esse foi o trajeto, por exemplo, de Eurípides Simões de Paula (orientado por Jean Gajé), catedrático de *História das Civilizações*; Astrogildo Rodrigues de Mello (orientado por Jean Gajé), catedrático de *História da Civilização Americana*; Eduardo D’Oliveira França (orientado por Eurípides Simões de Paula), catedrático de *História da Civilização Moderna e Contemporânea*.

Esse não foi, todavia, o caminho de Alice Piffer Canabrava (orientada por Jean Gajé), uma vez que o último degrau não foi alcançado. O obstáculo, segundo o autor, estava numa velada “dominação masculina” entre as cadeiras. Pois,

[...] num período em que as regras do ‘campo intelectual’ não estavam totalmente constituídas, muito menos, amparadas sobre um grau de especialização que lhe favorecesse certa autonomia em relação aos outros campos, e, ao mesmo tempo, configurasse o formato das disputas pelo poder (Cf. BOURDIEU, 1990, 1999, 2008a), esse tipo de estratégia pôde coexistir e se reproduzir concomitantemente com a formação deste campo (ROIZ 2012, p. 37).

Pensando com o léxico de Pierre Bourdieu, Roiz procurou evidenciar quais foram as regras, assim como as brechas, que caracterizaram a configuração

deste “campo intelectual”. O caso da reprovação de Alice Canabrava (que obteve melhor desempenho) no concurso de cátedra para a cadeira de *História da Civilização Americana* denota as tensões e o intrincado jogo de poder no interior deste campo. O autor ainda retoma essa questão no apêndice 1, enfatizando numericamente por meio de listas de matrículas e listas de formandos o predomínio feminino existente durante a graduação, um claro contraste com a ascensão delas em nível universitário.

Se as grandes “obras de pesquisas” foram as teses produzidas para os concursos de cátedras, nos quais a participação e a aprovação feminina eram escassas, pode-se conjecturar que a escrita da História acadêmica, deste período, foi realizada com caracteres predominantemente masculinos. E, na intenção de refletir sobre os caminhos dessa escrita, Roiz escreveu a segunda parte do livro, intitulada “Escrita da história, civilização e atores sociais”.

Nessa parte (que possui uma maior densidade interpretativa), o autor estudou a atuação dos docentes Alfredo Ellis Jr., Sérgio Buarque de Holanda e Eduardo D’Oliveira França,

[...] com o intuito de averiguar de que maneira inquiriram e analisaram a transição do ‘autodidatismo’ para a profissionalização do trabalho intelectual de História, e, nesse processo, quais caminhos propuseram para a escrita da história das civilizações e da civilização brasileira (ROIZ 2012, p. 20).

Ao se voltar para o percurso intelectual desses três historiadores, o autor enfrentou mais enfaticamente a questão que perpassa toda a obra: *o surgimento do historiador profissional*. Sem dúvida, uma questão premente, pois implica em um novo momento da historiografia brasileira.

Ao adentrar nas questões relativas ao ofício do historiador como as filiações às correntes de pensamento, os protocolos de leitura e de compreensão do material de trabalho (fontes), as estratégias de escrita, Roiz dialoga com Michel de Certeau, mais especificamente, com o capítulo “A operação historiográfica” do livro *A escrita da história* (1975).

A estratégia adotada para análise dos três historiadores foi a mesma. Primeiramente percorreu os *lugares*: o ambiente familiar, o de formação educacional, os espaços de circulação intelectual e de atuação profissional, e, enfim, o ingresso na cadeira. Em seguida buscou mapear as *práticas* científicas: princípios do ensino e da pesquisa, perspectivas teóricas e metodológicas, abordagens e tratamento das fontes. Procedimento que possibilitou ao autor compreender a *escrita* desses professores de História. Façamos um panorama dos três capítulos que constituem a segunda parte da obra.

Alfredo Ellis Júnior (1938-1956) foi o segundo ocupante da cadeira de *História da Civilização Brasileira*. O primeiro, como já mencionamos, foi Afonso de Taunay. As similitudes entre ambos são evidenciadas em seus trajetos: historiador por “vocação”, Taunay fez a travessia do “autodidatismo” para a profissionalização da escrita da história; filiou-se aos princípios da historiografia positiva oitocentista e voltou-se à abordagem da história dos costumes; e, em seu

projeto de “escrita da história” da Civilização Brasileira, partiu de uma ótica de ação paulista para compreender o passado nacional. A principal particularidade em relação a Taunay estaria na relutância por parte de Ellis Jr. em relação ao ideal de imparcialidade da escrita científica, pois para ele “o historiador pode e deve tomar partido de um problema do passado e defender a tese que tiver erigido” (ELLIS JR. apud ROIZ 2012, p. 133).

O terceiro ocupante da cadeira, também denunciou, embora distintamente, os excessos deste modelo de História dita objetiva, assim como repudiou as críticas radicais tecidas aos historiadores tradicionais, os “autodidatas”. Com a aposentadoria de Ellis Jr., Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) ingressou na cadeira em 1956 e afastou-se em 1968, quando pediu sua aposentadoria em solidariedade aos professores de diversas universidades do país, que foram punidos por decreto do governo, incluso no conhecido AI-5. Com uma intensa atividade de trabalho jornalístico e um ganho cultural decorrido de suas viagens pela Europa, Sérgio Buarque dialogou com diferentes matrizes de pensamento, entre eles o historicismo alemão, a sociologia weberiana e os *Annales*. Essas leituras foram significadas em sua produção historiográfica, introduzindo discussões sofisticadas nas pesquisas em História do Brasil.

Os pontos de divergência interpretativa entre ele e os seus antecessores de cadeiras são evidentes. Segundo Roiz, Sérgio Buarque

[...] apresentava um bandeirante que, ao invés de ser um espírito aventureiro e empreendedor, nada mais fazia do que lutar contra a fome (Cf. BORGES PINTO, 1988, p. 89-92). O amor exacerbado a São Paulo levou Alfredo Ellis Jr. a escrever a história do Brasil a partir da história de São Paulo; mesmo ocupando a cadeira de História da Civilização Brasileira, suas pesquisas se concentraram na história de seu Estado. Sérgio Buarque, por sua vez, além de tratar da história de São Paulo, teve como preocupação escrever uma história do Brasil, que abarcasse as demais regiões, e em comparação com a América Latina (ROIZ 2012, p. 159-160).

246

A perspectiva crítica de Sérgio Buarque ao interpretar a História do Brasil abria novas possibilidades de estudos. O professor pesquisado no último capítulo também foi lembrado pelas inovações interpretativas que trouxe para o campo acadêmico. Eduardo D’Oliveira França (1917-2003), estudado entre 1942 e 1968, foi catedrático da cadeira de *História da Civilização Moderna e Contemporânea*. O “mestre” no ensino, como recordou o ex-aluno Fernando Novais (NOVAIS apud ROIZ 2012, p. 169), era um severo crítico da cultura geral de seus alunos e dos ditos “autodidatas”.

Adepto dos *Annales*, França levou à sala de aula a noção de história-problema, e na obra *Portugal na Época da Restauração*, sua tese de cátedra defendida em 1951, trabalhou com a perspectiva da “longa duração” e a abordagem das mentalidades. Um livro essencial,

[...] sobretudo, por ter conseguido fazer não só uma reconstituição de um evento tão importante como foi a Restauração Portuguesa de 1640, mas por trazer uma discussão riquíssima sobre o Barroco, o homem do barroco

e a civilização teatral do barroco, na qual ele faz um texto exemplar de História das Mentalidades. E o fez na década de 1950, quando esse tipo de abordagem nem era cogitada entre os historiadores brasileiros. Dividindo a obra em três partes, o autor busca articular o perfil do homem do Barroco, como um alicerce para a compreensão do processo político da Restauração Portuguesa (ROIZ 2012, p.174).

Roiz finda a narrativa sobre a produção historiográfica de Eduardo França sem esboçar um paralelo entre ele, Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda. Dessa forma, França acaba por aparecer isolado dos demais. Embora o historiador tenha ocupado outra cadeira, um esforço de sistematização das aproximações e discrepâncias entre ele e os colegas de departamento analisados teria sido pertinente.

Esses são alguns dos pontos que instigam o leitor e, assim, revelam a complexidade dos temas que perpassam a constituição da obra. Valendo-se de um vasto e diversificado material de trabalho (obras, correspondências, testemunhos, programas de ensino, relatórios oficiais, entre outros), Roiz nos proporciona um amplo olhar sobre o processo de implantação do ensino universitário de História no Brasil, e sobre as dificuldades enfrentadas para a definição de um campo próprio de atuação profissional, tanto pela composição do quadro docente quanto pelos projetos de escrita, que envolveram filiações a correntes de pensamento. Sua obra é um convite para se desbravar o terreno ainda pouco explorado da institucionalização acadêmica do discurso histórico.

247

Referência bibliográfica

SILVA, Norma L. da; FERREIRA, Marieta de M. Os caminhos da institucionalização do ensino superior de História. **História & Ensino**, Londrina, v. 2, n. 17, p. 283-306, jul.-dez. 2011.

O Império do Brasil em revista

The Brazilian Empire revisited

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Política e cultura no Império brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 2010, 159 p.

Marcello Basile

marcellobasile@ig.com.br

Professor adjunto

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Avenida Governador Roberto da Silveira, s/nº

26285-060 - Nova Iguaçu - RJ

Brasil

Palavras-chave

Brasil; Política; Cultura.

Keywords

Brazil; Policy; Culture.

248

Enviado em 18/1/2013

Aprovado em: 20/2/2013

Nas últimas duas décadas, a historiografia sobre o Império do Brasil vem sendo notavelmente enriquecida por dezenas de obras que apresentam novas e instigantes perspectivas sobre o período. Não obstante a diversidade de objetos estudados, inclusive a vasta produção sobre a escravidão negra, observa-se em tais trabalhos o privilegiamento de três eixos temáticos: Estado, nação e cidadania. Tais tópicos estão estreitamente inter-relacionados, situados particularmente nas fronteiras das histórias Política, Social e Cultural, abordados à luz de referenciais de análise como, entre outros, cultura política, espaço público, participação popular, vocabulário político e representações simbólicas.¹ Toda essa pujante produção historiográfica tem trazido indubitáveis avanços para o conhecimento sobre o período, somada a algumas iniciativas relevantes de realização de projetos coletivos de pesquisa, pautados em uma agenda comum de trabalho,² posto que ainda não tenham resultado na elaboração de uma nova interpretação geral acerca do Império brasileiro (PALTI 2009, p. 594).

Convém que se faça, então, um balanço crítico dessas contribuições, sendo primeiramente oportuno, para isso, a realização de uma síntese atualizada sobre o assunto. Bons trabalhos desse tipo já foram produzidos, mas todos escritos e publicados há, pelo menos, mais de dez anos (MONTEIRO 1986; MALERBA 1999; NEVES; MACHADO 1999; BASILE 2000). Uma nova avaliação de conjunto se faz, portanto, necessária, de modo a incorporar os principais avanços registrados na historiografia ao longo das últimas décadas, confrontados com os estudos clássicos sobre o período e, se possível, apontando as lacunas ainda existentes.

O livro em questão de Suely Robles Reis de Queiroz - atualmente professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo e autora de obras importantes sobre a escravidão no Império e o jacobinismo na Primeira República - é o mais recente trabalho de síntese sobre o Império do Brasil. Constitui o volume 153 da famosa coleção Tudo é História, editada desde o início da década de 1980, pela editora Brasiliense, com o propósito de divulgar, para um público mais amplo do que o estritamente acadêmico, obras que versam sobre temas relevantes da história.

Diante da envergadura da proposta, a autora optou por privilegiar os aspectos políticos e culturais que, em sua visão, marcaram o Brasil imperial, deixando de lado ou em segundo plano, questões de ordem mais propriamente econômica e social. O livro é dividido em cinco capítulos, sendo o último de caráter conclusivo e os demais organizados de acordo com marcos cronológicos tradicionais da história

¹ Para citar somente algumas obras nessa linha, ver, por exemplo, ALONSO 2002; CARVALHO 2001; DOLHNIKOFF 2005; GOUVÊA 2008; GRAHAM 1997; GRINBERG; SALLES 2009; MELLO 2004; MELLO 2007; MOREL 2005; NEEDELL 2006; NEVES 2003; RIBEIRO 2002; SCHWARCZ 1998; SLEMIAN 2009; SOUZA 1999.

² Duas grandes iniciativas deste tipo, envolvendo pesquisadores de diversas universidades brasileiras e estrangeiras, devem ser lembradas. A primeira, desenvolvida no âmbito do Centro de Estudos do Oitocentos (atualmente sediado na U.E.R.J.), resultou, até o momento, em três sucessivos projetos financiados pelo PRONEX / CNPq - FAPERJ: *Nação e cidadania no Império: novos horizontes* (2003-2006), *Dimensões da cidadania no século XIX* (2006-2009) e *Dimensões e fronteiras do Estado brasileiro no século XIX* (2009-2012); os dois primeiros, sob a coordenação de José Murilo de Carvalho (U.F.R.J.) e o terceiro, de Lúcia Bastos Pereira das Neves (U.E.R.J.). A segunda foi realizada sob os auspícios do projeto temático *Formação do Estado e da nação: Brasil, c.1780-c.1850*, dirigido por István Jancsó (U.S.P.), que contou com apoio da FAPESP, entre os anos de 2005-2009, e foi sediado no Instituto de Estudos Brasileiros da U.S.P. Entre as produções bibliográficas resultantes destas iniciativas estão obras como CARVALHO 2007; CARVALHO; NEVES 2009; CARVALHO; CAMPOS 2011; CARVALHO; PEREIRA; RIBEIRO; VAZ 2011; JANCÓS 2003; JANCÓS 2005.

política do período: processo de Independência e Primeiro Reinado (1808-1831); Regência (1831-1840); *apogeu* do Segundo Reinado (1840-1870); e *crise* do Império (1870-1889). Certa dose de criatividade ficou por conta da inclusão, em três dos capítulos, de análises sobre o papel desempenhado pela política na vida de três distintas mulheres: a primeira imperatriz do Brasil, Maria Leopoldina; a revolucionária *farroupilha* Anita Garibaldi; e a musicista Chiquinha Gonzaga.

Dividido em três partes (processo de Independência, Primeiro Reinado e atuação política de dona Leopoldina), o capítulo I começa com uma reflexão acerca dos fatores que levaram ao surgimento do Império brasileiro, visto a partir da recorrente imagem da monarquia como “flor exótica na América”. Contudo, embora seja um dos temas mais debatidos na historiografia brasileira, rico em interpretações diversas (RIBEIRO 2000; COSTA 2005; MALERBA 2006), o processo de Independência é retratado sem referência alguma a essas controvérsias, limitando-se a reproduzir a chave explicativa da crise do Antigo Sistema Colonial. Da mesma forma, informações e visões hoje já questionadas por parte da historiografia como exageradas ou simplistas - como a de que cerca de quinze mil pessoas vieram para o Brasil com a corte portuguesa em 1808; a ênfase dada ao protagonismo de São Paulo no processo de emancipação; ou a caracterização do governo de Pedro I como contraditório - são apresentadas sem discussão. Além disso, o texto transcorre com uma descrição bem pontuada, posto que fatural, dos problemas políticos que marcaram o período compreendido nessa seção.

250

Composto também por três partes, o capítulo II enfoca a fase regencial, abordando, sucessivamente, as mudanças políticas e jurídicas que caracterizaram a época como uma “experiência republicana”, as diversas revoltas ocorridas no Brasil e a ação revolucionária de Anita Garibaldi na Farroupilha. Algumas questões, todavia, são tratadas de maneira superficial e sem incorporar as contribuições trazidas pela historiografia recente. Assim, o movimento da Abdicação parece ser uma decorrência natural das práticas autoritárias de Pedro I e dos anseios de nacionalização da Independência; a atuação conflituosa das facções políticas da época, com seus projetos distintos de nação, é praticamente ignorada, assim como a emergência de um espaço público de ação política (uma das marcas mais características do período); as dezenas de revoltas que atravessaram toda a era regencial e todo o país são, por sua vez, reduzidas às quatro mais conhecidas (Cabanagem, Farroupilha, Sabinada e Balaiada). A autora, todavia, escapa da armadilha de encarar a Regência como período meramente anárquico e anômalo na história do Brasil imperial, preferindo, acertadamente, compreendê-lo como momento importante do processo de construção da nação.

Outras três partes compõem o capítulo III, que inicia a análise sobre o Segundo Reinado: a primeira aborda a denominada “década palaciana” (1840 a 1850), na qual o jovem imperador ainda estaria sob influência da chamada *facção áulica*; a segunda, a época entendida como de “esplendor do Império”, o auge da monarquia e momento de maior estabilidade nacional (1850-1870); e a terceira, tratada de modo bem panorâmico, as manifestações culturais produzidas ao longo de todo o período monárquico (música, teatro, cursos superiores, positivismo e romantismo). Aqui também se nota a ausência ou a

falta de discussão de temas e questões que há muito marcam a historiografia e a própria história do Segundo Reinado, como a imputada semelhança entre liberais e conservadores; a hegemonia *saquarema* ao longo dos anos de 1837 a 1862; a homogeneidade da elite política imperial; a Guerra do Paraguai; e o mecenato real sobre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e sobre a produção artística e literária.

O capítulo IV aborda as duas décadas finais do Império, entendidas como período de declínio da monarquia, quando o consenso sobre o regime e sobre o imperador desfaz-se progressivamente. Assim como os demais, é igualmente dividido em três partes: a primeira, dedicada à desarticulação do escravismo; a segunda, à crise do sistema político imperial; e a terceira, à trajetória singular de Chiquinha Gonzaga. Mais uma vez, observam-se diversas lacunas a respeito de pontos cruciais: o processo de emancipação dos escravos é abordado linear e exclusivamente sob a ótica das chamadas leis abolicionistas; ao movimento republicano, é destinada menos de meia página; a chamada Questão Religiosa ou dos Bispos é apenas mencionada; nada é dito sobre o notável revigoramento, então ocorrido, dos espaços públicos de ação política e, como explicação determinante para a queda do Império, permanece o antigo argumento que salienta a suposta incapacidade de um Estado imperial arcaico de se adequar aos novos ventos da modernidade, ignorando-se, assim, outras linhas de interpretação.

A título de conclusão, o quinto e último capítulo busca assinalar algumas características gerais da política imperial. A autora, todavia, prende-se a ideias há muito questionadas pela historiografia. Postula, assim, a indiferenciação entre liberais e conservadores ao longo do Império, em razão da tendência conciliatória e conservadora de ambos, da mesma forma como reproduz a velha e equivocada tese, já tantas vezes debatida, que apregoa as distorções e os limites do liberalismo no Brasil escravista (como se, em algum outro lugar, houvesse um único e verdadeiro liberalismo).

A despeito dos questionamentos assinalados, o livro de Suely Robles Reis de Queiroz cumpre o papel de apresentar um breve panorama da história política (mais do que da cultural) do Império do Brasil. Parte dos problemas pode ser creditada ao reduzido número de páginas e à louvável proposta de divulgação da obra para além do público especializado. Mas, por outro lado, as lacunas e simplificações são decorrentes, principalmente, da falta de atualização historiográfica. A autora apoia essencialmente sua análise em obras clássicas de inegável valor, como as de Caio Prado Júnior, Octavio Tarquínio de Souza, Emília Viotti da Costa e os diversos artigos sobre o período monárquico publicados na coleção *História geral da civilização brasileira*, organizada por Sergio Buarque de Hollanda. Entretanto, quase toda a produção historiográfica da década de 1990 em diante - e mesmo antes - sequer foi mencionada (apenas cinco obras produzidas nesse período constam na bibliografia final). Até mesmo trabalhos seminais, considerados como principais referências sobre a política imperial, foram totalmente ignorados, como os de CARVALHO (1981; 1988) e de MATTOS (1987), além de muitos outros (a exemplo dos citados no início da resenha). Com

isso, grande parte das contribuições e das revisões historiográficas verificadas nas últimas duas ou três décadas não foram incorporadas ao texto. Se a proposta de produzir uma nova síntese sobre o Império brasileiro é desejável e oportuna, esta ficou em parte a dever por não dar a merecida atenção às perspectivas inovadoras diversas, trazidas pela produção historiográfica recente. Afinal, a História muda com o avanço da historiografia.

Referências bibliográficas

- ALONSO, Angela. **Ideias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil- Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- BASILE, Marcello Otávio N. de C. O Império brasileiro: panorama político. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). **História geral do Brasil**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.
- _____. **Teatro de sombras**: a política imperial. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais / Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.
- _____. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- 252 _____ (org.). **Nação e cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- _____; CAMPOS, Adriana Pereira (orgs.). **Perspectivas da cidadania no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- _____; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (orgs.). **Repensando o Brasil do Oitocentos**: cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- _____; PEREIRA, Miriam Halpern; RIBEIRO, Gladys Sabina; VAZ, Maria João (orgs.). **Linguagens e fronteiras do poder**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- COSTA, Wilma Peres. A Independência na historiografia brasileira. In: JANCSÓ, István (org.). **Independência**: história e historiografia. São Paulo: Hucitec / Fapesp, 2005.
- DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial**: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005.
- GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **O Império das províncias**: Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

- GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil imperial**. 3 vs. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- JANCSÓ, István (org.). **Brasil**: formação do Estado e da nação. São Paulo: Hucitec; Fapesp / Ijuí: Unijuí, 2003.
- _____. (org.). **Independência**: história e historiografia. São Paulo: Hucitec / Fapesp, 2005.
- MALERBA, Jurandir. **O Brasil imperial (1808-1889)**: panorama da história do Brasil no século XIX. Maringá: Eduem, 1999.
- _____. Esboço crítico da recente historiografia sobre a Independência do Brasil (c.1980-2002). In: MALERBA, Jurandir (org.). **A Independência brasileira: novas dimensões**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**: a formação do Estado imperial. São Paulo: Hucitec / Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1987.
- MELLO, Evaldo Cabral de. **A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824**. São Paulo: Editora 34, 2004.
- MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A república consentida**: cultura democrática e científica do final do Império. Rio de Janeiro: Editora FGV / Edur, 2007.
- MONTEIRO, Hamilton M. **Brasil Império**. São Paulo: Ática, 1986.
- MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005.
- NEEDELL, Jeffrey D. **The Party of Order**: the conservatives, the State, and slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871. Stanford: Stanford University Press, 2006.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Corcundas e constitucionais**: a cultura política da Independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Revan / Faperj, 2003.
- _____; MACHADO, Humberto Fernandes. **O Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- PALTI, Elias José. O século XIX brasileiro, a nova história política e os esquemas teleológicos. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (orgs.). **Repensando o Brasil do Oitocentos**: cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. Os portugueses na formação da nação brasileira - o debate historiográfico desde 1836. In: **Ler História**, nº 38. Lisboa: ISCTE, 2000.
- _____. **A liberdade em construção**: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Faperj, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador**: d. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SLEMIAN, Andréa. **Sob o império das leis**: constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834). São Paulo: Aderaldo & Rothschild / Fapesp, 2009.

SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. **Pátria coroada**: o Brasil como corpo político autônomo - 1780-1831. São Paulo: Unesp, 1999.

Reavaliando as ideias políticas: alguns aspectos da análise de Quentin Skinner

Reassessing political ideas: some aspects of Quentin Skinner's historical perspective

SKINNER, Quentin. *El artista y la filosofía política: el Buen Gobierno de Ambrogio Lorenzetti*. Madrid: Trotta, 2009, 150 p.

Thiago Rodrigo Nappi

thiago-nappi@uol.com.br

Mestrando

Universidade Estadual de Maringá

Rua Santos, 267/1001

86020-040 - Londrina - PR

Brasil

Palavras-chave

Cultura política; História das ideias; Estado.

Keywords

Political culture; History of ideas; State.

255

Recebido em: 7/12/2012

Aprovado em: 10/3/2013

Proceder na análise das ideias políticas é uma empreitada penosa, haja vista o esforço intelectual que tal tipo de trabalho exige. E muitas são as maneiras em que ela pode se configurar, cada qual associada a um determinado escopo teórico. Nada impede, por exemplo, que seja de caráter filosófico, com as ideias sendo tomadas enquanto elaboração de alguns indivíduos pensados como gênios, como produtores excepcionais de conceitos que sobressaem em relação aos demais autores coetâneos. Em contrapartida, é também possível apreender as ideias desses autores enquanto indivíduos contextualizados, tomando as suas produções como um conjunto específico inserido num determinado debate historicamente delimitado. Nessa segunda vertente interpretativa, encontram-se autores de grande relevo no cenário letrado ocidental das últimas décadas, como John G. A. Pocock, John Dunn e, com maior destaque, o também historiador britânico Quentin Skinner. Todos eles, dentre alguns outros pensadores, são responsáveis por professar as visadas teóricas do já há muito conhecido *contextualismo linguístico* associado à Universidade de Cambridge. E Skinner realiza, mais uma vez, a demonstração de todo o seu arsenal teórico em seu descontraído livro *El artista y la filosofía política: el Buen Gobierno de Ambrogio Lorenzetti*.

256

O livro que se apresenta aqui em sua edição espanhola é fruto da união de três artigos interligados entre si. Trata-se especificamente, em seus títulos originais, de “L’idéal de gouvernement républicain”, “Ambrogio Lorenzetti and the portrayal of virtuous government” e “Ambrogio Lorenzetti on the power and glory of republics”. São textos bastante claros e que fazem uso de uma linguagem muito fluida. Isso sem contar a boa tradução realizada por Eloy García e Pedro Aguado. Nesses textos, Quentin Skinner busca retomar o debate acerca das influências das ideias republicanas presentes na época do Renascimento. Além disso, trata daquilo que se denomina no mundo de língua inglesa por *form of government*. No caso específico, o historiador utiliza-se dos afrescos do italiano Ambrogio Lorenzetti, datados da Siena do *Trecento*, e ainda preservados na Sala dei Nove, no Palácio daquela cidade. Como fica claro da leitura da obra aqui resenhada, as imagens pintadas já foram estudadas por diversos pensadores, desde pintores, passando por filósofos e até mesmo, em grande parte, outros historiadores.

O que se deve levar em consideração, contudo, é a “nova roupagem” na qual Skinner envolve as ideias políticas lá contidas. Antes de apresentá-las, vale a pena recordar mesmo que brevemente, a teoria defendida pelo consagrado historiador. O que ele afirma é que não é possível entender as ideias de um determinado autor, se elas, assim como o seu próprio autor, forem desarraigadas do seu contexto histórico e linguístico original. Skinner não nega o mérito de algumas boas leituras filosóficas dos textos do passado. Porém, apenas uma leitura com vistas pragmáticas desses pensadores há muito defuntos não seria suficiente. O que se deve analisar são, pois, texto e contexto, além da intenção autoral. Não se trata, segundo Skinner, de uma operação na qual se entra na cabeça dos autores do passado, o que é algo inviável. A sua proposta é que se entendam os sentidos mais originais possíveis dos textos, os quais estiveram em constante interrelação com os demais textos e contextos.

Cabe considerar se Quentin Skinner consegue utilizar-se das próprias ideias ao elaborar *El artista y la filosofía política*. E, se de fato obteve sucesso, o que é que sua leitura apresenta em contraponto às demais análises tradicionais? Com a intenção de não deturpar as ideias do autor, é necessário seguir a própria ordem dos capítulos exposta na obra. Sendo assim, é preciso deitar os olhos para “El ideal de gobierno republicano”, primeiro texto. Nesse altura, Skinner antes de mais nada esclarece que, mesmo que os afrescos não sejam um texto de filosofia política propriamente dito, não deixam de ter o sentido de ser uma mensagem política, sendo, pelo contrário, uma grande contribuição da cultura retórica pré-humanista em florescimento. É interessante frisar que o objetivo do autor é retomar o debate sobre o sentido histórico e político dos afrescos de Lorenzetti por acreditar que o contexto da filosofia política escolástica não serve de guia ou ajuda no entendimento da obra em questão. Afirma que “He llegado al convencimiento de que no hay nada en la sección entre lo allí relatado y el pensamiento de Aristóteles o de Tomás de Aquino” (SKINNER 2009, p. 54). Se não é por tal meio que se procede, outras fontes devem ser apontadas como influências para o artista italiano.

É dessa maneira que Skinner apresenta três fontes que devem ser levadas em consideração. Seriam elas os *Ars dictaminis*, especialmente o composto por Guido Faba; depois documentos oficiais, como os *Breves* de Siena (1250) e a Constituição na versão latina da mesma cidade, de 1262; como terceira fonte, e mais importante, os tratados de governo, entre os quais, destacam-se *Oculus pastoralis* (1220) de autoria desconhecida, *De sapientia potestatis* (1240) de Orfino de Lodi, o *Liber de regimine civitatum* (1253) de Giovanni da Viterbo e, por fim, *Li livres dou trésor* (1266) de Brunetto Latini. A partir dessa perspectiva, já fica muito clara a distinção entre as ideias apresentadas por Quentin Skinner e aquelas presentes nas abordagens tradicionais que tomam tal época e o mesmo objeto como estudo. Isso porque, como afirma o historiador, nenhuma dessas fontes por ele citadas e muito bem analisadas tinham influências herdadas dos pensamentos aristotélicos. De fato, esses autores pré-humanistas desconheciam diretamente a obra legada por Aristóteles. Eles recorriam a autoridades bem específicas, segundo o historiador de Cambridge, as quais se prefiguravam nos romanos, com destaque para Salústio, Sêneca e Cícero, em especial. Dessa maneira, ficavam excluídos os pensadores gregos.

Assim, surge o ineditismo das ideias skinnerianas. Como o próprio autor frisa:

Me detendré a examinar esos tratados prehumanistas, en el deseo de estructurar el marco interpretativo que debe encuadrar las claves de la lectura de los frescos de Lorenzetti, aunque aspiro a que esta parte de mi trabajo suscite interés por sí misma. Procurando demostrar que la ideología de autonomía republicana surgió en los primeros decenios del siglo XIII, y que precipió bastante en el tiempo al redescubrimiento de las obras morales y políticas de Aristóteles, me esforzaré en pergeñar un capítulo de la historia de la teoría política del Renacimiento que hasta la fecha todavía no ha sido escrita (SKINNER 2009, p. 57).

E Skinner efetivamente elabora um percurso analítico mediante o qual ele passa a estabelecer comparações entre todas essas ideias, tomando Aristóteles e Tomás de Aquino por um lado, e Cícero, Sêneca e demais pensadores, por outro. Ao mesmo tempo em que faz isso, ele visualiza em quais momentos as discordâncias entre as teorias estão dadas, apontando, assim, quais teriam sido realmente as influências para aqueles escritores pré-humanistas e quais os conceitos que eles puderam elaborar, ou reelaborar, com o aporte linguístico que a eles foi possibilitado em meio a tal debate. O quadro que Skinner monta dá muito bem a ideia do que se tinha por ideal de governo republicano nas cidades-repúblicas do início do Renascimento. Não cabe aqui, no breve espaço de uma resenha, esmiuçar a riqueza de detalhes contida nessa parte da obra, ficando a cargo dos possíveis leitores tal descoberta.

Se no capítulo inicial Skinner se prende mais às fontes com as quais Ambrogio Lorenzetti teve contato, apresentando todo o contexto linguístico que serviu de apoio para a realização de suas intenções políticas através dos seus afrescos, nos dois capítulos que seguem, "Lorenzetti y las virtudes de las repúblicas" e "Poder y gloria de las repúblicas", ele demonstra toda a sua erudição para relatar, de uma maneira muito esclarecedora, as ideias políticas contidas na obra do pintor. É interessante acompanhar o texto de Skinner observando a reprodução dos afrescos de Lorenzetti que estão contidos no livro. É digna de elogio, aliás, a inserção no livro de doze lâminas que apresentam a obra do pintor italiano, datada do século XIII. Tais imagens são no mínimo instigantes e embasam todo o pensamento de Skinner elaborado em seus três artigos anteriormente referenciados. Muitas são as questões estabelecidas, como a importância da existência do Estado, como ainda a sua função, as ideias de autoridade civil e *vivere civile*, obrigações cívicas, governo, poder informal. Enfim, há um grande leque de conceitos políticos debatidos ao longo de todo o eloquente texto.

Deve-se ressaltar, que o que tem em mente Quentin Skinner não é a busca pragmática da resolução dos problemas do presente nas ideias desses autores do passado. Afinal, tal maneira de agir é exatamente uma das coisas que ele mais combate. O que é possível, e, também, necessário é compreender tais pensadores do passado como agentes em seu contexto, onde atuaram mediante as palavras que proferiram, palavras essas que se encontraram muito bem delimitadas etimologicamente. Numa outra obra, considerada por muitos a obra-prima de Skinner, o autor afirmou que a essência do seu método "consiste em tentar situar esses textos em contextos que nos permitam, por sua vez, identificar o que seus autores estavam *fazendo* ao escrevê-los" (SKINNER 1999, p. 22). Na sequência, narra que uma perspectiva histórica nos moldes em que propõe, "ajuda a tomar uma certa distância de alguns de nossos pressupostos e hábitos de pensamentos atuais, e, quem sabe, até a reconsiderá-los. O estudo do passado não precisa ser menos instrutivo quando desvenda contrastes, em vez de continuidades com o presente" (SKINNER 1999, p. 30). E parece que é exatamente isso que Skinner faz ao chamar a atenção para o debate relacionado ao Estado, às formas e teorias de governo e à liberdade. Afinal, muitas vertentes de pensamentos em voga põem em xeque qualquer forma concreta de Estado,

aniquilando a sua importância. E isso para ele, é inconcebível. Ler atentamente as obras do historiador de Cambridge requer um fôlego de leitura extraordinário. Contudo, após tanto esforço intelectual, as ideias ali encontradas geram certa compensação, pois na atualidade, em que tantas coisas superficiais se encontram presentes nas ciências humanas, é possível ver que bons e contundentes embates teóricos estão ainda sendo realizados.

Referências bibliográficas

SKINNER, Quentin. **El artista y la filosofía política**: el Buen Gobierno de Ambrogio Lorenzetti. Madrid: Trotta, 2009.

_____. **Razão e retórica na filosofia de Hobbes**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp (FEU), 1999.

¿Qué sucede cuando los historiadores pierden su propia historia? Aporte a la discusión sobre el perfil histórico de la Asociación de Historiadores Latinoamericanistas Europeos

What happen when the historians lose their own history? Contribution to the dialog on the Asociación de Historiadores Latinoamericanistas Europeos's Profile

GIRAUDO, Laura (coord.). *Historia de AHILA: perfil de la Asociación de Historiadores Latinoamericanistas Europeos (1969-2008)*. Colección Estudios de Historia Latinoamericana. Madrid; Frankfurt: Iberoamericana; Vervuert, 2008, 210 p.

César Augusto Duque Sánchez

duque.cesar@ur.edu.co
Estudiante de pregrado
Universidad del Rosario
Calle 55 n° 77 B-24/103
Bogotá
Colombia

260

Palabras clave

Historiador; América Latina; Observación histórica.

Keywords

Historian; Latin America; Historical note.

Enviado el: 13/2/2013

Aprobado el: 11/3/2013

La profesora Laura Giraudo publicó en el año 2008 un texto sobre la Asociación de Historiadores Latinoamericanistas Europeos (AHILA) que concluyó una etapa de investigación en los archivos privados de los miembros fundadores de la asociación.

La investigación exigió la revisión de todas las actas de las reuniones de la institución; el análisis de publicaciones como *Historia Latinoamericana en Europa* (1986-2002) e *Historia Latinoamericana en Europa y América* (2003-2007); cinco entrevistas con miembros consagrados de la asociación; y el intercambio epistolar entre Laura Giraudo, Horst Piechmann y Ádám Anderle.

El libro está dividido en tres partes. La primera, "Historia de AHILA: de las ideas a la organización", corresponde a la "historia de AHILA" escrita por la profesora Giraudo. La segunda parte, "Palabras y documentos para una historia de AHILA", contiene una entrevista hecha por Giraudo a Francisco Morales Padrón, cuatro artículos alusivos a la historia de AHILA (dos de Magnus Mörner, uno de Ádám Anderle, uno de John Fisher) y un compendio con las actas de la asociación.

Laura Giraudo decidió llamar a la investigación "Perfil de la Asociación de Historiadores Latinoamericanistas Europeos". Esta es la ocasión para celebrar la escritura de un *perfil* – no una crónica, no un ensayo, no un diálogo, no unas memorias, sino un perfil – sobre lo que, en términos generales, podría definirse como una "agremiación" de científicos sociales.

Un perfil describe el objeto que ha escogido como materia de observación y reconoce en él los rasgos de continuidad que lo caracterizan en el tiempo. Este perfil, como cualquier otro, tiene un objetivo divulgativo y uno estratégico.

El primer objetivo es presentar la Asociación de Historiadores Latinoamericanistas Europeos a un público amplio de historiadores que desconocen la trayectoria de la institución. El segundo objetivo es examinar la identidad de AHILA a la luz de sus treinta y nueve años de trayectoria.

Giraudo escribió una "historia" descriptiva – no analítica, no crítica, no problema – y aunque ese formato de lectura es muy distinto al que acostumbran a leer los historiadores "académicos" en la actualidad, bastará con señalar los principales "nudos" argumentativos del texto toda vez que eluciden su problemática central.

El perfil de AHILA recoge implícitamente varias dudas internas que se plantearon los miembros de la asociación por lo menos diez años antes de 2008.

Este libro posee las características de un recurso de agnición, no las de una investigación sobre un caso particular capaz de elucidar el problema general de los retos y los desafíos de los historiadores europeos. El libro es la "ruta de navegación" de la agremiación tras las peripecias gremiales sufridas en la Postguerra Fría.

La obra debe leerse en el orden de tres secciones que revelan preguntas nucleares para los miembros de la institución. Esas secciones son:

- A. "Genealógica". En ella, Giraudo busca las pautas que dieron origen a la identidad europea de AHILA.
- B. "Gnoseológica". En ella, Giraudo enuncia la finalidad institucional

de AHILA frente al conocimiento histórico.

C. "Práctica". En ella, Giraudo incluye las peripecias institucionales del decenio de los años 1980, que produjo una pérdida de rumbo al interior de la institución y la resolución – en la práctica – de esa confusión.

Sección "genealógica"

El primer bloque de inquietudes se resume en la pregunta: ¿cuál es el origen de la identidad europea de AHILA? Esa inquietud se recoge en los capítulos 1, 2, 3 y 5.

En un inicio (entre 1969 y 1978), los argumentos de los miembros de AHILA para justificar la existencia de una agremiación europea interesada en estudios de historia latinoamericana derivaron de agudas reflexiones sobre la carencia de condiciones tecnológicas, administrativas y económicas propicias para la concurrencia de miembros no europeos a las reuniones de la institución.

En su primer periodo, AHILA fue una institución de escasos recursos que no podía atender al interés de ampliar el rango de convocatoria y, por eso, se constituyó como una organización de historiadores europeos, residentes en Europa y dedicados a América Latina.

El periodo de AHILA como institución europea cubrió una porción importante de su historia institucional. Sin embargo, el tema de la identidad europea de la asociación no fue resuelto verbalmente una vez que desaparecieron las limitaciones tecnológicas, económicas y políticas que impedían la apertura mundial de la asociación.

262

Los capítulos 4, 6 y, parcialmente, el 7 se preguntan: ¿qué hizo AHILA para contribuir a la construcción de un escenario de discusión transregional? y ¿cómo transformó las barreras nacionales que separaban la comunicación entre historiadores europeos?

Las estrategias institucionales para flexibilizar los diálogos entre historiadores en el plano internacional y el interés por crear plataformas organizativas y de discusión crearon espacios académicos convocantes en torno al diálogo científico (MÖRNER 2008, p. 109-123).

Magnus Mörner indicaba – en un documento adjunto en el libro de Giraudo – que la creación de esas plataformas había permitido la colaboración internacional entre historiadores con resultados muy positivos que beneficiaron la producción de un conocimiento europeo sobre la historia latinoamericana (MÖRNER 2008, p. 109-123).

Además, esas plataformas también contribuyeron a la superación del aislamiento académico en el que se encontraban los historiadores latinoamericanistas de algunos países europeos, quienes se unieron a la promoción del uso generalizado de los idiomas latinoamericanos – español y portugués – entre los miembros de la asociación (MÖRNER 2008, p. 109-123).

Tomados con rigurosidad, y con vistas a investigar sobre un marco más general, los documentos consultados en este bloque serían de gran utilidad para la historia del "campo académico" de las ciencias sociales europeas durante la Guerra Fría.

La lectura sugiere, además, un mapa institucional de las asociaciones que componen ese campo. En dicho mapa son mencionadas las relaciones que sostiene AHILA – institución continental – con las instituciones nacionales y mundiales dedicadas a financiar o promover el conocimiento histórico.

Sección “gnoseológica”

El tercer bloque, que, a mi juicio, es el más importante para los propósitos estratégicos de la obra, evalúa el trabajo académico de la Asociación y aporta un rasgo científico a la caracterización del trabajo hecho por AHILA. La pregunta que secunda este bloque es: ¿Qué contribuciones ha hecho AHILA al conocimiento histórico de América Latina y por qué medios?

Este segmento recoge los contenidos del capítulo 7 y, parcialmente, los del capítulo 8 del libro. El eje de esta sección es el proceso de creación y consolidación de una comunidad científica con “independencia”.

Los boletines informativos y los cuadernos de investigación que ofrecían mayor cobertura informativa para los miembros daban reportes de investigación al público interesado por los avances de la asociación en materia de conocimiento. Esos boletines, mirados en perspectiva, fueron una fuente que aportó mucho material para la investigación.

Tomando esos capítulos como base, el lector puede estudiar los factores que flexibilizaron las temáticas de los congresos de AHILA. Al mismo tiempo, puede evaluar las consecuencias que tuvieron esas temáticas generales en el contenido de la historiografía producida por los historiadores latinoamericanistas europeos.

De allí se puede concluir que los congresos y los encuentros académicos fueron decisivos para la organización de una agenda de investigación e incentivaron grupos de investigación por temáticas afines.

A mi juicio, este bloque – interesado en los aportes de AHILA a la historiografía latinoamericana y al corpus social interesado en Latinoamérica – es el único suelo que debería permanecer fijo como factor de continuidad para elaborar las rutas de la institución.

En él, sus miembros – los de AHILA – reconocerán los horizontes perdidos de una sociabilidad histórica, una sociedad de conocimiento que actualmente posee el núcleo fuerte de una ecúmene transregional de historia latinoamericana.

Sección “práctica”

Sobre la última sección, dedicada a las conclusiones, queda agregar que los decenios de 1980 y 1990 impusieron las siguientes características a la institución: AHILA estuvo confinada al cultivo de una nueva generación de latinoamericanistas.

De este bloque se concluye que la institución mejoró el nivel de cooperación y el desarrollo de una historiografía sin un referente territorial inmediato; y que presencié la eliminación de las fronteras ideológicas en el medio de la Cortina de Hierro.

El texto hace justicia al reconocer que el incremento de miembros asociados trajo consigo: la creación de grupos de trabajo; una mayor organización interna;

un aumento en la frecuencia de las reuniones del Comité Central (Directivo); la elección de temas generales para los congresos trienales; las variaciones en la identidad de la Revista; y, por supuesto, un aumento de fondos.

Esos son puntos de partida a favor de la investigación escrita por Laura Giraudo, quien enunció puntos de alta relevancia para concretizar la investigación historiográfica en un escenario social. A partir de esos puntos, la investigación historiográfica se enfrenta a una invitación sugestiva que perfila una transición de la historiografía formal o intelectual a la historia social de la historiografía en América Latina.

Por lo demás, queda sostener lo ya dicho: que las prospectivas jamás se podrán elaborar sin un buen diario de navegación y, cuando algunos historiadores escriben su propia historia, pierden de vista que la historia como profesión es una herramienta para saber conducir la identidad.

Es importante reconocer que ese no es el caso de Giraudo, sino de otros intentos efusivos de historiar a AHILA y que se incluyen en las páginas finales, como archivos anexos, del perfil que hoy se reseña.

La historia es una ciencia en la que son evaluados por igual los esfuerzos y sus resultados, siempre que los efectos investigativos sean producto de la sumatoria de sus causas.

Por eso y todo lo dicho, se puede concluir que el texto de Giraudo se aceleró en su proceso de publicación, pues está relacionado en un orden sucesivo inconexo; que los debates que lo anticiparon requieren un punto de referencia más claro para promover la discusión; que es necesario echar un nuevo vistazo al perfil de la institución.

Con esta reseña, espero haber contribuido en algo a organizar el trabajo que con esmero realizó la profesora; su perfil es – repito – digno de celebrarse porque revive una vez más la historia como género estratégico para ayudar a definir el rumbo de la vida en sociedad.

Referencias bibliográficas

MÖRNER, Magnus. AHILA y la comunidad internacional de historiadores latinoamericanistas: un breve informe sobre el periodo 1970-1990. In: GIRAUDO, Laura (coord.). **Historia de AHILA: perfil de la Asociación de Historiadores Latinoamericanistas Europeos (1969-2008)**. Colección Estudios de Historia Latinoamericana. Madrid; Frankfurt: Iberoamericana; Vervuert, 2008, p. 109-120.

GIRAUDO, Laura (coord.). **Historia de AHILA: perfil de la Asociación de Historiadores Latinoamericanistas Europeos (1969-2008)**. Colección Estudios de Historia Latinoamericana. Madrid; Frankfurt: Iberoamericana; Vervuert, 2008.

A biografia e a busca por uma dimensão individual da história

Biography and the struggle towards an individualist view of history

LORIGA, Sabina. *O pequeno x: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, 231 p.

Luzia Gabriele Maia Silva

luzia.gabriele@yahoo.com.br

Mestranda

Universidade Federal de Minas Gerais

Rua Tamoios, 695 - Centro

30120-050 - Belo Horizonte - MG

Brasil

Palavras-chave

Biografia; História; Historiografia.

Keywords

Biography; History; Historiography.

265

Recebido em: 10/1/2013

Aprovado em: 1/4/2013

A biografia suscita relevantes questões teórico-metodológicas para a História desde a constituição desta como disciplina no século XIX. No entanto, os tênues e conflituosos limiares que distinguem e aproximam esse gênero narrativo da história remontam à Antiguidade. Philippe Levillain destaca que a separação entre biografia e história é herança da historiografia grega. Os gregos associavam a história a uma narrativa da coletividade, mais compromissada com a verdade, enquanto atrelavam o estilo biográfico ao panegírico, discurso elogioso e poético empregado na exaltação de grandes heróis (LEVILLAIN 2003, p. 145).

A biografia, recursivamente, provoca incômodo entre historiadores mais céticos, que a criticam apontando seus problemas para o discurso historiográfico. As críticas recorrentes à biografia histórica englobam, principalmente, três aspectos desse estilo narrativo, classificados como negativos. Um primeiro seria a proximidade da biografia com a literatura que a afastaria de um compromisso com a verdade. Em segundo lugar, a associação da biografia – em decorrência de sua aplicabilidade à exaltação de heróis – à história política tradicional, focada na figura do grande homem. O terceiro aspecto remonta à crença de que as biografias levariam à valorização de análises individuais em detrimento de análises coletivas.

Tais críticas, entretanto, não impediram que a biografia tivesse seus defensores ao longo da história e voltasse a ganhar espaço entre pesquisas historiográficas, principalmente a partir dos anos 1980. Ao longo de séculos, reflexões ora associavam ora distinguiam a biografia de outros estilos narrativos, como o literário e o histórico. No seio dessas reflexões estava em voga o problema da verdade histórica para o discurso biográfico. Apesar desses “conflitos de confins”, muitos estudiosos, como Beda (no século VIII) e Thomas Stanley (no século XVII), vieram em defesa da legitimidade da biografia como texto histórico (LORIGA 2011, p. 35).

Desde o século XVIII a reflexão de biógrafos já apontava para a viabilidade de uma narrativa biográfica desprovida da noção de grandeza. Loriga esclarece que ainda no século XVIII biógrafos como Samuel Johnson e James Boswell, respectivamente, já reconheciam o valor das experiências comuns e se preocupavam “em mergulhar na intimidade doméstica a fim de captar o indivíduo privado de sua máscara social” (LORIGA 2011, p. 20). A nova história cultural veio provar a possibilidade e relevância de se retratar trajetórias de indivíduos que não estão ligados à vida pública. Estudos da microhistória italiana destacaram-se nesse sentido na década de 1980, pois davam espaço a personagens anônimos. Mostravam a plausibilidade de se apreciar a trajetória de vida de pessoas que não estavam ligadas à vida pública e, tampouco, à política. As biografias, que outrora serviam para enaltecer a figura de homens públicos, exaltando-os como heróis, agora retratam, cada vez mais, as pessoas comuns.

Além disso, muitos historiadores têm provado que o fato de se privilegiar a análise de uma trajetória de vida não implica a impossibilidade de retratar o contexto social geral no qual o indivíduo está inserido. Essa perspectiva enfatiza que a oposição entre singular e coletivo é inexistente. Segundo Giovanni Levi, a biografia demanda, sim, uma redução na escala de análise, mas isso não

significa que haverá com esse método incompatibilidade entre a história do indivíduo e a história da sociedade (LEVI 2006).

O pequeno X: da biografia à história, de Sabina Loriga, proporciona ao leitor o entendimento de como a valorização do caráter particular e único da história (conferido pela vivência pessoal de cada ser humano) – típica da biografia – foi sendo apropriada pelo discurso historiográfico. De forma clara e concisa, a autora conduz o leitor a conhecer os limiares da biografia, que a aproximam e separam de disciplinas como a literatura e a história. Para tanto, Loriga enfatiza discursos de estudiosos do século XIX – dentre eles, historiadores, um filósofo e um romancista – que defenderam a dimensão individual da história proposta pela biografia. Diretora de estudos na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* e responsável pelo *Atelier internacional de recherches sur les usages publics du passé*, Loriga possui vasta experiência em pesquisas sobre o método biográfico. Entre suas relevantes contribuições para a historiografia atual, encontram-se trabalhos sobre história e memória, a construção do tempo histórico, o uso público do passado e a relação entre a história e a biografia.

O livro aqui resenhado foi publicado em primeira edição na França em 2010, com o título *Le petit x: de la biographie à l'histoire*. No Brasil, *O pequeno X*, traduzido por Fernando Scheibe, integra a coleção História & Historiografia da editora Autêntica. Concebida por Johann Gustav Droysen (1808-1884), importante historiador alemão do século XIX, a expressão do “pequeno x”, que deu título ao livro, designa todas as idiosincrasias pertencentes ao indivíduo. Como explica Loriga

[...] se chamamos de *A* o gênio individual, a saber, tudo o que um homem é, possui e faz, então esse *A* é formado por $a + x$, em que *a* contém tudo o que lhe vem das circunstâncias externas, de seu país, de seu povo, de sua época, etc., e em que *x* representa sua contribuição pessoal, a obra de sua livre vontade (LORIGA 2011, p. 14).

Loriga inicia seu texto analisando os encontros e desencontros da biografia com a literatura. Segundo ela, ao longo do século XIX e no início do XX, a biografia era hostilizada no meio literário. Nesse contexto, a biografia literária era acusada de proferir um discurso falso, ser portadora de coerência excessiva e superficialidade (LORIGA 2011, p. 26). Para literatos e romancistas, a biografia era um gênero pouco estruturado e incapaz de fornecer compreensão da vida de um indivíduo.

A relação da biografia com a história também mostrou-se conflituosa por séculos. Um dos principais motivos para esses conflitos se refere à veracidade dos fatos, como já foi mencionado anteriormente. Além disso, a historiografia encarou com desconfiança a dimensão individual proposta pela biografia. Loriga salienta que o século XIX marcou a passagem de uma história plural (*die Geschichten*) para uma história única (*die Geschichte*). A história plural seria marcada pelas contribuições particulares, retrataria a vivência dos seres humanos, ressaltando sempre a importância dos mesmos enquanto sujeitos no processo histórico. Já a *die Geschichte* deixaria de lado as motivações pessoais para a constituição da

História. Motivada pela consolidação de bases científicas para a disciplina, a concepção de uma história única foi marcada pela uniformização dos eventos e eliminação das idiosincrasias. Conseqüentemente, verificou-se o ocultamento do indivíduo nas narrativas, enquanto surgiam inúmeros relatos sem sujeitos em livros de história (LORIGA 2011, p. 12). Não obstante, a análise do singular angariou a simpatia de alguns pensadores do século XIX.

Um desses foi o inglês Thomas Carlyle (1785-1881). Formado na Universidade de Edimburgo, se dedicou inicialmente à literatura e à filosofia. Carlyle viveu em um período no qual a Inglaterra se encontrava convulsionada por movimentos populares, o que, segundo Loriga, contribuiu para que o mesmo valorizasse a dimensão histórica da sociedade e abandonasse a ficção. O pensador inglês dedicou-se a partir de então às obras historiográficas, responsáveis por todo prestígio que ele angariou entre seus contemporâneos. Nesse contexto, produziu sua célebre *História da Revolução Francesa*, em 1837.

A autora analisa essa obra e constata que, para esse historiador, a sociedade agrega todas as contribuições individuais, como pensamentos, ações e emoções. Portanto, todas as particularidades de cada indivíduo são vistas como integrantes do processo histórico. Carlyle defendia o protagonismo dos grandes heróis da história, deixando transparecer em sua obra as inquietações epistemológicas que envolvem a figura do herói. Portanto, Carlyle integra a lista de pensadores estudados por Loriga a buscar o "pequeno x" na história.

268

Além de Carlyle, alguns historiadores alemães, que lutaram para o resgate da valorização do indivíduo e da história plural, foram considerados por Loriga. Tais historiadores fundaram uma tradição historiográfica que se opunha à tendência da filosofia da história em propor generalizações e leis gerais para história. Dentre esses pensadores, podemos citar Johann Gottfried Herder (1744-1803), que ressaltava a força das individualidades coletivas e Wilhelm Von Humboldt (1767-1835), que valorizava o conhecimento do indivíduo no mundo do saber. Loriga aponta que o indivíduo, para Humboldt, aparece como independente, insondável e portador de papel preponderante na História. Todavia, ela adverte que esse autor reconhece também a importância do contexto social para o estudo histórico. A importância da superfície social (contexto) para o entendimento da história também é valorizada por Johann Droysen. Para ele, o elemento singular (totalidades marginais) só pode ser entendido a partir da compreensão do centro determinante da totalidade (LORIGA 2011, p. 102).

Ao longo do século XIX, a historiografia alemã garantiu grandes contribuições para o método histórico (o *Methodenstreit*), problematizando a condição do indivíduo e a relação dele com o mundo. De acordo com Julio Benvivoglio, nesse momento, historiadores germânicos buscavam elevar o caráter científico da História, filiando-se a academias de ciências. Envolveram-se ainda em vários projetos para valorizar a história germânica, como o *Monumenta Germaniae Historica* e a criação do periódico *Historische Zeitschrift*, uma das primeiras revistas científicas de história, criada em 1859 (BENTIVOGLIO 2011, p. 84).

Nesse contexto, enquanto Humboldt apontava o ser humano como possuidor de um papel preponderante para história, Droysen defendia que a

história demanda, necessariamente, um sujeito, um eu, portador de memória. Tal visão contestava a existência de uma história natural, uma vez que só o ser humano teria história. O pequeno x de Droysen garantia assim o movimento da história e fazia com que o entendimento dessa disciplina se distanciasse de critérios aplicados às ciências objetivas. Para esse autor, tudo que incluiria o pensamento não poderia ser objetivo. Portanto, de acordo com esse historiador, a história recobre a superfície terrestre (natural) “com um estrato espiritual e ético, grava nela a marca do ser humano consciente” (apud LORIGA 2011, p. 99).

Guiados pelo debate proposto por Droysen e Humboldt, historiadores como Eduard Meyer (1855-1930), Otto Hintze (1861-1940) e Friedrich Meinecke (1862-1954), resgataram, na virada do século XX, a dimensão individual no *Methodenstreit*. Portanto, o pensamento desses estudiosos também foi contemplado no livro *O pequeno x*. Segundo a autora, o devir histórico de Meyer é marcado pelo acaso e pela livre vontade dos indivíduos que fazem a história, reforçando a ideia de inexistência de regras gerais para a história. A vontade e a conduta individual ganhavam relevância na perspectiva de Meyer, o que aproximava seu pensamento à ideia do pequeno x de Droysen. Para Meyer, o fazer historiográfico demandaria escolha de fatores determinantes de uma época. Portanto, a biografia exigiria também a escolha de personagens historicamente determinantes.

Na contracorrente da oposição entre o método histórico (individualizante) e a filosofia da história (globalizante), Wilhelm Dilthey (1833-1911) buscava “dar uma envergadura filosófica à reflexão da historiografia alemã do século XIX” (LORIGA 2011, p. 123). Para esse filósofo, existiria uma distinção transcendental entre história natural e história social. Segundo Loriga, “Dilthey emprega o termo “espírito” (*Geist*) para exaltar a capacidade criadora do ser humano” (LORIGA 2011, p. 125). Portanto, a história espiritual seria marcada por uma conexão dinâmica (*Wirkungszusammenhang*) ligada à vida psíquica e valorativa dos indivíduos. A vida psíquica, por sua vez, apareceria como uma unidade composta de lembranças e vivências acumuladas, gerando memória e esquecimento.

Dilthey concebia o indivíduo como um ser social e sociável, dependente de outros para existir e se realizar. A sociedade, por outro lado, seria composta de uma diversidade de individualidades, na qual a dimensão psíquica dos sujeitos apareceria com destaque. Esse autor negava a noção do pequeno x ao propor que as qualidades individuais da pessoa só se constituem em sua interação com a sociedade. As relações entre indivíduo e sociedade englobariam considerações tão amplas que escapavam ao entendimento biográfico, não sendo possível explicar o grupo a partir do indivíduo ou vice-versa. Ao se descrever uma vida, um autor não deveria fragmentá-la, e sim buscar entendê-la em sua totalidade a partir da conexão psíquica dominante no indivíduo.

De acordo com a autora, para Dilthey, qualquer indivíduo poderia ser biografado, mas a forma biográfica privilegiaria o grande homem, que teria experiências duráveis. Por muito tempo, esse filósofo acreditou que a compreensão da vida do indivíduo só seria possível ao se entender o horizonte

do outro, através da psicologia. Todavia, ao longo de sua vida foi rompendo com essa intuição psicológica, apontando que, para se compreender o outro, era preciso partir de sua interioridade, revelada pelos seus feitos e ações.

Loriga retrata ainda o pensamento do historiador da arte, Jacob Burckhardt (1818-1897). Esse também sobrepunha as particularidades individuais aos acontecimentos gerais, por acreditar que, se tratando de história, a verdadeira atividade se encontraria na intuição e no pensamento. Burckhardt não acreditava na existência de um método universal válido para o conhecimento histórico. Para ele, a narrativa historiográfica não deveria ser constituída a partir de fórmulas prontas, mas partiria da experiência pessoal de cada pesquisador. A perspectiva de Burckhardt valorizava a importância da imaginação para a história. Ele defendia que a imaginação poética da história não a relevaria a ficção, pelo contrário, viabilizaria a reflexão e a contemplação histórica.

Segundo Loriga, a obra de Burckhardt possui uma narrativa individualizante, que enfoca a contribuição das particularidades individuais no processo histórico. Com a defesa de uma perspectiva singular para a história, Burckhardt concebeu o conceito de homem patológico, que foge às regras dos personagens heroicos da história tradicional e do homem providencial da filosofia. Longe das características do grande homem, o principal personagem da história seria o homem comum, mortal, que partilha dos sofrimentos e ambições terrestres e, dentro de sua autonomia, se vê interligado aos demais indivíduos da sociedade. O homem patológico possuiria valor estético e moral, conferindo "vivacidade e movimento à cena histórica" (LORIGA 2011, p. 178). O método patológico de Burckhardt, segundo Loriga, teve sua origem na aceitação do sofrimento do homem comum e surgiu como oposição à teoria da perfectibilidade propagada por parte da filosofia. Burckhardt criticava a crença na plenitude humana e rompia com a ideia de progresso intelectual defendido por seus contemporâneos, que, para ele, não estava relacionado a qualquer tipo de progresso técnico adquirido pelas sociedades modernas (LORIGA 1998, p. 238).

Assim como o historiador da arte Burckhardt, também Léon Tolstói (1828-1910) critica a figura do herói tradicional. De acordo com Loriga, a principal obra do romancista, *Guerra e Paz*, condena a imoralidade do grande homem, que justifica os meios pelos fins. Os heróis do romancista são, antes de tudo, sujeitos morais, que reconhecem sua dependência coletiva e renunciam à glória por se verem como simples receptáculos dos anseios de uma nação. Para a autora, Tolstói analisava o passado esmiuçadamente e ressaltava que uma vida só tem sentido por ser uma partícula do todo (LORIGA 2011, p. 190).

Ao contrário do herói de Carlyle, o herói de Tolstói não cristaliza os anseios e características de toda uma época. A multiplicidade de memórias relativas à vida do herói impossibilita a compreensão de todos os fatos, restando apenas fragmentos dos acontecimentos. Desse modo, ninguém pode representar sozinho toda uma época, assim como não é possível para alguém compreender a complexidade que envolve um período histórico. Contudo, como aponta Loriga, Tolstói empreendeu a tentativa de acessar o passado ao retratar seus heróis, marcados pelas experiências sociais. A autora ressalta que o romancista

conseguiu certo sucesso com o dilema biográfico devido a três características de sua narrativa. Para ela, esse êxito foi possível “personalizando a ação, multiplicando os pontos de vista, e dando livre curso ao movimento contínuo dos indivíduos e das situações” (LORIGA 2011, p. 207).

A autora encerra o livro *O pequeno X* com reflexões acerca das contribuições historiográficas em defesa da dimensão individual da história. Para tanto, ela situa brevemente o leitor no debate contemporâneo sobre o assunto que, desde a década de 1980, vem angariando mais adeptos no meio acadêmico. O debate contemporâneo sobre o singular e sobre a biografia, segundo a autora, democratiza a história, trazendo novas possibilidades de heróis, que são agora personagens anônimos. Desse modo, a análise de Loriga estimula estudiosos das humanidades a valorizarem as singularidades do indivíduo no devir histórico e, sobretudo, auxiliam o homem comum a pensar o seu papel na história.

O livro de Sabina Loriga é um convite a pensar a condição do indivíduo, enquanto ser sociável e social, que contribui proficuamente na construção do processo histórico. Entretanto, as reflexões que *O pequeno x* possibilita vão além da dimensão individual do devir histórico. Proporcionando uma verdadeira viagem às perspectivas historiográficas do século XIX, o livro retrata considerações de importantes pensadores que nos permitem entrever as contribuições de outras áreas do conhecimento para se pensar a história e para se fazer a história.

Referências bibliográficas

- BENTIVOGLIO, Julio. *A Historische Zeitschrift* e a historiografia alemã do século XIX. **História da Historiografia**, n. 6, 2011, p. 81-101.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaina (org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, p. 167-182.
- _____. Sobre a micro-história. In: BURCKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992, p. 135-163.
- LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996, p. 148-149.
- LORIGA, Sabina. **O pequeno x: da biografia à história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- _____. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques. **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998, p. 225-247.

Texto e documento historiográfico

historiographical text
and document

O relato de um paradoxo: a verdade da ficção e a utilidade da história em um discurso de José da Cunha Brochado na Academia Real da História Portuguesa (1730)

Report on a paradox: the truth of fiction and the usefulness of history in a discourse by José da Cunha Brochado at the Academia Real da História Portuguesa (1730)

Pedro Telles da Silveira

doca.silveira@gmail.com

Mestre

Universidade Federal de Ouro Preto

Rua Novo Hamburgo, 238 - Passo d'Areia

90520-160 - Porto Alegre - RS

Brasil

Palavras-chave

Historiografia moderna; Ficção; Ceticismo.

Keywords

Early Modern Historiography; Fiction; Skepticism.

273

Recebido em: 25/9/2012

Aprovado em: 26/12/2012

As long as there's one person to believe it,
there's no story that can't be true.
Paul Auster

E se se dissesse que na história não é possível alcançar a verdade? E se se estendesse o argumento ao ponto de afirmar que essa mesma verdade é desnecessária à eficácia do discurso histórico? E caso se concluísse, então, que a historiografia goza do mesmo estatuto perante a verdade daquele da ficção, da fábula e da parábola? Essas e outras afirmações, que no panorama da escrita histórica das últimas décadas nos acostumamos a associar aos autores ligados ao *linguistic turn*, foram, na verdade, enunciadas em inícios do século XVIII. A ocasião? Um relato do andamento das pesquisas dos membros da Academia Real da História Portuguesa prestado em Lisboa, capital do Império lusitano.

O objetivo do presente texto é apresentar a comunicação lida por José da Cunha Brochado a seus colegas da Academia Real da História na conferência do dia 22 de setembro de 1730, destacando seus argumentos, sua importância no conjunto da reflexão elaborada pelos acadêmicos e alguns dos debates com os quais aquela comunicação se relaciona. Trata-se de um discurso acerca da impossibilidade de se alcançar a verdade na escrita da história – e de como, na opinião do autor, seria melhor à historiografia, caso deseje manter seus objetivos de instrução, abandonar a pretensão a um conhecimento factual e optar por uma verdade moral, daí o “paradoxo” assinalado pelo autor: a história é mais verdadeira quando não pretende contar a verdade. Como no debate contemporâneo, o questionamento dos limites entre a história e a ficção levanta o problema do ceticismo, isto é, da própria possibilidade de um conhecimento histórico capaz de responder aos anseios humanos.

274

Esta apresentação está dividida em três partes. Na primeira, indicarei algumas informações a respeito da vida do autor que ajudam a compreender sua importância, assim como seu papel na agremiação lisboeta. Num segundo momento, procurarei delinear alguns debates que ocorrem na Academia Real, em especial conforme ela passa da preparação para a edição de suas obras. Tentarei, portanto, contextualizar o discurso de Brochado no interior da própria academia para a qual foi lido. Por fim, buscarei detalhar seus argumentos e relacioná-los a alguns dos debates de sua época, em especial àqueles que dizem respeito às variantes do ceticismo histórico em um período marcado por grandes modificações na escrita histórica. O paradoxo trazido à tona por Brochado, portanto, não perdeu sua atualidade desde o momento em que ele surpreendeu seus colegas com seu persuasivo discurso: porque é tão difícil escrever uma história verdadeira? E porque é tão difícil aprender com a história?

Em torno ao autor

José da Cunha Brochado nasceu em Cascais, próximo a Lisboa, no dia 2 de abril de 1651. Seu pai, Antônio da Cunha da Fonseca, era administrador do Castelo de São Jorge. Como muitos de seus contemporâneos, Brochado recebeu educação jesuítica, todavia rejeitou o caminho paterno trocando as

armas pelas letras, formando-se em Cânones na Universidade de Coimbra. Em Lisboa, ingressa na magistratura, onde com a exceção de um pequeno incidente ele progride rapidamente na carreira, angariando um cargo no Desembargo do Paço. A trajetória de Brochado repete o percurso típico dos magistrados portugueses e dos funcionários da administração lusitana; seria apenas quando de seu ingresso na diplomacia que ele alcançaria destaque.

Em 1695, Brochado recebe a incumbência de acompanhar D. Luís Álvares de Castro em embaixada a Paris. Este último, nobre de linhagem antiga, Conde de Monsanto e 2º Marquês de Cascais, permanece na corte francesa até 1699, retornando a Lisboa. Com sua saída, Brochado assume as funções de enviado especial junto à corte do Rei Sol, onde permaneceria até 1704. Quando em Paris, o autor começa a escrever suas *Memórias*, pequenos apontamentos acerca de sua trajetória, sua convivência na França e os problemas portugueses. Embora publicadas postumamente, suas *Memórias* circulam em manuscrito e lhe granjeiam, já em vida, a fama de pensador.

De volta a Portugal, ele assume posto no Conselho da Fazenda em 1706 e, dois anos mais tarde, passa a fazer parte do Conselho da Rainha. A atividade como conselheiro, cada vez mais próximo aos círculos dirigentes portugueses, é interrompida em 1710, quando é enviado a Londres em missão diplomática. Brochado permanece na capital inglesa por cinco anos, retornando a Portugal apenas em 1715.

Contando com mais de setenta anos de idade, ele é apontado, em 1721, para ingressar na recém-criada Academia Real da História Portuguesa, onde lhe é indicada a tarefa de compilar os tratados diplomáticos celebrados por Portugal e escrever-lhes introduções históricas nas quais contextualizaria e problematizaria os mesmos. Brochado tem dificuldade – como veremos – em conseguir completar suas obrigações acadêmicas, ainda mais que em meados da década é designado para presidir as negociações para o casamento dos infantes de Portugal e Castela. Ele é bem-sucedido em sua missão, retomando as atividades na Academia Real em 1729. Na agremiação, o autor se dedica às tarefas de diretor e censor, além de tentar dar prosseguimento à compilação dos tratados portugueses. Esta tarefa é interrompida no dia 27 de setembro de 1733, quando falece após uma longa e ocupada vida.

Na historiografia portuguesa, a memória de José da Cunha Brochado está ligada à figura dos *estrangeirados*, indivíduos que saíram de Portugal e forneceram, por meio de seus escritos, uma espécie de espelho para os problemas enfrentados pela nação lusa. Sendo assim, Brochado é considerado um dos precursores do Esclarecimento em solo português (BROCHADO 1909; 1944; CUNHA 2001).¹ Não se trata de desmentir ou confirmar interpretações como estas, mas sim de compreender o que a trajetória do autor pode revelar acerca de sua atuação na Academia Real e do caráter desta mesma agremiação.

¹ Para além destas referências para a vida e a recepção da obra de José da Cunha Brochado, há também o livro de Maria Rosalino Pinto da Ponte Delgado, *José da Cunha Brochado (1651-1733): o homem e a sua época*, ao qual infelizmente não tive acesso.

Em seu estudo sobre a academia lisboeta, Isabel Ferreira da Mota distingue seus integrantes entre algumas classes, das quais se destacam os historiadores do *cursus honorum* e os *grandes amadores* (MOTA 2005, p. 140-141). Os primeiros seriam aqueles que têm a escrita como ocupação principal e que buscam, ao servir na Academia Real da História, aproximar-se das grandes personagens da nobreza lusitana, na tentativa de alcançarem um título nobiliárquico. Os *grandes amadores*, por sua vez, representariam os membros da mais alta camada aristocrática lusa, assim como os membros superiores do clero e do funcionalismo português. Segundo Isabel Mota, estes *amadores* “teriam escolhido a História como disciplina privilegiada porque a honra suprema era a integração e a direção da Academia Régia”, o que não lhes impedia de assumir “posições intelectuais mais avançadas e perigosas. Eles tinham muito menos a temer que os outros” (MOTA 2004, p. 152). Ao contrário de seus colegas do *cursus honorum*, os *amadores* frequentemente ocupavam os cargos de direção da agremiação lusitana; em compensação, passavam por dificuldades muito maiores no que toca a completarem suas tarefas, de modo que sua produção escrita, em comparação, é bastante reduzida. Esta dicotomia entre *amadores* e “profissionais” é representativa do estatuto ambíguo da Academia Real, que premiava ao mesmo tempo o mérito e o sangue – e pelo caráter do desafio lançado por José da Cunha Brochado a seus companheiros, pela escassez de sua produção acadêmica e pela gama de postos imperiais assumidos em vida, torna-se mais fácil compreender sua atuação se o considerarmos como um dos membros deste simultaneamente avançado e arcaico grupo de *grandes amadores*.

276

A Academia Real dez anos após sua fundação

A Academia Real da História Portuguesa celebrou sua primeira conferência no dia 8 de dezembro de 1720. Antes disso, o clérigo Manuel Caetano de Sousa, ao retornar de uma viagem pela Itália, propusera ao monarca D. João V a reunião de eminentes letrados do Reino tendo em vista a composição de uma grande história eclesiástica de Portugal, a *Lusitania Sacra* (CDMARHP,² “Proposição da Academia da História Eclesiástica de Portugal”, 1721, p. 2). O monarca não apenas abraça a ideia como sugere a expansão para toda uma academia, composta por cinquenta membros, dedicada ao estudo da história portuguesa e à composição, ao cabo, tanto de uma história eclesiástica quanto de uma história secular em língua latina. Os cinquenta acadêmicos seriam governados por um secretário perpétuo (o próprio Manuel Caetano de Sousa) e regidos por uma junta de quatro censores; as reuniões teriam um diretor, seriam realizadas quinzenalmente, aos domingos, e em cada uma delas quatro acadêmicos prestariam contas do andamento de seus estudos.

Com incomparável vigor, a agremiação lisboeta conseguiu manter a regularidade de suas reuniões por mais de uma década, conforme atestam os dezesseis volumes

² As referências às *Coleções de Documentos, Memórias e Estatutos da Academia Real da História Portuguesa* são indicadas, por motivos de espaço, sob a abreviação CDMARHP, acompanhada do título do documento ou, quando se tratar de conferência acadêmica, da data de sua realização, seguido do ano e do número de página, quando o houver.

anuais de suas coleções de documentos e memórias. Perto de completar seu décimo ano de vida, entretanto, a Academia encontrava-se simultaneamente na posição de editar os primeiros resultados de suas investigações e de encontrar-se frente a frente com dúvidas e incertezas que terminariam, por fim, por minar suas pretensões. É nessa situação que encontramos o discurso de José da Cunha Brochado.

Embora a composição final em latim das duas histórias, a eclesiástica e a secular, fosse uma tarefa individual, ambas as obras seriam o resultado do labor coletivo de todos os acadêmicos. Para isso, distribuiu-se entre os agremiados um conjunto de temas que eles deveriam explorar em suas *memórias históricas*.³ As *memórias* eram obras nas quais os pontos duvidosos, as opiniões divergentes e os fatos incertos seriam elencados e debatidos, tendo em vista o preenchimento das lacunas da historiografia portuguesa. As *memórias* funcionam como uma espécie de escrita propedêutica à composição final de uma *história*, sendo desenvolvidas através do trabalho de pesquisa e investigação erudita. Como afirma Fernão Telles da Silva na conferência de 28 de agosto de 1721,

[...] a composição de memórias permite disputas de origens de nomes, questões, e provas de fatos duvidosos, dissertações, e discursos, que não se admitem na narração histórica de vidas dos Reis, Príncipes, Prelados, e Varões insignes (CDMARHP 28/08/1721, p. XI-XII).

A existência de um gênero como o das *memórias* aponta para a cisão entre pesquisa e narrativa que é representativa da historiografia da Idade Moderna, desde a diferenciação entre o antiquário e o historiador, passando pelo juriconsulto, e chegando até o filósofo, no outro extremo desta distinção, em finais do século XVIII, frente ao historiador erudito. Os pontos de contato entre os dois gêneros, entretanto, indicam a existência de uma tensão – e não necessariamente uma rejeição – entre uma e outra forma historiográfica. Mais importante ainda, esta tensão revela que a historiografia era praticada, no período, sob formas que não cabem adequadamente na designação *historiador*. As tarefas ligadas à historiografia poderiam ser, por exemplo, as de compor uma narrativa histórica, produzir um resumo de uma obra maior, pesquisar em arquivo, produzir dissertações ou trabalhos monográficos, julgar outras obras, entre outras. Esta essencial incongruência entre a atuação disciplinar atual da historiografia e sua contraparte no começo da modernidade demonstra que essas diferentes funções eram combinadas de autor a autor e de momento a momento. Não por acaso a composição das *memórias* trazia tantos problemas à identidade da empresa historiográfica – questão candente que José da Cunha Brochado tentará a seu modo responder.

Era ponto pacífico que a escrita de *memórias* era muito distinta da composição de *histórias*. Como afirmou o acadêmico Manuel Pereira da Silva Leal, “Todos os

³ As *memórias históricas* compartilham com o gênero das *memórias* o caráter propedêutico à história, todavia enquanto estas se fazem pela experiência pessoal do narrador, aquelas se resolvem por recurso à erudição e tratam de matérias que escapam ao alcance cronológico do narrador. As *memórias históricas* encontram seu precursor, ao menos para os membros da Academia Real, no erudito francês Sebastien Le Nain de Tillemont (1637-1698). José da Cunha Brochado foi autor de *memórias* no segundo sentido.

preceitos, que os antigos, e modernos, com trabalho, e erudição juntaram, e procuraram reduzir a método, se devem observar inviolavelmente nas Memórias”,

acrescendo a seu Autor, além do inexplicável trabalho de juntá-las, a obrigação de examinar os fatos controversos, ponderar, e referir os fundamentos das opiniões, que achou, e declarar o juízo, que fez sobre eles; ao mesmo tempo que o Historiador refere, sem ser obrigado a dar razão do seu dito: só da ligadura do estilo seguido sem interrupção, está dispensado (SILVA LEAL 1729, p. VII-VIII).

Apesar da clareza da distinção elaborada pelo autor, restava como problema o próprio papel do historiador ou *memorista* no momento de sua escrita: deveria ele pesar os argumentos dos diferentes autores e oferecer uma solução própria ou apenas elencar as respostas dadas anteriormente, deixando ao arbítrio do leitor – que, no caso, seria um historiador visando a composição de uma história – a escolha daquela que lhe parecesse a mais correta? A questão pareceria bizantina caso não tocasse justamente no ponto no qual, nas *memórias*, cruzavam-se a pesquisa e a escrita históricas. A seguinte passagem, escrita pelo Frei Lucas de Santa Catarina, revela a dimensão do problema:

Quanto à verdade, escrevo o que acho nas Histórias, especialmente nas nossas, ainda que tão disperso, e tão recopilado, que ainda olhando (como último arrimo) para aqueles antigos Escritores, antes tenho que lhe culpar os descuidos, que agradecer-lhe de documentos (SANTA CATARINA 1734, p. VIII, grifos meus).

278

Ou seja, o procedimento do frade lusitano consiste mais na cópia de diferentes autores do que na descoberta de documentos em arquivos; do mesmo modo, sua escrita se ordena mais pela tentativa de elencar opiniões do que efetivamente debatê-las e debelar falsas interpretações. O trabalho do *memorista* aproxima-se, em sua opinião, daquele do compilador. Surge outro paradoxo decorrente da situação específica da historiografia na Idade Moderna: se o *memorista* era um compilador, afastava-se da imagem do historiador, a qual estava ligada à composição de uma narrativa nova; porém conforme ele não oferecesse julgamentos, aproximava-se novamente deste historiador, preocupado apenas com a “ligadura” do estilo.

Esta dicotomia de fundo está presente no parecer dado por José da Cunha Brochado acerca da alcunha de cruel ou justo a ser aplicada ao rei D. Pedro I pelo colega acadêmico Frei Bernardo de Castello Branco. Segundo o diplomata português, “me parece, que este caráter, ou imagem, [...] devem constituí-lo, e formá-lo as mesmas ações do Príncipe, e não a reflexão do Escritor”, pois

Não é necessário por Lei precisa da História, que o Historiador se antecipe com reflexões, deve contentar-se com escrever coisas, como elas passaram, sem se intrometer a julgar delas; deixe ao seu Leitor o juízo livre sem o prevenir com invectivas, ou com apologias a tomar um, ou outro partido. Pouco, ou nada se deve achar na história, que venha do Autor (CDMARHP, “Parecer do Acadêmico José da Cunha Brochado”, 1722, p. VII-VIII).

Brochado deixa transparecer a partir de seu parecer que ele compreende a historiografia como uma narração o mais límpida, clara e contínua possível, de preferência sem interrupções acrescentadas pela presença do historiador em seu discurso. Percebe-se desde já que ele compartilha uma concepção tradicional da história, uma associada à narração e à instrução. O desafio colocado pelas *memórias* e pela erudição, entretanto, exige cada vez mais que o escritor se torne presente em seu discurso como árbitro entre opiniões divergentes. Surge, então, mais um questionamento: se o historiador não deve fazer juízos, como lidar com autores e textos que omitem, mentem ou, mais simplesmente, apenas tomam partido contrário à posição a ser defendida pelos integrantes da Academia Real? De que maneira é possível saber se se pode confiar nos autores?

Este problema acaba por assolar o trabalho de José da Cunha Brochado em sua integridade. Em sua primeira conta de estudos, datada de 22 de outubro de 1722, ele justifica o atraso no início de seu trabalho pela "igual dificuldade em descobrir os originais, e cópias autênticas, de que ela se deve compor, que em descrever, e conciliar depois a sua decência, e a sua importância" (CDMARHP 22/10/1722, p. I); o acadêmico reconhece, contudo, que mesmo os tratados originais não são de toda valia:

Destes tratados, e convenções públicas não há ordinariamente mais que umas noções gerais, e diminutas. [...] Alguns dos que se empregaram nelas, e que aprenderam utilmente esta ciência na sua mesma prática, [...] escreveram miudamente toda a história do Congresso, em que assistiram, mas com tanta dissimulação, e com tanto artifício, que mais parece que nos ostentam a honra das suas negociações, que nos comunicam o fruto das suas experiências (CDMARHP 22/10/1722, p. II).

279

Nesta passagem, onde se conjugam a utilidade do trabalho historiográfico com a dificuldade de acessar a verdade histórica através das fontes, o acadêmico dá vazão a problema que ganharia amplo destaque em seu posterior discurso. No ano seguinte, em 13 de maio de 1723, Brochado repete a conta de seus estudos, afirmando que "As Leis severas, que deve observar um fiel Historiador, ou Comentador, não compreendem a obra, de que estou encarregado" (CDMARHP 13/05/1723, p. 101). Em agosto do mesmo ano, em reunião à qual não pode comparecer, leu-se seu depoimento, no qual argumentava que

A conta mais específica, e mais da minha obrigação seria ler agora alguns tratados antigos, cuja leitura nem é agradável pela matéria, nem pelo estilo; e menos seria útil, sem as disposições instrutivas para a sua inteligência. É de toda a história a parte menos atraente, serve mais para a instrução, e uso do ministério, que para aparato, e estudo das belas letras (CDMARHP 05/08/1723, p. 242).

Ao longo destas citações, percebe-se que muitas das dificuldades encontradas pelo autor advêm de sua tentativa de manter a *história* unificada enquanto uma narrativa de instrução moral pública, parte do ordenamento retórico das *Belas Letras*. A erudição, entretanto, colocava exigências cada vez

maiores para a determinação da verdade do discurso histórico; como afirma o Marquês de Valença na conferência de 4 de janeiro de 1731:

Se a principal obrigação do Historiador é referir os sucessos com a verdade mais pura, é a principal obrigação do Historiador resolver os pontos duvidosos da História, porque onde há dúvidas, e opiniões, não há certeza da verdade: [...] como pode o Sábio, ou o Historiador, que são sinônimos, deixar de opinar, senão resolver? (CDMARHP 04/01/1731, p. 2-3).

Por outro lado, a erudição não consegue transpor o limite que separa a investigação da narrativa histórica, preservando a concepção da própria separação entre estes dois momentos da prática historiográfica. Quanto a Brochado, ele simplesmente não parece talhado para a prática erudita e para o novo gênero das *memórias históricas* de que é encarregado – curiosamente, seria sua própria dificuldade em lidar com estas novas exigências que o levariam a adotar uma posição tão heterodoxa a respeito do caráter do discurso histórico no que toca à sua pretensão de verdade.

Chegado o momento de maturar os primeiros frutos da seara acadêmica, o otimismo das primeiras reuniões começa a ser substituído por dúvidas e escolhas cada vez mais pessoais. Em 1729, José do Couto Pestana assevera que

Nem tinha por maior cortesia crer, o que um Autor diz sem transcrever documentos, com o que prove, do que dar crédito aos documentos, que o outro transcreve, [...] e que contudo talvez era preciso refutar alguma opinião, e talvez todas, abrindo novo caminho para descobrir a verdade, não menos escondida no silêncio dos séculos, que nas vozes da sutileza, que inculca as aparências como realidades (CDMARHP 05/05/1729, p. 3).

280

Ou seja, a transcrição de documentos é elemento necessário para a crença em determinado autor, porém não é suficiente. Esse “esvaziamento” do documento lhe faz ceder espaço frente à cada vez mais presente argumentação autoral, porém mesmo esta não é parâmetro suficiente para alcançar a certeza do conhecimento histórico:

Se eu escrever sem outros documentos, que os escritos, que se acham impressos, toda a prova, com que poderei qualificar a opinião, que seguir, a respeito dos sucessos, sobre os quais dissentem os Historiadores, *será o melhor conceito, que eu forme do Escritor, ou Escritores, que eu aprovar*; e deve consistir necessariamente na consideração do tempo, em que escreveram, dos empregos, que tiveram, da imparcialidade, que se percebe na forma, com que se referem, e nas mais razões, porque se estabelece a boa opinião dos Historiadores. *Porém isto não será bastante, para que os fatos, que se acham duvidosos pela contrariedade dos referimentos, deixem de ficar da mesma sorte duvidosos, consistindo toda a prova da opinião que eu aprovar, na debilidade do meu discurso, e penetração, que parecerá grosseira, aos que se não acomodarem ao meu sentimento* (CDMARHP 04/04/1731, p. 10-11, grifos meus).

O amplo conjunto de questionamentos colocados em pauta pelos membros da Academia Real da História demonstra a vitalidade de suas discussões.

Também revelam o surgimento de problemas, na verdade, insolúveis, ou aos quais os acadêmicos – assim como os demais historiadores de sua época – não têm como contornar com segurança até que transformações diversas no próprio exercício da historiografia surjam – entre elas, a criação de um ambiente disciplinar e a eleição do documento como fiador do discurso historiográfico. Ante essa situação, os acadêmicos têm de se haver com o caráter transitório de suas próprias palavras. O texto de José da Cunha Brochado que analisaremos a seguir é sintoma desta encruzilhada das reflexões acadêmicas, pois ele aponta simultaneamente para seu passado e seu futuro.

O paradoxo dissecado

Pode-se dividir o discurso aqui estudado em três partes. Na primeira, que serve de próêmio ao relato, o autor apresenta o problema que o persegue, assim como introduz algumas concepções preliminares acerca do que seja história e verdade. Em seguida, ele passa a explorar as causas pelas quais as histórias são pouco confiáveis, passando das mais gerais às particulares de cada autor. Esta seção ocupa a maior parte do texto. Por fim, após concluir pela virtual impossibilidade de uma história verdadeira, ele desenvolve a ideia que o orienta desde o início: a maior utilidade e facilidade da fábula para alcançar a verdade moral.

O autor enuncia logo de saída a questão que lhe preocupa, qual seja, “parece que na História não há verdade, ou que a verdade não é necessária na História” (CDMARHP 22/09/1730, p. 1). A formulação esconde dois problemas. Primeiro, por que a história não consegue alcançar a verdade? Segundo, por que a verdade, da forma como usualmente é o objetivo do historiador, torna-se, ao cabo, desnecessária? As duas seções restantes das quais se compõe o texto se ocupam, respectivamente, da tentativa de encontrar respostas a estas perguntas.

É importante passarmos em revista algumas definições adotadas por Brochado a respeito de seus objetos, de modo a compreender algumas de suas leituras e quais são seus interlocutores. A primeira dessas definições é a de história. Ele recorre ao polímata neerlandês Gerardus Joannis Vossius (1577-1649), autor de uma *Ars historica* publicada em 1623. Com base neste escritor, Brochado afirma que se a história é arte, então se define como “narração das coisas passadas com louvor ou vitupério”, porém se a história é ciência, então se constitui enquanto “conhecimento dos particulares, dos quais a conservação da memória é útil a uma vida boa e piedosa” (CDMARHP 22/09/1730, p. 2). O que essas duas concepções demonstram a respeito do próprio entendimento de Brochado acerca da história?

A *ars historica* de Vossius pertence a uma última leva de escritos que levam este nome (outro representante é o *Dell'Arte Istoricca*, de Agostino Mascardi, publicado em 1636). Este gênero alcançou sua maior popularidade no século XVI, quando desenvolveu uma aguda reflexão sobre a leitura da história e as condições para a confiabilidade do discurso histórico. No século XVII, contudo, estes escritos reforçam o enquadramento da história enquanto um gênero retórico-discursivo, centrando-se nos elementos de

composição de uma boa história (GRAFTON 2007; MORAES JÚNIOR 2010; NICOLAZZI 2011). Vossius combina ambas as preocupações, definindo a história simultaneamente como uma narrativa literária e como uma atividade do conhecimento, porém o saber obtido por meio dela não pode alcançar o mesmo grau daquele derivado da *scientia*, a qual trata do que é necessário a partir de causas evidentes.⁴ Em ambos os casos, portanto, a história encontra-se um grau aquém da certeza e da verdade.

Como se não bastasse, há a própria (in)determinação da verdade. A verdade é naturalmente elusiva aos intentos humanos de conhecê-la e o caráter temporal, distanciado e humano da história não contribui para a reversão deste quadro. Logo, as pretensões da história ao conhecimento podem ser condenadas já que “Não sabemos por nós o que somos, e queremos saber por ela o que temos sido” (CDMARHP 22/09/1730, p. 2). A história, narrativa moral e conhecimento particular; a verdade, inacessível aos olhos dos homens. Tem-se agora meios de compreender porque é tão difícil conjugar história e verdade.

Brochado começa a segunda parte de seu discurso com uma afirmação geral: os historiadores se fundam, diz ele, “sobre acepções incertas, e vulgares, memórias defeituosas, e conjecturas atrevidas, de sorte, que não há Historiador profano, que não necessite de apologista sobre a sua verdade” (CDMARHP 22/09/1730, p. 2-3). Além disso, “Quando um Historiador empreender escrever uma História, protesta logo sobre a sua verdade” (CDMARHP 22/09/1730, p. 3). Em suma, o historiador se vale de testemunhos incertos e mune-se de seu próprio engenho para constituir e defender uma empreitada que, no fim, só se torna crível com base em sua própria autoridade. A credibilidade do discurso histórico está, dessa forma, em função direta da credibilidade do próprio historiador.

Para sua crítica, o acadêmico se vale de René Rapin (1621-1687), autor de um pequeno tratado intitulado *Instructions pour l'histoire*, editado em 1686. A referência a Rapin não é gratuita, pois além deste tratado, ele também compôs uma obra intitulada *Reflexions sur la philosophie ancienne et moderne* (1677). Com esta obra, o abade francês se juntou a um pequeno grupo de escritores – sobretudo franceses – que procurava reagir à filosofia cartesiana retomando a tradição do ceticismo acadêmico preservada nos trabalhos de Cícero (*Academica, De natura deorum*), Lucrécio e no *Contra Academicos*, de Agostinho. O uso que René Descartes fizera da dúvida como caminho do conhecimento suscitara um grande interesse pelo ceticismo; estes autores, entretanto, opunham-se à pretensão cartesiana de alcançar um conhecimento das causas e essências através do novo método de filosofar por ele proposta, assim como rejeitavam a redução da alma humana à faculdade intelectual, o *cogito* (MAIA NETO 1997, p. 203). A posição acadêmica cristalizava-se na condenação da evidência empírica ao campo da opinião, de modo que todo conhecimento assim obtido é apenas provável ou verossímil. Não tardaremos a ver que esta é a opinião esposada por Brochado.

⁴ “Logo a História versa sobre as coisas contingentes, as quais são todas noções secundárias & ações humanas, cuja preservação produz história; enquanto a ciência é das coisas necessárias; como Duns Scotus a definira, conhecimento certo de coisas necessárias, produzidas a partir de causas evidentes, com aplicação do entendimento às coisas cognoscíveis para força e benefício do raciocínio” (VOSSII 1653, p. 15).

Torna-se importante distinguir entre a corrente cética acadêmica e a pirrônica, especialmente porque o debate historiográfico recente costuma confundir ceticismo e pirronismo. A tradição pirrônica foi retomada por volta da mesma época com a tradução dos tratados de Sextus Empiricus, filósofo do século II d.C., principal fonte para o conhecimento desta vertente filosófica antiga. Enquanto o ceticismo acadêmico preservava a essência de uma verdade cognoscível porém impossível de ser penetrada pelo intelecto humano, de modo que existiriam tantas verdades quanto sujeitos, o pirronismo advogava a suspensão de qualquer juízo afirmativo a respeito da realidade (*épokhe*) levando a um estado de equilíbrio (*ataraxia*) (POPKIN 2000, p. 16). A dúvida pirrônica era muito mais poderosa que a acadêmica, porém esta se adequava mais àquele grupo de autores – como Rapin – que pretendiam preservar a validade de um conhecimento divino inacessível aos humanos. Esta epistemologia, de base jesuítica, encontra-se também em José da Cunha Brochado, procedendo a uma fusão entre as duas correntes céticas na qual a dianteira continua sendo a do academicismo.

O debate acerca do pirronismo histórico na Idade Moderna centra-se sobretudo no campo da história antiga. Na França, o debate se inicia com o *Jugement sur les anciens et principaux historiens grecs et latins* (1646) e, vinte anos depois, se intensifica com o opúsculo *Du peu de certitude qu'il y a en histoire* (1668), ambos escritos por François de La Mothe Le Vayer (1588-1672), continuando na Académie des Inscriptions et Belles-Lettres na primeira metade do século XVIII. Um eco desses debates é encontrado no texto de Brochado, quando ele procede à relativização de toda evidência historiográfica antiga: "Uns, e outros documentos, que hoje são antigos, e que também foram modernos, se escreveram, e compilaram por homens possuídos então dos mesmos afetos, e com a mesma suspeita" (*CDMARHP* 22/09/1730, p. 3). Ainda assim, se por um lado o autor afirma a impossibilidade da verdade na história, ele estabelece, por outro lado, que é apenas uma espécie de verdade – a factual, que seria captada pelos sentidos – que normalmente escapa ao discurso histórico. Da mesma forma, pode-se concluir, o saber sobre o passado particular é possível, desde que não se confunda com o conhecimento geral de uma *vera scientia*. Nesse sentido, no relato de José da Cunha Brochado, trata-se de mobilizar uma forma de ceticismo (o acadêmico) para combater a ameaça de outro (o pirrônico) e sua desconfiança de qualquer certeza. Brochado se vale do ceticismo para abrir brechas à verossimilhança do discurso histórico.

Essa discussão deixa sua marca sobre todo o texto, todavia o diplomata português elenca outros critérios de qualificação de um bom historiador. Estes critérios – estilo, clareza, disposição do relato, capacidade judicativa – não incidem, porém, sobre a relação entre história e verdade. A história é um discurso moral de grande valor, mas a discordância seja factual, seja entre os próprios historiadores, acaba por minar suas mais nobres pretensões.

Com isso, Brochado passa a individuar as histórias e os historiadores de acordo com sua dificuldade em produzir um discurso verdadeiro. A cronologia e a geografia, em primeiro lugar, consideradas os dois olhos da história, passam por seu escrutínio (*CDMARHP* 22/09/1730, p. 6). Em seguida, ele procede ao exame das tradições que contam a origem das monarquias.

Assírios, persas, gregos e romanos têm em comum histórias fabulosas ou inverossímeis que relatam seu passado; sendo assim, até mesmo os fundamentos destas veneráveis instituições se perde nas brumas do passado (*CDMARHP* 22/09/1730, p. 6-9).

Os historiadores também não são perdoados por Brochado. Homero, Heródoto, Tucídides, Dion Cássio, Diodoro Sículo, Xenofonte, entre os gregos; Fábio Píctor, Tito Lívio, Júlio César, Patérculo, Quinto Cúrcio e Tácito, entre os latinos, assim como os modernos, todos eles pecam por dar vazão a suas opiniões pessoais, escrever louvores e estarem suscetíveis à inverossimilhança. A causa destes erros é, na verdade, sempre a mesma: a propensão dos historiadores à adulação e à parcialidade (*CDMARHP* 22/09/1730, p. 11). Este argumento, que remonta tanto a Cícero – uma vez que estes autores desrespeitam as leis da história –⁵ quanto a Luciano, sofre uma reviravolta conforme o relato de José da Cunha Brochado rumo para sua conclusão.

Para o acadêmico, “Se pois parece, que não há verdade na História, não será difícil imaginar, que para o fim da História não é necessária a verdade” (*CDMARHP* 22/09/1730, p. 14). Como compreender uma afirmação dessas, ainda mais quando ela é enunciada numa agremiação dedicada ao conhecimento histórico? O caminho é entender como a fábula pode ser a tábua de salvação do discurso historiográfico.

Segundo o diplomata português, há duas espécies de verdade. Uma espécie é a que indica a concordância das palavras aos conceitos, engendrando um discurso sincero; a outra se revela quando há conformidade entre as palavras e as coisas, gerando um discurso verdadeiro ou verossímil. Como a verdade não nos é um dado imediato, ela só pode ser acessada conceitualmente através de um discurso adequado. Não há como apreender a realidade histórica a não ser indiretamente – logo, se a historiografia pretende ser verdadeira, só pode sê-lo de modo aproximativo. Esta verdade, estabelecida na mediação entre discurso e realidade, é a que instrui.

Brochado baseia sua argumentação na *Cosmologia Sacra* (1701), escrita pelo botânico inglês Nehemiah Grew (1641-1712). Ele provavelmente travou contato com esta obra durante sua estada inglesa e ela serve aos seus propósitos, pois, procurando estabelecer as bases do conhecimento da natureza, Grew sustenta que, se o mundo foi criado por vontade divina, ele não pode existir por moto próprio tampouco ser eterno ou infinito. Aos nossos olhos, porém, ele é indefinido, pois não se pode medir com precisão um efeito a partir de uma causa infinita, que é Deus (GREW 1701, p. 6). Há uma decalagem entre as formas de conhecimento que se combina com a do ceticismo acadêmico, utilizada por Brochado para salvaguardar a proeminência divina sobre o saber humano. Além disso, a obra de Grew permite ao acadêmico distinguir entre percepção, imaginação e intelecção – distinção com a qual Brochado encontra interlocutores portugueses para sua proposta.

⁵ “De fato, quem ignora que a primeira lei da história é não ousar dizer algo de falso? Em seguida, ousar dizer algo de verdadeiro? Não haver suspeita de favorecimento na escrita? Ou de ressentimento?” (CÍCERO II, 63, 206).

Em 1717, Francisco Leitão Ferreira (1667-1735), colega de Brochado na Academia Real, publica a primeira parte de sua *Nova Arte de Conceitos*, resultado das conferências celebradas pela Academia dos Anônimos em Lisboa. A obra apresenta uma dupla categorização dos sentidos humanos. Eles podem ser exteriores – visão, audição, olfato, tato e paladar – ou interiores – sentido comum, fantasia, imaginação, estimacão e memória. Estas duas classes de sentido concorrem para a criação de uma terceira categoria, a intelectual ou conceitual. Dessa interação é criada uma *ideia*, de modo que “o conceituar seja um fingir, ou fazer imagens intrínsecas, & insensíveis dos objetos sensíveis” (FERREIRA 1717, p. 51). Conceituar é fingir porque significa criar imagens não existentes na natureza – e o modo de comunicá-las é pelo discurso, que lhes deve ser conforme. A natureza do discurso é, por assim dizer, *ficcional*, no sentido de algo criado que não possui existência independente da vontade humana. O entendimento é resultado de um ato intelectual capaz de desvelar a essência incorpórea da realidade. Essência esta que, na verdade, existe apenas como resultado do próprio intelecto, já que o homem é incapaz de penetrá-la por seus sentidos, algo que seria apanágio de Deus. E, como conclui Brochado, “Se a verdade pois é uma consequência da coisa com o entendimento [...] neste sentido toda a verdade instrutiva consiste menos na existência das coisas, que na sua verossimilhança”, de modo que a “parábola pode entrar de igual passo com as Histórias, para o nosso ensino, e para a nossa cautela” (CDMARHP 22/09/1730, p. 15).

O que se segue, até o final do texto, é uma listagem das obras fabulosas, isto é, ficcionais, que servem à instrução. O interessante é resumir o movimento de Brochado neste discurso. De um lado, ele parte de um conceito de história como narração que visa à instrução moral e ao conhecimento das coisas incertas que lhe possibilita realizar um desvio cético que retira da história a impossível verdade factual. Este desvio, entretanto, serve apenas para reforçar o aspecto moral da narrativa histórica – aliás, de qualquer narrativa. Segundo a concepção de discurso esposada por Brochado, este somente atinge eficácia se substitui sua pretensão de alcançar a realidade pela de encontrar uma verdade consoante com a adequação entre o dado sensível e a palavra. Toda verdade é uma verdade moral. E é apenas porque mobiliza um conceito tão tradicional de história que Brochado consegue igualá-la à ficção. Por outro lado, há um claro limite às pretensões da ficção, pois se esta tem de instruir assim como faz a história, ela também tem de estar sujeita à verossimilhança e à moralidade. A fábula ganha em relação à história por não depender da errônea percepção sensorial intrínseca ao ser humano, todavia a permissividade com relação ao conceito de história redundava em um claro interdito à ficcionalidade. Não por acaso, a forma de ficção privilegiada pelo diplomata é a parábola, que instrui por ser verossímil e é verossímil porque instrui.

285

Conclusão

Em 1974, Hayden White cunhou sentença que carregaria muito de sua fama pelas décadas e debates seguintes. Em “O texto histórico como artefato literário”, o crítico e historiador norte-americano defendia que as narrativas

históricas são “ficções verbais cujos conteúdos são tanto *inventados* quanto *descobertos* e cujas formas têm mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com seus correspondentes nas ciências” (WHITE 2001, p. 98). A frase chama atenção para a natureza essencialmente *poética* do discurso historiográfico, resultado, como ele afirmara na longa introdução a sua obra mais famosa, *Metahistória*, de uma “tentativa de mediação entre o que eu chamarei de *campo histórico*, o *registro histórico* não processado, *outros relatos históricos* e *um público*” (WHITE 2008, p. 21). Nas décadas seguintes, ambas as afirmações foram diversamente discutidas – e, muitas vezes, levadas a afirmações mais radicais acerca do relacionamento entre a construção do discurso histórico, um público e sua possível referencialidade –, todavia muito do debate acabou por manter a crença de que os condicionantes textuais são mais um empecilho a uma visão translúcida da verdade do que a condição intransponível para a confecção de um texto historiográfico crível (COSTA LIMA 2006, p. 37).

Não temos meios de discutir em detalhes a relação entre o *linguistic turn* e a escrita da história nas últimas quatro décadas, porém podemos destacar que o relato de José da Cunha Brochado somente alcança sua – sempre limitada – eficácia ao articular uma teoria do discurso histórico a uma teoria da linguagem chegando à problematização da ficção. Nesse sentido, ele articula as três pontas (história, ficção e epistemologia) que frequentemente são desassociadas ao se defender tal ou qual concepção de história sobre as demais. O discurso de Brochado também ajuda a revelar a intensidade dos debates em uma agremiação – a Academia Real da História Portuguesa – e em uma historiografia no geral, a portuguesa, que por muito tempo se acreditou estar alheia à reflexão teórica. Essa reflexão acaba por tocar no ponto central que não se alterou desde que a historiografia fez seu primeiro surgimento: “não tendo um objeto próprio – como o têm as ciências particulares –, a história necessita partir da aporia da verdade. Sem essa aporia seu jogo não funciona” (COSTA LIMA 2006, p. 82). O discurso aqui analisado se encontra em um determinado momento desta aporia e nos permite reformular a pergunta inicial que conduziu ao paradoxo: por que é tão difícil acreditar na história?

286

Referências bibliográficas

BROCHADO, José da Cunha. **Cartas**. Lisboa: Sá da Costa, 1944.

_____. **Memórias de José da Cunha Brochado extraídas das suas obras inéditas**. Coimbra: França Amado, 1909.

CÍCERO, De Oratore. In: SCATOLIN, Adriano. **A invenção no Do Orador de Cícero**: um estudo à luz de *Ad Familiares* I, 9, 23. São Paulo: FFLCH/USP, 2009, tese de doutoramento.

COLEÇÃO dos documentos, Estatutos e Memórias da Academia Real da História Portuguesa. Lisboa Ocidental: Oficina de Pascoal da Silva. Volumes referentes aos anos de 1721, 1722, 1723, 1729 e 1731.

COSTA LIMA, Luiz. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

- CUNHA, Norberto Ferreira da. A ilustração de José da Cunha Brochado. In: _____. **Elites e acadêmicos na cultura portuguesa setecentista**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2001, p. 49-79.
- DELGADO, Maria Rosalino Pinto da Ponte. **José da Cunha Brochado (1651-1733)**: o homem e a sua época. Lisboa: Universidade Lusíada, 2001.
- FERREIRA, Francisco Leitão. **Nova Arte de Conceitos**. Lisboa Ocidental: Oficina de Antônio Pedrozo Galram, 1718. Parte I.
- GRAFTON, Anthony. **What was history?** The Art of History in Early Modern Europe. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- GREW, Nehemiah. **Cosmologia Sacra**: or a discourse of the universe as it is the Creature and Kingdom of God. London: W. Rogers, S. Smith, B. Walford, 1701.
- MAIA NETO, José R. Academic Skepticism in Early Modern Philosophy. **Journal of the History of Ideas**, vol. 58, nº 2, apr. 1997, p. 199-220.
- MORAES JÚNIOR, Hélvio Gomes. **A crítica historiográfica nos Dez diálogos da História (Veneza, 1560)**: estudo e tradução comentada. Campinas: IEL/UNICAMP, 2010, tese de doutoramento.
- MOTA, Isabel Ferreira da. **A Academia Real da História**: os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico. Coimbra: Minerva, 2004.
- NICOLAZZI, Fernando. Como se deve ler a história? Jean Bodin e a *ars histórica* do século XVI. In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAUJO, Valdei Lopes de (orgs.). **Aprender com a história?**: o passado e o futuro de uma questão. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p. 207-234.
- POPKIN, Richard. **História do Ceticismo de Erasmo a Spinoza**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2000.
- SANTA CATARINA, Frei Lucas de. **Memórias da Ordem Militar de S. João de Malta**. Lisboa Ocidental: Oficina de José Antônio da Silva, 1734.
- SILVA LEAL, Manoel Pereira da. **Memórias para a História Eclesiástica do Bispado da Guarda, parte primeira**. Lisboa Ocidental: Oficina de José Antônio da Silva, 1729.
- VOSSII, Gerardus Joannis. **Ars histórica sive, de Historiae, & Historices natura, Historiaeque scribenda praeceptis, commentatio**. Luodonus Batavorum: Ex Officina Joannis Maire, 1653.
- WHITE, Hayden. O texto historiográfico como artefato literário. In: _____. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: EdUSP, 2001, p. 97-116.
- _____. **Meta-história**: a imaginação histórica do século XIX. São Paulo: EdUSP, 2008.

Notícias da Conferência, que a Academia Real da História Portuguesa fez em 22 de setembro de 1730*

José da Cunha Brochado

O Conde da Ericeira foi Diretor desta Conferência, porque o Marquês de Alegrete, a quem tocava a direção, se não achou nela, por estar de semana assistindo o Príncipe nosso Senhor.

Logo que se distribuíram as Notícias das Conferências antecedentes, se empregou o tempo desta em se ouvir com geral aplauso de todos os Acadêmicos um douto papel, que José da Cunha Brochado leu, o qual se daria impresso separadamente, senão fora o mais nobre, e mais principal corpo destas Notícias.

O maior ponto duvidoso, de que devo dar conta, ou a maior dúvida da História, a que não sei responder, é a mesma História; parece que na História não há verdade, ou que a verdade não é necessária na História. Não permita a docilidade Acadêmica extrair-se de si mesma, negando a sua benévola audiência o breve exame de um paradoxo, que nem é novo, nem é inútil.

288

Seja Clio, ou Saturno, o inventor da História, seja arte, ou seja ciência, vulgarmente se descreve: *Rerum gestarum cum laude, aut vituperio narratio*;¹ ou se define mais amplamente *Cognitio singularium, quorum memoriam conservari utile fit ad bene, beateque vivendum*;² de que dizem ser fundamento, alma e condição a verdade dos fatos referidos.³ Acredita-se esta necessária condição, pela etimologia da mesma palavra, que significa propriamente a narração das coisas que, o Escritor viu por seus olhos. A eleição da matéria, a distribuição, a advertência escrupulosa para separar as coisas, que não convêm à dignidade da História, e à sua final instrução, sem injúria do grave, e do honesto, são a primeira regra do estudo, e do respeito de um Historiador; a dificuldade porém de achar a verdade, de querer achá-la, e de querer dizê-la, é superior, segundo parece, a todo o respeito, e a todo o estudo.

A verdade, sendo de sua natureza tão escondida dos homens, nada é mais difícil, que fazer conhecê-la aos mesmos homens. Demócrito dizia, que a

¹ Transcrição realizada por Pedro Telles da Silveira a partir do original: **Collecção dos Documentos, e Memórias da Academia Real da História Portuguesa, que neste ano de 1730, se compuseram, e imprimiram por ordem dos seus Censores**. Lisboa Ocidental: Oficina de José Antonio da Silva, 1730, p. 1-18.

Para esta transcrição, decidi-se por atualizar a ortografia enquanto a pontuação original foi mantida; também se decidiu manter a introdução da conta de estudos da reunião acadêmica na qual o discurso foi pronunciado, compondo dois pequenos parágrafos prévios ao relato. As citações latinas foram traduzidas e, por fim, as notas do original, escritas de punho do próprio autor, por serem em muito menor número que as notas adicionadas pela transcrição, são acompanhadas da indicação (NA), ou seja, Nota do Autor. As demais notas, fruto do trabalho de transcrição, não recebem quaisquer sinais gráficos.

² "Narração das coisas passadas com louvor ou vitupério".

³ "Conhecimento dos particulares, dos quais a conservação da memória é útil a uma vida boa e piedosa".

³ Vossius de arte Histor (NA). A primeira citação é do capítulo XVIII da *Ars historica* de Vossius, enquanto a segunda, do capítulo IV.

verdade se escondera no fundo de um poço: *In profundo puteo*; o tempo, e a razão não puderam até agora deixar em pouca fé de lugar comum, o sentido figurado deste Filósofo.

Um dos maiores sinais da enfermidade humana é, que quanto mais nos estudamos em nós mesmos, mais nos ignoramos: quem mais pretende instruir-se da verdade das coisas, mais se desconhece; mais, ou menos conjectura, mais, ou menos imaginação, tudo é incerto, tudo é duvidoso. A História é mais sujeita a esta desgraça do homem, quanto mais inculcamos a matéria, mais a encobrimos ao crédito. Não sabemos por nós o que somos, e queremos saber por ela o que temos sido; não sabemos o que o Mundo é, e queremos ensinar o que o Mundo foi.

Os Historiadores fundam-se pela maior parte sobre acepções incertas, e vulgares, memórias defeituosas, e conjecturas atrevidas, de sorte, que não há Historiador profano, que não necessite de apologista sobre a sua verdade, porque além dos nublados, que a cercam, e obscurecem, tem ela contra si os afetos, e paixões de que é capaz o coração humano.⁴ Não se escrevem as coisas como elas foram, mas como o Historiador percebe que podiam ser, ou como lhe convém que fossem. Não põem a exatidão em descobrir a verdade, mas em formar a reflexão, que, ou a dissimula, ou a destrói[.] Quando um Historiador empreende escrever uma História, protesta logo sobre a sua verdade, afirmando haver escrito sem amor, nem ódio, fundado em bons documentos, e em boas memórias; se escreve uma História antiga, não deixa de fazer semelhantes protestos sobre a diligência de seu estudo, propondo com igual razão, que Tácito, e outros, que está despido dos referidos afetos, porque com o tempo, e com a distância faltou o temor, e a dependência. Todo o vestíbulo, por assim dizer, do Palácio da eloquência Histórica, está adornado de semelhantes pinturas de exatidão, e de fidelidade em uma, e outra História antiga, e moderna; e contudo da sua diligência, e da sua autoridade, não há caução segura, nem garante sua suspeita. Uns, e outros documentos, que hoje são antigos, e que também foram modernos, se escreveram, e compilaram por homens possuídos então dos mesmos afetos, e com a mesma suspeita. Não duvido, que do antigo todos queiram escrever a verdade, mas não podem, assim como do moderno alguns a podem escrever, mas não a querem; os modernos não são sinceros, os antigos não foram inspirados; em uns o interesse, e o amor da Pátria, e em outros o ódio, e a emulação da alheia, e em todos a ligeireza, e a facilidade da averiguação das coisas, lhes precipita o arbítrio, e lhes leva o juízo em seguimento do gênio. A verdade pois em a maior parte dos Escritores depende de sua reflexão, e de sua conjectura, e ela se propõe aos Leitores, segundo o humor em que estavam quando refletiam, ou quando conjecturavam, e em tudo parece o mesmo, o que é, e o que podia ser.

Tanto diferem entre si os Historiadores, escrevendo coisas, ou contrárias, ou diversas, que sem o socorro da opinião, e da preocupação de seu crédito, toda a narração ficaria sujeita aos termos da parte oposta. A causa desta variedade, e

⁴ P. Rapin (NA).

desta contradição, tem origem ordinariamente em os erros continuados, que se vão copiando de umas Histórias em outras, sem mais atenção, que à autoridade, que as apadrinha, e ao tempo que as recomenda.

Todos os Autores são estimados, e preferidos pela majestade do estilo, pela pureza das expressões, pela economia do discurso, pelo judicioso de frequentes máximas de estado, que eles nunca serviram, e do gabinete em que eles nunca entraram; e juntando-se a este caráter de gravidade, e de eloquência a dignidade da pessoa, e o predicamento de algum lugar, adquirem uma certa recomendação pública, que os constitui na maior prevenção de verdadeiros, e de fidedignos; contudo nenhum destes pomposos acidentes qualificam a verdade, segurando nelas a instrução da História para o seu atributo magistério da vida.

Não se duvide, que a História expõe aos olhos do Mundo grandes ações, grandes acontecimentos; é um painel, e um espelho em que cada um se pode enfeitar, e compor à sua fantasia; é uma lição comum para unir a glória, o interesse, uma arte para conformar gênios, e princípios, mas com muita diferença entre o mal, e o bem; mais exemplos fornece a verdade, para enobrecer o vício pelo aparato de grandes imitações, que para incitar a virtude pelo prêmio justo de grandes serviços. A natureza é tão fértil em maldades, que o pobre Historiador, ou há de mentir, ou há de perverter. Cícero propõe altamente ao Historiador esta tão proclamada liberdade: *Ne quid falsi dicere audeat, deinde ne quid veri non audeat*.⁵ Não se arrependeria este grande homem de haver escrito esta doutrina, mas poderia arrepender-se de a haver praticado: por ela deixou a Cidade, por ela perdeu a vida, e o exemplo da sua morte fez a maior impressão, que a lição de sua doutrina.⁶

290

Se a Cronologia, ou doutrina dos tempos, se a Geografia, ou descrição da terra, são como dizem, os olhos da História, pode duvidar-se, que faça muitos passos com grande firmeza, e que não conduza seus Leitores a maiores precipícios; ao menos é certo, que nasceu sem olhos, porque uma, e outra disciplina teve seu princípio depois dela. Os jogos Olímpicos constituíram a primeira época, que entre os Gregos fixou, e mediu o tempo. Os Romanos depois de muitas, que eram comuns a toda a Itália, começaram a sua do tempo da fundação da Cidade: seguiram-se, ou concorreram outras, que não é necessário referir, porque falo diante de homens doutos, que as sabem melhor, que eu; porém também sabem, que em todas há tanta incerteza, e tanta confusão, como mostram desde seus primeiros Autores as obras últimas, e opostas de dois grandes Cronólogos o Padre Petavio, e Joseph Scaliger, aquele *De doctrina temporum*, e este *De emendatione temporum*.⁷

⁵ “[...] não ousar dizer algo de falso? Em seguida, ousar dizer algo de verdadeiro?”, Cícero, *De Orat.*, II, 63 (seguindo a tradição utilizada na apresentação a este texto).

⁶ O autor faz referência a dois episódios da vida de Marco Túlio Cícero. O primeiro é o exílio (58 a.C.) que o orador romano é forçado a tomar após a ascensão de Júlio César; o segundo é sua morte, quando este opôs-se à ascensão de Marco Antônio por sobre o segundo triunvirato, passando a apoiar o jovem Otaviano, futuro imperador romano. A morte de Cícero data de 43 a.C.

⁷ Joseph Justus Scaliger (1540-1609), uma das mais destacadas figuras da República das Letras no século XVI, foi um dos primeiros a adotar as cronologias babilônicas, persas, egípcias e hebraicas no interior da historiografia romana e grega. Denis Pétau (1583-1652), jesuíta francês, também foi cronólogo. Sua obra, *De doctrina temporum* (1627), gozou de bastante sucesso e foi considerada superior à obra de Scaliger, o *De emendatione temporum*, publicada em 1583.

A Geografia não é disciplina de maior luz, a antiga desfigurada, a moderna suspeitosa; a primeira variou pela voracidade dos tempos, que consumiu Cidades, desviou rios, transplantou campanhas. A segunda copiada, e mal medida por observações vagas, e incertas na fé de viagens, que se escreveram como de caminho, por mais que se autorizem entre os Gregos, por Estrabão, e por Ptolomeu, entre os Latinos por Mella, e por Plínio, e entre os modernos por Hortélio, e Celário,⁸ e por mais amplos, ou corretos. De tudo que se conclui, que nestes dois grandes olhos da História a Cronologia, e a Geografia não há, nem muita perspicácia, nem segura condução. Só a História Sagrada é superior a esta incerteza, porque foi inspirada pelo Autor do tempo, e pelo Criador da terra.

Se lançarmos os olhos sobre as Histórias mais antigas, acharemos pouco, ou nada, que autorize com evidência, ou ainda que instrua com probabilidade. *Omnis antiquitas fabulosa*;⁹ seus Autores mais servem para a disputa, e para a erudição, que para nosso exemplo, e para a nossa cautela. Por pouco, que os Senhores Acadêmicos se queiram lembrar, convirão facilmente da incerteza invencível com que a História nos propõe as primeiras quatro Monarquias, que são o mais heróico, o mais respeitável objeto, que deve ocupar a contemplação do nosso entendimento, estudando os estragos da natureza, rebelde ao primeiro preceito, e o maravilhoso concurso da Providência na mesma alternada sucessão destes estragos.

A História da fundação da Monarquia dos Assírios, é tão escura, como antiga; a verdade acha como às escuras, tudo conjectura, tudo opinião. A sua dominação se conhece por vários nomes, ou para dizer melhor, se desconhece por muitos. Uma vez é de Babilônios, outras de Caldeus, outras de Assírios. Dizem, que Nimrod fora o primeiro Rei, ou o primeiro Tirano; que Belus lhe antecederá; a Ninus sucessor deste se atribui a união dos Impérios Babilônico, e Caldeu, com a introdução dos Medos, que se dividiu em Saradanapalus, e que perdeu Balsazer, e tudo com tanta obscuridade, que mais nos admira a fama antes da lição, que nos instrui a lição refletindo sobre a incredibilidade da fama.

A grande monarquia dos Persas Elamitas, ou Partos, que melhor se conhece pela sua perda, que pela sua origem, começou em Ciro, e acabou em um Dario, dando lugar, por uma batalha, que perdeu, ao Império dos Gregos pela precipitada conquista de Alexandre, Império, que não passou da vida deste conquistador, ou deste usurpador do Mundo, cujas ações, começando pela fábula do seu nascimento, continuam com a mesma resistência ao crédito, e com tão rápido progresso, que mais exercitam a eloquência, e a maravilha, que animam a prudência, e instruem a razão de estado. A divisão deste Império

⁸ Estrabão (63-24 a.C.), foi viajante e geógrafo da Magna Grécia, autor de uma *Geographica*, na qual descreve os territórios e os povos pelos quais passou; Cláudio Ptolomeu (90-168 d.C.) foi o principal geógrafo e astrônomo do período helenístico e suas pesquisas moldaram muito da compreensão do mundo pelos europeus até o início das navegações. Pompônio Mela foi o primeiro autor latino a tratar da geografia, escrevendo em 43 a.C. o pequeno tratado *De situ orbis*, suas investigações foram referenciadas nos livros III e IV da *História natural* de Plínio, o Velho, enciclopedista romano do século primeiro.

Abraham Ortelius (1527-1598), geógrafo flamengo, foi o autor do primeiro atlas moderno, o *Theatrum orbis terrarum* (1570), registrando já o Novo Mundo; Andreas Cellarius (1596-1665), foi geógrafo e astrônomo de origem alemã.

⁹ "Toda antiguidade é fabulosa", citação do livro II da *Historia Philippicarum*, de Justino, historiador romano.

se propõe com igual obscuridade, e com igual indiferença, destruindo sempre os princípios da política, e da equidade. Os Egípcios, que por um séquito de Dinastias fabulosas disputam antiguidade do mesmo Mundo, ocupam o estudo, e a conciliação aos Cronólogos em matéria tão estéril, como inverossímil.

A última Monarquia dos Romanos, ou para dizer melhor, a primeira dominação, que se autoriza daquele grande nome, que começou em Reino, prosseguiu em República, e ultimamente em Império, traz consigo a mesma ambigüidade com igual descrédito da razão, e do verossímil. Não faltam Autores, que afirmem, que a grande guerra, e sítio de Tróia fora uma pura invenção Poética. Que Enéas nunca pisara o antigo *Latium*, e que menos, que exemplo de piedade à sua família, o fora de traição à sua Pátria. Que há perto de dois mil e quinhentos anos, que dizem florescera Rômulo, que se ignorava pela História a sua origem, a criação da loba, a ordem de Amilius, o comércio de Marte com a vestal Réia; uns dizem, que nascera em Grécia, outros, que em Síria, outros, que não viera à Itália. Que Roma fora edificada por uma filha de Italus, chamada Roma, e reduzida por Rômulo a maior povoação.¹⁰ É inútil prosseguir na incerteza da História antiga; pouco lhe falta para tirar do estreito as colunas de Hércules, para fechar este mar à navegação de Ulisses, e plantar no Setentrião o nome de Atlas.

292

Ordinariamente se acordam as Histórias dos estabelecimentos destas Monarquias (além do que se escreve na História Sagrada a diferentes fins da Providência) em alguns grandes fatos, como uma batalha, um sítio célebre, uma conquista arrebatada, uma marcha bem conduzida, a morte de algum Soberano, alguma sublevação, alguma grande catástrofe; porém com tais circunstâncias, que tudo é indiferente ao crédito, e à instrução, com firme relação aos motivos, ao tempo, e à conjectura, e em tudo fica o Leitor, e o Político no arbítrio de sua imaginação, e nas mãos de seu conselho. Não só a História universal está cheia desta tenebrosa antiguidade, para nos inculcar as verdadeiras máximas daqueles ministérios, mas também as Histórias particulares, ou as vidas de grandes homens laboram na mesma indigência, e sejam exemplo as vidas, que escreveu Plutarco, que ainda que escritas judiciosamente, há nelas muita incerteza, e muita suposição, de sorte, que mais se produzem pelo juízo do Autor, que pela evidência da matéria, que outros lhe contestam.

Se quisermos individuar um pouco a verdade, e o caráter dos Autores Gregos, que escreveram as suas Histórias, e as alheias, acharemos a mesma incerteza, e a mesma fábula: neles tudo passa a hipérbole, e pudera dizer a mentira:

*Et quidquid Graecia mendax
Audet in historia.*¹¹

¹⁰ O autor discute a coerência da lenda a respeito da origem de Roma, tal como apresentada no primeiro livro do *Ab Urbe Condita*, de Tito Lívio.

¹¹ “[...] e [como] em toda a sua extensão a Grécia ousou mentir em sua história”, citação da sátira X, versos 174-175, de Juvenal, poeta romano dos séculos I e II d.C.

Nasceu esta omissão, ou desprezo pela verdade, de que seus Autores conseguiam o aplauso do Povo, lendo em público as suas obras, de que o mesmo Povo ignorante era Juiz circunspecto, e para conciliar o seu agrado, que era decisivo da reputação, e do crédito, estudavam mais a arte da composição, as sentenças, o decoro, a discrição, que entra melhor pelos ouvidos da gente: *Ad scribendum se praeparabant, non studium veritatis exhibuerunt*. Prometiam escrever a verdade, mas não verificavam a promessa: *Licet haec promisso semper habeatur in promptu*. Faziam pompa de palavras: *Verborum magis habere prolationem*. Mais se dispunham para captar o aplauso pelo elegante, que pelo verdadeiro: *Ad hoc potius semetipsos aptabant*.¹² Daqui vemos navegando o Athos, Exércitos tão numerosos, que bebiam, e secavam os rios. As maravilhas, ou milagres da magnificência humana, que existiram, segundo as Histórias, discorrem pelos séculos tão encarecidas, que mais parecem sete invenções, que sete maravilhas; mais as desfigurou a História, que o tempo. É tão difícil unir a verdade à História Grega, que separar o homem do Historiador.

Homero, que igualmente fazem Historiador, que Poeta, mais brilha na ficção, que na verdade, mais no maravilhoso, que no natural; mais no prodígio, que na contingência.

Heródoto, o pretendido pai da História, escreveu com estilo suave, e elegante muitas coisas, que não sabia; e foi necessário, que passassem dois mil anos, para que em alguma parte se achassem certas. Não foi grande amante da verdade, ou entendeu, que não era necessária: em umas partes é parcial, em outras lisonjeiro, e não sei se venal em outras.

Tucídides, aquele admirado Historiador, que fez as delícias da Grécia em competência do famoso Heródoto, é eloqüente, e sentencioso, e muitas vezes escuro, foi notado de dissimular a verdade; senão a desprezou, omitiu-a.

Em Dión Cassius a parcialidade, a adulação, a maledicência não são grandes argumentos da sua verdade, e da sua boa fé.

Diodoro Sículo,¹³ que foi o primeiro, que entre os Gregos escreveu mais considerado, e atento, abunda tanto no fabuloso, e no inverossímil, que não deixou algum asilo à verdade, e alguma segurança no crédito.

Xenofonte, aquela abelha Ática, grande Historiador, e bom Capitão, em melhor das suas obras, e que lhe deu o grande nome na posteridade, compôs uma pura fábula, ou uma História inventada, que é a sua Ciropédia, ou a instituição de Ciro;¹⁴ e para dizer melhor, uma História, não do que Ciro fez, mas do que devia fazer; não é por tanto o melhor documento, e a mais segura imitação.

Todos estes Autores são igualmente suspeitos à verdade; as guerras que declaravam os seus Soberanos, ou os seus Magistrados, eram as mais justas;

¹² "Preparavam-se para a escrita [da história], mas não buscavam com zelo a verdade, embora lhes fosse fácil prometer isso; [e sim] procuravam exhibir seu próprio talento para a escrita. [E louvavam a si mesmos como se fossem estimados acima de todos] e preferiam adequar a si mesmos a isso", citação do livro I de *Contra Ápio*, de Flávio Josefo (37-100 d.C.), obra na qual o historiador judeu procura combater a visão grega acerca da história e da religião judaica.

¹³ No original, *Diodoro da Sicília*.

¹⁴ *Cyropediam* no original.

as que lhes faziam seus inimigos, as mais injustas. As suas conquistas sempre eram bem fundadas, as dos vizinhos sempre eram usurpações; se venciam, o valor dava a vitória; se eram vencidos, a fortuna. A religião, que tinham por verdadeira, sempre serviu ao estado, neles era sacrifício, em outros sacrilégio; se faziam paz, o seu Príncipe a arbitrava, o vizinho a recebia; se havia nela infração, era com causa, no vizinho com interesse. Finalmente sempre da sua parte a política, e o zelo dirigiam as maiores empresas, e da parte contrária o suborno, ou o destino.

Se fizermos uma curta recordação dos Autores Latinos, muito depois da fundação de Roma, acharemos os mesmos inconvenientes da inverossimilhança,¹⁵ e da maravilha. É certo, que depois daquela fundação, até que Roma foi rendida pelas Tropas das Gálias, em que passaram mais de trezentos anos, não há coisa, que instrua, e que segure o crédito; o governo dos Reis, dos Cônsules, dos Ditadores, dos *Decem viri*, dos Tribunos Consulares, das guerras estrangeiras, e intestinas, tudo é fabuloso, tudo é escuro: *Res cum vetustae nimium obscuras velut que magno intervallo loci, vix cernuntur.*¹⁶

A ação célebre dos Horácios, e dos Curiácios é escrita com tanta incerteza, que não se sabe quais destes irmãos combatia por Roma, quais por Albania.¹⁷ A ação famosa de Mucius Scevola é contraditada, e suspeitosa. A funesta empresa da Família Fabiana não é menos inverossímil, ou inventada. Um Valério pelejou, e venceu ajudado de um corvo. Cipião teve em seu nascimento por melhor prognóstico uma serpente.¹⁸ Em tudo o maior cuidado era o prodigioso do sucesso, e tudo o arbítrio do Escritor. *Multa historici* (diz Sêneca)¹⁹ *mentiti sunt ad arbitrium.*²⁰ Flavius Vopiscus,²¹ que não é suspeito aos Romanos, escreveu na vida de Aureliano: *Ne minem Scriptorum quatenus ad historias pertinet non aliquid esse mentitum;* e entre o número deles não mete menos, que a Lívio, a Salústio, a Tácito, e a Trogo:²² *Quos Historiae eloquentiae miramur auctores.*²³

Fábio Píctor, o primeiro Escritor Romano, e que floresceu no tempo da segunda guerra Púnica, escreveu esta guerra com mais paixão, que verdade; não louvou os Cartagineses quando o mereciam, nem expôs candidamente o em que pecaram, devendo saber os sucessos, e causas daquela guerra, pois era Senador no tempo em que a escrevia, cuja má fé era tão indigna do Escritor, como do Ministro.

¹⁵ No original, *inverossimilidade*.

¹⁶ "Coisas obscurecidas pela enorme passagem do tempo e também vistas como se estivessem a uma grande distância", livro 6 do *Ab urbe condita*, de Lívio.

¹⁷ No caso, *Albania* se refere a Alba Longa.

¹⁸ O autor se refere, neste parágrafo, a uma série de eventos e personagens dos primeiros séculos da história romana, retirados principalmente de Tito Lívio.

¹⁹ No original, *Sênica*.

²⁰ "Muitos historiadores mentem a bel prazer", passagem do livro IV, capítulo 3, das *Quaestiones naturales*, de Sêneca, o jovem.

²¹ Flavius Vopiscus é um dos seis *scriptores* a partir dos quais é compilada a *Historia Augusta*, uma coletânea de biografias dos imperadores romanos datada do século III d.C.

²² Pompeu Trogo, autor romana de origem celta, autor da *Historia Philippicarum*.

²³ "Não há escritor de histórias que não tenha mentido" e, depois, "destes historiadores dos quais admiramos a eloquência", passagens do capítulo 2 da vida de Aureliano, retirado da *Historia Augusta*. A passagem toda é uma citação literal do texto original, incluindo as referências nominais aos historiadores romanos. Deve-se notar, porém, que comparado com as edições modernas, Brochado cita erroneamente em latim. As passagens corretas seriam: "[...] *neminem scriptorum, quantum ad historiam pertinet, non aliquid esse mentitum. [...]* 'quos historicae eloquentiae miramur auctores'".

Tito Lívio, tão insigne Historiador como foi insigne Orador Cícero, sem faltar de alguma parcialidade, escreveu acontecimentos tão sobrenaturais, e encheu tanto a sua narração de prodígios, que a credulidade de visionário derroga nele a fé de Historiador.

Se em Salústio a eleição da matéria, a distribuição, e a eloquência fazem um agradável Historiador, o escuro nas expressões, e o desregrado nos costumes não lhe conciliam, nem muita percepção, nem muito crédito.

Júlio César, que escreveu em grande Capitão, e em grande Historiador, voou tanto a sua pena, como a sua fortuna, e foi tão arrebatado em adquirir notícias, como em ganhar vitórias.

Em Patérculo, reputado por Autor popular, e de Corte, a pureza do estilo não lhe purificou o ânimo de lisonja.

Quinto Cúrcio,²⁴ que escreveu com pureza, e com elegância, desprezou a Cronologia, e a Geografia, ignorou o tempo, e os teatros da guerra, e apesar do crédito, que não devemos com facilidade a coisas que sucedem raramente, instrui aventureiros, e autoriza temerários.

As frequentes conjecturas do grande Cornélio Tácito, as altas penetrações do seu *Arcanum Imperii*, mais inculcam o seu engenho, que a sua verdade, mais apuram a Gramática do comentador, que seguram exemplos ao político.

Devemos contudo à História universal, tal qual ela é, uma prova mais da existência de Deus, e de sua Providência, porque nada *in rebus humanis*,²⁵ indica melhor as operações da primeira causa, que a criação dos Impérios, Estados, e Repúblicas, a mesma divisão dos seus domínios, suas decadências, e transmutações, prêmios, e castigos, depois da infalibilidade da Escritura, em que só floresce a verdade sem nublado, sem paixão, sem, interesse, sem ódio, e sem ignorância.

Suposto que este breve discurso não passe da superfície da matéria, e de tal matéria, e não caiba maior disputa em a estreiteza de uma conta, sem abusar da paciência da Assembléia, é preciso deixar em repouso aos Autores, que escreveram as Histórias das Monarquias, e dos Estados, que presentemente existem; e assim não falarei da História geral da França, e não tratarei de inculcar a sua incerteza, e contrariedade, devendo começar pela primeira dúvida da sua fundação por um Faramundo, ou por um Clóvis,²⁶ sem falar da eleição, ou da sucessão de seus Soberanos, aonde pela longa série de grandes Príncipes, foram tantos os acontecimentos, as guerras, as conquistas, as negociações, as

²⁴ Marcus Velleius Paterculus (19 a.C. – 31 d.C.), autor de um compêndio de história romana desde a queda de Tróia até sua época; Quintus Curtius Rufus, historiador romano do século I d.C., escreveu uma *Historiae Alexandri Magni*, muito lida na Renascença e na Idade Moderna. Era considerado modelo de estilo para a escrita histórica.

²⁵ Grotius de verit. relig. (NA). "nas coisas humanas", citação do *De veritate religionis christianae*, de Hugo Grotius, publicado em 1627.

²⁶ No origina, *Pharamundo*. O autor se refere à disputa acerca da veracidade dos documentos merovíngios, questão capital do debate erudito francês na segunda metade do século XVII. Daniel Papebrochius (1628-1714), editor dos *Acta Sanctorum*, compilação erudita da hagiografia cristã organizada pela sociedade dos bolandistas dos Países Baixos, escreveu na introdução ao segundo tomo do volume dedicado ao mês de abril uma condenação dos velhos pergaminhos franceses assim como estabelecia regras para sua validação ou descarte. A atitude de Papebrochius foi considerada hipercrítica e motivou amplas reações, dentre as quais se destaca a escrita, pelo beneditino maurista Jean Mabillon (1632-1707), do tratado *De re diplomatica* (1681), que assenta as bases da disciplina de análise e verificação de documentos antigos.

contestações, e outras heróicas ações daquela nação belígera, que não seria muito, que a sua História não coubesse na compreensão dos seus Cronistas, para o rigoroso exame da verdade, quando vencessem sobre seu espírito a suave violência do afeto, e do interesse.

Com a mesma atenção deixamos na quase posse da sua verdade na História geral de Espanha, os grandes Escritores, que trabalharam nela, e correrá por conta da Crítica, que fez, ou prometeu fazer D. Nicolau Antônio,²⁷ a fé que eles merecem, e que eu lhes não disputo.

As mais nações da Itália, de Alemanha, dos Reinos do Norte, e da Grã-Bretanha,²⁸ tiveram tantos Escritores, que é inútil, e impossível o seu exame; eles se defendem, e se contradizem; uns escreveram com pena de prata, outros com pena de ferro, mas todos convêm, que ainda necessitam de maior luz, e de maior evidência.

Não se atreveria a mesma Cética a examinar a verdade dos nossos Historiadores, depois da judiciosa Crítica, que fez de suas obras, o Excelentíssimo Senhor Marquês Manoel Telles da Silva, no erudito Prólogo da História desta Real Academia, aonde perdoando-lhes o estilo, e a credulidade os constituiu na autoridade, que mereciam.²⁹

Se pois parece, que não há verdade na História, não será difícil mostrar, que para o fim da História não é necessária a verdade.

Ainda que a verdade seja o objeto mais natural do nosso entendimento, é necessário saber, que coisa seja esta verdade, se consiste na realidade das coisas, se na verossimilhança³⁰ delas, falo da verdade teoremática, e instrutiva. Quando as palavras se acordam com o pensamento, formam um discurso sincero; quando se acordam com as coisas, e com o entendimento, formam um discurso, ou verdadeiro, ou verossímil;³¹ sempre o nosso entendimento, e a nossa especulação tem por objeto a verdade, mas este objeto, que não entra pelos olhos, conforma-se com o verossímil, e com o provável, porque fica todo no crédito pela proporção entre as coisas, a imaginação, e o juízo.

Não vemos as coisas, que sucederam, vemos a sua probabilidade, ou a sua inverossimilhança,³² e esta é a verdade, que instrui, que ensina, e que entra pelos ouvidos, e pelo discurso, arrimada à razão, porque a este respeito: *Verum est quod offenditur id quod est.*³³

²⁷ Nicolás Antonio (1617-1684), erudito e bibliófilo espanhol, foi autor de duas obras bibliográficas nas quais discute os escritores espanhóis antigos e modernos. Sua crítica incide com especial agudeza sobre os chamados *falsos cronicões*, cronistas falsos cujas obras circulavam no ambiente intelectual espanhol visando a legitimação da monarquia castelhana e contando histórias fabulosas acerca de suas origens.

²⁸ No original, *grande Bretanha*.

²⁹ O *Sistema* especificava que os autores de memórias deveriam anteceder seus escritos elencando todos os autores utilizados no decorrer da investigação assim como fazer-lhes pequenos juízos críticos dos mesmos. Na *História da Academia Real da História Portuguesa*, primeiro livro publicado pela agremiação, em 1727, Manoel Telles da Silva antecede seu texto com um longo prefácio no qual revisa a historiografia portuguesa desde os primórdios até sua época.

³⁰ No original, *verossimilidade*.

³¹ Grew. *Cosmog. Sacra*. (NA). Citação do livro II, capítulo V da *Cosmologia Sacra*, de Nehemiah Grew (1641-1712).

³² No original, *inverossimilidade*.

³³ "A verdade é o que é". Trata-se de uma apropriação da frase *vero est id quod est*, citada nos *Solilóquios* de Santo Agostinho e trabalhada por Santo Tomás de Aquino no *De Veritate*, questão 1, problema 1.

Se a verdade pois é uma conseqüência da coisa com o entendimento: *Conformitas rei cum intellectus*;³⁴ neste sentido toda a verdade instrutiva consiste menos na existência das coisas, que na sua verossimilhança. *In rebus antiquis, si quae familia sunt, pro veris accipiuntur*;³⁵ e neste mesmo sentido pode a parábola entrar de igual passo com as Histórias, para o nosso ensino, e para a nossa cautela, e ainda com maior preferência, e com melhor uso. O honesto, e demonstrativo, o sentencioso, e o veemente, o louvor da virtude, a repreensão do vício influi com mais autoridade na parábola, que na História, porque seu Autor com maior independência, e com menos atenções não designa as pessoas, nem perverter os tempos.

Se as Histórias são escritas para instrução, e ditame, e que fazem passar em revista as coisas, que sucederam, também há Histórias, que estragam o ânimo, e que infectam a imaginação; e assim ainda que em algumas fábulas, ou novelas se ache o mesmo perigo, também há em outras muita lição e exemplo do vício punido, e da virtude exaltada. Não entram nesta virtuosa comparação as fábulas de Jablicus, de um Tatius, e outras, que se conhecem pelo título de milésias,³⁶ que contudo³⁷ não excedem em número as Histórias, que correm com falso passaporte de verdadeiras.

A representação Histórica de Teágenes, e Caricléia, que escreveu o Bispo Heliodoro, e que Fócio louva,³⁸ e recomenda, é escrita com muita imaginação, e com bom artifício, a frequência dos sucessos, a conclusão dos acontecimentos tão admiráveis, e judiciosos, repreendem o vício, e persuadem a conservação de uma das mais acreditadas virtudes.

A discreta, e judiciosa ficção de Argenis, que compôs John Barclay,³⁹ é tão instrutiva, que um primeiro Ministro de França, douto, e purpurado, fazia na sua lição o seu não menos útil, que agradável estudo.⁴⁰

Creemos, que a História de Jó é verdadeira, ainda que revestida de grandes ornatos de Poesia, e contudo aquela História na opinião dos que a supõem parábola, não é mais pregadora do sofrimento pela realidade, que pela contingência.

A mesma Ciropédia de Xenofonte, que se chama História, é uma fábula em que aquele Autor, como disse, não escreveu o que Ciro obrou, mas o que devia obrar: *Cyrus ille à Xenophone non ad historiae fidem scriptus est, sed ad*

³⁴ "Conformidade das coisas com o intelecto".

³⁵ "Em matéria de antiguidade, [desde que sejam semelhantes à verdade] então podem ser aceitas como verdadeiras", citação de Lívio, livro V, capítulo 21. A citação está errada; o correto seria: "Sed in rebus tam antiquis si quae similia veri sint pro veris accipiuntur", *grifo meu*.

³⁶ No original, *milesianas*. O autor se refere às fábulas milésias, gênero popular na Antiguidade que relatava histórias eróticas e de aventura; quanto aos autores, o primeiro é Jâmblico, autor de *As babilônicas*, enquanto o segundo é Aquiles Tácio, que compôs *Leucipe e Clitofonte*, ambos romances do século 2 d.C.

³⁷ No original, *com tudo*.

³⁸ O autor se refere à *Etiópica*, de Heliodoro, romance grego datado do século III d.C. A novela foi extremamente influente, tornando-se modelo da ficção em prosa nos séculos seguintes (em Bizâncio) e sendo redescoberta na Renascença (no Ocidente), servindo de modelo a Tasso e Ariosto, entre outros. Fócio (820-893) foi patriarca e compilador bizantino, tendo escrito a obra intitulada *Bibliotheca*. Junto com a *Suda*, outra enciclopédia bizantina, eram textos de referência tanto durante o medievo quanto durante a Idade Moderna.

³⁹ Trata-se da novela política *Argenis*, publicada em latim em 1621 e, posteriormente, traduzida para o inglês. John Barclay (1582-1621), poeta, escritor e satirista escocês, trata nesta obra de um conflito de matizes religiosos entre Henrique III e Henrique IV da França, estabelecendo o paralelo – alegórico – com os problemas políticos da Inglaterra de sua época.

⁴⁰ Papeblount Censur. Aut. (NA).

effigiem justi imperii;⁴¹ de que se segue que para a moralidade tanto importa a verdade, como a semelhança. Não falo da História Eclesiástica, porque a este sempre convém religiosamente o verdadeiro trato da História profana, para cuja instrução basta moralmente o verossímil.

Os Árabes,⁴² e mais nações Orientais, que precederam os Gregos, e Romanos, e que foram os primeiros, que se serviram de fábulas, que chamamos Novelas, pretendiam, que tanto ensinavam com elas, como pelas Histórias, em que a verdade escura, ou desmentida era um débil documento para introduzir no ânimo o amor de bons costumes.⁴³ Estas pois fábulas, ou novelas, que fizeram a primeira, e importante lição de toda a Ásia, e de toda a África, e que persuadiam tanto pela possibilidade que pelo sucesso, nos obrigam a crer, que para nosso ensino tanto importa, que as coisas fossem, como que pudessem ter sido, e assim pela dificuldade da sua evidência, como pela verossimilhança,⁴⁴ nenhuma ofensa sensível fazemos ao culto, que se deve à verdade, pois escondendo-se na História a nossos olhos o seu original, veneramos na parábola a sua efígie.

A mitologia, ou mithistória,⁴⁵ que é uma narração de fábulas, que fazia grande parte, e estudo da supersticiosa Teologia do Paganismo, como bem discursada alegoria investigava tudo o que convinha à veneração de seus falsos mistérios, e ensinava tudo o que podia instruir a escassa luz da razão humana. Platão na sua República assenta, que a primeira instituição, e lamentos doutrinais tiveram princípio na lição das fábulas honestas. Dionísio de Halicarnasso,⁴⁶ que não é suspeito à verdade, diz: *E Graecis fabulis non nullae sunt hominibus utilies*; que toda a natureza se pinta nelas, ou por elas: *Aliaeque naturae opera sub allegoris contineant*; que desvanecem os terrores do ânimo, e firmam nele a pureza de melhores opiniões: *Aliae terrores animi a nobis depellunt, opiniones parum honestas destruunt*.⁴⁷

298

A utilidade pois das fábulas no melhor sentido de parábolas, em nada cede à lição da História; e sem me valer de maior autoridade, e de maiores provas sobre a fé humana, tiradas da lição Divina, bastam para o argumento deste papel as palavras de Sêneca,⁴⁸ grande Mestre da doutrina moral; diz ele, que para demonstrar as coisas, eram de grande motivo as parábolas: *Illi qui simpliciter, & demonstrandae rei causa eloquebantur parabolis referti sunt*; e que representavam como presentes as coisas, que propunham, e animavam: *Discentem, & audientem in rem praesentem adducunt*.⁴⁹

⁴¹ Cícero. (NA). "Ciro não foi retratado por Xenofonte segundo a fidelidade à história, mas sim como imagem do justo império", citação da epístola VIII a Quintus, seu irmão, de Cícero, *Ad familiares*.

⁴² No original, *Arabios*.

⁴³ O autor segue ao *Traité de l'Origine des Romans*, de Pierre-Daniel Huet (1630-1721), publicado em 1670, que localiza as primeiras fontes da ficção no Oriente, tendo passado dos árabes e persas aos gregos.

⁴⁴ No original, *verossimilidade*.

⁴⁵ No original, *mhythistoria*. O autor se refere à mitografia, escrita, compilação e ordenação dos mitos antigos.

⁴⁶ No original, *Dionysius Halicarnasseus*.

⁴⁷ Liber I. rer. antiq. (NA). "Das fábulas gregas não é nula a utilidade para os homens, [...] e toda a natureza está nelas contida sob a forma de alegoria; todas as calamidades humanas encontram nelas consolação [lit. *têm consolação*]; todos os medos que atormentam nossa alma são debelados, todas as opiniões pobres em honestidade são destruídas", parece se tratar de uma citação das *Antiguidades romanas*, de Dionísio de Halicarnasso. A passagem também foi citada por Natalis Comes (1520-1582), mitógrafo italiano cuja compilação, as *Mythologiae*, foi muito lida durante a Idade Moderna. Em ambos os casos, infelizmente, não conseguimos encontrar as referências exatas.

⁴⁸ No original, *Senica*.

⁴⁹ Sêneca, *Epistolae morales ad Lucilium*, LIX, 6-7. Trata-se de uma carta na qual Sêneca discorre sobre o prazer e a diversão e a passagem citada por José da Cunha Brochado argumenta a respeito do uso das

Até aqui chega, Senhores, a relação de um paradoxo, como de um ponto duvidoso, que outros seguem e eu exponho, reconhecendo, que dele é resposta firme, e repreensão animada qualquer dos doutíssimos Escritores desta Real Academia, que pelos auxílios, e inspirações delRey, nosso magnífico Fundador, Protetor, e Mestre, conseguiram, não sem admiração do Mundo, ver no presente séculos por empresa, e por objeto de seus Instintos, a Verdade restituída, e a História revelada.

parábolas para o orador e para o poeta: "Aqueles, cuja eloquência era simples e buscava apenas prova seus casos, as parábolas fornecem muitos exemplos, as quais considero necessárias, não pela mesma causa que os poetas, mas que elas sirvam de auxílio a nossa imbecilidade, de modo a trazer o ouvinte e o orador face a face", isto é, as parábolas tornam o caso mais persuasivo e deixam sua descrição mais viva (*enargeia*)"

Pareceristas deste número

reviewers of this issue

Pareceristas deste número

Aaron Grageda Bustamante (Universidad de Sonora)
Alexandre Avelar (UFU)
Alexandre Vieira Ribeiro (UFF)
Alexsander Lemos de Almeida Gebara (UFF)
Aline Magalhães Pinto (PUC-Rio)
Ana Lúcia Lana Nemi (UNIFESP)
Arthur Alfaix Assis (UnB)
Carlos Mauro de Oliveira Júnior (UERJ)
Daniel Brauer (Univeversidad de Buenos Aires)
Danilo Zioni Ferretti (UFSJ)
Durval Muniz de Albuquerque Jr (UFRN)
Estevão C. de Rezende Martins (UnB)
Felipe Charbel Teixeira (UFRJ)
Francisco Doratioto (UnB)
Jaime Rodrigues (UNIFESP)
Javier Kraselsky (Universidad Nacional de La Plata)
José Antonio Vasconcelos (USP)
Karina Anhezini de Araujo (UNESP – Assis)
Lidiane Soares Rodrigues (Fundação Escola de Comércio Armando Álvares Penteado)
Luis de Gusmão (UnB)
Marcelo Magalhães (UNIRIO)
Márcia Zebina (UFG)
Marcos Antônio Lopes (UEL)
Maria da Glória de Oliveira (UFRRJ)
Marlon Salomon (UFG)
Maximiliano MacMenz (UNIFESP)
Miguel Palmeira (USP)
Nicolás Kwiatkowski (Universidad Nacional de San Martín)
Omar Acha (Universidad de Buenos Aires)
Paulo Antonio Zappia (Embaixada da República Argentina no Brasil)
Pedro Marinho (MAST/ UNIRIO)
Pedro Spinola Pereira Caldas (UNIRIO)
Rebeca Gontijo (UFRRJ)
Renata Torres Schittino (UFF)
Ricardo Luiz de Souza (UNIFEMM)
Sérgio da Mata (UFOP)
Taise T. Quadros da Silva (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás)
Temístocles Cezar (UFRGS)
Tereza Kirschner (UnB)

301

Normas de publicação

editorial guidelines

1) As colaborações poderão ser feitas sob as seguintes formas:

1.1. Artigo inédito e original (entre 28.000 e 54.000 caracteres com espaço, incluindo as notas e as referências bibliográficas).

1.2. Resenha de livro (máximo de 18.000 caracteres com espaço). As resenhas devem ter título, seguido pela referência bibliográfica completa da obra. Caso seja necessário, a bibliografia deve vir ao final da resenha, e as notas devem seguir os padrões editoriais da revista. Recomenda-se que as resenhas de livro escrito por um só autor apresentem uma avaliação crítica do trabalho à luz da literatura previamente existente sobre o tema.

1.3. Textos e documentos historiográficos. Os documentos devem ser antecidos por um pequeno texto de apresentação, escrito pelo autor da submissão. O conjunto (apresentação + documento) não deve ultrapassar os 80.000 caracteres com espaço. Recomenda-se entrar em contato com os editores antes de preparar a submissão.

1.4. Entrevistas. Devem contar com um texto introdutório acerca do entrevistado. O conjunto (apresentação + entrevista) deve conter de 27.000 a 54.000 caracteres com espaços. Recomenda-se entrar em contato com os editores antes de preparar a submissão.

2) A revista aceita três tipos de resenha:

2.1. Resenha resumo: texto que se limita a resumir ou descrever o conteúdo de um livro, sem qualquer crítica ou julgamento de valor, sem a preocupação de relacionar a obra resenhada a outras do mesmo gênero. Objetivo principal é informar o leitor e divulgar a obra.

2.2. Resenha crítica: além de resumir a obra, faz uma avaliação da mesma, apontando aspectos positivos e negativos, além de procurar situá-la em relação a outras do gênero ou que tratam do mesmo tema. Trata-se de um texto de opinião, também conhecido como recensão crítica. O objetivo da resenha crítica não é apenas informar o leitor sobre a obra, mas guiar o leitor no conjunto da produção historiográfica sobre um dado assunto, indicando parâmetros para o estudo de um tema, ao situar a obra em relação aos estudos e apontar suas contribuições e lacunas. Exige que o resenhista tenha conhecimentos da área e erudição suficiente para poder situar a obra em um contexto de estudos.

2.3. Resenha temática: trata de vários textos que tenham um assunto comum; é uma espécie de balanço bibliográfico sobre um tema. Tem caráter necessariamente crítico, pois demanda análise e opinião sobre os estudos tratados. Assim como no caso da resenha crítica de uma obra, a resenha temática também tem por objetivo guiar os leitores no conjunto dos estudos sobre um dado tema.

3) Os artigos devem conter, no início, resumo (de 700 a 1.050 caracteres com espaço) e três palavras-chave, ambos seguidos de traduções para língua inglesa.

4) Recomenda-se que os autores dividam os artigos em seções, que devem consistir em títulos explicativos, em negrito e com maiúscula apenas no início

(ou, se nele houver, substantivo próprio). Em hipótese alguma será aceita a divisão de seções por algarismo.

5) Serão aceitas resenhas de livros que tenham sido publicados, no máximo, há três anos ou então títulos há muito esgotados e com reedição recente. Recebemos, excepcionalmente, resenhas de obras publicadas em anos anteriores, desde que haja justificativa, considerando a relevância do livro e a atualidade das questões que aborda.

6) A contribuição deve ser original e inédita, não estar sendo avaliada por outra publicação e não ter indicação de autoria. Os autores devem excluir todas as informações do arquivo que possam identificá-los como tal.

7) Quando houver financiamento da pesquisa, o autor deve indicar, em nota de rodapé ligada ao título da contribuição, a instituição financiadora.

8) As resenhas, os textos e documentos historiográficos e as entrevistas deverão conter três palavras-chave em português e em inglês, assim como os respectivos títulos nos dois idiomas.

9) As citações em língua estrangeira devem ser traduzidas. O original constará em nota de rodapé, com a informação sobre a autoria da tradução.

304

10) Todos os artigos, inclusive os submetidos para publicação em dossiê, serão analisados por, pelo menos, dois membros do Conselho Consultivo ou assessores *ad hoc*, que podem, mediante consideração da temática abordada, seu tratamento, clareza da redação e concordância com as normas da revista, recusar a publicação ou sugerir modificações. Os pareceres têm caráter sigiloso. Ao Conselho Editorial fica reservado o direito de publicar ou não os textos enviados de acordo com a pertinência em relação à programação dos temas da revista.

11) Os artigos, resenhas, entrevistas e textos e documentos historiográficos passarão por uma pré-seleção do Conselho Editorial que avaliará sua pertinência com relação à temática do periódico. Uma vez aprovados na pré-seleção, serão encaminhados para pareceristas.

12) As resenhas, entrevistas, e textos e documentos historiográficos serão avaliados por um membro do Conselho Editorial ou Consultivo, que levará em conta os critérios de pertinência temática do material apresentado com relação à linha editorial do periódico e a qualidade e consistência do texto da resenha, entrevista ou texto e documento historiográfico.

13) As palavras-chave devem ser preferencialmente retiradas do banco de palavras-chave elaborado pelos editores da revista. Caso o autor considere recomendável inserir uma palavra-chave que não esteja contida no referido

banco, deve expressamente pedir sua inclusão no sistema de busca. A solicitação será avaliada pelos editores.

14) As colaborações devem ser enviadas em Times New Roman, corpo 12, espaçamento 1,5 e com margens de 3 cm. As citações com mais de três linhas devem ser destacadas do texto, sem aspas, compondo parágrafo com recuo, à direita, de 1,5 cm, corpo 11 e espaçamento simples.

15) Todos os textos deverão ser apresentados após revisão ortográfica e gramatical. A revista publica contribuições em português, espanhol, inglês, francês e italiano.

16) As notas de rodapé devem ser apenas de caráter explicativo. As referências devem vir em corpo de texto tendo o seguinte formato:
(ABREU 2005, p. 36).

17) A referência a textos clássicos também deve ser feita no corpo do texto, com indicações do nome do autor, da primeira palavra do título da obra (em itálico) e da seção e/ou as linhas citadas, tal como nos seguintes exemplos: Aristóteles, *Poética* VII; Tucídides, *História* IV, 49. A referência completa à obra citada deve aparecer ao final do texto, na lista da bibliografia utilizada.

18) As referências bibliográficas, listadas em ordem alfabética, devem estar no final do texto, com o título do livro/periódico em negrito, seguindo estritamente as normas da ABNT. Pede-se os autores que indiquem, nas referências bibliográficas, a primeira edição de livros com várias reedições, seguindo o padrão: CROCE, Benedetto. **Teoria e storia della storiografia**. Bari: Laterza, 1973 [1913].

19) Desde o seu terceiro número a revista **História da Historiografia** adotou a nova ortografia estabelecida no Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Recomenda-se aos colaboradores a adoção da nova ortografia nos materiais enviados para avaliação e publicação na revista.

20) O envio de manuscritos implica a cessão de direitos autorais e de publicação à **História da Historiografia**, que não se compromete com a devolução das colaborações recebidas. Os textos publicados na revista não podem ser republicados em outros meios e/ou formatos sem a autorização expressa dos editores.

21) Todas as colaborações devem ser enviadas exclusivamente pelo site da revista: www.historiadahistoriografia.com.br.

Diretrizes para autores

guidelines for authors

1) Sugestões para a elaboração de resumo:

O resumo é um breve sumário do artigo. Ele não deve ser uma introdução do texto, mas uma descrição completa e sintética do conteúdo do artigo, indicando os objetivos e os aspectos centrais do argumento, a forma de abordagem do tema e as conclusões e/ou hipóteses do estudo. As informações devem ser expostas em um parágrafo, com narrativa contendo introdução (tema central do estudo e objetivos), meio (forma de abordagem do tema e fontes utilizadas) e fim (conclusões ou hipóteses principais).

1.1. Detalhamento das partes do resumo:

Introdução: a parte inicial do resumo deve fornecer uma introdução ao tema ou problema do estudo. Ela deve identificar a questão central do trabalho. É preciso dizer em poucas palavras sobre o que é o artigo. A introdução deve ser seguida pelos objetivos (gerais e específicos) do estudo, sendo possível eliminar a introdução e expor os objetivos no início de forma mais direta.

Meio: apresenta de forma clara as questões, os objetivos, os argumentos centrais e a forma de abordagem do tema.

Fim: indica a conclusão principal do estudo ou a hipótese (quando houver).

1.2. O resumo deve poder responder às seguintes questões:

Do que o texto trata?

Quais os objetivos?

Como o estudo foi conduzido?

Quais foram os resultados ou as conclusões da pesquisa?

Lembramos aos autores que o resumo é o primeiro contato do leitor com o estudo e pode ser o único elemento recuperado nas bases de dados científicos sobre um determinado tema. Além disso, se o resumo for bem escrito poderá auxiliar os avaliadores do artigo, esclarecendo possíveis dúvidas sobre os objetivos e conclusões do autor. Também poderá atrair leitores para o texto.

2) Sobre as palavras-chave

As palavras-chave devem comunicar os conceitos e/ou categoriais centrais do estudo. A seleção criteriosa das palavras-chave facilitará a recuperação das pesquisas, uma vez que tais palavras são utilizadas na indexação e busca de estudos nas bases de dados científicos.